



D O C U M E N T O S

**EDIÇÃO**

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: imprensa@uc.pt  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimpresa.uc.pt>

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**CONCEÇÃO GRÁFICA**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**DESIGN DA CAPA**

Pedro Matias

**INFOGRAFIA**

Margarida Albino

**EXECUÇÃO GRÁFICA**

KDP

**ISBN**

978-989-26-2433-4

**ISBN DIGITAL**

978-989-26-2435-8

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2435-8>

**DEPÓSITO LEGAL**



**BEATRIZ PERALTA  
GARCÍA**

**OBRAS DE**

**ERNESTO  
DA SILVA**

«O APÓSTOLO DO SOCIALISMO»

**TOMO II.**

ARTIGOS JORNALÍSTICOS

**(1893-1903)**



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL DAS OBRAS DE ERNESTO DA SILVA . . . . .	13
ESTUDO PRELIMINAR . . . . .	17
I. Militância socialista e jornalismo partidário (1893-1897) . . . . .	19
II. A direcção de <i>A Obra</i> e os seus editoriais (1897-1900) . . . . .	27
III. Militância socialista e jornalismo republicano (1900-1903). . . . .	35
IV. Jornalismo e história do movimento operário . . . . .	39
SOBRE ESTA EDIÇÃO . . . . .	43
1. Justificação e organização do tomo. . . . .	43
2. Questões textuais e gramaticais . . . . .	44
ARTIGOS JORNALÍSTICOS (1893-1903) . . . . .	47
A Bolsa do Trabalho . . . . .	49
(Sobre o 1º de maio) . . . . .	51
1º de maio . . . . .	53
Dessorando!... . . . .	55
A Apotheose. . . . .	57
Analysando... . . . .	61
Uma infamia. . . . .	65
Catholicismo e socialismo . . . . .	67
Violencias. . . . .	69
O abandono das creanças . . . . .	73

Carta de Lisboa . . . . .	77
A Questão Social I . . . . .	81
A Questão Social II. . . . .	85
A «União» . . . . .	89
A Questão Social III . . . . .	93
A Questão Social IV . . . . .	97
O bando precatório e as phylarmonicas. . . . .	101
1895-1896. . . . .	103
O Gungunhana . . . . .	107
O Regresso. . . . .	111
A propaganda. . . . .	115
O municipio livre . . . . .	117
A Revolução e a Ordem . . . . .	121
Os tres 8 . . . . .	123
Os sem trabalho . . . . .	127
Hontem e Hoje. 1º de Maio. . . . .	131
A revista. . . . .	135
A grève em Montelavar . . . . .	141
Protecção aos menores . . . . .	145
O congresso de Londres . . . . .	149
O movimento operario . . . . .	155
O soccorro mutuo. . . . .	159
O direito do mais forte . . . . .	165
Justificando!.... . . . .	169
Inquerito á idéa socialista em Portugal – Depoimento de socialistas portuguezes . . . . .	175
O que ha a fazer . . . . .	177
Arremetidas criticas . . . . .	181
O plebiscito . . . . .	185
A lueta politica . . . . .	189
Á opinião publica . . . . .	193

A situação . . . . .	197
O socialismo. . . . .	201
O momento politico . . . . .	205
A disciplina . . . . .	209
Em resposta . . . . .	213
Cooperativas e associações de classe. . . . .	219
As empreitadas. . . . .	223
No nosso posto . . . . .	227
A intervenção estrangeira . . . . .	233
Em resposta . . . . .	237
Novas subtilezas . . . . .	243
Crise nacional. . . . .	249
O Natal . . . . .	255
Symptomas. . . . .	259
A crise nacional . . . . .	263
O Partido Socialista . . . . .	269
A ruina. . . . .	273
De cá ou de lá?... . . . .	277
Novas theorias . . . . .	281
A nossa attitude . . . . .	285
Zola 289	
A pôr taipaes . . . . .	295
As costureiras. . . . .	299
A ultima prova . . . . .	303
A nossa lucta . . . . .	307
A communa . . . . .	311
As costureiras. . . . .	315
O cortejo . . . . .	319
A traição . . . . .	323
Da Avenida aos Prazeres. . . . .	327
Carta-Artigo . . . . .	333

Lemos de Castro . . . . .	339
Ao povo operario . . . . .	341
Benoit Malon . . . . .	343
Escolhidos e reprobos. . . . .	347
O movimento operario I . . . . .	353
O movimento operario II . . . . .	359
Casos ignobeis!. . . . .	365
O movimento operario III. . . . .	367
Vida Nova . . . . .	373
O movimento operario IV . . . . .	377
Politica vesga . . . . .	383
O movimento operario V. . . . .	387
O 1.º de maio. Festa ou Protesto . . . . .	391
O 1.º de maio de 1899 . . . . .	397
Ainda o 1.º de maio. Depois da festa. . . . .	403
Carta Aberta. (Aos camaradas do norte). . . . .	409
A Obra. . . . .	413
Tuberculose e alcoolismo . . . . .	415
SÓ! 419	
A Republica . . . . .	423
Considerações libertarias. . . . .	427
A peste. . . . .	431
Boers e inglezes . . . . .	435
Emilio Zola. . . . .	439
Accuso! . . . . .	443
Os monopolios . . . . .	445
Escolas operarias . . . . .	449
A lucta politica . . . . .	453
As eleições. . . . .	457
10.º anniversario da Associação de Classe dos Carpinteiros Civis.	
Dez annos de lucta. . . . .	461



Concentração democratica. . . . .	465
O congresso de Paris . . . . .	467
O Natal . . . . .	471
A reacção . . . . .	475
Propaganda e mystificação . . . . .	479
Crê ou morres! . . . . .	483
O attentado . . . . .	487
Á queima-roupa! . . . . .	491
O tenente Picão . . . . .	495
Congresso socialista I . . . . .	499
Congresso socialista II . . . . .	503
Socialismo e republica . . . . .	507
Concentração democratica. . . . .	513
Cooperativismo socialista . . . . .	519
A lueta de classes . . . . .	525
Lição aproveitavel . . . . .	529
A contra-revolução . . . . .	533
Degenerescencia e reacção . . . . .	539
Os attentados . . . . .	545
A liberdade do trabalho . . . . .	549
Princípios socialistas. . . . .	553
Notas da semana. Um critico tardio . . . . .	559
A defesa da Republica. . . . .	563
Impulsos sectarios . . . . .	569
Disciplina e autonomia . . . . .	575
Aspectos republicanos . . . . .	581
1887-1900. (11 de novembro) . . . . .	587
Victimas proletarias . . . . .	591
A grande choldra . . . . .	595
Causas e effeitos. . . . .	601
O Direito á Defeza . . . . .	607

1871-1901. 18 de Março. Pró Liberdade! . . . . .	613
O padre liberal! . . . . .	617
Frades e associações. . . . .	623
1º de Maio – Nova Aurora. . . . .	627
Teixeira Bastos . . . . .	631
A traço negro... (Typos e factos). Desinfecção . . . . .	635
A traço negro... (Typos e factos) A vingança... . . . . .	639
A traço negro... (Typos e factos) Os Barbaros . . . . .	643
Instrucção . . . . .	647
A traço negro... (Typos e factos) Os dois! . . . . .	651
A traço negro... (Typos e factos) Infanticida! . . . . .	655
Instrucção . . . . .	661
A traço negro... (Typos e factos) Opiniões. . . . .	665
A traço negro... (Typos e factos) A Maioria . . . . .	671
A traço negro... (Typos e factos) A Ferra!. . . . .	675
A traço negro... (Typos e factos) Os filhos. . . . .	679
A traço negro... (Typos e factos) Os Graças . . . . .	685
A traço negro... (Typos e factos)	
Lição de cousas . . . . .	689
A traço negro... (Typos e factos) Não ganhas nada com isso! . . . . .	695
A caça ao negro . . . . .	699
Chronica Negra. . . . .	705
Angelina Vidal . . . . .	709
Que fazer. . . . .	713
A evolução d'uma idéa . . . . .	717
Para que ser rei?. . . . .	721
Instrucção secundaria . . . . .	725
Instrucção secundaria . . . . .	727
A origem do mal. . . . .	731
A associação voluntaria. . . . .	737
Inimigos da sociedade . . . . .	743

Heroes!	747
Notas d'hoje. Os devassos.	751
Emilio Zola.	757
Pena de morte!	765
BIBLIOGRAFIA.	769
1. Arquivos e Bibliotecas	769
2. Guias para fontes, dicionários e obras de referência	769
3. Fontes.	770
4. Publicações periódicas (entre parênteses local da edição, periodicidade e anos consultados).	771
5. Estudos.	771
ÍNDICE REMISSIVO	775



## **APRESENTAÇÃO GERAL DAS OBRAS DE ERNESTO DA SILVA**

O primeiro historiador do movimento socialista, César Nogueira, afirmava em 1932 as dificuldades para o estudo do desenvolvimento das ideias socialistas em Portugal devido à falta de conservação de documentos escritos:

«Elaborar a história do movimento socialista em Portugal não é das tarefas mais fáceis. É um caminho cheio de escabrosidades. Quási tôda a documentação está extraviada ou perdida, o que torna mais difícil indagar a origem de determinados organismos, o motivo de certos movimentos, o estudo da vida social referente a diversas épocas, que marcaram etapas na obra socialista. Mesmo que se queira recorrer à imprensa, acontece a mesma coisa. Nem no Arquivo do Partido, nem nas Bibliotecas Públicas, se encontram colecções completas dos jornais socialistas ou operários. Está tudo truncado ou incompleto. De fôrma que é quási impossível poder acompanhar, passo-a-passo, a história socialista na região portuguesa»<sup>1</sup>.

Desde os anos em que o autor lamentava a perda da memória escrita do socialismo português muito se tem avançado na sua recuperação e ao menos, no que diz respeito à imprensa, instituições como a Biblioteca Nacional de Lisboa, a Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa, a

---

<sup>1</sup> NOGUEIRA, César – A-propósito do aniversário do P.S.P. *Pensamento*. Porto: ed. do Grupo Pensamento, nºs 22-23 (1932), janeiro-fevereiro, p. 523-524.

Biblioteca Municipal e Arquivo Histórico do Porto ou a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra conservam parte do acervo jornalístico do movimento socialista. Mas, como bem apontava César Nogueira, continua a ser dificultosa a localização de certa documentação que permitiria reconstituir o funcionamento interno dos seus organismos, instituições e agrupações. A análise da imprensa operária é, portanto, a fonte primária fundamental para o seu estudo. Paralelamente, é de salientar a inexistência de colectâneas que reúnam a obra dos militantes dos séculos XIX e XX, uma qualidade que parece reservada apenas para os escritores, filósofos, jornalistas ou políticos. Apesar de contar com vultos de prestígio, detentores de uma obra reconhecida, autores como Ladislau Batalha, José Fernandes Alves, Felizardo de Lima, Joaquim dos Anjos, César Nogueira, José Fontana da Silveira, Augusto Dias da Silva, Ramada Curto e tantos mais, nunca viram os seus textos organizados em edições críticas e anotadas que permitam aprofundar na análise do seu pensamento e, paralelamente, no desenvolvimento do socialismo português. Uma proposta sem continuidade foi a realizada por Maria Filomena Mónica e Maria Goretti Matias em 1986 sobre a vida e a obra de Manuel Luiz de Figueiredo, que apresenta uma recopilação de sessenta e quatro artigos jornalísticos publicados pelo autor entre 1900 e 1920<sup>2</sup>.

Não é caso único. A maioria dos membros da intelectualidade socialista oitocentista, entre eles, José Fontana, Azedo Gneco, Guedes Quinhones, Nobre França ou Lúcio Fazenda, publicou os seus textos na imprensa operária até porque muitos eram diretores dos jornais operários ou aí colaboravam, de modo tal que dela se impõe uma leitura atenta e demorada que leve ao levantamento desta obra oculta aos olhos dos investigadores. É necessário proceder-se à compilação destes textos com o ánimo de ajudar à reconstituição da história do pensamento operário em Portugal, resgatando-os das publicações periódicas mas também das edições avul-

---

<sup>2</sup> MÓNICA, Maria Filomena, e MATIAS, Maria Goretti – Manuel Luís de Figueiredo, um socialista ignorado. *Estudos e Documentos (ICS), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: ed. do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, p. 5-21.

sas de folhetos e opúsculos que viram a luz de forma independente, o que contribuirá também a realçar as individualidades da intelectualidade socialista. Foram estes os motivos que nos levaram a estudar a figura de Ernesto da Silva (1868-1903), compositor tipógrafo da Imprensa Nacional e militante do Partido Socialista Português. No decurso de poucos anos desenvolveu uma obra invulgar composta por contos, textos dramáticos, peças de teatro, textos de crítica literária e de teoria estética, artigos jornalísticos, manifestos, discursos e conferências. Cultivou ainda a tradução, literária e doutrinária, convertendo-se num dos primeiros divulgadores da obra de Benoît Malon e Paul Lafargue em Portugal. Porém, ele próprio e mais a obra ficaram esquecidos devido à prematura morte do autor, o interesse por outras figuras relevantes do socialismo português e o prolongado período da ditadura salazarista.

Recuperámos a maioria da obra conhecida respingando-a de diversas instituições que conservam alguns dos escritos que foram publicados de forma avulsa. Porém, o maior volume foi retirado dos jornais nos que colaborou, os vinculados ao movimento operário mas também do domínio republicano. Abrange dez anos da vida de Ernesto da Silva, entre 1893, data em que podemos documentar os primeiros textos, e 1903, ano da sua morte, acontecida a 25 de abril. O resultado é a publicação de uma obra inédita que estruturamos em três volumes sob o título geral de *Obras de Ernesto da Silva* segundo o seguinte plano:

Tomo I. Textos Literários. Páginas de crítica teatral e teoria estética (1893-1903): reunimos aqui os textos literários do autor no âmbito da narrativa e do teatro para além dos artigos jornalísticos nos que apresentou crítica de obras diversas, ou desenvolveu uma análise entorno à função social da literatura. O volume completa-se com exemplos de traduções de obras literárias para além de um conjunto de poemas dedicado a Ernesto da Silva.

Tomo II. Artigos jornalísticos (1893-1903): recuperámos a produção jornalística desenvolvida pelo autor e espalhada em publicações periódicas operárias e republicanas. Abordam temas diversos, desde a análise política à crítica social, o episódio do quotidiano e a necrológica.

Tomo III. Escritos políticos, conferências e discursos (1893-1903): é, junto ao tomo primeiro, o volume mais heterógeneo, pois nele incluímos vários textos de caráter doutrinário que o autor publicou de forma independente, e os discursos e conferências que pronunciou em lugares e circunstâncias diversos, bem como as intervenções nos órgãos partidários. Completamo-lo com a tradução dos textos doutrinários de autores do movimento operário coevo, textos de crítica política, cartas e bilhetes de agradecimento.

O trabalho de recolha, transcrição, fixação e estudo da obra escrita de Ernesto da Silva foi desenvolvido ao longo de vários anos. Foram muitas as instituições visitadas e as fontes compulsadas, maioritariamente jornais, alguns deles interditos à consulta. Assim, gostava de agradecer ao chefe de conservação das publicações periódicas da Biblioteca Nacional de Portugal, Dr. Luís Filipe França de Sá, ter autorizado a consulta dalguns destes exemplares. À Dr<sup>a</sup>. Maria João Gaiato, Chefe de Divisão do Arquivo Histórico da Imprensa Nacional Casa da Moeda, e à Dr<sup>a</sup>. Noémia Barroso, do Departamento de Relações Públicas/Histórico do Partido Socialista, pelo apoio na busca e envio dos documentos. Especial agradecimento devemos a Maria João Antunes, funcionária da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que encontrou, digitalizou e enviou o único exemplar conhecido de *Fontana e Sousa Brandão*, um dos primeiros textos escritos por Ernesto da Silva, reproduzido no Tomo III. Textos de Intervenção Política (1893-1903). Um reconhecimento ao pessoal da Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, bem como aos investigadores da Biblioteca Nacional pelo seu apoio e amizade nos convívios fora da sala de de leitura geral. Às Doutoradas Isabel Barros Dias e Maria Teresa Alves de Araújo, Professora Associada da Universidade Nova de Lisboa, pela correção do texto e amizade sincera. E a minha co-orientadora de tese, a Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, bem como os professores Doutores Luís Reis Torgal e Fernando Catroga, Catedráticos de História Contemporânea da Universidade de Coimbra, pelo seu magistério e o apoio amigo sempre.

E a Miguel.



## ESTUDO PRELIMINAR

A chegada de Ernesto da Silva ao movimento socialista é pautada por alguma incerteza em quanto à fixação do momento exato em que aconteceu que a reconstrução da sua carreira de escritor público pode ajudar a esclarecer. Aquando o momento da morte *Vanguarda* afirma a colaboração em *O Gráfico*, o órgão da Liga das Artes Gráficas, que se publicou nos meses de junho a novembro de 1889, mas a consulta dos exemplares conservados na Biblioteca Nacional de Portugal indica que esta informação não é correta<sup>3</sup>. Consideramos muito mais acertada a veiculada por Soto Maior Júdice (1834-1903), um dos chefes históricos do Partido Socialista Português (PSP), que afirma que, esta terá começado nos primeiros meses de 1892 em *Echo Socialista. Órgão do Partido Socialista do Norte* (1892-1894, 1899, 1900-1901), o jornal do Centro Operário de Propaganda Socialista do Porto, de recente fundação, onde terá publicado uma análise do Congresso Nacional das Associações de Classe, que se estava a celebrar em março desse ano na Cidade Invicta<sup>4</sup>. Deste modo, a sua militância política iniciar-se-á no Partido dos Operários Socialistas

---

<sup>3</sup> Ernesto da Silva. *Vanguarda*. Lisboa: n.º 2326 (1903), 26 de abril, p. 1. A crónica não está assinada, pelo qual julgamos que pode responder a Sebastião de Magalhães Lima, o qual, tendo em atenção a profissão gráfica do autor, julgou ele ter colaborado no primeiro jornal tipográfico vinculado aos socialistas lisboetas. Agradeço ao Dr. Luís França de Sá a disponibilidade para a consulta destes exemplares, seriamente deteriorados.

<sup>4</sup> SOTTO MAIOR JUDICE, A. H. – Ernesto da Silva. *A Federação*. Lisboa: Número especial. Homenagem, p. 1. Até à data não conseguimos documentar os comentários de Ernesto da Silva ao congresso «possibilista» portuense – como ficou conhecido –, pois os primeiros anos da vida do jornal não terão superado a passagem do tempo.

de Portugal (POSP), dirigido por Manuel Luiz de Figueiredo, mas sabemos também que, descontente com a orientação que este imprimira à agrupação, acudiu ao Pátio do Salema para falar com o chefe da cisão marxista, Eudóxio César Azedo Gneco (1949-1911), e se filiar no Centro Operário Socialista<sup>5</sup>, vinculado ao PSP, o que terá acontecido nos fins de 1892 ou nos inícios de 1893. Com a sua chegada ao movimento socialista abre-se uma breve mas intensa carreira jornalística claramente dividida em duas fases: de 1893 a 1897, e daqui à morte do autor, acontecida a 25 de abril de 1903.

Para ambos os períodos documentamos cento e sessenta e sete artigos da autoria de Ernesto da Silva escritos entre 1893 e 1903, assinados com o seu nome ou os pseudónimos «Babeuf» e «Ruy», incluídos os editoriais de *A Obra*, pouco mais do que um artigo por mês. A eles é preciso acrescentar os de crítica literária e estética, que inserimos no primeiro tomo das *Obras de Ernesto da Silva*, mais vinte e três textos que elevam a nómima a cento oitenta e nove artigos, quase dois por mês. Contrariando o critério seguido neste segundo volume resolvemos adotar para aquele um critério temático para dotar de unidade o primeiro tomo, dedicado à produção literária, como já explicámos. Toda esta obra, desenvolvida em apenas dez anos da vida do autor mostra uma capacidade invulgar de trabalho – tendo em atenção que falta considerar a produção literária do tomo I, e a contida no tomo III –, e mostra o seu desencanto com a orientação seguida pelos socialistas marxistas desde 1895 em diante. Esta deceção verifica-se até relativamente cedo. Se ainda antes da celebração da IIª Conferência Nacional Socialista em Tomar em outubro de 1895 ainda focalizava o debate em questões estritamente filosófico-ideológicas – afirmava, por exemplo, que o socialismo português tinha fugido a debates de escola –, depois dela começa um questionamiento face à orientação dada ao recém-nascido PSP, que acabará por derivar num confronto de liderança entre ele, um líder natural, e Azedo Gneco, um líder orgânico. O confronto saldar-se-á com o afastamento de Ernesto da Silva das estru-

---

<sup>5</sup> SANTARENO, José Martins – O Capital, de Ernesto da Silva. *República Social*. Porto: n.º 38 (1919), 15 de novembro.

ras partidárias e a aproximação aos republicanos, processo que podemos acompanhar a través da leitura cronológica dos seus artigos. Porém, já sob o ponto de vista temático esta obra jornalística pode ser enquadrada em cinco campos temáticos: crónica política, crónica social, episódio do quotidiano e necrológica, como veremos a seguir<sup>6</sup>.

## I. Militância socialista e jornalismo partidário (1893-1897)

Note-se que na fixação cronológica desta epígrafe adiamos a data até 1893, não considerando o ano 1892 por não podermos verificar, no dia de hoje, a informação veiculada por *Vanguarda* e por Soto Maior Júdice<sup>7</sup>. Deste modo, consideramos que o primeiro período abrange pouco mais de quatro anos e finaliza quando Ernesto da Silva abandona definitivamente a militância partidária<sup>8</sup>. Neste tempo escreve principalmente em publicações socialistas. O programa do PSP, aprovado na IIª Conferência Nacional Socialista em outubro de 1895, concebia a imprensa como um instrumento destinado à educação política dos operários com o intuito de «ampliar a propaganda oral (...) recorrendo ao jornal, o folhêto, panfleto, livros, notícias, artigos e correspondências em jornais estranhos, cartazes, manifestos, protestos e outros generos de publicidade»<sup>9</sup>. Por este motivo, os socialistas do PSP esforçaram-se por manter sempre ativo um jornal e, de facto, conseguiram-no até 1900 apesar das inúmeras dificuldades que

---

<sup>6</sup> PERALTA GARCÍA, Beatriz – Os pioneiros do artigo de opinião em Portugal. As colunas jornalísticas de Ernesto da Silva (1892-1903). *Revista Portuguesa de História* – T. LI (2020), p. 202-221, especialmente p. 216 e ss.

<sup>7</sup> Do jornal constam duas referências no depósito da Biblioteca Nacional, das que se conserva apenas o nº 1, de 8 fevereiro de 1892, correspondente à primeira época. Verifica-se ainda uma terceira na Biblioteca Pública Municipal do Porto, mas não responde à data de 1892.

<sup>8</sup> Vid. percurso vital de Ernesto da Silva em Estudo preliminar. II. Vida e obra de Ernesto da Silva (1868-1903). PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo I. *Textos literários. Textos literários. Páginas de crítica teatral e teoria estética (1893-1903)*.

<sup>9</sup> NOGUEIRA, César – *Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português (1871-1926)*. Porto: Edição da Revista Pensamento, 1932, p. 41.

tiveram de superar. Foi assim que surgiu *Revolucionário*, o primeiro jornal dos socialistas marxistas – antes até do PSP nascer oficialmente, na altura em que era ainda um grupo no seio do Partido dos Operários Socialistas (POSP) –, cuja apresentação se fez coincidir com a comemoração da festa da Comuna de 1893. Ernesto da Silva colaborou com ao menos três artigos aparecidos entre março e maio desse ano sob a rubrica «Babeuf», antes do encerramento da publicação apenas dois meses depois de vir à luz<sup>10</sup>. Este foi o primeiro dos pseudónimos utilizados por Ernesto da Silva, sempre para assinar artigos jornalísticos, bem diferente do pseudónimo «Ruy», destinado maioritariamente aos textos de ficção mas que também aparece nalguns artigos, como adiante veremos. O primeiro dos que publicou é uma crítica à implantação do sistema das Bolsas de Trabalho em Portugal, enquanto que os outros dois fazem referência à comemoração do 1.º de Maio. Já militante na cisão de Azedo Gneco e, portanto, cada vez mais afastado de Manuel Luiz de Figueiredo, Ernesto da Silva fora encarregado de redigir o Manifesto do 1.º de Maio de 1893 – que assinou em nome do Centro Socialista de Lisboa –<sup>11</sup>, mas ainda publicou um artigo em abril do qual conhecemos apenas alguns excertos transcritos por Bombardett em *O Revolucionário* em 1902, quando ainda se mantinha a polémica sobre o modelo de celebração do 1.º de Maio, com o intuito de demonstrar a sua mudança de opinião respeito ao que afirmava em 1893. Fora esta uma tomada de posição que originou um dos confrontos

---

<sup>10</sup> Segundo Victor de Sá o jornal era o órgão da Associação dos Trabalhadores, de tendência possibilista e, portanto, vinculado ao Partido dos Operários Socialistas de Portugal. Vid. SÁ, Victor de – *Roteiro da imprensa operária e sindical 1836-1986*. Lisboa: Ed. Caminho, 1991, p. 83. Porém, o sapateiro José Pereira Laginha aparece como fundador, Paulo da Fonseca como editor, e o corpo dos redatores integrado por Azedo Gneco, Bartolomeu Constantino, Soto Maior Júdice, e Angelina Vidal, para além de nele se fazer referência às reuniões da Federação das Associações de Classe. Entendemos que o jornal é da alçada de Azedo Gneco e, portanto, vinculado ao Partido Socialista Português, embora o Partido fosse nestes anos ainda uma cisão do PSOP, só formalmente vindo à luz no congresso de Tomar de outubro de 1895. PERALTA GARCÍA, Beatriz – *A imprensa lisboeta do Partido Socialista Português (1893-1907)*. *Ler História*, no prelo.

<sup>11</sup> Cfr. Manifestos do 1º de Maio. Manifesto do 1.º de Maio de 1893. PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo», Tomo III. Escritos políticos, conferências e discursos (1893-1903)*.

entre ele e Azedo Gneco, os quais acabaram por causar o abandono das organizações do PSP.

Após a desapareição de *Revolucionário* os socialistas do PSP tentaram lançar novo jornal, de nome *A Plebe*, que devia sair na festa do 1.º de Maio, mas o projeto fracassou<sup>12</sup>. O jornal mais duradouro desta agremiação foi *A Federação* (Lisboa, 1893-1900), vinculado não ao Partido, mas à organização sindical dele dependente, a Federação das Associações de Classe. Ernesto da Silva participaria desde o número programa – que apareceu nos fins de dezembro de 1893 –, na secção do folhetim. Semanas depois publicará o seu primeiro artigo, a 18 de fevereiro. A preparação do jornal foi da responsabilidade de uma comissão que trabalho sem descanso durante todo o ano de 1893 integrada por Azedo Gneco, Eusébio dos Santos, Soto Maior Júdice, Cândido Leal, Feliciano de Sousa, Teodoro Ribeiro, Francisco de Assis, e Borges Ventura<sup>13</sup>. É ao corpo dos redatores que Ernesto da Silva representará em outubro de 1894 na festa comemorativa de *A Voz do Operário*<sup>14</sup>. Paralelamente, simultaneou o trabalho com a colaboração em *Revista Social* (Porto, 1894), da Fundação Antero de Quental, onde permaneceu entre 1893 e 1896<sup>15</sup>.

A transformação de Ernesto da Silva de redator em colunista em *A Federação* aconteceu de forma lenta. Dos dois únicos artigos que publicou em 1894 apenas um é de caráter político, «Dessorando!» (nº 7, 18 de fevereiro), enquanto que o outro é uma crítica à peça teatral de D. João

---

<sup>12</sup> Sobre os jornais dos socialistas marxistas vid. PERALTA GARCÍA, Beatriz – A imprensa lisboeta do Partido Socialista Português (1893-1907). *Ler História*, no prelo.

<sup>13</sup> VASCONCELLOS, Carlos d'Almeida – A Federação. Dois annos de publicidade. *A Federação*. Lisboa: nº 105 (1896), 5 de janeiro, p. 2.

<sup>14</sup> A Voz do Operario. *A Federação*. Lisboa: nº 42 (1894), 21 de outubro, p. 1.

<sup>15</sup> SOTTO MAIOR JUDICE, A. H. – Ernesto da Silva. *A Federação*, Lisboa, Número especial. Homenagem, p. 1. A Biblioteca Nacional de Portugal conserva apenas o nº 1, que não regista colaboração de Ernesto da Silva. Vid. *Revista Social. Publicação quinzenal do Instituto Antero de Quental. Destinada á defeza e educação da classe trabalhadora*, Porto, nº 1 (1894), 15 de julho.

da Câmara «O Pântano» (nº 47, 25 de novembro)<sup>16</sup>. O salto aconteceu em 1895, embora os textos de crónica sócio-política dominem face àqueles que poderíamos considerar de conteúdo maioritariamente político, que terão lugar destacado em 1896 até ao abandono do jornal. Os dois últimos, «A propaganda» e «O município livre» (março de 1896), significativamente, foram assinados sob o pseudónimo de «Babeuf». Ernesto da Silva parece ter começado a treinar esta faceta no semanário *O Operário de Coimbra* (Coimbra), aceitando o convite que José Maria Santos Nazareth lhe fizera em 1895 para ser seu correspondente em Lisboa. O jornal coimbrão surgiu como resposta à desapareição de *A Officina* (Coimbra, 1883-1891), do Centro Socialista de Coimbra, suspenso após a revolta de 31 de janeiro de 1891, mas apenas se manteve em ativo dois meses. Do conjunto dos cinco artigos que aí publicou destacam os intitulados «A questão social I, II, III, IV» (setembro e outubro de 1895), nos que Ernesto da Silva descreve a evolução do socialismo. Deste modo encontramos-nos com uma das primeiras histórias do movimento socialista em Portugal, que completará anos depois com «O movimento operário I, II, III, IV e V», em *A Obra* em 1898. É nesta publicação que também viram a luz algumas páginas do capítulo XXXII de *Précis historique, théorique et pratique de socialisme* (Paris, 1892), de Benoît Malon, que recentemente traduzira e publicara sob o título «A injustiça económica»<sup>17</sup>.

Completava-se o primeiro ano da chegada de Ernesto da Silva à redação de *A Federação* e apenas uns dias depois do congresso de Tomar quando apresentou pedido de demissão como redator, também da comissão de propaganda do Partido. A ata da reunião da Federação das Associações de Classe, de 21 de outubro de 1895, recolhe que alegou falta de saúde

---

<sup>16</sup> Cfr. PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo I. *Textos literários. Páginas de crítica teatral e teoria estética (1893-1903)*.

<sup>17</sup> MALON, Benoit – *A injustiça económica*. Lisboa: Typographia do Commercio, 1895, tradução de Ernesto da Silva. Texto reproduzido em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo III. *Escritos políticos, conferências e discursos (1893-1903)*.

e «outros poderosos motivos» que não foram explicitados<sup>18</sup>, mas face aos acontecimentos posteriores podemos documentar nesta altura o seu desencanto com o desenvolvimento da política portuguesa coeva – a ação governativa de Hintze Ribeiro e João Franco, em particular com a aprovação da lei eleitoral de 1895 – e, conseqüentemente, com a orientação seguida pelo PSP. O requerimento não foi aceite e Ernesto da Silva manteve-se no seu lugar, ao menos no jornal, embora por poucos meses, pois a 23 de março de 1896 abandonou-o definitivamente, bem como o cargo de secretário da União 1.º de Maio, que organizava os atos da festa operária, e onde era responsabilizado pela redação do manifesto aos trabalhadores desde 1893 a 1895. Este afastamento é reflexo de dois fortes confrontos com Azedo Gneco. O primeiro teve a ver com o modelo de celebração do 1º de Maio, pois Ernesto da Silva considerava a sua dimensão reivindicativa cada vez mais enfraquecida face à festa conseqüente da folga laboral de que os operários beneficiavam nesse dia. Em última instância as diferenças relativas ao modelo da comemoração festiva dos trabalhadores ocultavam uma divergência profunda em quanto à estratégia que o Partido devia seguir na luta contra o capitalismo. Após a aprovação do decreto eleitoral de 1895, que restringiu notavelmente o corpo eleitoral, Ernesto da Silva começou a contestar o sistema de luta seguido até essa altura pelos socialistas. Intensificou o questionamento da Monarquia e do seu sistema político, e começou a não colocar de lado elementos da luta dos anarquistas – como a greve geral –, e dos republicanos – a preferência na mudança de regime político<sup>19</sup> –, o que o levaria ao enfrentamento com Azedo Gneco, que defendia para os socialistas uma ação própria afastada destas organizações.

Após o abandono de *A Federação* Ernesto da Silva seguiu um caminho muito pessoal. O objetivo do fim da Monarquia aproximou-o dos republicanos, redobrando a colaboração com eles ao escrever nas suas

---

<sup>18</sup> ANTT – *Partido Socialista Português NC 1-6 Caixa 1. Actas da Federação das Associações de Classe. L. 2.* Acta da sessão da Federação das Associações de Classe em 21 de outubro de 1895, p. 147-153.

<sup>19</sup> SILVA, Ernesto da – *A lucta politica. A Obra*. Lisboa: nº 122 (1897), 16 de maio, p. 1.

publicações. A primeira foi *A Vanguarda* (Lisboa, 1891-1911), na altura dirigida por Faustino da Fonseca (1871-1918). A ela chegou em abril de 1896 e manteve-se até aos meados do ano, sendo o seu último artigo «O que ha a fazer» (nº 1810, junho de 1896), onde continuou a defender o entendimento entre socialistas e republicanos, embora declarando-se inequívocamente socialista. Nos apenas três meses que aí publicou abordou fundamentalmente a crónica política na defesa dos direitos dos trabalhadores e das crianças. O seu abandono produziu-se de forma abrupta como resultado da disputa travada entre o jornal e *A Federação*, conduzido nessas semanas por Luiz de Judicibus, que substituiu Azedo Gneco por este se encontrar em Londres nos trabalhos do Congresso da Internacional Socialista – que foi tema do artigo «O congresso de Londres» (nº 1775, maio de 1896). Desde a atalaia de chefe editorial resolveu entrar em disputa contra quem, a seu juízo, se mostravam coniventes com os governos da Monarquia. Não era a primeira vez. Desde junho de 1895 a janeiro de 1896 denunciara as ligações entre o POSP e o Partido Regenerador, mas desta vez *A Vanguarda* devolveu o golpe acusando pela sua vez os socialistas de cumplicidade com os mesmos governos. Apanhado em fogo cruzado, Ernesto da Silva acabou por abandonar o jornal mas não a colaboração com a imprensa republicana<sup>20</sup>.

Entre dezembro de 1896 e os fins de maio de 1897 escreveu em *O Paiz*, de Alves Correia (1860-1906), uma colaboração breve mas intensa destinada a defender-se de graves acusações. No primeiro dos artigos que aí viram a luz aludiu a Alberto Bramão, que menosprezara o seu drama *O capital* (nº 400, 7 de dezembro de 1896), enquanto que na série «Theatro de D. Maria I (I, II, III, IV, V, e VI). (A moral do theatro)» explicou a rejeição desta casa a estrear outra das suas peças, *A victima*<sup>21</sup>. Porém foi *O Paiz*,

---

<sup>20</sup> Vid. relato mais pormenorizado desta querela em PERALTA GARCÍA, Beatriz – Os pioneiros do artigo de opinião em Portugal. As colunas jornalísticas de Ernesto da Silva (1892-1903). *Revista Portuguesa de História* – T. LI (2020), p. 210-212.

<sup>21</sup> Cfr. PERALTA GARCÍA, Beatriz – Estudo preliminar a *Obras de Ernesto da Silva*, «O apóstolo do socialismo». Tomo I. *Textos literários. Páginas de crítica teatral e teoria estética (1893-1903)*.



como também o órgão das associações das classes metalúrgicas, *O Echo Metallurgico*, que acolheu a defesa que Ernesto da Silva fez dele próprio da expulsão dos centros socialistas de Belém e Alcântara em «Á opinião pública» (nº 570, 29 de maio). Expôs aí a sua visão do socialismo como uma ideologia em constante progresso que consubstancia a ideia anarquista:

«As minhas tão apregoadas tendencias anarchistas resumen-se em julgar a phylosophia do accordo mutuo e livre expansão que o programma do socialismo portuguez já considera a formula da ultima progressão da ideia socialista. Afinal não é de espanto o facto apontado, não ultrapassa a theoria do evolucionismo»<sup>22</sup>.

A polémica tinha nascido nos meados de fevereiro em Setúbal no decurso da conferência que pronunciara na cidade, mas tinha alcançado uma pequena trégua enquanto decorriam as greves dos tecelões da fábrica das Varandas e a dos gazomistas, e os trabalhos do congresso operário das associações de classe que entretanto se celebrara, mas rebentou de novo nos fins de abril de 1897, quando Ernesto da Silva aceitou o convite dos carpinteiros civis para dirigir o seu órgão de classe, o jornal *A Obra*. No seu primeiro editorial, «O plebiscito» (nº 121, 9 de maio) denunciou, inesperadamente, a celebração da festa dos trabalhadores criticando o simples carácter festivo que começava a atingir. Segundo ele, a luta contra o capitalismo que distinguia o socialismo era esquecida para considerar o Partido apenas um instrumento de alívio quando as condições de trabalho e de vida agravavam. Daí que o 1.º de Maio tivesse abandonado a sua natureza reivindicativa para se ficar apenas na encenação da cerimónia. Em 1896 ainda alabara o cortejo festivo mas em 1897, depois de ter sido exonerado das suas responsabilidades da redacção do Manifesto que todos os anos era lançado aos operários, e do questionamento ideológico que

---

<sup>22</sup> SILVA, Ernesto da – Á opinião publica. *O Paiz*. Lisboa: nº 570 (1897), 29 de maio, p. 2; Documentos para a historia. *O Echo Metallurgico*. Lisboa: nº 75 (1897), 6 de junho, p. 3.

sofrera desde as críticas dos soldadores de Setúbal meses antes, determinou revelar a sua opinião a respeito da comemoração da maior das festas operárias. No seio do movimento socialista o ataque surpreendeu negativamente. Gneco interpretou-o como a prova definitiva que sustentava as denúncias que lhe fizeram os trabalhadores setubalenses, mas Ernesto da Silva já tinha perdido o medo a se exprimir livremente. Perante o editorial e o anúncio da publicação da versão portuguesa de *As prisões*, de Kropotkine, Gneco reagiu acusando formalmente Ernesto da Silva de ser um «elemento dissolvente». Não duvidou em lhe atribuir a redação do editorial, estendendo o confronto durante todo o mês até que a reunião de 30 na Liga das Artes Gráficas marque a ruptura definitiva entre os dois. Ernesto da Silva acudiu com as posições previamente definidas no artigo publicado em *O Paiz* na véspera e recolhido posteriormente por *O Echo Metallurgico*, e no editorial de *A Obra* que publicou nesse mesmo dia.

A reunião foi extremamente tensa. Para essa altura as relações com Gneco estavam seriamente deterioradas e acabariam por se romperem definitivamente. De um lado, o próprio; de outro, o chefe socialista, que tal como acontecera na crise que levou à cisão de 1892, acabou por cair – na perceção de Ernesto da Silva – nos erros nos que outrora acusara Manuel Luiz de Figueiredo. E como então, a orientação dada ao Partido fora o conflito em que se debateram os opositores, porém, com uma diferença significativa. Apenas cinco anos antes o debate travava-se entorno à estratégia a seguir, o que deu lugar à oposição entre os «possibilistas» ou reformistas, e os «marxistas». Agora a luta colocava-se entre dois líderes e a adaptação do Partido ao momento político, bem como a diferente conceção do mesmo, prenúncio do funcionamento dos partidos políticos de massas do século XX. A divergência política de Ernesto da Silva foi entendida por Azedo Gneco como cisão ideológica – capaz, por outro de lado, de neutralizar possíveis antagonismos de liderança –, donde veio a acusação daquele do Partido Socialista estar a ser dirigido de forma despolítica, como um quartel militar:

«Um partido não pôde, nem deve ser um nucleo de individuos acorrentados ao principio do *grande homem*; tem de ser a reunião de identicas crenças e aspirações, guiadas, dirigidas, não pela subordinação ao *chefe*, mas submettidas ás necessidades geraes resultantes do accordo mutuo.

O que não fôr accordo é violencia. Um partido não é uma caserna.»<sup>23</sup>.

É esta a razão que explica a nova violência com que *A Federação* acolheu a orientação que seu antigo colaborador dera a *A Obra*, a quem não duvidou em considerar adepta às teorias ácratas – vinculação que resiste ainda até aos dias de hoje<sup>24</sup>. Magoado no mais profundo da alma, cansado da luta fratricida, e doente, Ernesto da Silva apresentou sua renúncia definitiva à militância partidária em carta de 2 de junho de 1897, saindo também da direção do jornal. Retirou-se a Belas até 10 de julho, quando regressou a Lisboa, mas neste tempo ainda viram a luz dois artigos em *A Obra* sob o pseudónimo de Babeuf: «O momento político» (nº 127, 20 de junho) e «A disciplina» (nº 129, 4 de julho).

## II. A direcção de *A Obra* e os seus editoriais (1897-1900)

A primeira chegada a *A Obra* é caracterizada, assim, pela brevidade – apenas se manteve no lugar durante o mês de maio de 1897 –, pois veio a ser bruscamente interrompida pelos acontecimentos de 30 e o posterior abandono do Partido e do jornal. Este seria também um afastamento curto, pois voltou como colaborador a 24 de outubro desse mesmo ano. Pouco depois, a partir de 14 de novembro, assumia de novo a direção e com ela, desta vez, a autoria dos editoriais – os artigos de fundo<sup>25</sup>, por-

---

<sup>23</sup> SILVA, Ernesto da – A situação. *A Obra*. Lisboa: nº 124 (1897), 30 de maio, p. 1.

<sup>24</sup> SÁ, Victor de – *Roteiro da imprensa operária e sindical 1836-1986*. Lisboa: Ed. Caminho, 1991, p. 81.

<sup>25</sup> Segundo recordava Ramos Lourenço, que trabalhara com ele no jornal, aquando o momento da morte. O texto está datado a 29 de abril de 1903 em Sintra, e assinado pelo autor. *Justiça. Homenagem a Ernesto da Silva*. Lisboa: número único (1903). 1º de maio, p. 4.

tanto, sem assinatura –, até 10 de abril de 1898, quando abandonou, de novo, a direção e o corpo dos redatores junto a Teodoro Ribeiro e José do Vale<sup>26</sup>. Também não será definitivo e de facto a colaboração manteve-se até à morte perzafendo um total de quarenta e sete artigos publicados entre 1897 e 1902, para além de vinte e três editoriais nos seis meses que medeiam entre novembro de 1897 e abril de 1898, e mais nove publicados de outubro de 1899 a abril de 1900.

Assim, de regresso ao jornal nos fins de 1897, enfeitado com as vestes de editor, aproveitou bem a nova situação que se lhe oferecia, e livre das ataduras que a militância partidária comportava Ernesto da Silva pôde, finalmente, enfrentar ideologicamente Gneco e explicar a sua visão política do socialismo na viragem do século. Fê-lo contestando oportunamente os editoriais de *A Federação* a través dos editoriais do jornal *A Obra*, sem recurso a artigos assinados sob o seu nome, que usou, por exemplo, quando o jornal foi atacado pelo anarquista *O Trabalhador* («A intervenção estrangeira», nº 151, 5 de dezembro de 1897), ou para contestar cronistas, como Costa Goodolphim («As costureiras», n.º 163, 27 de fevereiro de 1898, e «As costureiras», nº 166, de 20 de março de 1898). Diga-se de passagem que no último artigo dedicado a este intelectual Ernesto da Silva se auto-descobriu como a personalidade oculta no pseudónimo de «Ruy», que já empregara largamente em *A Federação* para assinar os contos e textos dramáticos que viram a luz na secção dedicada ao folhetim.

Voltando, porém, aos editoriais, salientamos que alguns dos seus títulos introduzem a auto-referência: «No nosso posto» (nº 150, 28 de novembro de 1897), «A nossa attitude» (nº 161, 13 de fevereiro de 1898), e «A nossa lucta» (nº 165, 13 de março de 1898), nos que alude à polémica e ao enfrentamento com o chefe socialista e permite estabelecer a autoria do redator de forma clara, também para toda a série até à sua saída da direção. Denuncia neles – como fizera meses antes em artigos firmados – o tipo de liderança que Azedo Gneco impusera no seio do Partido, não

---

<sup>26</sup> Ao público. *A Obra*. Lisboa: nº 169 (1898), 10 de abril, p. 1.

permitindo qualquer contestação de tipo organizativo, estratégico, conceitual, e muito menos político, sob pena de o revoltoso ser considerado um «elemento dissolvente». Daí que o primeiro, aparecido muitos meses depois da reunião da Liga das Artes Gráficas, nos fins de novembro de 1897, fosse dedicado a defender-se das acusações de filo-anarquismo que lhe fizeram e a expor a sua visão do socialismo:

«Quando infamíssima cabula se julgou alijar os elementos incomodos que pretendiam discutir as conclusões dogmaticas de *chefias omnipotentes*, foram taes *indisciplinados* alvo de indecorosa campanha, que mais ou menos mysteriosa e irresistivelmente tem vindo accentuando a nojenta digressão, deixando apoz si um rasto ihnobil e ascoroso».

Para além dele próprio aludia a dois vultos significativos, Ladislau Batalha e Tedodoro Ribeiro, seus amigos pessoais, que se afastaram do Partido no decurso de 1897, em janeiro e março, respetivamente, antes até do episódio com os soldados de Setúbal e da reunião da Liga das Artes Gráficas, mostrando que no seio do PSP era vivida, quanto menos, uma situação incómoda.

Este uso particular do editorial, destinado por vezes à auto-defesa e não a marcar a opinião do jornal, supõe uma deturpação pontual, embora consciente, da sua função jornalística, a de valorar um facto noticioso. Ernesto da Silva estava ciente de vir a adular o papel exercido pelo editorial na imprensa. Por exemplo, no texto de que tomámos o excerto anterior ele próprio afirmava que tentava abordar questões de interesse para a classe trabalhadora: «A provar: 1.º de maio, plebiscito, propostas de fazenda, empreitadas, situação partidaria, cooperativismo, etc»<sup>27</sup>, mas ainda haveria de lamentar ter de voltar à liça pessoal para defender à classe dos pintores quando foram indigitados traidores à classe operá-

---

<sup>27</sup> No nosso posto. *A Obra*. Lisboa: n.º 150 (1897), 28 de novembro, p. 1.

ria<sup>28</sup>. Dedicara vários editoriais a todas aquelas questões, mostrando as «incoerências» – é adjetivo do autor –, de *A Federação* nos seus editoriais, da pena de Azedo Gneco, pois defenderam, por exemplo, o trabalho por empreitada com o apoio das cooperativas, em oposição ao disposto no programa partidário de 1895, ou mudaram de opinião sem justificação aparente<sup>29</sup>. Porém, em termos gerais conseguiu que os editoriais desta etapa mostrassem a tomada de posição do jornal *A Obra*<sup>30</sup>.

Estiveram dedicados, por um lado, à análise de questões políticas, entre elas, a denunciar as consequências da crise financeira que Portugal alastrava desde 1891, em particular a iminente intervenção estrangeira a causa da insolvência do país, de que se fizera eco *A Federação* de ordem a não afetar os trabalhadores portugueses. Para além de censurar a posição do órgão partidário é neles veiculada uma visão da crise baseada no exame que dela fizera um dos seus amigos abnegados, Francisco José Teixeira Bastos (1857-1901) – a quem consagrará uma necrológica aquando o momento da morte<sup>31</sup> –, recolhida nas obras *A crise* (1894) e *A dissolução do regimen capitalista* (1897), esta última divulgada no jornal *A Obra*, da qual é transcrito um excerto<sup>32</sup>. Por outro, a defender a colaboração do socialismo português com organizações afins, em particular, os republicanos, como estratégia de avanço à Revolução Social:

«A missão especial do partido socialista portuguez, está naturalmente determinada n’este momento de quasi absoluta ruina nacional, fomentar a maxima instrucção popular, diffundir principios de larga propaganda analytica ao povo

---

<sup>28</sup> SILVA, Ernesto da – Carta-Artigo. *A Obra*. Lisboa: n° 173 (1898), 8 de maio, p. 1.

<sup>29</sup> A ultima prova. *A Obra*. Lisboa: n° 164 (1898), 6 de março, p. 1.

<sup>30</sup> De cá ou de lá?... *A Obra*. Lisboa: n° 159 (1898), 30 de janeiro, p. 1.

<sup>31</sup> SILVA, Ernesto da – Teixeira Bastos. *A Obra*. Lisboa: n° 330 (1901), 2 de junho, p. 1, reproduzido no presente volume.

<sup>32</sup> Sobre esta obra de Teixeira Bastos vid. a análise de CASCÃO, Rui – A crise económica e social dos finais do século XIX. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Tomo XXVII (1992), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de História Económica e Social, p. 165-187; as referências a *A dissolução do regimen capitalista* (1897) no editorial do número 156, de 9 de janeiro, intitulado «A crise nacional», neste volume.

operario, actuar politicamente no sentido de obrigar no mais curto periodo o partido republicano a cumprir o programma partidario. Assim, mantida com inteireza a autonomia partidaria, teriamos todos os que desejamos sociedade mais justa e egualitaria preparado o *final* por que anecemos»<sup>33</sup>.

Tratava-se de se manter fiel às ideias que o levaram ao Pátio do Salema em 1892, que expôs em *Proletários e burgueses* (1893), ou que presidiram a fracassada tentativa de fundação do jornal *A Plebe*, tal como revelará meses depois numa esclarecedora «Carta-artigo» dada à luz imediatamente depois de abandonar *A Obra*:

«Defenderá todas as reformas democraticas, combaterá sem compromissos contra as instituições monarchicas: e ficará na opposição, em prol do socialismo, logo que o partido republicano seja poder»<sup>34</sup>.

Para Ernesto da Silva a deterioração no funcionamento do PSP é por sua vez reflexo e consequência da péssima organização do sistema monárquico que, assente no analfabetismo popular, corrompe até o próprio movimento operário, orientado por elementos incapazes – em alusão velada a Azedo Gneco e os seus adeptos. Deste modo teve de sair em apoio à associação dos pintores, que se recusaram a participar no cortejo do 1º de Maio de 1898 e receberam as iras do chefe socialista. Nos editoriais de março e abril celebrara a festa da Comuna: «(...) a maior data do kalendario socialista: – o 18 de março»<sup>35</sup>, mas no intitulado «O cortejo» (nº 167, 27 de março) criticara de novo a perversão que sofrera a festa socialista desde que fora instituída anos antes. Agora, os pintores viam-se acusados de «traidores» por aqueles que, na sua opinião, usaram a organização socialista em defesa de interesses espúrios. Por outras palavras, Ernesto da Silva acusava Azedo Gneco de corrupção pelas suas ligações

---

<sup>33</sup> Novas theorias. *A Obra*. Lisboa: nº 160 (1898), 6 de fevereiro, p. 1.

<sup>34</sup> SILVA, Ernesto da – Carta-Artigo. *A Obra*. Lisboa: nº 173 (1898), 8 de maio, p. 1.

<sup>35</sup> A communa. *A Obra*. Lisboa: nº 166 (1898), 20 de março, p. 1.

com a cooperativa A Lusitana, vinculada à Associação de Classe dos Condutores e Cocheiros, de que na altura era diretor:

«Vimos nós, ha mezes, os que deviam ser orientadores defender encarnadamente o regimen das empreitadas industriaes, usando e abusando da preponderancia pessoal que os trabalhadores teem consentido, a fim de passar em julgado uma *manobra* que só tinha por fim justificar um acto d'uma cooperativa»<sup>36</sup>.

Ernesto da Silva abandonou a direção de *A Obra* a 8 de maio de 1898 junto a Teodoro Ribeiro e José do Vale, sem oferecer quaisquer informações aos leitores. Declinaram a autoria do número de 10 de abril... e mais nada<sup>37</sup>. Este é o ano em que a sua vinculação com o movimento operário e socialista é reduzida ao mínimo. Em 1898 documentamos apenas a assistência a uma reunião da cooperativa A Libertadora em janeiro, uma conferência fora de Lisboa em abril, uma necrológica ao amigo Lemos de Castro em maio<sup>38</sup>, um apelo a Azedo Gneco a demonstrar as acusações feitas em setembro<sup>39</sup>; e dois artigos, um em setembro<sup>40</sup>, e outro em novembro<sup>41</sup>, este sob o pseudónimo de Babeuf. A partir de dezembro e até março de 1899 encetou a redação de uma breve história do movimento operário (I, II, III, IV e V), e a relação com *A Obra* tomou novo impulso. Colabora regularmente desde janeiro até julho com artigos assinados sob o seu nome. Também se deixa ver nas associações partidárias: assiste às reuniões da Liga das Artes Gráficas, e às das cooperativas A Lusitana e A Libertadora; oferece algumas conferências: na Associação de Classe dos Operários de Tinturaria e Estamparia, na Associação de Classe dos

---

<sup>36</sup> A traição. *A Obra*. Lisboa: nº 168 (1898), 3 de abril, p. 1.

<sup>37</sup> Ao publico. *A Obra*. Lisboa: nº 169 (1898), 10 de abril, p. 1.

<sup>38</sup> Lemos de Castro. *A Obra*. Lisboa: nº 174 (1898), 15 de maio, p. 1.

<sup>39</sup> Ao povo operario. *A Obra*. Lisboa: nº 190 (1898), 11 de setembro, p. 1.

<sup>40</sup> Benoit Malon. *A Obra*. Lisboa: nº 191 (1898), 18 de setembro, p. 2.

<sup>41</sup> Escolhidos e reprobos. *A Obra*. Lisboa: nº 199 (1898), 13 de novembro, p. 1-2.



Pintores da Construção Civil, na Liga das Artes Gráficas, no quarto aniversário da reaparição de *A Obra*, com motivo do 1.º de Maio, em festas associativas, ou em sessões de propaganda. Deste regresso às agremiações operárias destaca a celebração da homenagem a Zola em setembro e da mensagem que se lhe fez chegar. Ernesto da Silva foi o seu inspirador, dirigiu a comissão, e redigiu o texto em nome da Liga das Artes Gráficas, da Associação de Classe dos Impressores, e da Associação de Classe dos Lithografos, que deu a conhecer em leitura pública a 15 de outubro de 1899 (datação do texto)<sup>42</sup>.

Uns dias antes voltara à direção do jornal *A Obra*. Desde 1 de outubro de 1899 e até 22 de abril de 1900 assumiu de novo a redação dos editoriais, mas desta vez assinou-os como Babeuf. O feito era, todavia, um segredo público que a mesma *A Obra* confirmou em dezembro de 1899 dizendo que o seu diretor era Ernesto da Silva, «sabido como é de todo o movimento operário»<sup>43</sup>. Libertado de vez dos enfrentamentos com Gneco e talvez protegido no anonimato que o pseudónimo encobre, pode dar aos editoriais desta nova etapa o significado que, por ventura, não atingiram entre 1897 e 1898. Ocupou-se, agora, de abordar questões de política interna: a crise sócio-sanitária derivada da peste bubónica, a questão dos monopólios, a educação dos trabalhadores, as eleições municipais de 1899, as iniciativas privadas de luta contra a tuberculose...; e externa, em particular, o conflito boer. Deste novo conjunto podemos salientar o intitulado «A lucta política» (nº 248, 5 de novembro de 1899), dias antes das eleições legislativas de 26 de novembro, em que analisa a atitude do PSP face ao sistema político, que permite pulsar a evolução pessoal de Ernesto da Silva como militante socialista. O decreto de 28 de março de 1895 e posterior lei de 21 de maio de 1896 vieram restringir notavelmente o corpo eleitoral. Descontentaram todos<sup>44</sup> e levou a personalidades como Ernesto

---

<sup>42</sup> Homenagem a Zola. *Vanguarda*. Lisboa: nº 1039 (2985) (1899), 29 de setembro, p. 1-2.

<sup>43</sup> Cooperativas de Pharmacia. *A Obra*. Lisboa: 254 (1899), 17 de dezembro, p. 2.

<sup>44</sup> MÓNICA, Maria Filomena – As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910. *Análise Social*. Vol. XXXI (139), 1996 (5º), especialmente p. 1063 e ss.

da Silva a convencerem-se de não haver solução possível aos problemas dos operários a través da via parlamentar, como sempre defenderam os socialistas marxistas. Daí que visse só na educação do trabalhador, no fomento do seu pensamento crítico, o único instrumento capaz de destruir desde dentro o regime monárquico e burguês. Quem, sob o seu ponto de vista, defendiam esta estratégia de oposição eram os socialistas libertários. Ou seja, não era tanto uma mudança ideológica como uma questão estratégica, como se esforçara em explicar. De facto, nunca contemplara que os socialistas, marxistas ou libertários, atingissem jamais o poder, mas os republicanos. Assim, via com desilusão os primeiros, seus antigos correligionários, teimarem em defender a via política, porque entendia que face ao Partido eram as agremiações populares, como associações de classe e os cirios civis, o canal a través do qual veicular a formação revolucionária do trabalhador para alcançar a almejada Revolução Social:

«Por agora, segundo nosso modo de ver, ao proletariado resta tão sómente olhar pelas associações de classe com igual amor ao que dispensa aos cirios civis; desenvolvê-las, preparar as federações de officios, dar importancia ás federações operarias – e só operarias, entenda-se! – regionaes e nacionaes, fomentar por todas as fórmãs a educação proletaria multiplicando as escolas, crear bibliothecas de util propaganda, fundar jornaes e cursos livres, tomar amor á leitura dos bons livros e á medida que for aperfeçoando a mentalidade, resistir como puder ás continuas extorsões que o ferirem»<sup>45</sup>.

A função do socialismo marxista devia ser apoiar os republicanos no poder orientando-os às conquistas sociais. O texto completava-se com o artigo de 26 de novembro, aparecido o mesmo dia da convocatória eleitoral, em que se insurgia, no seu nome completo, contra o «corrupto processo das eleições»:

---

<sup>45</sup> BABEUF – A lucta politica. *A Obra*. Lisboa: nº 248 (1899), 5 de novembro, p. 1.

«(...) sendo o acto eleitoral simples burla, engendrada a pretexto de soberania popular; nós, que pertencemos ao numero dos proletarios, sempre victimas do ludibrio forjado pelo Estado em nome do povo soberano, nós, não votamos»<sup>46</sup>.

A redacção dos editoriais ainda se manterá até aos inícios de maio de 1900. No último abordou a violência policial de que foram vítimas três pescadores de Sesimbra, que complementou com um outro publicado em *A Pátria* – que fora a sua primeira colaboração no jornal republicano –, embora sob pseudónimo. O caso originou-se no decurso de uma protesta em defesa dos interesses deles. Foram assassinados pelo tenente Picão, que servira em Moçambique e já fora alvo de punição por comportamento inadequado<sup>47</sup>.

### III. Militância socialista e jornalismo republicano (1900-1903)

Como explicámos antes Ernesto da Silva viveu em 1898 um ano de certa acalmia após a saída do PSP em 1897 e a primeira fase de direcção de *A Obra*. Dos meses que se seguiram destacamos a crítica à atitude observada pela Associação dos Jornalistas no episódio em que foi detido (novembro) o redator da *A Lanterna* – nessa altura *A Pátria*<sup>48</sup> – o amigo e antigo colega em *Vanguarda* António França Borges (1871-1915), atingido pelo rigor da lei de 13 de setembro de 1896 que dava amparo à polícia civil na sua luta contra os anarquistas e permitia a interdição da imprensa revoltosa. Segundo Ernesto da Silva A Associação dos Jornalistas aprovou um manifesto contra a detenção do colega, mas não fez mais nada, nem

---

<sup>46</sup> SILVA, Ernesto da – As eleições. *A Obra*. Lisboa: n° 251 (1899), 26 de novembro, p. 1.

<sup>47</sup> BABEUF – A queima-roupa! *A Obra*. Lisboa: n° 272 (1900), 22 de abril, p. 1; e IDEM – O tenente Picão. *A Pátria*. Lisboa: n° 427 (1900), 5 de maio, p. 1.

<sup>48</sup> O jornal *A Pátria* substituiu *A Lanterna* (1898-1899) desde 1 de março de 1899 a 4 de setembro de 1900.

sequer Sebastião de Magalhães Lima, que assistira à reunião<sup>49</sup>. Isto é, protestou apenas pelo «excesso», e não contra a mesma lei. De restos, as últimas semanas desse ano e todo 1899 registam assistências às associações às que pertencia: Liga das Artes Gráficas e Associação Instructiva e Beneficiadora A Obra, e às cooperativas A Lusitana e A Libertadora, ademais das colaborações em *A Obra* e em *Pró-Justiça. Homenagem promovida pelos operarios do livro em Portugal* (1899), o jornal comemorativo de homenagem a Zola de que foi inspirador. Insere textos e poemas com assinaturas de procedências diversas do país: Lisboa, Porto – Thomaz Gasparinho ou Alves de Sousa –, ou Braga – um poema da direcção da Liga das Artes Gráficas da cidade. O texto de Ernesto da Silva intitula-se, significativamente, «Accuso!», e é firmado com o seu nome e mais a indicação da profissão: «(graphico)»<sup>50</sup>.

França Borges, secretário da redacção de *A Pátria*, assumiu a direcção do jornal a 1 de janeiro de 1900 por impossibilidade de José Benavides (1866-1940), seu anterior diretor, de «accumular o trabalho fatigante da direcção de um jornal diario com os meus estudos e os meus trabalhos profissionais»<sup>51</sup>. Meses depois Ernesto da Silva publicava aí os documentos que provavam ter sido o tenente Picão, responsável pelo assassinio dos pescadores de Sesimbra, sancionado com prisão correcional por ter infringido seriamente o regulamento militar<sup>52</sup>, e em meados de julho desse mesmo ano começava a escrever de forma regular. Seria uma colaboração breve, só abandonada para acompanhar o amigo na fundação do seu novo jornal, *O Mundo*. No primeiro artigo, «Socialismo e republica» (nº 495, 12 de julho) expôs a sua opinião sobre os trabalhos que deviam ser futuramente abordados no congresso socialista, finalmente reunido

---

<sup>49</sup> BABEUF – Escolhidos e reprobos. *A Obra*. Lisboa: nº 199 (1898), 13 de novembro, p. 1-2.

<sup>50</sup> SILVA, Ernesto da – Accuso! *Pró-Justiça. Homenagem promovida pelos operarios do livro em Portugal*. Lisboa: 1899, p. 4.

<sup>51</sup> BENEVIDES, José – A Patria. *A Patria*. Lisboa: (1899), nº 304, 31 de dezembro, p. 1.

<sup>52</sup> BABEUF – O tenente Picão, cit.

em Coimbra de 13 a 16 de junho de 1901, especialmente «qual a orientação política do socialismo português». Isto é, se este estava resolvido a defender sem hesitações e de forma ativa a proclamação da República, ou se, pelo contrário, decidira «não fazer questão de regimen e ter só em vista o materialismo economico», segundo a prescrição que a direção do Partido estava na altura a dar ao caso. Todos os sete artigos que em *A Pátria* publicara até aos fins de agosto de 1900 são pautados no mesmo molde: crónicas políticas em que o autor, socialista a escrever em jornal do Partido Republicano Português, afirma a sua ideologia.

A estreia como jornalista em *O Mundo* fez-se a 28 de setembro de 1900, quando já tinham sido publicados doze números, e durou até à morte. Com exceção dos anos em que dirigiu *A Obra* é agora que atinge as características de jornalista, quase profissional. Assinados com o seu nome viram a luz trinta e três artigos, na primeira página e desde a primeira coluna. Mais, a partir de junho e até outubro de 1901 usufruiu de uma secção própria intitulada «A traço negro... (Typos e Factos)», publicada na primeira ou na segunda páginas. As colunas que escreveu respondem ao perfil da crónica literária, especialmente durante o ano 1900, ou ao da crónica social e até o episódio do quotidiano: «Os dois» (nº 307, 22 de julho de 1901) e «Não ganhas nada com isso!» (nº 377, 30 de setembro de 1901), naquilo que parece um paulatino abandono da crónica política. Apenas o primeiro artigo do conjunto, em que afirma a sua militância socialista, e os que publicou até aos inícios de dezembro de 1900, escapam ao domínio da crónica social que caracteriza os textos redigidos durante 1901. Só voltará a ela em momentos puntuais: na festa da Comuna de 1901 – assinando como Babeuf –, na denúncia contra a aparição do denominado «padre liberal», ou contra os abusos da colonização portuguesa em África<sup>53</sup>.

A mudança desde a crónica política, que até esse momento cultivara especialmente, à crónica social permite-lhe a análise quer de factos como de tipos sociais – segundo o título que deu à sua coluna –, em particular

---

<sup>53</sup> Padre liberal! *O Mundo*. Lisboa: nº 190 (1901), 26 de março, p. 1.

da cidade de Lisboa, que adquire as singularidades de uma personagem literária, criando como que um fresco da sociedade lisboeta finissecular. Neste sentido, são particularmente relevantes os dois artigos citados antes, enquadrados sob o mote de «episódio do quotidiano», mas também outros como, por exemplo, os que fizeram eco do «caso Greno», o assassinato do pintor Adolfo Greno pela esposa, a afamada pintora Josefa García Breno, escrevendo a favor da mulher<sup>54</sup>; e especialmente o caso de Joaquina Rosa, acusada de infanticídio, com o qual mostrou a severidade do *Código Penal Português* – e do sistema penitenciário<sup>55</sup> –, um crime que ele via resultado último da pobreza extrema das classes populares cujo desamparo alcançava particularmente a mulheres e crianças<sup>56</sup>. Precisamente foram as crianças preocupação constante do autor, que denunciou a exploração dos pequenos atores em salas como o Teatro do Infante, sito na Avenida, em Lisboa<sup>57</sup>. Igualmente a assistência ao Congresso Nacional Colonial como delegado da Sociedade de Instrução e Beneficência *Voz do Operário* possibilitou um contato direto sobre as propostas políticas para os assentamentos africanos, que não passavam, como exprimiu no artigo a propósito, pela civilização mas pela simples exploração de terras e pessoas. Segundo denunciou, o africano nem sequer teve voz no Congresso<sup>58</sup>.

Ainda antes de acabar 1901 Ernesto da Silva começou a colaborar numa nova publicação chamada *Seculo XX. Semanario socialista*, cujo secretário da redação era o amigo Luís da Mata, um dos futuros fundadores do

---

<sup>54</sup> A traço negro... (Typos e factos) A vingança... *O Mundo*. Lisboa: n° 286 (1901), 1 de julho, p. 2; A traço negro... (Typos e factos) Os Barbaros. *Idem*. N° 293 (1901), 8 de julho, p. 2; A traço negro... (Typos e factos) A maioria. *Idem*. N° 328 (1901), 12 de agosto, p. 2.

<sup>55</sup> A traço negro... (Typos e factos) Os Graças. *O Mundo*. Lisboa: n° 356 (1901), 9 de setembro, p. 2

<sup>56</sup> A traço negro... (Typos e factos) Infanticida! *O Mundo*. Lisboa: n° 314 (1901), 29 de julho, p. 1-2; A traço negro... (Typos e factos) A Maioria. *Idem*. N° 328 (1901), 12 de agosto, p. 2; A traço negro... (Typos e factos) A Ferra! *Idem*. N° 335 (1901), 19 de agosto, p. 2; A traço negro... (Typos e factos) Os filhos. *Idem*. N° 342 (1901), 26 de agosto, p. 2.

<sup>57</sup> A traço negro... (Typos e factos) Opiniões. *O Mundo*. Lisboa: n° 321 (1901), 5 de agosto, p. 2.

<sup>58</sup> A caça ao negro. *O Mundo*. Lisboa: n° 447 (1901), 9 de dezembro, p. 1.

Teatro Livre (1904) e posteriormente do Teatro Moderno (1905). O jornal nascia da vontade de um conjunto de socialistas que se comprometiam a publicá-lo sob assinatura<sup>59</sup>. Para além da peça de teatro *Vencidos* – que ficou interrompida por finalização do periódico –, Ernesto da Silva publicou dois artigos, um dos quais fazendo eco do apoio que desde a *Voz do Operário* se fez por auxiliar Angelina Vidal, que desde havia tempo passava por graves dificuldades económicas<sup>60</sup>. Pouco depois retomava as colaborações com *A Obra* e em junho de 1902 voltava a *Vanguarda* para aí dar à luz dois artigos, assinados sob o pseudónimo de Ruy para se queixar da falta de cuidado académico dos poderes públicos no desenrolar do ano escolar<sup>61</sup>. Os quatro artigos que publicou em *O Mundo* – um deles, «Heroes!», também publicado em *A Obra*<sup>62</sup> – nos fins desse ano respondem maioritariamente à crítica teatral e literária. Apenas no último artigo que publicou voltou à crónica sócio-política: foi uma alegação contra a pena de morte<sup>63</sup>, uma semana antes de vir a falecer.

#### IV. Jornalismo e história do movimento operário

Como explicámos antes, em 1895 Ernesto da Silva fora o correspondente de *O Operário de Coimbra* em Lisboa. Nos números do mês de setembro e no primeiro de outubro publicou quatro artigos sob a epígrafe «A questão social» nos que desenvolveu uma pequena história do movimento socialista em Portugal. Assume aqui o discurso marxista relativo à

---

<sup>59</sup> *Seculo XX. Semanario socialista*. Lisboa: nº 1 (1901), 20 de outubro; e *Idem*. Nº 6 (1901), p. 1.

<sup>60</sup> Angelina Vidal. *Seculo XX. Semanario socialista*. Lisboa: nº 9 (1901), 15 de dezembro, p. 2.

<sup>61</sup> RUY – Instrução secundaria. *Vanguarda*. Lisboa: nº 2011 (3964) (1902), 12 de junho, p. 1; e RUY – Instrução secundaria. *Idem*. Nº 2020 (3973) (1902), 21 de junho, p. 1.

<sup>62</sup> SILVA, Ernesto da – *O Mundo*. Lisboa: nº 707 (1902), 4 de setembro, p. 3; e *A Obra*. Lisboa: nº 396 (1902), 6 de setembro, p. 1.

<sup>63</sup> Pena de morte. *O Mundo*. Lisboa: nº 929 (1903), 18 de abril, p. 1.

organização da sociedade capitalista e a forma de a combater destruindo as instituições existentes, colocando ainda a ideia de não haver diferença no Estado, quer em sistemas monárquicos como republicanos. Será a partir do terceiro que encete uma síntese da evolução do socialismo em Portugal. Começa por fixar as suas origens no rescaldo da Comuna de Paris e na visita dos internacionalistas espanhóis – Francisco Mora, Tomás González Morago e Anselmo Lorenzo –, continúa com a alusão à organização de uma secção da Aliança Internacional da Democracia Socialista – «Grupo da Aliança da Democracia Socialista» –, e com a ideia da fundação de Fraternidade Operária e do seu órgão de expressão, *O Pensamento Social*, por Antero de Quental e José Fontana, para rapidamente entrar em questões ideológicas. Assim, o mais relevante é que afirma, já em setembro de 1895, o «caracter evolucionista» da ideia socialista e a aceitação de todas as «escolas» doutrinárias permitindo, deste modo, a melhor adaptação estratégica acompanhando o desenvolvimento sócio-político, ainda que defendendo a existência de duas forças em confronto: «o socialismo evolucionista e o socialismo anarchico». Ao mesmo tempo declara a crise do movimento republicano devido à falta de uma orientação definida, a sua divisão organizativa em grupos diversos, e à carência de unidade directiva. Deste modo, rejeita a ideia da revolução nela própria e proclama a aceitação da via política como estratégia para a realização das reformas económicas<sup>64</sup>.

Em 1898 apuraria estas afirmações de havia poucos anos antes. Propiciou-o um editorial da *Voz do Operário* dos inícios de dezembro, concretizando-se na escrita de cinco textos intitulados «O movimento operário» publicados em *A Obra* até março de 1899. Tratava-se de explicar a questão da fraqueza do movimento operário em Portugal. Fê-lo tomando como ponto de início os acontecimentos vividos no ano anterior, isto é, o con-

---

<sup>64</sup> SILVA, E. – A Questão Social I. *O Operário de Coimbra*. Coimbra: n.º 1 (1895), 1.º mez, 7 de setembro, p. 1 e 4; IDEM – A Questão Social II. *O Operário de Coimbra*. Coimbra: n.º 2 (1895), 1.º mez, 14 de setembro, p. 1; IDEM – A Questão Social III. *O Operário de Coimbra*. Coimbra: n.º 3 (1895), 1.º mez, 21 de setembro, p. 1; IDEM – A Questão Social IV. *O Operário de Coimbra*. Coimbra: n.º 1 (1895), 2.º mez, 5 de outubro, p. 1.



fronto com Gneco e o posterior afastamento partidário, devido ao qual declarou residir na inexistência de individualidades com clareza intelectual superior a expansão do movimento anarquista em Portugal, lamentando a seguir o enfrentamento entre socialistas e republicanos. Para o provar, afirmava que depois de ter fundado Fraternidade Operária os seus antigos inspiradores seguiram uma orientação errada, como que aplicando a doutrina marxista à risca, e, portanto, acabando com a primeira organização operária que os trabalhadores portugueses conseguiram fundar. Dois elementos foram a sua causa: um, de natureza externa, um sistema industrial pouco desenvolvido; e o outro, a rejeição da via política buscando acabar com o sistema monárquico para concentrar forças nas melhoras económicas dos trabalhadores, usando como instrumento de pressão a greve. Ainda para explicar o fracasso desta agremiação Ernesto da Silva afirma a centralização dos recursos. Isto é, acudia-se com o cofre de resistência ao amparo dos trabalhadores de todas as greves que se desenvolveram, levando-o à falência. Como é sabido, de uma parte de Fraternidade Operária nasceu o Partido Socialista de Portugal em 1875 mas, no dizer de Nobre França, e assumido por Ernesto da Silva, não foi este novo instrumento que vigorizasse o movimento operário. Uma proposta em favor dos trabalhadores constituiu-a a criação da Cooperativa Indústria Social, no rescaldo das greves de 1872, mas também não era uma instituição a responder às necessidades dos operários, como o também o não eram a Caixa Económica Operária (1876) – possuidoras de um paradigma de organização tomado das mesmas instituições da burguesia e, portanto, agindo de conformidade com o modelo capitalista<sup>65</sup>; e a *Voz do Operário*, cuja organização interna refletia, a seu ver, os mesmos males.

---

<sup>65</sup> Ernesto da Silva lamenta que ainda depois de vinte e seis anos a funcionar a fábrica ainda não conseguira implementar o dia labora del oito horas. Sobre o sistema de funcionamento da Cooperativa vid. LÁZARO, João – A Cooperativa Indústria Social. Uma experiência coletiva na monarquia constitucional. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 21, p. 37-55.

O nascimento do Partido Socialista em Portugal não seguira, na opinião de Ernesto da Silva, a orientação necessária para alcançar a Revolução Social. Tal rumo devia ser apoiar e guiar o Partido Republicano Português (PRP) na proclamação da República, detendo para ele a capacidade de divulgar o socialismo entre os trabalhadores. Antes pelo contrário, Fraternidade Operária transformou-se na Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa (1873), fundada por Gneco, antes do nascimento do PSP, com uma orientação «possibilista», e tentando imitar a orientação que Pablo Iglesias desenvolvera em Espanha. Na leitura de Ernesto da Silva – que salienta a semelhança das circunstâncias na ação dos socialistas portugueses e dos espanhóis – os partidos da burguesia, o Progressista e o Regenerador, favoreceram o PSP como uma forma de enfraquecimento do PRP – citando até um excerto tomado de *Popular*. E revela as relações entre Azedo Gneco e membros do Partido Regenerador, bem como que a Lopo Vaz, na altura na pasta dos Negócios Interiores do Reino, dois membros do Conselho Federal do PSP lhe fizeram chegar uma carta – que por sua vez lhes fora entregue por Azedo Gneco – em que constavam graves acusações contra o PRP<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> SILVA, Ernesto da – O movimento operario I. *A Obra*. Lisboa: n° 203 (1898), 11 de dezembro, p. 2; IDEM – O movimento operario II. *A Obra*. Lisboa: n° 204 (1898), 18 de dezembro, p. 2; IDEM – O movimento operario III. *A Obra*. Lisboa: n° 206 (1899), 1 de janeiro, p. 2; IDEM – O movimento operario IV. *A Obra*. Lisboa: n° 207 (1899), 22 de janeiro, p. 2; IDEM – O movimento operario V. *A Obra*. Lisboa: n° 215 (1899), 19 de março, p. 1-2.

## SOBRE ESTA EDIÇÃO

### 1. Justificação e organização do tomo

Como explicámos na «Apresentação geral» da obra organizámos a produção bibliográfica conhecida de Ernesto da Silva em três volumes, sendo o presente tomo o segundo, que abrange a produção jornalística de Ernesto da Silva entre 1893 e 1903 recuperada dos jornais *Revolucionário* (Lisboa, 1893), *A Federação* (Lisboa, 1893-1896), *O Operário de Coimbra* (Coimbra, 1895), *A Comuna* (Lisboa, 1896), *A Vanguarda* (Lisboa, 1896), *O Paiz* (Lisboa, 1896-1897), *A Obra* (Lisboa, 1897-1903), *Pró-Justiça* (Lisboa, 1899), *A Pátria* (Lisboa, 1900), *O Mundo* (Lisboa, 1900-1903), *Revista Política* (Lisboa, 1901) e *Século XX* (Lisboa, 1901). Ainda ficaram por consultar na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) os números correspondentes de *Echo Socialista. Órgão do Centro Operário de Propaganda Socialista* (Porto, 1892-1899), de que se conserva apenas o n.º 1, de 8 fevereiro de 1892 da primeira época, e de *Revista Social. Publicação quinzenal do Instituto Anthero de Quental. Destinada á defeza e educação da classe trabalhadora* (Porto, 1894-1896) n.º 1, de 15 de julho de 1894; *Pela infância. Em memória de Sarah de Mattos* (Lisboa, 1901), interdito à consulta na BNP; e o artigo «O último reduto», publicado no número comemorativo do segundo aniversário do jornal *O Mundo* (1902), que não conseguimos localizar. O cronista de *A Obra*, aquando o momento do seu falecimento, afirma ainda a colaboração em *O Gráfico. Órgão da Liga das Artes Gráfi-*

cas (1890), de Lisboa, mas nem a sua assinatura nem os pseudónimos que utilizou são registados nos exemplares conservados<sup>67</sup>.

Como explicámos na «Justificação e organização do tomo I», mantivemos no presente tomo II o critério de ordenação e seriação cronológica na publicação dos textos observando dia, mês e ano. Como consequência, verifica-se a mistura das referências jornalísticas, mas permitem observar o percurso jornalístico seguido pelo autor e correspondêntes simultaneidades para as diferentes manchetes nas que colaborou. Neste sentido, aparecem coincidências de datas, pois Ernesto da Silva podia publicar mais do que um artigo no mesmo jornal, ou até verem a luz dois artigos em publicações diferentes. Agimos tendo em atenção cada caso, escolhendo por vezes a opção temática ou analisando o conteúdo do texto para o situar no conjunto. Assim, por exemplo, encontramos que no n.º 1 de *O Operário de Coimbra* aparecem uma «Carta de Lisboa» e o primeiro dos artigos da série sobre «A Questão Social». Resolvemos situar em primeiro lugar a «Carta de Lisboa», que no jornal ocupa as páginas 3 e 4, e a seguir o artigo sobre «A Questão Social I» para poder colocar depois o relativo a «A Questão Social II», para favorecer a leitura deste subconjunto. De igual forma procedemos com os jornais com os artigos do números únicos comemorativos.

## 2. Questões textuais e gramaticais

Na transcrição dos textos a intervenção foi restrita ao mínimo, mantendo a grafia e a ortografia do século XIX, antes da alteração levada a cabo pelo Acordo Ortográfico de 1910, bem como a pontuação e os parágrafos do autor, corrigindo apenas o que eram evidentes gralhas tipográficas – ainda que mantendo, por vezes, os erros do tipógrafo que assinalamos com a forma «(sic)». Do mesmo modo, quando assim surgiu

---

<sup>67</sup> Ernesto da Silva. *A Obra*. Lisboa: 2326 (5179) (1903), 26 de abril, p. 1.

nos textos, mantivemos as palavras em itálico, o negrito, o uso da letra maiúscula e o aumento do volume segundo foi determinado pelo autor. Assinalamos com [] a dificuldade de transcrição de letras e palavras, e colocámos a reconstituição da palavra suposta, completa ou parcial, dentro.

Esta edição das *Obras de Ernesto da Silva* é anotada. São, portanto, da nossa responsabilidade todas as notas de rodapé, exceto quando é indicado o contrário, sendo elas nestes casos da autoria de Ernesto da Silva. O objetivo é servir à melhor compreensão para o leitor contemporâneo do conjunto das menções de todo o tipo – históricas, políticas, culturais, de personalidades diversas, etc. – feitas pelo autor.



**ARTIGOS JORNALÍSTICOS (1893-1903)**





**A BOLSA DO TRABALHO**  
**(REVOLUCIONARIO. FOLHA SOCIALISTA<sup>68</sup>. LISBOA: N° 1**  
**(1893), 18 DE MARÇO, P. 1-2).**

Na ultima semana o Estado-montanha deu á luz o ratinho-decreto<sup>69</sup> que regula a organização do *baluarte* proletario d'onde por certo os trabalhadores só poderão como *revolucionarios* contribuir para a transformação social, illuminando a fachada da Bolsa no dia do anniversario natalicio de qualquer *varão* illustre.

Suprema irrisão!

É esta a conquista do povo operario, que ha tantos annos lucha pela melhoria da sua situação; a acção transformadora que a Bolsa como está decretada póde exercer na situação operaria é a transformar o vibrar do pro-

---

<sup>68</sup> Segundo Vitor de Sá, o jornal é o órgão da Associação dos Trabalhadores, fundado pela dissidência de Gneco para se opor o *O Protesto Operário*. Vid. SÁ, Victor – *Roteiro da imprensa operária e sindical 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991, p. 83; NOGUEIRA, César – *Notas para a história do socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugalia Editora, s.d., p. 205.

<sup>69</sup> Refere-se ao Decreto de 9 de março de 1893 sobre a organização das bolsas de trabalho, publicado no *Diário do Governo*, Ministerio das Obras Públicas, Commercio e Industria, Repartição de Commercio e Serviços Geraes, 1.<sup>a</sup> Secção, p. 76 e ss., disponível em <http://legislacaoegia.parlamento.pt/V/1/78/125/p110>, que dava cumprimento ao art. 19 «Repartição de commercio e serviços geraes» do Decreto de 1 de dezembro de 1892 relativo à «Organização dos Serviços do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria e dos quadros do pessoal que desempenha», p. 827 e ss., disponível em <https://legislacaoegia.parlamento.pt/V/1/79/126/p864>. O estabelecimento das Bolsas de Trabalho seguiu o modelo francês, com participação do Estado. Sobre as Bolsas de Trabalho vid. o número monográfico de *Cahiers d'Histoire*. N<sup>os</sup> 116-111 (2011), disponível em <https://journals.openedition.org/chrhc/2342>. Na redação da lei interveio uma comissão, nomeada a 9 de março de 1893, na que intervieram Ernesto Madeira Pinto, António Eduardo Vilaça, Carlos Adolfo Marques Leitão, Francisco Teixeira Bastos, Joaquim Pimenta Telo, José de Madureira Beça e Joaquim Simões Ferreira, para além dos membros da Associação dos Trabalhadores: José Fernandes Alves, José Augusto Guedes Quinhones, Manuel Luís de Figueiredo, António Francisco Guerreiro e Domingos da Costa Leite. Vid. NOGUEIRA, César – *Notas para a história do socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugalia Editora, s.d., p. 207-208.

letariado n'um commodismo e quietismo obrigatorio, porque não é crível que a burguesia dê aos seus naturaes inimigos nos meios de a escorraçar do seu Estado, quer representada por um generalissimo, quer por um presidente.

A Bolsa é um manejo reaccionario da burguezia que procura para a sua conservação invalidar por qualquer fôrma o progredir da força revolucionaria do proletariado.

A questão social não se resolve vendendo o braço, a preço fixado ou não, e sim collectivizando todas as riquezas sociaes, transformando a organização individualista baseada na exploração do homem pelo homem na sociedade em que a distribuição de todos os productos por todos os productores, resolve o unico problema que importa aos homens – o problema economico – d'onde derivam todas as falsidades e injustiças sociaes.

Os proletarios, não devem esquecer, mediante, uma installação mais ou menos commoda, o ideal que procuram attingir. Não esqueçam os proletarios no descanso de algumas horas em salões ornamentados e espaçosos que as suas filhas continuam a ser exploradas nos *ateliers*, os filhos nas fabricas e nas officinas e que elles mesmo são o cimento com que se constroem as fabulosas sommas de capital que os esmagam e opprimem.

E se algum dos que os *guiam* para a Terra promettida, lhe disser n'um fluxo de rhetorica mais ou menos avariada que a *Bolsa* conduz ao collectivismo, respondam-lhes que ella só servirá para fornecer á industria dados mais positivos de especulação e só terá o unico merito de fornecer aos operarios mais uma desillusão, porque sonharam um Paraiso, e ficaram como antes sujeitos ao Capital.

Babeuf<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup> É com este pseudónimo que Ernesto da Silva começa a assinar os seus artigos nos inícios da sua atividade jornalística, tomado de François Noël Babel, chamado Graco Babeuf. A história deste defensor do igualitarismo e da abolição da propriedade privada é narrada por LIMA, Sebastião de Magalhães – *O Socialismo na Europa*. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1892, p. 253-259, que Ernesto da Silva, sem dúvida, conhecia. Babeuf é aí apresentado como o pensador que deu início à doutrina socialista na França. O estudo está acompanhado de um prefácio de Benoit Malon, cuja influência é também analisada nas páginas 260-267, à qual tanto deverá Ernesto da Silva na construção do seu pensamento político.

**(SOBRE O 1º DE MAIO)<sup>71</sup>**  
**(REVOLUCIONARIO. FOLHA SOCIALISTA. LISBOA: Nº 3 (1893),**  
**16 DE ABRIL).**

«(...) referindo-se á intriga contra *as forças operarias*, dizia que o *estado* “tem pouco a pouco procurado empolgar, com os seus monstruosos tentaculos, os chefes socialistas, pretendendo por esta fórmula tornar inerte a acção que o atemorisa”.

E acrescentava:

“Alguma coisa tem conseguido”.

(...)

“O cifrar de uma idéa n’uma data, a esperança dos miseráveis n’uma aurora redemptora, tudo é conspurcado pelos ardis monstruosos dos Loyolas de contrabando, que procuram infiltrar no espirito do povo a crença de que se sacrificam em holocausto ao ideal quando nas profundezas lodosas dos cerebros empeçonhados jamais brilhou um pensamento que não fosse uma pustula.

Judas metamorphoseando-se em Jesus, procura transformar a figueira da expiação na cruz do martyrio, esquecendo que o tilintar dos trinta dinheiros desmascara a grosseria do embuste.

Fingindo bucar os espinhos da dôr, não reconhece que nem ao esgarro dos phariseus tem direito”.

---

<sup>71</sup> São excertos de um artigo de Ernesto da Silva reproduzidos por BOMBARDETT – Recordando. *O Revolucionario. Folha socialista*. Lisboa: nº 1 (1902), 14 de setembro, p. 3, como uma crítica ao autor a respeito das suas opiniões sobre o 1º de Maio, que foram mudando com o decorrer dos anos, em aberto confronto com Azedo Gneco. Até à data não conseguimos encontrar o nº 3 de *Revolucionario. Folha socialista*.



**1° DE MAIO**  
**(REVOLUCIONARIO. FOLHA SOCIALISTA. LISBOA: N° 4 (1893),**  
**1 DE MAIO, P. 2).**

Ressoa hoje o sopro do velho e novo mundo ao perpassar dos milhões de miseráveis, que unidos pela Idéa, celebram o Hoje, crentes na redempção do Amanhã.

Aparvarosa-se a burguezia de todo o mundo ao vêr desfilar as cerradas legiões de que se nutre, e cobarde e pusilanime, aferrolha apressadamente nos *cofres fortes*, de engenhosos machinismos, o que ella, abutre insaciavel, arranca diariamente, aos que no fundo das minas e nas lamas dos pantanos, tressuam, legando como único patrimonio á famelica prole, o *grisu* que despedaça e as miasmas que envenenam.

Aluem-se as galerias da mina, explodem as caldeiras de vapor, arrancam as monstruosas engrenagens a vida ás creanças inconscientes e descuidosas, atrophiam-se as mulheres n'um mister deshumano enfraquecendo e comprometendo a vitalidade da raça, paralyamos os membros dos pesquisadores de mercurio, e nem um grito de piedade lhe descerra os labios.

E que lhe importa isso!

Não teem as suas esposas creadas que as vestem; não teem as louras e rosadas creanças, seus filhos, dourados berços de colchões de pennas e transparentes cortinados.

Que importa o resto. O seu objectivo é a *Bolsa*<sup>72</sup>, a sua preocupação os cambios e as acções.

---

<sup>72</sup> Vid. artigo BABEUF – A Bolsa do Trabalho. *Revolucionario. Folha socialista*. Lisboa: n° 1 (1893), 18 de março, p. 1-2, infra.

Verme gerado pela podridão, refastella-se na miseria dos que só teem um tecto de colmo, por cujos intersticios, os miseraveis *pés descalços* entreveem as noites sombrias de dezembro em que tudo é trevas, e as noites estivaes em que o ceo recamado de estrellas tem scintillações de pyrilampos.

Tranquila, confiando na ignorancia do que arrancou ao campo e á officina, para atulhar os quarteis e que não trepidarão em assassinar seus paes explorados pelo mesmo algoz que os acorrenta á disciplina, negando-lhes o nome d'um numero; fuma tranquillamente o seu *brevia* pensando em comprar o braço em crise, que no mercado já se offerece mais barato.

E a digestão laboriosa empanando-lhe o cerebro, não a deixa antever que os miseraveis poder-se-hão revoltar um dia, condemnando-a em nome da Justiça e do Direito.

Na fabrica, moderno Colyseu, continua a lançar milhões de proletarios, que como outr'ora os escravos em lucta com as feras, se debatem impellidos pelos estomagos no combate desigual com o Capital que os dilacera.

No emtanto o horisonte plumbeo, começa a deixar quebrar as trevas para dar passagem ao raio de luz vivificante que já o colora de tintas pallidas mas risonhas, encorajando os famintos á lucta, [] que os tons roseos da aurora [] breve se transformarão n'um jacto de intensa luz, n'um novo sol, que espargirá a flux sobre a Terra os seus luminosos raios redimindo a Humanidade escrava.

Com o olhar cravado no novo iris, caminhemos pois; rebusquemos nos subterraneos e nas mansardas, evacuemos as viellas lodosas e as *ilhas* nauseantes e mostremos á burguezia estupefacta e boquiaberta, de quantas dores, de quantas lagrimas, de quantas desesperações é formada a tranquillidade do seu lar; digamos-lhe que a ambrosia das suas libações é a cicuta dos miseraveis. E em nome dos desherdados, dos famintos, dos que tudo produzem e nada possuem, desde o camponez curvado á terra, até ao artista empunhando a paleta ou o cinzel, ponhamo-nos de pé, levantemos bem alto a fronte reluzente de suor, empunhemos a arma do combate, e do cimo das barricadas, apresentemos ao mundo o novo Evangelho, todo solidariedade e amor, que se consubstancia na Revolução Social.

Babeuf

### DESSORANDO!...

(A FEDERAÇÃO. LISBOA: N° 7 (1894), 18 DE FEVEREIRO,  
P. 1).

Completa-se a decomposição. O tom violaceo da gangrena alastra-se. E no meio da podridão geral, nem um protesto que transluz a força, nem um grito que denuncie revolta.

Uma chaga atonica esvurmindo pús, eis a sociedade portugueza.

Não ha ideaes, nem respeito pelas tradições. Tudo se afunda na sargeta da inercia. O paiz agonisa, os galopins folgam, os espiões espreitam, muitos politicos roubam. Eis a apothese d'um povo, que desaparece na Historia; e d'um paiz que, a custo, figura no mappa geographico.

Um egoismo sordido avassalando tudo, destaca-se, chagado, repellente, ascoroso, augmentando a putrefacção geral.

É preciso terminar a bambochata que nos tem conduzido á miseria. Todos o sentem, todos o prégam.

Quem dá o signal de terminar?

A burguezia diz, o povo; o proletariado diz, os burguezes. E a Reacção avança, cuspidando lama sobre os esfrangalhados restos das liberdades publicas, conquistadas ao despotismo.

A nacionalidade agonisa, não em nome do progresso da idéa, mas do descaro e da corrupção politica, enquanto proletarios e burguezes<sup>73</sup>, quaes phariseus no Calvario, jogam a dados o direito á revolta.

---

<sup>73</sup> Ernesto da Silva tinha publicado *Proletarios e burguezes*. Lisboa: Instituto Geral das Artes Graphicas, 1893, que constituiu o n° 2 da «Biblioteca Socialista». Uns meses antes

As regiões do mando exultam; o poder pessoal afirma-se e a democracia encolhe-se, na concha, semelhando um *kagado*. O cacete já impera; falta, apenas, que a Santa Inquisição se avise. Os proletários empurram a burguezia; a burguezia *pica* o povo; o povo esquiva-se, manhoso.

Desoladores symptomas.

O nauseante cheiro da putrefacção nacional, arranca o vomito.

N'um tal povo, parece não haver idéas que impulsionem, nem inergias que illustrem uma época. Faltam respeito pelo passado, força no presente, crenças no futuro. A *syphillis* do commodismo, salpicou de nojentos escarros todo o corpo social.

A Civilização arrasta os demais povos para a perfectibilidade social; e nós, atascados no lodo do pantano em que vivemos, olhamos idiotamente o infinito, esperando um homem, esquecendo que somos um povo.

Revoltante degenerescencia d'uma raça que chegou a ser heroica.

O historiador d'ámanhã ha de agarrar-nos pelas orelhas e mostrar ao mundo, admirado, quanto pôde o egoismo e a corrupção.

Na França lucha-se; na Itália lucha-se; na Belgica lucha-se; na Hespanha lucha-se; em todo o mundo ha vida, em Portugal dorme-se, e... dessora-se.

Alem, conquista-se o futuro; aqui, interrogamo-nos parvoamente, ou sentindo ressoar no solo os sapatos ferrados da reacção.

Alem, ha creanças; aqui ha milhares de famintos enganando, com o dormir, os empuxões do estomago.

Vigor, tempera, virilidade, isso gastaram tudo os Gamas, os Albuquerque, os Cibraes, os Camões, a conquistar um mundo e a dar-nos um nome, o que sempre é mais difficil que transformar um sceptro n'um barrete.

Hoje, empobrezidos de sangue, só temos como tonico o desprezo universal.

O dessoramento accentua-se.

Ernesto Silva

---

aparecera o nº 1, *Fontana e Sousa Brandão*, também da sua autoria. Vid. PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo». Tomo III. Escritos políticos, conferências e discursos (1893-1903)*.



## A APOTHEOSE

(A FEDERAÇÃO. LISBOA: N° 62 (1895), 10 DE MARÇO, P. 1).

Alfim soou no relógio do Tempo, a hora da gratidão nacional se manifestar. Entoam-se hymnos festivos, pairam no espaço amorosos canticos, entretecem-se odoríferas corôas, vôa em azuladas ondas, thuribulada pela mocidade a mais pura essencia da alma humana em homenagem a João de Deus.

Associamo-nos em nome dos operarios portuguezes, a tão justa e cabida homenagem; adherimos como revolucionarios ao manifestar da gratidão nacional.

João de Deus o grande lyrico do *Campo de Flores*, tem a structura moral d'um revolucionario superior... Ensinou o povo a ler!... Querem ver, admirar a gigantesca obra do genial pensador, do amoroso pedagogo, analysem as modestas associações operarias quando á noite o professor ministra aos trabalhadores ainda sujos do fumo das forjas e da cal da *obra* a mais primeira e indispensavel das forças revolucionarias: – A Instrucção.

Educar um povo é revolucionar-o!... Fundem-se os dogmas impostores, quebram-se as trevas da ignorancia, illuminaram-se almas condemnadas á eterna escuridão, accedende-se o luminoso facho do Progresso que já reduziu a cinzas o castello feudal e ha de consumir em rapida combustão a fabrica-presidio.

Honra a João de Deus, que com mão prodiga distribuiu aos párias esquecidos no banquete da vida a poderosa rama, superior ao mais humida dos explosivos.

A dynamite detona e morre, a *Cartilha* revoluciona e vive.

Tal é a portentosa obra do grandioso vulto que enobrece um povo e honra uma nacionalidade.

O modesto obreiro vela a face confundido, busca esquivar-se á evidencia auriluzente onde resalta tanta mediocridade e occulta-se como fugindo a si proprio... Inuteis tentativas!...

O trabalhador hontem embrutecido, conhece-o hoje, ao entar na Associação, nas paredes estão os *cartões* que o preparam para o interrupto minar da falsa sociedade que o esmaga. O campones tambem o conhece, a civilisadora missão penetrou-lhe no lar escondido n'um recanto da provincia, por momentos abandonou a Terra e trocou-a pelo Livro... Passaram seis mezes e o pobre que quase esquecera o filho arrastado pela ordem, lançado á caserna; chorou de alegria... e pode escrever-lhe.

Gloriosissima victoria não empanada pela lividez do cadaver, antes aureolada pelas benções d'um pae.

Bismarck é a noite tenebrosa, conjuncto de phantasmas e traições; Pestalozzi é o arrebol incendiado de purpureas tintas, saúdado no cantico das andorinhas.

Assim João de Deus, aurora de vivificante luz é saúdado no gorgear da mocidade saída da escola e da officina, mãos dadas n'um grande e ideal desejo de deporem aos pés do heroe os laureis conquistados em não interrompido labor.

A apotheose do poeta é apotheose do Trabalho que se modifica e transforma qual Protheu, produzindo sempre, quer se encarne em Camões, Pasteur ou Edison em Hugo, Anthero ou Eiffel.

É sempre o Trabalho, affirmando-se nas paginas doloridas do poema escripto com farrapos d'alma, nas babelicas e temerarias arupções de ferro desafiando o céu, no transportar do pensamento e longinquas paragens, no pesquisar do laboratorio a matar a Morte... É elle sempre o colossal esforço da Humanidade em lucta com a Natureza a dominar a materia, a sublimar o espirito, a domar a besta, a deificar o Homem.

Hurrah!... pelo Trabalho!...

Nas paginas do livro, no fundo da retorta, na lente do microscopio, está a Verdade; no cilicio, no dogma, no privilegio está o Erro... Urge acordar espiritos para a Sciencia, estender pulso vigoroso e salvador ao naufrago envolto nas ondas negras da rotina, prestes a asphixiar-se e submergir-se nos insondaveis precipicios d'onde não ha mais voltar.

Compreendeu-o assim o poeta e fez-se pedagogo. No culto fervoroso do Bello, amou a innocencia e as flores e ambicionando uma *kermesse* de luz, educou os pequeninos e transformou os adultos, dando-lhes a lama que não tinham.

Gloria ao trabalhador!...

Os operarios saúdam-te!...

Ruy



### ANALYSANDO...

(A FEDERAÇÃO. LISBOA: N° 65 (1895), 31 DE MARÇO, P. 3).

Nota fundamente triste, a surgir da apotheose do grande lyrico João de Deus, a *capa e batina*, solicitada em alta grita por alguns academicos, que, na verdade, não deviam malbaratar o tempo, buscando resurgir do pó da tradição a *encadernação* distincta da academia.

Perguntamos a sós, com os nossos botões, se os academicos almejam pelo *rotulo*, têm medo ou pejo de se confundirem com as restantes gentes. Chegamos a desconfiar de tal!

É desolador, vêr n'uma sociedade em que a reacção está dando as cartas, a mocidade estudiosa transformar-se em mocidade catholica, em legitimista e passar os dias a procurar estabelecer distincção de classes, fórmula representativa de imunidades e regalias especiaes, esquecendo, ou não buscando conhecer, a marcha das academias estrangeiras que, possuidas de superior ideal, consequentemente a superior criterio scientifico, apertam fraternalmente a mão calosa dos proletarios e entregam ao Passado o *canelão* anarchico... *Lá fóra*; os academicos são socialistas collectivistas, cá em casa, suspiram por D. Miguel, impellidos ao que parece, por singular atavismo, que só encontra filiação nas *orelhas de burro*, applicadas pela escolla de primeiras letras.

E não se contentam com a *capa e batina*, envergada voluntariamente. Vão ao ministro, implorar o uso da *vestimenta* e saem sorridentes do gabinete do dictador<sup>74</sup>, alegrados da promessa de ter o uso da *farpella*, obrigatorio... A Liberdade olha os mancebos e chora compungida. Tem razão!

---

<sup>74</sup> João Franco, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino (22 de fevereiro a 7 de fevereiro de 1897), no governo regenerador de Hinzte Ribeiro. Note-se o uso da

Sabemos que muitos dos academicos repudiam taes pruridos de *distincção*, que não só lhes cercêa a já minguada liberdade individual de que gosam os estudantes cá do paiz, como se vão reflectir penosamente nos estudantes pobres, a quem o Estado já absorve grossa maquia em matriculas, propinas, etc.

A academia portugueza tem d'estar álferta; espalhados no seu seio, advinham-se uns *reaccionariosinhos* a quem é preciso dar caça e cortar-lhes as *guias*, para não voarem tanto.

O processo é facil!... Reunem-se as escolas. Faz-se uma contra-manifestação e os *melros* renunciam aos seus *graves* projectos, de andarem para traz... mesmo de *capa e batina*.

\*  
\*   \*   \*

Estarrecemos de pasmo ha dias, lendo as mais circunspectas folhas do paiz.

A empreza da Trindade pedia em vistosos e originaes annuncios, mulheres feias, esqueleticas, cheias de deformidades para comporem o quadro novo, parodia ás bailarinas de S. Carlos. Julgámos a principio ser um dos *geniaes* productos nascidos no cerebro d'algun empresario *artista*, mestre em fazer caretas, que não peças...

Puro engano em que nos achavamos. Era a valer!...

E as mulheres lá foram para o palco, calçando sapatos d'ourela, a exhibirem toda a miseria que as obriga a truanescos esgares e desgraçiosas momices, a troco de tres tostões por noite!

Applaudimos do coração o talentoso empresario – *artista*, pela *brilhan-tissima* ideia, germinada talvez em ceia d'alto bordo. Os jornaes serios acham o caso *ratão* e o despejo chegou, até se chamar ás pobres victimas da miseria – *couros!*...

---

alculha «ditador» para designar João Franco, logo no início de 1895, o ano das grandes reformas políticas.

Oxalá nunca a fome leve alguma mãe, irmã ou esposa dos que gostaram da *pandega*, a vender as suas lagrimas transformadas em *poses* ridiculas, para fazer rir a multidão.

Nota final elucidativa:

As *bailarinas da fome*, têm tres tostões emquanto a platêa se não cançar d'aleijões; mas o empresario guarda todas as noites o producto das receitas, agora augmentado, mercê da *genial concepção artistica...* Necessidades!... As ceias, os brilhantes, o *jockey-club*, está tudo pela hora da morte!... Um homem não é de ferro e depois de *fazer* pela arte, precisa desopilar.

E tanta batata na tenda sem ter quem a compre!...

\*  
\*   \*  
\*

Ha semanas, um incendio devorou uma fabrica em Alcantara, deixando sem trabalho e á mercê da sorte 100 operarios.

No dia seguinte as *gazetas* annunciavam que a fabrica ia distribuir 9% de dividendo aos accionistas, producto da gerencia finda.

Os operarios que durante um anno tressuaram a multiplicarem o annonymo capital, que os explorou e não lhe pertence, foram lançados á valeta á espera da reconstrucção da fabrica... É logica burgueza: – Quem não *trabuca não manduca!*

Os accionistas, esses coitados, sempre merecem um premio de consolação: 9% não é grande cousa, mas já não é mau.

Estropiados pelo *trabalho* de lerem *gazetas* na cama, ao rebentar das 10 da manhã, tinham jus a uma compensação... Só o esforço a fazer a digestão do almoço, do jantar e da ceia; depois a massada de ouvirem a Pacini<sup>75</sup> na *Manon*. Uma vida afadigosa que só tem termo quando uma

---

<sup>75</sup> Regina Pacini Quintero (1871-1965), nasceu em Lisboa no tempo em que o pai dirigira o Teatro de S. Carlos de Lisboa.

apoplexia se lembre de limpar um pouco a Parvonia. Um castigo! Um verdadeiro supplicio!...

Decididamente a *economia politica* é inatacavel, n'ella crystallizou a justiça!... Não ha que duvidar.

Ruy<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> Esta é a primeira vez que Ernesto da Silva assina um artigo político com este pseudónimo, essencialmente literário.



## UMA INFAMIA

(A FEDERAÇÃO. LISBOA: Nº 73 (1895), 26 DE MAIO, P. 1).

Ha questões que causam nojo e provocam tédio, mas a que não é possível fugir, senão por honra de quem as fomenta, ao menos para elucidação dos ingenuos e desprevenidos.

Epigraphando com o titulo acima uma local, o *Manipulador*<sup>77</sup> (jornal que se diz operario) põe-me na bocca palavras que não pronunciei e que só representam mais uma das miseraveis e porcas intrigas com que se busca desgostar uns e indispôr outros.

O *Manipulador* accusa-me de chamar malandros aos operarios, n'uma das ultimas sessões federaes, o que é falso e facil de comprovar, até com o testemunho do sr. Eusebio dos Santos, que de sobejo conhece o assumpto.

No entanto, para que o *Manipulador* não fique julgando que fujo á responsabilidade das minhas palavras, dir-lhe-hei, para o satisfazer, que aconselhei os operarios a que se acautelassem com os **malandros** que, no meio do povo trabalhador, escondem a nojenta figura, lançando aqui e acolá a peçonha da calumnia, cumprindo, assim, as determinações de quem os compra e paga.

---

<sup>77</sup> Vítor de Sá regista um jornal sob o título de *O Manipulador. Órgão de Classe dos Manipuladores de Pão* (1894-1896), constando Francisco Gonçalves Mendonça como redator. Em 1919 nasceria *O Manipulador de Pão*, Lisboa, órgão da Associação de Classe dos Operários Manipuladores de Pão, ao que parece ativo até 1920, e de novo em 1926 com Torcato A. Borges na redação. Voltou de novo à luz em junho de 1930 (3ª série) como órgão do Sindicato dos Manipuladores de Pão de Lisboa e Arredores, sendo Francisco Rodrigues seu editor. Vid. SÁ, Victor – *Roteiro da imprensa operária e sindical 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991, p. 83 y 124; também MÓNICA, Maria Filomena, e MATOS, Luis Salgado – *Inventário da imprensa operária portuguesa (1834-1934)*. *Análise Social*. Nºs 67-68-69 (1981), p. 1053.

Se o *Manipulador* quer saber quem são os malandros, leia o relatório do *Pelicano*<sup>78</sup> e julgue depois.

Emquanto ao emprazamento feito, devo declarar que não desço a ligar-lhe importância, porquanto só discuto com quem julgo dever fazel-o, e quando assim o tenho por conveniente. Mais declaro que excepção fiz em responder agora, o que não tornarei a fazer para honra e bom nome do movimento operario.

Liquidando este ponto, confio que, para o futuro, o *Manipulador* ha de saber empregar melhor o espaço das suas columnas, procurando ser útil á classe que representa e ao povo trabalhador em geral, evitando as torpes querellas que só trazem lama a todos.

Ernesto da Silva

---

<sup>78</sup> Trata-se da mutualidade Associação O Pelicano, vinculada ao movimento operário, que tinha sido objeto de um desfalque. O relatório a que Ernesto da Silva faz referência é referido às contas da associação, onde as irregularidades contáveis foram postas a nú. Vid. C. L. – O Soccorro Mutuo. A syndicancia no Pelicano. *A Federação*. Lisboa: n° 101 (1895), 8 de dezembro, p. 3-4; n° 103 (1895), 22 de dezembro, p. 3; e n° 104 (1895), 29 de dezembro, p. 3.

## CATHOLICISMO E SOCIALISMO<sup>79</sup>

(A FEDERAÇÃO. LISBOA: N.º 77 (1895), 23 DE JUNHO, P. 3).

O socialismo é incoexistível com o catholicismo.

Se nos congressos até hoje celebrados pelos socialistas, não se tem proposto como these, assumpto referente a materia religiosa, urge fazel-o, para ao povo poder ser demonstrado que o catholicismo é um dos agentes da tyrannia que o esmaga em nome da propriedade e do capital.

Hoje o clero acompanha a burguezia capitalista, como outr'ora acompanhou os senhores feudaes, mantendo jungidos ao poder senhorial os escravos a quem obedeceram com enervante e falsa propaganda.

O povo tem um grande meio de conhecer a verdade da propaganda catholica. É pedir aos padres, aos clericaes de casaca ou sotaina, que pregam a pobreza, a humildade, o desprendimento dos bens terrenos, que acceitem para uso proprio as theorias que propagam.

Veria o povo como os aspirantes a *bispos* e a outros elevados cargos da Egreja, abdicariam por completo da propaganda clerical.

O que elles pretendem é muito simples; ludibriarem o povo que trabalha e mãos dadas com as classes preponderantes, esgotarem em commoda vida os productos arrancados á Natureza e transformados pela industria ou pela agricultura.

Tal é o fim a que visam as aves negras da reacção.

---

<sup>79</sup> No número 118, de 5 de abril de 1896, do jornal *A Federação*, de Lisboa, sob a epígrafe «Ernesto da Silva», declara-se que este é o primeiro artigo que Ernesto da Silva assina com o seu nome nesse jornal, o que não é bem assim, visto o artigo intitulado «Dessorando!...», aparecido no n.º 7, de 18 de fevereiro de 1894, p. 1, estar assinado «Ernesto Silva».

Charlatães de praça publica; fingem adorar e ter por Mestre a Jesus de Nazareth, o meigo e contemplativo pensador, propagandista d'um ideal superior de harmonia e paz social, e só têm, por fim, deturpar as theorias de Christo, prégadas em favor dos que soffren, tornando-as propulsores de servidão e miseria.

Indignos do respeito do povo, tripudiam sobre a miséria dos que ajudam a explorar, e em secretos ágapes buscam reforçar o periclitante predominio ha muito mantido sobre a massa ignorante.

Ao contrario, o socialismo, novo evangelho de quietude social e bem estar individual, não préga pela boca dos seus apóstolos doutrinas que estes não aceitem na sua applicação social.

D'aqui a differença entre a falsidade do catholicismo a buscar enterrar manhosamente a evolução social, e o socialismo única formula e unica verdade que póde conduzir os povos á eterna felicidade.

O povo que analyse e escolha entre as fogueiras do Santo Officio e a sociedade futura, toda paz e amor.

Ernesto da Silva

## VIOLÊNCIAS

(*A FEDERAÇÃO*. LISBOA: Nº 79 (1895), 7 DE JULHO, P. 3).

Fértil foi a semana em violências.

Apprehendeu-se *A Federação*, supprimiu-se *A Propaganda*<sup>80</sup>.

Porque?

Não sabemos!... Os anarquistas da Ordem, são os unicos que podem responder á interrogação feita pela massa estupefacta.

Entre nuvens de incenso, joelhados reverentemente, os sacerdotes da Lei sacrificam no altar da Ordem a Propriedade, educando por tal fórmula o povo: – A propriedade que merece respeitoso culto é a que representa o direito da força em poder d'uma camada social.

Eis todo o direito burguez, toda a moral que se evola dos ultimos acontecimentos.

Os padres, os burguezes, os aristocratas, gritam, blasphemam, injuriam e até excommungam os inimigos da propriedade, e veem fornecer ao povo na essência das violências praticadas a mais salutar e proveitosa das lições anti-proprietarias.

Perguntamos: – *A Federação* e *A Propaganda* não são jornaes regularmente habilitados para poderem manter as opiniões dos individuos que os

---

<sup>80</sup> César Oliveira documenta um jornal sob o título de *A Propaganda*, autodefinido anarquista, sem oferecer mais dados. Vid. OLIVEIRA, César – Imprensa operária no Portugal oitocentista: de 1825 a 1905. Separata de *Análise Social*. Nº 39 (1973), p. 26; e MÓNICA, Maria Filomena, e MATOS, Luís Salgado – Inventario da imprensa operária portuguesa (1834-1934). *Análise Social*. Nºs 67-68-69 (1981), p. 1060.

compram e subsidiam, usando de igual direito ao que assiste aos leitores do *Popular*<sup>81</sup>, *Século*<sup>82</sup> ou *Ilustrado*<sup>83</sup>?

A não ser a existencia d'uma moral especial para uso dos jornaes citados a resposta tem de ser affirmativa.

O que justifica pois, a apprehensão de 600 numeros de *A Federação*, *arrancados* a dois rapazitos nas immediações do cemiterio dos Prazeres? Nada!... Salvo o desrespeito á propriedade alheia ordenado e posto em pratica pelos defensores do direito de propriedade... burgueza.

E julgam-se taes defensores do *direito*, com *auctoridade* para condemnarem os que na rua, destroem balões ou partem tigellinhas festivas. Não a teem, somos nós que o affirmamos ao mesmo tempo que nos felicitamos pela esplendida sessão de propaganda anti-proprietaria, feita ao povo pela auctoridade.

Em que merecia o furor policial o supplemento da *Propaganda* distribuído na cidade no passado domingo?... Por ser gratuito?... E nós a julgarmos ser mais condemnavel a exploração do publico ingenuo por meio de supplementos á *ultima hora*, com noticias de Hespanha<sup>84</sup>. Bem se vê que não estamos educados no respeito á *Ordem*.

O supplemento da *Propaganda* como o numero da *Federação*, cometiam o inqualificavel crime de ensinarem ao povo que não conhece a Historia, o que tem sido, é, e continuará ser, o padre dentro das sociedades. Se é crime citas as fogueiras da Inquisição, a Saint-Barthélemy e outros pontos historicamente verdadeiros, lembramos á auctoridade a conveniencia de ser queimado em publico *auto de fé*, todo o trabalho dos historiadores.

---

<sup>81</sup> *O Popular*.

<sup>82</sup> Fundado em Lisboa por Sebastião de Magalhães Lima publicou-se de 8 de junho de 1880 até ao 12 de fevereiro de 1977.

<sup>83</sup> *O Diário Ilustrado* (Lisboa, 1872-1911), regenerador.

<sup>84</sup> Talvez informando do desenvolvimento da guerra em Cuba.

A auctoridade não quer Historia. Bem, fica assente, e Alexandre Hercu-  
lano, Michelet, Oliveira Martins, Cesar Cantú, desaparecem das estantes  
e são substituidos por um *rouxinol* das Caldas symbolizando o 321.

Tem a palavra o barro e o Bordallo Pinheiro.

É anti social e ultra-perigosa a propaganda contra o padre. Que fazer?

Vamos á *propriedade* dos socialistas e dos anarchistas e sequestramo-  
-lh'a e assim teremos conseguido provar aos mesmos... que a força é  
superior ao *direito*.

Eis toda a vantagem da violencia.

Ernesto da Silva





## O ABANDONO DAS CREENÇAS

(A FEDERAÇÃO. LISBOA: N° 81 (1895), 21 DE JULHO, P. 2).

O progresso social não está em amparar a pobreza, está em extingui-la. Tal é a orientação dos mais auctorisados pensadores que, compreendendo a falsa e injusta organização social, proclamam o socialismo como a unica formula extirpadora do cancro que corroe as sociedades e se chama – miseria.

Suggere-nos estas considerações a campanha iniciada pelo *Século* e secundada pelo *Dia* em prol dos pequeninos seres abandonados á mercê do acaso pelos seus progenitores. Preconizam estes nossos collegas, como elemento reparador á triste situação das creanças abandonadas, a criação de um asylo especial onde as mesmas sejam recolhidas.

Sendo para nós sympathica tal idéa, pelo altruismo e phylantropia que denota, impõe-se-nos, porém, o dever de provarmos que a criação de tal asylo é mais uma *cataplasma social* a gravitar no circulo vicioso da economia contemporanea.

O asylo para creanças abandonadas, como a *sopa-economica* e outros anodynos, em nada vem influir no meio social, a poder evitar a fatal solução imposta ás sociedades modernas que se chama socialismo; ou, para melhor dizer, socialização das riquezas, auctoridade e instrucção.

Exposta a nossa opinião sobre o assumpto, resta-nos provar a inanidade da formula paliativa propagandeada pelo *Século* e apoiada pelo *Dia*. É o que vamos fazer.

O que provoca o abandono das creanças? A miseria, ou a falta de qualidades affectivas, consequencia de egoistico utilitarismo. As causas são

por sua vez efeitos de causas anteriores; e a miseria e falta de qualidades affectivas, nascem da organização social que tem por base o capitalismo com todos os seus desequilíbrios e viciosa moral; assentam no anti-humano principio da *lucta pela vida*, interpretada na lucta do individuo contra o individuo.

Sendo assim, o asylo só pôde vir a dulcificar um pouco a misera situação das creanças abandonadas e nunca evitará o uso de tal expediente, por parte dos miseraveis e paes menos sentimentalistas.

Analysemos porém as causas.

Sendo a miseria um producto social, resta algum direito á sociedade de condemnar os paes que, sem recursos, se vêem forçados a abandonar os filhos? Não, porque a sociedade não concedeu a esses seres humanos o direito ao sustento e á educação; e bem avisados andaram em forçar a sociedade a cuidar dos filhos procreados, garantindo-lhes assim um futuro melhor do que lhes poderiam oferecer.

Tem a sociedade o direito de impor aos paes a sustentação dos filhos quando não lhes reconhece o direito ao trabalho isto é; á vida? Não, a não ser que a sociedade julgue mais util para as creanças viverem em pateos infectos, habitando antros anty-higienicos em que a promiscuidade dos sexos destroe todo o senso moral a internal-as em estabelecimentos para tal fim creados. Similhante proceder, só demonstraria a hypocrisia social a procurar não ouvir os lamentos dos que soffrem.

A criação do asylo evitaria a successão dos factos que o *Seculo* e o *Dia* deploram? Não. Será até certo ponto um incentivo á satisfação das necessidades physiologicas reprimidas pelo receio do codigo. Embora peze ao altruismo dos nossos collegas o *equilibrio da sociedade capitalista*, só pôde effectuar-se pela violencia. E mais, observando outra causa que apontámos – o egoismo utilitarista – ainda temos na memoria os factos a que a *roda* deu protecção. Individuos possuidores de bens de fortuna não hesitariam em abandonar filhos, engeitando-os e misturando-os com as creanças, fructo de ligações miseraveis. Porque? Porque o senso moral, as qualidades affectivas, eram obliteradas pelo utilitarismo que a socie-

dade lhes dera a beber com a viciosa moral *de cada um por si e contra os outros*.

Assistia direito á sociedade de castigar aquelles que adoptavam como principio moral familiar o estabelecido e acceite nas relações sociaes? Não; os culpados eram productos naturaes e consequentes da ordem social. O que então se deu é o que hoje tem de repetir-se. E que ha a esperar de sociedades obrigadas a manterem classes parasitarias, como os exercitos permanentes, cujos elementos difficilmente podem constituir familia? O que nós vemos frequentes vezes, em que a mãe esquiteja o filho e o lança em bocados no esgoto, triste epilogo d'uma scena d'amores nascida n'um banco do jardim Patriarchal, Botânico ou Estrella, tendo por personagens uma creada e um soldado. Então, a sociedade ergue-se *justiceira* contra a desnaturada mãe, infeliz victima, responsável do crime do amante que passeia impune e da sociedade que não a educou nem lhe garantiu subsistencia<sup>85</sup>.

E os patrões viciosos e os *filhos familia* zeladores da honra das manas e desrespeitadores da ignorancia das serviçaes? Concluindo, parece-nos não haver asylo possivel onde internas as creanças abandonadas a despeito da maxima caridade cristã, base do socialismo catholico. O que é preciso, o que é indispensavel, o que é fatal, é a transformação social, por fórma a garantir a existencia a todos os seres – homens, mulheres e creanças – e isto é o socialismo que não póde existir nem no Portugal monarchico nem na França republicana.

A questão é fundamentalmente economica, com todas as suas consequencias; esta é a verdade que julgamos dever ser dita ao povo que trabalha e compra... *O Seculo e O Dia*.

Ernesto da Silva

---

<sup>85</sup> Esta situação é denunciada no conto *A criminosa*. Vid. Ruy – *A criminosa*. *A Federação*. Lisboa: n° 83 (1895), 4 de agosto, p. 2-4, em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo I. *Textos literários. Páginas de crítica teatral e teoria estética (1893-1903)*.



## CARTA DE LISBOA<sup>86</sup>

(O OPERARIO DE COIMBRA. COIMBRA: N° 1 (1895), 1° MEZ,  
7 DE SETEMBRO, P. 3-4).

*Lisboa, 4 de setembro.* – Gostoso accedo ao vosso pedido, confiado que em Coimbra vae ver a luz da publicidade mais um fiel defensor do ideal socialista. Mais um luctador vem descer á liça e terçar as armas da propaganda com os defensores da sociedade capitalista.

Enviando-vos fraternal saudar, só tenho que pedir-vos que me desculpeis a modesta cooperação que vos posso offerecer na lucta em favor dos expoliados e opprimidos, que *O Operario de Coimbra*, estou certo, ha de saber orientar com segurança, até ao dia da final victoria.

A quadra que atravessamos não é propicia á caça de noticias; a burguezia emigrou para as thermas e praias, o movimento da cidade é pois restricto á actividade dos que não conhecem o *sport* e o *flirt*, e que de dia teem de ganhar o pão da noite. Não teremos, é certo, noticias revoltantes, nem desopilantes ridiculos burguezes, mas a nós, que vivemos para os

---

<sup>86</sup> *O Operario de Coimbra. Semanario de propaganda e defensor dos interesses collectivos e individuaes*, de J. M. Santos Nazareth, começou a publicar-se em Coimbra como «entre os poucos existentes, o mais intransigente órgão de defeza dos direitos e interesses da maior camada social – o povo opprimido». Para tal empresa, contou com o apoio de «um punhado de companheiros fieis no campo da grande batalha pela vida», reservando um lugar de honra, «no cumprimento de um dever imprescindivel», «ao defensor strenuo do proletariado universal, ao operario Ernesto Silva, glorioso propagandista do socialismo em Portugal». O FUNDADOR – Pouca cousa. *O Operario de Coimbra. Semanario de propaganda e defensor dos interesses collectivos e individuaes*. Coimbra: n° 1 (1895), 1° mez, 7 de setembro, p. 1. De facto, quase todo o número é da autoria de Ernesto da Silva.

*pés descalços*, não nos faltará assumpto, rabuscando nos subterraneos e mansardas onde a fome habita e a miseria impera.

– A questão eleitoral<sup>87</sup>, é n'este momento, o ponto para onde convergem os olhares perscrutadores da politica lisboeta. Segundo as gasetas os progressistas *absteem-se*, os republicanos incitam-nos e os socialistas projectam levar a effeito, como mobilisação de forças e affirmação de principios – eleições livres, de character plebiscitario, a que todos os democratas possam concorrer, affirmando pelo voto a sua adhesão ao suffragio universal.

A idéa proposta pelo conselho central do partido<sup>88</sup>, foi accete com entusiasmo nas fileiras socialistas e entre os democratas sinceros, que assisadamente julgam não crystallisar todo o progresso social na republica burgueza.

*O Dia*, jornal republicano, é que não pode disfarçar o seu despeito pela resolução tomada e largou *bisca*. Tem razão; o directorio fartou-se de pensar e só conseguiu... abster-se. E o João Franco<sup>89</sup>... a rir-se.

– Um nosso companheiro accusado de nefando attentado de se não descobrir á passagem da parada jesuitica de 30 de junho ultimo, foi condemnado em 1 anno de prisão e 6 mezes de multa!...

É para notar que o nosso companheiro preso conta 17 annos e tal circumstancia não lhe attenuou a responsabilidade, emquanto individuos presos por apedrejarem carruagens conduzindo padres que procuravam refugio no Governo civil, ao estalarem os conflictos de 30 de julho, teem sido condemnados em penas minimas.

---

<sup>87</sup> A Câmara dos Deputados fora dissolvida a 28 de março de 1895 e a 29 do mesmo mês foram convocadas novas eleições para o fim desse ano.

<sup>88</sup> Foi o ponto 2 dos fins aos quais se obrigava o movimento socialista, segundo ficou aprovado na 1ª Conferência Nacional Socialista, celebrada em Lisboa nos dias 11 a 15 de fevereiro de 1882: «2.º Eleição directa de todos os cargos públicos, pelo sufrágio universal; e por ele revogáveis todos os mandatos». NOGUEIRA, César – *Resumo histórico dos Congressos e Conferências do Partido Socialista Português (1871-1926)*. Porto: Edição da Revista Pensamento, 1932, p. 31.

<sup>89</sup> Na altura, ministro do Reino no governo regenerador de Hintze Ribeiro (22 de janeiro de 1893 a 7 de fevereiro de 1897).

Favores da justiça que muito agradecemos.

– Já terminou o inquerito a que oficialmente se mandou proceder nos restos do vapor *Anversois*, da companhia Hersent, concluindo os peritos pertencer a responsabilidade do desastre que matou cinco operarios, á empresa que mantinha em serviço um vapor cuja caldeira ha muito estava condemnada.

A responsabilidade da companhia não lhe trará difficuldades, e as viúvas e os orphãos aqui ficam á mercê da sorte.

Egualdade burgueza que um dia terá fim.

– A policia caçada de atirar o porão do *Índia* com os vadios, passou durante as ultimas noites rusgas ás *borboletas*, a quem diz regenerar, extorquindo-lhe dez tostões.

Infelizes productos sociaes, vadios e vadias meretrizes. É a sociedade quem os lança no abysmo da preversão moral e é ainda a *auctoridade*, sustentaculo da ordem social, quem em nome da *lei* sequestra ás desgraçadas os dez tostões, producto de tantas torpezas e aviltamentos.

Receosa da concorrencia, a *lei* manda encerrar os *sondeneurs*.

Assim, sim; ficamos comprehendendo.

– A *Federação das associações de classe*, enviou á camara municipal uma commissão afim de ser alojado convenientemente o tribunal d'arbitros-avindores que tantos serviços já tem prestado ao operariado da capital.

A camara comprometteu-se a proceder á conveniente installação, diante da attitude das associações de classe; estalando assim a castanha na bocca dos burguezes, que nos bastidores da politica manejavam a favor da extinção de tão prestimoso tribunal.

Tenham paciencia, nem tudo é ganho.

– Tem logar no proximo domingo, 8, a festa commemorativa do 2.º anniversario da Associação de classe das lavadeiras, uma das mais florescentes associações operarias do sexo feminino na capital.

A festa, a julgar pelo programma, deve ser ruidosa e attrahente.

– A *Federação*, órgão da Federação das associações, iniciou uma subscrição da qual o producto será enviado á *Revue Socialiste* de Paris, afim de ser erigido um monumento á memoria de Benoit Malon, o grande mestre do socialismo francez.

– No proximo mez de outubro effectua-se em Thomar, por occasião do centenario de Gualdim Paes, um congresso socialista, celebrando-se por tal fórma o 1.º anniversario da Federação thomarensese<sup>90</sup>. N’esta reunião tomarão parte delegados operarios do Porto e Lisboa e n’ella serão tomadas importantes resoluções, ao que julgamos. Seria uma boa occasião do operariado conimbricense se fazer representar.

Ahi fica a idéa.

Babeuf

---

<sup>90</sup> Trata-se da II Conferência Socialista realizada em Tomar nos dias 14 a 16 de outubro de 1895, na qual foi aprovado o programa do Partido Socialista Português, que desta forma se consolida como agrupação independente do Partido dos Operários Socialistas, dirigido por Manuel Luís de Figueiredo. Ernesto da Silva integrará o novo Conselho Central junto a Azedo Gneco, Teodoro Carlos Ribeiro, José Maria de Oliveira e Silva, José do Carmo, Carlos Rio de Carvalho e Domingos Henriques Nunes da Silva. NOGUEIRA, César – *Resumo histórico dos Congressos e Conferências do Partido Socialista Português (1871-1926)*. Porto: Edição da Revista Pensamento, 1932, p. 36.



## A QUESTÃO SOCIAL I

(O OPERARIO DE COIMBRA. COIMBRA: N° 1 (1895), 1° MEZ,  
7 DE SETEMBRO, P. 1 E 4).

A sociedade capitalista – O socialismo em Portugal – A transição collectivista – O communismo – O anti-estatismo – O socialismo evolucionista.

A *questão social*; assim é denominado o gravissimo problema posto á solução em todos os paizes civilizados, segundo os progressos da epoca. A resolvel-o já não são só as multidões famintas e miseraveis, tambem sabios cathedaticos se preocupam com o mal-estar economico, que já por vezes tem feito rolar cabeças no patibulo e tombarem apunhalados os mais altos representantes da hierarchia social.

Esgotado o symbolismo que em 1789 levava os *va-um-pieds* a tomarem a vingança d’alguns seculos d’opressão e tyrannia, a questão poz-se n’um campo em que o metaphysismo politico das classes preponderantes não pode actuar. Levada ao maximo de intensidade, a *questão social* delimita nos nossos dias o lugar occupado pela classe explorada e pela classe exploradora. Se é certo, que, a acção reformista do partido socialista, pode acompanhar e preparar a necessaria evolução da idéa, certo é tambem que a transformação do meio economico impõe-se, como consequencia fatal da evolução posterior.

Transformar a propriedade individual em propriedade collectiva como indispensavel á phase communista, tal é a orientação do socialismo moderno, representado em Malon, Guesde, Jaurés e tantos outros luctadores da *idéa-nova*.

O periodo historico que atravessamos é de agonia e transição.

Agonia da propriedade capitalista, transição para a sociedade collectivista.

Ha quem affirme ser a *questão social* uma consecuencia do desequilibrio economico nascido do excesso da producção e da reducção no numero dos consumidores.

É mais alguma cousa, se attendermos ao integralismo representado em Benoit Malon. É uma civilização cheia de pujança e vida a substituir uma civilização senil e cachetica. Tal é tambem o nosso modo de sentir.

Restringir o ideal socialista á comedida formula – a *questão do ventre* – é desconhecer o progresso social e a marcha evolutiva, e demonstrar nulla comprehensão do criterio historico. Se a Historia é o quadro do desenvolvimento progressivo das sociedades humanas, se apresenta como importante característica – a lueta de classes – segundo a theoria de Marx e seus adeptos; Malon, o mais auctorizado dos modernos socialistas, orientando-se na analyse integral da vida das sociedades conseguiu com seguros fundamentos estabelecer que **o socialismo é uma tendencia de caracter progressivo de molde a constituir uma nova civilização**, fatal na sua apparição e indispensavel nos seus progressos á evolução da humanidade, attraida á perfectibilidade pela dominação do espirito sobre a materia.

Assim, observamos no actual periodo historico, a classe burgueza-capitalista procurar apoiar-se, a despeito da missão de progresso que a evolução lhe impoz; no clericalismo e em todas as forças reaccionarias e conservadoras, pela burguezia tão rijamente combatidas, no periodo aureo das suas affirmações revolucionarias. Não fugindo á fatalidade evolutiva o capitalismo, em risco, crystallizou em obstaculo, diante das reivindicções proletarias.

A provar tal affirmação temos o socialismo d'estado, representado na Allemanha em Bismarck e no imperador Guilherme; emquanto em Roma o papa busca canalisar com encyclicas<sup>91</sup> a corrente revolucionaria do pro-

---

<sup>91</sup> Refere-se à encíclica *Rerum Novarum*, promulgada pelo papa Leão XIII a 5 de maio de 1891, na qual eram abordadas questões de carácter social.

letariado e o socialismo catholico dos clericos procura fazer brecha nas fileiras socialistas revolucionarias, já na Belgica, como na França, Hespanha, Italia e Portugal.

As soluções socialistas catholico-estatistas, são para as classes superiores o sóro a inocular preventivamente, contra o morbo do socialismo revolucionario.

A idéa, porém, transpõe barreiras e salva os diques que tentam em vão contel-a.

O socialismo catholico e o socialismo d'estado, valvulas de segurança do capitalismo, não attingem, a despeito do réclame sectarista, a desejada solução. Tal, só poderia dar-se quando os *elixires* propostos pelos falsos economistas, conseguissem deter o desenvolvimento intellectual da humanidade. E tal certamente não se effectuará. Admittil-o, era admittir o estacionamento do individuo e da sociedade e consequentemente estabelecer com o mais elevado grau de perfeição humana a civilização contemporanea.

A sciencia progredindo veio com a mechanica provocar grandes desequilibrios economicos que dada a possibilidade de serem providos de remedio, attentas as circumstancias actuaes de civilização, ámanhã seriam de novo agravados por novas manifestações scientificas.

Exemplificando, vemos que se o mecanismo actual já provocou as graves crises de trabalho, que flagellam aos 100:000 operarios; taes victimas do progresso seriam immediatamente ultrapassadas em numero, devido á nova machina, que simplificando a producção e apropriada individualmente pelo capitalismo, as provocaria zombando da acção legislativa do estado e das *sopas-economicas* do clericalismo.

O problema da miseria só é resolvido, a paz social só poderá ser uma realidade, feita que seja a transformação economica. **O mal está na sociedade, não está no individuo; só modificando as causas se podem esperar diversos effeitos.**

A inandade dos esforços da burguezia ante a empolgante acção do progresso, está perfeitamente demonstrada, quando consideramos que a lucha do proletariado tem as mesmas origens e ha de ter os mesmos fins.

Uma classe que attingiu a maturação histórica e tem de emancipar-se da tyrannica oppressão do capital burguez, como a burguezia se emancipou do privilegio aristocrata. Assim o determina a evolução.

A agonia da sociedade capitalista é de mais em mais visível, se attendermos ao numero relativamente elevado das formulas economico-sociaes, que os economistas orthodoxos lançam todos os dias ao mercado das idéas. Os economistas defensores da ordem natural, a quem Paul Lafargue, com superior ironia cognominou de *sacerdotes do bezerro de ouro*, propinam quotidianamente viciosos principios, saídos de condemnada origem e d'antemão sujeitos a prematura morte e rapido desaparecimento. Hoje, prégam o livre-cambismo, depois o proteccionismo e concluem com o justo-meio. Os interesses do commercio importador, chocam-se com os interesses industriaes; a agricultura, debate-se em fraticida combate com a industria e o commercio; as reformas amontoam-se; o mal persiste; a lei da concorrência divide agricultores, commerciantes e industriaes em adversos bandos; os operarios soffrem e o desequilibrio é estavel e duradouro.

Eis os traços geraes da *questão social*, que só o socialismo revolucionario pode resolver, adaptando o individuo a um novo meio, onde as baixas paixões e mesquinhos interesses não possam ser gerados.

E. Silva

## A QUESTÃO SOCIAL II

(O OPERARIO DE COIMBRA. COIMBRA: N° 2 (1895), 1° MEZ,  
14 DE SETEMBRO, P. 1).

A sociedade capitalista – O socialismo em Portugal – A transição collectivista – O communismo – O anti-estatismo – O socialismo evolucionista.

O capital concentra-se. Assim o determina a evolução economica. As grandes manifestações capitalistas surgem todos os dias nos variados ramos da actividade humana; a pequena propriedade agricola é transformada e absorvida pela grande propriedade territorial; o pequeno commercio definha em faze dos grandes armazens; a grande industria dá o braço aos *trucs* financeiros e as economias das populações, socializadas pelos reis d'alta banca, dão vida ás fabricas que na provincia marcam os centros fabris, applicando a população de taes centros ao tressuar industrial e consequente exploração capitalista.

Ha meio de evitar os horrores provocados pela plutocracia burgueza?

Ha!... responde triumphante o socialismo. Não, dentro da actual civilização; d'ella, não ha a esperar efficaz remedio ao mal que corroe o organismo social.

Em moral, a civilização actual firma-se na *lucta pela vida*, interpretando segundo o inhumano criterio da lucta do homem contra o homem. Em economia tem por orthodoxa base – o individualismo – a mais flagrante das autinomias, considerada que seja a evolução social, sempre tendente á socialização e appropriação collectiva, das forças naturaes e humanas.

A *lucta pela vida*, tem como resultante a ausencia dos mais generosos principios, que devem dignificar a humana especie, provocando a ferocidade de instinctos e a baixaza de sentimentos, que caracterizam o fim do seculo XIX, em que o servilismo, a falta de rigidez de principios e a hypocrisia mais revoltante, se dão as mãos, tripudiando em nauseante *farandola*, sobre o cadaver apodrecido da consciencia social.

A nevrose de ouro transfigura as sociedades, que epilepticas e cancerosas mostram quotidianamente aos olhares do observador os innumerables tumores de criminalidade, sempre crescente, revelada no alto das camadas sociaes, quando o medio envenena a familia, avido de seductora herança e entre os miseraveis ignorantes, sempre reincidentes, a assaltarem capoeiras e a viverem das amasias condemnadas á infamia do bordel e á lama das viellas.

A *lucta pela vida*, segundo a interpretação dada, é o sorriso de intimo jubilo que illumina o rosto do commerciante, ao saber da fallencia do visinho, que com elle concorria no mercado e a quem apertava a mão, dizendo-se amigo; é a satisfação do industrial, ao ver o seu competidor na lucta economica, cair para não mais se levantar, no insondavel abysmo da ruina e da miseria; é ainda, o operario faminto a vender o braço mais barato, pondo inconscientemente em risco os interesses geraes da classe que representa.

O que fica dito é tão somente um pallido reflexo das *bellezas* da moral contemporanea.

Na economia; o individualismo capitalista é quem domina e transforma as manifestações do progresso em factores de miseria e oppressão.

É logico julgar que a apparição da machina aperfeiçoada, deveria ser causa a jubilosos enthusiasmos e nunca origem a anathemas e maldições. Não succede assim. A machina que tem por missão poupar o homem aos mais rudes e penosos trabalhos, conjunctamente multiplicando a producção e satisfazendo as necessidades collectivas, é para o proletario o mais temeroso dos perigos, porquanto só resulta da apparição do mechanismo, o crescer incessante das fileiras dos *sem-trabalho*, reprobos

a quem a sociedade não reconhece o direito á vida, basico principio da lei da sociabilidade.

Mas, o que motiva a transformação do que deveriam ser beneficios sociaes, em impiedosos e mortiferos flagellos?

A causa de tal anormalidade, reside na apropriação individualista do que é propriedade collectiva. Se a machina não fôra pertença exclusiva do capital, mas sim complemento do trabalho, a heterogeneidade entre a apropriação e o fim a que se destina, não se effectuaria, evitando o desequilibrio economico-social.

Pode fazer-se dentro da sociedade capitalista a apropriação collectiva das forças productivas? Não. É preciso destruir, transformando, as instituições contemporaneas e crear um meio onde possa ser adaptado o individuo lutando pela vida a vencer e dominar a Natureza em commum beneficio da humanidade.

A actual constituição do estado quer republicas burguezas ou monarchias, é incompativel com o progresso, que não pode acceitar as classes parasitarias, quer sejam padres ou guerreiros, e só pode viver do proficuo esforço dos trabalhadores que manual ou intellectualmente são uteis a si e á collectividade.

A defender a propriedade do capitalismo gastam-se milhões, no custeio de exercitos permanentes, homens validos arrancados ao trabalho util, tendo por missão, mais prevenirem, as revoltas no interior, que sollicitos correrem a defender a integridade nacional. Assim o affirmava em proclamação dirigida ao exercito francez o general Changarnier<sup>92</sup>.

Se é certo que em guerras coloniaes e sob pretexto *civilizador*, os exercitos permanentes são applicados, tambem já é conhecido que a colonisação só tem em mira a creação de novos mercados, derivados do *stock* de produção armazenada na metropole, e a valorisação de longinqua propriedade, posta em leilão ou explorada, não em beneficio dos soldados victimas dos miasmas dos pantanos, mas em exclusivo proveito

---

<sup>92</sup> Nicolas Anne Theodule Changarnier (1793-1877), general e político francês.

e usufructo dos que só tiveram o trabalho de ordenar a marcha das forças expedicionarias.

Assim, o padre pertencendo tambem ao parasitismo official, só tem por fim oppor aos progressos scientificos falsos dogmas que, firmados na ignorancia popular, constituem o chamado *freio* das multidões. Manter jungido o povo que trabalha ao carro triumphal dos vencedores do Milhão, é o dever imposto ao padre pela burguezia, que o auctalisa e mantém, não acreditando nas suas predicas, nem praticando como determina o Evangelho, que dizem respeitar.

Analysada, embora rapida e insufficientemente, a sociedade capitalista, entraremos na historia e analyse da orientação a que se subordina o socialismo em Portugal, na tarefa emancipadora encetada em 1872 e seguida até os nossos dias.

E. Silva



## A «UNIÃO»

(A FEDERAÇÃO. LISBOA: N° 89 (1895), 15 DE SETEMBRO,  
P. 2).

No passado numero o órgão padeiral<sup>93</sup>, investe litteraria e correctamente com a minha mais que humilde personalidade. Nos ocios da amassadura *A União*, bota erudição adquirida no compulso dos *Mysterios do Povo*<sup>94</sup>. Faz bem!... Oxalá não fizesse cousa peor; sempre offerencia algumas garantias de auctoridade em litteratura, se se lembrasse de votar no plebiscito do *Repórter*<sup>95</sup>.

Facunda e não presa da ira, *A União*, falla em Joel, no chefe dos cem valles e vae até citar os *brenn*. Felicitamol-a, a investida litterario-historica, por certo muito virá a influir no fabrico das *roscas*. A colorir a acção, nem o armamento de idades remotas, escapou, entrando em linha de conta as béstas de que *A União* mostra intimo conhecimento e as *zagaias vergadas* ao genio bellicoso dos ousados guerreiros reunidos em tetrica conjura.

Fique-se pois a *A União* a vergar *zagaias* á falta de cousa mais apropriada a tal fim, e permitta-nos que lhe digamos com amisade igual á que

---

<sup>93</sup> *A União. Órgão da classe dos fabricantes de pão*, de Lisboa, publicou-se de 1894 a 1903. Não era a primeira vez que o órgão da associação dos padeiros de Lisboa se lançava em críticas a Ernesto da Silva. Vid. a resposta dada pelo autor ao artigo em contra dele do *Manipulador* em «Uma infâmia», infra.

<sup>94</sup> *Os mistérios do povo* (1848-1856), de Eugène Sue. A Tipografia Franco-Portuguesa publicou em 1867 uma versão em português de José Alexandre Salvador Cavaleiro.

<sup>95</sup> Ernesto da Silva refere-se aos inquéritos públicos nos quais o jornal *O Reporter* consultava sobre temas diversos. A 13 de setembro de 1895, por exemplo, perguntava «Qual o jornal mais agradável do paiz». Vid. Plebiscito. *O Reporter*. Lisboa: n° 1114 (1895), 13 de setembro, p. 2.

nos faz a honra de dispensar, não nos ajudar o temperamento, nem o tempo nos sobejar, afim de entrarmos em facetas contendas jornalísticas.

Mais facilmente que as zagaias, vergam todos os dias as penas dos jornalistas e a gente admira e passa, não louvando nem condemnando taes exemplares, seguros como estamos de que não ultrapassam os limites concedidos a simples productos sociaes, gravitando na orbita acanhada da dependencia economica. Também trabalhamos e sabemos quanto custa a ganhar o salario e agradar aos patrões. E... ponto na *verrina*, producto que não gostamos nem sabemos manufacturar.

Diz *A União*, apoplectica e incendida da mais intensa e justificada colera ser o estado o unico responsavel no augmento do preço do pão, devido á indecorosa protecção legislativa concedida á agiotagem agricola, que contrabandeia e monopolisa, esfomeando o mercado dos trigos, oppondo embaraços á importação do trigo exotico e prejudicando gravemente os interesses dos moageiros e industriaes padeiros. Acreditamos piamente no affirmado pela *União*, mas o que sempre temos notado é que os padeiros e moageiros victimas da agiotagem d'alguns importantes trunfos politicos, exploradores da agricultura nacional, ainda não vieram collocar-se ao lado do povo consumidor em decidida e aberta campanha contra os promotores do *pacto da fome*.

Demais sabe *A União* que o povo na sua natural insciencia, é no padeiro que despeja a sua justificadissima colera, consequente ao roubo de um pão em nove que tenha a consumir. E nem assim os innocentes padeiros, veem juntar os seus protestos e a sua acção aos consumidores que não podem ficar satisfeitos com as anodynas e platonicas affirmativas de *A União*.

Os agiotas e contrabandistas agricolas, carregam sobre os moageiros e panificadores e estes por sua vez, offerecem como garantia da sua sinceridade o esconderem-se nas dobras d'uma postura representativa de influencia eleitoral e ludibrio ao consumidor. Os padeiros querem viver, berra *A União*, os moageiros tambem, os agricultores igualmente o affirmam, e o povo diz que quer comer. Não é justo?

Os padeiros exploram e maltratam a classe dos manipuladores e não contentes ainda, querem que o povo se cale diante da extorsão que lhe esfomea o lar. Alto lá! Essa é que não passa. Quasi o affirmamos; amanhã modificando o regimen cerealifero, valor eleitoral dos padeiros, havia de pesar na balança municipal e as 500 grammas a 45 réis, continuariam a ser um facto. Conhecemos o commercio e o municipio o sufficiente para lhe fazermos justiça.

Se os padeiros não querem sentir a colera do povo, se querem merecer o respeito do consumidor, não provoquem posturas que são tão dignas como o regimen cerealifero de que tão amargamente se queixam.

Senão... não!

Lá diz o popular rifão «que tão bom é o ladrão como o seu consentidor».

Emquanto ao cavallo que *A União* me aconselha a montar, posso prevenir-a que o acabo de cingir com as pernas e esporear-lhe o ventre ao terminar o artigo.

Ernesto Silva



### A QUESTÃO SOCIAL III

(O OPERARIO DE COIMBRA. COIMBRA: N° 3 (1895), 1° MEZ,  
21 DE SETEMBRO, P. 1).

A sociedade capitalista – O socialismo em Portugal – A transição collectivista – O communismo – O anti-estatismo – O socialismo evolucionista.

Como acção reflexa do movimento emancipador da Communa, brotou e desenvolveu-se em Portugal o socialismo contemporaneo. Apoz o movimento communista que em 1870 foi afogado em sangue nas ruas de Pariz, a ideia libertaria do socialismo, fecundou no cerebro d'um poderoso grupo intellectual em que brilhavam Anthero de Quental, o ideal pensador e Fontana, a maior e mais querida figura que o socialismo portuguez tem contado nas suas fileiras.

Auxiliados por um grupo de dedicados e entusiastas democratas, dos quaes alguns ainda hoje vivem e luctam em prol das reivindicações operarias, Fontana e Anthero são visitados pelos espanhoes Mora, Morago e Lourenzo, membros da *Internacional*, nascendo de tal visita *O Pensamento Social*, que se propunha defender a nova idéa, organisando-se conjuntamente o *grupo da alliança da democracia socialista*, seguindo Fontana na propaganda e organização da classe trabalhadora dentro do estatuto da *Fraternidade Operaria*, que em pouco tempo attingiu superior pujança, por fôrma a preoccupar as classes preponderantes.

Rapidamente exposta a causa originaria a que se deve o inicio do movimento operario em Portugal, abstrair-me-hei da historia, impossivel

de fazer em curtos artigos que visam a propaganda, e considerarei, analysando, a orientação a que o socialismo em Portugal tem obedecido e a sua evolução até ao presente.

Superiormente dirigida e compreendida a idéa socialista em Portugal, já mais estacionou no acanhado d'uma escola revestindo sempre o caracter evolucionista que ainda hoje mantém, acceitando todas as consequencias sociologicas da expansão libertaria.

Se no *Socialismo integral*, o maior dos monumentos do ideal socialista, Malon, nota com seguro criterio, ser o primitivo programma do socialismo portuguez, retintamente *marxista*, igualmente observa ser a theoria de Marx a dominante então e da qual fatalmente havia de resentir-se o movimento intellectual dos diversos paizes. O *marxismo* representado em Engels, Lafargue, Marx, e outros potentes luctadores, tinha porém que transformar-se segundo a evolução social e assim succedeu. Aceite a critica social do *marxismo*, e a lucta politica, como arma a empregar na conquista e consequente transformação do estado burguez, soffreu no emtanto vigoroso golpe a concentração economico-estatista de Marx, e não poude fugir a modificação a lucta de classes.

Por feliz acaso o socialismo portuguez soube evitar os escolhos da escolastica e firmar-se sempre nas necessidades de adaptação determinadas pelas necessidades sociaes seguindo o methodo experimental, única base segura em analyse sociologica.

Assim, emquanto na França o socialismo soffria intimamente, devido á divisão das forças revolucionarias, arrastadas quasi sempre por subtilezas metaphysicas, em Portugal as phalanges socialistas procederam sempre com unidade d'acção no que respeita ao programma estabelecido e que ao presente tem uma fôrma *sui generis*, de extrema simplicidade e facil comprehensão, abrangendo todos os progressos realisados e seus derivados.

Actualmente em Portugal no campo das reivindicações proletarias só duas forças se chocam e embatem. O socialismo evolucionista e o socialismo anarchico. Nos subseqentes artigos exporei qual a differenciação que julgo existir, entre os processos applicados por uma e outra força na

solução da *questão social* e a proficuidade dos esforços empregados pelos militantes das duas antagonicas fracções.

O *guesdismo*, o *allemanismo*, o *possibilismo*, e tantos outros templos erigidos em França, mais em homenagem á vaidade humana, que aos progressos da idéa, não foram reproduzidos em Portugal, evitando-se por tal fórma o fratricida combate em que proletarios d'um e outro lado, esgrimindo ferozes, se procuravam aniquilar mutuamente, esquecidos do inimigo commum – a classe burgueza – que commodamente sentada nos bancos do amphitheatro, sorria da inepcia dos seus adversarios. A necessidade da união na lucta, fez retomar ao socialismo francez o verdadeiro caminho e hoje notamos já com subido prazer a poderosa força, de que dispõe, disciplinado em commum aspiração, expurgada do *peçoalismo* sempre tão perigoso e contraproducente. O socialismo portuguez tendo por base o *evolucionismo*, fugiu assindamente á difusão da intolerancia, sectarista, fatal ao estacionamento escolastico; abrindo as suas fileiras a todos os individuos que abrigando-se sob a bandeira vermelha, queiram sincera e lealmente lutar em favor das emancipação dos trabalhadores, submettidos na civilisação contemporanea á supremacia capitalista<sup>96</sup>.

D'ahi os seus assignalados progressos todos os dias manifestados na adhesão valiosissima de partidarios, já no meio universitario, nas industrias e até no commercio. Vencida a inercia, em breve o partido socialista em Portugal collocar-se-há á frente da democracia guiando todos os enthusiasmos e amparando generosos ideaes, delimitando toda a vida politica da sociedade portugueza ás duas única correntes que a devem impulsar – os conservadores e os socialistas.

E. Silva

---

<sup>96</sup> Sobre estas questões vid. BABEUF – A propaganda, infra.





**A QUESTÃO SOCIAL IV**  
**(O OPERARIO DE COIMBRA. COIMBRA: N° 1 (1895),**  
**2.º MEZ, 5 DE OUTUBRO, P. 1).**

A sociedade capitalista – O socialismo em Portugal – A transição collectivista – O communismo – O anti-estatismo – O socialismo evolucionista.

D'um lado a reacção com todos os seus servidores, d'outro lado a democracia e seus partidarios. Tal é a selecção que o socialismo portuguez tenta estabelecer no campo politico nacional.

Conseguil-a-ha?

Assim nos affigura quando relanceando o olhar sobre os partidos politicos observamos a concentração das forças monarchicas em redor das instituições; com manifesto prejuizo dos *rotulos*, que as distinguem. Os partidos regenerador e progressista, pouco a pouco vão desaparecendo empolgados pelo partido catholico, força politica de primeira ordem que na sombra actua e se prepara a desmascarar e descer a terreiro. Producto da evolução politica, necessidade da lucta economica, o partido clerical tem futuro certo logo que consiga rejuvenescer a economia nacional, auxiliando e desenvolvendo as forças productivas da sociedade portugueza.

Fomentar a agricultura, impulsionar a industria, proteger a formação das grandes empresas capitalistas, embaraçar a classe trabalhadora na fina rede de falsa protecção e enervante assistencia publica, eis o fim politico do clericalismo no interior, auxiliado e protegido pelos aggrupamentos catholicos preponderantes no estrangeiro.

E tal facto dá-se, tal previsão confirma-se, diante do desagregar contínuo das hostes republicanas, falhas d'energia e sem plano d'acção, esgrimindo em isolados grupos, perdida a concentração á falta de criterio e unidade directiva.

Vencidas pela reacção as forças republicanas, desviado o perigo da revolução com perseverante habilidade, o republicanismo estiola-se e annula-se, entre o mercantilismo d'uma ou outra empresa e as rivalidades intestinas. É pois facil o triumpho do clericalismo em Portugal; basta a dar-lhe a victoria o conseguir a melhoria e progresso das condições economicas do paiz.

Instituidas as grandes fabricas, anniquilada a pequena industria, concentrado o capital, a burguezia só cuidará do livro *Caixa* e do dividendo e o povo só terá força aggrupado em volta do pendão socialista. O capital e a *ordem*, impor-se-hão ante a classe trabalhadora e esta só sairá vencedora da temerosa lucha á custa de muita união e perseverancia. Tal é a situação que já se desenha nitida aos olhos dos proletarios.

Á gravidade do momento attende o socialismo fazendo a revolução dos espiritos, educando e prevenindo o povo dos perigos que o ameaçam e contra os quaes é indispensavel o precaver-se urgentemente. A idéa socialista, que já encontra echo nos principaes centros do paiz, expandir-se-há mais e mais, logo que sobejos recursos materiaes lhe permittam a diffusão nos mais sertanejos lugares.

Digamos ao camponez desapossado da terra herdada em vespas de expatriar-se, que o seu inimigo é o capitalismo; propaguemos a mesma formula ao industrial arruinado e ameaçado de entrar nas fileiras proletarias; affirmemos ainda a mesma theoria ao trabalhador intellectual, que faminto vagueia á espera de collocação, e sem duvida o clericalismo vencedor nas avançadas republicanas, ha de encontrar a morte ao defrontar-se com o socialismo.

Os *trucs* do socialismo catholico, consubstanciados na assistencia social hão de ser postos a nú, e o povo analysando-os ha de comprehender que só pode ser revolucionario e offerecer garantias de progresso, quem não

quer suavizar a miseria, mas sim extingui-la. A burguezia sem distincção de opiniões, tem de aceitar como boas todas as manifestações phylantropicas e caritativas, enquanto o socialismo revolucionario só proclama a egualdade economica.

Os processos sociaes de que usam monarchias como republicas, identicos nos fins e na fórma, só pelo socialismo podem ser repellidos, devido á transformação da base social.

Accepta a lucta politica como meio d'acção reformista, indispensavel á transição que ha a operar, só teem os socialistas fins economicos a attingir. Luctando politicamente, o povo operario recebe a precisa educação á justa comprehensão dos seus direitos de cidadão, e progressivamente vae activando o desmoronamento fatal do privilegio capitalista, levado ao maximo da transigencia pela força popular, sem ter resolvido o problema social do desequilibrio economico.

A questão social é fundamentalmente economica, os accidentes politicos correm parallellos ao seu desenvolvimento, e são attenuantes da intensidade do perigo social, gerado em prematuros e inoportunos actos revolucionarios.

O socialismo não quer a revolução pela revolução, mas pelo que contém de transformador nas relações individuaes e de progressivo na constituição das sociedades. Não basta correr o sangue, é preciso primeiro illuminar a consciencia popular immersa nas densas trevas da ignorancia e desconhecimento das origens do mal que a todos faz soffrer. Açular a plebe, leval-a á revolta e usufruir em regalado conforto os proventos adquiridos á custa de montões de cadaveres, proseguindo em disfarçada tyrannia a sugar toda a seiva plebêa, tem sido a missão das camadas sociaes que se teem emancipado com o auxilio do povo, esquecido e despresado no dia seguinte á victoria.

A revolução socialista não seguirá o trilho das anteriores revoluções; proclamando a egualdade economica e a suppressão dos privilegios, entregará ao povo a posse collectiva das riquezas sociaes accumuladas apoz tantos seculos de laboração humana e hoje appropriadas por infima mino-

ria que já se esqueceu ter saído do povo que agora martyriza e expolia.  
A revolução integral que socialise a auctoridade, a riqueza e a instrução,  
é o fim que os socialistas portuguezes têm em vista.

E. Silva

**O BANDO PRECATORIO E AS PHYLARMONICAS**  
(A FEDERAÇÃO. LISBOA: N° 102 (1895), 15 DE DEZEMBRO,  
P. 1-2).

É doloroso – mas é preciso – verberar com vigor o proceder incorrecto dos que, pertencendo ao povo e em especial á familia operaria, se esquecem do que nós julgamos o cumprimento d'um dever.

Referimo-nos, n'este momento, á injustificada e injustificavel ausencia das phylarmonicas ao bando precatorio effectuado no passado domingo, em favor dos operarios dos caminhos de ferro. Como justificar facto de tal ordem? É natural que o receio da perturbação da ordem e as suas *consequencias*, provocassem tal attitude.

Comprehende-se – um qualquer illustre clarinete ou bombo phylarmónico, respeitador da *Carta* e da Santa Religião, não pode andar aos *bolcos* na praça publica – isso é bom para os *outros*, que luctam nas associações de classe e alcançam as regalias que os phylarmonicos, quando na officina, não desdenham em acceitar e até lhes faz subida conta.

É este o bom criterio, não é verdade?

E assim as inconscientes phylarmonicas, faltando ao cumprimento da sua missão, desconhecedoras de todo o progresso, sem accusarem uma só idéa generosa e grande, vivem para ahi na dependencia e á mercê dos galopins eleitoraes com influencia nos ministerios, d'onde surripiam os restos das festas publicas (bancos, madeiras, estofos, etc.) que mais tarde lhe conquistam uma apotheose barata em dia de sessão solemne, producto da gratidão dos consocios do *grande homem*, insigne em trapaças eleitoraes, que no dia da festa se revê na vera e effigie, rabiscada a *crayon*

e emmoldurada a capricho, em *baguette* cara – d’aquella larguinha – eis toda a verdade.

A associação como o homem, ou tem idéas e é livre, ou então não vale nada. Viver na dependencia, quando é dispensavel, é não offerecer garantias de ter criterio próprio.

As phylarmonicas, esquecendo-se dos seus companheiros a braços com a miseria, não lhe prestando o seu concurso, dão o direito a toda a gente de perguntar se só servem para acompanhar *nosso pae aos entrevados*, os cirios religiosos, offerecerem hymnos aos patrões que exploram os seus membros nas fabricas e até esperarem nas *gares* os altos personagens, quando não atroam os ares no dia I.º de dezembro – *portuguezes é chegado*.

Perguntamos e com subida razão: Quando surgir o I.º de maio, as phylarmonicas que se esqueceram de **600 familias** na miseria, julgar-se-hão com direito a tomarem parte nas manifestações d’esse dia que é para os trabalhadores a aurora d’um novo periodo de luz e liberdade?

Talvez!

A inconsciencia que obriga a ter por titulo *A I.º de Maio*, e a soprar nos trombones o hymno da restauração no I.º de dezembro, é capaz de tudo no campo do disparate e da incoherencia. Ter por titulo uma data que representa e significa uma manifestação internacional e exhibir patriotismo sedição a proposito do *Conde d’Almada* illuminado, se não nos causasse desgosto, provocar-nos-hia a gargalhada.

Continuem, porém, as phylarmonicas seguindo o mesmo trilho e obedecendo á mesma orientação; acompanhem *nosso pae* e façam hymnos aos patrões, mas não se esqueçam que a burguezia a quem adulam e a sociedade que parecem respeitar são os mesmos que nos dias de crise, atiram a pontapés para a valeta, os que já não é preciso explorar, sem se importarem com a sorte das familias dos *bons operarios* patriotas e tementes a Deus.

E temos dito.

E. Silva

**1895-1896**

**(A FEDERAÇÃO. LISBOA: N° 105 (1896), 5 DE JANEIRO,  
P. 1).**

Um anno que finda é mais uma pagina escripta em fulgurantes caracteres na historia do movimento proletario universal. Os annos decorrem e o proletariado mais e mais se affirma como força geradora da civilisação futura. Esgotadas as velhas formulas, gastos os idolos, destruido o metaphysismo politico, só a questão economica se impõe, levanta e caminha, por fórma a mudar a face á organização viciosa da vida contemporanea.

Um anno novo surge e os reprobos sociaes, crenes no futuro, continuam a obra demolidora d'um presente prenhe de iniquidade. A onda proletaria a crescer, a submergir constante, porfiadamente, o Hoje burguez e individualista, preparando o Amanhã proletario e collectivista.

A idéa a infiltrar-se das primeiras ás ultimas camadas sociaes, desagregando falsos principios, pulverisando mentirosos dogmas, aniquilando viciosos axiomas. O individualismo a gerar a guerra, o collectivismo a preparar a paz. A sciencia a construir o futuro, o erro a defender o presente. Tal é a situação.

No mundo burguez, remenda-se a economia, cerze-se a moral, remonta-se a alma; no mundo proletário, choram-se infinitas amarguras, ejaculam-se formidaveis ameaças, soffrem-se incommensuraveis torturas. E o tempo passa, inexoravel, impiedoso para o velho mundo que desaba, ameaçando esmagar na queda os cegos que julgam, especando-o, poderem deter a marcha progressiva da historia da civillisação humana.

As corôas oscillam nas cabeças dos despotas, balouçadas por desconhecido vento de revolta, nascido nos subterraneos, e que altivo e impetuoso, sobe até ás cúpulas douradas dos palacios principescos.

Forjam-se bayonetas, arregimentam-se homens, ergue-se a guilhotina, transforma-se a ignorancia em escudo do privilegio e nada detem a **Reforma**.

Nos parlamentos, nas universidades, nos campos, nas officinas, o *espirito novo* penetra audaz como consecuencia fatal da evolução historica. A sciencia, a arte; o cérebro, o braço, colligam-se anciosos de estilhaçarem os moldes estreitos em que os pretende conter o egoismo individualista.

Findou 95, começa 96.

A burguezia universal dá *balanço* ao poderio e grandeza que representa, e o *deficit* é enorme, colossal. O proletariado observa as fileiras do grande exercito dos *pés-descalços* e encontra-as firmes, dispostas á lucta, antegosando o momento em que o clarim da Verdade, fará ruir as muralhas da cidadella burgueza, posta em sitio por aquelles que d'ella foram expulsos, sem *direito á vida*; faltos de pão, luz e conforto; atirados á valeta, lançados ao prostibulo ou esquecidos nos catres hospitalares ou nos carceres penitenciários.

O Vaticano auxilia Guilherme<sup>97</sup>, ampara Faure<sup>98</sup>, protege Christina<sup>99</sup> e da cadeira de S. Pedro, aconselha em nome de Christo, o valioso auxilio de Krupp<sup>100</sup> e Lebel<sup>101</sup> contra a *peste socialista*, que, a rir-se da inepcia das classes preponderantes na solução da *questão social*, dá-se as mãos

---

<sup>97</sup> Talvez se esteja a referir a Guillerme II (1859-1941), imperador de Alemanha e rei de Prussia desde 1888 a 1918.

<sup>98</sup> Sébastien Faure (1858-1942), anarquista, exerceu a defesa de Dreyfus.

<sup>99</sup> Maria Cristina de Habsburgo-Lorena (1858-1929), segunda esposa do rei Afonso XII de Espanha (1857-1885), era, na altura, regente na minoria de idade do rei Afonso XIII (1886-1941).

<sup>100</sup> Friedrich Alfred Krupp (1854-1902) era um empresário alemão fabricante de armas.

<sup>101</sup> Ernesto da Silva alude aqui ao Coronel N. Lebel, o qual, tendo apenas realizado o design do tipo de bala usado no fuzil Lebel Modéle 1886-M93, acabou por lhe dar nome.



por cima das fronteiras, chamando os povos á communhão d'um grande ideal, que tem por base a Verdade e por cupula a Justiça.

Findou 95 e o combate que foi simples escaramuça, manda não ensarilhar armas, antes, esperar a peito descoberto o combate de 96, e assim, até que o pendão vermelho, fluctuando sobre os escombros d'uma sociedade gasta e apodrecida, possa indicar á humanidade que a paz social se fez, garantindo ao homem o pão, á mulher o lar e á creança a instrucção.

Ernesto da Silva



## O GUNGUNHANA<sup>102</sup>

(A FEDERAÇÃO. LISBOA: N° 106 (1896), 12 DE JANEIRO,  
P. 2).

Vencido o chefe vatua nos sertões africanos, onde buscava defender a integridade da *patria* que a natureza lhe dispensára, eis que o *Africa* o conduz á *patria* dos *selvagens brancos*, prenhes de moral *fim de seculo*.

O empresario do Real Colyseu<sup>103</sup> pretende explorar, exhibindo em publico, o prisionero de guerra que, por todos os motivos é digno de respeito. Um *progenitor* de idéa feliz, lembra a conveniência, depois de saciada a curiosidade publica, de internarem o Gungunhana no Jardim Zoologico<sup>104</sup>, no superior intuito de restaurar as finanças abaladas, d'aquella prestante instituição!

Se o Gungunhana chegasse um dia a comprehender o João de Deus, como deveria qualificar os *civilizados* papás de idéas tão geniaes?

Cafres!... E de superior quilate, os que de chapéu de côco e sem tanga, concluem como unica formula moral: – Vergonha é não ter dinheiro!

E os meios de obtel-o?... Isso pouco importa.

---

<sup>102</sup> Reinaldo Frederico Gungunhana (1850-1906), último emperador do império Gaza, foi feito prisioneiro por Joaquim Mousinho de Albuquerque (1855-1902) no Chaimite, trazido a Lisboa, e desterrado nos Açores.

<sup>103</sup> António Manuel dos Santos Junior dirigia na altura o Real Coyseu dos Recreios.

<sup>104</sup> Fora inaugurado havia poucos anos, em 1884, na altura no Parque de São Sebastião da Pedreira. As instalações atuais, na Quinta das Laranjeiras, foram inauguradas a 28 de maio de 1905.

A moral dos *cafres da elite*, não recua ante o sancionar da exploração infame do capitalismo, feita sem piedade e sem escrúpulos sobre os homens, as mulheres e as crianças, que nas fabricas e nas casernas soffrem torturas infinitamente superiores, ás que o Gungunhana inflige aos seus, nos dias solemnes de sacrificio selvagem.

O Jardim Zoologico, agonisa; os estabelecimentos pios, estiolam; mas a salvar-nos da *cafraria* dos brancos civilizados que morrem, deixando fortunas quasi phantasticas, sem legarem cinco réis aos estabelecimentos de *caridade* e aos estabelecimentos instructivos; lá vem no *Africa*, um prisioneiro de guerra, que, salvando-nos de embaraços cruéis, pode dissipar o *selvagismo* de monoculo, a troco da exhibição da pelle ennegrecida.

Bravo!... Tal a moral, taes os cultores.

A berrarem, possessos de *direito de propriedade*, quando a Inglaterra nos endereça um *ultimatum*, e a julgarem pouco, depois da expoliação do Gungunhana – da patria d'elle; – o exhibirem-n'o a tostão por cabeça, transformando assim os soldados que tanto dizem prezar, em caçadores de *artistas* de Colyseu, ou em vinho de Franco, para uso de instituições anemicas.

E vae um soldado perder a vida em Africa!

Socegue, tranquilise-se, a *ganbuça* fim de seculo. O governo, sempre fraternal e providente, já destinou o regulo vátua a uma fortaleza, onde o misero que não sabe ler, nem é jornalista, acabará em breve os seus dias, no doce e *branco* convívio dos seus irmãos em espirito.

E falam em altruismo, phylantropia, caridade; rebuscando palavrões sonoros, os coherentes *cafres alfacinbas*, que se dizem defensores do throno e do altar, ou como tal procedem.

Dizem venerar um rei, e esquecem-se que o regulo africano é tão rei como o europeu. Um e outro, vivem e exploram, em nome do direito da força, sustentada na ignorancia dos subditos. Ao que *venceu*, zumbaias e cortezias; ao vencido, ignominia e desrespeito. Esquecem-se que o symbolo da realeza tem a mesma significação, quer de pennas ou de ouro!...

Onde está a coherencia; digam-nos senhores phylosophos *fim de século?*

Ah! como o Gungunhana seria feliz se reinasse em Portugal!

Os que hojem pedem exhibições no Colyseu, para deleite das *cocottes* gastas em sensações *fortes*, pediam amanhã empregos, postas e até... pastas, se o vátua estivera investido do mais *alto poder*.

Os *cafres phylosophos*, concluem: – Vergonha é não ter dinheiro,

Oxalá o negro rei, ainda possa aprender a ler, e ensinal-os a concluir:  
– Ter vergonha é ter dinheiro.

Ernesto da Silva



## O REGRESSO<sup>105</sup>

(A FEDERAÇÃO. LISBOA: N° 108 (1896), 26 DE JANEIRO,  
P. 1-2).

Regressaram á *patria capitalista* os expedicionarios que a África foram firmar o *direito de propriedade* das classes preponderantes.

Illuminam os sumptuosos palacios os directores de companhias poderosas, embandeiram-se as casas bancarias, desdobram-se galhardetes, estralejam girandolas, resoam canticos nos templos, a imprensa que *educa*, sublima o espirito guerreiro e os soldados expedicionarios – *a carne de canhão* – enfermos, sem forças, quasi agonisantes, gemem... esquecidos no porão do *Zaire!*

Nos *Te-Deums*, os ministros do Deus de paz e amor celebram a guerra e propõem a **cruz** como complemento á **espada**.

É coherente! Foram sempre irmãs gêmeas; nascidas do mesmo ventre: – *a exploração do fraco pelo forte*.

Os soldados deliram presas da febre nos catres da Estrella<sup>106</sup> e nas ante camaras os syndicatos discutem concessões de *solo patrio* a negociar com a Inglaterra. E as philarmonicas exultam patrioteiras, quebrando a

---

<sup>105</sup> Este artigo relaciona-se com o anterior, intitulado «O Gungunhana», bem como com o texto dramático «A Patria», publicado uma semana depois, sob pseudónimo. Vid. RUY – A Patria. (Dialogos). Em S. Carlos. *A Federação*. Lisboa: n° 109 (1896), 2 de fevereiro, p. 2-4, em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo I. *Textos literários. Páginas de crítica teatral e teoria estética (1893-1903)*.

<sup>106</sup> O Hospital Militar Principal ou Hospital Militar da Estrela, em Lisboa, foi fundado em 1624, tendo-se intalado num edificio jundo da Basílica da Estrela, em 1836, onde ainda hoje se mantém.

solidão das mães sem filhos, com destemperados rancos de bombardinos avariados.

No sertão uma pyramide de cadaveres, no fundo do oceano dezenas de mortos a putrefazerem-se de balas aos pés. Em S. Carlos a alta roda – aristocrata e capitalista – sorri, mostra o colo alvo, plânea entrevistas e... zomba da dôr das mães, esposas e irmãs, que nunca mais verão os seus.

E ninguém se indigna.

A imprensa *séria* aconselha vivas, manifestações, foguetorio; diz-se alavanca do progresso social e incita o povo a regressar á barbarie primaria, á formula rapinante e embryonaria das civilisações anteriores.

As *alavancas do progresso*, metamorphoseadas em arautos da guerra!... E porquê?

Porquê a imprensa bugueza sem distinção de colorido, firma a supremacia presente na ignorancia popular que explora em nome do mercantilismo emprezario.

Que importa centenas de homens a dormirem o eterno somno nos sertões africanos e no fundo do mar, dezenas de enfermos a soffrerem na Estrella, e outras tantas familias a sentirem n'alma a dolorosa acuidade do espinho da mais funda desesperação?

Nada!... É logico.

### **O Capital, a Propriedade, eis tudo.**

No Magul ou em Coolela<sup>107</sup>, o *direito da força prima á força do direito*, como em Fourmies<sup>108</sup> ou na Sicilia. Os *pretos* das fabricas revoltam-se?... Fuzilam-se!... Os pretos dos sertões insurreccionam-se? Fuzilam-se!... Eis o criterio capitalista; quer o *fiel* da balança seja rei, imperador ou presidente.

---

<sup>107</sup> O combate de Magul (Moçambique), a 8 de setembro de 1895, e a Batalha de Coolela, a 7 de novembro de 1895, inserem-se nas chamadas Campanhas de Pacificação de Africa desenvolvidas após a Conferência de Berlim (1884), nas quais haveria de resultar prisioneiro o imperador de Gaza, Gungunhana.

<sup>108</sup> Na localidade Fourmies de (França) em 1891, morreram operários em defesa do dia laboral de oito horas.



Na matança dos revoltados que se armam contra a extorsão, o barrete phrygio dá as mãos ao sceptro e á coroa, sem se importar com a côr dos que tombam exangues, tendo por ultimo leito o *coração da patria*.

A lanterna que explode em nome da ordem é bemdita e beneficente; a *bomba* que estoura em nome da fome é condemnavel e selvatica... Anti-humanos são taes processos!

Superior phylosophia bugueza, como és digna de *respeito*!... Matar muitos pretos é heroico; atirar homens contra homens, fazendo baixar o nivel moral dos luctadores á expansão feroz da animalidade, excitada pelo instincto da conservação, é grandioso; condemnar creanças ao alcouce e ao carcere, invalidos ao asylo e ao hospital, é sublime; e só não é sublime, mirar e destruir a iniqua sociedade inferior em justiça á que preside o Gungunhana preto.

Os filhos do povo, que na caserna trocaram o nome pelo numero, morreram em Africa ou estiolam minados pela febre no hospital, os paes continuam luctando com a miseria, a despeito da *soberania portugueza* ter mais um furo. Hontem, como hoje e amanhã, os trabalhadores continuarão a vegetar em casebres immundos, ostentando farrapos, fome e soffrimento.

A morte dos soldados, só deu vida ao capital.

Assim, o povo operario só tem um grito n'este momento historico.

**Abaixo o capitalismo.**

Ernesto da Silva



## A PROPAGANDA

(A FEDERAÇÃO. LISBOA: N° 114 (1896), 8 DE MARÇO,

P. 1-2).

D'entre as multiplas necessidades que cercam o partido socialista em Portugal, resalta como a primeira e capital importancia a que visa a dar unificação, á propaganda e acção theorica em que se firma o socialismo portuguez.

Admittida, apoz a morte da *Internacional*, a criação dos *partidos nacionais*, certo é que cada um paiz tem actuado segundo o meio que representa, para o *desideratum* emancipador que o socialismo tem por alvo. Assim o socialismo portuguez, não fugindo á lei geral tem, no emtanto, nas suas manifestações partidarias, apresentado mais d'uma corrente theorica, consoante a importancia dos seus propagandistas e dirigentes.

A orientação fundamentalmente *marxista* a que o socialismo portuguez se subordinou desde a Fraternidade Operaria até ha poucos annos, transformou-se como não poderia deixar de ser, n'uma formula integralista, que no emtanto precisa ser definida com rigorosidade e clareza, afim de evitar a adaptação escolastica que segundo alguns é perigosa e contraproducente.

A philosophia resultante do programma portuguez é integralista, como se observa da trilogia a que se subordina – socialisação da riqueza, auctoridade e sciencia – e no emtanto, não adopta nenhuma escola economica posta em discussão e já acceite n'outros paizes. O socialismo em Portugal constituindo uma nova escola, ou para melhor dizer, estabelecendo um criterio proprio; não é *marxista*, *collectivista* ou *comunista*. Reclama

sómente pela transformação social a *socialização* das forças moraes e materiaes, subordinadas hoje ao factor individualista que caracteriza a civilização contemporanea.

Consequente a tal affirmação, surge em Portugal um novo modo de vêr a *questão social*, que revestido de maior simplicidade é certamente superior a qualquer especulação phylosophico-economica que n'um meio assaz insciente, provocaria graves perturbações intellectuaes, prejudicando a unidade partidaria. Substituir a *acção individual*, pela *força social*, e d'ahi extrahir os corollarios indispensaveis á formação d'um corpo de doutrina, é tarefa de superior valia que a bem de todos precisa ser conhecida, já nos superiores intuitos que a geraram, já nos beneficos resultados que d'ella se esperam.

A disciplina mental é uma das forças que mais convém cuidar como elemento da vida partidaria, e logo que o socialismo portuguez, analysadas as varias escolas politico-economicas as repudia na sua integridade, apropriando sómente o que julga ser util, estabelece como unica conclusão a *socialização das forças productivas*, hoje exploradas individualmente; urge que nos *centros* seja provocada discussão sobre o assumpto, que, tratado sem fóros de controversia acrimoniosa, mas sim de educativa palestra, possa dar a todos não só os elementos comprovativos da formula portugueza e das já estabelecidas, mas muito especialmente habilite o maior numero a fazer dedicada e segura propaganda sem perigo da unidade partidaria.

O programma portuguez affirma sobre economia que não é collectivista nem communista, como affirma politicamente que não é auctoritario, nem anarchista, o alvo que procura attingir é a socialização da auctoridade e da riqueza, tendo como regulador social a expansão individual sem prejuizo do meio em que essa expansão se effectuar.

Discutamos, pois, assentemos seguramente na orientação do socialismo nacional, e assim teremos prestado um serviço de summa importancia ao partido a que pertencemos, auxiliando proficuamente os que desejando fazer trabalho mental, se veem por vezes em graves e difficeis embaraços.

Babeuf

**O MUNICIPIO LIVRE**  
**(A FEDERAÇÃO. LISBOA: N° 115 (1896), 15 DE MARÇO,**  
**P. 2).**

Eis a orientação politica do movimento communalista iniciada em 18 de março de 1871.

Desvirtuados os intuitos dos heroicos luctadores da Communa, pela cafila clerical e burgueza, justo é rememorar que a grandiosa eclosão communalista, affirmava no seu programma politico uma das primordiaes reformas que o socialismo internacional reivindica, como basico elemento de toda a acção reformista que o socialismo tem de operar.

É que a *ordem* dos Thiers e Favres<sup>109</sup>, sepultou em horridos morticínios a aspiração generosa e grande, mas certo é tambem que a Internacional, recolhendo a herança communalista, por seu turno a entregou aos partidos *socialistas nacionaes*, que substituindo-a, teem como indeclinavel dever o collocarem no edificio do Futuro a dourada cupula da emancipação proletaria.

Em 1871 abateu-se a columna Vendôme, hoje é preciso abater o poderio da plutocracia burgueza, então ainda não amadurecido evolutivamente, para se lhe determinar a quéda e preparar a transformação. Hontem proclamava-se a republica federal e o municipio livre, hoje é preciso completar a aspiração politica, fazendo a revolução economica tendente

---

<sup>109</sup> Louis Adolphe Thiers (1797-1877), historiador e político, foi eleito presidente pela Assembleia Nacional, tendo suprimido a Comuna de Paris em 1871. Jules Favre (1809-1880) formava parte do governo.

a arrancar ás classes parasitarias a somma de riquezas sociaes produzidas pelo proletariado esfomeado e nú, e só usufruidas pelo capitalismo impiedoso e egoista, anti-progressivo e avaro.

Durante os ultimos vinte e cinco annos, o socialismo abandonando caducos preceitos escolasticos, depurando o methaphysismo politico e guiando-se pelas conclusões pouco a pouco affirmadas pela sociologia positiva, firmada sobre o methodo experimental; saiu do seio das concepções abstractas e offerece contemporaneamente a indestructivel solidez correspondente a uma formula progressiva e renovadora, que tem de transformar até aos fundamentos a civilização gerada no individualismo burguez que hoje se decompõe em putrefacta agonia.

A esta orientação politica e economica se subordina a acção do partido socialista, certo que a lucta politica é indispensavel e correlativa da emancipação economica.

Reclama-se a socialização da auctoridade, afim de dar expansão politica ao individuo, reclamando-se tambem a socialização das riquezas no intuito de garantir a liberdade politica do individuo, unica fórmula de integralisar o cidadão nos moldes do *homem-livre*.

O que não fôr isto, só pode ser democracia suspeita, de fins duvidosos, mascarando com promessas de liberdade o reservado plano de substituir um dictador por outro dictador, o que a democracia socialista não consentirá, sem que o seu protesto figure nas paginas da historia nacional.

Queremos como Pyat, Flourens, Delescluze<sup>110</sup> e todos os communistas assassinados em 1871 – o municipio livre e a federação municipal – mas queremos tambem, como socialistas, a abolição do privilegio capitalista, origem de todas as torpezas e desequilibrios sociaes.

Assim, ao rememorarmos a formidavel explosão popular de 18 de março, asphyxiada em sangue aos clarões do incendio provocado pelos agentes de Versailles, affirmamos mais uma vez que o socialismo, em 1896,

---

<sup>110</sup> Félix Pyat (1810-1889), Gustave Flourens (1838-1871), e Charles Delescluze (1809-1871), revolucionários da Comuna de Paris. Os dois últimos morreram nos confrontos.

tem como alvo a remodelação integra do meio social dos nossos dias, preparando uma nova era de justiça e paz social, embora tenha que, na praça publica, afirmar pela insurreição o que a obcecação conservantista não lhe deixar afirmar dentro da legalidade e da acção evolutiva.

Tal é o nosso criterio.

Babeuf





**A REVOLUÇÃO E A ORDEM**  
**(A COMUNA. NUMERO ÚNICO. HOMENAGEM DOS SOCIALISTAS**  
**PORTUGUEZES AOS COMMUNISTAS DE PARIS.**  
**LISBOA: 18 DE MARÇO DE 1896, P. 2).**

Fallar da *Communa* é continuar a portentosa tarefa iniciada por um povo á voz de heroicos luctadores, impulsionados por uma crença generosa e grande.

Abater a columna Vendôme, queimar a guilhotina e, ao final, desaparecer na *valla dos federados*, é de communista; construir guilhotinas, assassinar creanças, velhos e mulheres, bombardear e incendiar Paris, transformando a praça publica n'um oceano de sangue, é de Thiers.

Tal nos affirma a Historia e nos ensina a tradição.

A Ordem provoca o lucto, o Progresso incita á Paz; a Revolução proclama á clemencia e o Governo impõe a guerra.

Assim succederá nas sociedades *civilisadas* enquanto não desaparecer o Egoismo, gerado na propriedade individual e na falsa moral que tem por base: – *a lucta do individuo contra o individuo.*

Ernesto da Silva



## OS TRES 8<sup>111</sup>

(*A VANGUARDA*<sup>112</sup>. LISBOA: N° 1740 (1896), 20 DE ABRIL,  
P. 1).

Envolta no suave symbolismo em que a alma popular é sempre prodiga, surge a mais importante das reclamações do momento, que os trabalhadores têm a formular e já formularam perante o Estado.

Os tres 8 ou a normalidade do dia de trabalho, é, sem duvida a mais justificada das reivindicações, considerada que seja, não só como reclamação d'uma classe, mas, como superior beneficio social que a todas as camadas aproveita e beneficia.

Só uma profunda insciencia do Estado, parallela á gananciosa avidez do capitalismo, podem permittir que os trabalhadores sejam brutal e ferozmente explorados, sem que uma legislação internacional de trabalho previna os graves desequilibrios economicos, consequentes á sobre producção, á plethora dos mercados, ás crises de trabalho, á degenerescencia das raças; phenomenos constatados já por distinctos economistas e biologistas. Até hoje, porém, pouco ecco têm tido os salutaes avisos dos sabios nas antecamaras ministeriaes, cheias, ao que parece, de irriso-

---

<sup>111</sup> Este tema é desenvolvido no opúsculo *O dia normal*, publicado em conjunto com Ladislau Batalha, *O que é ser socialista?*, com motivo do 1º de maio de 1896. Vid. SILVA, Ernesto da, e BATALHA, Ladislau – *O que é ser socialista? O dia normal*. Lisboa: Typ. do Instituto Geral das Artes Graphicas, s.d., texto reproduzido em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo III. *Escritos políticos, conferências e discursos (1893-1903)*. Com este artigo inicia-se a colaboração de Ernesto da Silva com o republicanismo português.

<sup>112</sup> Jornal republicano, na altura dirigido por Faustino da Fonseca.

rias soluções politicas que, destinadas a entravarem a evolução – o que não conseguem – vêem pela imprevidencia governativa, perturbar a paz social e a acção reformista das sociedades, gerando os actos de revolta, fructos naturaes da falta de criterio dos que governam.

Se as forças operarias representam todo o vigor productivo das sociedades modernas, é justo entregal-as desprotegidas á exploração capitalista, que as aniquila, esgota e depauperisa lançando-as de novo á sociedade – quando inuteis á laboração fabril – arrastando os horrores da mais cruiante miseria e fero desamparo?

É acceitavel, humano ou racional que o capital tenha o direito de ser na fabrica o legislador absoluto, impondo aos proprietarios os longos dias de trabalho, estiolando as creanças, esterilizando e anemizando a mulher e embrutecendo o homem, provocando assim grave degenerescencia na constituição physico-moral das raças, esfomeadas pelo anonymado explorador obcecado pela nevrose do juro?

Será justificavel que o capitalismo gaste milhões em Krupps e Armstrongs<sup>113</sup> – milhões valorizados pelo trabalho – organize a *Cruz Vermelha* para os feridos nas guerras e não dulcifique a situação dos productores das riquezas sociaes?

É de scientifica orientação sociologica que a classe capitalista possa em detrimento dos interesses collectivos – *usar e abusar* – das forças productivas, pondo em perigo a humanidade, ameaçada de precipitar-se no abysmo da impotencia, gasta precocemente pela brutal avidez saída da *livre concorrencia*, base da economia orthodoxa?

Não!... Eis o que nos acode aos labios e pronunciamos convictos, analysando os perigos e iniquidades nascidas da economia contemporanea.

Deante dos perigos sociaes que apontamos e que representam no seu maximo a autophagia das sociedades, não é um favor ao proletariado a concessão do dia normal, é uma necessidade social que se impõe não só

---

<sup>113</sup> Friedrich Alfred Krupp (1854-1902) como William Armstrong (1810-1900), foram empresários dedicados ao fabrico de armas.

em nome da justiça, como é aconselhada pelo instinto da conservação da especie.

A natalidade decresce, os obituarios engrandecem, os mercados abarrotam de productos e os consumidores não satisfazem as mais urgentes necessidades, o mechanismo saído do progresso, expulsa da officina o proletario, destroe o lar pela adaptação da mulher á fabrica e vergonhosa cupula a coroar tanta injustiça, o capitalismo de posse da mechanica, esquecidos todos os principios moraes, transforma a creança em natural inimigo e feroz concorrente do pae, substituído pelo filho.

Qual é pois o dever dos que dirigem os destinos sociaes senão o de se concertarem internacionalmente no empenho de promulgarem uma legislação previdente e humana que, correspondendo á vida de trabalho d'este final de seculo, não só proteja os operarios mas defenda as sociedades ameaçadas de proxima ruina.

O – *quem vier atraz feche a porta* – da phylosophia capitalista, tem de substituir-se pelas conclusões scientificas já firmadas por homens de renome europeu e mais d'uma vez propostas nos congressos dos sabios.

Argumentam escolasticos, que a concessão do *dia normal* não resolve o problema da miseria, esquecendo que as leis evolutivas impõem a necessidade da acção pacifica e reformista da legislação, preparando assim a maturação historica da transformação economica. E mais, conquistando o *dia normal*, teriamos como immediato beneficio da reduçção e fixação do horario de trabalho, menor esgotamento de forças physicas e notavel augmento de tempo a empregar no desenvolvimento intellectual do povo trabalhador. E quanto mais educado é um povo, tanto mais a sociedade é feliz, e a emancipação economica está proxima.

É pelo reformismo na economia e pela democracia na politica, que o proletario ha de alcançar a felicidade e o bem-estar de que secularmente tem sido espoliado. N'este momento historico só a questão economica é grande e consegue chamar á vida o povo indifferente, gasto, sceptico, pelo metaphysismo politico que se esgotou em phrases de intenção generosa, mas, sem valor ante as necessidades individuaes.

A resolver a *questão social* nada valem as anodinas predicacões do papa, nem os furores de Guilherme II, a *Rerum novarum*<sup>114</sup> e os exercitos permanentes nada podem contra o progresso social.

Hoje reina o *individualismo* feroz e anti-humano, indispensavel se torna que n'um Amanhã, que já começa a alvorecer nas paginas da Historia, os homens possam viver em commum, mostrando que a Igualdade, e Liberdade e Fraternidade, não constituem uma phrase vã e só póde existir com uma organisação e distribuição das riquezas em que a expansão individual não pretenda asphysiar a vida collectiva.

Ernesto da Silva

---

<sup>114</sup> Encíclica promulgada pelo papa Leão XIII a 5 de maio de 1891.

## OS SEM TRABALHO

(A VANGUARDA. LISBOA: N° 1747 (1896), 27 DE ABRIL,  
P. 1).

Quando o proletariado universal se prepara para abandonar a fabrica e promover o *meeting* chegado que é o grande dia, justo é tambem pensar nas indefezas victimas que no alto das mansardas e nos subterraneos lobregos – onde ha choro e ranger de dentes – agonisam ao lethal sopro da civilização capitalista.

Os *sem-trabalho*, cancer gerado pelo individualismo, ahi estão no amago das sociedades, famintos e nus, seguidos da prole anemisada pela fome, tendo no olhar febricitante relampagos d'odio, scintillações de desespero.

Espectros da officina, reprobos sociaes, arrojados á valeta pelo progresso, são a montureira social e evolar deleterios vapores de ruins paixões.

A civilização progride, o progresso affirma-se quotidianamente em geniaes e quase inconcebiveis manifestações, a mechanica a dispensar o braço proletario, progressivamente constroe o Eden em que a Humanidade tem de repousar, sublimando o espirito e a viciosa organização social – o individualismo – em deshumana metempsychose, transmuda o Bem em Mal, envenena as sociedades e faz da Machina o primordial factor e poderoso agente do soffrimento e da miseria.

Milhares de braços improductivos, expulsos do labor pela machina que centuplicou a producção e os substituiu, agitam-se no espaço, solicitando a attenção dos directores dos destinos sociaes aos miseros farrapos que os revestem.

Mal vae para todos!

As sociedades decompõem-se, urge depural-as; a prophylaxia social impõe-se, como necessidade e beneficio collectivos.

Na rua, centenas de seres humanos aos baldões da sorte e a empuxões da policia arrastam o pesado lenho da Miseria e lá vão caminho do Golgotha, derrancados após doloroso soffrer; na fabrica os que trabalham dia a dia – forjando a calceta da miseria propria – vergam sob a exploração deshumana do capitalismo, sem protecção, sem amparo, falhos até da solicitude governativa que por elles devia velar.

Os *sem-trabalho* promptos a venderem o braço a baixo preço, impellidos pelo estomago vasio, constituem ameaça permanente aos que laboram. O exercito de *reserva* que o mecanismo gerou, é assim, o fraticida Caim a prostrar exangue o confiado Abel.

A machina, o *escravo de ferro*, que não cança nunca, não tem *dia santo* e trabalha sempre, é empolgada pelo direito da propriedade individual e, mercê do capitalismo que a explora, transforma o beneficio colectivo que annunia na sua origem, em perversa manifestação de mal estar social. Desviada da sua missão benemerita é a machina, a tetrica sybilla, o anjo do mal que anniquilla o viver relativamente feliz das populações, conduzindo-as á desesperação que só deixa transparecer quanto de *bravio* enxerta no *humano*.

O progresso manda, a civilização ordena; ergue-se alterosa a chaminé fabril. A sineta alastra o vibrante som pelas compiunas, e os aldeãos feitos operarios, descem as encostas, esquecidos dos cantares das *descamisadas*<sup>115</sup>, a immergirem na fabrica – retorta em que o suor proletario em estranha alchimia se transforma em oiro accionista.

– Adeus folguedos, adeus canções, adeus romarias.

O progresso manda, a civillisação ordena; a machina aperfeiçoa-se, os braços dispensam-se, a fabrica destroe a familia e o lar, a *offerta* e a *procura* são toda a legislação, os *sem-trabalho* vagabundeiam, emigram,

---

<sup>115</sup> Festa popular do Minho, as chamadas descamisadas do milho.



derivam em numero infimo para nascente laboração e as lagrimas do maior numero são o nectar haurido pela minoria na taça doirada do Goso.

Os *sem-trabalho* – vergonha d'uma civilisação – arroxeadada placa que o capitalismo tem a manchar-lhe as faces, symptomatico prenuncio da gangrena que lhe corroe a intimidade organica.

Não ha *direito á vida*, não se reconhece *direito ao trabalho!*

Irrisoria solução ao grave problema o clericalismo fornece-a – caridade e justiça – *caridade* que avilta e degenera o character, provando por fórma indestructivel o privilegio de classes que a estancarem as lagrimas dos pobres pretextam o desenrolar de *serpentin*os e o arremesso de *confetti* nas batalhas em que as petalas immaculadas tombam na lama do *macadam* quaes lagrimas de mãe sem pão, sobre o cadaver do pequenito, victima da fome, roido de miseria.

Tudo está bem – Panglossicos economistas officiaes – a civilisação já attingiu grau superior, mas – vergonhoso – não é ao homem reconhecido o *direito á vida*, só póde estabelecer-se o *direito á morte* quando falta o talher no banquete da vida.

Baratear a producção, encher os armazens, provocar guerras coloniaes para derivação dos productos metropolitanos, eis o objectivo, o fim, o alvo.

Os *sem-trabalho* querem pão?

Errem. Vagueiem, sem norte e sem bussola, nomada tribu de reprobos sociaes, vão mostrar a todo o mundo que a Civilisação é uma mentira e a Justiça uma ficção. Tal é a solução saida dos *fauteils* academicos e dos conclaves da Igreja de Christo.

A impotencia do phylosophar academico, apoiando-se no baculo como mendigo cego a nodoso bordão. Nada resolvem, digerem e zombam.

Quando muito a *moral* incita, hypocrita e precavida, o homem a que não procrie. Evite-se a prole. Aniquilando o sentimento, asphyxiada a impulsão physiologica, só fique de pé – muito de pé – a economia da epoca, como monumento erigido á rapacidade e documento historico a denunciar um cyclo civilisador.

Caudaes de lagrimas banham os alicerces sociaes, fundos odios refervem no seio das sociedades, por vezes, a lava trasborda e corôa a cratera; então *anthropologistas* falam em criminosos natos em nevrose de celebridade; seguem-se guilhotinas, enche-se o ventre das Penitenciarias, e o problema, sempre erecto como phantasma a dominar ruinas, continúa a persistir, a ameaçar, a destruir a quietitude e paz sociaes.

Nada de reformismo!

É perigoso, anima a canalha. Assim ullulam doutoraes e graves conselheiros, considerando as sociedades uma *roleta* em que só *pontos* felizes podem levantar o *bolo*.

O povo cançado de soffrer, farto da espoliação, começa a germinar a revolta; ingenitamente bom, quer perdoar e não póde; tem horror ao choque brutal das sedições fraticidas, mas aguilhoa-o a desesperação, a febre da *révanche*, o grande desejo de vingar os que *sem-trabalho* não têm direito á existencia e que famintos e nus têm nas mesas dos theatros anatomicos a ante-camara da *valla*.

Oh! Gentes que presidis á vida dos povos, fixae o ponto negro, analyse-o, proveiu-o de remedio e não desçais á condição de bestas feras, que o mesmo é negar a superioridade do Homem no mundo animal.

Ernesto da Silva

## HONTEM E HOJE. 1º DE MAIO<sup>116</sup>

(A VANGUARDA. LISBOA: Nº 1751 (1896), 1 DE MAIO, P. 1).

Agonia da treva, vagido da luz, stertor da iniquidade, arrebol da justiça.

Vencidos pela ideia, desrespeitados pelo progresso, ídolos, tiaras, baculos, corôas, canhões, espingardas, bayonetas, milhões, cedem lugar ao Trabalho. Os famintos, os nus, os *pés-descalços*, atraídos pela luz, podem queimar as azas; os replectos, os confortados, os felizes, minam quaes toupeiras no seio da terra o coração das sociedades.

Raros sabem sentir, poucos sabem o que é soffrer.

O Estado é ponto estrategico, a justiça *maromba* ao equilibrio social, a lei privilegio do mais forte e astuto. Ser estadista é ser funambulo, ser juiz nem é ser réu! E o futuro, a gargalhar auroras, zomba do presente, que é mentira, e do passado, que foi erro.

Abandona-se o trabalho. Não se perfuram montanhas, não se rasgam isthmos, não silvam locomotivas.

A officina é hoje a praça publica, transformada em singular estaleiro a construir a arca salvadora que roçará os cumes do novo Ararat a que a evolução conduz o proletariado, qual biblico Noé.

O diluvio é de treva, a arca é de luz.

---

<sup>116</sup> Durante os anos 1893, 1894 e 1895 Ernesto da Silva foi responsabilizado pela elaboração do manifesto do 1º de Maio pela associação União Operária 1º de Maio, mas fora exonerado do mandato em 1896. Este texto foi publicado depois do abandono de *A Federação* precisamente pelo confronto com Azedo Gneco pelo modelo de celebração da festa dos trabalhadores, que considerava cada vez menos reivindicativa.

Hoje, o estridor dos metaes é commemoração. Amanhã o ecco das conflagrações é ameaça. Relampejar de pyrilampo é atomo constitutivo do sol que ha de aquecer as sociedades.

Que ninguem esqueça, que todos sintam!

Ha conventos, masmorras, fabricas, magistrados, sacerdotes, capitalistas, que todos sejam humanos e não façam da sciencia uma algema e da riqueza um carcere.

O sonho esvae-se, a realidade impõe-se-nos. Ninguem ouve. A sociedade é surda. Dolorosa conclusão o determinismo aponta-a na lição da historia.

Hontem, ainda a exhibição da Treva; hoje o irradiar da Luz. Hontem, multidões ignorantes soluçando desditas imploravam misericórdia, hoje, turbas esperançadas reclamam justiça.

*Ad petendam pluviam*<sup>117</sup>, clama a Igreja; evolam-se dos thuribulos espiraes alvacentas, enchendo-se a nave das cathedraes, entoam-se psalms, exilam-se imagens e a alma absorta no mysticismo, presa do *Nirvana* religioso, esquece a Natureza olhando a Divindade.

Erro, erro fatal que a sciencia condemna e só aos habeis aproveita.

Atraves do confissionario o Homem purga-se, no comicio affirma crenças, a suspirar contricção desce, a praticar o bem, ergue-se. A Cruz é consolo, a Liberdade incentivo, o dogma é grilheta, a sciencia é lanterna, o altar é aniquilamento, o laboratorio é vida.

Hoje, não ha miseros rendeiros a solicitarem perdão, grandes pela crença, infelizes pela ignorancia, queimadas as searas ao calor estival. A rua trasborda d'almas esperançadas em longinquo porvir, pedindo como o Christo a esponja que suavisa o final spasma precursor da morte.

Cautela!... As sociedades não expiram no Golgotha, caminham para o Eden. A transfiguração social não se acolyta de cherubins, rodeia-se de chuços. O *ressurrexit* do povo é o *surge et ambula* do Lazaro. Caminha, progride, aconselha a Razão; detem-te, estaciona, manda o dogmatismo.

---

<sup>117</sup> Em latim no original: oração para pedir chuva.

Principes da Igreja, directores do Estado, economistas, sabios, academicos, ide á rua a ver a procissão do Futuro zombando das intemperies, costumada ha tantos seculos a soffrer sem pão no estomago nem luz no cerebro. Os fieis são revoltados, o pallio é vermelho e o Lenho é a Ideia. Não se defendem thronos, não se preservam altares; busca-se justiça, acordam-se almas.

O catholicismo semeia o Erro, o socialismo germina a Verdade. O sacra-rio determina a prece – o observatorio justifica a depressão.

Eis por que o final do seculo XIX comprehende Edison e Pasteur e não se alvoroça com ladainhas e canticos. O seculo XX completará a obra, justificando com ironias os levitas que descem á argucia rudimentar dos *feiliços* subordinados ao poder dos reis coroados de *chilomo*.

Se civilisar é desprestigiar um *regulo*; tambem civilisa desmascarar hypocrisias, desvendar embustes. Se dominar pretos é crime, enganar brancos é torpeza.

Estabelecei o paralelo, firmae a analysae, considerae e respondei, se o **1.º de maio** não é prenuncio de civilisação superior ao periodo capitalista, que faz dos burguezes *voltairianos* irmãos do Santissimo.

A religião é um freio, a ignorancia um bridão, affirma-se nas reuniões intimas em que o *loup* das convenções sociaes é inutil. E o povo a vege-tar em infectas pocilgas, irmãs gemeas da estrumeira de Job; começa de construir o alvorecer ao occaso os palacios dos que predicam a humildade. Apregoa-se pobreza, desprendimento dos bens terrenos e nos conclaves e congressos ha mitras reluzentes, barretes cardinalicios, vestes de fino brocado, aconselhando *caridade* dilatados abdomens de bispos a contras-tarem com a esverdeada *chlorose* dos que gemem e trabalham.

Hontem pediu-se chuva e preces, hoje clama-se pão e justiça.

O papado e o progresso inimigos seculares a embaterem de novo. Não ha temer a fogueira inquisitorial, ha só tremer da Ideia que ao povo distribue o refrigerante manná que o encoraja á travessia atravez as are-nosas planicies do scepticismo gerado pelo capitalismo accionista, clerical ou *bolsista*.

Na festa de hoje não se sacrifica a Jehovah, Boudha ou Moloch; caminho de Futuro, os trabalhadores avançam abordoados á Verdade, em demanda de Pão que o capital não negue e a igreja não envenene.

Tal é o objectivo e o propulsor da lucta em que se estorcem as sociedades modernas.

Ernesto da Silva

## A REVISTA<sup>118</sup>

(A VANGUARDA. LISBOA: N.º 1754 (1896), 4 DE MAIO, P. 1).

Grandiosa e imponente foi.

Sublime na intenção que a gerou, afirmou grandeza na superioridade numerica dos manifestantes.

O 1.º de maio em Portugal não foi só um protesto de classe, a *Festa do trabalho*, a aspiração reivindicadora dos que soffrem, attingiu as proporções de symptoma rejuvenescedor do organismo nacional.

Fundamentalmente internacionalistas, quando consideramos a *patria* capitalista, sentimos n'alma suave balsamo ao contemplarmos o progresso

---

<sup>118</sup> Em 1898, com motivo do 1º de Maio desse ano, o jornal *A Federação* voltou a publicar o texto para provar a mudança das opiniões de Ernesto da Silva na celebração desta festa, que ele considerava cada vez mais esvaziada de conteúdo reivindicativo para se transformar apenas num simples dia de folga laboral. O artigo intitulava-se «Prova-se a traição» e iniciava o relato com as seguintes palavras: «A *Manifestação do 1º de Maio* parecia destinada a concentrar n'uma acção sem odios pessoas, nem divisões mesquinhas, todo o operariado de Lisboa. Infelizmente não succede assim. Os homens que andam no movimento operário com interesses reservados, atiram fóra a mascara e propozeram-se a destruir, n'esta cidade, a *festa Internacional dos Trabalhadores*. Como centro d'este movimento reaccionario encontra-se o Sr. Ernesto da Silva, um dos que elaborou o programma seguido n'este dia. Eis as suas opiniões de hontem:». Uns dias depois, Azedo Gneco voltava sobre o assunto e publicava uma coluna também intitulada «Prova-se a traição», na qual se queixava de dois artigos de Ernesto da Silva em *A Obra* sobre a manifestação organizada com motivo do 1º de Maio de 1897, para além deste do dia 8 de maio de 1898 nos quais, segundo ele, aludem ao próprio Azedo Gneco. E anuncia que explicará a traição de Ernesto da Silva desde o próximo número. Vid. Prova-se a traição. *A Federação*. Lisboa: n.º 230 (1898), 29 de mayo, p. 3, onde critica a visão do 1º de maio de Ernesto da Silva, bem como os números n.º 232 (1898), 12 de junho, p. 2; n.º 233 (1898), 19 de junho, p. 1; n.º 234 (1898), 26 de junho, p. 2; n.º 235 (1898), 3 de julho, p. 1; n.º 236 (1898), 10 de julho, p. 2, sempre sob a mesma epígrafe. Sobre o artigo de Ernesto da Silva a propósito do 1º de Maio veja-se a sua intervenção durante o comício em O 1º de Maio. *O Paiz*. Lisboa: n.º 543 (1897), 2 de maio, p. 2; e O 1º de maio. Festa ou protesto. *A Obra*. Lisboa: n.º 218 (1899), 9 de abril, p. 1.

nacional. Um povo que faz o 1.º de maio, dando-lhe o brilhantismo e significação que teve em Portugal, não é um povo morto, é, quando muito, um povo falto de conscientes directores politicos que o encaminhem para melhores dias.

A *patria universal* foi saudada em Portugal com a virilidade e entusiasmo inherentes a um povo que deseja ser feliz e livre, acompanhando a onda civilisadora que todos os dias avoluma e cresce no velho e novo mundo.

Despido de utopias, liberto de chimeras, o proletariado portuguez affirmou na grande revista do 1.º de maio, a força resultante da superioridade da Ideia. Que o conservantismo inefficaz e perigoso, comprehenda e assimile. O socialismo não é uma *vingança* nascendo *em baixo*, em fremitos de revolta, é uma necessidade social, é o progresso nacional a manifestar-se. O paiz que não tenha em si os germens da transformação economica que o socialismo propaga, é sociedade atrasada, ameaçada de completa subversão ante o progredir civilisador.

A actual civilização tem os seus dias contados, a ethica e a economia remendam-se todos os dias, apresentando já o aspecto pittoresco da capa d'um mendigo. O evolucionismo theorico impõe-se pelo reformismo pratico e mal avisados serão os que, pretendam entravar a progressão positivo-scientifica que pouco a pouco vae invadindo os dominios da politica metaphisica e da injustiça economica que a contemporanea organização das sociedades representa.

O socialismo é de todos e para todos.

Hoje a instabilidade economica é continua ameaça attingindo os operarios como os pequenos industriaes, os pequenos comerciantes o proletariado intellectual, etc. O pequeno commercio e a pequena industria asphixiam empolgados pela concentração dos capitaes. A officina cede á fabrica como a *loja* cede aos grandes armazens, os que hontem patrões se julgavam ao abrigo das contingencias da sorte, têm de abandonar o que criam ser posição segura e inatacavel e são entrada na grande legião a tressuarem em labor que aproveita só ao capital accionista.



Tal é a concentração capitalista que a evolução economica impõe. Não ha que detel-a, ha que transformal-a em beneficio collectivo, extirpando as causas que a determinam anti-humana, quando deve ser benefica e util socialmente considerada. Expurgar as origens viciosas que transformam o progresso em malestar, é toda a obrigação a cumprir por parte dos que desejam preparar á humanidade um futuro superior de justiça e equidade.

O socialismo, olhando o mundo na sua integridade, é internacionalista, affirma-o no 1.º de maio. O que não esquece, porém, é o meio e as qualidades de adaptação consequentes, não olvida a ethologia, e a substituir as fronteiras politicas e representativas de privilegios dynasticos e interesses de classes, propõe a federação dos povos que o mesmo é dizer a *patria universal*. A regular as relações internacionaes já hoje se affirma a *arbitragem*; ámanhã, um conselho amphyctionico resolverá sobre os graves problemas inherentes á vida dos seres sobre a terra, sem precisar de exercitos para a guerra, mas só precisando de trabalhadores para a paz.

Eis o que o moderno socialismo requer, isento das generosas utopias do socialismo precursor. O que foi durante muito tempo simples especulação phylosophica é hoje um tratado politico, racional, humana, a que está garantida a victoria, em curto praso, se attendermos á importancia e gravidade das soluções a que tem de fornecer praticabilidade.

A *patria universal*, representada na revista internacional do 1.º de maio, só póde assustar os privilegiados que ao abater das fronteiras tremam, não pela *patria* que constantemente mercadejam no templo das conveniencias, mas pelos *cofres* repletos de milhões, ganhos a vender talhões de terra africana, que o sangue dos soldados portuguezes mais de uma vez tem regado a manter direitos historicos de occupação e *protectorado*.

O sangue portuguez corre e infiltra-se nos sertões africanos e após a batalha, não raro observamos a *habilidade* nacional a negociar e vender caro o solo *nacional* aos capitães estrangeiros, avidos de pesquisas auríferas que dêem pujança ás *acções* e *obrigações* das companhias exploradoras. A *carne de canhão* estorce-se em dorida agonia, legando aos seus a miseria e o desamparo, e o capitalismo enche a *burra* e segue cuida-

doso as oscillações da *Bolsa*. Eis o que a analyse nos indica e a critica nos ensina.

Justificado está, pois, o internacionalismo da manifestação do 1.º de maio, que em todo o mundo levanta o proletariado em commum aspiração, reclamando o *dia normal* como *meio* e a republica social como *fim*. O proletariado universal cansado de soffrer, sequioso de justiça, ergue-se n'um só impulso e affirma em maio ás classes preponderantes que o seu reinado está prestes a findar e a ser substituido pela solidariedade humana, intimo laço que estreita os homens, constituindo a base social.

O *individualismo* capitalista é batido no 1.º de maio pelo *socialismo* proletario. Assim o comprehendem os socialistas portuguezes e de tal deram provas, atravessando o coração da capital em luzido e numerozo cortejo em que os operarios entregues a si proprios conseguiram provar a superioridade dos seus intuitos e a crença inestinguivel que os anima a desbravar o caminho irriçado d'abrolhos que as classes superiores os obrigam a trilhar.

A manifestação do 1.º de maio em Portugal, foi honroso documento para o socialismo, gravando bem fundo nas paginas da historia nacional, quanto progresso d'elle dimana para a sociedade portugueza. Oxalá os que dirigem a nacionalidade lusitana, comprehendam e vejam com olhos de vêr, a importancia e significação que o 1.º de maio teve este anno. Se é consolador certificarmo-nos que na sociedade portugueza nem tudo está morto, conveniente é também que o Estado comece a ouvir os clamores justificados dos que produzem, promovendo a promulgação d'uma legislação consentanea com a defeza dos trabalhadores.

O que o *partido socialista* pretende já, e ha de conseguir, é obrigar o Estado a dar aos operarios garantias economicas e direitos politicos, de que ha muito estão expoliados. Não procura o Estado o apoio do clericalismo; corre graves riscos, podemos affirmal-o. A força de que precisa não ha de brotar da reacção, mas da cedencia á evolução social dos direitos já reclamados.

O *problema social* não é atenuado por *sopas economicas, montes de piedade* ou idênticas instituições, é preciso mais, muito mais.

Senão... não!...<sup>119</sup>

Ernesto da Silva

---

<sup>119</sup> Este texto de Ernesto da Silva acaba com as palavras que serviram de título a um artigo publicado por Azedo Gneco, embora sem a sua assinatura, a 19 de maio de 1895. Nele mostrava uma feição mais combativa do movimento operário. Vid. *Se não... não!... A Federação*. Lisboa: n° 72 (1895), 19 de maio, p. 1.



**A GRÈVE EM MONTELAVAR**  
**(A VANGUARDA. LISBOA: N° 1761 (1896), 11 DE MAIO,**  
**P. 1).**

Preoccupa-nos hoje o suggestivo facto a grève dos canteiros e cabouqueiros de Montelavar e Terrugem. A grève dos operarios adscritos á industria da pedra é de molde a provocar-nos no espirito bastas considerações que summariamente exporemos á consideração dos leitores, tanto mais, que o *Diario de Noticias* do sabbado passado lança em artigo editorial propositada preocupação e duvida na opinião publica, a proposito de *operarios e patrões* e suas relações sociaes<sup>120</sup>.

Consideremos, porém, a grève e suas determinantes: Os operarios que laboram nas pedreiras e *telheiros* da região de Montelavar, são obrigados a pegarem no trabalho ao amanhecer e só largam o serviço quando o sol desaparece, isto em completa desharmonia com o horario a que se subordinam os operarios da mesma industria, empregues nas obras e officinas de Lisboa, Cintra, Cascaes, etc. Trabalham, portanto, na melhor das hypotheses desde as 5 horas da manhã ás 7 e meia da tarde, salvo 2 horas e meia para jantar e almoço, o que representa 12 horas diarias de improba tarefa nas pedreiras!

Ainda mais, o trabalho executado por *empreitada*, não tem garantia de preço de mão d'obra, sendo arbitrariamente pago pelo industrial, consoante o *bom humor* ou especulativa avidez. Ao fim de 72 horas de trabalho

---

<sup>120</sup> Assumptos do dia. Patrões e operarios. *Diario de Noticias*. Lisboa: n° 10916 (1896), 9 de maio, p. 1. Neste editorial o jornal declara-se contra o direito à greve.

durante a semana, o operario que julgou ganhar 5, recebeu 4 ou 3, sem direito a protesto, antes incondicional submissão, nascida da imperiosa voz do estomago. Não é salario é dadia o valor que o productor tem de receber; assim o determina philosophia dos exploradores da industria da pedra em Montelavar.

A coroar a torpe exploração, são os operarios amarrados pelo salario á influencia e despotismo patronal, obrigados a fornecerem-se dos generos mais indispensaveis á vida, nos estabelecimentos que os patrões indicam e onde lhes estabelecem *credito* a troco de percentagem a haver dos negociantes. Ignobil esperteza afim do capital fructificar negociando, como engrossara na industria. Facilmente se calcula a *qualidade e legalidade do peso* nos generos fornecidos pelos patrões aos seus fregueses obrigados.

A engenhosa operação reproductora do capital a parodiar as *cantinas* das grandes companhias em que o salario do productor é extorquido como parcella indispensavel ao *cofre-forte*, alliada á superior conveniencia de prevenir a revolta dos explorados, esfomeando-os pelo levantamento do *credito*.

Eis a situação dos operarios canteiros e cabouqueiros de Montelavar, que n'este momento estão em lucta com a ganancia capitalista. E a despeito de tão baixa extorsão e crúa ferocidade, os operarios só reclamam a entrada no trabalho ás 6 horas da manhã, exigindo assim a redução do *dia normal* a 11 horas.

Já é exigencia!... Trabalhar de *empreitada* 66 horas e receber... o que o patrão quizer ao findar a obra. É quase inconcebivel tanta audacia. O patrão está no seu *direito*, se quizer, até póde não dar remuneração. É considerada anti-hygienica a inacção e se os trabalhadores se movimentam é devido ao *zelo patronal* que lhes garante onde empregar as forças.

Que diz a esta logica o *Correio Nacional*<sup>121</sup>? Podemos garantir-lhe ser a synthese das predicações pontificias que constituem o trama da *rerum novarum*.

---

<sup>121</sup> O *Correio Nacional*, de Lisboa, de António Afonso Velado, de orientação religiosa, começou a publicar-se em 1893 e até 1906. A 9 de maio de 1896 publicou um artigo criti-

Os pobres fitam o ceu, põem as mãos e fiam do *outro mundo* remédio aos males que os atormentam, e as classes ricas dão o superfluo aos necessitados. Já estamos a ver o que os felizes dão aos desprotegidos. Trabalho barato e senhas para a *sopa*. E o estado, surdo ás reclamações do *Correio* não manda queimar os *maçonicos* cabecilhas que deschristianizam a familia e prevertem o povo. Já é ter azar.

Acompanhando a grita do *Correio* contra o hybridismo vermelho e as reivindicações proletarias, veiu o *Diario de Noticias* – nem de proposito – metaphysico e nebuloso, affirmar, referindo-se aos conflictos entre patrões e operarios, que a miseria é fatalidade social a que não ha fugir – também é da encyclica – e que a sociedade é como o organismo, em que as pernas e os braços têm de exercer as suas funções locomotoras e apprehensoras em beneficio e complemento das restantes funções organicas, combinando-se e completando-se. Quem o nega?

O que as reivindicações proletarias affirmam bem alto, é que, nas sociedades os membros componentes que constituem a maioria, não teem garantido o *direito á vida* – isto é, á expansão natural – o que não succede nos organismos em que cada membro o orgão – gosa, a despeito da morphologia propria – a satisfação integra das necessidades que o caracteriza. Que nos conste, ainda nenhum dedo veiu queixar-se de ser explorado pelo cerebello. Já assim não succede na ordem social, todos os dias a enorme maioria dos seus mais prestimosos elementos se queixa doloridamente que a fome e a tuberculose a dizima impiedosa, enquanto ociosos phletoricos são fulminados por apoplexias.

Repare o articulista no que se passa em Montelavar, estude a evolução social, considere o progredir mechanicamente a centuplicar a producção e a esfomear homens, lançados á rua sem abrigo nem soccorro, e depois venha affirmar-nos com boa fé scientifica que a harmonia entre *capital* e *trabalho* é perduravel e duradoura.

---

cando a *Folha do Povo* por condenar a resignação cristã. Vid. NEMO – Progresso e resignação. *Correio Nacional*. Lisboa: n° 974 (1896), 9 de maio, p. 1-2.

Fazemos-lhe a justiça de o julgarmos sincero até ao ponto de reformar a opinião já feita.

A reciprocidade de interesses e a mutualidade de direitos e deveres a que o collega se refere, ha muito que estão rotas e apodrecidas pelo *individualismo* capitalista, que, só reconhece taes principios quando precisa de braços; chegado que é o momento de dispensal-os, substituindo-os pela machina, ou evitando dispendio desnecessario ante o *stock* de producção armazenada, a mutualidade dos direitos e deveres entre patrão e operarios é tristemente definida: – os productores vão para a rua sem respeito á prole e os felizes digerem tranquilamente o *trabalho não pago*, confiados nas bayonetas parasitarias, mantidas com o dinheiro do proprio povo!

É esta a critica da theoria proposta pelo *Noticias*.

Onde existe, como pode exisitir, reciprocidade de interesses, se a moral contemporanea tem por base o vicioso desvio da *lucta do individuo contra o individuo*, em substituição da ethica superior que o socialismo propaga e que repousa na formula – *a lucta do individuo contra a natureza, vencendo-a e apropriando-a em beneficio colectivo* – consequente natural do principio da *solidariedade humana* em que se fundamentam as sociedades?

Quem rompe todas as convenções sociaes, quem destroe os principios mais justiceiros, não é a reforma proletaria, é a expansão capitalista. Para affirmarmos o que avançamos, póde crer o articulista, não termos sentido a falta de universalidade.

Que as sociedades teem de transformar-se moral e economicamente, não somos nós que o dizemos, é n'esta occasião Montelavar quem o affirma.

Ernesto da Silva



## PROTECÇÃO AOS MENORES

(A *VANGUARDA*. LISBOA: N.º 1768 (1896), 18 DE MAIO,  
P. 1).

D'entre as leis que o Estado tem gerado nos ultimos annos, com intuitos fingidamente protectores e manifesta especulacção eleitoral, destaca-se a lei de protecção aos menores e ás mulheres na industria, devido á extraordinaria importancia social que a reveste.

A lei de protecção aos menores que ha muito deveria ter applicação rigorosa a preservar as creanças dos accidentes no trabalho e exploração patronal, continua a jazer no mais fundo olvido sem que os legisladores se importem com assumpto de tão alta magnitude. A creança, considerada quando não mais, como elemento constitutivo de gerações futuras, permanece desamparada, e sem protecção do Estado que não tem tempo para cuidar de *bagatellas*. Que importa o analphabetismo e atrophiamiento dos pequenos operarios, factó já comprovado por inqueritos officiaes? Nada!!!... O que é urgente é promulgar *leis protectoras*, isca de proximas eleições. E assim continuará emquanto os operarios não pensarem a sério na *vida politica*, fazendo-se representar – a valer – no parlamento, camaras municipaes e seus derivados.

Em trabalhos de importancia e valor do projecto de lei apresentado em 1885 pelo sr. Augusto Fuschini á camara de deputados, ressaltam, em flagrante evidencia os perigos sociaes resultantes do abandono a que o Estado vota os problemas mais graves e de mais indispensavel soluçã<sup>122</sup>.

---

<sup>122</sup> Com efeito, na sessão de 11 de julho de 1885, Augusto Fuschini apresentou um projeto de lei sobre o trabalho dos menores, e ainda voltou a apresentá-lo na sessão de 6 de

Hoje, como hontem, as creanças empregadas no labor das fabricas e officinas, continuam á mercê da sorte que as preserve dos dentes das engrenagens, que quase diariamente as dilaceram, a despeito da lei desrespeitada e não fiscalizada, que impõe o uso da cobertura das engrenagens e resguardo dos volantes. Sómente o acaso protege as creanças, arrancadas pelo capitalismo ao lar e á escola e que dão ingresso nas fabricas.

Ainda mais, a *lei protectora* que só abrange os menores que trabalham nas fabricas e officinas, esquece aquelles que no commercio esgotam, desde tenra idade, forças que não possuem assim como a multidão enorme dos pequenos vendedores de jornaes em geral *habitués* das escadas das grandes emprezas jornalisticas onde dormitam, esperando o jornal, rotos e mal alimentados, soffrendo resignados as inclemencias das intemperies.

Mais felizes, os cavallos já teem protecção effectiva, *bangars* que lhes fornecem abrigo nas praças publicas e policia zelosa impedindo o transporte de pesos superiores ás forças dos rocinantes. A philantropia ensaia-se nas bestas afim de habilitar-se, a ser util ás creanças. Até lá esperemos; os cavallos estão primeiro que os varinos e marçanos, pobres victimas indefezas.

Ainda não ha muitos mezes que o auctor d'estas linhas chamou a attenção d'um policia para um pequeno de 10 ou 12 annos, moço de uma carvoaria da rua das Gaveas, que caminhava vagarosamente, vergado ao peso d'um barril cheio d'agua, seguindo pela rua de S. Pedro d'Alcantara. O policia, como resposta, affirmou nada poder fazer e temer protegendo o rapazito, provocar-lhe maus tratos infligidos pelo patrão deshumano. Singular coincidencia, n'esse momento passou junto ao grupo formado pelo policia, o rapazito e alguns espectadores a carruagem do sr. João Franco, conduzindo s. ex.<sup>a</sup> pensando talvez... em recomposições ministeriaes.

---

maio de 1890. Vid. *Diario da Camara dos senhores deputados*. Nº 141 (1885), sessão de 11 de julho, p. 3063-3096; e nº 10 (1890), sessão de 6 de maio. *Projecto de Lei sobre a regulação do trabalho dos menores na industria*, p. 95-127.

A policia no cumprimento da sua missão social, está armada para proteger os animaes e não póde velar pelos menores de ambos os sexos, a quem a miseria obriga aos mais dolorosos sacrificios desde a infancia, azedando-lhes o character e esterelizando-lhes os sentimentos. Creanças transitam todos os dias pelas ruas principaes da capital, tressuando ao peso de gigas, varões de ferro e outros volumes sem conseguirem lograr mais que os olhares compadecidos d'um ou outro transeunte que embora não pertencendo á *protectora das bestas*, sente o espirito torturado ante a visão de um pequenino soffrendo, como um forçado, a fatal sentença imposta pela miseria.

Ha dois mezes um jornalista operario accusava n'um jornal de classe o mestre de uma fabrica, de maltratar os menores empregados na fabrica que dirige. Resultado: O tyranno fabril promoveu querella contra o accusador sob pretexto de injurias pessoaes e o tribunal em que a questão foi liquidada, condemnou o escriptor, *esquecendo* o despota accusado de desrespeitar uma lei considerada em vigor!

E não quer o *Correio Clerical*, que os *maçonicos*, chamem a attenção dos proletarios para ssumptos tão graves. Pois tenha paciencia, continuamos impenitentes.

Provado como está, que o Estado só se lembra do povo para pedir impostos e oneral-o com pesados encargos que lhe dificultam o viver e o arrastam á emigração, resta aos operarios começarem de pensar na fórmula mais pratica de interferirem na constituição do mesmo Estado, fazendo-se representar por genuinos delegados que na tribuna possam affirmar a justiça das reclamações proletarias, apoiados por um forte e disciplinado partido que mais tenha a fazer, que politica de *amigos*: – isto é, trate a sério os complexos problemas que se referem á vida social do nosso paiz.

É para tal fim que o socialismo envida esforços consecutivos, convencido de que a *democracia* só se preocupa com a *questão financeira*, deixando á revelia os ponderosos assumptos que dizem respeito á vida e progresso das classes trabalhadoras.

Ha uma larga legislação operaria que é preciso fazer cumprir. As associações de classe, os centros populares, teem de desenvolver as suas forças e actividade e orientados por conta propria, obrigarem, pela sua importancia, o Estado ao cumprimento da legislação promulgada.

O proletariado, cansado de burlas, precisa de verdades; farto de promessas, exige factos.

Os tribunaes arbitro-avindores, que tão relevantes serviços já teem prestado e tão contrariados teem sido na sua existencia, por alguns influentes politicos, são a prova indestructivel dos beneficios que o povo tem a esperar da sua interferencia na vida politica nacional, abandonando o indifferentismo consequente a algumas desillusões soffridas.

Quantos individuos, inscientes detractores do reformismo socialista, não teem já recorrido aos tribunaes arbitros a reivindicarem o preço do seu trabalho, gosando os beneficios de justiça gratuita que de tal instituição dimana?

A pratica a demonstrar-lhes a injustiça das ironias e apostrophes.

Assim, os trabalhadores que não confiam na eficacia dos *montes-de-piedade*, teem progressivamente de engrossarem as fileiras do movimento operario, provocando naturalmente não só o bem estar da camada social que representam, como reflexivamente actuando para a victoria final da democracia portugueza.

Que as associações operarias compreendam bem – reclamações justamente formuladas e firmememte mantidas teem sempre exito garantido a bem dos reclamantes que as formulam, eis a razão que nos leva a chamar a attenção do operariado para a lei protectora dos menores e mais legislação ainda não posta em vigor.

Ernesto da Silva

**O CONGRESSO DE LONDRES**<sup>123</sup>  
**(A VANGUARDA. LISBOA: N.º 1775 (1896), 25 DE MAIO,**  
**P. 1).**

Abrem no proximo dia 27 de julho os trabalhos de congresso internacional socialista em Londres. A importancia extrema que reveste o congresso é facil de considerar, se attendermos á pujança da industria ingleza, representada n'um proletariado assaz numeroso e bem preparado para a lucta economica no campo syndical e corporativo.

O congresso de Londres, póde afirmar-se, alliará á grande praticabilidade de resoluções – caracteristico inglez – o acceitamento da lucta politica como acção parallela e indispensavel á lucta economica e defensiva dos interesses materiaes do proletariado inglez. Assim terminará naturalmente a bolorenta concepção do abstencionismo politico, tão pernicioso ao progredir das camadas proletarias subordinadas ao salariato. Todos os dias a imprensa regista constantes victorias no dominio da politica que reforçar veem os elementos de combate postos em jogo pelo proletariado universal.

**A crença que a questão social – a questão do ventre, segundo o materialismo á Marx – podia ser resolvida exclusivamente pela força corpora-**

---

<sup>123</sup> Com motivo do regresso de Azedo Gneco do Congresso Internacional Socialista, celebrado em Londres de 26 a 31 de julho de 1896, Ernesto da Silva escreveu um texto dramático que publicou em *A Federação*. Vid. RUY – Á sahida do tunnel. (Dialogo n'um wagon de I.<sup>a</sup>). *A Federação*. Lisboa: n.º 138 (1896), 23 de agosto, p. 2, em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo». Tomo I. Textos literários. Páginas de critica teatral e teoria estética (1893-1903).*

tiva, nascida de poderosos sindicatos ou associações operárias, já descreveu a trajetória de teoria gasta e apoz o congresso de Londres fiamos que imergirá no pelago das inutilidades para não mais sobrenadar.

O traçado do socialismo moderno considerando o problema social na sua integridade, estabelece que as transformações políticas tem causas e efeitos economicos e assim fomenta a preponderancia social do operariado como meio unico d'alcançar o reformismo indispensavel ao periodo de transição que a evolução determina.

Na grande assembleia londrina onde tomarão assento os mais devotados e inteligentes campeões socialistas, representando os trabalhadores do mundo civilizado, certamente os partidarios das *Trades-unions*, circunscriptas á formula estreita da protecção profissional, terão de ceder á evidente superioridade do plano de combate que hoje é propagado e já posto em pratica com exito superior na Alemanha, França, Belgica, Italia e mais paizes.

O principio do *unionismo* inglez, que antepõe os interesses do partido os immediatos interesses do trabalho, obedecendo a viciosa orientação, tem de aceitar as leis evolutivas que justificam o mal estar proletario como fatal consequente do cyclo civilizador representado no *capitalismo*, suavizadas as mais intensas agruras do viver operario pelas reformas alcançadas dia a dia pelo socialismo militante em rija lucta parlamentar com a burguezia plutocrata e omnipotente.

A utilidade do congresso de Londres é pois incontestavel, merecendo a attenção demorada dos trabalhadores de todo o mundo.

O proletariado portuguez, que no dia 1.º de maio tão brilhantemente se affirmou por forma a tornar pensativas as classes dirigentes, tem a obrigação indeclinavel de se fazer representar directamente em tão importante assembleia. Iniciados já os trabalhos pela *federação das associações de classe*, urge que os trabalhadores portuguezes dêem recursos e força indispensaveis á exequibilidade da proposta já votada, da representação portugueza em Londres.

Afastados do convivio dos restantes trabalhadores, sem que a sua importancia social salve as fronteiras, o operariado nacional continuará

esquecido no estrangeiro e sem ter compreendido o que é a *patria universal*. As associações de classe, os centros, os grupos operarios das fabricas, obras ou officinas, teem de provocar os recursos pecuniarios que lhes garantem a affirmação das suas crenças e dos seus principios na grande assembleia do povo que trabalha e soffre.

A representação do operariado portuguez no congresso internacional de Londres, será mais um titulo de gloria, mais uma palma viridente que juntaremos ás que em porfiada lucta já temos colhido. Portugal affirmar-se-ha na assembleia estrangeira por intermedio dos seus operarios, que não vão a uma conferencia internacional<sup>124</sup> vender talhões do sertão africano, mas sim, impulsionados por um grande e superior ideal, afirmar a justiça das reclamações que liga todos os productores, quer sejam inglezes, francezes, italianos, belgas, hespanhoes ou portuguezes.

Estreitados os laços de solidariedade com os productores estrangeiros, seremos mais fortes e indestructiveis. Hoje, ninguem nos soccorre além das fronteiras, quando é chegada a hora do perigo; amanhã, contaremos ao nosso lado, a ajudarem-nos no empenho que nos impulsiona, aquelles que de nós só tinham noticia geographica ou historica.

As mais graves e ponderosas questões servirão de ordem do dia, avultando entre outras, a que se refere á questão colonial e á attitude que o proletariado tem a manter ante a febre colonizadora que se apossou do capitalismo, avido de crear novos mercados, que não hão de *civilisar* negros, embrutecendo-os com aguardente e fusilando-os com Mausers ou Kropatschecs<sup>125</sup>. O militarismo, e paz armada e as perturbações economicas procreadas pelo parasitismo da caserna, merecerão larga discussão.

---

<sup>124</sup> A Conferência de Berlim, 25 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885.

<sup>125</sup> A raiz dos Acordos tomados em Berlim em 1885, o Estado português assinou um contrato com a empresa Ostereichische Waffen Fabrik Gesellschaft (OE.W.F.G.) em Steyer, na Áustria, para o fornecimento de 40.000 espingardas tipo «Guedes», 6000 para caçadores e 3000 para cavalaria, todas de 8mm, podendo se usar nelas os mesmos cartuchos. Mas as dificuldades que apresentavam as «Guedes» obrigou a uma renegociação do contrato, sendo substituídas pelas «Kropatschek», o que levou ao aumento da receita até aos 132.000 réis. A Marinha comprou também 3000 espingardas e 1000 carabinas. Com este investimento, Portugal foi, com a França, o primeiro país em adotar um calibre reduzido. Em 1888 o Estado

A expansão colonial que tanto preocupa o mundo moderno, deve merecer-nos especial cuidado, se attendermos ao emporio africano que ainda guardamos protegido pelo tradicionalismo e direitos historicos, mas sem occupação effectiva, nem influencia civilisadora e transformista. No congresso effectuado na capital ingleza, terá a voz o delegado operario portuguez maxima importancia ao discutir-se tão momentoso assumpto. O proletariado portuguez tem carencia de saber com verdade e segurança, qual a maneira de actuar quando a expansão colonial da Inglaterra e da Allemanha nos procure desalojar e desapossar do patrimonio que nos foi legado pelo esforço das gerações anteriores.

Alliadas ás theses já propostas no congresso importar-se-ha com a legislação internacional de trabalho, assumpto que aos salarizados fez respeito, demonstrando como está que a concorrência industrial dos varios paizes, determina nacionalmente as mesmas difficuldades sociaes, que só devido ao accordo internacional pódem ser resolvidas em segurança e boa fé.

Ante o enunciado que deixamos estabelecido, facil é observar qual o grau de importancia que dimana do congresso de Londres, a que os operarios portuguezes não devem faltar, sem grave risco de demonstrarem publicamente, que ainda estão longe de comprehender a magnitude e grandiosidade da missão historica que têm a cumprir no seu paiz como os estrangeiros cumprem no paiz que lhes foi berço.

Quando as classes dominantes, de posse do Estado, fomentam a repressão e a violencia atemorizadas pelo constante progredir do proletariado, cumpre aos obreiros saber responder á violencia com a serenidade e á

---

comprou mais 4800 carabinas para a engenharia, sapadores e Guarda Fiscal. As armas foram distribuídas nas unidades metropolitanas, nas unidades Ultramarinas, na Guiné e, especialmente, em Angola e Moçambique. Posteriormente, foram alteradas na Fábrica de Armas para poderem utilizar cartuchos sem fumo, num processo concluído por volta de 1896. Neste ano foram compradas armas ainda mais modernas, como a «Mannlicher» e a «Mauser-Vergueiro», já em 1904, o que levou ao afastamento das «Kropatschek» nas cidades portuguesas. Todos estes dados em PINTO, Renato Fernando Marques – As indústrias militares e as armas de fogo portáteis no exército português. *Revista Militar*. Nº 2495 (2009), dezembro, disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/528>.



repressão com a marcha nunca interrompida das hostes proletárias para períodos históricos mais felizes e justiceiros.

O congresso de Londres é mais uma afirmação que o proletariado internacional oferece ao capitalismo, demonstrando quanta força já possui; força que aumenta todos os dias e se revela em portentosas organizações de defesa e ataque e sugestivas manifestações que vão da praça pública até guindarem-se á tribuna dos parlamentos.

Já em 1889 os operários portugueses tiveram representação directa no congresso de Paris, denunciando assim a vitalidade partidária e segura orientação que então possuíam; n'este momento é dever honrar as tradições representativas de penoso labor e de novo mostrar ao mundo civilizado que Portugal não é um cemiterio povoado de espectros, mas uma nacionalidade que embora um tanto degenerescente devido á *politica dos amigos*, ainda contém em si os elementos indispensaveis para rejuvenescer e proclamar bem alto ser digna do esforço dos que nos seculos XV e XVI sulcando *mares nunca d'antes navegados*, foram aventureiros e sonhadores, buscar para a civilização uma das suas joias mais puras, iniciando o periodo das descobertas que ainda hoje constituem o mais nobre dos pergaminhos genealogicos do povo portuguez.

Ernesto da Silva



**O MOVIMENTO OPERARIO**  
**(A VANGUARDA. LISBOA: N° 1782 (1896), 1 DE JUNHO,**  
**P. 1).**

Assim é designado genericamente o conjunto de forças proletarias já preparadas pela educação e força associativa a reivindicarem com exito as justas regalias que o proletariado consigna no seu programma partidario.

O movimento operario que em Portugal esteve largos annos enfeudado á acção centralista do Estado, victima d'um *possibilismo* torpe e ganacioso, conseguiu alfim encontrar depois de porfiada lucta o meio proprio ao seu desenvolvimento, sem compromissos que impeçam a salutar e benefica acção. Conseguidas que foram, apoz crudelissimo trabalho, a independencia e autonomia do movimento operario, não serão estas alienadas sem que grave protesto surja do seio do proletariado, eivado de scepticismo gerado na corrupção e decadencia politica das classes proletarias.

Os trabalhadores – e aqui consideramos todos os que trabalham – têm o seu partido, a sua linha d'acção, o seu objectivo, emfim, todos os accesorios indispensaveis ao desdobramento d'uma ideia inicial.

O movimento moderno que não considera o materialismo marxista atravez da celebre phrase – a emancipação dos trabalhadores ha de ser obra dos mesmos trabalhadores – por julgar estreita a traducção *terra á terra* que da mesmo phrase tem sido feita, appella para todas as forças sociaes que lealmente venham cooperar na solução do problema da miseria.

É assim orientado que o socialismo portuguez marcha para o Futuro.

Nunca recusou o socialismo portuguez o seu apoio aos que tentam levantar a *patria portugueza* do abatimento a que foi conduzida pelo uti-

litarismo politico-burocrata. O que, porém, não faz são colligações; póde n'um dado momento a necessidade historica determinar a *incidencia politica*, mas, tal não será senão o reconhecimento da unidade de lucta, imposta como *meio* para attingir um *fim*.

Distingamos; como dizia o personagem da *Morgadinha*.

O movimento socialista portuguez, disposto ao sacrificio pela Ideia, não se extasia nem se deixa trucidar pelo Homem. Producto do progresso social, se tem como fim o rejuvenescimento da vida economica que hoje definha e quase agonisa, não esquece que o seu esforço immediato tem de effectuar o rejuvenescimento moral, indicando aos que trabalham que apoz a organização injusta das sociedades contemporaneas, um largo futuro se desenha por fórma nitida e incontrovertida.

Os que caminham buscando desbravar a estrada da democracia dos tradicionalismos seculares, encontrar-nos-hão sempre a seu lado senão como aliados pelo menos como viandantes que mutuamente cooperam no intuito de vadear a corrente que caudalosa ameaça interromper a marcha. Os companheiros de travessia podem ficar na margem perferida, nós internar-nos-hemos no coração das florestas.

Eis o que nos aconselha a lição da Historia.

Comprehendida a missão de cada um dos pioneiros a harmonia será um pacto, sem a illusoria sagração d'um hymineu que degenerescente se transformaria em adulterio. O socialismo não hostilisa a revolução politica, o que deseja é completal-a com a revolução economica, que só socialistas podem defender.

Ha quem propague – julgamos de boa fé – que o socialismo em Portugal não encontra meio apropriado de cultura, falta-lhe como elemento de gestão as grandes multidões de trabalhadores, só adaptaveis aos paizes essencialmente industriaes o que se não dá em Portugal essencialmente agricola. Erro nascido de pouca observação, eis a que se reduz da theoria.

A vida social vae desenvolvendo-se; a pequena industria e a industria domestica vão cedendo lugar ás fabricas e grandes officinas; no commercio vae desaparecendo a esperança de apoz o tirocinio, o operario do

balcão, estabelecer-se por conta propria á falta de grossos capitaes que o habilitem á concorrência com potencias superiores e se dirigirmos os nossos olhares até ao proletariado intellectual, veremos facilmente que o derivativo da burocracia já pouco pôde offerecer, esgotada como está a teta orçamental.

A confirmar as nossas previsões, já temos os medicos saídos em grande numero das escolas superiores, e que a não serem possuidores de largas rendas, se veem a braços com graves dificuldades, esgrimindo febris uns contra outros, na ancia de arranjamem a clinica de um monte-pio a 400 réis por mez!

Observem n'estes e tantos outros factos identicos, os propagadores da theoria que Portugal não tem condições socialistas.

O proletariado intellectual, que após dez ou doze annos de estudo, se encontra na rua com um diploma e sem pão, tem direito á revolta contra a injustiça social – e mais que os proletarios da officina – condemnando-os á miseria e ao soffrimento, depois de illuminado o espirito e creadas necessidades intellectuaes e moraes que não é dado satisfazer sem recursos<sup>126</sup>.

E quando mesmo Portugal fôra só agricola, facil é considerar que o agricultor dos campos importa o esforço e trabalho dos camponezes, que certamente são homens como os operarios que se empregam no movimentar fabril. A comprehender quanto o operario dos campos não é refractario á ideia socialista, basta sair uma ou outra vez em missão de propaganda á provincia e ahi analysar quanto á ideia superior em que se firma o socialismo penetra no cerebro dos camponezes, votados ao esquecimento das classes superiores que só se servem d'esses trabalhadores nos dias em

---

<sup>126</sup> Este é o argumento do drama *A Victima* (1896), que seria rejeitado para a sua encação pela empresa do Teatro de D. Maria II nos fins desse anno, como denunciara em artigos aparecidos em *O Paiz* logo no inicio de 1897. É possivel Ernesto da Silva estar a redigir o texto na altura da escrita deste artigo. Perante a rejeição da peça, optou por refazer de novo o texto dando lugar a *Vencidos. Drama em 4 actos*, finalmente representado no Teatro do Ginásio de Lisboa a 9 de janeiro de 1902, e a 28 de maio de 1902 no Teatro do Príncipe Real, no Porto. Vid. PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo II. *Artigos jornalísticos (1893-1903)*, e idem, Tomo I. *Textos literários. Páginas de critica teatral e teoria estética (1893-1903)*.

que é preciso fabricar deputados que no parlamento venham tratar, não dos interesses das populações campezinas, mas sómente dos interesses propios, representados em melhoramentos materiaes, que vão valorisar as propriedades e augmentar a preponderancia local dos influentes que zoubam assim do tressuar dos que curvados sobre a terra, arrancam ao solo a subsistencia publica.

Discute-se tambem a grande divisão de propriedade, que fatalmente tem de desaparecer, mercê da concentração capitalista e da applicação dos modernos processos de cultura incompativeis com a divisão proprietaria que serve de argumento aos sociologos de gabinete que desconhecem o viver popular.

O socialismo, ou para melhor dizer, o movimento operario é tão praticavel em Portugal como nos outros paizes. Obedecendo ás necessidades da *vida nacional*, adapta-se ás mais instantes necessidades do proletariado portuguez, despido de subtilezas metaphysicas e nebulosidades escolasticas, affirmando constantemente o seu crescente progresso, levantando á alma popular o balsamo da esperanza em que virão dias melhores para os productores da riqueza nacional.

Já se não discutem utopias, acceitam-se verdades demonstradas e demonstraveis e quando um dia o movimento operario transitar da manifestação pacifica do 1.º de maio para a vida politica, os trabalhadores terão affirmado a sua condição de ser de camada social que se não quer esmagar ninguem tambem não consente em ser esmagado.

A democracia que se tranquiline no parlamento ou na associação, a democracia socialista não traz o progresso, o que não concorda nem n'um nem n'outro campo é com o capitalismo e individualismo contemporaneos.

Ernesto da Silva

## O SOCCORRO MUTUO

(A VANGUARDA. LISBOA: N° 1789 (1896), 8 DE JUNHO,  
P. 1).

Vamos referir-nos hoje a uma das mais beneficis formulas em que se traduz a ideia associativa e que, mercê de varios factores, se afunda no mais criminoso desleixo, aliás symptoma já manifestado como caracteristico inherente á vida da *patria portugueza*.

Conhecidos são de todos os superiores beneficios que o mutualismo dispensa á vida nacional, obrigando pela previdencia centenas de individuos a cuidarem do *ámabã* terrivel, quando a doença invade o lar desprotegido dos que só pelo braço podem attender ás necessidades do viver. É o estado desonerado pelo mutualismo de importantes sommas que, sem duvida, gastaria, caso a população das associações se visse na contingencia de recorrer ao hospital quando enferma.

A acção preventida do mutualismo, facilitando o soccorro, representa na hygiene social grandioso papel, devido ao ataque immediato da doença, que assim não possui tanta facilidade de generalisar-se, o que não succederia se a lugubre perspectiva do hospital detivesse os enfermos pobres até á ultima extremidade.

O estado que ha muito deveria por conservação propria, auxiliar e proteger as associações mutualistas, reconhecendo o valioso auxilio que das mesmas resulta, esquece-as empolgado pelas locubrações afadigas da *baixa politica*. O numero sempre crescente das *associações-ratoeiras*, gerando o definhamento das instituções honradas, o não cumprimento

do decreto de 28 de fevereiro<sup>127</sup>, a escandalosa protecção aos delapidadores dos fundos da previdencia popular – vidé *Pelicano*<sup>128</sup> – aliados á ignorancia e indolencia da população associada teem conduzido o mutualismo a notavel decadencia.

Ha dias os jornaes annunciaram que a sollicitude do titular da pasta das obras publicas, procreara um projecto de revisão, no louvavel intuito de regularisar e fiscalisar o funccionamento das associações mutualistas. O projecto revisor que, segundo a imprensa, tem em mira alargar as attribuições dos conselhos regionaes e dar-lhes funcções de tribunaes-arbitros, deve ser submettido á apreciação dos mesmos conselhos!

É quase inacreditavel!

Em Lisboa, isto é, o conselho regional do sul não existe e é um ministro da corôa, um legislador, a cupula hierarchica do ministerio das obras publicas, que desconhece o facto!... Naturalmente s. ex.<sup>a</sup> tambem não sabe que os estatutos das associações de classe não são approvados, obedecendo tal medida a plano de ha muito preconcebido.

Santa ingenuidade, onde foste encontrar albergue.

A julgar pelo exposto, s. ex.<sup>a</sup> tambem não sabe onde pára o espolio da associação commercial, ha tempos dissolvida, e que devia ser rateado pelas associações de soccorro mutuo legalmente organisadas.

Elucidando s. ex.<sup>a</sup> diremos não nos impellir o mesquinho direito de embolsarmos – collectivamente falando – a parte que nos toca em testamento; o que desejamos é não termos a lamentar o descaminho do espolio citado, nos escaninhos de alguma repartição.

Dissemos em periodo anterior que o Estado por completo tem descuidado a vida do mutualismo. A affirmal-o, vê-se como os dinheiros publicos são de sobejo para festas clericas, reconstrucções de egrejas, favoritismos a compadres e afilhados e não houve verba, nem ha a dispensar ás asso-

---

<sup>127</sup> Trata-se do decreto que regulava as associações de socorros mutuos, aprovado em 1891. Vid. nota infra.

<sup>128</sup> Associação de Soccorros Mutuos, vinculada ao movimento operário, que fora desfalcada pelos seus gestores.



ciações populares que, durante epidemias de typho ou *grippe*, se vêem a braços com graves dificuldades financeiras, preservando o Estado do despendio de quantias avultadas.

Ainda mais; o Estado que não reconhece ao soccorro-mutuo direito a intrometter-se em *questões politicas*, permite-se o uso e abuso do agravamento das condições de vida do povo trabalhador, agravando os impostos que directa e indirectamente cerceiam a alimentação popular, creando assim a par da degenerescencia organica do povo, consequente desenvolvimento da anemia e tuberculose, que esgotam as forças dos associados, a par da vitalidade dos cofres dos monte-pios, enfraquecidos pela lethalidade legisladora de inscientes financeiros guindados a ministros.

O soccorro mutuo cumprindo uma função solidaria social de altissimo valor, tem o direito – embora não lh’o consignem – de emittir o seu voto sobre materia legislativa, que fatalmente tem de actuar no corpo social.

O Estado que quotidianamente offerece mais ou menos disfarçadamente, edificios publicos para a installação de *antros jesuiticos*, ainda se não lembrou de cumprir o disposto no art. 40.º do decreto de 28 de fevereiro<sup>129</sup>, em que ás associações de soccorro-mutuo é garantida a concessão d’um edificio publico para installação gratuita das sédes sociaes.

Não satisfeito com tanta injustiça, inobservancia da lei e má vontade, alguns delegados do thesouro permittem-se o luxo de exigirem sello nas papeletas-recibos, – como succede no 1.º bairro – agravando mais a depauperada economia mutualista, a despeito da lei que na alinea (*a*) no n.º 3 do art. 13.º diz: – «serem isentas do imposto do sello as associações, que nos recibos passados a particulares e ao Estado pelo pagamento de quaesquer importancias.»

---

<sup>129</sup> «Art. 40.º O estado cederá gratuitamente em cada um dos bairros das cidades de Lisboa e Porto um edificio, se o possuir, para séde das associações de soccorros mutuos que ahí queiram instalar-se. Nas outras localidades poderá o governo ceder a cada uma das respectivas associações o local de que poder disposor para esse fim em algum edificio publico». *Diário do Governo* – Decreto regulando a organização das associações de soccorros mutuos, de 28 de fevereiro de 1891, p. 84.

A culpa, porém, de tanto atropello reside no povo associado, que bestialmente arrastado por ganancioso egoísmo, deixa que tudo corre á revelia, sem cuidar de garantir os fundos constituídos quase sempre por quotisações que representam em grande numero de casos – senão na maioria – arduos sacrificios.

Associações do 1.º bairro que deviam, firmadas na lei, protestar contra a injustificada e absurda exigencia do imposto do sello, preferiram sophismar a illegalidade dimanada da auctoridade competente, creando habilidosamente recibos que *não são recibos* por falta de formula legal.

Uma feira de má fé e habilidades, a substituir uma organização sadia que não transpire *cordões de latão* a substituir oiro de lei.

O Estado não cumpre a lei e protege – ao que parece – os *habilidosos* bandoleiros que do soccorro mutuo fazem campo de operações e as associações, á falta de comparencia dos seus membros, promovem sophismas, ou morrem atrophias, quando não teem a velar pela sua conservação, alguns dos poucos *carolas* que de continuo se immolam nos trabalhos directivos, como benemeritos que são do bem-estar social.

A imprensa noticia que o Estado projecta revêr o decreto de 28 de fevereiro – que não cumpriu nem fez cumprir – e ás associações cabe promoverem uma seria campanha em beneficio de tantos direitos ameaçados.

A base da campanha proposta, afim de ser util e proficua, deve assentar na organização d'uma assembleia de delegados, legalmente acreditados, que, conjuntamente com os conselhos regionaes, ou isolados, promovam, a exemplo da *federação das associações de classe*, os trabalhos indispensaveis e as reclamações convenientes á vitalidade do soccorro-mutuo que representam.

Assim, segundo uma orientação pura, sem conluios nem contumelias ao Estado, fiamos que os mais arduos problemas serão resolvidos, mantendo integro o credito das associações mutualistas, que tantos e tão relevantes serviços prestam e tão desacreditadas se encontram, devido á inepcia d'uns e á *habilidade* d'outros.

A reunião dos delegados e do conselho regional – feita mensalmente, quando não mais – traria á suppuração gravissimos escandalos, senão torpes roubalheiras que para ahi se executam á luz do dia, protegidas por quem tem o dever de velar pelo cumprimento da lei.

Veremos realizado o nosso desejo?

Não o sabemos; as associações e os que por ellas se interessam meditem sobre tão grave assumpto e resolvam fazer alguma coisa.

Ernesto da Silva



## O DIREITO DO MAIS FORTE

(A VANGUARDA. LISBOA: N° 1796 (1896), 15 DE JUNHO,  
P. 1).

Eis a base social!

O código, o estabelecido, o preceituado, não oferecem garantias; o arbitrio, a violencia, a força em brutal manifestação, constituem a suprema lei.

A censura prévia, o assalto á propriedade, a coação, a interdicção, tudo é posto em pratica afim de alentar as caducas instituições politicas que quotidianamente se esboroam minadas do caruncho da corrupção, elevado a principio moral.

Á corruptela que vence os *habeis*, succede-se a violencia que estere-lisa audacias. Os cofres das empresas jornalisticas, postos a saque e são estranha manifestação da *ordem*, a propriedade individual é desrespeitada, posta em perigo, quase aniquilada por aquelles que zelosos deviam preserval-a dos impetos transformistas e revolucionarios.

Perseguem-se os propagandistas de avançados planos de reorganisação social a pretexto de perigar a *propriedade* e a *ordem*, e é a auctoridade quem rompe o equilibrio, provoca o cahos, sae fóra da lei e depois de justificar o *facto*, a empuxões legislativos, publicamente demonstra residir no *direito do mais forte* toda a justiça social.

Agradecemos a licção!

O responsavel directo das violencias exercidas, não é o conservantismo aninhado nos degraus d'um throno, é – a imprensa – a victima que n'este momento chora a funesta imprevidencia.

O *direito do mais forte*, feito código, é consequência da desorientação e mercantilismo de *baixo*, não é symptoma da vitalidade de *cima*.

Nas encruzilhadas jornalísticas a penna não serve, as mais das vezes, para defender princípios, educar o povo, preparar o futuro e fomentar a pujança partidária. Camartello demolidor, transmuda-se ao saber das paixões pesoadas em adaga envenenada prestes a cravar-se no seio do correlligionario desprevenido e confiado. Assim, a hoste revolucionária definha, engrossando a legião de indiferentes e desilludidos.

O Estado espiona e sabe, fraco embora, descarrega o golpe e vence.

A reacção avança imperturbável, unida e inexorável e a democracia – a revolução – apunhala-se ou adormece, esquecendo a missão a cumprir. Tal é, a triste lição dos factos, extrahida da suggestiva applicação do *direito do mais forte*, posto em pratica pela auctoridade. Os revolucionarios que aproveitem no salutar ensinamento.

Quem tem força é quem vence!

Ter força é possuir a confiança do povo, que, infeliz, não póde reagir, devido ao fraccionamento partidario que invalida todos os esforços tendentes a varrerem da sociedade portugueza o lixo d'onde ha muito se evolvam mortiferos miasmas, transformando o paiz n'um pantano, em que agonisa lentamente a liberdade.

A vencer os *trucs* politico-sociaes é indispensavel um partido robusto e sadio, que saiba fazer cumprir a lei aos que se dizem seus depositarios.

Eis a condição primaria da victoria que a democracia ambiciona; fóra d'ella não ha salvação possivel. O naufragio ou peor, a decomposição é inevitavel. Justificada fica assim a tactica dos democratas socialistas que ao protestarem contra as leis repressivas, não esquecem a injustificada violencia dos que no porão d'um navio lançam homens que propagando um credo politico, são condemnados – sem outro crime – á deportação para presídios africanos.

As victimas das leis repressivas, lá foram, oceano fóra a demandarem a Africa, immoladas nas areas da *ordem social* e a imprensa, muda e quéda, ficou insensivel á iniquidade commettida sem que um protesto

accudisse aos bicos da penna d'um jornalista independente, disposto ao cumprimento d'um dever.

A violencia passou sem protesto, o que precedente surgiu, consequentes violencias se teem amontoado, nascidas de anteriores atropelos á justiça, permittindo fóros de justo principio á cynica philosophia resultante do *direito da força*.

A imprensa que ora chora as suas testilas ao contemplar as violencias de que é alvo, e se indigna e revolta ante leis que são ratoeiras, apellidava de *perdigões* os que tinham uma crença politica, esquecendo que o maior defeito dos *perdigões* era não pertencerem a syndicatos felizes, apoiados em *operações bem combinadas*.

Eram operarios revoltados pelo soffrimento e pela dôr, não eram financeiros *habeis* garantida a impossibilidade de hospedagem nos carceres penitenciarios.

Progressivamente a prepotencia e o arbitrio se teem enraizado e promettem fructificar, a considerar pelos vigorosos rebentões que já vêem a luz do dia. Hoje intima-se a censura prévia, ámanhã ordena-se a supressão da imprensa que incommoda o Estado. E tudo passará na mais santa paz, gerada na indifferença popular, provocada pela criminosa e fraticida lucta a que os revolucionarios se entregam, com gaudio e applauso da reacção que sorri, refastelada, nos bancos do amphitheatro, certa de que a ineptia dos gladiadores é mais forte esteio a que tem de apoiar-se.

Ha que restabelecer o *imperio da lei*, – segundo o calão politico – sem o qual toda a lucta, é improficua á falta de base social em que possa firmar-se.

O *direito do mais forte*, que n'este momento faz as delicias do poder central, tem de ser anniquilado e substituido por preceitos que não offendam o uso da liberdade que a todos os cidadãos é consignado.

A levar a bem, tarefa de tanta valia, facil é considerar que a todas as forças revolucionarias compete, dentro dos respectivos programmas e salvo o objectivo que os attrae, unir fileiras e, sem colligações inuteis, mas

com unidade de ataque fazer frente á *invasão negra* que de toda a parte irrompe, no intuito de estrangular a revolta que está na alma popular.

Servir o presente na intenção de desobstruir a vereda do futuro, é dever indeclinavel que á democracia portugueza pertence n'este momento tão critico para as liberdades e franquias consignadas no codigo fundamental do paiz.

Quebrar nas mãos do Estado a arma das violencias com que pretende ferir a liberdade é o *fim* a que não ha negar esforços. O *meio* de attingir o *fim* depende do adversario. Se respeitar a lei e permittir a lucta no campo legal, luctaremos dentro da lei, se ao contrario nos afundar na illegalidade, ahi mesmo encontraremos os elementos que a lucta requer.

O que não póde nem deve ser é reconhecemos, passivos, que o *direito do mais forte* é arma de que o Estado se póde servir impunemente.

Ernesto da Silva



## JUSTIFICANDO!...

(A *VANGUARDA*. LISBOA: N.º 1803 (1896), 22 DE JUNHO,  
P. 1).

Porque somos socialistas?

Porque, se o estudo nos affirma encontrarmo-nos deante d'uma crise *fin de seculo*, que, não tem solução na depauperada metaphysica politica, mais convencidos estamos que o periodo civilizador de que o socialismo é a essencia, é incompativel com a actual organização das sociedades.

A degenerescencia que constatamos em factos quotidianos, nasce do esgotamento d'um cyclo historico, não se filia em determinadas instituições. O mal-estar da França é identico ao da Inglaterra, Allemanha ou Belgica. O periodo capitalista que na economia se traduziu na *livre concorrência*, subordinando a vida social ao mercantilismo; estendeu a sua influencia ao maximo grau, torcendo a moral pura e asphysiando até a propria arte que depende do *vil metal* se obrigou a *fazer* e não *crear* a obra.

Com prazer vemos nas revistas litterarias e artisticas dos *novos*, identicas affirmações. Já no n.º 6 da *Renascença* o primoroso poeta Affonso Gayo, evoca uma arte sadia, phletorica, especada em theorias menos abstractas, que acompanhe o operario na officina e tenha entrada na desconfortada *trapeira*, onde ha prodromos de revolta em contorsões febris<sup>130</sup>.

---

<sup>130</sup> Em fevereiro de 1896 começou a editar-se em Lisboa *Renascença*. Revista quinzenal, litteraria e critica, dirigida por Nuno de Bulhão Pato, que completou oito números até 16 de julho. Nos números 6 e 7 Affonso Gayo (1872-1941), poeta e dramaturgo, escreveu dois artigos nos que defendia uma «Arte» mais comprometida e de denúncia, menos «abstracta», «que

A questão é social.

Despresando as lentejoulas da *politica de negocios*, o socialismo actua no meio social sem arrirmar-se á esperança fagueira d'um presidente ou d'um throno. Garantia de progresso, o socialismo defende sinceramente as instituições progressivas e democraticas – attentes ainda na propriedade individual – contra as regressões provocadas pela impulsão reaccionaria, aperfeiçoando e adoptando porém, os productos da revolução á sempre crescente necessidade de expansão individual nascida da perfeição social.

A victoria do capitalismo póde trazer á civilização humana o progresso das sciencias e das industrias, multiplicar a producção e crear a *machina-bomem*, mas quando era licito esperar a felicidade, distribuida em egualitaria proporção, procedeu-se ao balanço social e, com pasmo, viu-se a plutocracia portugueza a esmagar impiedosa a maioria productora e faminta.

Como resolver o problema?

A evolução offerece, como a lança de Achilles, remedio ás feridas que provoca. Foi a evolução quem conduziu as sociedades á lucta em que ora se empenham, ha de ser a evolução a conductora da humanidade a melhor época, mercê da transformação da base social contemporanea e apropriação dos elementos prestadios que lhe entram na composição.

O socialismo é como diz Malon – a seiva de um mundo novo – que as reformas sociaes vão preparando a despeito da ferocidade da *ordem*, que deporta sem culpa formada e suprime jornaes. A gestação da sociedade futura, ha muito se manifesta por fórma evidente – que o digam os soldados – sanatorios, jantares de gala, brindes dos chefes; symptomas

---

porventura podesse entrar no tugurio do miseravel, ir com o operario á officina, nivelando com a casa do pobre a tenda do rico, limitando-lhe a vaidade, combatendo-lhe a petulancia, desfazendo-lhe todo o impeto, toda a força que, por causa do dinheiro, mostra para com o opprimido e para com a sua inopia. Que possuísse elementos de revolta participando do introito de revolução que nos está a bater á porta (...).» Vid. GAYO, Affonso – Considerações sobre arte I. *Renascença*. Nº 6 (1896), 26 de maio, p. 15-16; e Considerações sobre arte II. Nº 7 (1896), 16 de junho, p. 15-16.

denunciante da influencia de uma moral superior attingindo o *collectivo*, somma do *individual*.

O meio ambiente do seculo XIX não admite o exercito em escalões hierarchicos, já estabeleceu que são unidades sommadas n'um mesmo intuito, quer offensivo quer defensivo. O official desdobra a tactica nos soldados, os soldados defendem-se na estrategica superior. Tal qual o criterio collectivista considerando o medico e o varredor elementos constitutivos da hygiene social. Prevenir epidemias, ensaiando e pesquisando no laboratorio, eguala-se em phylantropia a remover os lixos putridos que envenenam a atmosphaera e são perigos á saude dos individuos confiados na previdencia municipal.

A necessidade de combater o *individualismo* feroz, que nada respeita e tudo destroe, é reconhecida até por aquelles que do pontifice e suas doutrinas recebem a *divina* inspiração. O programma do socialismo catholico, extrahido da *Rerum novarum*, é o reconhecimento da felicidade collectiva, hoje empolgada por maioria descuidosa e ávida, em prejuizo da ordem e equilibrio sociaes. Aconselha-se os ricos a darem o superfluo e os miseraveis a resignarem-se esperançados nos *caídos*.

Ahi está o erro!

O socialismo não confia na caridade, fundamenta-se na verdade scientifica, que interdita á esmola o direito de resolver o problema da miseria, sancionando o desequilibrio que nos nossos dias provoca o quase aniquilamento e inferioridade organica das sociedades humanas, julgadas em face das agrupações animaes.

O estacionamento da humanidade em fórmulas politico-economicas, assentes em falsas conclusões, eis o objectivo dos que temem olhar a verdade rutilante, saída da evolução dos finaes do seculo XVIII, nas diaphanas roupagens dos *Direitos do homem*, e que só pôde encontrar a expressão positiva e indestructivel na philosophia da historia e na critica economica de Marx, coroadas pela analyse integral de Malon.

A theoria socialista representada no reformismo de consequencias sociaes, pôde dispensar a mudança de instituições politicas quando as

classes superiores saibam proceder com tino durante o periodo de transição, em que as massas populares infiltradas da moderna philosophia, progredem, acompanhando o movimento scientifico que centuplica a força productora da mechanica e eleva o espirito ás ultimas consequencias da esthetica, inhibindo-o de expandir-se e creando a nevrose.

A parte sadia que os *novos* reclamam e a felicidade collectiva a que os philantropos aspiram, só pôde surgir da transformação da economia individualista em principio economico que garanta pão a todos os elementos sociaes, quer sejam sabios, artistas ou operarios.

A politica considerada pelos partidos como fonte de eterno rejuvenescimento, só aos socialistas convém como meio de preparar uma nova ordem economica.

A politica pela politica é formula archaica, fossilizou-se na tomada da Bastilha. A renovação social, que, ironica sorri das anodynas soluções propostas pelo Estado ou pelo pontifice; não se firma na politica que já não galvanisa a multidão absorta e indifferente, baseia-se na economia que corresponde ao materialismo a que se subordinam as affirmações da sciencia, conservadas no novo organismo denominado – sociocracia. Ou a politica tem fins economicos de immediata applicação e largo futuro, ou o povo permanecerá inerte, demorando a final solução.

Esgrimir contra um throno a desrespeitar um *rei*, é desnecessario; basta ensinar ao povo que tem direito á felicidade n'este mundo. A resistencia do sceptro provém dos interesses que symbolisa não corresponde a função inherente á vontade real.

A orientação moderna a que os revolucionarios têm de submeter-se não visa um homem ou uma familia, tem por objectivo a propria sociedade na sua mais intima constituição.

Um homem – rei ou presidente – pôde ser bom, generoso, philantropo, a sociedade, porém, ha de ser má e conduzir á degenerescencia e prevercidade do character, emquanto subsistir a miseria do maior numero a servir de cadinho á alegria e goso da minoria parasitaria.

A democracia republicana evoluindo e abraçando as concepções que atraem as hostes socialistas, cumpre um dever e promove um benefício social. Dado, porém, que o Eldorado que entreviu, não vá além de desalojar um príncipe da moradia dos seus avós, o esforço crystalisa em aspiração inútil sem valor histórico.

Eis porque somos socialistas!

Ernesto da Silva



**INQUERITO Á IDÉA SOCIALISTA EM PORTUGAL  
– DEPOIMENTO DE SOCIALISTAS PORTUGUEZES  
(INQUERITO Á IDÉA SOCIALISTA EM PORTUGAL  
– DEPOIMENTO DE SOCIALISTAS PORTUGUEZES.  
A MARSELHEZA. LISBOA: Nº 17 (1896), 22 DE JUNHO;  
REPRODUZIDO EM O SOCIALISMO E A REPUBLICA. A OBRA.  
LISBOA: Nº 146 (1897), 31 DE OUTUBRO, P. 3)<sup>131</sup>.**

«Ernesto da Silva».

Devo afirmar que o socialismo portuguez, como o de todo o mundo, tem por objectivo a **Republica Social**; formula politico-economica correspondente a um periodo historico que já tem o seu inicio nas reivindicações proletarias e vae seguindo a trajetoria evolucionista.

Pergunta-me v. ex.<sup>a</sup> se os socialistas absorvidos pelo desejo de melhorias economicas, fazem de taes reclamações questão primaria, obliterando a evolução democratica e acceitam o *statu quo* monarchico-cesarista.

Não!...

O socialismo... é progressivo, ha muito já que perdeu a caracteristica materialista da *questão do ventre* para transformar-se na força renovadora das sociedades contemporaneas, que considerando-as no seu conjunto vae apoderando-se das forças moraes e materiaes que movimentam o homem.

---

<sup>131</sup> O artigo reproduz um inquérito publicado no nº 17, de 22 de junho de 1896, do jornal *A Marselbeza*, intitulado «Inquerito á idéa socialista em Portugal – Depoimento de socialistas portuguezes». O texto de Ernesto da Silva apareceu logo no inicio, seguido de Luiz de Judicibus, Theodoro Ribeiro, Nunes da Silva e Martins Correia.

O socialismo proletario é incoexistivel com a encyclica papal<sup>132</sup> e não encontra expansão na protectoria do Estado.

Não confundir ouro com pechisbeque.

Assim orientado o socialismo, completa a sua missão rejuvenescedora dos organismos sociaes gastos pelo *individualismo* saído da *livre concorrencia*, actuando na politica democratica e progressiva, no reformismo economico e até na arte, fazendo a critica do presente e preparando a moral do futuro.

Concluindo, affirmarei que o socialismo é a progressão natural das sociedades humanas, levadas da atracção libertaria a substituirem as instituições anachronicas do presente, firmadas na plutocracia capitalista, pelas instituições do futuro subordinadas a nova economia e nova ethica.

---

<sup>132</sup> Refere-se à *Rerum Novarum*, encíclica promulgada pelo papa Leão XIII a 5 de maio de 1891.



## O QUE HA A FAZER

(A VANGUARDA. LISBOA: N° 1810 (1896), 29 DE JUNHO,  
P. 1).

Não é a reorganisação d'um só partido, impõe-se a necessidade de sanear pela disciplina e educação partidaria todas as forças democraticas, que aspiram á transformação politica e social.

Não ha perigo de engano: Ha muito sabemos que onde termina a aspiração republicana da minoria proprietaria e individualista, começa a acção dos que entreveem na base economica, o factor de toda a anormalidade social.

N'este momento a questão differe não na essencia mas na fôrma. Todos almejam pelo reinado a democracia; só os socialistas encaram o perigo nas suas origens.

Previnem-se, preparam-se, disciplinam-se, arregimentam-se as forças que no alto da sociedade portugueza imperam e mandam.

A politica adula um rei, o clericalismo – a vibora negra – catechisa uma rainha; em redor, agrupam-se os aulicos, espinha curva, reverentes, subordinados, doceis a servirem de instrumento nas mãos mephistophehicamente habilidosas dos delegados do *papa negro*.

Satanaz travestido de Jesus, faz dispensarios, enxuga lagrimas, explora a gratidão, empolga as qualidades affectivas, encontra nas paixões auri-fero filão que apropria e amoeda em valores, que dão entrada no cofre da companhia.

*Voilà lennemi!*... Ali, escondido em *travesti* de protector, amigo, indifferente ou adversario.

A democracia soffre, a revolução definha, o ideal agonisa. O phylosera parasitario tem séde nos concilios.

O corregedor é um responsavel, os ministros, ambiciosos vulgares a que nem uma só ideia accende o espirito e a materia subordina á passividade commoda dos que pretendem *viver*.

A apropriação e desenvolvimento da força reaccionaria pertence em grande parte aos republicanos, que julgaram embuidos de metaphysica rancosa e archaica, que o final do seculo XIX pôde encontrar solução no *prestimoso* auxilio dos que só vivem da treva como toupeiras que são.

A que servem reorganisações partidarias, permittindo orientação que conduz ao abysmo?

Erro de que soffremos hoje as consequencias. Contra a democracia jogam-se os ultimos golpes, annuncia-se já *o começo do fim*. Desde a arca santa da familia, á vida pessoal e publica, tudo é de molde a aproveitar-se a dissolução indispensavel a manter, como garantia á vitalidade das instituições alliadas á pujança e trama dos cascaveis clericas.

A monarchia portugueza tem por couraça o clericalismo.

O navio está pôdre, a hereditariedade, repetindo-se, produziu a evolução da degenerescencia; a preservar o casco ameaçado blindou-se com a sotaina e com o baculo.

Eis o enyigma da esphinge.

Enganar-nos-hemos?...

Seremos devorados?... Podemos garantir que o protesto ha de fazer-se ouvir, para incitamento d'uns e ensinamento d'outros.

Quem julgar revestido de roupeta que anniquilar *um* é bastante, engana-se, ha *muitos*. Educação dos textos sagrados – *olho por olho, dente por dente*.

A educação revolucionaria se não aconselha hypocritamente o desprendimento dos bens terrenos, prepara o espirito, porém, para o sacrificio pela ideia.

Ha viboras que mordem e occultam a cabeça ignobil; ha tambem tigres que esphacellam e sentem prazer no morticinio. A lei da relatividade passando da theoria á pratica.

O partido republicano soffre, o partido socialista lucha; o mercantilismo das *grandes empresas* auxiliando a corrupção, infectou todo o corpo social como manifestação syphilitica, subsecente a inoculação primaria.

Não pertence ao socialismo a responsabilidade; se não pôde ser medico, procura no emtanto fugir á transmissão do *virus* infeccioso. Vacinou-se na experiencia dos processos e azares da lucha.

O que ha a fazer?

Conhecer o perigo e evital-o!... Saber que ha sessões secretas em que mitras, casacas e barretes cardinalicios se misturam, reunidos em ágape sombrio no reservado intuito de crucificarem a Liberdade, ladeada do Progresso e da Justiça em melhor Golgotha.

Expurgar sem consideração as hostes revolucionarias dos perfidos elementos que só olham ao *vil metal*, não é necessidade, é só dever. Explorar o Ideal em nome d'uma empresa, o mesmo é que vender a consciencia a metros.

Ao combate!... Ao combate!... Tal deve ser o grito a ecoar nas fileiras. Porém... liquidações de contas não se fazem com palavras, completam-se com obras a que é preciso dispensar muito vigor e maior energia.

Calem-se as paixões pessoases, suffoquem-se vaidades feridas, eliminem-se os egoismos sordidos e recordemos que o adversario tem por estatuto: – *o inferior é um cadaver nas mãos do superior.*

Urge dar combate, iniciar a revolta, não contra um Estado que nada representa, mas, contra o *poder occulto* que na sombra machiavelicamente planea qual o bote mais certo a applicar no coração do contendor.

A atmospheria partidaria da democracia burgueza e proletaria acha-se envenenada, asphixiam caracteres e agonisam almas; só falta em complemento assassinar os corpos. A previdencia aconselha-nos. Eis o aviso!...

Avançar n'esta hora é arrancar a venenosa planta que parasita, entre nós, saturando-nos o lar, a officina e a associação de morbidas emanações.

É crudelissima convicção... A annuear o sonho em que nos debatemos, fiados phantasistamente que o espirito pôde avassallar a materia, a analyse affirma-nos que os burguezes proprietarios, *voltairianos* por

atavismo emancipador de 1789, são clericais em Braga fiando o advento democrático dos hyssopes e *desobrigas*.

A civilização capitalista, globulo componente da economia dos *revolucionarios* – em meia dose – não lhes permite ver o mal, adoçado nos confortos da vida, pela seiva dos trabalhadores que compõem o povo que os *revolucionarios* não educam e acoimam de *besta*.

Ter convicções, ser solidário e lutar por uma ideia sem temer a natural progressão: – eis o que ha a fazer!

Ernesto da Silva

## ARREMETIDAS CRITICAS

(O PAIZ. LISBOA: N° 400 (1896), 7 DE DEZEMBRO, P. 2).

Jámais perpassara em meu espirito a suspeita de vir a imprensa, no intuito de defender a minha humilde pessoa das *arremetidas criticas* de quem busca arvorar-se em dictador do gosto publico, a pretexto de critica a fazer.

Preciso justificar: se no uso pleno dos direitos d'escriptor um artista denunciasse nos meus trabalhos defeitos de factura ou orientação, accitaria de bom grado e até reconhecido, os reparos gerados em são intuitos, quando fôsem conciliaveis com o meu criterio formado ha muito sobre a analyse da evolução social.

Não succede assim.

Se o artista tem por dever acatar o *verdictum* da critica e corrigir-se, aperfeçoando-se, tal acatamento é dispensavel, até criminoso, pela garantia d'impunidade resultante, só aproveitavel aos que, faltos d'escrupulos ou obcecados em devaneios reaccionarios, julgam dever transmutar o poema do critico em arcabuz apontado a *determinado* individuo.

É assim que o sr. Alberto Bramão – para mim desconhecido – vem procedendo desde que *O Capital* viu a luz da rampa no theatro do Principe Real<sup>133</sup>. Segundo me informaram – porque não li – o livro do sr. Bramão,

---

<sup>133</sup> *O Capital. Drama em 4 actos. Original de Ernesto da Silva*, foi encenado no Teatro do Principe Real a 8 de novembro de 1895, entre o aplauso do público e da crítica. Vid. o texto em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo I. *Textos literários. Páginas de crítica teatral e teoria estética (1893-1903)*, e análise da

intitulado *A rir e a serio*<sup>134</sup>, dispensa ao *Capital* uma critica azeda, que hoje, ao que parece, vae sendo reproduzido na *Tarde*<sup>135</sup>, lardeada de notaveis atropellos ao bom senso e ás mais rudimentares e elementarissimas noções de sciencia sociologica.

É evidente, porém, do arrasoado que a *Tarde* publicou, haver decidida má vontade contra o progresso da arte de tendencias libertarias que ameaça a *ordem social*, agora não perturbada por empuxões hereticos e revolucionarios.

É o sr. Bramão – aliás um *bramador* vulgar – quem o affirma *às gentes*, estarrecidas e boquiabertas ante o fulgurar da prosa anti-revolucionaria com que as mimoseia o critico atavico, lambendo os beiços ao julgar da conveniente reaparição das fogueiras do Santo Officio a dirigirem a mentalidade portugueza. Chego a convencer-me da possivel resurreição de Torquemada<sup>136</sup> com banca na redacção da *Tarde*. Vamos, sr. critico, a bem da *arte* e da *ordem*, não hesite; vá á corregedoria e aponte-me como subversivo elemento, perigoso á vida nacional. E peça *christãmente* a minha deportação para Africa. É o complemento logico da campanha a que devota tanto arinho e sollicitude.

Mas... sejamos methodicos.

O *critico-bramador*, desorientado, desembésta contra a arte revolucionaria e o *Capital* e não contente vae á taponar a Karl Marx – feliz d'elle

---

peça em IDEM – Los orígenes del teatro socialista en Portugal: *O Capital* (1895), de Ernesto da Silva. *Revista da Faculdade de Letras. História*. IV Série, Vol. 7, nº 2 (2017), p. 216-236.

<sup>134</sup> Na obra referida por Ernesto da Silva Alberto Bramão, perante a representação de *O Capital*, expõe a ideia da necessidade de se alargar a censura às peças teatrais de conteúdo reivindicativo para o «quarto estado», com o argumento de os direitos políticos, e em especial, o sufrágio, terem levado ao desrespeito dos «subalternos pelos superiores», bem como a frequência destes à Universidade, depois de «incalculaveis esforços», à quebra da ordem social criando simples e estereis bachareis. Vid. BRAMÃO, Alberto – *A rir e a serio...* Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1896, p. 119-122.

<sup>135</sup> BRAMÃO, Alberto – Impressões theatraes. *A Tarde*. Lisboa: nº 2707 (1896), 4 de dezembro, p. 2-3, reproduzindo o texto do livro *A rir e a serio*, nota supra.

<sup>136</sup> Tomás de Torquemada (1420-1498) foi o primeiro Inquisidor Geral de Castela e Aragão e desenvolveu a maior perseguição aos judeus conversos. O seu nome prende-se com a lenda negra de Espanha.

que já morreu – a titulo de ser phantastica a affirmação do grande economista allemão, quando diz ser o trabalho o único factor natural de riqueza.

Ha tolices que provocam o riso, mas outras ha que irritam o mais indifferente e pacifico dos cidadãos.

As do sr. Bramão pertencem ao segundo grupo, devido á intenção que as provoca.

O motivo da colera do *critico* denuncia-se quando, de *sorriso amarello*, nota que *O Capital* foi applaudido e a empreza lucrou. Esperava *fiasco*? Enganou-se.

Parece, pois, que o mobil da laracha critica não vãe além do azedume nascido ao vêr um operario – que não um *consagrado* com assento na Academia – produzir um trabalho de relativa importancia.

Afinal, o critico Bramão é previdente, reconhecendo estar em perigo a *ordem social*, quando os proletarios sabem lêr por cima.

Continue, illustre *bramador*, a atacar a arte libertaria, que mais de espaço falaremos.

Ernesto da Silva





## O PLEBISCITO<sup>137</sup>

(*A OBRA*. LISBOA: N.º 121 (1897), 9 DE MAIO, P. 1).

Ainda não extinctos os hymnos triumphaes, vicejantes as rosas da apotheose, engalanados os carros do imponente cortejo, o povo operario foi chamado ao cumprimento de sagrado dever. Affirmar perante a urna a orientação revolucionaria que já deve possuir, consequencia d'um já largo periodo d'acção e propaganda educadora.

Infelizmente, o cumprimento do dever não correspondeu á exhibição espectacular que vespera fizera as delicias dos *mirones* desoccupados.

Se o facto não é inteiramente desolador, é pelo menos suggestivo da falta de idéas que os trabalhadores portuguezes possuem, no tocante á affirmação das reivindicações que veem formulando, em protestos platonicos que não ultrapassam o estreito limite das associações que mantem a grande custo.

Ha que sair de tal situação.

---

<sup>137</sup> O texto corresponde ao editorial do jornal. Azedo Gneco atribuiu-o à pena de Ernesto da Silva, que fora convidado para a direcção de *A Obra* sob licença do Congresso das Associações de Classe, que decorreu entre os meses de março e abril de 1897. O texto, e o anúncio da publicação de *As prisões*, de Kropotkine, na secção dedicada ao folhetim, reafirmaram-na na convicção da mudança de Ernesto da Silva para posições filoanarquistas. Vid. Diffamação do 1.º de maio, e Nova Infamia I. *A Federação*. Lisboa: n.º 176 (1897), 16 de maio, p. 1. Após este editorial *A Obra* respondeu de novo aos ataques de Gneco rejeitando a qualificação de anarquista que lhe era atribuida e defendendo Ernesto da Silva. Vid. Ao povo operario. *A Obra*. Lisboa: n.º 123 (1897), 23 de maio, p. 1. *A Federação* ainda respondeu contrariando as afirmações deste esclarecimento, cujo texto é de novo atribuido a Ernesto da Silva. Vid. Aguardamos. *A Federação*. Lisboa: n.º 178 (1897), 30 de maio, p. 1-2.

O povo trabalhador, victima secular, escravo subordinado ás especulações infames e parasitarias dos que mantem o monopolio do poder, julga-se honrado e quite na acção reivindicadora, expondo ao sol, na Avenida, as andainas domingueiras de conjuncto com as corôas que representam muitas migalhas extorquidas, arrancadas, ao misero salario.

É preciso, porém, affirmar, não residir só nos cortejos civicos a força remodeladora da ordem social contemporanea. Rede lançada ao sentimento operario, a festa do trabalho, offerece o perigo de transformar os que devem ser revoltados, em ridiculos festeiros esperançados na melhoria do *cargo* para o anno futuro.

Acceite e estabelecida a lucta politica como agente transformista da sociedade burgueza, considerada a conquista do estado e do municipio principios fundamentaes da emancipação dos trabalhadores, lamentavel é ver que o esforço feito em continua educação, corresponde quase completa inercia e indifferença, compromettedoras do futuro, e perigosas do presente.

Que são 3:000 ou 4:000 votos operarios, affirmando mal-estar, denunciando revolta?

Nada!

A burguezia sorri, projecta sopas economicas, dispensarios ou asylos, asserta o monoculo ou empunha o *lorgnon*, e fica-se pensando na ignorancia operaria que reclama a sociedade futura e satisfeita fica com a concessão da folga *revolucionaria* no 1.º de maio, e o baile de caridade protector das viuvras e orphãos d'aquelles que produzindo a felicidade dos argentarios, só legaram no findar da agonia a miseria e o infortunio ás desprotegidas familias.

Nos *clubs* affirma-se revolta, a rhetorica toma as proporções de cyclone; projectam-se cofres de resistencia, iniciam-se missões de propaganda e tantos outros projectos veem cortar a aridez de questões pessoaes, demonstrações seguras da falta de ideal, crença, aspiração em periodo historico, superior ao que atravessamos.

E ao final, liquidadas as contas, constatado o progresso da idéa na afirmação da urna, conclue-se que o povo portuguez, victima d'um atavismo de arraial, falto de qualidades civicas, refractario á comprehensão de indeclinaveis deveres, só tem assomos de virilidade e pujança, quando o materialismo economico traduzido na *questão do ventre* o obriga a procurar no socialismo, não um ideal redemptor mas um *tapa-miserias* protector em afflictivos momentos.

Assim não ha povo, não ha crenças, não se fazem almas; os caracteres falham, o espirito liquida em ignobil derrota, e só a materia se affirma buscando a *bucha* que suavisa, embora envenenada no fel e astucia dos privilegiados que tudo mandam e possuem.

Pertence a culpa aos luctadores?

Não!

O mal reside originario no intimo da nacionalidade lusitana, prompta a todo o momento a demonstrar com segurança – a quem quer ver – que só na exterioridade procura affirmar-se, relegando a frio esquecimento o que ha de importante a fazer na melhoria da situação nacional.

Os regimes agonisam, as reclamações succedem-se, a miseria é crescente, a vida difficulta-se, o trabalho escasseia, os productores são esmagados pela crise, braço dado com a exploração patronal e os que trabalham, julgam-se satisfeitos na ornamentação d'uma carreta festiva e na exhibição d'uma faixa vistosa – vermelha, como o sangue que parece o povo não tem.

Tarefa difficil, superior – quem sabe – a forças humanas: urge diffundir idéas, arrancar á indifferença e aos desvios de educação a massa proletaria que não pode nem deve ser sómente a comparsaria d'uma peça de grande espectaculo, mas constituir poderosa e revivificadora força que na politica e economia affirme constantemente o seu querer, orientada no grande desejo de derruir as muralhas da cidadella burgueza á força de incessantes esforços.

Ser trabalhador no 1.º de maio é pouco, luctar toda a vida affirmando revolta contra a iniquidade, eis o que é preciso.

Encher a rua, descer á praça publica quando a burguezia dá licença, não basta; minar o Privilegio, proclamar a Egdaldade, escalar o Estado e reduzir-o ás mais simples funcções libertando o individuo da acção coercitiviva resultante do mando, eis a aspiração dos que almejando a paz social no futuro, luctam hoje no desbravar da vereda que os trabalhadores devem seguir.

Tal, é a condição da nossa victoria.

Na praça publica e na urna affirma-se a aspiração, no combate sangrento em prol da liberdade affirma-se o Homem.

## A LUCTA POLITICA<sup>138</sup>

(A OBRA. LISBOA: N° 122 (1897), 16 DE MAIO, P. 1).

Imposta como indeclinavel dever é o natural corollario da lucta economica. Não basta fundar associações de classe, cooperativas de producção ou consumo e entregal-as á protecção do Estado, confiando na efficacia de representação ou memoriaes.

Tal proceder é cabal demonstração de ingenuidade ou absoluta carencia de idéas.

A revolução proletaria tem por alvo a conquista do Estado e não cabe nos acanhados moldes do augmento do salario e outras anodynas reclamações. É preciso mais, muito mais.

O Estado – posição estrategica da classe burgueza – tem de ser tomado, invadido progressivamente pela força demolidora e transformista, que ao povo pertence quando revoltado se ergue, orientado com segurança.

Marx affirma-o quando diz: – a forza é a parteira das sociedades novas.

A evolução progressiva e revolucionaria, que vem acordando legiões de revoltados para a final liquidação, intensificada no diffundir de generosos principios correspondentes a um grandioso e justiceiro ideal, conduzirá sem duvida os proletarios manuaes ou intellectuaes – medicos ou sapateiros – á posse do reducto onde contemporaneamente o capitalismo impera e dá a lei.

---

<sup>138</sup> É o editorial do jornal. Embora não apareça assinado, é suposta a autoria de Ernesto da Silva, visto ele dirigi-lo nestas semanas.

E não vá dizer-se, que os socialistas propagandeando a necessidade da lueta politica, almejam pela delegação das massas eleitoraes a titulo de vaidade satisfeita ou teem como principio indestructivel que o Estado é orgão indispensavel á vida social.

Os socialistas veem na representação parlamentar ou municipal um *meio*, não um *fim*.

O parlamento, as formulas legaes, são processos evolutivos, não são conclusões revolucionarias.

O objectivo do socialismo é a agitação porfiada, a lueta resistente e forte no seio do Estado, attrahindo a attenção dos campos e das cidades para a iniquidade economica, que faz do camponez o escravo da terra e do operario fabril o servente da machina.

É no municipio que se defendem os interesses locaes<sup>139</sup> é no parlamento que se protegem os interesses nacionaes.

A associação, o municipio o parlamento são as vias que conduzem á praça publica a maioria revoltada empunhando chuços e espingardas. E grande, pesada, quase esmagadora é a tarefa a cumprir: demolir a acção preponderante e perniciosa do capitalismo coadjuvada pelo clericalismo, sempre auxiliar prestimoso dos poderosos, contra os opprimidos e fracos. Em nome do Christo faz-se da religião um *freio*, em nome da propriedade transforma-se o capital n'um roubo; unidos no grande empenho da manutenção das riquezas extorquidas aos productores, capital e religião vão caminho fóra, mantendo pela violencia do sobrenatural e da bayoneta o poderio que os garante immunes e victoriosos delapidadores da propriedade commum.

A bater o poderoso inimigo basta a associação de classe, circumscripta á estreita orbita que o Estado legalisa e sanciona?

Não!

---

<sup>139</sup> Ernesto da Silva publicara em 1896 um artigo em que defendera o municipio como expressão do poder popular. Vid. BABEUF – O municipio livre. *A Federação*. Lisboa: n° 115 (1896), 15 de março, p. 2.

A propriedade collectiva dos instrumentos de produção e troca, a propriedade commum do solo e do sub-solo, não podem ser atingidas sem que o titanico esforço saído do proletariado roto e faminto, obrigue á derruição de todo o estatismo aniquilador do individuo, que circumscreve a determinados limites a iniciativa e expansão individuaes.

A interferencia proletaria na gestão dos negocios publicos e na confecção das leis, é o mais seguro passo, dado no caminho que conduz á perfeição social, que em succesivas adaptações procreará não só a maxima perfectibilidade humana, mas a organização social que vivendo da moral propria, sem falsas convenções, dispensará toda a acção coercitiva.

A liberdade absoluta não existe, mas o *accordo mutuo* é a traducção mais fiel do querer do Homem.

Como attingir *desideratum* tão consolador?

A comprehensão das necessidades do presente e dos beneficios do futuro, será seguro pharol a indicar-nos as margens da Terra da Promissão que desejamos alcançar, sequiosos de Justiça, lategados pelo Soffrimento.

Não é a desenvolver a materia a açular a *besta* é a educar e libertar o *espírito*, que pode alcançar-se o oasis verdejante do Socialismo, apoz dolorosa e arida travessia no Sahara da civilisação burgueza.

Sem aspirações revolucionarias, desconhecendo os phenomenos economicos, sem educação das forças moraes e intellectuaes, nem analyse do meio social, jámais o trabalhador alcançará a alforria, libertadora da escravidão imposta pelos regimens politico-economicos dos nossos dias.

Correlacionar a lueta politica com a lueta economica, eis o dever imposto pela evolução aos productores. Sacrificar a politica á economia é quebrar nas mãos a arma defensiva e offensiva que possuímos, a fim de não tombar-mos (sic) exangues no circo como ha gladiadores vencidos.

Queremos o suffragio universal e oxalá podessemos affirmar a pujança operaria, decretando a gréve, geral.

Objectar-nos-hão: o suffragio nada resolve.

Responderemos:

Educa e prepara a multidão inconsciente e tresloucada, a transformar-se em agrupamento de homens-cidadãos, o que é alguma cousa.

Poderão replicar: Não é tudo, desejamos o final, a liberdade pura, o homem livre na natureza livre.

Ainda responderemos: Também nós desejamos o dourado sonho de noite feliz; porém n'este momento, expulsamos os phantasmas que perturbariam no futuro a morna quietude do somno reparador.



## Á OPINIÃO PUBLICA

(O PAIZ. LISBOA: N° 570 (1897), 29 DE MAIO, P. 2;  
DOCUMENTOS PARA A HISTORIA. O ECHO METALLURGICO.  
LISBOA: N° 75 (1897), 6 DE JUNHO, P. 3).

A leitura de *Seculo* de ante-hontem, quinta feira, é de molde a impressionar os menos propensos subitaneos pasmos<sup>140</sup>.

---

<sup>140</sup> Ernesto da Silva refere-se à moção apresentada por Thomas Bicker, que foi aprovada por unanimidade e enviada cópia ao Conselho Central do Partido Socialista. *O Século* transcreve na íntegra o texto: «Moção. Considerando que o Conselho Central do Partido Socialista e os Centros Socialistas deliberaram não auxiliar o comicio do Centro Fraternidade Republicana, que se realizou no domingo proximo passado, por ser um comicio em que mostrava a divisa do partido republicano e tambem porque o dito Centro fez um annuncio faccioso contra o nosso partido;

Considerando que o Conselho Central é o corpo director do partido socialista, para isso recebeu mandato de todos os socialistas filiados;

Considerando que o sr. Ernesto da Silva, para agradar a alguns politiqueiros, se indisciplinou contra as leis do conselho central e dos Centros Socialistas, e publicou no jornal "A Obra" um artigo cheio de insidias contra o nosso partido, chegando a calumniar-nos, publicando o seguinte: "Não accetar o comicio e pactuar com a dissolução de cima";

Considerando que o mesmo sr. Ernesto da Silva já em publico se declarou anarchista e por isso, e tambem pelos seus actos dissolventes dentro das assembléas operarias, não pode continuar a ter a nossa confiança, pois d'ella abusa em proveito proprio e em prejuizo do partido;

O Centro Socialista d'Alcantara resolve:

1.º Que o sr. Ernesto da Silva seja considerado como anarchista, sendo, portanto, um elemento dissolvente dentro do partido operario; por isso se lhe deve retirar toda a confiança;

2.º Que se officie ao Conselho Central do Partido Socialista participando-lhe esta nossa resolução e pedindo-lhe para que seja energico com o indisciplinado, que nos calumniou e tem estado a fazer o jogo de alguns politiqueiros burguezes e dos anarchistas.

Lisboa, 23 de maio de 1897 – *Thomas Bicker*. Vid. Partido Socialista. *O Seculo*. Lisboa: n° 5521 (1897), 29 de maio, p. 2. De facto, o jornal remetia para as informações do dia anterior, nas quais se fazia eco da reunião no Centro Socialista de Lisboa, onde Alfredo Ladeiro exprimiu a conveniência do Centro abordar a questão relativa a Ernesto da Silva. Nesse sentido, foi apresentada uma moção em que ele e mais Teodoro Ribeiro eram «eliminados»

O centro socialista belenense pede a minha expulsão do partido socialista e o centro de Alcantara segue identica orientação, ameaçando outros centros de completarem a obra de aniquillamento ha muito projectada do meu modesto nome e humilde pessoa.

Não é d'admirar. O *Seculo* auxilia a campanha e o jornal da rua Formosa dizem ser orgão do banqueiro Burnay.

Os lobos conluíam-se.

Consola no presente a leitura do numero 154 do orgão federal *A Federação*, publicado em 13 de dezembro de 1896, redigido pelo sr. Azedo Gnecco, quando este sr. diz:

«O Seculo»

«Este jornal foi vendido ao sr. Silva Graça pelos seus antigos co-proprietarios.

Ficamos desejosos de saber a quem **será vendido de futuro.**»<sup>141</sup>

Assim temos nós a justificada aproximação d'alguns elementos socialistas junto do jornal o *Seculo*.

Mas... vamos ao que interessa.

A minha já projectada expulsão filia-se nos poderosos argumentos de manifestar tendencias anarchistas e ter escriptos dramas de propaganda<sup>142</sup>.

Respondamos:

1.º – As minhas tão apregoadas tendencias anarchistas resumen-se em julgar a phylosophia do accordo mutuo e livre expansão que o programma do socialismo portuguez já considera a formula da ultima progressão da

---

como sócios. Na sua intervenção, Azedo Gnecco explicou que havia tempos que «aquele antigo companheiro de luctas o queria ferir», argumentando com alguns factos corroborados por José Ennes. De seguida sugeriu a nomeação de uma comissão encarregada de falar com Ernesto da Silva e Teodoro Ribeiro, para lhes dar a oportunidade de se explicarem, bem como de apreciar os elementos em discussão. Vid. Partido Socialista. Centro Socialista de Lisboa. *O Seculo*. Lisboa: nº 5520 (1897), 28 de maio, p. 2.

<sup>141</sup> O Seculo. *A Federação*. Lisboa: nº 154 (1896), 13 de dezembro, p. 3.

<sup>142</sup> Na altura, *O capital* (1895), *A victima* (1896) – posteriormente reescrito e representado com o título *Vencidos* (1902) – e *Os que trabalham* (1897). Estes textos, em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo». Tomo I. Textos literários. Páginas de crítica teatral e teoria estética.*

ideia socialista. Afinal não é de espanto o facto apontado, não ultrapassa a theoria do evolucionismo.

2.º – As peças que tenho destinado ao theatro portuguez em nada têm deshonrado o movimento proletario; muito ao contrario, têm merecido a consideração e applauso dos espiritos independentes de invejosas preoccupações.

Eis reduzido a pó o libello accusador.

Podem agora os objectos denunciantes buscar na policia o premio dos serviços prestados.

Á dedicação dispensada durante cinco annos ao movimento operario, responde n'este momento a maior deslealdade e ingratição. A má-fé e a inconsciencia d'outros completam-se n'uma acção unica – o proposito de esmagar quem não é cumplice.

E no entanto o povo operario é chamado á attenção para querellas pessoas, forjam-se planos de anniquillamento que já attingem a minha pessoa e Theodoro Ribeiro, dispensando-se assim o tempo precioso e indispensavel ao ataque da concessão da **tracção electrica**, que aproveita ao sr. Burnay.

Os jornaes – embora semanarios – nada dizem; consumma-se o facto e só depois é conveniente fazer explodir uma questão pessoal que distraia a attenção da eterna creança – o povo.

Aqui, pela primeira e unica vez, tratamos o assumpto; o resto é do dominio do manifesto ou pamphleto que possa consubstanciar o que em sessão privada não se quiz ouvir.

Temos dito.

Ernesto da Silva



## A SITUAÇÃO<sup>143</sup>

(A OBRA. LISBOA: Nº 124 (1897), 30 DE MAIO, P. 1).

Definem-se os campos. D'um lado os que mantem integras as opiniões que desde 1892 veem defendendo, d'outro lado os que apregoam a maxima liberdade, preconizam a expansão individual e ao fechar das contas vão cair no condemnado *possibilismo* que tanto anathematisaram.

A febre do mando, a nevrose da supremacia incontestada, traduz-se no absoluto centralismo de toda a vida partidaria.

É occasião de escolher com firmeza: quem preferir a abdicação do proprio sentir, arrastado pelo symbolismo, manifeste-se applaudindo incondicionalmente um ou mais homens: quem preferir defender uma idéa generosa e emancipadora não incense qualquer dos contendores.

Observe, analyse, estude e formule conclusões de que não deva affastar-se.

Eis a expressão do nosso desejo.

Um partido não póde, nem deve ser um nucleo de individuos acorrentados ao principio do *grande homem*; tem de ser a reunião de identicas crenças e aspirações, guiadas, dirigidas, não pela subordinação ao *chefe*, mas submettidas ás necessidades geraes resultantes do accordo mutuo.

O que não fôr accordo é violencia. Um partido não é uma caserna.

Quem tem febre do mando, ambiciona destacar-se entre os homens; dominando-os, subjugando-os.

---

<sup>143</sup> Editorial do jornal, da autoria de Ernesto da Silva. Sem o nomear, é uma acesa crítica a Azedo Gneco e à orientação imprimida por ele ao PSP.

Não é um partidario é um capitão.

Tal é a envergadura da discondancia que vem ferindo o movimento operario.

Pelo menos é o pretexto.

A luca porém exarceba-se; aos mais rudimentares preceitos de prudencia e bom senso, substituem-se as mais ignobeis armadilhas, provocam-se infames ciladas, germinam nos centros associativos indecorosas calumnias e a grande multidão dos trabalhadores lá está fóra da porta, á espera que as paixões ruins dêem treguas beneficas á sorte dos que victimas do capitalismo, mas ainda não preparados para o combate, são forçados a delegar transitoriamente nos *evidentes* a solução dos males que os anniquilam.

A fraqueza do maior numero é a força *d'alguns*.

É urgente educar o maior numero e evitar os *indispensaveis*.

Enquanto subsistir o principio da subordinação ao dogmatismo de qualquer *Cartilha do padre Ignacio*, o perigo é iminente; é em geral o homem producto do *meio* e o *meio* é putrefacto.

Em Portugal, melhor que n'outro paiz, facil é explorar os que fartos de soffrer, almejam pela taça do refrigerio.

Mas... sejamos praticos, segundo o *calão* dos politicos habeis.

Em politica *não se passam recibos*, ensinam os mestres e só da observação dos acontecimentos se pôdem tirar lição segura e conclusões aproveitaveis.

E os acontecimentos indicam que se pretende affastar o povo do caminho do progresso nacional, representado na acção constantemente demolidora e revolucionaria.

Não é a adular paixões que se affirmam principios. Conquistar a massa nem sempre é ter razão. No fluxo e refluxo dos desejos mal definidos da multidão é vulgar os *vencedores* transformarem-se em *vencidos*.

E triste, soturno, pesado como uma multidão é o dia em que as corôas de gloria, ornamento da frente do Cezar, se transmudam nas algemas do captivo, martyrisado, esquecido, vilipendiado.

Sejamos justos se queremos ser fortes eis a moral revolucionaria.

Avolumam-se as nuvens borrascosas prenuncio de tempestade, as rãs já coaxam nos bordos dos charcos e não tarda que as descargas electricas cruzem o espaço.

Oxalá não seja uma tempestade de lama.

Serenos, tranquilos, firmes na certeza do dever cumprido, seguimos no caminho que nos indicaram ao entrarmos na temerosa lucta.

O que fôr progresso accéitamos mas que o progresso não vá ser capa protectora á corrupção. A disciplina que a situação reclama é a que provém da crença nos esforços produzidos.

Não nos detem na marcha preferida a accusação de indisciplinados; de ha muito sabemos que em manifestações de indisciplinada se firma a historia da humanidade.

Ao entrarmos no combate, tambem preferimos as hostes indisciplinadas e tal resolução mereceu unanime applauso dos que eram minoria victimada aos accordos *possibilistas*.

Porque a theoria d'hontem é perigosa hoje?

Não sabemos!

O futuro explicará a determinante da metamorphose theorica.

Tal é a situação.





## O SOCIALISMO<sup>144</sup>

(A OBRA. LISBOA: N.º 125 (1897), 6 DE JUNHO, P. 1).

Idéa emancipadora é o producto da iniquidade.

A evolução social vagarosa, mas progressiva, determinou um movimento de revolta que sacode os proletarios adormecidos, immersos n'um pesado atavismo; a iniquidade economica vem annunciando o final do reinado plutocrata nas convulsões sempre crescentes do proletariado, deseioso de alcançar completa libertação.

De progressão em progressão, de empirismo em empirismo as formulas politicas já não satisfazem o proletario, quando não correspondem a transformações da base economica.

Não se pregoa a sociedade futura para fazer deputados; aconselha-se o suffragio para procrear a agitação.

Analysadas as sociedades no que teem de mais intimo, observa-se que a economia contemporanea, individualista e egoista, provoca a dolorosa exhibição de miserias que affectam o individuo, a familia, a sociedade.

A diferenciação de classes: – os que teem e os que não teem – provoca á obra progressiva de demolidora. Os ricos, os felizes, lidos nas encyclicas

---

<sup>144</sup> Editorial do jornal, da autoria de Ernesto da Silva. Neste mesmo número o jornal publicava a carta que enviara ao Centro Socialista de Lisboa na passada quinta-feira, 3 de junho, em que anunciava a «retirada da vida activa do movimento operario». Ernesto da Silva. *A Obra*. Lisboa: n.º 125 (1897), 6 de junho, p. 1, reproduzida em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo». Tomo III. Escritos politicos, conferências e discursos (1893-1903)*. Imediatamente, declinou o lugar de redator de *A Obra*.

papaes ou levados do instinto da conservação, procuram deter a marcha do proletariado que vae em demanda da socialisação das riquezas.

Baldado esforço!

A evolução a affirmar-se na industria, no commercio, na arte, ameaça romper o circulo em que a reacção procura mantel-a, desprotegida e sem defeza. Esquecida das leis naturaes a reacção quer entravar o passo aos que tentam libertar-se e nada consegue; a ninguem demove do proposito firmado.

Sucedem-se as adaptações; os homens progridem, rasgam novos horisontes á expansão intellectual, criam novas formulas, substituem os principios de moral, contraem necessidades superiores e a revolta é iminente.

O socialismo impõe-se.

Então no periodo transitorio as theorias embatem-se, as soluções são discutidas, os *desvios* são condemnados e ao final a nova civilisação surge aureolada de brilhante luz a completar o progresso germinado em periodo anterior.

É assim que a caridade não elimina a miseria, a phylantropia não evita a dôr, nem a prisão regenera o homem.

O mal habita o organismo social; depurativo ao virus que aniquila, ao cancer que corroe, indispensavel se torna o espirito de revolta, guiado com consciencia e prudencia.

As soluções maximas são inopportunas mas as soluções minimas são perigosas ao maior numero. As victimas do inferno social, productores sacrificados á avidez capitalista veem protestando, reunindo-se em agapes sombrios a discutir o preço da felicidade já entrevista e ainda não attingida.

D'ahi o fermento.

O socialismo seguro da victoria, impulsionado pela evolução, feita em sentido progressivo; proclama a igualdade dos seres ante as necessidades da materia e attrae a audaciosos vãos o espirito do homem.

As sociedades já não cabem nos limites estreitos das civilizações passadas. É preciso atingir a liberdade integral, tanto quanto compatível com a liberdade dos outros.

Não ha deter tal impulso.

O esforço tendente a refrear a marcha civilisadora é anti-socialista.

Assim o consideramos.

No momento em que nos encontramos é dever demonstrar o *final* a aconselhar o *processo*.

Qual o processo?

Não buscar *desvios* á multidão anciosa de ouvir predicar a *boa nova* e ensinar de conjuncto, que a fatalidade evolutiva impõe successivos estadios, seguidas estancias, até final complemento da obra libertaria que o socialismo consubstancia<sup>145</sup>.

O que não fôr liberdade, não é socialismo; grito de protesto contra iniquidade burgueza, só pode encontrar vida, expansão, desenvolvimento, quando a adubal-o preparando o fructificar, os sentimentos generosos e os ideaes de justiça humana levem de vencida as paixões dominadoras dos que só podem ser *homens* escravizando outros homens.

O socialismo condensa em novo evangelho a felicidade futura, que o povo receberá não da generosidade d'um *dador*, mas da tormenta revolucionaria que se vem ferindo no seio das sociedades humanas.

O estado superiormente civilizador que a idéa socialista vem pregoando e defendendo, não é o producto d'um só cerebro, e a laboração de gerações escravizadas, que pouco a pouco teem temperado a lima destinada ao corte da grilheta secular do privilegio dominador<sup>146</sup>.

---

<sup>145</sup> Talvez seja nesta frase que se mostra com maior evidência a autoria de Ernesto da Silva neste texto. Havia poucos dias, na reunião de 30 de maio na Liga das Artes Graficas afirmou: «O programma do partido socialista portuguez consubstancia a idéa anarchista». Vid. Liga das Artes Graphicas. *A Federação*. Lisboa: n° 179 (1897), 6 de junho, p. 2.

<sup>146</sup> Esta imagem, da lima a cortar paciente a grilheta, está contida no conto de Ernesto da Silva *Um encontro*. (*Phantasia*). Vid. RUY – Folhetim do jornal A Federação. Um encontro. (*Phantasia*). *A Federação*. Lisboa: n° 5 (1894), 4 de fevereiro, p. 3.

Hontem eram barões feudaes, aristocratas; hoje são burguezes os senhores dos destinos sociaes, amanhã, quando o socialismo diffundir a paz social, extinguir-se-hão os senhorios, eliminar-se-hão os despotas e tyrannos, ficando a humanidade directora dos proprios destinos

Livres na natureza livre, os homens desprendidos de antagonismos, cultivando o sentimento, demonstrarão irrefutavelmente que só hoje, dentro da civilisação burgueza, os homens, criticando as féras, são muitas vezes inferiores, esquecendo a solidariedade na lucta contra o inimigo commum.

## O MOMENTO POLITICO

(A OBRA. LISBOA: N° 127 (1897), 20 DE JUNHO, P. 2-3).

Em extremos grave é o momento politico que a sociedade portugueza atravessa.

O estado na mira de manter o prestigio e vigor das instituições, esgota os ultimos recursos de que podia derivar pujança da vida nacional, ameaçando lançar mão em não longinquo futuro dos restos coloniaes que a ganancia de nações colonisadoras ainda não absorveu.

Apoz a apostasia dos principios que na opposição formulou, segue o liberalismo progressista o traçado politico que acerbamente criticou quando a facção regeneradora occupava as cadeiras ministeriaes<sup>147</sup>. A ameaça, ha muito pendente, d'uma administração estrangeira que colloque Portugal nas condições do Egypto, vae de mais em mais tomando fóros de necessidade inadiavel á manutenção do *statu quo* monarchico, alienando por tal processo os recursos de progreso democratico que o republicanismo representa.

Frente a frente do estado corruptor, empenhado no sacrificio dos ultimos resquicios da riqueza nacional em holocausto ás instituições monarchicas, levanta o partido republicano a mais justificada agitação, subindo ao tablado dos comicios no empenho de evitar o saque que o estado projecta contra o paiz.

É justificada tal attitude.

---

<sup>147</sup> A 7 de fevereiro constituiu-se novo governo sob a chefia de José Luciano de Castro, do Partido Progressista, que irá governar até 18 de agosto de 1898.

A alienação das vias ferreas, a ingerencia estrangeira nas finanças nacionaes, a ameaça de enfeudamento da Africa portugueza a poderosas companhias onde o capital estrangeiro prepondera, são perigos que devem ser affastados urgentemente a fim da marcha civilisadora e progressiva não soffrer perigosos desvios.

Esgotados os ultimos vintens, estancadas as fontes da riqueza publica, envalidados ficam os que pregoando a transformação das actuaes instituições politicas, não podem cumprir a missão historica que o programma republicano impõe.

Assim, é o momento politico erriçado de dificuldades e temeroso para o futuro nacional.

Ante os processos de dissipação monarchica, que a effectuarem-se augmentariam singularmente a ruina e desprestigio nacionaes, é justificada a agitação, sempre crescente, quer operando nas academias ou na praça publica.

E mal vae aos partidos ou aggrupamentos esquecidos do cumprimento dos deveres revolucionarios.

O affastamento systematico do partido socialista da lucta ferida contra a situação progressista, não corresponde á vehemencia de combate que foi dispensada á situação regeneradora.

Porque será?

Ignoramos.

Simplemente constatamos o facto e chamamos a attenção dos socialistas para a anormalidade que o reveste.

Fere-se desapiedada lucta contra o estado, estão em jogo e imminente perigo os restos da nossa passada opulencia, e o partido socialista entretém os ocios no fomento de *feminismos precoces* ou contempla estarrecido o esfuziar de diffamações torpes protegidas officialmente.

É singular, profundamente singular o aspecto que o momento politico offerece á analyse do observador.

O partido republicano, ameaçado de ver perdidas as condições de governo á falta de recursos, agita-se, protesta e appella para a revolta, os

partidos monarchicos aggridem-se no convencionalismo consagrado na opposição, e o partido socialista que tem por dever acceitar e provocar a oportunidade das manifestações de protesto e revolta, retrae-se propositadamente da acção politica, garantindo a impunidade progressista e vae no orgão mais infamado da imprensa portugueza encontrar ponto de apoio.

É de molde a provocar serias cogitações.

Emfim, ainda não perdemos a esperanza de ver o socialismo portuguez abandonar os processos espectaculosos e seguir uma orientação mais consoante com as necessidades que se impoz satisfazer.

Babeuf





## A DISCIPLINA

(A OBRA. LISBOA: N° 129 (1897), 4 DE JULHO, P. 1-2).

O que é a disciplina partidaria?

Ante a funda desorientação que corroe o socialismo portuguez, urge pôr nitida uma definição que previna os ingenuos e os inscientes dos perigos inherentes á supremacia dogmatica do *grande Homem*<sup>148</sup>.

Disciplina partidaria é a resultante do accordo mutuo entre individuos que se agrupam intencionados da defeza de principios estabelecidos e assentes no programma partidario.

Vejamos á serena luz do raciocinio formulado, como é interpretada a chamada *disciplina partidaria* nas hostes socialistas.

Diz o programma votado em Thomar:

«O Partido Socialista portuguez tem por fim cooperar na reforma das sociedades humanas sob os principios da maxima socialisação das riquezas, da sciencia e da auctoridade, promovendo em Portugal todo o progresso que possa conduzir ao seu objectivo, ao passo que se apodera, pouco a pouco, dos elementos do predominio social e chega o momento opportuno de, n'um golpe decisivo, conquistar o Estado e suas ramificações, adquirindo assim, por completo, todos os elementos de força para a plena realisação da sua idéa.

Determinada, deste modo a sua posição na politica militante, o Partido Socialista declara que não fórma uma escola nem é exclusivo d'uma

---

<sup>148</sup> Azedo Gneco.

classe. Procede e procederá sempre sem conclusões dogmaticas, dentro dos progressos da sociologia positiva.»<sup>149</sup>

Ainda no 1º numero do **Objectivo**, declara desejar:

«A Abolição do Estado em todas as suas fôrmas historicas e o estabelecimento **por transição** da Republica Social.»<sup>150</sup>

Pela exposição feita deduz-se na maior clareza que é dever socialista acompanhar – **sem confusões** – toda a acção revolucionaria e progressiva que a dentro da sociedade portugueza [] de effectuar-se ou se effectue. [] que o socialista respeitador do programma só n'elle encontra as determinações, que tem a respeitar; assim, tomar parte no movimento agitador iniciado pelo partido republicano é dever inilludível e até necessidade instante no advento das formulas de socialisação que o estatuto partidario preconisa.

Pois bem; a *disciplina partidaria* invocada em ignaros documentos saídos de deploravel imbecilidade – ou cousa peor – propõem a expulsão d'um socialista<sup>151</sup> que cumprindo um dever de honra e respeitando o programma ousou fallar no comicio do *Gremio dos estudos sociaies*, sem pedir a venia a algum phylosopho-correligionario, desconhecedor do *a b c* sem transito provavel pela *Cartilha Maternal*.

No emtanto a *disciplina partidaria* dos *meninos feitos doutores*, esquece-se da moção votada no Centro Socialista applaudindo a resolução do *gremio de estudos sociaies*, quando expulsou do partido republicano o mais sujo jornal portuguez – a que omittimos o titulo por medida de hygiene – e permite que chefes illustres – segundo o tal *papel* vomitem elogios pomposos ao jornal que hontem foi condemnado *in limine*.

---

<sup>149</sup> Texto completo em II Conferência Nacional Socialista. (Tomar, de 14 a 16 de outubro de 1895). NOGUEIRA, César – *Resumo histórico dos Congressos e Conferência do Partido Socialista Português (1871-1926)*. Porto: Edição da Revista Pensamento, 1932, p. 36-43.

<sup>150</sup> Idem, p. 36.

<sup>151</sup> Trata-se de Teodoro Ribeiro. Vid. Expulsão. *A Obra*. Lisboa: n° 129 (1897), 4 de julho, p. 2, e Ernesto da Silva. *A Obra*. Lisboa: n° 157 (1898), 16 de janeiro, p. 2, carta em apoio do amigo também publicada em *O Paiz*. Vid. estes textos em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo». Tomo III. Escritos políticos, conferências e discursos (1893-1903)*.

Accumullando provas de condemnavel inepecia e suprema desvergonha, permite-se que o partido socialista faça tribuna – no mais sujo jornal portuguez – tantas vezes escorraçado e fustigado pelos *illustres* que no elogio de hoje encontram pedra de toque á inteireza de caracter alardeado tantas vezes.

Emfim, o tempo – o grande mestre – completa progressivamente a obra educadora emquanto a desgraça d'um nucleo respeitavel de vida nacional vae perdendo uma a uma as tradições de força e altivez.

Hontem havia força, certeza de exito, pureza de intuitos; hoje predomina a insciencia, a febre de fazer carreira – sem ler por cima – a venalidade; ámanhã retomará sem duvida o seu logar a pureza de intuitos que fez a obra, ora desmoronada e que só pode de novo erguer-se quando a sinceridade não for como no presente, uma palavra vã.

Até lá, vão propondo expulsões os idiotas e os traficantes.

Babeuf



## EM RESPOSTA

(A OBRA. LISBOA: N° 145 (1897), 24 DE OUTUBRO, P. 3).

De novo nos encontramos a replicar ao articulista de *O Trabalhador*<sup>152</sup> que se propoz confundir-nos a golpes de orientação apreciável.

No numero 48 attinge o articulista a confusão, negando aqui o que afirmou acolá.

O primeiro ataque *serio* do numero 48 é o seguinte: «que não temos a consciencia do encargo que nos impozemos na evolução progressiva e orientadora dos principios socialistas».

Valha-o Santa Maria Anarchica, homem de Deus Libertario.

Então já reconhece que os principios socialistas obedecem a evolução progressiva e orientadora?

Decididamente está a caçoar.

Affirma *O Trabalhador* «que politicamente a queda da monarchia e o estabelecimento da republica burguezia, veem abrir uma nova era na evolução, não obstante permanecerem os mesmos ou maiores obstáculos á vida economica» e conclue que essa alteração que abre nova era na evolução, só importa á burguezia e o povo nada lucra com a modificação politica que tem reflexão social.

---

<sup>152</sup> O semanario *O Trabalhador. Revista do movimento operário*, publicou-se entre 1889 e 1890. Em 1892 passou à posse da Associação dos Trabalhadores por acordo com a Cooperativa de Produção Tipográfica O Trabalho. SÁ, Victor – *Roteiro da imprensa operária e sindical 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991, p. 79. Em 1896 começou a sua segunda época, de tendência anarquista. A nossa missão. *O Trabalhador*. Porto: n° 1 (1896), 15 de novembro, p. 1. A Biblioteca Nacional de Portugal só conserva este número.

Dissemos appellar *O Trabalhador* para a confusão e ahi fica a prova. Emfim, revestidos de paciencia evangelica, esmiucemos as *confusões* do articulista do *Trabalhador*.

Vá lá por periodos:

1.º Se a mudança de regimen abre uma nova era á evolução, a transformação politica tem decidida importancia social que vem reflectir-se em todo o organismo da sociedade portugueza, e prepara um futuro mais definido á evolução das idéas emancipadoras do proletariado em marcha para a socialisação das riquezas.

2.º Aceite pelo *Trabalhador* que a republica burgueza cria novas forças de expansão progressiva, a alteração que a republica representa não interessa só a burguezia, interessa a todas as camadas sociaes necessitadas de emancipação economica e força politica.

3.º Se a republica burgueza é uma força propulsora do progresso, como *O Trabalhador* concorda, a sociedade portugueza tem a lucrar desenvolvimento historico e elementos de revolução que approximem da mais perfeita expressão de perfectibilidade social.

Assim, ficam desfeitas as *confusões* nascidas do sectarismo.

Quanto ao *Trabalhador* afirmar, que Portugal pouco pesa na balança do internacionalismo, seja-nos permitido dizer, embora immodestamente, não ser tanto assim.

Portugal e Hespanha, constituindo península hispanica, teem que liquidar a *questão politica* e *O Trabalhador* não pode negar a importancia internacional que resulta dos dois povos tão afins para a generalisação da revolução economica.

A tomar *pose ironica* *O Trabalhador* afirma que a phrase **salvação publica** foi inventada pela burguezia monarchica e repetida pela social democracia.

A revolta de 1793 e a Communa de Paris de 1871, devem estar gratas á ironia do *confuso* orientador.

A mais, accrescentamos ser a **salvação publica** a que nos referimos a liquidação d'aquelle «regimen inaceitavel» que *O Trabalhador* considera corrompido e julga necessario remover para a Historia.

Ahi tem o collega: cuspiu a *ironia* para o ar e caiu-lhe na cara.

Falta de prudencia.

A respeito de pão, credito, miseria e corrupção, diz *O Trabalhador* que só a corrupção será modificada pela republica burgueza e o pão e o trabalho serão tão difficeis como hoje.

O *confuso* quis dizer amor e não teve tempo.

Dizemos nós: O pão e o trabalho augmentarão emquanto as industrias nascentes corresponderem ás primeiras necessidades de reforma industrial e agricola do paiz; depois, o proletariado aberta a tal «era nova da evolução», saberá com segurança que hoje não possui, conquistar a carta de alforria á tyrannia capitalista.

Falla *O Trabalhador* em liberdade e diz preferir a Inglaterra á America e á França.

Esqueceu juntar ao rol a Hespanha, Italia, Allemanha, Belgica, Portugal, etc.

A Inglaterra, patria das *garantias individuaes*, é na civilisação o mesmo que a Russia com o *czarismo*.

Tolerancia e repressão que representam casos especiaes, modalidades resultantes do character nacional que requerem meio appropriado para segura adaptação.

O que podemos garantir segundo a estatistica é que a liberrime Inglaterra tem em Londres 300:000 prostitutas, 50:000 vagabundos, 300:000 pessoas que vivem ao acaso sem trabalho, 250:000 que teem salarios irregulares e 400:000 usufruindo salarios minimos.

A liberdade ingleza tem sido a melhor das garantias contra o *espírito da revolta* visando a classe preponderante.

Que o diga a lista dos attentados.

Diz *O Trabalhador* que a monarchia como a republica não detém a colera dos expoliados.

Fraca novidade: – Emquanto as classes se degladiarem, mercê de interesses antagonicos, a paz entre os homens será uma ficção.

E porque a republica é a ultima expressão politica da classe burgueza, esta defende-se com furor da avalanche revolucionaria que a accomette.

Atacar uma classe no seu ultimo reducto legalista é de prever como consequencia o instincto de conservação a manifestar-se no auge da brutalidade.

Ahi tem o *Trabalhador* materia para a meditação, comparando a França e a Inglaterra nas suas manifestações de liberdade.

Depois dos periodos já criticados o articulista insinua que defendemos a republica pela republica.

No campo dos principios politicos e do progresso economico combatemos a monarchia e na pugna com *O Trabalhador* defendemos «a nova era da evolução» contra os ataques injustificados e sectarios.

A provar que não é a burocracia mas a burguezia que está agonisante sem ter creado o seu regimen, adduz *O Trabalhador* que a burguezia se tivesse força, já tinha feito a revolução.

Tambem se a revolução economica tivesse attingido a maturação historica já tinha modificado a base das sociedades contemporaneas.

Na febre de provar o que não prova, accrescenta que os socialistas querem emprestar força á classe burgueza.

Insidia no caso.

Os socialistas não **emprestam** nem **vendem** força, querem acelerar a dentro do possivel a evolução social.

Tranquilise-se *O Trabalhador*.

Ainda a discretear sobre o caso da corrupção, que em periodo anterior diz a republica modificar, o articulista conclue que a corrupção é geral porque alguns republicanos «são empregados da monarchia».

O argumento provoca gargalhada franca.

N'esse caso a monarchia tambem não deve temer o socialismo e a anarchia. Socialistas e anarchistas ha, que são empregados e operarios ao serviço do estado.

E nós a julgarmos que *O Trabalhador* sabia que servir a nação não é servir a monarchia.



O articulista *confuso*, sem atinar com a sahida, salta fóra do nosso artigo e vae rebuscar na opinião de outros collaboradores.

O processo define a *confusão* e obriga-nos a assignar os artigos.

Vamos fazel-o.

Antes de findar, porém, mais uma indicação.

É possível encontrar nos artigos de *A Obra* qualquer diferenciação. Pertence a responsabilidade aos signatarios visto que *A Obra* mantém liberdade de orientação a quem escreve – dentro dos principios socialistas – o que talvez não succeda a partidarios de *absolutos* de libertarismo.

Feita a indicação, vamos ao fecho.

A discussão com *O Trabalhador* pertence a quem está respondendo e não desejamos desvios.

E. da Silva



**COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CLASSE**<sup>153</sup>  
(*A OBRA*. LISBOA: N° 148 (1897), 14 DE NOVEMBRO, P. 1).

Vamos n'este momento abordar um assumpto grave e de notavel actualidade vista a febre de cooperativismo que paira sobre os trabalhadores portuguezes inclinados a verem no cooperativismo um dos primeiros factores de remodelação do regimen capitalista.

Avisamos: ninguem procure n'este trabalho absolutos de *escola*, é nosso intuito sómente o iniciar da critica sobre as vantagens ou perigos que podem revestir o cooperativismo na solução da *questão social*.

A notar, seja-nos licito estabelecer que entre a associação de classe e a cooperativa de producção preferimos o primeiro typo de organização.

A associação de classe é sem duvida um baluarte operario em que aos trabalhadores é ministrada uma orientação revolucionaria.

Na associação encontram os productores meios de defeza aos interesses geraes de classe, estendendo-se a sua acção benefica a todos os proletarios explorados que representam a mesma forma de laboração.

---

<sup>153</sup> Trata-se do texto da conferência que Ernesto da Silva pronunciou na séde da Associação de Classe dos Operarios Vidreiros em Portugal, na Travessa do Oleiro, 11, 1.º, às oito e meia da noite. O título era «As associações de classe e as cooperativas de producção». *A Federação* afirma que a data prevista era 29 de maio, enquanto que *A Obra* indica que seria a 31. Vid. Conferencia. *A Federação*. Lisboa: n° 191 (1897), 29 de agosto, p. 3; e Conferencia. *A Obra*. Lisboa: n° 137 (1897), 29 de agosto, p. 3. O mesmo dia em que *A Obra* publicava este editorial *A Federação* dava à luz um artigo sem assinatura – muito provavelmente, da pena de Azedo Gneco – em que defendia não pôr de lado as cooperativas. Cooperativas. *A Federação*. Lisboa: n° 202 (1897), 14 de novembro, p. 1-2, e A conquista do município. Idem, ibidem, p. 2, em defesa de *A Luzitana*.

Ainda a dentro da *classe* a distribuição da *idéa* é mais facil pela ausencia da acção especulativa.

Resumindo: Temos que a associação de classe é a forma mais pratica e immediata dos proletarios actuarem em favor da questão economica.

Assim as associações são elementos de combate contra o capitalismo, promovendo, até final transformação da sociedade burgueza, elementos de combate e reacção levados pela idéa ao desejo de assegurarem o *maximo* de liberdade ao individuo.

Abandonando generalisações e fixando a nossa attenção ao que se passa em Portugal, assaltam-nos duvidas sobre os tão decantados beneficios das cooperativas de producção.

Em Portugal a associação de classe parece não ter sido ainda comprehendida a calcular pela população filiada nas diversas aggremações.

A grande maioria dos trabalhadores falhos de *idéa* e cheios de *utilitarismo* recorrem ao monte-pio e sentem repugnancia pela *classe* que não dá nada.

Levados pela ignorancia que não dá expansão ao *espirito de revolta* os trabalhadores são assim mais utilitarios e conservadores que a propria burgueza que deviam combater.

É ver que em abono do que affirmamos quanto as associações de classe são forçadas a esquecer assumptos de maior importancia para se entregarem ao cultivo de saraus, festivaes, recitas, que vão beneficiar socios doentes, invalidos e ainda os cofres das mesmas collectividades.

Tal symptoma de *revolução*, obriga-nos a pensar com tristeza nos terri-veis effeitos da falta do ideal nos trabalhadores, que deviam marchar para o futuro em nome de direitos justamente comprehendidos.

Uma *classe* que para poder viver precisa em periodo normal arrancar elementos aos cofres das suas congeneres, é a demonstração mais segura que não tem vida propria e vegeta de emprestimo á custa do esforço das suas irmãs de lucta.

O que affirmamos é de facil analyse na leitura dos jornaes, annunciando em dias santificados cinco e seis festas com os fins que já indicamos.

O facto apontado prova que a falta de *idéa revolucionaria* é indiscutivel e corresponde ao desgraçado meio em que nos encontramos.

Do exposto é nosso intuito provar que sendo a associação de classe a escola primaria da revolta – quando bem orientada – e não tendo sido comprehendida no *ideal* que representa, difficilmente será o *utilitarismo* cooperativo o melhor factor para produzir consciencias revoltadas contra a exploração capitalista, solidarias na grande tarefa remodeladora da base social.

Aqui o motivo das preocupações que nos assaltam.

Se o trabalhador victima da exploração do trabalho, despreza a idéa que o auctorisa á emancipação, como acreditar que o objectivo exclusivamente materialista de concorrência industrial o pode integrar na aspiração grandiosa de remover as iniquidades sociaes?

Será possivel acceitar de boa fé, o que o sentimento revolucionario pode encontrar guarida na objectivisação única da melhor laboração d'uma minuscula officina submettida á lei da concorrência, esquecendo os interesses geraes de uma classe que não tem cabida dentro da cooperativa?

Poder-se-há acceitar sem repulsão, que a cooperativa productora submettida ao egoismo das relações industriaes, seja melhor escola libertadora que a associação de classe onde se não debate o interesse de meia duzia de individuos mas sim a sorte de centenas de proletarios?

A dar força ás duvidas que mantemos basta olhar o estrangeiro.

Se a cooperativa de producção fosse arma poderosa a destruir o privilegio capitalista, estamos certos que os proletarios de alem-fronteiras não tinham descurado o seu emprego dando a Portugal a honra de adaptação.

A prova que o cooperativismo não consubstancia os beneficios que o proletariado espera, basta apontar um exemplo.

O que seria de mais util a classe dos tecidos?

Formar uma cooperativa de producção destinada a vegetar em frente das grandes fabricas geradas pela concentração capitalista ou fundar associações locais nos diversos pontos do paiz, organizar os operarios textis das diversas regiões, promover a federação d'essas associações, estudar

as condições de trabalho e salario, procurar ligar-se internacionalmente e discutir a fórmula mais pratica de alargar a propaganda das idéas revolucionarias?

Não emittimos opinião, deixamos ao criterio dos leitores.

Assim, diante do breve enunciado (sic) que vamos concluir por hoje, resta-nos duvidas, muitas duvidas, a respeito da febre cooperativista ultimamente manifestada pelo trabalhadores portuguezes.

Podem objectar:

Á falta de idéas é preciso illudir o estomago a incitar á marcha.

Sendo assim, resta-nos a convicção pungente que vamos assistir não á revolta dos explorados mas á perda de uma illusão que o tempo ha de impor aos proletarios sedentos de justiça e tristemente desenganados.

## AS EMPREITADAS<sup>154</sup>

(A OBRA. LISBOA: N° 149 (1897), 21 DE NOVEMBRO, P. 1).

Voltamos ao assumpto<sup>155</sup>.

A *habilidade* manifesta-se, o correctivo impõe-se.

Diz *A Federação* que vem avisadas andaram as classes federadas na manutenção do programma federal que condemna as empreitadas.

Esqueceu ao *orgão* dizer que o programma federal só foi contrariado pelos directores cooperativistas defensores das empreitadas industriaes a **preço minimo**.

Vejamos o caso singular limpo de subtilezas.

Provamos já em anterior artigo<sup>156</sup> que as empreitadas industriaes subordinadas a preço minimo deviam reflectirse fatalmente no preço do salario ou qualidades de factura ou materia prima.

Salvo os casos de *milagre* com possivel filiação na agua de Lourdes.

Assim *A Federação* vem affirmar que as empreitadas industriaes não são consideradas pelo programma federal.

Vá de passagem: já esperavamos a *sabida subtil* a provocar confusões.

---

<sup>154</sup> O editorial é resposta aos artigos «Empreitadas», publicados em *A Federação*. Lisboa: n° 198 (1897), 17 de outubro, p. 1-2; e *As empreitadas*. *Idem*. Lisboa: n° 202 (1897), 14 de novembro, p. 2.

<sup>155</sup> Com efeito, Ernesto da Silva já abordara o assunto no editorial do número anterior em *A Obra*, de 14 de novembro de 1897.

<sup>156</sup> Vid. SILVA, Ernesto da – A grève em Montelavar. *A Vanguarda*. Lisboa: n° 1761 (1896), 11 de maio, p. 1, neste mesmo volume.

O programma federal não podia considerar **beneficas** as empreitadas industriaes, porque sendo a ultima expressão da ganancia e exploração capitalista subordinadas ao principio do **preço mínimo**, são o mais completo antagonismo a aconselhar contra o n.º 12 do programma federal que diz com a maior justiça – «a organização de tabellas de preços para os trabalhos de empreitada, como meio provisório até á completa eliminação das empreitadas em obras, officinas, estabelecimentos, etc».

Analysemos o antagonismo entre o programma federal e a empreitada industrial – novissimo *elixir* réclamado (sic) a proteger os trabalhadores.

A organização de tabella de preços aconselhada pelo programma, é a expressão de estabelecer e fixar o **mínimo** de salario apoiado na solidariedade dos trabalhadores da mesma industria, a evitar e corrigir a exploração dos braços e a manter normal o preço do salario.

Provado que as empreitadas industriaes submmettidas ao concurso teem como recommendação o menor preço, certo é que o salario ou factura são depreciados e atacam a tabella de preços que o programma aconselha e o productor deve procurar obter.

A primeira *habilidade* desfaz-se n'um sopro.

Continuemos a demonstrar os salutaes effeitos da *pastilha economica*, destinada a salvar os estomagos dos operarios.

Diz *A Federação* ser **irreprehensível** a conducta dos defensores da empreitada industrial, empenhados de ajudarem o povo operario a *bem-morrer*.

Esqueceu ainda ao *orgão* afirmar que foi a assembleia federal quem obrigou ao respeito do programma os paladinos da recente theoria que ameaça levar o ultimo bocado de pão aos proletarios explorados.

Ainda diz o n.º 12 do programma federal: – «abolição dentro das officinas dos estabelecimentos industriaes, agricolas, commerciaes e outros, dos trabalhos **por arrematação**, de modo que entre o patrão ou o industrial, o commerciante ou qualquer empreza não haja outro **explorador** dos que trabalham.»



A citação que fazemos ao programma federal vae demonstrar a fôrma sincera e irreprehensivel dos *socialistas* propagadores da efficacia da empreitada a resolver o problema da miseria que aniquila os proletarios.

Condemnando o programma federal a **arrematação**, como é irreprehensivel a attitude dos que provocam *arrematações* a preço minimo, dentro das instituições que dizem ao povo operario o deve conduzir á libertação do jugo e exploração capitalistas?

Certamente o proletario – desejando ver claro – não póde julgar proficuo um processo explorador que os *defensores cooperativistas* indicaram outrora ser perigoso e expoliador.

Accrescentando á exposição já feita que o programma federal condemna que entre o capitalista e o proletario surja um intermediario explorador do trabalho salariado, como julgar **decente** a defeza da empreitada industrial que feita por concurso e a minimo preço é posta em vigor dentro das chamadas cooperativas socialistas?

São estes factos evidentes e indiscutíveis que lançam suspeitas da utilidade cooperativista a libertar os trabalhadores e são testemunho da limpeza, sinceridade e intenção com que se diz trabalhar para a defeza dos operarios amarrados ao privilegio capitalista.

Segundo o programma federal, é expoliador o facto do intermediario apparecer entre patrão e operario a sugar por seu turno o esforço dos que trabalham, e não é indecoroso um socialista ou socialistas na direcção de uma instituição creada com intenções de revolta – segundo affirmam os orientadores – estabelecerem a empreitada industrial creando o intermediario parasita entre o capital e o trabalho a agravar a já triste e difficil situação dos explorados.

A incoherencia – para não dizer outra cousa – é de tal ordem que já deixa entrever com segurança pela primicias, quaes serão os futuros beneficios do cooperativismo a resolver a questão social.

Esquece-se um programma honesto, pisam-se os principios, enxovalha-se uma idéa e em publico vem dizer-se ser **correcto** e **irreprehensivel** a

monstruosa apostasia que sacrifica a idéa ao utilitarismo, dando razão de existencia á moral burgueza essencialmente immoral e parasitaria.

A *habilidade* dos subtis fia-se da ingenuidade do maior numero dos proletarios que avidos de revolta se deixam embalar suavemente no berço de illusões e subtilezas forjadas com reservado intuito.

Não vale fiar.

Os proletarios á força de experiencia e estudo, tambem um dia hão de ver claro e prevenirem-se contra a *metaphysica revolucionaria* dos que não cumprem obrigações sagradas de sincera e limpa orientação.

É **irreprehensível** defender a *Federação* opiniões condemnadas pelo programma da instituição a que serve de órgão?

Vá!... Aperte mais um furo a correia das subtilezas e peça habito de Christo.

Ainda a esclarecer é licito affirmar: estabelecido o minimo de salario garantido pela tabella de preço, como aconselha o programma federal, sómente fica de pé a lei da concorrência assente na perfeição do producto ou na intensidade productiva e não póde existir a já celebre empreitada industrial a preço minimo, preconizada pelos salvadores em *momentos de apuro*.

Em frente de subtilezas tão *uteis* á emancipação proletaria, só podemos ter dó dos argutos sophistas, e lembrar a prosa real espalhada nos livros de visitantes dos estabelecimentos publicos em dia de visita official:

É para notar e elogiar o estado de **asseio** que se nos defronta.

## NO NOSSO POSTO

(A OBRA. LISBOA: N° 150 (1897), 28 DE NOVEMBRO, P. 1).

A tempo e no nosso posto, julgamos dever vir a publico justificar a attitude que mantemos no movimento operario, criticando e analysando as formulas salvadoras aconselhadas pelos orientadores, apostados em zombarem da credulidade do maior numero<sup>157</sup>.

Quando infamissima cabula se julgou alijar os elementos incomodos que pretendiam discutir as conclusões dogmaticas de *chefias omnipotentes*<sup>158</sup>, foram taes *indisciplinados* alvo de indecorosa campanha<sup>159</sup>, que mais ou menos mysteriosa e irresistivelmente tem vindo accentuando a nojenta digressão, deixando apoz si um rasto ihnobil e ascoroso.

É assim, que *A Obra* no uso de incontestavel direito, escolhendo pessoal de redacção a seu contento, contrariou os desejos de pseudos *regulos*,

---

<sup>157</sup> É este o primeiro artigo em que Ernesto da Silva entra a explicar a sua percepção da evolução do Partido Socialista Português logo de o abandonar após a dramática reunião de 30 de maio de 1897 na Liga das Artes Graphicas, onde ele e Azedo Gneco confrutaram os seus pontos de vista.

<sup>158</sup> Alusão a Azedo Gneco, visado durante o todo o artigo.

<sup>159</sup> Para além de ele próprio, Ladislau Batalha e Teodoro Ribeiro, que se afastaram do Centro Socialista e do Partido Socialista Português. Teodoro Ribeiro, que se separara do Centro em janeiro de 1897, voltou a ele em abril. Comentando o abandono de Ladislau Batalha em março de 1897, *A Obra* escrevia: «Este facto, junto á retirada de Theodoro Ribeiro, e a carta publicada n'um jornal operario, em que Ernesto da Silva mostra tendencias para a escola anarchista, indica-nos bem claramente qual tem sido o trabalho realizado persistentemente ha annos: – obrigar, pela intriga, os homens de valor a afastarem-se, para dar a preponderancia aos nullos». *A Obra*. Lisboa: n° 113 (1897), 14 de março, p. 1.

provocando sobre si os odios peçonhentos d'uns e o barafustar inconsciente d'outros<sup>160</sup>.

Não nos incommodou nem incommoda o facto.

As theorias que ainda hoje defendemos, são em essencia as que nos foram ministradas pelos homens que em lucta indisciplinada e violenta – sem treguas – visando o *possibilismo*, se offereciam á curiosidade das massas expectantes em arrancos de acrisolado affecto á idéa revolucionaria e á pureza de intuitos na educação do povo trabalhador<sup>161</sup>.

O tempo passou e a pureza de intuitos liquidou em avido desejo de *preponderar* á viva força, levando de vencida as hostes possibilistas, já no declinar d'uma gloriola ephemera, arrancada a empuxões de astucia nas antecamaras ministeriaes.

Cumprindo o dever de honra que nos tinhamos imposto, luctámos durante annos e recolhemos ao final do esforço, cruel desillusão a par de proveitosa experiencia.

Estudámos a idéa emancipadora na sua evolução e naturaes adaptações, e ficámos conhecendo homens, contra quem, amigos honestos nos diziam ser preciso estar precavido.

Assistimos á formação do *partido novo* que viu a luz no Pateo do Salema<sup>162</sup> e nos diziam ser – e foi propagandeado – o natural auxiliar da democracia em pugna com o privilegio hereditario e dynastico.

Era preciso – dizia-se então – salvar o povo operario das artimanhas monarchicas que deshonravam os trabalhadores portuguezes, em caminho da Revolução Social, mercê de favores policiaes.

---

<sup>160</sup> Refere-se à campanha contra *A Obra* quando escolheu Ernesto da Silva para a direção do jornal. *A Federação* não duvidou em a adjetivar de «anarquista». Diffamação do 1.º de maio. *A Federação*. Lisboa: 176 (1897), 16 de maio, p. 1.

<sup>161</sup> É a primeira vez que Ernesto da Silva alude ao tempo em que foi militante do Partido dos Operários Socialistas de Portugal, dirigido por Manuel Luiz de Figueiredo, de tendência possibilista.

<sup>162</sup> Onde reunia a facção marxista, chefiada por Azedo Gneco, e onde foi gestado o nascimento do Partido Socialista Português.

Urgia n'esse tempo, combater a propaganda affectiva que levava os proletarios em nome da *lucta de classes* a comprometter inconscientemente a causa da revolução, servindo sem se aperceberem do perigo, os interesses de instituições que para Portugal teem sido o factor mais importante de degradação e fallencia de character nacional.

Então adjectivaram furiosos – os orientadores – que a monarchia era perniciosa e o proletariado tudo tinha a ganhar da evolução politica a que a democracia burgueza levava as classes dirigentes.

Concordámos então e ainda hoje concordamos com a justeza de taes raciocinios e propaganda, embora a attitude que mantemos mereça hoje a adjectivação postíça e calumniosa de *discolos dissolventes*<sup>163</sup>.

O respeito que professavamos pelo *possibilismo* de 1891 é o mesmo que dispensamos aos que depois de discutirem acerbamente e guerrearem com violencia a situação Dias Ferreira e ministerio Hinzte Ribeiro<sup>164</sup>, estão hoje tranquillos a aconselharem soluções que não incommodam o Estado e em que os proprios propagandistas não acreditam.

Fazemos honra á provada intelligencia d'alguns.

De observação em observação e depois de milagrosa escapadella ao machiavelismo de baixa estofa, temos tratado em *A Obra* assumptos que julgamos do maior interesse e actualidade para a educação e defeza do povo trabalhador.

---

<sup>163</sup> Segundo foi visado desde a conferência de Setúbal de fevereiro de 1897, origem do confronto con Gneco, que rebentou na reunião de 30 de maio, antes citada.

<sup>164</sup> Veja-se como estas mesmas referências são contidas no artigo «A intervenção estrangeira», *A Obra*. Lisboa: n° 151 (1897), 5 de dezembro, p. 1, o que abunda na ideia de o artigo ser da autoria de Ernesto da Silva.

A provar: 1.º de maio, plebiscito<sup>165</sup>, propostas de fazenda<sup>166</sup>, empreitadas<sup>167</sup>, situação partidaria<sup>168</sup>, cooperativismo<sup>169</sup>, etc.

Os assumptos indicados teem sido tratados com a maior sinceridade e longa liberdade critica, a fim de serem beneficos e proficuos aos proletarios.

Dispensando interpretações dogmaticas e suspeitas – á falta de limpa elucidação – encetámos, e continuaremos mantendo a despeito dos maiores embaraços a tarefa que reputamos util.

Escusado é relembrar que *A Obra* estygmatizou o facto de propositado silencio e indesculpavel alheimento, manifestado pela direcção do partido socialista no ataque ás propostas de fazenda, que o actual gabinete contava fazer passar sem protesto de maior.

Já affirmámos e continuamos a manter como natural consequencia das lições do *partido novo*, que não ha socialista de boa fé ou medianamente illustrado que acredite na possibilidade de salvação e progresso nacional dentro do actual regimen politico.

Sendo assim, provado fica que a pretendida *indisciplina* dos discolos é a reprodução fiel e exacta – senão correcta e augmentada – da suspeição que o possibilismo de 1891 lançava sobre os adversarios que pretendiam desalojar-o da commoda posição onde fruia as delicias de Capua.

Pois, como identicas causas correspondem a identicos effeitos, surgem as mesmas vergonhosas intrigas, promovendo o affastamento systematico dos mais honestos e dedicados luctadores, que na *velha-guarda* do Pateo do Salema aprenderam a ver as cousas por prisma diverso do que são

---

<sup>165</sup> O plebiscito. *A Obra*. Lisboa: n.º 121 (1897), 9 de maio, p. 1.

<sup>166</sup> A intervenção estrangeira. *A Obra*. Lisboa: n.º 151 (1897), 5 de dezembro, p. 1. É muito possível que Ernesto da Silva escrevesse este texto antes de «No nosso posto».

<sup>167</sup> As empreitadas. *A Obra*. Lisboa: n.º 149 (1897), 21 de novembro, p. 1.

<sup>168</sup> A situação. *A Obra*. Lisboa: n.º 124 (1897), 30 de maio, p. 1; e BABEUF – A disciplina. *A Obra*. Lisboa: n.º 129 (1897), 4 de julho, p. 1-2.

<sup>169</sup> Cooperativismo e associações de classe. *A Obra*. Lisboa: n.º 148 (1897), 14 de novembro, p. 1.

hoje obrigados a servir-se para se manterem nas boas graças dos *deuses* com possível origem no Inferno.

Era dever nosso para prevenção dos ingenuos e preciso escarmentar dos *habeis*, produzir o artigo que hoje publicamos, affirmando serem improficuas a desejado desvio da nossa orientação, as propostas, moções ou ameaças, que nos sejam feitas no intuito de provocarem um silencio certamente cumplice mas indecoroso.

Defendendo as opiniões propagadas em 1891 e as conclusões phylo-sophicas do programma votado na conferencia de Thomar, reservamos o direito de livre critica e acção, analysando todas as soluções propostas e actuando consoante o criterio que util consideremos para a defeza das idéas socialistas em toda a sua plenitude e fataes consequencias.

O que deixamos escripto não constitue um programma partidario, é no entando a opinião que formamos, sem preocupação de amigaveis applausos ou ignorantes e calculadas arremettidas.

Partidarios da idéa socialista que em si consubstancia a aspiração de maxima liberdade humana, não precisamos joelhar em reverente genuflexão frente a frente da multidão, implorando applausos em troco de enganosas lisonjas ou viver da protectoria de Mestre lembrado em artificial communhão a ceia do Senhor.

Já nos explicámos.

Resta-nos: – Esperar o Futuro no nosso posto;





## A INTERVENÇÃO EXTRANGEIRA

(A OBRA. LISBOA: N° 151 (1897), 5 DE DEZEMBRO, P. 1).

Parece ter chegado o começo do fim.

De descalabro em descalabro, de ruína em ruína, de vergonha em vergonha, parece atingirmos agora o zenith de degradação que ha muito era indicado pelos espiritos mais lucidos e previdentes.

Apoz a orgia constitucional mantida pela benevolencia agiota das praças estrangeiras, avidas de juro parasitario, surge a ameaça de intervenção estrangeira que definitivamente installada em Portugal virá concluir a obra de absorpção imposta pela corrupção monarchica.

A dignidade nacional já tão abalada, receberá o ultimo golpe e os interesses proletarios mais que nenhuns outros soffrerão dolorosamente os desgraçados effeitos da absoluta dependencia em que Portugal vae encontrar-se frente a frente das potencias credoras.

A evitar o perigo não podemos confiar nas instituições monarchicas que prepararam o funesto desenlace, restando abrir caminho para o Futuro emprehendendo a remoção dos obstaculos que se nos defrontam.

É pois momento azado para confronto da actual politica socialista com o traçado seguido durante annos.

Durante a situação Dias Ferreira atacava-se rudemente as propostas de fazenda, na situação Hintze-Franco<sup>170</sup> ameaçava-se o governo com a

---

<sup>170</sup> Veja-se como estas mesmas referências são contidas no artigo No nosso posto. *A Obra*. Lisboa: n° 150 (1897), 28 de novembro, p. 1, o que abunda na ideia de o artigo ser da autoria de Ernesto da Silva.

distribuição d'um manifesto nas praças estrangeiras, protestando contra a voracidade do constitucionalismo e ainda na volta do congresso de Londres se jogavam furiosos tropos contra as instituições que nos deshonravam aos olhos da Europa, offerecendo-nos em estado de insolvencia em Paris, Londres e Berlim.

Obedecendo a tal orientação, chamava-se o proletariado a cumprir deveres de honra nacional.

Depois... tudo mudou!

O gabinete progressista apresentou propostas de fazenda ruinosas e o partido socialista permaneceu demorado e irresoluto até votar resoluções de protesto que não foi cumprido.

Os socialistas portuguezes ainda estão esperando pelo protesto que devia marchar além das fronteiras, affirmando a sua repugnancia, por novas operações de credito.

Emfim, o tempo é grande mestre.

Á falta de protesto official do partido socialista contra os projectados monopolios da situação progressista, succede naturalmente a diffamação contra a idéa republicana, – dando força ás instituições – e propaga-se o alheamento do proletariado a questões de interesse primario como a que se consubstancia na intervenção estrangeira.

Consequencia natural e logica da politica preferida, promovem-se diversões de character economico sem garantia immediata, appella-se para o utilitarismo e põe-se de parte o ideal e atraz de abstracções philosophicas de não immediata applicação, aconselha-se o povo a despreoccupar-se de assumptos que intimamente se relacionam com as condições de vida material que o mesmo povo tem a soffrer.

Falla-se então em nome da abolição de fronteiras, da patria universal e solidariedade internacional como se a affirmação de taes principios podesse assentar-se no abandalhamento de Portugal, obrigado a soffrer as ultimas ignominias.

Em contrario e para honra do socialismo portuguez que deve servir idéas e não situações politicas, mascarando-se de intrasigencia em nome de principios santos e grandiosos, não cessaremos de repetir:

Propagandear a abstenção do proletariado a evitar a intervenção estrangeira, não é ser solidário com os proletários d'além-fronteiras; é criminosamente entregar Portugal sem protesto á exploração do capitalismo estrangeiro, aniquilando todos os elementos de progresso nacional.

A comprovar a justeza da nossa intenção, resta-nos a crença de que nenhum socialista allemão, francez, inglez ou belga, consentiria que a deshonra do seu paiz pudesse servir de pretexto á aspiração generosa da patria universal.

É por tal fórmula ignobil a mystificação, que julgamos util fustigar-a com as palavras de Liebknecht pronunciadas em 15 de outubro de 1890 no congresso de Halle.

Diz o velho propagandista: «Ninguem por mais entusiasta que seja das idéas internacionalistas, poderá dizer que nós não temos deveres nacionaes a cumprir».

Ahi ficam as palavras de Liebknecht – que **alguns** dizem respeitar e pretendem imitar – a demonstrarem o ludibrio a que os orientadores pretendem conduzir o povo proletario.

Mais, muito mais é para notar o facto da propaganda de abstenção feita a titulo **anti-patriota** quando se pretende que o proletariado acompanhe a celebração do centenario de Vasco da Gama, manifestação que parece ter encontrado raizes nos paços reaes e suas naturaes dependencias.

Aqui a incoherencia é manifesta e toma fóros de caso estranho.

Não se protesta contra a alienação das colonias e intervenção estrangeira a evitar suspeições de patriotismo contrario aos bons principios, e aceita-se a celebração do centenario de Vasco da Gama, acordando do somno da Historia as tradicções da patria portugueza que aureolaram os seculos XV e XVI.

Se a abstenção do protesto contra a intervenção estrangeira tem por justificação os erros e a indiferença do povo portuguez, não vemos necessidade de rememorar feitos tidos por illustres e que não tinhamos necessidade de levar a cabo, segundo o criterio subtil dos philosophos

encarregados de construirem a patria universal com punhados de lama arrancada á desgraça de Portugal.

Livres de dogmatismos asphyxiantes e dependencias indecorosas, firmamos bem alto o nosso protesto como socialistas que não esperam da administração estrangeira os elementos indispensaveis á grande obra da Revolução Social.

Gritar – abaixo as fronteiras – não é permittir a deshonra e a completa ruina do paiz onde nascemos, vivemos e trabalhamos.

## EM RESPOSTA

(A OBRA. LISBOA: Nº 151 (1897), 5 DE DEZEMBRO, P. 3).

Apoz larga incubação, *O Trabalhador* voltou á carga.

Pensou, mediu, combinou e factura fragil d'um artiguinho, concretisou o que de melhor foi buscar em materia de argumentação nas fontes de *sciencia certa* onde se inspira.

Revigorado pelo descanso, surge impavido, altaneiro, brigão, e ri-se cathedratico, da ignorancia das gentes, boquiabertas na contemplação de saber tão profundo.

Ameaçados de provavel contusão a golpes de ferula anarchica e pedagogica, resta provar ao professor que antecipou o triumphal sorriso e alçou prematuro a vara da correcção destinada a elucidações incontestaveis.

Antes de entrada em transcendental assumpto, ainda vamos dar logar a reparo que embora aparentemente destruido pelo *Trabalhador* continua a maguar-nos o espirito.

Fazemos referencia aos dois artigos *A nossa attitude* e *Discussindo* que *O Trabalhador* affirma terem saido do mesmo craneo.

Talvez.

Porêm a fórmula e a essencia dos dois trabalhos, são de molde a deixarem duvidas sobre a paternidade.

Emfim, *O Trabalhador* affirma serem de igual procedencia e nós fazemos diligencia por acreditar.

Não temos desejo de duvidar da sinceridade do *orgão* anarchico.

Acceitando a justificação do facto estranho, temos após larga locubração o direito ao seguinte reparo: um artigo foi escripto com as mãos e outro não saiu dos mesmos processos de factura.

Ahi a chave do enygma que afinal encontrámos, poupando novas referencias a factos discutidos e assentes.

Entremos no exemplo.

*O Trabalhador* declara finda a controversia e não vá a gente perder-se em largas correcções e obstinadas teimosias.

Affirma *O Trabalhador* que *A Obra* gastou uma columna a produzir hypotheses que não pode garantir, quando apontou as provaveis transformações economicas que a evolução politica tem de trazer á sociedade portugueza.

O contendor quer *obra* garantida?

N'esse caso temos o direito de exigir ao *Trabalhador* que nos garanta ser o communismo livre a base economica da proxima revolução proletaria nos paizes em que o desenvolvimento industrial já creou as determinantes revolucionarias que *O Trabalhador* diz muito sinceramente não conhecer.

Pode garantir?

Sabemos que não e basta-nos tal certeza a firmar no nosso espirito a crença que só a acção evolutiva aniquilará progressivamente em successivas adaptações as iniquidades e privilegios que só encontram hoje condições de florescia na requintada ignorancia de massa productora e escrava.

Pode *O Trabalhador* garantir ao proletariado que respeito ao principio do *grande homem*, desenvolvido em largos seculos de subordinação e hereditariedade psychologica, desaparecerá d'um só impulso e não será illuminado progressivamente pela consciencia do individuo arrancando á dependencia d'outro individuo?

Não.

*O Trabalhador* a ser consequente e logico não pode negar a evolução que representa e d'onde deriva.

Se a natureza é uma serie evolutiva, analysadas que sejam ainda as suas mais pequenas manifestações, estranho parece, que partidarios da *phylosophia natural* que advoga a livre expansão esqueçam no traçado evolutivo as fataes estancias que a humanidade tem de frequentar antes de attingir o bello momento em que «o homem puder ser livre na natureza livre».

Reentremos em assumpto de menos facil especulação phylosophica.

Em larga disgressão *O Trabalhador* sempre obstinado indica a Belgica, a Hespanha, a Inglaterra, a Russia e a Alemanha e construindo paralellos com a situação de Portugal conclue não ser precisa a revolução republicana e a transformação do regimen a determinar melhores dias á evolução social do nosso paiz.

Para *O Trabalhador* é possível a dentro da monarchia portugueza encontrar o meio proprio ao desenvolvimento das idéas revolucionarias e não vê, não considera, que é tal regimen politico a causa primaria do fomento da ignorancia nacional que liquida o homem em subordinado não lhe emprestando a consciencia de cidadão.

Em Portugal é indispensavel a eliminação do regimen monarchico a produzir obra renovadora e honesta.

Eis a convicção que nutrimos e de que não abdicamos, tanto mais quanto *O Trabalhador* está a nosso lado affirmando que a revolução republicana é indispensavel a «sanear o ambiente social».

Ainda sem pretenções a *sciencia certa*, podemos affirmar ao articulista adversario que os paizes estrangeiros regidos pela fórmula monarchica e que já attingiram florescente desenvolvimento industrial, não podem sair do *statu quo* politico em que se encontram, sem buscarem n'uma solução republicana e nacionalista a garantia ás reformas economicas de que já sentem absoluta carencia.

Assim o progresso scientifico e industrial de qualquer dos paizes apontados, é obrigado a destruir o anachronico privilegio dynastico e impossibilitado de produzir d'um só golpe a revolução internacional que o socialismo reclama, tem de fronteiras a dentro reformar economicamente,

tomando por expressão directora dos interesses nacionaes uma solução republicana.

A Belgica que *O Trabalhador* aponta já nos offereceu elementos de analyse quando se tratou de reclamar o suffragio universal e o povo amotinado nas ruas ameaçando a estabilidade da monarchia era das janellas da *Maison du peuple* convidado a serenar pelos mais illustres caudilhos socialistas.

Que quer dizer este facto?

Sem duvida, que os socialistas belgas – onde ha os melhores espiritos – viam ser prematura uma transformação politica que não satisfazia completamente o programma das reformas economicas e atropellando as leis evolutivas podia traduzir n'um desastre aspirações grandes e generosas.

E já que fallámos da Belgica seja-nos permittido um reparo: – o articulista anarchico, por natureza adversario da lucta politica applicada á questão social, tem palavras de louvor e respeito ás portentosas manifestações de civismo que a politica dos proletarios belgas traduz.

N'um momento de desprendimento aos absolutos da escola, a confissão escapou sincera.

Registamos.

A elucidar-se *O Trabalhador* pergunta quaes as determinantes revolucionarias que escasseiam ao proletariado portuguez.

Vamos responder: – falta de desenvolvimento industrial que produza um caracteristico partido de *classe*, permaneceria do foco corruptor que o regimen monarchico representa, quase absoluta ignorancia, até aqui fomentada pela monarchia. Facto que determina o indifferentismo mais criminoso e improprio de um paiz prestes a liquidar sem um protesto que reanime.

Ficou satisfeito *O Trabalhador*?

Oxalá, aproveite.

No parallelo estabelecido entre Portugal e outros paizes monarchicos o articulista esperava destruir a *phylosophia da historia*.



Afinal parece que não destruiu coisa alguma e só conseguiu denunciar obstinação, afastando a controversia de pontos mais interessantes e uteis para o proletariado, desejoso de conhecer a diferenciação existente entre socialismo evolucionista e anarchismo absoluto.

Concluindo a tarefa que *O Trabalhador* nos obrigou a encetar e declarando o nosso contendor que o anarchismo são se antepõe na marcha evolutiva ás soluções intermediarias, fica demonstrado que *A Obra* não mystificou a idéa revolucionaria que defende e só procurou estabelecer a forma mais pratica de traduzir em factos a aspiração que nutre.

Em periodo final, *O Trabalhador* affirma que o anarchismo tem por intuitos accelerar a evolução.

Acreditamos que é assim, e respeitando as intenções e o temperamento dos adversarios quando procuram ser correctos, não duvidamos da sinceridade alheia exigindo que nos sejam consignadas identicas regalias.

*O Trabalhador* tem o dever de respeitar quem procura fazer justiça e não melindrar propositadamente os que não vêem no anarchismo uma escola de malfeitores ou doidos.

Emfim a ingratição gerada em absolutos de escola não nos chega a espantar. É da ordem das cousas.

A vingar-nos, ficaram os fazedores de diatribes e diffamações, sempre prompts a negarem a sinceridade anarchista.

Emquanto á ameaça de procedimento diverso feita pelo *Trabalhador* é quixotesca e não merece resposta... aqui.

Temos dito.

Ernesto da Silva



## NOVAS SUBTILEZAS<sup>171</sup>

(A OBRA. LISBOA: N° 152 (1897), 12 DE DEZEMBRO, P. 1).

«Que importa, ao operariado, que as nações poderosas organisem, em Portugal, uma delegação encarregada de vigiar a applicação dos rendimentos do estado e de recebr, á boca do cofre, a importancia dos juros da divida publica?»

(Da *Federação*, n° 205)<sup>172</sup>

Tal estupenda e novissima theoria engendrada para cupula da politica avessa e suspeita que vem enredando o proletariado em successivas tentativas.

A quem aproveita a estranha preposição de que o proletariado é indifferente á intervenção estrangeira, ainda que firmando-se na tyrannia da força armada?

Á monarchia e aos bandos politicos que da desgraça e corrupção nacional vivem refastelando-se parasitariamente na putrefacção do organismo social.

A mais ninguém.

Nunca os socialistas poderiam avançar tão repugnante heresia que enoja e causa tedio.

Sim! Causa tedio ver deshorrar uma idéa generosa e um partido, quando a analyse assegura firmemente que só o governo progressista ou

---

<sup>171</sup> O título faz referência ao artigo As empreitadas. *A Obra*. Lisboa: n° 149 (1897), 21 de novembro, p. 1, como, aliás, o artigo todo.

<sup>172</sup> Vid. A administração estrangeira. *A Federação*. Lisboa: n° 205 (1897), 5 de dezembro, p. 1. Trata-se do artigo editorial, da pena de Azedo Gneco.

regenerador, sustentáculos da monarchia, pode encontrar, na quietação do proletariado ante a intervenção estrangeira garantias de tranquillidade e facil digestão.

A audaciosa tentativa, porém, não ficou sem o correctivo devido ás preposições de character duvidoso.

Assim, surprehendido em flagrante propaganda de intenção suspeita os **habeis** pretendem escapar-se pela sahida d'antemão escolhida – do socialismo não ter responsabilidades na crise nacional e manifestar repugnancia por alguns homens militantes em partidos avançados.

A *habilidade* posta em foco, irmã gêmea da *subtileza* creada a defender as empreitadas industriaes era de presumir não faltasse a salvar de apuros em momento grave.

Prevenimos que não acceitamos a solução proposta e exigimos inteira responsabilidade da propaganda intentada para alheiamente do proletariado á intervenção estrangeira.

Affirmou-se que o proletariado devia ser indifferente ante a ultima manifestação de decadencia nacional que nos ameaça e não deixamos deslocar a questão para o campo das soluções faceis.

A *Federação* affirmando a sua indifferença pela possibilidade de proxima fiscalisação estrangeira, devia provar que a dignidade nacional e os interesses politicos e conomicos do proletariado portuguez não estavam ameaçados.

Esqueceu-se de o fazer e produziu bravatas quixotescas e impertinentes, ameaçando levar de roldão, nacionaes e estrangeiros preponderantes, para a vala do esquecimento.

Apreciemos, porém, a questão nos seus pontos fundamentaes.

Não póde A *Federação* nem ninguem affirmar que a dignidade nacional seja cousa de somenos importancia para o proletariado portuguez.

Os trabalhadores considerados como camada social fazem parte de uma sociedade que a abandalhar-se e descer no conceito dos outros povos, provocará o desprezo internacional, que sem duvida terá de reflectir-se nos proletarios.

Porquê a Belgica, paiz pequeno como Portugal merece o respeito do mundo trabalhador e revolucionario?

Certamente devido á comprehensão de dignidade nacional e civismo belga, consecuencia da illustração que o povo possui.

Na Belgica, temos a certeza, ninguem ousaria propagandear a alienação da dignidade nacional a pretexto das conquistas do progresso e futuro revolucionario dos productores explorados pelo capitalismo.

Propagar a quebra da dignidade nacional é aniquilar a educação civica do povo, o que corresponde a um acto de decadencia que não pôde garantir o sacrificio da propria existencia para a conquista do **suffragio universal**, como há pouco succedeu na Belgica.

Se o socialismo belga tem a mantel-o uma força poderosa de civismo, é porque não foi obliterada a noção da dignidade nacional, sem o que não ha condições de progresso social, restando a um povo a situação miseravel, decadente e angustiosa em que refocilamos.

Demonstrado assim quanto a dignidade nacional importa ao *espírito de revolta* do povo, tanto bastava para que nenhum socialista digno de tal nome, pudesse sujar uma aspiração grandiosa com preposições deprimidas e inaceitaveis para a honra proletaria.

Analysando a situação politica de Portugal e a modificação resultante da intervenção estrangeira, facil é considerar que os proletarios portugueses ficavam mais que nunca submettidos á miseravel condição em que se encontram, perdida quase totalmente a esperanza de rehabilitação honrosa d'um passado vergonhoso.

Assente, sem possibilidade de contestação, que o primeiro dever politico do socialismo é eliminar o privilegio dynastico – urgente necessidade portugueza – ámanhã os proletarios ver-se-hiam detidos na tarefa comprehendida, não só pelas bayonetas nacionaes mas pela boca dos canhões estrangeiros, submettendo o povo a uma tutella odiosa que só aproveitaria aos interesses dynasticos, mais protegidos que nunca contra tentativas revolucionarias.

Nem mais é preciso, julgamos, para demonstrar os **benefícios** da intervenção estrangeira em materia politica.

A considerarmos os interesses economicos do proletariado, ameaçados pela tutela estranha, basta deduzir que um povo tutelado, sem dignidade e sem expansão revolucionaria, é simples besta de carga, sujeita ás mais torpes e vis explorações de character economico que o capitalismo estrangeiro não duvidaria impor, a pretexto de cobrança dos juros de divida publica, creada pelo devorismo monarchico-constitucional.

O ataque ás condições economicas das diversas classes produzindo o cerceamento do consumo, seria a mais cruel das desventuras a juntar á profunda miseria que victima o proletariado.

O mal-estar de *cima* infiltrar-se-ia em *baixo* e os trabalhadores então como sempre, seriam a classe que mais soffreria as consequencias inevitaveis de uma tutela e exploração estrangeiras que nem ao menos concediam direito a uma tentativa de revolta.

É assim, analysada na sua essencia e pontos fundamentaes, que a idéa de intervenção estrangeira só pode encontrar guarida nos vasio craneos dos imbecis ou, nos animos predispostos á traição.

Se nos movera o firme proposito de descermos á investigação intima de minudencias a considerar, podiamos affirmar sem receio de desmentido que applaudir a abstenção de lucta contra a intervenção estrangeira, é desejar a manutenção do actual regimen, o que importa propositada traição á idéa revolucionaria que o socialismo representa.

O socialismo tem por missão sagrada desobstruir o caminho da Révolução Social dos obstaculos que instituições anachronicas representam, e não pode, sem crime de lesa-revolução, contemporisar com regimens condemnados pela propria necessidade de expansão das classes proletarias opprimidas, vexadas e expoliadas.

A doutrina que expomos, não tem por alvo a idéa da patria segundo a concepção patriotica e burgueza que os fazedores de subtilezas querem confundir com a aspiração de dignidade nacional que defendemos como garantia do ideal socialista por que luctamos.

O proletariado que se acautelle contra os sophismas ignobeis.

Em 1891, a titulo de lucha de classes, defendia-se a *regeneração*; é preciso que em 1897, a pretexto de patria universal, não seja amparado com o esforço dos productores o *progressismo* decadente e burlão.

Tal o nosso desejo.

A defender principios temos cumprido o nosso dever, e sem temor a *novas subtilezas* que dêem sahida providencial aos *habeis*, continuaremos impenitentes a desvendar sophismas e demolir argucias.





## CRISE NACIONAL

(A OBRA. LISBOA: N° 153 (1897), 19 DE DEZEMBRO, P. 1).

«Que tem o operariado, até, que em vez d'uma declaração fiscal venha uma administração propriamente dita, acompanhada mesmo d'uma intervenção armada?»

(Da *Federação*, n° 205)<sup>173</sup>

Não andavamos em erro suspeitando de *novas subtilezas*<sup>174</sup>, destinadas a protegerem a retirada dos propagandistas da quietação ante a intervenção estrangeira, quando batidos pelo natural protesto dos que não filiam o socialismo nos processos de politica vesga, resuscitada em 1897.

Emfim, jogada a *bola*, marcada a sahida, restava esperar o effeito.

Resultou azar.

Promettemos no passado numero<sup>175</sup> não deixar que a questão derivasse para o campo das soluções faceis.

Vamos cumprir a promessa.

A titulo de *nova subtileza*, pretende-se fazer derivar a avessa preposição da quietude do povo operario em frente da intervenção estrangeira, para a arena vasta da **crise nacional** e inherentes responsabilidades dos secretarios de estado outr'ora directores da cousa publica.

---

<sup>173</sup> Ernesto da Silva continua a análise do artigo A administração estrangeira. *A Federação*. Lisboa: n° 205 (1897), 5 de dezembro, p. 1.

<sup>174</sup> Alusão ao artigo anterior, *Novas subtilezas*. *A Obra*. Lisboa: n° 152 (1897), 12 de dezembro, p. 1.

<sup>175</sup> Justifica-se, mais uma vez, a autoria de Ernesto da Silva.

Aqui, a *subtileza* tem foros de *truc*, destinado a illudir a questão, garantindo a paz do tumulto á arrojada preposição que serve de epigraphe ao presente artigo.

**A Federação avançou que o proletariado devia ser indifferente á intervenção estrangeira.**

Tal é questão!

Não há fugir.

Provou *A Obra* que a intervenção estrangeira attentava contra a dignidade nacional e interesses economicos e politicos do proletariado portuguez.

Emquanto não for demonstrado que *A Obra* produziu um erro e deshonorou os principios socialistas, julgar-se-há auctorizada e estygmatisar o proceder, quase enygmatico, dos que defendem soluções que só aproveitam ao privilegio dynastico, entregue á succção das ultimas gottas de sangue existentes no organismo da sociedade portugueza.

Affirmam á *ultima hora* os **orientadores**, que nunca defenderam a intervenção estrangeira!

É motivo de pasmo.

Então repudia-se a doutrina de *A Federação*?

Porquê?

Diz-se em estylo subtil que a falta de confiança nos democratas burguezes leva a tanto.

Ainda é desviar a questão.

Nós, socialistas, não discutimos homens, defendemos principios.

Não precisamos affirmar n'este momento que o sr. A. é ignobil e o sr. B. traidor, devemos demonstrar quaes os motivos de ordem social ou formulas phylosophicas, nos justificam a abstenção da lucta contra a preponderancia estrangeira a dentro de Portugal.

O paiz tem o direito de conhecer a justiça da ousada affirmação, perpetrada no órgão federal, e tem de ser esclarecido pelos responsaveis da preciosa orientação dispensada ao proletariado.

Sel-o-há?

Não cremos.

Quando ás affirmações escasseia sinceridade e sobra argucia, difficilmente se pode extrahir um conceito claro e limpo.

Em tal espectativa vamos á *crise nacional*.

Discutir a crise é discutir a monarchia.

Ninguem, medianamente lido e parcamente honesto, pode affirmar ignorancia de que ao constitucionalismo devasso e burlão, representando nos partidos que se revezam no poder, devemos o actual aspecto da crise nacional, pretendendo entregar-nos manietados e amordaçados á usura estrangeira.

Não temos credito, vivemos da confiança mutua a troco de cédulas sebetas e inconvertiveis, industria e agricultura estão quase lethargicas, faltam condições de progresso economico, a emigração perpetua-se, o proletariado evade-se para a Africa, as artes permanecem estacionarias, a ignorancia popular é um facto incontroverso e jamais alguem de boa fé poderá negar que tal situação deprimente e angustiosa é producto da corrupção *constitucionalissima* que aproveitando o atavismo dos terços e das novenas, enxertado pelo catholicismo obrigou a florescencia d'uma oligarchia financeira e burocratica que nos traz visinhos de fatal ruina.

Que ha a fazer por banda dos socialistas?

Em 1892, quando se lançavam as bases do **partido socialista** em contraposição á trica possibilista do **partido operario**, a resposta era facil e a orientação era sádia.

Então, affirmava-se que a missão socialista era não buscar desvios á solução da questão politica, representada no ataque da democracia burgesa ás instituições monarchicas.

Propagava-se n'essa epocha que o levantar de estorvos á liquidiação monarchica, se traduzia em traição á causa do progresso social e facto suspeito a solicitar minuciosa analyse.

Pela nossa parte mantemos ainda as doutrinas que em 1892 acceitámos como expressão de revolta e aspiração socialista.

Nem a todos merecem o mesmo respeito as theorias em que se firmou o **partido socialista**.

Veámos, para elucidação proletaria, o que dizem os factos.

Quando da lucta contra as situações ministeriaes e extra partidarias se passou ao episodio da colligação liberal, em que o liberalismo progressista deu o braço ao desconjunctado directorio republicano, o partido socialista esgotou as formulas de benevolencia e não viu com maus olhos o facto da hybrida colligação.

Agora, que a lucta toma uma acção definida entre republicanos e monarchicos, e o *progressismo* dá a lei e nos conduz, apoz baldadas tentativas de restauração financeira, a situação deprimente de uma tutella estrangeira, não nos parece ser momento azado a dispensar benevolencias que só aproveitam a instituições corrompidas até á medulla.

Argumentam alguns a possibilidade de neutralisar a força proletaria, segundo bons intuitos, e constituir uma sociedade de trabalhadores dentro da sociedade portugueza, alheia das pugnas politicas, só preocupada da melhoria de situação economica.

Não acreditamos na veracidade do facto.

Digamos as rasões:

Todas as tentativas de emancipação economica, firmadas em soluções gastas, não podem trazer ao proletariado garantias, porquanto o jogo social, consequente a uma politica que só attende á manutenção de instituições caducas, será a negação do successo lisonjeiro que das mesmas tentativas emancipadoras se podia esperar.

Não comprehendemos, pois, a mudança de traçado politico estabelecido em 1892.

A situação nacional não melhorou, a crise tomou aspecto mais pavoroso, a dissolução affirma-se mais temerosa e só vemos que a attitude benevola do socialismo portuguez para a situação progressista, acompanhando systematico combate á idéa republicana, corresponde a intenções de difficil justificação.

A existir coherencia, ficamos certos que o socialismo portuguez não mais poderá abrir lucta com os governos monarchicos, a não ser que deseje provar que só os progressistas merecem tão generosa excepção.

A crise nacional, producto da rotação dos partidos constitucionaes, não pode, pois, servir de pretexto á justificação de alheimento do proletariado á resistencia contra a intervenção estrangeira.

Ainda podiamos affirmar que a crise é a natural expressão de decadencia de um povo ignorante e atrazado, permitindo, indolente e comodista, todos os atropellos, falho de civismo e dignidade nacional, que certamente os estrangeiros não veem fomentar no intuito de final explosão e completo rejuvenescimento do povo portuguez.

Affirma-se que ha um partido forte e robusto, apto a remover as mais insuperaveis difficuldades?

Não ha tal.

Os partidos portuguezes, desde o mais reaccionario ao mais avançado, correspondem ao meio nacional em que definhamos, mercê talvez de remotos factores historicos que hoje se sommam na mais dolorosa das decadencias.

Assim, julgamos que o proposito de asphyxia a ideaes generosos e o appello a falseados instinctos materialistas, só pode offerecer a completa ruina das idéas progressivas em troca de exito ephemero, fogo fatuo elaborado em ultima putrefacção.

Que o proletariado comprehenda.

Affirmou-se ser indifferente a tutela estrangeira, ainda apoiada na força armada, e pretende-se crear sahida facil a discutir as superficiaes manifestações da crise nacional.

Não acceitamos a subtileza.

Discutir com ministros é muito, mas responder aos proletarios é mais.



## O NATAL

(A OBRA. LISBOA: N° 154 (1897), 26 DE DEZEMBRO, P. 1).

Festa da familia!

Dizem felizes que a data é solemne, pairam hamonias no espaço, o lar é alegre.

Os pequeninos teem gargalhar satisfeito e nos grupos de louras cabeças, junto á arvore de Natal salpicada de brinquedos, resoam crystallinas as manifestações de alegria pura, sem ponto negro a macular a alvissima tunica da innocencia.

Os paes estão replectos, os filhos sorriem.

Tudo é luz, canticos, amor; o homem parece ser bom e o coração pulsa, estranho á doce paz, há muito esquecida nas embuscadas da vida.

Na neblina de dezembro, uma madrugada de abril.

As *vitrines* plethoricas de acepipes caros, bijouterias artisticas, quin- quilherias de preço.

A pairar na atmospheria a metempsychore da bondade a burnir de phylantropia o egoista, secco, rombo, espirito dos vencedores da *lucta pela vida*, dispostos á esportula annual réclamada no *natal dos pobresinhos* das folhas diarias.

Saudações aos cabellos brancos dos avós, caricias aos rostos dos pequeninos gasalhados e satisfeitos, eis o Natal – a festa da Familia.

Á meza do festim tradicional presidido pelo Pae, ha conchego, regalo, bem estar; desrolham-se garrafas poeirentas, attestando velhice e fumegam pratos em que o Perú tem logar imposto pela tradição.

Os negocios correm bem a especulação não periga, a Bolsa mantem os *fundos*.

O animo está tranquillo, o pão está garantido?

Ha que encher o estomago; envergar o sobretudo, repor a *pelissa*, accender o charuto, apertar a luva; a trote rapido caminho da opera as faces são vermelhas. A digestão começa.

A vibração do alcool em esbatida *nuance*, deixa entrever mundos melhores, e a voluptia langorosa e evocadora, acorda rostos de mulheres formosas nos desejos d'um Presente que vive das ruinas do Passado.

A Besta está desperta; quer carne. As conveniencias impõem-se, é açaimado o Desejo.

Da orchestra saem os primeiros accordes, trechos inspirados seguem-se, a Alma esforça-se e vagueia subtilisada no espaço.

O mundo é côr de rosa, a cornucopia da Felicidade entorna sucessivos encantos, o *sempre foi assim*, toma fóros de phylosophia assente ao recordar impertinente e lugrubre os *que não teem*.

O Egoismo amamentado a Privilegio não desce a analyses tenebrosas. É festa da Familia, não ha motivo a pesares.

Ao longe esboçam-se protestos indefinidos, parece ouvir-se o biblico *ranger de dentes?*

Illusão! Phantasma! Ficção! Não ha causa a justificar cuidados impertunos.

O deber foi cumprido. Assignala-o a lista protectora dos jornaes, a mencionarem obulos offertados em honra do Jesus apostolo da igualdade.

Os vagidos que no Presepe annunciavam um revoltado, foram celebrados em mesa bem servida; emquanto á doutrina do apostolo não ha que temer, á falta do Golgotha temos Montjuich, a substituir o Cyreneu o Deibler é bom amigo.

Não vale preocupar.

Os protestos são injustos. A caridade não dorme.

Celebremos o Natal – é festa da Familia.



\*  
\*   \*  
\*   \*

«Dortmund, 22, n.

Uma explosão de grisú fez hoje umas 20 victimas no poço de Kaisers-  
tuhe.

Já foram retirados do entulho 8 mineiro mortos e 7 feridos.»

(Havas)

Aqui não ha Familia.

Ha *grisú!*

A lampada annunciando a catastrophe, homens, mulheres, creanças,  
espavoridas, aterradas, n'um impeto de conservação, desordenadas a cor-  
rerem nas galerias negras, em busca de sahida.

É inutil tentar.

O inimigo não perdoa. A explosão dilacera as presas, celebra um mons-  
truoso festim o Natal dos proletarios.

O lar já era negro, faltava pão, não tinha luz.

Agora, vae ser peor.

Os pequeninos miseraveis, trilhando a neve dos caminhos, enroupados  
de andrajos, irão buscar na beira das estradas á alma do caminhante os  
vintens precisos á vida.

A mãe, feita viuva, espera-os á volta, enregelada, olhando sem expres-  
são, no canto da choupana á porta da entrada.

Assim vão passar os dias.

Quando os garotos tiverem forças *descerão* por sua vez a visitarem as  
galerias negras, tumulto do pae que não mais foi visto.

Que importa o facto. O avô tambem *lá* ficou.

Foi sempre assim.

Os campanarios echoam sonoros, alastram nos campos um badalar  
festivo.

As mulheres interrogam-se-

- Está dobrando
- É pelos moros?
- Não!... É o Natal.
- O Natal?
- Sim. A Festa da Família.
- Família!... Já a não possuo. A *mina* roubou-m'a. Ficaram *lá*.

## SYMPTOMAS

(A OBRA. LISBOA: N° 155 (1898), 2 DE JANEIRO, P. 1).

A possibilidade da intervenção estrangeira nos negocios nacionaes, veiu acordar proveitosa lucta, pondo a nú [aos olh]ares do observador o desgraçado estado em que se encontra a sociedade portugueza<sup>176</sup>.

Não era segredo que a corrupção do constitucionalismo tinha invadido todo o corpo social, debaixo do aspecto repellente d'um materialismo economico repugnante.

Assim, as idéas fracassaram e o estomago transformou-se em único regulador da dignidade nacional.

Os principios emancipadores, as aspirações progressivas, os ideaes de revolta pela liberdade, asphyxiaram, e ao cimo do lodo em que nos atascamos, não ha pombas immaculadas, cruzam o espaço, aves de rapina.

A degenerescencia vinda de *cima* veiu assentar na ignorancia de *baixo*, aniquilando o ideal que se pode levar ao sacrificio para plantar o egoismo besta, sordido, repellente que se traduz na phrase suggestivamente ignara – cada um governa-se.

Infelizmente o *virus* não deixou indemne nenhuma camada social.

Não affirmamos em vão. É ver.

Desde a corôa a paraphrasear o *après moi le déluge*, até ao proletario em melhor situação, esquecido dos seus companheiros de infortunio, o factio assombroso toma pavorosos aspectos.

---

<sup>176</sup> Ernesto da Silva continúa a análise relativa à intervenção estrangeira desenvolvida desde o mês de dezembro anterior.

As camadas sociaes não são aggregados de individuos, intencionados d'um mesmo fim, mantendo as mesmas aspirações, n'uma homogeneidade de sentir, traducção de identicos desejos. São pelo contrario, grupos de individuos á espreita do momento azado para darem largas á ferocidade egoistica, resultante de estupidez abjecta e crassa.

O *quem está bem, deixa-se estar*; é philosophia de emprego quotidiano entre os cidadãos, portuguezes mais propensos á subordinação que é revolta.

É assim, que vemos capitalistas brutos a solicitarem intervenção estrangeira, com enthusiasmo de lacaios, e enxergamos classes de proletarios sem dispensarem auxilio aos companheiros de soffrimentos e camaradas na lucta contra as iniquidades sociaes.

A um simples aceno do Estado protector, promettendo hypocritas regalias e fingindo promulgar fementidas melhorias da situação, o silencio cúmplice impõe-se, mettem-se na algibeira ideaes generosos, abre-se a bocca, prepara-se o estomago e expulsa-se do cerebro a Idéa incommoda, capaz de comprometter a ganhuça.

Diante de tal limpeza moral d'um povo, no auge da decadencia, é quase inutil uma revolta, é indispensavel um terremoto seguido de *choleramorbis*.

Assaltam-nos o espirito dolorosas impressões aqui expressadas, ao defrontarmos o aspecto nacional, ameação de tutoria e expolisação absolutas.

Adivinha-se a agonia monarchica a arrastar-nos para o tumulto em ignobil camaradagem, todos se sentem mal, formulam-se queixas, protestos indignados... mas ficam quedos os lusos cidadãos á espera dos *outros*, senão á espera do Messias enxertado no espectro de D. Sebastião a salvar o paiz atravez das brumas.

O commercio abre fallencia, a industria não labora, o proletariado tem fome e emigra, o silencio sepulchral porém continua pairando n'este cemiterio á beira-mar plantado, sem um protesto altivo a quebrar o silencio morno d'esta catacumba de vivos que geographicamente se designa – Portugal.

O militarismo quer, a industria, o commercio, o proletariado tambem querem: – a revolução.

A fazel-a, passam o tempo a trespassarem a responsabilidade do facto, temerosos do Carmo mavortico, propenso a cutiladas.

O espirito, só encontra horisontes sádios alongando-se á esperança d'uma revolta da importação – isenta de direitos.

A caserna, o club, a taberna, discutem o caso grave de monte á mingua, determinada na ausencia do *pret*, do negocio, do salario, mas sem fecundação do ideal o cerebro permanece tenebroso e sujo como uma viella e só o estomago se expressa heroico na explosão de gazes.

A desopilar, a produzir coegas, surge salvador, qualquer Quixote de pacotilha em *travesti* de charlatão do Rocio, parodiando Jesué a affirmar com o entorno, ordenar se for preciso, a paragem do sol.

Não é demais a amenisar o funebre epicedio, o guisalhar d'um bobo e o topete d'um *clown*.

A accusar impressões, é dever estudar a origem do caso alarmante.

Nos symptomas encontraremos o diagnostico e não melhor que nos partidos politicos se podem encontrar os elementos constitutivos d'um tratado de pathologia social.

Devem, sem contestação, os partidos politicos, expressarem o que de mais puro pode existir no amago da sociedade por elles representada?

É ponto incontroverso.

Nos partidos politicos – só consideramos os revolucionarios – é licito procurar a minoria pensante, predisposta ao combate, á manutenção do ideal que lhe sorrie, n'uma atmospheria livre de miasmas. A honra da bandeira partidaria e da divisa demolidora, devem permanecer immaculadas, voando em regiões puras e serenas.

A idéa guiando os correligionarios, fazendo dos homens, irmãos.

Em Portugal não é assim: o ideal acanhado espaço encontra a cultura propicia. A mariolice da porta de convento, na subordinação do caldo fradesco, criou fundas raizes em terreno arroteado a predicas, terços e novenas com fogueiras inquisitoriaes a expurgarem microbios libertarios e

liquidou na mais funda e tangível estupidez, especulada a rufos de tambor pelos mais *habeis*, segundo a selecção da desvergonha.

Por isso, os partidos mais desejam *quem dé*, embora zombando, que pregações em nome da Justiça, gerada na diffusão da Idéa.

Pensar, estudar as successivas adaptações e continuos progressos d'um principio fundamental que deu cohesão a um grupo de homens ou a uma camada social, isso é massada transcendental que não convém; assentar em determinado traçado politico, sem preocupações de individuos e leval-o do club á praça publica, em manifestações de justo esforço contra a Iniquidade, é tarefa ingloria, *não deixa nada*.

De que se trata, não vae além de preponderancias balofas, assentes em espiritos não esclarecidos e se tanto for preciso á barriga e aos accordos, cospe-se nos ideaes mais sagrados, essencia do Futuro, vae-se a emittir opiniões de duas faces e a repulsar Hoje a affirmação de Hontem.

Não há respeito pela consciencia, só tem altar sagrado o abdomen, thuribulado por paixões ruins.

Dissemos ao começo que a intervenção estrangeira veiu a desvendar mysterios e mais a descobrir pustulas?

Vamos offerecer a prova e considerar os symptomas apontados a constituirem diagnose.

De tres jornaes operarios da capital que offereceram parecer sobre a intervenção estrangeira, conseguiu-se apurar um, que fez a defeza da vilissima tutella com intenções de escapulir-se no caso de surpresa em flagrante; outro, atacou o attentado imminente, e patuscamente aconselhou o povo a estar quieto, cumprida que for a obrigação; ainda outro, que devia ser cauto e orientado, para respeitar o nome de homens illustres e a memoria de luctadores austeros, teve sobre o caso duas opiniões antagonicas, á vontade do freguez, para acompanhar um accordo ignobil feito com parceria que não corresponde aos ideaes de pureza absoluta que lhe cumpre defender.

Surge o momento do conselho: – Acido phenico. A gangrena denuncia-se nos symptomas!

## A CRISE NACIONAL

(A OBRA. LISBOA: N° 156 (1898), 9 DE JANEIRO, P. 1).

Diante da crise nacional<sup>177</sup> que vem atrophiando o paiz, justo é conhecer com segurança a posição tomada pelos diversos partidos politicos e da attitude preferida, concluir-se qual a orientação que prende ao traçado de cada um d'esses agrupamentos.

É assim, que nós socialistas e proletarios, não desejando a revolução em nome do odio de classes, sentimos a necessidade d'uma transformação politica que dê logar a progressivo desenvolvimento dos ideaes que professamos.

Assente está que os socialistas tendo por ideal maximo a socialisação da propriedade, acompanhada de naturaes consequencias, não podem alheiar-se dos interesses nacionaes que tambem representam como camada social a dentro das fronteiras.

Vejamos pois qual a missão que naturalmente nos está indicado desempenhar.

É certo, estar Portugal á beira da mais profunda e aviltante ruina, mercê das instituições monarchicas, que mais intencionadas de conservação, que movidas de generosos intuitos, teem vindo creando a difficil situação ora em evidencia.

Á monarchia deve o povo portuguez o estado decadente e aviltante em que se afunda, ignorante, corrupto e sem recursos. Adormecido n'uma

---

<sup>177</sup> Ernesto da Silva continúa a análise encetada a 19 de dezembro em artigo de igual título.

estupidez proximo da requintada bestialidade, quase impossivel se torna dar salutar impulso á grande massa da população, indifferente, sem idéas, quase sem vergonha.

Multiplicam-se os impostos, cerceam-se as condições de existencia, torna-se impossivel viver á força de saques á algibeira do contribuinte e jámais o povo vê os recursos que lhe são extorquidos se transformarem em melhoramentos de ordem moral ou material.

O numero das escolas populares diminue, os municipios tentam reduzir o orçamento da instrucção primaria e gastam prodigamente em recepções faustuosas, a reacção maneja em plena liberdade, gastam-se milhares de contos na manutenção de guardas municipaes fieis ao throno e ao cabo de tal politica de conservação, mantida pela côrte, auxiliada pelo clericalismo e servida pelos partidos da rotaçãõ constitucional, vemos diante de nós um negro futuro, onde não reluz a mais leve esperanza.

Porque existem os factos apontados?

A resposta é facil e provoca largas conjecturas.

Porque é preciso manter a todo o transe os interesses dymnasticos, factor importantissimo da degenerescencia que já attingimos.

Affirmam-n'o os mais brilhantes e bem orientados escriptores, está na consciencia da minoria pensante, é facto exuberantemente demonstrado.

Chegou a ser axiomatico: dentro da monarchia não ha salvaçãõ possivel.

Desafiamos quem quer que seja á demonstraçãõ de contrario.

Pois bem, é n'este momento de excepcional agrura para a nacionalidade portugueza, ameaçada das mais onerosas e ultrajantes condições a troco de dois vintens, que nos surprehende a mais dolorosa e decadente das interrogações.

O partido socialista pela bocca de vulto consagrado, único director da situação proletaria<sup>178</sup>, pergunta qual deve ser a marcha partidaria quando

---

<sup>178</sup> Alusão a Azedo Gneco.



não seja manter o *statu quo* monarchico protegido pelo progressismo da colligação liberal.

A banalissima e ôcca interrogação corresponde a mais um symptoma morbido<sup>179</sup>.

Então o **partido socialista**, fundado no Pateo do Salema, obedecendo a intransigente programma demolidor das instituições monarchicas, ufando-se de singular valor, já se declara impotente a seguir o traçado politico referido?

Sem duvida, intenções reservadas são mascaradas com manifestações de pacovia ignorancia.

Pois, não será triste, ver o partido socialista sempre fero e altivo contra as anteriores situações ministeriaes, declarar na *Federação* não dever fazer-se a republica á falta de homens aptos á direcção dos destinos nacionaes.

Em presença da estranha quietitude e benevola disposição offerecida ao progressismo pelo socialismo portuguez, ficamos certos que jámais os proletarios poderão atacar situações politicas que succedam á actual.

A *Federação* diz que não vale a pena, lutar politicamente contra os que estão, porque veem outros.

Assim, fiamos que a theoria exposta para edificação, das gentes, deve ter futura applicação, para que não vá dizer-se que só os progressistas tiveram jus a especial isenção em materia de ataque.

Reduzindo da theoria citada, resta a seguinte conclusão: os socialistas portuguezes não fazem questão de formas politicas, restringem-se á luta economica e promovem melhoria de situação ás classes proletarias.

É de esperar; pois, que alguém venha a provar ser possivel a melhor sorte dos proletarios dentro do regimen monarchico.

Emfim, cançados de esmiuçarmos subtilezas tresandando a bafio, vamos criticar de conta propria.

---

<sup>179</sup> Referência ao artigo anterior, de 2 de janeiro de 1898, sob o título «Symptomas».

Provado está que a monarchia é o mais poderoso dos obstaculos que se antolha ao progresso nacional, devido á clientella que do regimen extrae os elementos apasiguadores d'uma voracidade sem limites.

As industrias como a agricultura, enfeudadas a syndicatos do regimen politico-financeira, não encontram expansão, a lei da concorrencia deixa de fazer sentir-se á falta de competidores e o meio economico escasseia de determinantes seguras a regular progredimento das massas productoras.

Dentro de tal meio, propagar que o proletariado seja indifferente aos problemas que difficultam a vida nacional não é só empirico como affirmação tendente a libertar os proletarios, é mais, criminoso, aumentando a inercia d'um povo já de si pouco propenso a tarefas ruidosas.

Ainda no passado numero *A Obra* transcreveu, do trabalho do sr. Teixeira Bastos, o seguinte periodo, que considera da melhor orientação.

**«Sem instituições democraticas não pode fortificar-se o espirito das verdadeiras reformas sociaes»<sup>180</sup>.**

Temos por seguro tal ponto de vista a que dispensamos incondicional applauso.

Ninguem, a não ser fundamentalmente estúpido ou perseverante especulador, pode destruir a affirmação feita do *Ideal Moderno*?

Porque então vem perguntar-se qual o caminho a seguir, na escolha ou preferencia entre um regimen condemnado e instituições que brotando da propria essencia dos acontecimentos, devem fatalmente – ainda a despeito dos homens – trazer germens aproveitaveis de rejuvenescimento nacional proprio á cultura das verdadeiras reformas sociaes?

Chegamos a ter receio de investigarmos qual o motivo da singular interrogação.

---

<sup>180</sup> Vid. *Ideal Moderno. A Obra*. Lisboa: n° 155 (1898), 2 de janeiro de 1898, p. 1. A citação corresponde ao capítulo VIII de *A dissolução do regimen capitalista*. Lisboa: Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1897, publicado na coleção «Ideal Moderno. Biblioteca popular de orientação socialista», dirigida pelo próprio Teixeira Bastos e Magalhães Lima.

Cumprimos serenamente o nosso dever: o proletariado que aprecie os motivos de divergencia e não confunda a lucta de principios com pugnas pessoases ou querellas intestinas.

N'este momento estamos onde sempre estivemos e que é mais, onde nos ensinaram a estar os que affirmam hoje não ser conveniente uma mudança de regimen que não tem homens a garantir a arriscada tentativa.

Não se trata de homens, não fazemos politica de *souteneurs* esperançados de ganho em dia de partilha, affirmamos principios e assim nunca poderemos aconselhar, em nome do socialismo, que uma camada social a que cumpre uma alta e nobre missão, faça educação civica e comprehenda ideaes sublimes á espera que a putrefacção moral invada tudo e todos.

Se a expressão politica do socialismo é a republica social, como attingir a remodelação economica esquecendo os consequentes politicos que lhe correspondem?

Se nos encontramos n'um paiz avergado por uma crise nacional pavorosa que resulta do regimen monarchico, qual deve ser o nosso conselho e accção?

E ultima interrogação:

Quem auctorisou a mudar o traçado politico do partido socialista?

Infelizmente ainda podemos responder á ultima interrogação que nos escapou dos bicos da penna.

Ninguém!

Auctorisaram-se!

Quem?

Os que desde algum tempo, veem [f]azendo politica dictatorial, aproveitando-se da ingenuidade da maioria, promovendo lucta contra os que não vergam e fomentando seleccções propicias ao manejo dos productores dos proletarios como homens.

Ahi fica mais um aspecto da crise nacional.



## O PARTIDO SOCIALISTA

(A OBRA. LISBOA: N° 157 (1898), 16 DE JANEIRO, P. 1).

«Sem instituições democraticas não póde fortificar-se o espirito das verdadeiras reformas sociaes»<sup>181</sup>.

*Dr. Teixeira Bastos.*

Dispostos á defeza do ideal socialista, não desistimos de determinar seguramente qual o traçado politico a seguir pelo partido socialista dentro da sociedade poortugueza.

Em successivos artigos temos affirmado a orientação que perfilhamos, sem temor d'um schisma a produzir no seio do socialismo portuguez.

Apesar de larga polemica com um jornal anarchista portuense<sup>182</sup> e de continuada propaganda destinada a provar que o socialismo portuguez tem por especial objectivo a extinção do privilegio dynastico, ainda não vimos que outros jornaes operarios da capital definam com precisão e clareza qual a linha de conducta que deva ser abraçada pelo povo trabalhador em Portugal.

Sem intenções aggressivas mas exercendo um sagrado direito de critica, é justo que punhamos em relevo a doutrina nebuloza e frouxa esparsa nas columnas dos jornaes proletarios *A Federação* e *Voz do Operario*.

---

<sup>181</sup> Texto já citado. Vid. nota anterior, supra.

<sup>182</sup> Trata-se de *O Trabalhador*, jornal anarquista do Porto. Vid. Em resposta. *A Obra*. Lisboa: n° 145 (1897), 24 de outubro, p. 3.

O primeiro que durante largo tempo se subordinou á orientação politica que *A Obra* hoje mantem, repentinamente modificou o seu traçado politico e a proposito de homens indignos e incompetentes, tem nos ultimos tempos representado o p[apel] de travão á marcha do proletariado para instituições mais consentaneas com o espirito da eppocha e proprias ao desenvolvimento das forças operarias para a conquista do poder politico e interferencia nas questões economicas.

Emquanto ao segundo jornal indicado, temos encontrado nas suas columnas opiniões fundamentalmente antagonicas: – desde concordar que é preciso modificar a actual ordem de cousas até prudentemente, cheio de timidez dizer ao proletariado que pretende dirigir, não o aconselhar a lutar na praça publica, insinuando subtilmente que o povo não deve servir para *carne de canhão*.

No momento de *crise nacional* que Portugal atravessa, enredado em graves problemas sociaes; desde a educação popular á situação economica, era dever dos partidarios da idéa socialista, fallarem claro e sem rebuço, indicando qual a fórmula mais prática e conveniente do proletariado actuar a eliminar os perigos resultantes do regimen monarchico apodrecido e desconjunctado.

Ante a mudez da imprensa orientadora do proletariado, só póde estabelecer-se o seguinte dilemma: – intuitos reservados ou falta de competencia a desempenhar a missão que se impozeram.

N'um ou n'outro caso, não pode porém o proletariado dispensar elucidação segura sobre materia tão grave.

Ninguem, ainda da melhor boa fé, pode acceitar a existencia d'um partido que se não expressa por forma cathgorica na imprensa ou nos clubs politicos.

Emfim, a tentar mais uma vez a criação de situação aberta, franca e leal, *A Obra*, procurando estabelecer orientação proveitosa ao movimento operario portuguez, não hesita em formular interrogações que envia á consideração dos seus collegas na imprensa operaria.

É possível modificar o meio político e económico da sociedade portuguesa, dentro do regime monarchico?

Existirão probabilidades de atingir a Republica Social, sem a transição da republica burgueza?

Sendo os partidos políticos a reflexão do valor moral e intellectual das classes que representam, é o partido socialista o mais forte e preparado d'entre todos para o conseguimento dos fins a que se destina?

No ataque ás idéas progressivas determinadas pela evolução, não existe perigo de desvio á remodelação social que o partido socialista tem por objectivo?

Feitas estas interrogações, vae o proletariado portuguez ter occasião de orientar-se, dado que o nosso apello e franqueza seja correspondido com lealdade e decisão.

Definidos os campos, deixarão de existir as apprehensões de querellas pessoais e pugnas intestinas que povoam o cerebro da classe trabalhadora e d'uma vez para sempre ficará estabelecido com segurança qual o traçado político escolhido pelo partido socialista nas suas relações com outros partidos e ainda com o actual regime.

Todos teem a lucrar.

Os partidarios socialistas poderão escolher a facção que mais corresponda a seu sentir e aspirações e os partidos assim não serão victimas do ludibrio que não pode honrar o agrupamento partidario que dizendo-se campeão do futuro é sustentaculo do presente.

Em 1892 assim se procedeu e sem perda para ninguem, muito ganhou a idéa socialista em Portugal que desafogada das falsas interpretações que a asphyxiavam, pode seguir ávante a cumprir a tarefa emancipada do proletariado.

Tomar abrigo detraz de formulas absolutas – *a emancipação dos trabalhadores hade ser obra dos mesmos trabalhadores* – descompor homens, prejudicar idéas, lisongear a inconsciencia da maioria a titulo de solidariedade que só serve a intuitos de conservação e preponderancia pessoal, não satisfaz, nem pode satisfazer os que dispostos á defeza de generosos

e equalitarios principios, não se subordinam a evoluções partidarias feitas a bel-prazer dos despeitos da chefia.

É chegado pois o momento de claramente o partido socialista descer a terreiro definindo a sua attitude politica.

Lealmente *A Obra* põe a questão palpitante que tanto já tem affectado o movimento operario.

Resta esperar. Tencionamos fazel-o, fiados que os interesses da classe trabalhadora possam por instantes ser antepostos á preponderancia individual.

Um partido não é, não pode ser um homem; é um aggrupamento de individuos servindo os mesmos principios ligados pela mesma aspiração.

Se baldado fôr o nosso esforço á falta de resposta condigna do assumpto que tratamos, ficamos com consciencia tranquilla de haver-mos cumprido o nosso dever, declinando sobre os que não quizeram ser socialistas a responsabilidade do mal que vem corroendo a organização do povo trabalhador.



## A RUINA

(A OBRA. LISBOA: N° 158 (1898), 23 DE JANEIRO, P. 1).

«Superior a qualquer partido, deve sempre fluctuar indisciplinado, vivo, progressivo, e espirito brilhante do *livre exame*, em busca de mais intensa luz e mais larga justiça».

*Benoît Malon.*

Se fôra possível fraquejar o espirito no combate iniciado em prol de completa emancipação moral e material do povo trabalhador, bastavam as palavras de Benoît Malon a encorajar-nos, ainda no mais encarniçado e acesso da lucta.

Tanto basta, julgamos, a proveitoso aviso.

É certo, demonstrado, palpavel e flagrante que a ruina vem minando o movimento operario reorganizado em 1892 pelos dedicados socialistas que então se congregaram no Pateo do Salema.

Não será talvez demasiado pessimista a dar-se ares de prophécia, antevêr em futuro não longiquo, equal derrocada á que corou o esforço dos luctadores de 1872, desalentados na contemplação dos escombros da *Fraternidade Operaria*<sup>183</sup>.

Salvo o natural progresso saído de vinte e seis annos de evolução, persistem equivalentes os determinantes da ruina.

---

<sup>183</sup> Não será a única vez que Ernesto da Silva aluda à organização do movimento socialista. Em dezembro de 1898 encetarà uma análise histórica do movimento socialista sob o título «O movimento operario».

É justo apontar as causas.

Lucta de preponderancia entre os orientadores e ignorancia da grande [184] [prole]taria, sempre subordinada [] á tutella dos *intellectuaes*, [] proprias que condu[] de salvamento.

[] se analysarmos 1872 e 1898 [] encontrar mais crença e ideal []os idos que ao presente. A [] exhibição espectacular que []os enredou e só hoje pode[] []tir com frieza e seguro crite[rio] [] nos emancipámos – devia [] conduzir o movimento ope[rario] []ira de graves perigos, se tan[] causas de ordem social o não []m terrivelmente.

[M]ais conhecido e do dominio [] o facto desgraçado de quasi [] anal-phabetismo do povo tra[balhador] [] facto devido á tactica expo[] [] regi-men monarchico.

[Ningué]m pôde negar: o povo é igno[rante] [] quasi se orgulha de tal mise[ria] [] que a monarchia auxiliada pela [] [cl]erical tem fomentado a igno[rancia] [po]pular.

[Assi]m, não é possível affirmar – [] a tomar conta dos seus desti[nos] uma população falta dos mais rudimentares preceitos educativos.

O motivo de ordem social indicado tem offerecido ensejo ás mais funestas consequencias, permittindo desde a corrupção á inconsciencia, dentro dos aggrupamentos partidarios.

D’ahi a ruina.

Um homem ou homens, arvoram-se em mentores, provocam sympathias, entregam-se á fama demolidora, enquanto a grande massa partidaria está indolente e ignorante á espera de descortinar qual o mais *habil* e mais *milagres* faz, para ter jus a corôa viridente, premio aos heroes.

Assim, não ha partidos, faltam idéas – encontram-se homens, sobeja comparsaria.

Fatal resultado: **um**, julga-se auctorizado a modificar intenções partidarias e não ha protesto: mais, certo da subordinação da maioria que

---

<sup>184</sup> O exemplar conservado na Biblioteca Nacional de Lisboa, de onde transcrevemos o texto, está mutilado no canto esquerdo da página; salvo erro, não encontro outros exemplares disponíveis para este ano.

não póde revoltar-se por não saber guiar-se, não hesita na dogmatica condemnação do primeiro espirito *rebelde* e *insubordinado* desejoso de *livre exame*.

Tal a situação.

Os partidos são encruzilhadas, os ideaes são navalhas.

É vêr quem mais dá!

N'este momento o perigo é imminente e a ruina quasi certa.

O *omnipotente* ou *omnipotentes* espicaçados pela vaidade de manter as posições adquiridas, exgotam-se em planos de grande effeito, engendram os *réclames* mais sonoros, buscam – correndo os mais graves perigos – medidas protectoras para a clientella sedenta de felicidade e ao final da tarefa os *elixires* protectores não passam de burlas e homens de valor desapparecem na voragem do descredito e da deshonra inherente á traição do Ideal.

Defrontando o perigo, conhecendo a origem do mal-estar, preciso é indicar os meios de preservação.

É possivel em Portugal o movimento operario corresponder á grandeza moral e material do movimento proletario estrangeiro?

É.

Que fazer?

Reunir todos os esforços dispersos, oriental-os para a mais rapida modificação do regimen que nos asphyxia, negando pão para o corpo e luz para o espirito e já, sem delongas nem sophismas – tanto quanto possivel fôr – educar o proletariado no respeito a si mesmo, ensinando que a abdicação do raciocinio d'um homem n'outro homem é a mais revoltante abjecção e o attentado mais flagrante ás qualidades naturaes que distinguem o Humano do Animal.

É difficil o cumprimento da missão?

Sem duvida!... Instituições vistosas cairão, exhibições inuteis serão dispensadas, espiritos serão feridos mas ao cabo de persistentes esforços sem necessidade a divulgação nos *papeis*, ha de encontrar-se o que falta hoje: – mais consciencia, menos ignorancia.

Diante de provavel ruina, são sempre os alvitres bem intencionados, motivo de satisfação.

Assim julgamos e assim procedemos.

Talvez os que se enlevam em sedutoras miragens, acham demasiado o pessimismo fugido aos bicos da nossa pena.

Oxalá nos enganemos e a inconsciencia da maioria garantindo omnipotentes supremacias, possa transformar-se em factor da Revolução Social evitando a ruina que nos ameaça.

## DE CÁ OU DE LÁ?...

(A OBRA. LISBOA: N° 159 (1898), 30 DE JANEIRO, P. 1).

«É também política a crise contemporânea. A monarchia, esse último vestígio da servidão política, é em toda a parte batida em brecha pelas melhores e mais dignas nações; entre os povos que caminham na vanguarda já a monarchia cedeu o lugar a República, república transitória – na verdade – empírica e pouco diferente da forma política que veio substituir, mas contendo porém os elementos de organização política do futuro que esperam nacional coordenação».

**BENOIT MALON.**

Subtamente, um jornal operário perguntou onde estávamos.

De cá ou de lá?

Pelo trecho que publicamos hoje extraído do *Socialismo integral*, fácil é ao colega ver onde estamos: – dentro dos princípios, que talvez por pouco lido sobre a *questão social*, o colega não conhecesse a fundo.

Não estudando sociologia nos romances que deliciaram nossos avós, há muito que assentámos orientação para a marcha que empreendemos.

Concluídos os primeiros períodos a título de esclarecimento proveitoso, vamos justificar a posição que ocupamos no vasto campo da luta emancipadora do proletariado.

Onde estamos, perguntam?

Dentro dos princípios que serviam de base ao movimento operário em 1892, quando o empirismo dos *kiosques vermelhos* ainda não tinha a palavra a completar a política de grande espectáculo.

Persistindo teimosamente na defeza do traçado politico do partido socialista em 1892, julgamos estar – e estamos – no único ponto onde pode ser util o ataque para melhoria da situação da sociedade portugueza.

Onde reside o maior perigo para o proletariado portuguez?

É sem duvida, na permanencia de um regimen politico, disposto á pratica dos maiores attentados contra os elementos de vida nacional autonoma e independente, procreando extorções de quilate igual á dos exclusivos a estrangeiros no ultramar, sem contemplação por milhares de familias reduzidas á miseria.

Talvez, se em proximo dia a *administração estrangeira*, vier a Portugal protegida pelo regimen, a disentir os regulamentos das industrias monopolizadas, o collega modifique, embora tardiamente, a opinião que parece ter formada.

Salvo se o *quixotismo* de algum salvador puder afugentar bayonetas nacionaes e canhões estrangeiros como foi promettido.

Na verdade, deve ser um caso epico a solicitar novos *Luziadas*.

Há interesse em saber se estamos de cá ou de lá!

É assombroso. A *Obra* tem mantido a sua orientação tão clara e definida, quanto outros teem sido frouxos, nebulosos e quasi suspeitos.

A *Obra* tem affirmado e continúa affirmando que dentro do actual regimen não ha salvação possivel.

D'ahi resulta à bocca pequena, nos concilios, corredores e reuniões, affirmar-se que o nosso jornal faz propaganda republicana.

Antes isso. Preferimos a excommunhão á suspeita de que fazemos propaganda e jogo monarchico.

Em 1892 quando ainda não existia *cooperativismo florescente* e se formavam associações de classe – o que é melhor – também soffremos a mesma accusação ao lado d'alguns que hoje affirmam terem mudado de opiniões politicas.

E mais gracioso no final de contas, é merecerem respeito os que declararam ter modificado velhas opiniões, ficando interdictos e excommungados os que se mantem e hão de manter no mesmo posto a despeito

das arremetidas da obsecação a tomar fóros de sciencia, referindo-se a Malon.

Um ponto, porém, preciso é que fique assente.

Há alguém no (sic) imprensa operaria que acredite na possibilidade de seguro progresso a idéa socialista dentro do actual regimen?

Se esse *alguem* existe, que venha a campo, erga a viseira e se não puder vencer a montante, sirva-se de argumentos.

As condições do paiz modificaram-se por forma a justificar o abandono de um traçado politico que hoje mais que nunca se impõe, diante das ameaças de ruina que o actual estado de cousas traduz?

Resposta clara e franca a taes interrogações, eis o dever de honra que cabe aos directores da mentalidade operaria e não sophismas e subtilezas que mais denunciam sachristia que convicções ou crenças puras.

Progressivamente as condições de vida nacional teem descido á ultima extremidade, a educação popular está por fazer, a autonomia está em perigo e n'este momento mal vae áquelles que julgando defender a causa dos trabalhadores, estão preparando pelas lições de subordinação e passividade um triste futuro á familia proletaria.

Quanto mais revolucionaria e larga fôr a educação do operariado, menor será o perigo do proletariado acceitar a substituição de um dictador por outro dictador.

Assim emquanto predominarem os prejuizos da conveniencia de militar disciplina a preparar homens para o Futuro, tanto maior será o numero dos *disciplinados* incapazes de acção propria á força de prohibição de *livre exame* e perda da autonomia individual.

Ha quem propague – julgamos de boa fé – que um partido deve ser a succursal da caserna; nós perfilhamos theoria adversa.

Um partido é uma Idéa. E uma Idéa não tem hierarchias.

É de todos e para todos.

Assim, não estamos de cá ou de lá.

Nem utopismos á Saint-Simon, nem casernas á Bismarck.





## NOVAS THEORIAS

(A OBRA. LISBOA: N° 160 (1898), 6 DE FEVEREIRO, P. 1).

Á maneira de á *ultima bora* em folha de circulação<sup>185</sup>, aparece agora a justificar a mudança de traçado politico do partido socialista, a nova theoria de que o operariado nacional adoptou a orientação do proletariado belga, seguindo igual orientação politica.

Isto é: os socialistas portugueses guerreiam a idéa republicana a titulo dos belgas repudiarem accordo com a burguezia liberal monarchica.

Em 1892 não era assim. Investigando porém, soubemos que a novissima orientação do socialismo portuguez, é motivada pela idéa republicana não possuir pessoal habilitado á gerencia dos negocios

---

<sup>185</sup> Durante uma viagem a Paris em 1898 Sebastião de Magalhães Lima concedeu várias entrevistas. No jornal *Le Matin* exprimiu-se sobre a recente celebração do congresso da imprensa e a comemoração das viagens de Vasco de Gama. Informations. A Paris. Le congrés de la presse. *Le Matin*. Paris: 24 janvier 1898, p. 2. Mas serão as afirmações em *Petite République* a respeito das associações de classe, que *O Século* publicou traduzidas, as que provocarão o enfado dos socialistas portugueses. O primeiro em contestar Magalhães Lima foi *A Obra*, que exortou «os corpos directores do movimento socialista portuguez e os centros politicos, restabelecerem a verdade dos factos impedindo que no estrangeiro se possam formar opiniões menos seguras sobre a orientação, organização e força do movimento operario portuguez». Protesto. *A Obra*. Lisboa: n° 160 (1898), 6 de fevereiro, p. 1. Assim aconteceu. O Centro Socialista Ocidental aprovou a 9 de fevereiro uma moção de protesto às afirmações de Magalhães Lima, pedindo ao Conselho Central do PSP para enviar um officio explicando que o ilustre republicano não era socialista. As afirmações do sr. Magalhães Lima. *A Obra*. Lisboa: n° 161 (1898), 13 de fevereiro, p. 1. Pela sua vez, no número do domingo seguinte, *A Federação* censurou a asseveração das agremiações sindicais serem maioritariamente republicanas, «o que é uma falsidade, deante da qual nenhum socialista ha que possa ficar silencioso», bem como o facto de Magalhães Lima aparecer como chefe do partido socialista português. «É preciso dizermos aos nossos camaradas de alem-fronteiras, que o sr. Magalhães Lima não é socialista, e portanto o não reconheçam como tal», denunciaram. Nada de confusões. *A Federação*. Lisboa: n° 215 (1898), 13 de fevereiro, p. 3.

Se tal consideração fôra de molde a justificar a nova theoria, parece que o socialismo portuguez não podia cantar de clerigo – permittam a phrase – blasonando de prenhez scientifica no caso algo difficil da direcção dos destinos operarios para a revolução social.

Forçoso é confessar: os partidos em Portugal estão uns para os outros.

Não valem mais nem menos, na qualidade ou numero de consciencias illuminadas para a faina revolucionaria.

Afinal o caso não é deveras singular: – limita-se á lei da relatividade.

Desde a regeneração á anarchia, as paixões ruins e até os interesses, sobrelevam ás idéas e antepõem-se á grandeza dos principios.

Não temos porém o intuito de escarpelar a intimidade dos aggrupamentos partidarios.

Precisamos apenas saber para que se pretende e por quê se deseja o isolamento do proletariado portuguez dos partidos afins.

Era de esperar que a nova theoria que já vimos o sr. Magalhães Lima tambem defendeu em Paris, assentasse em solido apoio.

Não vemos tal.

O que divisamos é o sr. Magalhães Lima em colloquios cosmopolitas-internacionaes-paz e união affirmar em Paris, a despeito de ser director d'um jornal republicano que a maioria das associações operarias são republicanas e fechar imbecilmente uma entrevista, affirmando com applauso que o socialismo portuguez está orientado á belga, dispensando o auxilio dos partidos democraticos – tal qual como a chefia socialista propaga agora, para educação das gentes que ouvira, as conferencias do *partido novo* no Pateo do Salema.

Deixemos porém o sr. Magalhães Lima em paz e ás moscas a exhibir-se nos *trottoirs* parisienses e sigamos na apreciação do novo traçado, e a differença entre a Belgica e Portugal.

A Belgica é servida por um proletariado relativamente illustrado, concorre brilhantemente aos mercados economicos, tem grande industria e possui educação civica que leva o proletario na defeza do suffragio

universal a não ter hesitações ao empunhar a espingarda da revolta ou a moça de liberdade conquistadas a troco da vida.

É assim que o proletario belga mantendo autonomia partidaria, construiu o partido socialista sobre bases unicas de cooperativismo que o Estado é forçado a respeitar se não quizer correr os riscos mais que provaveis d'uma sangrenta revolta.

Reveste por tal fórmula o socialismo belga um caracter muito particular, proprio do meio em que se adoptou e onde foi gerado.

Temos pois que o partido socialista belga, vivendo do cooperativismo que fornece trinta e dois contos de reis annuaes para a propaganda revolucionaria é caso único de não possivel adoptação em Portugal.

Aquí, quando uma cooperativa ou cooperativas fizessem perigar o Estado fornecendo dinheiro á revolta, não tardaria o apparecimento da lei destinada a dissolver immediatamente a associação perigosa para a tranquillidade das instituições.

E hão de convir que a revolta não sahiria a mostrar-se no Rocio em tal conjunctura. Esfomeados, miseraveis, sem abrigo nem trabalho, andam os operarios portuguezes á espera de protecção para apanharem *guias* que mais parecem passaportes de mendigos profissionaes costumados a pousarem nas estradas e a frequentar romarias concorridas.

A completar o quadro que não exaggeramos em tons pesados, vemos a indiferença glacial do proletariado pela associação de classe – única garantia de salvação – trocando a organização util e revolucionaria pelas exhibições de grande espectaculo, postas em scena para satisfação do primeiro S. João Chrysostomo, *bocca de ouro*, fazedor de discursos que surja o expectoar tropos inflamados.

É facil pois, afirmar que em Portugal, paiz de inercia e quasi geral indiferença, onde a *laracha* medra em substituição de trabalho seguro, é anti-revolucionario e consequentemente conservador propagar a ruptura de hostilidades entre os partidos avançados, anniquilando pela diffamação de homens e ideias alguns impulsos de boa vontade disposta a modificar o meio social.

Propaganda de tal quilate mais pertence á manutenção das instituições que ao engrossar da onda revolucionaria.

Se a expressão politica do socialismo é a Republica Social, como acreditar que um partido pobre de homens e de recursos, assente em organização ainda não solida, pode arcar com as tremendas responsabilidades historicas de abrir scisão nas avançadas democraticas e tomar sobre si o pesado encargo d'uma remodelação politica e social que d'antemão sabe não pode fazer?

A missão especial do partido socialista portuguez, está naturalmente determinada n'este momento de quasi absoluta ruina nacional, fomentar a maxima instrucção popular, diffundir principios de larga propaganda analytica ao povo operario, actuar politicamente no sentido de obrigar no mais curto periodo o partido republicano a cumprir o programma partidario. Assim, mantida com inteireza a autonomia partidaria, teriamos todos os que desejamos sociedade mais justa e egalitaria preparado o *final* por que anecemos.

Os fados, porém, vão contrarios e a *nova theoria* do isolamento socialista parece mais uma sollicitação ao Carmo para nos deixar viver que um programma digno e serio, merecedor de respeito e consideração.

Ha quem discorde d'esta orientação, affirmando medrosamente que a Republica havia de ser mais tyranna e perseguir os socialistas.

Ainda bem: abençoado regimen de repressão que obrigaria a uma reacção salutar. Debaixo de leis de repressões – á Bismarck – é que o socialismo allemão tomou mais pujança e tem sido ainda nos tempos de repressão que a Revolta mais se tem affirmado em todos os paizes e durante toda a historia.

A affirmação que citamos, garantindo a veracidade, dá a nota das aspirações d'alguns revolucionarios.

Não vão além do laço vermelho no casaco em dia de festa e o respectivo discurso á beira da *campa fria* do primeiro camarada que dá entrada nos cemiterios.

E está feita a Revolução Social.

## A NOSSA ATTITUDE

(A OBRA. LISBOA: N° 161 (1898), 13 DE FEVEREIRO, P. 1).

Começa a ser devidamente compreendida a attitude que vimos mantendo, criticando com independencia o que julgamos nocivo á vida do movimento operario.

Não nos admira o facto indicado.

Á primitiva resistencia, gerada pela paixão, succede a analyse fria e demorada a debellar as paixões de momento.

Partidarios da associação de classe e do centro politico para defeza e educação do povo operario, temos arraigada no nosso espirito a crença de jamais poderem ser dispensadas pelo proletariado as duas fórmulas de associação que preconisamos.

Unidas em fortes *federações locais*, as associações de classe muito teem a esperar do futuro se á união corresponder uma educação sã, despida de egoismos e falsos preceitos.

A demonstrar o que avançamos, basta indicar a *federação das associações* como a mais segura das bases em que tem descansado o movimento operario em Lisboa e Porto.

Embora uma ou outra vez sacrificados os principios de boa justiça, em favor de suggestões preponderantes, é certo que a organização do movimento operario portuguez só pode considerar seria e effcaz a unidade de acção produzida pelos laços e responsabilidades federaes, pesando sobre todos os nucleos associativos ligados federativamente.

Esta provado, pois, que na lucta economica o principio federativo tem offerecido as maiores vantagens.

Para desejar, seria, que o movimento politico correspondesse – áparte, exhibições espectaculosas – aos trabalhos das assembleas federaes.

Não succede assim.

O calculo d'alguns, levado a manter duradoura preponderancia e segura omnipotencia, tem evitado a diffusão de claros principios socialistas, aproveitando a ignorancia popular para facil apoio.

D'ahi: a mudança de traçados politicos, os desvios cooperativistas, a ausencia de lucta contra o Estado, terem passado sem protesto de maior, ainda assim consideramos benefica a sophistica dos *maus pastores*<sup>186</sup>.

Produziu alguma coisa: – a nossa attitude.

De principio, atacados com ardor pelos *habeis* antegosando a victoria, resistimos e ao final dos nossos esforços, muitos dos operarios já adestrados na lucta, vão confirmando com applauso de analyse propria que não faltava razão aos indicados como *discolos* e elementos dissolventes.

O tempo é grande mestre.

Já dissemos em periodo anterior que resistimos? Pois, continuaremos resistindo, aptos para o ataque e dispostos á defeza.

Em sacrificio aos nossos ideaes, dispensaremos tudo; em satisfação aos homens, não cederemos um passo.

Assim redigimos o nosso programma e temos fé em mantel-o.

Historiemos, porém os factos mais salientes, dados diante da linha de conducta que traçámos.

Criticámos a fórma irregular e impropria dispensada pelos operarios á votação plebiscitaria, no dia seguinte á manifestação do 1.º de maio.

Na vespera havia 40:000 consciencias com faxas, corôas e carretas, na urna encontravam-se 2:000 a 3:000 votos.

---

<sup>186</sup> *Os maus pastores* (*Les mauvais bergers*, 1897) é o título de uma peça de teatro de Octave Mirbeau. Um excerto do 4º ato foi publicado no mesmo número do jornal *A Obra* acompanhado de uma nota da redação, que dizia apenas pretender provar com ela «o seu espirito tolerante que deve ser divisa dos que luctam pela verdade e trasladar para as suas columnas uma obra d'arte social embora apaixonada na essencia mas correcta na fórma». Os *Maus Pastores*. 4.º acto – Scena 2.ª. *A Obra*. Lisboa: nº 161 (1898), 13 de fevereiro, p. 3-4; e Nota da Redação. *Idem*, ibidem. O excerto escolhido recorda o confronto entre Ernesto da Silva e Azedo Gneco na Liga das Artes Gráficas de 30 de maio de 1897.

Combatemos – e continuamos a fazel-o – o novo traçado politico firmado na diffamação da idéa republicana com proveito único do regimen monarchico.

Protestámos contra a propositada mudez socialista posta em fóco, quando o estado tentava fazer passar ruinosas propostas de fazenda.

Guerreámos com sobeja justiça a burla das empreitadas industriaes, creada para salvar homens que não hesitaram em desrespeitar o programma federal, que justamente condemna tão descaroadada exploração.

Indicámos ao proletariado os perigos nascidos do abandono das associações de classe pelas organizações cooperativas – mais destinadas a provocar egoismos que a prepararem consciencias.

Ainda recentemente em porfiada lucta, não deixámos que tomasse fôros de verdade a *nova theoria* – á portugueza – da indiferença operaria ante a intervenção estrangeira e para nossa satisfação não tardou que o projecto de exclusivos no ultramar, viesse provar ao povo ser preciso sair á rua em defeza das infimas migalhas que ainda hoje usufrue.

Dispostos intransigentemente ao combate, temos mantido a posição que preferimos, sem desfallecimentos ou hesitações.

Resta-nos perguntar ao povo trabalhador, gente de boa-fé e alma limpa, se a nossa attitude não tem sido digna das idéas que professamos?

D'antemão já a nossa consciencia respondeu, certa do cumprimento de dever sagrado.

Livres de tutellas deprimentes, affastados de convivios hypocritas, guiados pelo livre exame, sem pôr diques ao progresso dos companheiros de combate – ao contrario, fomentando o progresso do maior numero, temos caminhado serenos e firmes sem necessidades de desconfiança aos que nos acompanham.

N'esta orientação, continuaremos affirmando que o socialismo não conhece limites á expansão do individuo e faz da perfeição de cada um a condição indispensavel á felicidade de todos.

Eis a determinante philosophica da nossa attitude.





ZOLA<sup>187</sup>

(A OBRA. LISBOA: N° 162 (1898), 20 DE FEVEREIRO, P. 1).

Fallar de Zola é pôr em fóco o espirito moderno entusiasta e demolidor, aspirando á era de Justiça.

N'este momento não é um Homem que está fallando ao mundo civilizado, sentando-se no banco dos réus. Trata-se d'alguma coisa mais. A rotina, o privilegio, a hypocrisia, sommasdas na *rasão do Estado* que faz justiça á porta fechada, estão em cheque.

Que pede Zola?

Revisão!... Justiça!...

O mesmo grito se escapa do coração dos opprimidos e expoliados. Nós, tambem pedimos revisão á intimidade das constituições politicas que nos expoliam e condemnam á degradação da miseria, á tortura da fome e ás trevas intellectuaes.

Sim!... Tambem queremos sejam revistos os falsos codigos, as tenebrosas leis, procreadas pelo estado tyranno dos pobres, protector dos ricos, pae dos parasitas, algoz do productores.

Queremos Justiça!

---

<sup>187</sup> É este o primeiro artigo de Ernesto da Silva dedicado ao romancista francês. Um ano mais tarde descreverá a festa de homenagem promovida pelos operários tipógrafos, e em 1901 abordará a análise do novo romance, *Travail*, em duas críticas. Neste mesmo número de *A Obra* o jornal anunciava a publicação de um texto de Zola, sem indicação de tradutor. Vid. Sem-trabalho. *A Obra*. Lisboa: n° 162 (1898), 20 de fevereiro, p. 1; e Sem Trabalho. (Traducção). Idem: n° 163 (1898), 27 de fevereiro, p. 3.

Zola iniciou a grande obra. Acompanhando-o, quasi convictos de que se não trata do traidor Dreyfus, mas de muitos traidores, vemos, sorrindo, esboçar-se vagamente um Panamá de kepis e galões em que o *dever constitucional* é manto protector a mysteriosas infamias.

O militarismo, a Força, que fuzilou em Fourmies, massacrou a Comuna em 1871 e envenenou as fontes no Dahomey – para vencer o inimigo! – vae ser intimamente analysada e provar em derradeira desillução ao povo só poder confiar no proprio esforço para defeza da terra natal e impulsão ao progresso social.

Assim o Estado burguez sente-se agonisar.

Perdida a crença no exercito, esboroa-se o mais firme esteio da Iniquidade feita Lei.

A tanto, conduz a demolidora attitude do grande espirito que lega á arte moderna os *Rougon*. Feita luz, inteira luz, nos tenebrosos episodios que levaram um homem á ilha do Diabo, é talvez certo que a indignação dê logar ao nojo provocado na contemplação de indestructiveis factos, sobejamente demonstrativos da plena decomposição em que o Estado immerge.

Dentro da actual organização social tudo se corrompe, apodrece, fermenta, annunciando no rouco stertor a victoria d'uma grande Idéa, remodeladora do Presente no preparo do Futuro, que não tem barreiras, nem conhece limites.

No Palacio da Justiça, não se discute o exercito ou a França. Discute-se toda uma civilização falsa e convencional. Não se trata d'uma sociedade, trata-se de todas. O utilitarismo burguez, despido de moral sã e principios generosos, anniquilou com a Finança e a Machina os requintes de cavalheirismo e fatalmente conduziu no cumprimento da missão historica o Povo a vêr a necessidade de advento a nova era de Verdade e Justiça.

As ficções politicas e sociaes inventadas pela metaphysica burgueza que empalmou a revolução de 1789, esvaem-se como bollas de sabão. A mais poderosa das instituições – o exercito – ha de liquidar como a igreja liquidou.

Na Allemanha, Belgica, França ou n'outro ponto, os factos denunciantes da ruina do Estado são identicos.

Á burguezia restava uma arma poderosa, destinada a provocar as acclamações entusiasticas extorquidas ao povo no espicaçar do patriotismo.

O autor do *Germinial*, tornado instrumento de revolta, quis fallar em nome da Justiça, protestar, honrando a Liberdade e embotando a arma terrivel acariciada e mantida com cuidadozo affecto pelo capitalismo, deu começo talvez ao prologo da grande revolução emancipadora do proletariado.

Os governos fizeram espões assoldadados, encarregados de sinistra tarefa, a obra de Zola hade fazer Homens.

O Estado para assegurar-se tranquillidade, incumbiu o militar de substituir a espada pelo caderno das notas traiçoeiras e ao final finge-se horrorisado da traição!

Foi a causa e repugna-lhe o effeito.

O grande escriptor não fez assim. Analysou os homens, anatomisou as instituições, reconstituiu os elementos de prova e ao cabo da obra gloriosa não procreou bandidos e talvez liberte um condemnado.

Que differença entre o Estado e Zola.

Na titanica lucta, vemos um grande espirito a debater-se nas garras d'uma sociedade. O revolucionario a demonstrar, o Estado a emmudecer. Zola a avançar e o Estado a defender-se, tremendo do poderoso adversario.

Quem sabe se a *razão do estado* ao defrontar Zola, não sentiu falta dos carceres de Montjuick servidos pelo tenente Portas?

Os *direitos do homem* transformados em libras sterlinas e papeis d'alta banca, são susceptiveis de encarnar em Torquemada.

Liberdade, Igualdade e Fraternidade, legenda inscripta no portal das prisões – suprema ironia! – prosta-se reverente a deificar o Sabre, defensor do Ventre burguez, e esquece, a grande mãe: – Justiça!

\*

A onda da Revolta vae rompendo os diques. Não ha oppor-se-lhe.

Agora falla Zola, interprete de sagrado direito – A Defeza. Os protestos accumulam-se. A infamia da audiencia secreta, está a descoberto; amanhã, aumentará o numero dos atacantes e o criminoso – assim julgado – poder-se-ha libertar dos processos de moderno requinte inquisitorial.

A revoltante violencia do *buis clos* applicado ao transgressor dos codigos tem de ser abolida e o criminal usar do direito a affirmar á sociedade porque delinquiou.

É grande pois sob todos os aspectos a campanha do eminente roman-cista.

A fechar uma vida de improbo trabalho e defender e animar a revolta, libertando o espirito humano de torpes especulações creadas para gaudio da Igreja e do Estado, é consolador, ver um homem encarar sereno o perigo e desafiar altiva a obcecação e a torpeza dos especuladores, interessados na ignorancia popular.

Trabalho de molde a sollicitar um Hercules só nos possantes hombros de Zola podia assentar.

O Estado, braço dado com a Força, maneja, corrompe, impõe silencio, mas a obra justiceira fica de pé, perduravel, a attestar aos vindouros que n'este final de seculo se produziam grandiosos e puros rebates da consciencia offendida.

Progressivamente a luz vae surgindo. Os assobios e os apupos da populaça desorientada ou pouco escrupulosa, não cedendo passo a justo reviramento á causa da revisão.

Revisão!... Sim, revisão á constituição do Estado, feita na investigação das responsabilidades que pesam sobre o militarismo em que o povo via o honrado depositante da dignidade nacional, eis o que sahirá do portentoso esforço levado a termo por Zola.

Feita justiça, os proletarios de todo o mundo hão de convencer-se que a apregoada civilisação burgueza tem de ser substituida. A corrupção não poupa ninguem e urge dar á Humanidade nova moral para conquista do Futuro.

Atacado impetuosamente o Estado recolhe-se ao fundo da caverna como fera mal ferida, surprehendida por audacioso contendor. Não duvidamos. O Estado vae ranger os dentes e aguçar as garras, teimoso a evitar a claridade que o deslumbra. Pouco importa.

A obra dos padres, magistrados, financeiros ou diplomatas está em risco. Tanto melhor. Resta ao espirito moderno affirmando redempção, empunhar o camartello da Idéa e reduzir a escombros o solar da Iniquidade.

Operarios não faltam. Hoje é Zola, depois, outros, muitos outros, hão-de seguir-se a remover o entulho e picar as paredes da Bastilha que o militarismo proteje, os sacerdotes defendem e o capitalismo explora.

Germinal, sempre germinal!



## A PÔR TAIPAES

(A OBRA. LISBOA: N° 163 (1898), 27 DE FEVEREIRO, P. 1).

Suggere-nos o titulo extravagante a prosa de João Chagas no *Paiz* tratando da conversão.

Diz o director d'quelle jornal:

«Estamos em face do nosso maior problema – o problema da nossa existencia politica.

Ou elle se resolve a nosso favor, ou se resolve contra nós.

Se se resolve contra nós, podemos fechar a loja.

Esta é a verdade, que, no interesse de todos nós, cumpre desde já dizer»<sup>188</sup>.

Tambem nos assalta a duvida da patria portugueza pôr taipaes, liquidada a fallencia nacional por juizes estrangeiros.

De depredação em depredação, de corruptella em corruptella, fatalmente a *quebra* tinha de afirmar-se como factio indiscutivel.

Feita a *conversão* o Estado tem por mira manter-se e faz bem. Agora resta-nos perguntar onde pairam os inimigos das instituições que permitiram á monarquia jogar em desesperada cartada os ultimos recursos d'um povo.

---

<sup>188</sup> São as palavras finais que encerram o artigo. Vid. CHAGAS, João – Uma questão fundamental. *O Paiz*. Lisboa: n° 839 (1898), 24 de fevereiro, p. 1.

Sabemos. A pergunta é ociosa. Estão ali no *Seculo*, na *Folha do Povo* e outros locais, a protestar em câro de frades contra o degradante agônizar d'um povo, que esperam redimir a rufos de tambor na *feira-franca* do centenario indiano.

A monarchia cerceou as liberdades, esgotou o imposto, reduziu e envenenou a instrução popular, poz em pratica mil e uma formulas de corrupção e coacção e salvo protestos quasi isolados, os partidos a falta de educação civica não actuaram; tanto mais, quanto passaram a fraccionarem-se em pequenas emprezas industriaes, destinadas á venda de litteratura de dez réis, adubada com calculos interesseiros e desvergonhados.

Pouco a pouco a borbulha fez-se ulcera e quando era para desejar ver energia, força, crença, ao serviço do progresso nacional, encontramos em Portugal o singular aspecto d'uma multidão de ignorantes desconfiados a fazerem negação aos que desejam lutar.

Assim vae a vida dentro das fronteiras. E não é dizer – do mal é culpado tal ou tal partido.

N'um grande empenho de suicidio todos p[rocur]aram as determinantes do stertor que nos invade.

Agora, pois, n'um despertar que mais parece um jogo de empurrão, homens querem salvar a patria mas todos temem comprometter-se. A imprensa faz circular protestos e falla na urgente necessidade de mudança aos costumes politicos!

Como, porém, fazer uma conversão de costumes sem que a praça publica tome de tal tarefa a incumbencia?

Será possivel esperar a reorganisação da vida portugueza em moldes dignos e sérios, sem que a revolta venha estadear-se na rua?

Não acreditamos. D'ahi a improficuidade dos conselhos offercidos até agora por homens proeminentes: – affirmar ser possivel a revisão do orçamento sem lucha armada, é crença que não tem albergue em nosso espirito. Rever o orçamento, reduzir a despeza ao strictamente necessario, expurgar o thesouro de saques fraudulentos o mesmo é que decretar a agonia do regimen, disposto a defender-se – ao que parece.



Provado pois que a revisão orçamental é pura phantasia e o povo não está disposto a comprometter-se – seguindo o exemplo de conspicios varões – só ha um recurso: é pôr taipaes.

Pôr taipaes é n'este momento historico a expressão segura do abandalhamento moral a que chegámos.

Resta alguma sahida?

Affigura-se-nos existir, dado que aos homens de boa vontade de cada um partido sobejasse energia, capaz de acordar n'um impulso, toda a minoria intelligente e preparada a conhecer o perigo que nos ameaça.

Socialistas, ainda não vimos o partido essencialmente revolucionario que acompanhamos, tentar o mais leve protesto, indicar a mais insignificante solução.

Já não nos admira o facto.

Desde as propostas de fazenda que o vemos adormecido a saborear antecipadamente os louros da *communa livre* balouçada em ondas de rhetorica.

Esperamos que a Historia ainda venha a fallar sobre o caso enygmatico.

Será crível poder esperar-se que a *boa vontade* d'alguns, substitua a força de muitos, eliminando as desvergonhas collectivas?

Não podemos ainda affirmar com segurança. Ficamos esperando os acontecimentos.

Até lá, não collocaremos taipaes a despeito d'outros entenderem ser preciso fechar a porta.

Entre a fallencia completa dos partidos e a remoção da monarchia feita pela *essencia dos proprios acontecimentos* fiamos ser mais segura a segunda hypothese.



## AS COSTUREIRAS<sup>189</sup>

(A OBRA. LISBOA: N° 163 (1898), 27 DE FEVEREIRO, P. 1).

Ha muito conhecemos o assumpto. Não caso vulgar do patrão Ramiro<sup>190</sup> a explorar, ali, no Chiado, a anemia das miseraveis mulheres que trabalham dia e noite ganhando dois vintens. Conhecemos o caso na sua mais repugnante essencia<sup>191</sup>.

A mulher escarnecida a soffrer gracejos, a distillar miseria, a passar fome, a cegar na mansarda á luz do candieiro fumarento, estupidamente aborrecida, sem expressão de amor ou revolta, nostalgica d'um final seja qual fôr – á tortura da vida sem vislumbre de esperança.

Assim as costureiras passam dias, mezes, uma existencia curta, tão curta quanto permitem *lunchs* de queijo fresco ou fava-rica a restaurarem organismos debilitados.

A adoçar a vida registam-se alguns bailes de phylarmonica, quando muito uma noite de theatro, em beneficio a baixo preço. Nada mais.

O que fica, escapando-se da fugitiva alegria d'algumas horas de prazer, consomme-se na labuta permanente a costurar vestidos, colletes, peitilhos,

---

<sup>189</sup> Este artigo provocou algumas reflexões em Costa Goodolphim publicadas no jornal *A Obra* no n° 164, 6 de março, p. 3, sob o título «As costureiras». Neste mesmo n° 163, de 27 de fevereiro de 1898, sob a epigrafe «Costa Goodolphim», p. 3, explica-se que o jornal não pôde inserir um artigo em resposta ao texto de Costa Goodolphim.

<sup>190</sup> Trata-se da célebre casa comercial Ramiro Leão & C.ª, na altura na Rua Garret, 83 a 93, no Chiado.

<sup>191</sup> Ernesto da Silva conhecia, de facto, muito bem como trabalhavam as costureiras, vista ser esta a profissão a que se devotava a esposa.

gravatas, confecções, destinados á preservação de corpos que não trabalham mas vestem caro.

A costureira, mulher desviada á vida normal, carne sugada pelo capitalista a traficar com o luxo, resta pois, atavica de subordinação, sem um lampejo intellectual, sequer o esboço d'um protesto a encorajal-a, á mercê dos anafados directores de *atelier* azafamados na prompta execução a capricho burguez de fregueza que paga bem.

É meia noite?... Não comeram?... Já trabalharam quinze horas?

Pouco importa!... Faz-se um esforço. O corpo envelhece, a alma enruga-se, a *soirée* faz-se e o patrão ganha.

Os Ramiros compram predios<sup>192</sup>, grangeiam quintas, levantam *chabrets*, frequentam praias, são benemeritos elementos ao trabalho nacional – segundo a imprensa de circulação – ensinam ás filhas e as costureiras... anemisam.

Sempre foi assim!... Pensam as mulheres velhas tresnoutadas nos portaes á espera das filhas e os patrões boas pessoas a consultarem o *Caixa* – enquanto o subalterno fecha a porta.

Irmanados no pensamento, exploradores e explorados acceitam natural a fatalidade que já vem de longos tempos.

Quando virá a Revolta?...

\*

\* \*

Funda-se a associação<sup>193</sup>. Os primeiros gritos que o Desespero ensina, começam a fazer-se, em fraco balbuciar de quem acorda para a defeza.

---

<sup>192</sup> O estabelecimento comercial passou da Rua Nova do Almada, 113-115, para a Rua Garrett, 83 a 89, e a Rua Paiva de Andrada, 19 e 20, em 1891. Vid. publicidade em *A Vanguarda*. Lisboa: n° 10 (1891), 19 de março, p. 4, e n° 121 (1891), 31 de julho, p. 4.

<sup>193</sup> A Associação de Classe das Costureiras de Lisboa fundou-se por alvará de 28 de setembro de 1895. Vid. Gabinete de Estratégia e planeamento (GEP) do Ministério de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, disponível na internet: <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20das%20Costureiras%20de%20Lisboa>.

O patrão encrespa a fronte. É dictador. As subalternas são fracas, são mulheres, ha de vencer. Se fôra uma *cocotte* cara, prodiga em rendas nas cuecas, cedia.

Assim não; não vá dizer-se que um capitalista presta respeito á justiça e usa o coração fóra dos quartos suspeitos em que a honra não habita.

A victoria succede-se. As pallidas esfomeadas de hontem, lá estão hoje, mais escravas que nunca, promptas a julgarem inutil – na lição recebida – a mais leve tentativa de rebellião.

A indiferença, o habito readquirem os espiritos e um silencio pesado de esperanças mortas paira a dominar os impetos de protesto.

Não ha que ver, só na morte ha lenitivo a tanta dôr: tal, o raciocinio da infeliz, curvada largas horas sobre a costura ingrata que não mata a fome e dá logar a reclames de fabulosas reduçções no preço do producto.

O tempo porém ha de passar, a educação fazer-se, a revolta crear rai- zes e n'um dia a ajustar contas veremos que a existencia d'um Cesar não impede a sublevaçã dos escravos.

Então fallaremos sobre a equidade e justiça com todos os Ramiros.

Ruy

---

pdf Para favorecer a associação das operárias Ernesto da Silva publicou sob pseudónimo o texto dramático que viu a luz em *A Federação*. Vid. RUY – Folhetim do jornal *A Federação*. Á saída do atelier. (Entre costureiras). *A Federação*. Lisboa: n° 82 (1895), 28 de julho, p. 2-3, reproduzido em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo I. *Textos literários. Páginas de crítica teatral e teoria estética (1893-1903)*.



## A ULTIMA PROVA

(A OBRA. LISBOA: N° 164 (1898), 6 DE MARÇO, P. 1).

O movimento de protesto contra a conversão, viu offerer seguramente a ultima prova de politica vesga<sup>194</sup> seguida pela chefia socialista, desde que nos bastidores da politica foi annunciada a ascenção dos progressistas ao poder.

Até ali o movimento socialista fôra serio, meditado, provocando mais d'uma vez actos que lhe mereceram geral applauso.

Depois, tudo mudou. A trica prevaleceu á seriedade e assentando a infamia quartel-general no *Seculo*, não tardou a sordida cabala provocada por almas vis a manifestar-se á luz do dia, engendrando nos centros politicos ataques á reputação dos que não tinham feitiço para cúmplices, ataques que encontravam guarida protectora no jornal da rua Formosa. Assim, passou o tempo, vendo nós desfilar em sinistra e abjecta procissão todas as *habilidades* que os *franciscanos* tinham já posto em uso ao serviço da regeneração.

Inventaram-se processos de diversão ao verdadeiro objectivo da classe trabalhadora, sujaram-se reputações, torceram-se theorias e ao final desde o protesto contra as propostas de fazenda a maniversia ficou a descoberto.

Proteger a politica progressista, evitando quanto possivel o rompimento de hostilidades que *uma cousa* – não sabemos quê – procurava reprimir.

---

<sup>194</sup> Será este o título de um artigo posterior, o que demonstra ser uma expressão utilizada habitualmente por Ernesto da Silva e reafirma a autoria do autor destes editoriais. Vid. Silva, Ernesto da. *Politica vesga. A Obra*. Lisboa: n° 209 (1899), 5 de fevereiro, p. 1.

A respeito porém de encarniçados esforços, os protestos dictados pela consciencia popular teem vindo affirmando-se progressivamente.

Hontem foi o Centro Occidental, saltando honradamente as barreiras da falsa disciplina partidaria, que protestou isoladamente ao parlamento contra as propostas fazendeiras do progressismo, hoje é o Centro Socialista de Lisboa, reagindo energicamente contra o projecto de conversão que representa a entrada official da administração estrangeira na vida nacional.

A coroar obra tão bella temos o alliar á mudez do *conselho central* sobre assumptos de palpitante gravidade e exauctoração publica do *Seculo*, mais uma vez accusado de traição á causa do proletariado, a proposito da gréve Ramiro Leão<sup>195</sup>.

É pois diante da ultima prova que fallamos.

Não se lembra o proletariado que ha dois dias a chefia socialista affirmava ser a administração estrangeira uma *laracha* para enganar os ingenuos e quando fosse preciso os socialistas saberiam esmagar nacionaes e estrangeiros?

Pois bem. O orgão federal aconselha agora aos trabalhadores que protestem contra a conversão e acompanhem a democracia portugueza!<sup>196</sup>

Trata-se pois da ultima prova que a *Obra* tem de offerecer ao proletariado, demonstrando não ter errado nas considerações que ha muito vem fazendo.

Porque motivo se aconselha agora a titulo de esmola o auxilio dos socialistas, quando ha bem pouco tal factio era reputado a mais horrenda das traições?

Porque se affirma que o povo só vencerá quando tiver verdadeira força e se tem teixado estiolar o movimento operario, affastando os trabalhadores da verdadeira orientação revolucionaria que as associações de classe representam na economia e as idéas progressivas representam na politica?

---

<sup>195</sup> Num artigo anterior Ernesto da Silva denunciava a situação das operárias costureiras que trabalhavam para Ramiro Leão. RUY – As costureiras. *A Obra*. Lisboa: nº 163 (1898), 27 de fevereiro, p. 1. Nesses dias, um grupo declarara-se em greve. Gréve das costureiras. *A Federação*. Lisboa: nº 217 (1898): 27 de fevereiro, p. 2.

<sup>196</sup> No editorial intitulado O protesto patriota. *A Federação*. Lisboa: nº 217 (1898): 27 de fevereiro, p. 1.



Porque desde o primeiro movimento de lucta contra as propostas de fazenda, não iniciou um traçado proprio para se conduzir em tão delicada conjuntura, evitando quebra á autonomia partidaria e garantido a pureza dos ideaes socialistas?

São estas durissimas interrogações que temos a formular e formulamos, motivo para larga meditação.

Pois não podia e devia o partido socialista, tomar o seu logar na vanguarda dos luctadores, organisando manifestações exclusivamente partidarias, onde se affirmassem crenças superiores no Futuro e disposições de revolta no Presente?

Nem a desgraçada sahida da *falta de recursos*, pode garantir a fuga aos responsaveis dos acontecimentos que desorientam e desgostam o povo operario.

Quando á falta de recursos propios o movimento operario não podesse emittir opinião, bastava afirmar a sua adhesão aos trabalhos do partido republicano e sem mescla, altivamente, de consciencia tranquilla, garantir a pureza da ideia que representa na sinceridade do grito de revolta que vinha lançar na praça publica.

Certamente a honra partidaria ficaria mais immaculada a pedir justiça junto da burguezia democratica, que, retrahido, ser o socialismo cumplice silencioso dos progressistas tão burlões e devoristas como os filhos dos Passos. E não venha fallar-se em *comparsaria*, intencionado de expicaçar o orgulho proletario.

Demais é sabido que todos nós preferiamos manifestações nossas, mas, se tal não faziamos, era devido á falta de consciencia proletaria que promovesse recursos indispensaveis a taes actos de publica significação.

Pois não teria sido mais brilhante acompanhar em attitude de revoltados os que se revoltavam e tomarmos a responsabilidade moral de infames diatribes que na imprensa servil foram jogadas não contra os homens, mas, sim, especialmente alvejando a diffamação da ideia republicana em exclusivo proveito do regimen monarchico?

N'este ajuste de contas em que luz, muita luz, está surgindo, aconselhando-se hoje o que se repudiava hontem, é licito perguntar se o partido socialista não é revolucionario?

Creemos que sim. Tanto basta a pedir severas contas aos que após subtilezas e ardis escolhidos entre o que ha de mais ignobil, conduzira, o socialismo portuguez á triste situação de parecer traidor ao progresso social, única base em que podem repousar as mais caras aspirações dos trabalhadores que só esperam definitiva redempção na Revolução Social.

Agora, podem os nossos inimigos engendrar subtilezas e produzirem habilidades, que *A Obra*, pegando na ultima prova de nefasta politica a que foi submettido o socialismo portuguez, poderá provar – o que tem feito sempre – não a mover na lucta encetada senão o empenho de ver aureolado e resplandecente um ideal que jamais devia ser conspurcado – o socialismo.

Não phantasiamos, expomos factos: – affirmou-se que a intervenção não passava d'um *papão* para assustar desprevenidos e agora já se instiga a fingir desfastio que é indispensavel sair á rua a protestar contra o facto.

Quando fallavam verdade?

É assim que o povo perde a crença em idéas generosas, é assim que tudo n'este desgraçado paiz se transforma em lodo. Porquê? A uns cega-os a omnipotencia, a outros espicaça-os o interesse.

Nós já cumprimos o dever sagrado. Fomos á praça publica sem precisarmos licença para fallar, assim como dispensamos garantias de *papá* a podermos actuar como entendermos.

Quando a *disciplina* não assenta na *verdade* e no *accordo*, toda a guerra á disciplina é uma guerra santa.

De contrario os partidos são rebanhos e os chefes são pastores. Não gostamos do caso, preferimos todos homens.

Ficamos certos. *A Federação* já dá permissão ao protesto contra a intervenção estrangeira que surge embrulhada no projecto de conversão.

É a *ultima prova* de que não era *A Obra* quem deshonorava o ideal socialista, inoculando orientação viciada.

Não é preciso dizer mais.

## A NOSSA LUCTA

(A OBRA. LISBOA: N.º 165 (1898), 13 DE MARÇO, P. 1).

«Não sirva, pois a classe trabalhadora de escada para uma parte dos seus exploradores subirem ao poder e organise-se condignamente, para se impor aos poderes constituídos e á classe que se arroga a primazia de mentora e reguladora dos interesses sociaes, para que, de uma vez, acabem os charlatães politicos».

(A Federação, n.º 218)

A doutrina transcripta do órgão official do movimento operario, obriga-nos a considerações que não demoramos<sup>197</sup>.

Apesar de ha muito definida a nossa attitude, não é demais justificar-mos o motivo da nossa lucta contra a iniquidade capitalista e contra os homens que buscam conservar a actual situação, embora aparentemente se esforcem na defeza de generosos ideaes.

Animados para o combate, somos pelo Progresso contra a Reacção, pela Verdade contra o Embuste, pelo Livre Exame contra o Dogma.

Emancipados pela critica livre, de tutellas deprimentes e despresiveis subordinações, tendo por principio sagrado – *não mandar, nem ser mandado*, – trabalhamos com afinco no preparo da grande obra redemptora.

Defensores d'um grande Ideal que não é de ninguem e pertence a todos os revoltados, seguimos na estrada do Provir em caravana de pro-

---

<sup>197</sup> A nossa lucta. *A Federação*. Lisboa: n.º 218 (1898), 6 de março de 1898, p. 1. O artigo continúa o debate a propósito da chamada «conversão».

testo, tão sómente acautellados contra os quadrilheiros que a experiencia já nos apontou, aqui e ali, embocados nas dobras do caminho.

Socialistas, partidarios da liberdade do Homem na sua mais completa expressão, fomentamos o germinar da idéa, que nos enche o cerebro e retempera a alma. Convencidos que a Victoria ha de compensar nosso esforço em dia de final liquidação ao mundo burguez, temos de encorajar-nos a memoria dos que desde Babeuf<sup>198</sup> até ás victimas da *semana sangrenta*, souberam encarar de frente o perigo e produzir grandioso protesto na ousadia de santas afirmações.

Não tememos o Futuro; seja qual fôr a consecuencia do trabalho feito, certos estamos que a ultima fôrma de crystallisação da felicidade humana, deve ser mais superior, justiceira e perfeita, que a actual estructura das sociedades policiadas pelo Codigo, de guarda á Iniquidade.

Quem não fôr pelo *final*, só ambiciona explorar o *principio*.

Quem fôr socialista, ha de prestar culto á Liberdade nas suas mais absolutas conclusões.

Quem insultar o Futuro quer conservar o Presente, o Hoje, tão acolytado de infamias e vilanias.

Nas conclusões expostas reside o motivo da *nossa lucta*, contra os homens que fazem leis e contra as leis que deformam homens.

Sabemos que a *disciplina* sangra; mas, porque somos socialistas, repudiamos a *disciplina*. A *disciplina* em politica não é accordo é submissão a um homem ou homens e porque somos pela liberdade, não acceitamos algemas para os pulsos ou grilhões para o Pensamento.

Queremos respirar, não permittimos mordaças; queremos sentir, desprezamos mentores; queremos pensar, não acceitamos dogmas.

Encarcerar a Idéa é asphyxiar a Revolta e porque a Igualdade só pode resultar da lucta, submetter o Homem é aniquial-o para o combate.

---

<sup>198</sup> Babeuf é um dos pseudónimos com os que Ernesto da Silva assinava os seus artigos desde 1893 no jornal *Revolucionário*.

Talvez, em rapida digressão pela Historia, encontremos que só as idéas e nunca os *partidos*, determinaram o progresso da humanidade demandando dias mais felizes. Quando muito, os *partidos* são meros episodios evolutivos a equilibrarem periodos de transição de velhas para novas formulas de vida social.

Suggeriu-nos estas considerações o periodo transcripto do orgão federal.

Falla-se ahi em *charlatães politicos* e pede-se ao povo que não sirva de degrau aos seus exploradores!

E quando assim se falla ás ingenuas victimas da especulação politica, busca-se de porta em porta, no gremio dos representantes do mais refalsado opportunismo, o auxilio de *um* ou *outro*, que venha em traje de salvador publico – d'um debotado vermelho – estender mão protectora e desvelada aos que soffrem todas as vilezas e são roubados com todos os embustes.

Se nos curvassemos a disciplina, tinhamos de acceitar a muda cumplicidade do ignobil attentado.

Assim, não. Podemos gritar o alarme nas fileiras, como sentinellas surprehendidas, reconhecendo traição.

Talvez não seja ouvida a nossa voz. Resta-nos a consoladora garantia de não estarmos amordaçados.

Já é alguma coisa.

Pede-se ao povo conveniente e propria organização a garantir feliz exito na peleja encetada contra a exploração de *cima*, e recrutam-se luctadores entre a multidão dos caiseiros da Idéa, vendida a contado no balcão das conveniencias pessoaes!

Alto lá!... O ideal socialista não se vende aos metros nos mercados de grande circulação.

Que os ciganos da Consciencia levantem em nomada especulação, protectoras choupanas, não podemos evital-o; mas d'ahi até nos ludibriarem, impingindo *sendeiros*, mascarados de *pur sang*, vae um abysmo que não queremos transpor.

Incita-se o proletariado a lutar **só**, exclusivamente **só**; pede-se aos trabalhadores que se imponham «á classe que se arroga a primazia de inventora e reguladora dos interesses sociaes» e não ha hesitação em procurar os convívios mais suspeitos da *politica* e mistural-os com o povo!

É assim que hão de acabar de vez os charlatães politicos?

Mentira, impudente mentira. Assim, multiplica-se o já avantajado numero dos que no Rocio *politico* vivem de impingir á credulidade e insciencia dos desprevenidos os viciados ingredientes que não limpam, antes, mais ennodoam a alma popular.

Ao povo, porém, pertence a sua defesa. Observe os factos, medite nos acontecimentos, veja que as palavras contradizem os actos, e n'um impeto de colera salutar, não hesite em empunhar o tradicional chicote outr'ora jogado pelo Christo ás faces impudicas dos vendilhões com banca no Templo.

Seja forte, austero, digno, e se não póde ser Juiz, fuja de ser Victima.

Nós, na modestia do nosso baluarte, continuaremos a alongar a vista pelas planicies a satisfazer a intenção da nossa lucta: – animar os indifferentes, libertar os subordinados e prevenir os demasiadamente crentes.

Que, quando nós socialistas, marcharmos para a frente, saibamos ao menos quem são os nossos companheiros.

A evitar que um lobo pareça uma ovelha.

## A COMMUNA

(A OBRA. LISBOA: N° 166 (1898), 20 DE MARÇO, P. 1).

Passou durante a semana a maior data do calendario socialista: – o 18 de março.

Ainda e sempre, a data memoravel ha de acordar os echos da Revolta e animar as victimas a justa desforra de seculos de opressão.

Ao relembrar o facto grandioso da *Communa*, emmoldurada em ruinas fumegantes, tintas de sangue generoso vertido pela causa da humanidade, o Protesto acode do coração aos labios e encoraja ao cumprimento do Dever.

Que foi a *Communa*?

Um protesto! protesto d'um povo trahido, entregue á furia de inimigos impiedosos, avidos de rapina, sedentos de pilhagem. E o povo, a multidão anonyma, que não faz discursos e faz revoltas, refractario á tyrannia n'um momento de lucidez, impoz-se, arma na mão, á invasão dos de *fóra* e á traição dos magnates senhores do Poder.

Assim a Revolta irrompeu vibrante, quente, entusiasta, chamando a seu regaço, homens validos e estropeados, mulheres e creanças.

Todos combateram. Poucos faltaram ao rebate da hora de lucta em que Paris revolucionario, tentava escrever mais uma pagina gloriosa da Historia em nome da Liberdade contra a Traição.

Não é intuito nosso historiar os factos salientes do sangrento periodo, nem tão pouco determinar as origens provaveis da revolta que se afogou em sangue.

Dispensa-se a indagação. A *Communa*, sabemos, foi qual torrente estourando represas, a inundar uma planície onde florescia a Iniquidade.

Tanto basta á curiosidade, sobejando ao applauso.

O allemão sitiava Paris – o grande laboratorio revolucionario – e o inimigo de *casa*, politico e especulador, esperava o momento azado para chancellar uma derrota que devia ser primeiro degrau na escada do poderio e do mando.

Thiers<sup>199</sup> – o burguez – affagava na mente escandecida do Dictador o momento de perpetuar-se na memoria dos homens travestido de *salvador publico* e o povo, desgraçado e faminto, sem pão e sem abrigo, pedia armas para o Combate, confiado em bem morrer n'um ultimo grito de sagrado e revigorante entusiasmo.

Que succedeu? o povo que fôra roubado, foi trahido; depois, encarcelado, deportado, fuzilado, n'uma furia doida, á ordem de algozes temerosos do *veredictum* das victimas, aggrupadas em tribunal de consciencia.

N'um instante descalçaram-se as ruas, surgiram barricadas, tomou-se a defensiva e o calor enebriante da Idéa que ha já seculos vem minando a Sociedade, acariciou a classe dos revoltados.

Um brado ressoou e veiu repercutir-se mundo fóra: – Viva a Communa!

Então, os miseraveis sem abrigo e sem pão, uniram fileiras; esquecidos da Officina, aptos para a desforra, deliberaram escrever em ondas de sangue o prologo da final e grande Revolução Social, destinada a plantar d'uma vez a Igualdade e sem temor á morte, couraçados n'uma grande crença, de novo apavoraram o mundo estreito e aos parasitas que ainda não estava concluida a obra iniciada em 1789.

A *Communa* foi sem duvida o *prologo* da tragedia a que ainda hoje se não pode entrever o fatal desenlace.

A revolta de 1871 foi vencida, esmagada sem piedade sob os pés dos prussianos alliados dos francezes, ainda na vespera inimigos!... Não houve

---

<sup>199</sup> Adolphe Thiers (1797-1877), historiador e político, era o presidente provisório da Terceira República Francesa depois da queda do Segundo Império, quando teve reprimir a Comuna de 1871.



quartel; não importou o sexo ou a idade; creanças que desabrochavam, velhos que feneciam, juncaram o solo ensanguentado, salpicando de vermelho os escombros dos palacios roídos pelo fogo do monte Valeriano.

Em 1871 o Burguez foi inexoravel e hoje, por vezes, apavorado supplica Perdão!

Que pedia a *Communa*?

O municipio livre, a descentralisação de poderes, a melhor distribuiçãõ das riquezas, afirmando no derrubar da columna Vendôme o grande principio do amor entre os povos – a patria universal.

A Justiça não foi ouvida.

Na rua, encontravam-se no ardor do combate, homens illustres, almas sem mancha, Vallés<sup>200</sup>, Delescluze<sup>201</sup>, Flourens<sup>202</sup>, Rigault<sup>203</sup>, Ferrè<sup>204</sup>, muitos, muitos outros esperançados na victoria de justa reivindicacão. Em Versailles, homens sinistros mandavam a destruicão de Paris, possuidos de raiva feroz ante uma resistencia que só o Ideal podia manter.

O Burguez não luctava contra soldados a *pret*, defrontava-se com revoltados convictos do grande papel que tinha, a representar na Historia.

O sangue correu, as *vallas* atulharam de cadaveres, os carceres regorgitaram de prisioneiros e mais uma vez a *força venceu o direito*.

No exilio, longe da familia, á mercê do acaso, foi liquidar o *resto* da revolta.

A semente porém fóra lançada á terra e não tardou que a *Communa*, salvando as fronteiras da França, fosse lançar fundas raizes no coração

---

<sup>200</sup> Jules Vallès (1832-1885), participou na Comuna, foi preso e condenado à morte, mas conseguiu fugir. Exilou-se em Londres até à amnistia de 1880.

<sup>201</sup> Louis Charles Delescluze (1809-1871), jornalista e comandante militar, condenado à morte.

<sup>202</sup> Gustave Flourens (1838-1871), foi condenado à morte como líder da revolta.

<sup>203</sup> Raoul Adolphe Georges Rigault (1846-1871), jornalista, foi assassinado depois da Comuna.

<sup>204</sup> Théophile Ferré (1846-1871), jornalista, morreu fuzilado pela sua participação na Comuna.

dos que até ali temiam ensaiar um só grito de protesto contra a Tyrannia feita principio e o roubo mascarado de Direito.

A hesitação dos que soffriam submissos e passivos, affrouxou, o exemplo animou os timoratos e quando Thiers – o carnívoro – julgava ter exterminado os *lobos*, as *lobas* e os *lobinhos*, viu com assombro multiplicar-se o numero dos revoltados, dispersos em todo o mundo a continuarem o trabalho redemptor, que já tardou mais em ver a luz do sol.

Em 1871, ainda Thiers encontrou soldados promptos a metralharem seus irmãos de sangue; n'um futuro que não vem longe, talvez os despotas sustentáculos do parasitismo não possam tanto confiar na subordinação dos vassallos corrompidos na caserna.

A onda cresce. N'um caminhar constante a Idéa visita os campos, entra nos humildes albergues, frequenta as minas, transpõe as officinas e não esquece os quartéis, empenhada de libertar escravos e illuminar consciencias. É a natural germinação da semente que no 18 de março foi regada por vermelha onda de sangue generoso, preparando a final colheita em dourada e rica seara.

É o Passado a reproduzir-se no Futuro, mais promettedor e cheio de risonhas esperanças.

Thiers mandou matar?

A Revolta manda viver.

Tal a replica que a lição dos factos nos aconselha.

O Burguez transido de pavor, aconchega-se á roupeta e ampara-se á espada?

Baldado esforço, não tem salvação.

Quando soar a hora fatidica para o Privilegio, terá fim o festim babylo-nico e a legenda terrivel, pronunciando agonia, ha de resurgir a terrificar os desprevenidos e replectos convivas, ebrios de sangue proletario vertido em taças de crystal e ouro.

Então a rua povoar-se-ha de novo, os farrapos sairão a mostrar-se e os chuços vingadores riscarão nas paredes a passagem dos expoliados maltrapilhos, cançados de soffrimento sem esperança e de gemidos sem lenitivo.

A hora terá soado no espaço e a *Communa* resurgirá.

## AS COSTUREIRAS

(A OBRA. LISBOA: N° 166 (1898), 20 DE MARÇO, P. 1).

A proposito d'um artigo subordinado á epigraphe que reproduzimos<sup>205</sup>, enviou o sr. Costa Goodolphim um artigo que publicámos no penultimo numero<sup>206</sup>, annunciando discordancia fundamental no processo a empregar para a emancipação dos trabalhadores hoje victimas da exploração capitalista.

Entremos no assumpto.

Lamentando justamente a sorte das costureiras, pergunta o sr. Goodolphim se as operarias não podem montar officinas suas e libertarem-se da preponderancia patronal.

Seguindo, o sr. Goodolphim, aconselha ás operarias reunam pequenas quotas e fiquem esperando melhores dias, por quanto são enormes os milagres produzidos pela *cooperação* dos trabalhadores na lucta contra a iniquidade economica em que se baseia a sociedade contemporanea.

Accrescenta ainda o sr. Goodolphim:

«A cooperação, que nos primeiros tempos revestiu uma fôrma apenas previdente, é hoje mais alguma cousa; é uma transformação das leis do trabalho e que ha de reduzir o capital ao único papel que lhe compete.

---

<sup>205</sup> Eis que Ernesto da Silva se descobre na identidade de Ruy.

<sup>206</sup> GOODOLPHIM, Costa – As costureiras. *A Obra*. Lisboa: n° 164 (1898), p. 3. O artigo de Ernesto da Silva é a resposta ao texto de Costa Goodolphim.

O capital ha de perder a sua face exploradora convertendo-se em agente benefico e auxiliador. Será então esta a fórmula de se constituir uma sociedade justa e humana».

Facil é vêr na transcrição um impeto generoso filiado na escola de Roberto Owen embora destruindo a intenção do celebre cooperativista inglez<sup>207</sup>.

Para Roberto Owen, um dos precusores do socialismo scientifico e figura de maior grandeza do periodo utopico, o cooperativismo era um **meio** de attingir a sociedade communista, emquanto para alguns discipulos de Owen que deturparam a philosophia do Mestre, o *cooperativismo* passou a ser um **fim** de perfeição e progresso social.

Ao que parece o sr. Goodolphim, milita nas opiniões de remodelação economica que tem o cooperativismo como factor único e seguro do aniquilamento da exploração capitalista.

Sem demora em larga réplica, e dispensando a moderna orientação sobre o caso, basta indicar Marx, o fundador da *internacional*, que, apesar de já criticada e melhorando a sua obra, mais confiava na intervenção dos trabalhadores na lucta politica a fim de conquistarem inteira emancipação.

Quando Marx, depois de Owen, incitava á posse do Estado como único meio redemptor, não é muito que duvidemos da efficacia cooperativista a melhorar a sorte das classes proletarias. E a respeito de milagrosos exemplos... o cooperativismo portuguez basta a satisfazer a nossa analyse.

Affirma, porém, o sr. Goodolphim que a cooperação transforma as leis do trabalho e ha de reduzir o capital ao papel que lhe compete, obrigando-o a perder a sua face exploradora, convertendo-o em agente benefico e auxiliador.

---

<sup>207</sup> O dia anterior, nas festas em honra de «A Libertadora» Ernesto da Silva ofereceu uma conferência intitulada *Elogio historico de Roberto Owen*. (Lido em sessão solemne da cooperativa «A Libertadora» em 19 de março de 1898), que o jornal *A Obra* publicou no n° 166 (1898), 20 de março, p. 3. Vid. o texto em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo III. *Escritos políticos, conferências e discursos (1893-1903)*.

Se não fôra temor de importunar s. ex.<sup>a</sup>, desejavamos ser elucidados sobre a transformação das leis do trabalho e a conversão do capital em agente benefico, discutindo-se com proveito para os proletarios tão magno assumpto.

*A Obra* offerece gostosamente as suas columnas.

Emquanto á nossa opinião sobre a cooperativa a beneficiar as costureiras, basta apresentar o mais insignificante dos argumentos em contrario.

As costureiras não ganham apoz extenuante labor, sequer o sufficiente a attender ás mais restrictas necessidades; provado fica, que menos podem dispensar particulas de salario para novas aggremações, sem correrem risco de ficarem mais desprovidas de recursos e mais proximas da miseria e da morte... enquanto esperam dias mais felizes.

Ernesto da Silva



## O CORTEJO

(A OBRA. LISBOA: N° 167 (1898), 27 DE MARÇO, P. 1).

Eis o grave assumpto que parece impressionar vivamente o movimento operario.

Levantam-se protestos contra a annual exhibição do proletariado nas ruas largas da capital.

São fundados os protestos?

Vamos ver:

Assentemos primeiro que o cortejo do 1.º de maio, não é uma affirmacão de força proletaria, bafejada por um ideal de revolta: é tão sómente um *processo* para chamar gente ás fileiras socialistas<sup>208</sup>.

Assim, fica posta a questão com inteira verdade, desataviando de falsas roupagens rhetoricas um *caso de rua*<sup>209</sup>, sem maior valor para a emancipacão proletaria.

Foi como *procésso* que a idéa do cortejo surgiu, a fim de actuar no espirito operario de maneira a convencil-o praticamente dos beneficios nascidos da união e da solidariedade.

---

<sup>208</sup> Ernesto da Silva era muito crítico com a simples folga em que tinha derivado a comemoração do 1.º de Maio, e é esta ideia que se manteve no tempo. Na celebração da festa posterior à sua morte era afirmado que a combatia por não querer ver o seu nome «ligado a fantochadas». O 1.º de Maio. *O Dia*. Lisboa: n° 966 (1903), 1 de maio, p. 1.

<sup>209</sup> Ernesto da Silva recupera aqui o título com que versionara a tradução de *Un fait divers*, conto de Jean Richepin, que publicara em *A Obra* havia um mês. RICHEPIN, Jean – Um caso da rua. *A Obra*. Lisboa: n° 162 (1898), 20 de fevereiro, p. 2. O texto está reproduzido em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo». Tomo I. Textos literários. Páginas de crítica teatral e teoria estética (1893-1903).*

Depois que vimos? O proletariado portuguez, acompanhar a *festa*, fazer sacrificios a comprar corôas, salientar faxas vistosas, construir andores, e ao final dispensar a associação, abandonando-a; não assistir ao comicio e continuar – á portugueza – esperando milagres de libertação.

Salvo pois as fitas dos *chefes*, que d'anno para anno, teem augmentado em comprimento, valor e brilhantismo, o cortejo 1.º de maio nada trouxe de util para o movimento proletario.

Indicada e provada a inutilidade da exhibição annual, restava naturalmente aos dirigentes, defrontando as associações desertas e as idéas a *pedirem chuva*, pensarem em trabalho mais util á aspiração revolucionaria.

Não succede assim. Um homem, meditando com justiça sobre o estranho caso, produziu uma proposta de abstenção á festa da rua e tanto bastou a provocar rajadas colericas dos *festeiros* habituaes, temerosos de serem privados de mostrar á vizinhança da travessa onde pousam, serem *grandes homens* e possuirem faxas vermelhas susceptiveis de confusão com a banda da Legião de Honra.

Assim teem ido as cousas.

Agora surge um protesto. Ainda bem. Vem a tempo.

Os pintores da construcção civil, adherindo á *União*, pretendem não ser comparsas da peça apparatusa e justamente devem acompanhal-os na abstenção todas as associações da construcção civil.

Pois, será decente, sério, digno, apparecerem no 1.º de maio, homens a figurarem de *revoltados* quando durante todo o anno se deixaram afundar na miseria, faltos de solidariedade, provocando a agonia das associações e não correspondendo ao gigante esforço *d'alguns* conscientes?

Não será motivo de riso, ver muita gente formada em *revista de forças* e chegar ao comicio para não ver quasi ninguém?

Não será caso demonstrativo da impotencia da *festa* a formar consciencias, vêr 40:000 homens na procissão e no plebiscito ir encontrar 2:000 a 3:000 votos?

As interrogações que formulamos, saidas da analyse dos factos, são testemunho seguro que o cortejo só tem em mira estadear vaidades



pequenas, aproveitando o espirito nacional sobejamente dado a *larachas* espectaculosas com motivo de *arraial* ou *feira franca*.

Manda pois a seriedade da idéa socialista evitar alardes de força que não existe e de orientação que falta.

O cortejo, provado que não beneficia o ideal de revolta proletaria, deve ser posto de parte e substituido por manifestação mais consentanea com o espirito de revolta que deve guiar os trabalhadores na lucta contra o regimen burguez e capitalista.

Para quê teimar na sustentação d'um cortejo inutil, dispendioso e cheio de trabalho? mais vale então aproveitar a vontade dos que se desejam emancipar, conduzindo-os a trabalhos mais obscuros, mais proficuos para a causa proletaria.

Diz-se que o cortejo é a demonstração do progresso do proletariado como classe e como partido.

Burla, descarada burla, é tal affirmação.

No dia seguinte á festa, a burguezia, depois de deliciada com a exhibição dos pseudo-revoltados, constata que nas associações não ha gente e nos cerebros faltam crenças.

Os que são crentes e se indignam contra o soffrimento, organissam sessões, promovem comicios, e as salas e os recintos ficam ás moscas, enquanto os 40:000 *conscientes* do cortejo pairam nas ruas, esfomeados e sem trabalho.

Pede-se a união operaria contra decretos infames que obrigam os trabalhadores a serem menos que bestas de carga, aos empurrões de terra para terra, sujeitos ao caldo da policia e das misericordias, e ninguem apparece disposto a mostrar energia, sequer instincto de conservação.

Pode-se então affirmar que o cortejo do 1.º de maio é util ao povo trabalhador, fazendo-o mais solidario ou revoltado?

Não! Quem tal affirma, intruja, zomba, especula com o atavismo fogueteiro que caracteriza o povo portuguez, e conscio do exito pessoal na adulação aos sentimentos da maioria, faz por viver, esquecido de orientar com lisura.

Taes o factos em completa nudez de critica.

Os *festeiros* irritam-se, blasphemam, injuriam? Pouco importa. Os protestos pouco a pouco vão crescendo, e não tardará muito que a politica de grande espectaculo ha de ceder o passo á marcha regular, precisa, dos trabalhadores para a emancipação que só se conquista com a diffusão de ideaes generosos e com verdadeiras disposições de revolta.

A era dos *cortejos* tem de ser vencida logo que proletarios portuguezes, dispensando *festas*, procurem conquistar idéas.

## A TRAIÇÃO

(A OBRA. LISBOA: N.º 168 (1898), 3 DE ABRIL, P. 1).

Assim o sectarismo barbaro e inconsequente dos *festeiros*, classifica um acto de pura espontaneidade e livre critica.

Apreciando o programma provavel das manifestações do I.º de maio, julgou a associação dos pintores poder pensar e resolver consoante justo criterio sobre um dos numeros da manifestação.

Procedeu mal? Não julgamos: usou do direito sagrado de pensar a coberto de propria autonomia, resolvendo segundo seu parecer, sem quebra de solidariedade a essencia dos projectos commemorativos do I.º de maio, naturalmente recommendados pela *União operaria*.

Eis o caso:

A associação dos pintores adherindo á *União*, justificou com fundadas razões a sua não adhesão ao cortejo vistoso que da Avenida parte annualmente, caminho dos Prazeres.

Discordou d'um numero do programma, com o direito que uma pessoa ou grupo de pessoas tem de não gostar ou julgar inutil este ou aquelle acto.

D'ahi a guerra contra a associação que julgou o socialismo ter por base a liberdade individual ou collectiva, annunciando-se até em rajadas de rethorica e conluios de corredor, a interdicção dos pintores a fazerem parte da *União* e se a cabeça d'algum dos seus socios não foi pedida, vamos que não faltou vontade.

A colera *festeira* bradava aos echos que os pintores commetiam traição á causa revolucionaria das *agulhetas* dos chefes, traduzida em fitas de meio metro.

É aqui, aproveitando a classificação dada á attitude dos pintores, que julgamos dever discutir o caso.

Sejamos methodicos: – é **traição** os pintores não acompanharem um cortejo inutil, o que já foi provado com sufficientes razões?<sup>210</sup>

Estudemos os factos e analysemos *coisas* quasi esquecidas.

Vimos nós, ha mezes, os que deviam ser **orientadores** defender encar-niçadamente o regimen das **empreitadas industriaes**, usando e abusando da preponderancia pessoal que os trabalhadores teem consentido, a fim de passar em julgado uma *manobra* que só tinha por fim justificar um acto d'uma cooperativa.

Demais é sabido que a empreitada industrial representa o processo mais torpe e explorador, visando a maior exploração do misero produc-tor salariado.

Ninguem desconhece que a empreitada – seja como fôr – é condem-nada em absoluto pelos socialistas, desejosos de aniquilarem algumas causas de mau estar entre o proletariado, e mais, provocarem a solidarie-dade operaria posta em perigo diante da febre de lucro, que fatalmente tende a desenvolver-se a dentro do regimen de *quem mais faz*.

Porém, se considerarmos a empreitada industrial, encontramos aggra-vada a miseria do producer, explorado por um intermediario que para-sitariamente vem collocar-se entre *capital e trabalho*.

Assim, é de esperar que no regimen da empreitada industrial em que a exploração a quem trabalha, cria difficilimas condições de vida, por-tanto pessimas condições de subsistencia e conservação, a febre do lucro deve conduzir o proletario a extenuar-se na factura de trabalho mal pago, necessitado de conquistar o salario mais remunerador.

Posto por tal fórmula o problema, facil é concluir ser o operario obrigado a trabalho de tantas horas quanto possa executar, desejoso de encontrar,

---

<sup>210</sup> Vid. o artigo Associação do pintores. *A Federação*. Lisboa: n° 220 (1898), 20 de março, p. 2, onde Azedo Gneco qualifica de «traição ao povo operario» o facto de esta agremiação não integrar o cortejo do 1.º de Maio.

apoz largo espaço um *premio* remunerador e indispensavel ás mais urgentes necessidades da vida.

Vemos pois, que, os defensores das empreitadas industriaes, são fatalmente partidarios dos longos dias de trabalho a preço minimo.

Aqui começa o nosso espanto, apoz os raciocinios que transmittimos ao papel.

É *A Federação* – isto é, o seu redactor – decidido partidario das empreitadas industriaes, que já criticámos, que se arroja a fallar em **traição!**

Ouve então a boa-fé, sinceridade, theorias?

Sabemos. Agora é preciso tratar da *feira* e o defensor da theoria que na pratica conduz á maxima exploração dos operarios, sujeitos aos longos dias de trabalho, tem de garantir as *agulhetas* de chefe, mascarando-se de intemerato paladino do **dia normal de oito horas**<sup>211</sup>.

Hontem, a salvar uma habilidade de director cooperativista, proclamava-se o *beneficio* de bom trabalho a preço minimo; hoje, defende-se como *pose* revolucionaria a aspiração do **dia normal** que o congresso de Paris poz á consideração dos trabalhadores de todo o mundo.

Basta de comedia que já vae longa. Os trabalhadores querem propaganda sã, querem orientação segura e já vão a sentir-se cançados de tantas *piruetas*, até aqui feitas a salvo, na esperança do povo ingenuo mas pouco prompto a observação não dar por *isso*.

Chegou o momento azado de fazer luz e como tal é a nossa missão, aproveitamos o ensejo.

Não calunniamos, indicamos factos.

Quando é preciso ás peripecias da politica avessa, defendem-se determinados principios; quando chega o *dia solemne*, mudam-se as guardas á

---

<sup>211</sup> Título de um opúsculo publicado por Ernesto da Silva em 1896 com motivo do 1.º de Maio desse ano em edição conjunta com *O que é ser socialista?*, de Ladislau Batalha, em defesa do dia laboral de oito horas, o chamado «dia normal». BATALHA, Ladislau, e SILVA, Ernesto da – *O que é ser socialista? O dia normal*. Lisboa: Typ. do Instituto Geral das Artes Graphicas, s.d. Texto reproduzido em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo III. *Escritos políticos, conferências e discursos (1893-1903)*.

fechadura e depois de passar a *onda*, vae um homem para o gabinete a rir da ingenuidade dos que deixam passar *carros* e *carretas*.

É *politico*, mas não passa, affirmamos.

Não basta especular com o sentimento e manobrar com o atavismo da maioria, ha que ter responsabilidades e provar ao povo que se pretende orientar, não ser a Revolução Social *coisa* que se offereça e conquiste com escamoteações de prestidigitador *habil*.

Fica pois reduzida a **traição** dos pintores á  *festa* do I.º de maio a simples interrogação que temos a certeza encontrará resposta decisiva em todas as consciencias.

Qual é a maior **traição**: adherir á  *União operaria* e não tomar parte n'um cortejo que se prova ser inutil, ou defender, contra todos os principios socialistas o regimen das empreitadas industriaes, que condemna os operarios á maior exploração do capitalismo?

Sim!... Digam-nos onde está a **traição** ao pedido do dia normal?

## DA AVENIDA AOS PRAZERES<sup>212</sup>

(A *OBRA*. LISBOA: N° 169 (1898), 10 DE ABRIL, P. 1).

Parece haver motivo a querella entre os *que vão* e os que *não querem ir*.

Não querem *uns* ser figurantes, *outros* reclamam cortejo.

Afinal, não ha motivo a disputa.

A maioria falta de fervor que só a idéa transmite, deseja festa? A Política aproveita e faz procissão.

A minoria attrahida pela Reivindicação, protesta? A Revolta – exulta e sorri aos protestantes.

Na vulgarissima phrase – quem vae, vae; quem está, está; – traduz-se a Liberdade applicada ao *caso*.

*Uns*, avidos de Justiça, cheios de justificado Protesto, intimamente feridos na contemplação da iniquidade social, entendem ser desnecessario procissão a afirmar revolta e acordando para o combate, ficam por agora, espectantes, á falta de numero, impossibilitados de provocação e espectáculo que os binoculos burguezes com pouso nos palacetes da Avenida, se não dignariam complacentes, analysar nas minucias.

*Outros*, fartos de obscuridade, ingenuos talvez, infiltrados de utopismo, pensam assustar o Burguez e fiam que a Sociedade – a actual – abalada

---

<sup>212</sup> É este o último editorial de Ernesto da Silva como diretor de *A Obra* neste período. O texto vem precedido de um aviso assinado em Lisboa a 9 de abril de 1898 pelo próprio e mais Teodoro Ribeiro e José do Valle annunciando o abandono do corpo dos redatores após o número em curso. Ao publico. *A Obra*. Lisboa: n° 169 (1898), 10 de abril, p. 1. A colaboração com o jornal manteve-se, porém, até à morte.

quaes biblicas muralhas de Jericó, vae esboroar-se ao som das trombetas sitiantes.

Fica posta a questão; garantida a liberdade a todos.

Os *chefes* rompem na vanguarda e a multidão anonyma dos trabalhadores, segue-os, pacifica obediente, submissa.

Da Avenida aos Prazeres as victimas do inferno social seguem em ordenadas linhas, satisfeitos de provarem ao Burguez a importancia do crescido numero dos miseraveis que soffrem todas as torturas.

Estão no seu direito; usam da liberdade, sujeitando-se ao poder dos chefes.

Os *outros* – a minoria – que não tem motivo a festa e, mais confia da qualidade, dispensando o numero, espera paciente a agonia do cortejo e prepara-se para a Reclamação.

Assim, ninguém é traidor, e todos são livres.

Resta indagar. Quem vencerá? não hoje, mas amanhã, d'aqui a annos, no Futuro?

Os do cortejo? não cremos.

Os do cortejo, hão de ser sempre, a massa ingenua, confiada e pouco lida, que os chefes moldam a bel-prazer consoante as necessidades do momento.

Demais, que importa a um povo dado a exhibições festeiras, educado a foguetorio, desprovido de consciencia, ser o dia de amanhã cruel interrogação a que só responde o presidio da fabrica e o soffrimento do lar?

Haja festa rija. É quanto basta.

Organizações serias, idéas sadias, aspirações de revolta, são indispensaveis.

O que urge é juntar gente, muita gente, qualquer gente, em associações ou seja em *grupos*, fazer sacrificios e gastar centenas de mil réis, para que a imprensa gema a estampar nomes de manifestantes e dedicatorias de corôas.

O mais, vae tudo no melhor dos mundos possiveis.

Emfim, é faltal, tem de ser assim, já lá vem de traz.



Falla Benoît Malon:

«Diz-se que o homem esgota todas as forças do erro, antes de attingir a verdade; seria mais exacto dizer que nas realizações humanas a arte precede a sciencia.

Em virtude da mesma lei que, na serie logica, põe o sentimento antes do raocinio, as idéas innovadoras não podem jamais fazer a conquista das vontades e das razões, antes de terem tomado os corações e ferido a imaginação por um sentimentalismo ardente, uma arte captivante, e pelo desdobrar de esplendidas prespectivas. Não vos admireis pois, que antes de attingir as formulas actuaes, por vezes, precisas até á aridez, o socialismo – e tal foi a obra dos seus percursores (sic) de inspiração franceza – tenha passado pelas verdejantes veredas do subjectivismo utopico».

Está assim justificado o utopismo d'aquelles, que, julgam possivel a renovação social com bandeiras ou carros festivos.

Porém, não assiste direito á maioria utopica, manejada pelos *habeis* de qualquer epocha, a insultar ou duvidar da rectidão, dos que, olhos abertos á luz, já não teem logar n'alma a albergar illusões pueris que os *espertos* estão sempre promptos a explorar e manter, para segurança propria.

Assim a minoria, os que não vão á festa, são luctadores de todos os dias, febrilmente desejosos de augmento no numero das consciencias lucidas, sempre dispostos ao combate e aptos á diffusão dos melhores processos e mais justas idéas.

D'ahi o que se prova?

Prova-se, que pouco a pouco a selecção tem reunido os *melhores*, ligando-os pelo espirito, não, a festividades banaes, mas ao desejo salutar e grande de aprestar a evolução das forças, que em final embate hão de fazer surgir melhores dias.

Caminham pois nas avançadas filas dos homens dispostos a emancipação e emquanto *estes* são almas para sempre, os do *cortejo*, quando muito, são homens para um dia... de festa.

Hoje, carros engalanados, faxas vistosas, cestos de flóres, teem 40:000 adherentes; amanhã, associações desertas, idéas nenhuma e a pairar

tristes, na sombra das salas sem ninguém continuam os que protestaram, desconsolados, quasi descrentes, a pesquisar onde se esconderam os *festivos* camaradas, visíveis sómente em dias de gala.

Os dos *grupos*, andam sem trabalho a pedir esmola de terra em terra, os da associação, trabalham todo o dia e á noite não estão para *massadas*.  
Vão deitar-se, mais a familia.

Será *traidor* ainda, deante de tão desolador aspecto, aquelle, que á falta de companheiros irmanados na mesma aspiração, resolve não cooperar em farças inuteis á libertação desejada?

Não!... Affirmal-o é calumniar espiritos justamente revoltados em frente de tanta inercia, demonstrada a cada passo.

Vale pois querellar, disputar, encolerisar? Não. Por demais já o facto é conhecido.

Que fazer?... Esperar, infelizmente, que os utopicos se emancipem da tutela dos deformadores de consciencias e ir pouco a pouco, propagando formulas mais positivas e reivindicadoras, até que um dia possa refulgente brilhar em toda a plenitude o sol de nova era.

Quando o Burguez tomado de pavor, tombar na Historia agarrado ferozmente a privilegios seculares, então sim, motivo ha a cantos triumphaes, a hymnos de victoria.

Até lá, precisamos de aprender a ler, consultar os livros, marchetar ideaes no cerebro, dispensar os *pastores* – quanto possivel – e construirmos seguros baluartes defensivos, d’onde possamos jogar formidaveis arietes a penetrarem nas entranhas da Sociedade que não é mãe, porque abandona os filhos.

É menos vistoso que um cortejo, mas não auctorisa um escriptor a olhar-nos com justa ironia e dizer nos *Vermelhos*, tratando da gréve das costureiras.

«Reina, pois, a paz de Varsovia no estomago das que regressaram ao trabalho, sujeitando-se á esmola que o sr. Ramiro Leão lhes quizer dar.

A mesma paz, mais tranquillizadora ainda, impera igualmente no estomago das outras, – as que ficaram na *chômage* como exemplo de repressão

salutar e a quem um vasto movimento associativo que apresenta cinquenta mil homens em cortejos apenas soube dar, até agora, quer dizer, ha dois mezes uma irrisoria subscrição de 20\$000 réis! Vinte mil réis para dezenas de mulheres, durante mezes! E falla-se a essa pobre gente em protesto, em lucta, em reivindicção de direitos, quando a solidariedade de classes é esta e a assistencia operaria é isto!»

Este grito de protesto encontrará echo nos homens do cortejo que vae  
– Da Avenida aos Prazeres?

Duvidamos.



## CARTA-ARTIGO

(A *OBRA*. LISBOA: N° 173 (1898), 8 DE MAIO, P. 1).

Companheiros de *A Obra*: – Apoz a minha retirada da redacção do vosso semanario<sup>213</sup>, julgava não ter de voltar a questões pessoais e irritantes que não educando o proletariado, compromettem e bastante, a idéa socialista.

A respeito, porém, das minhas intenções, os acontecimentos obrigam-me a transigir, n'um empenho de legitima defeza acompanhada da elucidação ao proletariado portuguez.

Entremos no assumpto:

### **Define-se um homem...**

É conhecido que durante o periodo que redigi *A Obra*, mais d'uma vez ataquei de frente o sr. Azedo Gnecco, devido a flagrantes contradicções em que o mesmo *orientador politico* procurou jogar com a boa fé do movimento operario.

Sabido é, que o mesmo sr. Gnecco, salvo uma ou outra *facada*, jámais vem francamente á estacada dizer de sua justiça no que lhe convinha para confusão das minhas arguições<sup>214</sup>.

Esgueirando-se, *escovinha* aqui, *escovinha* acolá, deu-se attitude invulneravel, esperando occasião propicia para ferir.

---

<sup>213</sup> Ernesto da Silva abandonou a redacção do jornal *A Obra* a 10 de abril de 1898. Vid. SILVA, Ernesto da – Ao publico. *A Obra*. Lisboa: n° 169 (1898), 10 de abril, p. 1.

<sup>214</sup> Especialmente nos editoriais do jornal, que prova serem da sua autoria.

Surgiu o momento quando retirei de *A Obra*: isto é, na ocasião em que o meu nome devia estar a coberto de *golpes* á falta de elementos de defeza.

A correcção nos *processos* ou *bolas* – segundo o calão politico do mestre – parece não merecer grande apreço ao sr. Gnecco.

Vejamos o motivo do meu reparo.

No semanario *A Federação*, órgão das associações operarias, transformado pelo sr. Gnecco em vasadouro de habilidades e escamoteios politicos, de envolta como ataques odientos, viu a luz no 1.º de maio d'este anno o mais singular e infame attentado contra o meu humilde nome<sup>215</sup>.

Aquelle sr. Gnecco que não respondeu a justas arguições, mystificando e torcendo a opinião expressa em importantes documentos do movimento operario, reservou para o 1.º de maio, dia em que os jornaes proletarios teem mais avulsa extracção, para me sujar com ascoroso intuito.

Na verdade o *plano* denuncia o *politico* e define o homem: – esperar dia propicio á diffamação que possa inutilisar um adversario que protesta e incommoda.

Se pelo dedo se conhece o gigante, o facto apontado é bastante a indicar de quanto o sr. Azedo Gnecco é capaz para supprir, protestos importunos.

O libello apresentado pela *Federação* no 1.º de maio, procurando attingir o meu publico descredito, só conseguiu provar ao operariado portuguez que na minha vida partidaria só existe a **traição**, de considerar em 1898 inutil ao progresso do socialismo portuguez, um cortejo, que em 1896 ainda me podia impressionar e fazer confiar na utilidade de tal manifestação.

Felizmente nada mais ha de **traição**, e se existisse, certamente o operariado portuguez veria traduzida em letra redonda no dia da *feira do trabalho*, a minha abominavel conducta.

---

<sup>215</sup> Vid. Prova-se a traição. *A Federação*. Lisboa: n.º 226 (1898), 1 de maio, p. 4. O jornal reafirma as acusações de traição de Ernesto da Silva.

Tal não succedeu. Para alguma cousa serve a limpeza de mãos e consciencia.

Affirma porem o sr. Gnecco que foi *centro de acção reaccionaria*, pretendendo insinuar que majei contra tal cortejo, produzindo assim uma calumniosa affirmativa que emprazo o sr. Gnecco a provar ser verdadeira.

Despido de *habilidades* o secretario de *A Federação* tem de provar quaes os individuos por mim induzidos a protestarem contra a *feira*.

A intencional manobra do sr. Gnecco, visando-me, tem no fundo tanto de valor como a accusação de agente policial feita ha poucas semanas contra o jornalista republicano João Chagas.

Adivinha-se o mesmo calumniador.

Agora, a sangue frio; diga-me o povo operario se não tenho direito a reformar a minha opinião, tanto mais, quanto a tal *feira* mais serve á expansão de vaidades pessoases que á diffusão de idéas puras?

Affirma ainda o cavalheiro de que venho tratando ter eu asseverado em 1897 ser **palhaçada** a romaria aos Prazeres.

Mais uma vez mentiu.

Só é de lamentar ter durante largo tempo acreditado em tanto embuste. Paciencia!

É lição para o futuro.

Concluindo, o sr. Gnecco indica-me á colera dos proletarios e em letra gorda. A fazer effeito, apoda-me de traidor, devido á justa critica-me os factos que auctorisaram a produzir sobre a efficacia e consciencia que resultam do apparatuso cortejo do 1.º de maio.

O secretario de *A Federação* apoda-me de traidor?

Vou exhibir documentos e indicar factos recentes que põem a claro onde reside a **traição**.

1.º – O sr. Azedo Gnecco mais d'uma vez me affirmou ser o sr. Magalhães de Lima, o homem que no estrangeiro intrigava o movimento operario, e não obstante, não hesitou em 1898 reatar relações com o mesmo cavalheiro, mantendo solidariedade e defendendo a candidatura do mesmo sr. á já celebre comissão de *salvação publica*.

2.º – Também é certo apoz a mudança da séde federal para a rua do Bemformoso, ter o mesmo sr. Gnecco pedido a minha opinião e a de Theodoro Ribeiro, sobre a conveniencia de fazer parte do directorio do partido republicano – para o que fóra convidado, segundo dizia.

3.º – Está na memoria de todos a defeza feita na *Federação*, do condemnado principio das **empreitadas industriaes**, pelo mesmissimo Azedo Gnecco que abusou do orgão federal e atraiçou o programma da *Federação das associações de classe* em defeza d'um acto de que tinha a responsabilidade como director de *A Lusitana*.

Para prova vou extractar parte do n.º 12 do programma federal que diz sobre empreitadas o seguinte:

«Organização de tabellas de preços para os trabalhos de empreitada, como meio provisorio até á completa eliminação das empreitadas em todas as officinas, obras, estabelecimentos, misteres da mesma categoria ou industria; revisão periodica da taxa minima dos salarios e das tabellas de empreitada; abolição dentro das officinas, dos estabelecimentos industriaes, agricolas, commerciaes e outros dos trabalhos por **arrematação, de modo que entre o patrão ou o industrial, o commerciante ou qualquer empreza não haja outro explorador dos que trabalham, etc.**»<sup>216</sup>.

4.º – Pela posse de documentos que estou prompto a apresentar, quando julgue conveniente, estou habilitado a provar, ter sido feito um projecto de jornal diario socialista que deveria aparecer no 1.º de maio de 1893, caso tivessem bom exito as negociações entabuladas para tal fim com o sr. Socrates da Costa.

No projecto indicado lê-se na base 3.<sup>a</sup> o seguinte, que vou transcrever:

«Base 3.<sup>a</sup> – Defenderá todas as reformas democraticas, combaterá sem compromissos contra as instituições monarquicas: e ficará na opposição, em prol do socialismo, logo que o partido republicano seja poder.»

---

<sup>216</sup> Vid. também NOGUEIRA, César – *Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português 1871-1926*. Porto: Edição da Revista Pensamento, 1932, p. 41.



Assim, n'este jornal que se intitulava *A plebe*, mantinha o sr. Azedo Gnecco, doutrina inteiramente opposta á preferida, depois da ascensão do ministerio progressista ao poder, em que o partido republicano tem sido alvo escolhido ás diatrídes do secretario de *A Federação*.

Fico por aqui. É bastante, creio.

Agora o povo que julgue. Entre o modificar de opinião a proposito do cortejo do 1.º de maio e os factos apontados onde é que mora a **traição?**

\*

\*   \*

Desculpem-me meus amigos de *A Obra* ter-lhes roubado tempo e espaço, porém, fui obrigado a fazel-o.

Agradecendo-lhes a solidariedade, acceitem o meu agradecimento, emquanto fico esperando esperançado de não voltar ao assumpto.

Tenho mais que fazer.

Ernesto da Silva



## LEMOS DE CASTRO

(*A OBRA*. LISBOA: N° 174 (1898), 15 DE MAIO, P. 1).

Subita, a noticia veiu ferir.

Morreu o Lemos de Castro!<sup>217</sup>

Que dizer melhor do morto, senão reproduzir momentos intimos em que a alma é tudo e o homem – materia – nada.

Vou fazel-o, no intuito de mostrar aos proletarios um Espirito.

Ha dias escrevia o Lemos:

«Todos precisamos de ter um amigo, cuja sinceridade não duvidemos; é elle como que um repositorio do nosso pezar, das nossas dores, das nossas lagrimas, das nossas alegrias, das nossas tristezas, das nossas derrotas, dos nossos triumphos e finalmente de todos os nossos sofrimentos! Comnosco compartilham de tudo: – soffrem por nos ver soffrer, alegram-se por nos ver alegres. Mas encontral-os é o mesmo que procurar agulha em palheiro, – mas... espera, ahi tem a influencia da sua carta, parece que tambem já estou doente... Ora adeus!»

Em curtas linhas ficou a alma; resta o luctador.

«Nunca obedeci a preceitos escolasticos, não quero dizer com isto que não tenha um **norte**, supponho saber d'onde venho, para onde vou e o

---

<sup>217</sup> Alfredo Lemos de Castro era tipógrafo e militante da Liga das Artes Gráficas no Porto, da qual foi eleito secretario em 1892. *O Protesto Operario*. Lisboa: n° 496 (1892), 3 de janeiro, p. 2. Em 1893 foi de novo reeleito delegado á Federação das Associações de Classe junto a Eduardo Fernandes Pinto. *O Protesto Operario*. Lisboa: n° 545 (1892), 2 de abril, p. 3. Também *A Federação* fez eco da noticia e publicou uma necrológica. Lemos de Castro. *A Federação*. Lisboa: n° 228 (1898), 15 de maio, p. 1.

que quero. Com esta orientação – boa ou má – tenho feito procelytos para a Idéa que defendo, quero dizer: – para o Socialismo e n'isto está a maior recompensa que posso desejar por todas as fadigas e desgostos que possa ter. Não prego coisas que não sou capaz de fazer e em tudo o meu procedimento é a garantia da propaganda que faço.»

.....

Que dizer mais? Da ultima carta que Lemos de Castro me escreveu no mês passado, extrae-se melhor a biographia.

Oxalá tanta sinceridade e simplicidade, podessem servir de modelo.

A nós, os que luctamos, fica a impressão dolorosissima d'um camarada morto no combate, legando esposa e quatro filhos á recordação de amigos dedicados.

Mais: – A idéa socialista perdeu um combatente, eu, perdi um amigo.

Ernesto da Silva

## AO POVO OPERARIO

(A *OBRA*. LISBOA: N° 190 (1898), 11 DE SETEMBRO, P. 1).

Tendo o sr. Azedo Gnecco em resposta a justas accusações por mim feitas na *Obra* contra o mesmo cavalheiro – que reputo o mais ousado mystificador – encetado uma serie de artigos em que dizia poder provar a minha **traição** dentro do movimento operario; escrevi n’este jornal, que ficava esperando a conclusão das arguições do citado sujeito, para dar começo não ha minha defeza – que dispenso – mas a justos reparos que estava disposto a fazer.

Ate aqui o homem, calumniador emerito e *politico* sem pudor, ejaculou uns insultos e confusos *artigotes* em que a mystificação dá o braço á desvergonha.

Porém, ha talvez cinco semanas, que subitamente – sem prévio aviso – abandonou o grato trabalho da minha *demolição*.

Estranhando o facto, volto a emprazar o sr. Azedo Gnecco a que diga tudo quanto possa a provar a minha **traição** ou no caso de esgotamento cerebral, declare francamente estar finda a gloriosa campanha de infamia.

É simples o motivo do meu desejo: caso a campanha ignobil tenha findado, julgo não dever descer á discussão de nojentas e transparentes calumnias já publicadas; no caso contrario, continuarei esperando o fecho da desvergonha para definir d’uma vez o já celebre energumeno que pretende sujar-me, porque o desprezo.

Fica assim prevenido o povo operario: ainda estou esperando as finaes accusações do abjecto adversario, para responder ás arremetidas, caso pareçam ter valor e merecer discussão.

Procedendo por tal f3rma, previno-me contra a *habilidade* do politico, que esperava talvez a minha prematura sahida a terreiro (esperançado de encontrar assumpto que lhe foge) promovendo assim a confuss3o no espirito dos proletarios.

Porque 3 preciso saber: em geral os mystificadores vivem da confus3o. Escapam mais facilmente 3 justica dos illudidos.

Ernesto da Silva

## BENOIT MALON

(A OBRA. LISBOA: N.º 191 (1898), 18 DE SETEMBRO, P. 2).

Passou na terça feira 13 de corrente, o 5.º anniversario da morte do illustre socialista francez.

É pois, um dever sagrado recordar a data em que se finou um dos mais ousados e geniaes pensadores que ennobreceram o espirito reivindicador do seculo prestes a findar.

Benoit Malon – apesar de quase desconhecido em Portugal – foi sem duvida n'este final de seculo um espirito superior que sobremaneira honrou a causa do proletariado.

Aos 49 annos, pastor analphabeto, Malon cheio de perseverança, ardendo ao sopro sagrado do ideal revolucionario, morreu merecendo na França intellectual o cognome de **Mestre**<sup>218</sup>.

Tanto basta a aquilatar a grandeza intellectual do extincto caudilho socialista, que por muitos caracteristicos, revelavam a par de superior pujança intellectual, uma alma pura, aberta aos grandes e generosos sentimentos.

Benoit Malon affastado das encruzilhadas politicas, serviu melhor a Humanidade na modestia do gabinete que se preferira, a futeis e ruidosos sucessos de uma ephemera popularidade expressa em boletins de voto.

---

<sup>218</sup> Ernesto da Silva erra na contagem dos anos de Benoît Malon, visto ele nascer a 23 de junho de 1841, e morrer a 13 de setembro de 1893. À morte, o célebre militante operário francês tinha, portanto, 52 anos.

Honesto, generoso, bom, livre espirito, nunca Malon poderia nutrir a vulgar ambição de commandar homens ou interferir nas aventuras torpes dos corredores parlamentares.

No socialismo moderno, só em Kropotkine – um grande genio e uma grande alma – podemos encontrar um pensador da estatura moral e intellectual do fallecido Malon.

Affirmam-n’o os dois monumentos do socialismo: – *Socialismo Integral e Conquista do Pão*.

Mais que livros, as duas obras citadas são a expressão inteira de duas almas de fino quilate, sentindo as dôres dos proletarios escravizados e affirmando a justiça do Protesto em indestructivel documentação científica.

Felizmente, Kropotkine ainda vive<sup>219</sup> e n’este momento recordamos os mortos.

No moderno socialismo é Malon quem mantem a essencia libertaria do socialismo francez, brilhantemente anteposto á sêcca doutrina do socialismo allemão, militarista e dogmatico.

Na *obra* de Malon, não ha ferocidade escolastica, repudiando-se o dogmatismo enervante e anti-progressivo, desejoso de pôr barreiras á analyse do Presente e á aspiração do Futuro em favor da vaidade pessoal de *chefes* dementados, que julgam poder caber as reivindicações sociaes em nova formula de dourada tyrannia.

Os socialistas querem a Liberdade sem restricções, completa, integral, não podem curvar-se a concessões de homens; reivindicam a vida natural que dispensa mentores procreados no artificio de auctoritarias civilisações, incompativeis com a mentalidade moderna.

Malon ensinava assim:

«Superior a qualquer partido deve fluctuar indisciplinado, vivo, progressivo, o espirito brilhante do *livre exame*, demandando mais intensa luz e larga justiça.»

---

<sup>219</sup> Piotr Kropotkine nascera a 9 de dezembro de 1842, vindo a falecer a 8 de fevereiro de 1921.



Flagrante contraste com a doutrina torpe dos conductores de homens, especuladores da ignorancia em que assentam ignobil poderio, proclamando sem pudor:

«Mais vale soffra um innocente que perigue um *partido*.»

Do confronto resulta brilhante a grandeza do pensador que faz derivar o progresso, da liberdade de critica, enquanto os pseudos revoltados filiam na *razão de estado*, applicada a um partido, a garantia do ideal emancipador.

O motivo da differencial doutrinaria resulta facil a breve anatomia do sentir.

Malon era uma Alma voando para o ideal; qualquer pygmeu do sentimento, é um Homem esperançado de engrandecer-se, erguendo a soberania sobre o dorso dos escravos ainda não aptos para a Revolta.

Assim, porque Benoit Malon foi um revolucionario honesto que a propria critica de Jules Vallés<sup>220</sup> soube respeitar, ficará a luminosa figura vivendo eternamente no coração dos opprimidos que poderam comprehender o trabalho feito na demolição da Iniquidade.

Homens como Malon não dirigem *partidos*, perpetuam-se no espirito dos que soffrem e deixam á Historia exemplos brilhantes, inconfundiveis, impossiveis de misturar com baixos processos de dominio e nulla glorificação, incapaz de resistir ao Tempo.

Recordando Benoit Malon, indicamos ao proletariado o nobre espirito que fugiu á Vida, não sem deixar valiosas paginas de encorajamento ao proletariado universal.

Exprimindo a nossa magua na recordação do 13 de setembro, fiamos virá o dia em que o Portugal proletario conhecerá melhor a obra do glorioso espirito, extincto ha cinco annos.

E.

---

<sup>220</sup> Jules Vallés (1832-1885) participou na Comuna de Paris e por isso condenado à pena capital em 1872, embora conseguisse se exilar em Paris. Esteve vinculado a Zola e a outros autores seus contemporâneos, como Séverine e Jules Renard.



## ESCOLHIDOS E REPROBOS

(A OBRA. LISBOA: N° 199 (1898), 13 DE NOVEMBRO,

P. 1-2).

Talvez pareça titulo a melodrama de situações arrojadas? Réclamo a romance de caderneta? Não é assim.

Trata-se d'um factu. Revestido da maior gravidade é tambem symptoma do descalbro moral em que se afunda a sociedade portugueza.

Analysamos a campanha dos *jornalistas* em pretendida defeza d'um collega, alcançado pelos rigores da lei de 13 de fevereiro<sup>221</sup>.

Justamente ferida e alarmada a opinião publica pela prisão do redactor da *Lanterna*<sup>222</sup>, julgou poder esperar a mesma opinião, surgirem brilhantes impulsos de indignação e solidariedade nas fileiras jornalisticas, disputando-se encarniçadamente numa victima ao martyrio e proclamando-se em nome da Justiça a derogação d'uma lei que nem mesmo nos seus intuitos sociaes a atrazada civilisação portugueza justifica.

A expectativa falhou.

Assim, temos, apoz demorada elaboração de requentado protesto, que a Associação dos jornalistas já se manifestou sobre o caso grave.

---

<sup>221</sup> Refere-se à «Lei de 13 fevereiro de 1896, estabelecendo as penas applicaveis aos anarchistas, e auctorizando o governo a augmentar o quadro da policia civil de Lisboa». *Diário do Governo*. N° 37 (1896), de 15 de fevereiro.

<sup>222</sup> *A Lanterna* (1898-1899), de Lisboa, veio substituir *O Paiz*. O director era João Chagas, e um dos redatores António França Borges. O jornal, como também *Vanguarda* e *Jornal do Comércio*, recebeu aviso, a través de França Borges, de o governo ter resolvido não permitir a publicação de quaisquer «apreciações injuriosas» sobre o conflito entre a Inglaterra e os boers. De nossa justiça. *A Patria*. Lisboa: (1899), n° 253, 9 de novembro, p. 1.

Vejamos o fructo da penosa gestação.

«A Associação dos jornalistas, aprovando o procedimento da sua direcção, resolve:

1.º – Incumbir a sua direcção de instar junto do governo pela publicação de um decreto ou portaria interpretativa, que, de uma vez para sempre, estabeleça que a lei de 13 de fevereiro de 1896 não pode ser invocada para a punição de simples abusos de liberdade de imprensa;

2.º – Que a mesma direcção inste com o governo para que, por intermédio dos respectivos agentes do ministério publico, promova desde já a suspensão de qualquer procedimento por parte dos mesmos agentes fundado na lei de 13 de fevereiro de 1896 contra o sr. Antonio França Borges.

3.º – Que ainda a direcção da associação continue as suas diligencias para obter a revogação da lei de 13 de fevereiro de 1896, que constitue um perigo, nas mãos de magistrados facciosos, para quantos combatem na imprensa por levantados ideaes de justiça e de reforma social.»

Visto o documento, resta um *premio de consolação* offerecido no 3.º periodo aos que na imprensa fazem protestos de reforma social.

Nada mais.

A lei iniqua, barbara, sequestradora, que permite a eliminação d'um ou mais homens como nos tempos idos do despotismo feudal, essa, sim, pode ficar na sua essencia a affirmar que a Bastilha derruida pelos *pés-descalços* poude substituir-se ao final do seculo XIX pelas febres dos sertões africanos.

Mas... Ainda um mas!... A provar que os jornalistas portuguezes não são movidos por impulso de santa cruzada em favor das liberdades individuaes cruamente offendidas, vemos que a miserrima e quase irrisoria compensação offerecida pelo 3.º periodo da proposta apresentada, não conseguiu ser votada, substituindo-se pela *melhor* doutrina que segue:

«3.º – Que ainda a direcção continue as suas diligencias para obter a modificação, no que respeita a delictos de imprensa, da lei de 13 de fevereiro de 1896.»

Assim, completa a intenção dos jornalistas, a multidão vê claro a cobardia de uma classe a antepor esperanças de lucros tentadores em notícias sensacionais, á grandeza da Justiça tão impiedosamente flagellada pelo texto da lei de 1896.

Os jornalistas portugueses não querem a derrogação da lei de 13 de fevereiro, que por arbitraria e tyrannica pode permittir a condemnação de innocentes – alvo a feroz vingança.

O jornalismo deseja – sómente! – a garantia de vender o *papel* sem embaraços fiscaes.

Ficou provado.

Em Portugal – vergonha, das vergonhas – não podia promover-se a revisão Dreyfus. Os *directores* da opinião publica, ignobilmente utilitarios, esquecer-se-iam do desgraçado innocente em tortura na ilha do Diabo, á falta de ideaes generosos gerados em almas puras.

O caso França Borges offerece motivo a largas considerações.

Pela documentação offerecida na indignação jornalistica, vê-se o reservado intuito de construir protector refugio ás infracções da lei de fevereiro de 1896 em mero proveito pessoal.

Urgente, preciso, inadiavel, é vender a edição sem perigo de vigilancia policial – tal o intimo desejo dos protestantes.

Sempre os mesmos – salvo rarissimas excepções – já no congresso se definiram os *orientadores* da massa popular, discutindo franquias e taxas postaes ou telegraphicas em favor ao cofre das emprezas.

Questões grandes, generosidade de sentir, impulsos nobres, não teem logar na imprensa *fim de seculo* que faz da Idéa um balcão, vendendo prosa como nas feiras se vende bacalhau albardado.

É assim, que podemos julgar a estas horas os *protestantes* esfregando as mãos contentes e jubilosos por encontrarem na má-sorte d'um collega, motivo a fazer vingar a aspiração ha tanto contida da proveitosa especulação das noticias que por vezes o telegrapho transmite.

A associação dos jornalistas provando o egoismo emprezario, esqueceu-se das victimas já existentes e das que podem seguir identico trilho, e, avida de

proventos e impunidade, não duvidou em reclamar que dentro da lei de 13 de fevereiro pudessem existir *escolhidos e reprobos*.

*Reprobos*, as infelizes victimas sociaes; *escolhidos*, os que arrecadam proventos extorquidos á especulação da curiosidade publica, emocionada em tristes desenlaces de pavorosas agonias moraes.

Temos pois, que o intellectual portuguez faz sua differença d'aquelles que em França se chamam Bertrand Lazare, Octave Mirbeau, Séverine, Emilio Zola e tantissimos outros capazes do ultimo sacrificio em defeza da Justiça e da Liberdade.

A augmentar o nosso espanto, vemos ainda que na reunião dos *jornalistas* não faltou quem soubesse quanto é injusta a lei de 13 de fevereiro.

N'essa reunião esteve o auctor da *Obra internacional*<sup>223</sup>, que fallando em Jean Grave, uma das primeiras figuras do anarquismo francez, diz na sua obra, referindo-se á visita feita á mansarda onde tem morada o illustre escriptor:

«É ali, n'aquelle cubiculo, que mora Jean Grave, o sapateiro e o apóstolo. Apesar das suas idéas avançadas e revolucionarias não ha um unico observador, em França, que não preste homenagem ao seu talento e ás suas intenções. Em Portugal, onde as ideias humanitarias não lograram ainda penetrar os espiritos é moda fallar-se n'estes *theoricos* com desdem. Nem isso é para admirar, n'uma epocha e n'um paiz de mercancia vilissima como aquelle em que vivemos, pela minha parte, devo, porém, dizer que são precisamente esses *theoricos* e esses visionarios os unicos representantes da fé, da bravura e da abnegação de outras eras e os unicos tambem que me merecem respeito e consideração. Com que saudade eu recordo os meus primeiros tempos de lucta e com que orgulho celebrei a minha

---

<sup>223</sup> Trata-se de Sebastião de Magalhães Lima e da sua obra intitulada *L'ouvre Internationale*, publicada em Paris pela editora V. Giard & E. Brière, em 1897. A edição em português deve datar, ao menos de um ano antes, porque será o proprio que ofereça a Ernesto da Silva um exemplar, que o obsequiado agradeceu com uma crítica publicada em *A Federação* a 13 de setembro de 1896. Vid. SILVA, Ernesto da – *A Obra Internacional. A Federação*. Lisboa: n° 141 (1896), 13 de setembro, p. 1, reproduzido em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo». Tomo III. Escritos políticos, conferências e discursos (1893-1903)*.

visita á mansarda de Jean Grave! No meio do desmoronamento geral, onde tudo se aquilata e mede pelo mesmo interesse grosseiro, sirvam de consolação a todos aquelles que, como nós, possuem um ideal e uma fé!»

Pois bem. O *jornalista* Magalhães de Lima, auctor das palavras transcritas acima, assistiu á sessão dos *jornalistas* e não provou ser impossivel a existencia em Portugal a Jean Grave, Sebastien Faure, Zola, Mirbeau ou Lazare, dada a execução da lei de 13 de fevereiro.

E fallam estes *jornalistas* em interesse grosseiro e mercancia vil, já esquecidos dos impetos justicieiros de madame Sorgue<sup>224</sup>!

A questão está posta.

Os *jornalistas* reunidos em sessão, não quizeram defender a Liberdade nem o Direito.

Aproveitando a justissima defeza d'um collega, victima da applicação da lei de 13 de fevereiro, não hesitaram na protecção a baixos interesses pessoaes, esperançados que a má organização social possa permittir o usufructo de *reportage* sensacional. Depois, fugindo á responsabilidade de futuras infracções, procuraram espantar phantasmas perturbadores de somnos tranquillos e forjaram a theoria estranha de na mesma lei poder existir duplicidade de interpretação para uso de *escolhidos e reprobos*.

Assim, reduzida a devidas proporções a intervenção dos *jornalistas* em favor do redactor da *Lanterna*, ficamos certos que prestamos um serviço, desmascarando intuitos ignobeis que procuravam acobertar-se com falsa douradura de solidariedade.

Babeuf

---

<sup>224</sup> Antoinette Cauvin, mais conhecida como Madame Sorgue (1864-1924) visitara havia pouco Lisboa junto a Eugenio Chiesa, redator de *Avanti!*, e Gastonne Chiesi, da redação de *L'Italia Populo*, numa reunião organizada pela Federação das Associações de Classe, na sua séde. Ao acabar a sessão, a Liga da Artes Gráficas ofereceu aos visitantes um exemplar de *O Capital*, de Ernesto da Silva. Vid. Sorgue, Chiesi e Chiesa. *A Federação*. Lisboa: n° 248 (1898), 2 de outubro, p. 1-2; O sarau socialista da Federação. *O Paiz*. Lisboa: n° 69 (1898), 30 de setembro, p. 2.





## O MOVIMENTO OPERARIO I

(A OBRA. LISBOA: N° 203 (1898), 11 DE DEZEMBRO, P. 2).

Provoca-nos á reaparição a suggestiva leitura do ultimo *fundo* publicado na *Voz do Operario*.

Systematicamente affastado da lucta accesa entre diversos interesses, baixas intrigas e notavel mediocridade, só o articulista da *Voz* poderia attrahir-me á liça, proclamando em estylo de especulador anti-semita o pregão ou *guerra santa* habilmente disfarçado – á *padre!* – contra prova-veis protestantes que seja preciso confundir com elementos menos dignos de consideração nas fileiras operarias.

Assim á laia de lamentação pela decadencia do movimento operario portuguez, escapou na *Voz* – quem sabe? – a voz do commando passada em segredo, decretando a carnificina a operar nos *descontentes*.

Emfim, a *Voz* é tida por jornal sério, e sentimos prazer em podermos indicar tambem n'um rapido estudo feito a largos traços, algumas notas historicas sobre as diversas phases de progresso e decadencia do movimento operario iniciado em 1872, apontando uma ou outra determinante que nos pareça ter sido motivo á situação difficil tão deplorada pelo articulista da *Voz* – e tambem por nós.

Oxalá o despretençioso trabalho que encetamos possa servir á elucidacão dos poucos que – a valer – se interessam pelo são desenvolvimento das idéas socialistas em Portugal.

Em tão pouco se resume a nossa singela aspiração.

É pela reflexão do movimento da Comuna, que o socialismo toma fóros de organisação em Portugal, e a despeito das affirmações de velhos opti-

mismos, não hesitamos em julgar dever-se filiar a instabilidade da *Fraternidade Operaria*, na quase absoluta e já agora tradicional ignorancia do povo portuguez.

Ha muito quem procure justificar os fracassos de varias instituições, filiando as derrocadas em occultos manejos de seitas ou classes preponderantes.

Banimos tal criterio; justamente pensando que n'um meio apodrecido, saturado de ignorancia, apto a todas as tyrannias, brutalmente utilitarista, atavico do catholicismo, sem ideaes de positiva liberdade – á falta de sentimento educado – não é facil encontrarem rapida e segura germinação idéas generosas e grandiosas aspirações que, além-fronteiras, encontram valiosos adeptos, esforçados paladinos e mesmo martyres sublimes.

Assim, repudiamos as lendas tenebrosas, de molde a recordar *contos á lareira*, em que mouras encantadas, travestidas de serpentes, mordem perfidas o coração de gigantes salvadores.

Sem maior necessidade de documentação, provaremos pelo simples confronto varias phases do movimento desde 1872 até 1898, que só na ignorancia e espirito messianico da maioria, se devem filiar os desfallecimentos partidarios, tão frequentes em Portugal. A maioria inculta, sempre esperançada de Messias em marcha para a terra da Promissão, eis para mim a mais forte determinante dos factos impressionantes de bruscos lampejos de energia e prematuros dessoramentos.

Não será assim? Não será motivo á inconsistencia das idéas em Portugal o espirito messianico da multidão, forçando á abdicação do senso colectivo n'um ou mais homens? Não residirá na absoluta falta de consciencia individual e consequente iniciativa, determinada pelo vasio intellectual, o germen dissolvente das idéas em Portugal?

Julgamos ter apontado um dos primeiros factores da degenerescencia que nos corroe.

Estamos certos não ser facil destruir um partido ou anniquilar um ideal a simples golpes de estrategicos *complots* policiaes ou jesuiticos, quando

a sustentar um partido ou a defender uma idéa se ergue a alta muralha da consciencia collectiva disposta a affirmar-se e progredir.

Exemplo do que avançamos, está na inutil perseguição de Bismarck contra o socialismo e mais a inefficacia das tentativas repressivas dos gabinetes europeus contra a marcha sempre crescente das idéas libertarias.

Fica pois assente ser impossivel a destruição d'um ideal, quando defendido com *sciencia* e *consciencia* pela acção collectiva dos que o abraçam e propagam.

Feitas esta indispensaveis considerações preliminares, podemos ainda demonstrar que, má sina da nossa terra, as idéas em geral apodrecem antes de atingirem natural maturação – garantia a bom fructo.

É vêr os dois partidos revolucionarios, – julgo deverem sel-o – republicano e socialista, luctando contra identica indifferença e peores paixões, geradas na ignorancia que permite a inercia e na especulação que provoca a deshonra. Um e outro aggrupamento, victimas do meio social, asphyxiam em podridão constitucional, salvo um ou outro grito de justo, sincero e dedicado protesto.

Os raros combatentes, em infructifera vigilia visando o campo inimigo, parecem quando em quando gritar *álerta!* dentro d'um cemiterio.

Ao grito de alarme succede-se um silencio sepulchral.

Abandonemos, porém, tristes parallelos e executemos a tarefa que o pregão á *guerra santa* lançado pela *Voz* nos obriga a cumprir.

D'antemão, porém, visto a *Voz* ter desejos de elucidação, devemos affirmar, menos nos mover desejo de polemica banal, que substituímos pelo dever de fazer historia do pouco que nos foi licito surprehender, analysar e colligir.

Para melhor disposição ao trabalho, dividiremos o periodo 1872-98 em tres movimentos que poderemos esboçar, referindo-nos á *Fraternidade Operaria*, *Associação dos Trabalhadores* e *Federação das Associações de Classe*.

Obedecendo a tal processo, certamente teremos de recorrer a varios subsídios já publicados, referentes á epocha anterior a 1892 em que

nos filiámos. Seguindo methodicamente o trabalho que nos propuzemos levar a cabo, poderemos apontar á *Voz* alguns motivos de decadencia no movimento operario, não só de responsabilidade collectiva como individual.

Fazendo a historia do passado em breve resumo, attingiremos o presente que sobejamente preocupa a *Voz*, e, talvez vá o nosso arrojo até indicar o meio de prevenir maiores contingencias e descalabros.

Em periodo anterior, já notamos ter sido a *Fraternidade Operaria* a primeira aggremação constituída pelo proletariado nacional, disposto a iniciar a *lucta de classes*, essencia do socialismo de Marx, então dominante, – salvo a corrente heretica provocada pelo federalismo anarchista de Bakouninne.

É pois, entre as doutrinas anarchicas de Bakounnine, o negativismo de Proudhon e o materialismo economico de Marx, que a *Fraternidade Operaria* vê a luz, impulsionada pela força reflexiva emprestada pelo movimento communalista de 1871.

Em Portugal, n'esse tempo, succedia, como ainda hoje succede, não passar de restricto o numero d'aquelles á altura de comprehensão nitida das idéas de que se diziam partidarios.

Os proletarios, a grande maioria, a quase totalidade, balbuciava coisas incongruentes, proclamando dogmaticamente, a estimulo das consciencias, as formulas revolucionarias então em voga: – *a emancipação dos trabalhadores ha de ser obra dos mesmos trabalhadores; proletarios de todo o mundo uni-vos!*

É pois, assim, falho de tradições revolucionarias, instigado apenas pelo utilitarismo, decorando a sêcca doutrina de Marx, propenso por ignorancia ás mais phantasticas crendices de subita mutação da ordem social, que o proletariado de 1872 accóde á *Fraternidade Operaria*, esperançado de trocar d'um para outro dia o Inferno do salariato pelo Paraiso entrevisto da egualdade economica.

Entretanto, nos *bastidores* do movimento os *chefes* d'então já iniciavam escaramuças de preponderancia, esgrimindo a proposito de *alliancistas*

(ou seja, partidarios de Bakounine) quem sabe, quantas pequenas paixões pessoasas.

Temos, assim, ser o movimento de 1872 assente em pura propaganda affectiva, que embora beliscando na *questão do ventre*, escasseava de pujança intellectual a poder firmar-se com segurança, tanto mais, que o espirito atrazado da epocha não podia offerecer margem a duradouros commetimentos.

Hoje, a despeito do relativo progresso, o movimento operario apresenta identico aspecto e a *Voz*, pranteando o factio, não conhece talvez que a Historia se repete, ou por maneira a mais vulgar: que as mesmas causas produzem eguaes effectos.

Ernesto da Silva



## O MOVIMENTO OPERARIO II

(A OBRA. LISBOA: N° 204 (1898), 18 DE DEZEMBRO, P. 2).

Escasseavam ao movimento operario de 1872, as determinantes a garantil-o por fórma solida e duradoura.

Em 1872 faltava – como falta hoje – um *meio* industrial largamente desenvolvido, servido pelos mais aperfeiçoados machinismos, prompto a sugar toda a força productora do proletariado, transformando-a na fatal concentração das riquezas que conduz á Revolução Social.

A aggravar a já difficil situação, superficialmente promettedora pelo numero de operarios attrahidos á audição de *cousas novas*, faltava em 1872 o que ainda hoje falta, para segura marcha do proletariado no campo da evolução politica e economica da sociedade portugueza.

Referimo-nos á liquidação do regimen politico representado pela monarchia, que, sempre reputámos o maior estorvo ao progresso nacional.

Assim a *Fraternidade Operaria* entregue aos absolutos escolasticos do *marxismo* – já hoje fundamente rectificado em dogmas e preceitos – propagava afervoradamente o affastamento dos trabalhadores portuguezes da lucta contra o regimen politico, deixando entrever residir simplesmente na economia motivo a uma transformação social.

O relativo atrazo da epocha, justificando má assimilação doutrinaria, poude no emtanto florescer até 1873, sustentando o embate de numerosas *gréves*, feitas sem consciencia, proprias do espirito impressionavel do proletariado nacional que julga – á força de ignorancia – poder transformar-se o mundo d'um dia, sem cuidar das tristes desillusões que o futuro reserva á inconsciente imprevidencia.

«Em 1873, já o movimento estava invadido de *descrença*, sendo necessario impulsional-o de novo, a fim de evitar-se inevitall dissolução.»<sup>225</sup>

Vê-se, pois, que o lendario movimento da *Fraternidade* a despeito da prestigiosa figura de Fontana e do auxilio dedicado e consciente d'alguns luctadores, não passou de simples episodio facilmente liquidado.

A conhecer das causas da dissolução rapida, é justo apontar-se um factor que julgamos de superior importancia. É o facto da orientação centralista, molde que fôra vasada a *Fraternidade Operaria*. A influencia da *Internacional*, symbolico e absorvente reducto do autoritarismo marxista, reproduzia-se em Portugal n'um estatuto que transformando a quotisação de todas as classes ou secções em *fundo colectivo*, devia fatalmente determinar a perda de todas as secções quando absorvido em desordenada resistencia grévista a favor d'uma ou outra classe. Assim, exgotado o *fundo colectivo*, decretado o desanimo, espicaçado o egoismo das secções que sem lucta especial a seus interesses immergiam na bancarrota protestando contra o acto de subita penuria, facil é considerar que a sorte estava lançada contra a *Fraternidade Operaria*.

Sujeitando-se a varias reformas, dividindo-se em pequenos grupos, a *Fraternidade*, agonisava lentamente, já abandonado o espirito operario – cá da terra – mais dado a cousas espectaculosas que propenso á pratica de idéas, quase sempre incomprehendidas.

A lucta porém continua potente e forte no estrangeiro entre os partidarios do cazarismo de Marx e do federalismo de Bakounine.

O combate ferido pelo conselho geral da *Internacional* então residindo em Londres, no intuito de aniquilamento á expressão libertaria d'então, provocou o celebre congresso de Haya.

---

<sup>225</sup> «NOBRE FRANÇA – *Socialismo na Europa*. (Nota do Autor)».



É pois, devido á visita de Paulo Lafargue em 1874<sup>226</sup> corria o mundo á busca de representações favoráveis ao *marxismo*, que Portugal accieita o principio da constituição politica do partido operario.

A *Fraternidade Operaria*, desaparecia e o tão fallado movimento que brotara em 1872, passou a ser representado desde 1874 pelo partido politico, d'antemão condemnado a vida attribulada e cortada de hesitações se nos reportamos ás considerações feitas por Nobre França no *Socialismo na Europa* – considerações que ninguem até agora ousou contradictar.

Vejamos, porém, as observações do velho elemento da *Fraternidade Operaria!*

«Essa solução, – a do partido politico – porém, não levantou, como em 1872, a classe operaria portugueza. O *virus* do catholicismo monarchico, momentaneamente amortecido no seu organismo, refluiu novamente aos vasos da sua vitalidade, conduzindo-o a esse estado de torpôr, no qual assiste indifferente ás especulações de sua classe, que lhe esphacela e vende a patria, onde os operarios só pôdem manter e defender os seus interesses».

Creio, não ser preciso mais a demonstrar exuberantemente a justiça da minha critica, quando considero o movimento de 1872 puramente artificial, tendo apenas o único merito de deixar em Portugal alguns – raros – representantes das idéas socialistas então em voga.

E, pena é dizel-o, mas é justo confessal-o; emquanto a sociedade portugueza não entrar em definitiva liquidação com o regimen politico e erros derivados; justificando definitiva creação de classes productivas, dando largas á expansão da vida industrial moderna e libertando pela educação a autonomia espiritual do cidadão portuguez, certamente, não só a idéa

---

<sup>226</sup> Ernesto da Silva erra nesta apreciação, pois Lafargue visitou Lisboa pouco depois de Fraternidade Operária aderir à Internacional, a 10 de março de 1872. A pedido dos socialistas portugueses, representou-os no congresso da Haia. OLIVEIRA, César de – *13 cartas de Portugal para Marx e Engels*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d., p. 43; texto do «Mandato imperativo da Federação Portuguesa para o seu delegado ao Congresso de Haia» reproduzido em PEDROSO, Alberto Fonseca Pedroso – Para a História do Movimento Operário Português IV. *Seara Nova*. Nº 1591 (1978), maio, p. 26-28, disponível na internet [http://ric.slhi.pt/Seara\\_Nova/visualizador?id=09913.057.005&pag=28](http://ric.slhi.pt/Seara_Nova/visualizador?id=09913.057.005&pag=28).

socialista mas qualquer affirmação de liberdade e progresso não encontrará condições de normal viabilidade.

Enfeudados aos interesses d'uma olygarchia apoiada no parasitismo burocratico, fomentadora por calculo da ignorancia popular, entrvando a marcha regular dos acontecimentos, vivendo em infame connubio com o clericalismo que podemos nós, partidarios da maior absoluta liberdade individual e perfeição collectiva, esperar de benefico á progressão dos nossos ideaes?

Nada!

Eis a fria resposta fornecida pela confrontação dos factos historicos.

Emquanto em Portugal, imperarem interesses dynasticos, podemos esperar, quando muito, a continuação da sordida existencia que vimos levando ha longos annos, vendendo, empenhando, intrujando, sem progresso proprio a não ser o que é imposto pelo sopro civilizador d'além fronteiras.

A justificar a nossa crença, em nada parecida com scepticismo, basta vêr os *partidos* em Portugal, mais vivendo de *habilidades* que florescendo ao calor de idéas e principios.

É assim, determinado pela influencia do meio, que á *boa direcção* d'um partido em Portugal é mais precioso um charlatão impudente que a ingerencia d'um *conductor* mediocrementemente conhecedor da vida das sociedades.

Vêmos assim, pela documentação anterior, que a *Fraternidade Operaria* esboroando-se rapidamente á falta de consciencia collectiva, desaparecia a breve trecho, legando aos vindouros algumas phrases sonoras a par d'um monumento refutado pelos homens da epocha como pagina gloriosa, escripta no livro vermelho da emancipação proletaria.

A construir o celebre padrão de gloria, accumularam-se dedicações, destacaram-se teimosos esforços e a provar que a *Fraternidade Operaria*, vivera de doces e illusões e melhores utopias, surgiu a cooperativa *Industria Social*.

Valeu á tentativa o bom espirito de Sousa Brandão, insuflado de *fourierismo*, já então considerado utopico na França.

Proletarios dedicados á sagrada causa, entreviram na fabrica nascente o prenuncio da alvorada emancipadora que ia emfim, dissipar de vez as nuvens espessas, manchas esparsas no horizonte de sonhado porvir.

Creio, já não existirem illusões no espirito do articulista da *Voz*, quando hoje defronta a fabrica importante que não tendo emancipado individuo ou classe, ainda não pode passados vinte e seis annos, conceder o **dia normal de oito horas!**

Pelo visto, parece que a lição não aproveitou á maioria?

Paciencia!... O tempo é grande mestre e o proprio Malon affirma «ter a humanidade de passar por todas phases do Erro, antes de attingir a Verdade».

Confiando no futuro, não temos causa a pessoal desanimo; esperamos.

A alguem porém a *Industria Social* devia prestar serviços. E porque é assim, e se trata de serviços bem recentes, vamos recordal-os.

Ha pouco, quando nos visitou madame Sorgue e os italianos Chiesi e Chiesa, a *politica audaciosa*, ludibriava os estrangeiros, mostrando-lhes a *Social* e obrigando-os a exclamações de applauso e admiração pela *fabrica socialista!*

Á politica avessa e impudente que diz dever tomar Portugal a vanguarda do socialismo europeu; a essa sim, já a *Social* offereceu prestimoso auxilio em dia propicio a especulações de *cicerone* pouco escrupuloso.

Mais, não resa a Historia em honra ao cooperativismo salvador e reformador.

Por esta fórmula, julgamos ter a traço largo, *esquissado* o movimento de 1872 e na tarefa continuaremos, até que a analyse de 1898 convença a *Voz* não ser bom trilho estar systematicamente applaudindo presumidos vencedores, sem indagar de artificiosos processos, – em geral – causa única de crueis e lamentaveis derrocadas.

Ernesto da Silva



## CASOS IGNOBEIS!

(A OBRA. LISBOA: N° 204 (1898), 18 DE DEZEMBRO, P. 2).

Mais um caso a avolumar a estrumeira, já tão fetida e putrida da politica nacional.

Incita-nos á annotação o *caso* subidamente ignobil da subida apostasia do sr. Joaquim de Madureira, ex-republicano, que ingenuamente julgámos durante algum tempo homem honesto e caracter digno.

Estavamos em erro. A maneira singularmente revoltante como o demagogo insultador de D. Carlos, liquidou o passado politico (d'elle) em sessão da Boa Hora, obriga-nos a ver claro.

Ali, no tribunal, provocando – sem duvida – nauseas aos juizes encarregados de liquidal-o, o ex-republicano Madureira, acolytado pelo sr. Azevedo e Silva<sup>227</sup>, director do partido republicano! – cumplice na indecorosa comedia, rojou-se servilmente diante do delegado da accusação, fugindo baixamente á responsabilidade dos seus actos.

Lamuriou, mendigou, apostatou por fôrma revoltante, sujando confiados amigos e compromettendo uma idéa.

Tal repellente *final* que o sr. Madureira preferiu, apoz o periodo largo de diatribes impertinentemente litterarias e revolucionarias.

---

<sup>227</sup> José Francisco de Azevedo e Silva (1858-1936) era um vulto destacado do Partido Republicano. Participara na redacção do novo programa político junto a Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Homem Cristo, Bernardino Pinheiro e Jacinto Nunes, que será publicado a 11 de fevereiro de 1891 pelo Diretório, que também integrava substituindo, com Homem Cristo, duas figuras gradas do republicanismo histórico: Sousa Brandão e José Elias Garcia.

Parecerá estranha a nossa intervenção no sujo caso? Facilmente porém explicamos o motivo da nossa interferencia.

Resulta do sr. Madureira, deshonrando um ideal partidario em extrema abjecção, provocar mais, se mais é possível, a descrença do povo já de si tão pouco propenso a grandes commettimentos. Augmentando a lista da *lama* partidaria em Portugal, o foragido Madureira serviu a Reacção, provocou á desvergonha, incitou á bandalheira de costumes que pr'ahi já se estadeia indecorosa e triumphante. Não nos move á dôr, a desillusão soffrida pelos republicanos sinceros, porquanto a reputamos lição apreciavel para juntar a tantas outras; indigna-nos sómente o recordarmos que o povo desprotegido, confiado e victima, differenciando difficilmente os *homens* e as idéas, encontrará mais uma vez motivo a justificar criminosa inercia, confundindo grandiosas aspirações immaculadas na sua essencia com os charlatães *politicos* inconfessaveis e mais inconfessaveis revira-voltas.

Embora socialista, não podia, nem devia, regosijar-me perante a nauseante defecção, que não só deshonrou o idéal restricto da Republica, mas, de conjuncto, feriu as aspirações sinceramente revolucionarias dos que luctam contra o existente. Pode ser que o miseravel acontecimento sirva á especulação dos que vivem na abjecta intriga dos partidos; a nós, inspira-nos sobeja repugancia.

Emfim, talvez os *clubs* republicanos saibam chamar á barra, não o foragido, já liquidado para serio convivio, mas o dr. Azevedo e Silva cumplice na *entrudada* Madureira, esquecido de situação de «pae e mãe da Republica» certamente incompativel com tão vergonhosas sahidas.

Pena é que Manuel d'Arriaga, João Chagas, e outros nomes illustres, possam soffrer a reflexão de taes collegas.

Ernesto da Silva

### O MOVIMENTO OPERARIO III

(A OBRA. LISBOA: N° 206 (1899), 1 DE JANEIRO, P. 2).

A finalizar, vamos n'este artigo dar ainda alguns traços no movimento de 1872, primeira phase que julgamos dever analysar, das tres em que dividimos o estudo rapido a que nos abalançamos,

Resta-nos, porém, fallar de duas instituições creadas n'essa epocha e que mais d'uma vez teem sido apontadas a nacionaes e estrangeiros como modelos de organização socialista.

São ellas: *Caixa Economica Operaria* e *Voz do Operario*.

Visto a *Voz* nos ter forçado á analyse das epochas, factos e instituições, a mal não nos seja levado o fazermos critica que só tem em mira afugentar illusões e pôr as coisas em verdadeiro pé.

No passado numero tratamos da *Social*, e relembrando a visita de madame Sorgue, repatriada com a lisonjeira impressão do movimento socialista portuguez ser quase irmão gêmeo do socialismo belga, é dever affirmar qual a verdadeira situação das duas instituições a que nos referimos.

Principiemos pela *Caixa Economica* que, embora prestimosa instituição de previdencia, não vae além das intenções manifestadas em congeneres organizações que não consta sejam socialistas.

A *Caixa Economica* foi fundada em 1876, e que nos conste, ainda até hoje não modificou a base da sua organização fundamentalmente capitalista e conservadora. Assim, esta instituição como as cooperativas de consumo, ensinando o associado exclusivamente ao beneficio do dividendo ou *bonus*, mantém o proletariado a dentro da influencia utilitaria da eco-

nomia burgueza, sem lhe insuflar desejos de protesto contra a iniquidade economica que firma na propriedade individual.

Pelo contrario, a influencia cooperativista, attrahindo pelo utilitarismo mercantil, exacerba no individuo a paixão do lucro, tornando-o mais que nunca respeitador da ordem economica, só aproveitavel ao capitalismo ou seja á classe ou classes dominantes.

Temos, pois, decorridos vinte e dois annos, a constatar com magua que a *Caixa Economica* creada debaixo de intuitos especulativos ou de previdencia, não abandonou – e difficilmente abandonará – os intuitos que a geraram.

Dissemos difficilmente, e a provar a nossa affirmativa que poderá parecer arrojada, resta-nos a crença de ser quase impossivel qualquer modificação em sentido socialista feita no estatuto da *Caixa* sem que, forte corrente de reacção se erga temerosa a defender o *bonus* annual único motivo e determinante do agrupamento da maioria.

Orientar aquella instituição em mais progressivo rumo, seria o mesmo que provocar forte embate entre opiniões revolucionarias e egoismos de barato capitalismo.

A despeito, porém, do que deixamos dito, cremos terem os italianos Chiesi e Chiesa, além de madame Sorgue, julgado frequentarem em Lisboa a rival da *Maison du peuple* de Bruxellas, victimas – pobres estrangeiros! – de arrojio da *politica*, disposta a todos os ludibrios.

Porque, digamos com franqueza, a *Caixa Economica*, associação de previdencia, exclusivamente moldada sobre principios de economia burgueza é mais uma valvula de segurança para o instincto de revolta proletaria – esperançada em lucros annuaes – que rival da *Maison du peuple* ou do *Vooruit*.

No *Vooruit*, os associados são socialistas e vencem lucros, empregando os recursos da sua cooperação no combate constante contra a preponderancia capitalista; em Portugal não succede assim, os cooperativistas tão propensos a notar na falta de instrucção popular o mais importante factor da desgraça nacional, ainda não pensaram sequer em distrahir dos



lucros provaveis da cooperação a mais insignificante quota em beneficio das *escolas moveis*, que, para vergonha dos revolucionarios portuguezes, immergem na mais funda decadencia.

Na Belgica, as cooperativas offerecem annualmente mais de trinta e dois contos para a propaganda do socialismo; em Portugal, o cooperativismo não vae além da estreita aspiração de possuir uma *tenda* bem montada, apta a vender a preço inferior ao do mercado.

Tal é em resumo a capital differença entre a orientação belga e o *socialismo* portuguez que só possui grandes affirmações no 1.º de maio, ou quando *gente de fóra*, vem á visita d'este apodrecido burgo occidental.

Liquidada fica a lenda que vinha aureolando a *Caixa Economica*, dando-lhe foros de instituição revolucionaria e socialista.

Consideremos agora a *Voz do Operario*, associação que se origina no movimento dos manipuladores de tabaco, feita tambem na phase de 1872. Sem duvida a *Voz* tem, para o movimento operario portuguez, muito mais significação que a *Caixa Economica*.

Instituição genuinamente operaria, tem a seu cargo a educação de milhares de creanças, facto digno de maior consideração para os que se interessam pelo progresso das gerações em breve chamadas á effectividade da *lucta pela vida*, dentro da actual organização das sociedades, regidas pelo despotismo e tyrannia capitalista.

É já do dominio da historia ser a *Voz* creada e mantida por operarios socialistas que, educados em 1872 contra o predominio de classes, seguiam em linha recta os preceitos marxistas. Ainda mais, é notorio manter a mesma sociedade um *orgão* na imprensa proletaria, destinado a atacar todos os privilegios de castas ou classes, proclamando altiva e denodadamente principios egalitarios que muito apreciamos e defendemos.

Pois bem, a despeito d'estas formidaveis considerações que julgamos devem pezar no animo dos socialista portuguezes, vemos na organização da *Voz* a criação de castas privilegiadas, que, cumprindo eguaes deveres aos exigidos á classe dos que não são manipuladores de tabaco, teem mais e importantissimos direitos.

Porquê tal contradicção?

É facil a resposta, se considerarmos que a *Voz* depois de atravessar periodos difficeis não vencidos pelo esforço isolado da classe que representa, julgou dever alargar a sua esphera de acção provocando attractivos á concorrencia de associados, que julgados *protectores*, jámais teem ingerencia nos destinos da aggremação.

Ficou assim a *Voz* vivendo de numeroso publico, gerindo a vida social simplesmente os representantes dos manipuladores de tabaco.

Estou pois certo, e bem certo, que o conhecimento de tal organização, consentindo directores com voto e dirigidos sem igual direito, no seria motivo a grande applauso por parte dos socialistas belgas, francezes ou italianos.

É provavel surgir a replica, de tal estatuto se filiar no desejo de preservar a *Voz* da possivel invasão de elementos reaccionarios ou perturbadores, que os possam levar a perigo tão util instituição.

A prevenir a resposta, basta-nos indicar não haver na Belgica – modelo ás coisas cá de casa – receio a taes sortidas dando-se a todos os associados eguaes direitos e deveres, como resa o socialismo, traduzindo o principio de justiça.

Na Belgica – segundo creio – apesar de acirrada lucha entre clericas e socialistas, não podia ser posto em pratica similhante processo, immediatamente rejeitado pela maioria consciente.

Que prova, então, a actual organização interna da *Voz do Operario*?

Prova que o tão decantado movimento de 1872 deixou idéas mal assentes, e que apesar de vinte e seis annos de progressão, a *Voz* ainda não tem sufficiente confiança na consciencia do proletariado que a mantém, julgando-o incapaz de a defender proficuamente em momento opportuno; salvo, qualquer pensamento de intimo egoismo de classe que nos repugna acreditar exista em velhos luctadores, [c]heios de fortes tradicções.

A justificar o nosso reparo, analysando as instituições derivadas do movimento de 1872, temos a novel cooperativa *A Luzitana*, representando

elevados capitaes – superiores aos da *Voz* – permitindo a interferencia e direcção de individuos alheios ás classes de viação.

Sendo bom o processo na *Luzitana*, certamente na *Voz* não poderia offerecer peores resultados.

Conclue-se, porém, da exposição já feita que as tres importantes instituições, *Social*, *Caixa* e *Voz*, sendo reflexo da doutrina ou movimento de 1872, foram assentes e originadas em principios nem sempre seguidos e respeitados.

Onde procurar a origem do mal?

Entre outros factores, considerar primeiro o da fatal ignorancia da maioria, sempre disposta a aturdir-se com ficções brilhantes e não a investigar maduramente da essencia das cousas e dos principios.

Fechando estas leves considerações – que talvez pela franqueza de exposição provoquem inimidades – vejo ser a *Social* uma boa fabrica e a *Voz* e a *Caixa* duas associações importantes na esphera d'acção especial a que se entregam.

Liquidada a phase de 1872, no proximo artigo estudaremos a phase que denominamos a *Associação dos trabalhadores*.

Ernesto da Silva



## VIDA NOVA<sup>228</sup>

(A OBRA. LISBOA: N° 207 (1899), 22 DE JANEIRO, P. 1).

Tal, o calculado pregão que vem echoando nas fileiras do socialismo portuguez.

Quem pregoa?

Representantes d'um dos mais nefastos periodos porque tem passado o socialismo em Portugal!

Qual o «mot d'ordre»? Qual o «santo e senha» das vedetas encarregadas de vigiar o campo das operações?

União!

Na desgraçada e quase cancerosa agonia dos ideaes em Portugal, o grito dos vigias, empresta-me a lugubre impressão de crocitar de negra revoada de corvos, instintivamente chamada á orgia de «carne morta».

Entre outros, mais um aspecto de corrosiva decadencia, vem affirmar-se em proclamada – e felizmente utopica – UNIÃO.

Mas, desgraça das desgraças, em que a idéa soffre e a dignidade foge; analysando o negro bando esvoaçando em jubiloso gaudio, vemos hilariantes e irmanados na aspiração – quiçá ignobil! – especies adversas, calculadamente escondendo as unhas da rapina em protestos de fraternal conchego.

Protesta-se vida nova?

---

<sup>228</sup> Neste mesmo dia *A Federação* publicava um editorial subordinado ao mesmo título. *Vida nova. A Federação*. Lisboa: n° 264 (1899), 22 de janeiro, p. 1. Porém, o artigo é também resposta ao editorial de 1 de janeiro, em que era defendia a união do movimento socialista. 1899. *A Federação*. Lisboa: n° 261 (1899), 1 de janeiro, p. 1.

Mentira, mentira, torpe mentira!

Deseja-se apenas, preponderancia nova.

Collada ás faces a mascarilha propicia ás ardeirices politicas, conjurandos promptos ao perjurio, esquinam-se nas voltas dos caminhos, aguçando a occultas a adaga dos momentos fraticidas.

Nos labios um embuste, no cerebro um estratagema.

Eis a emboscada.

Não vinga o «processo». É doloroso e inutil repetir a lição dos factos nauseantes.

E grita-se. UNIÃO!

Vergonha!

\*

\* \*

Sempre torpe, ignobil, indecoroso, o kaleidoscopo da *politica*, attinge em Portugal o limite da obscenidade.

Homens provadamente responsaveis de desvio á pureza dos ideaes, reus de culposa traição á marcha immaculada de santos principios, ferozmente julgados outr'ora em justo tribunal, dão-se as mãos em porca *farandola*, volteando sem pejo, nos braços de rispídos juizes, ainda hontem animados dos mais virulentos apodos contra a honra dos alliados de hoje.

Accusados e accusadores, tornam-se co-reus, salvam o abysmo hiante que parecia para sempre separal-os, amplexam-se desvergonhadamente, e na alcôva da Policia desfloram de parceria a Idéa em lubricas contorsões de baixa paixão satisfeita.

Simplesmente inqualificavel.

Hontem, *possibilistas* e detractores permutavam-se tiros de lama, das algibeiras sacavam-se compromettedores documentos, elaboravam-se tremendas accusações e no phrenesi da lueta nem se olvidavam baixos *lances de mão* nos cofres de imprevidentes agrupamentos.

Hoje, irmanam-se na aspiração, braço dado libam o mel de infame conubio e resumando lepra, osculam-se em vaporosos extases!

Porquê a metamorphose?

Motivo de reviramento?

Causa á suja solidariedade?

Proclama-se determinante ao tarufesco accordo, necessidade de progresso á Idéa que tem por base a maxima perfeição moral!

Arre!... Ciganos em feira, permutando bestas pustulentas, são menos vendilhões e teem mais grandeza, correndo o risco de encontro em varapaus frrados.

Profitando da ingenuidade, armando á singeleza de camponios, ainda os nomadas mercadores são preferiveis aos Sylochs da judiaria politica, impudentes e accommodaticios.

De volta á «boa rasão», reconciliados como «chulos» a porta de bordel, encolhidas as *cochilas*, *possibilistas* e pseudo-anarchistas, pedem união a quem passa como se pede um cigarro a viandante transviado em bairros suspeitos.

Deviam ser adversarios. Engano, fizeram-se cúmplices! E na atmospheria torva de propicio antro, a martellar de conjuncto, fizeram d'um Principio, cinco tostões de chumbo, refalsados e arditosos.

Da hybrida alliança que monstruoso exemplar verá a luz em difficil parto: – A UNIÃO?

É impossivel!... Pode surgir um Diogo Alves<sup>229</sup>, vivendo mercê da treva protectora, não é crível resalte um Revoltado, producto de nauseante coito.

\*

\*      \*

A que imputar ensejo a tão repellente exteriorisação?

---

<sup>229</sup> Diogo Alves ficou conhecido como «O assassino do Aqueduto das Águas Livres» pelo crimes aí perpetrados de 1836 a 1839.

Aos da *politica* tambem, mentirosos Judas de patibular aspecto, ainda em gravitação no especular das consciencias confiadas, que, não lograram aperceber no Messias o typo criminoso marcado em tara singular e diferencial.

Sim!... Podemos afirmar, o descabro dos principios do *salemismo* de 1892, tem filiação única na apostasia de 1897, matriz do novo *possibilismo* que veiu enlamear em suja tactica aspirações dignas de respeito.

Foi, sem duvida, na *feira franca* da chatinagem politica que germinaram os elementos da nova derrocada, prestes a ser explorada pela tactica audaciosa dos esperançados em preponderante *révanche*.

Assim, a lição já foi dura. Da *politica* baixa, de intenções pessoaes, já recebemos salutar aviso. E porque se congregam e se proclamam vergonhosas uniões, aqui fica a nota pessoal da impressão recebida ao defrontarmos o já começado monturo.

Isto emquanto a nós.

No que respeita á difusão de ardis – a titulo de idéas; – á educação do povo, falsamente arrastado a especar suspeitas *coteries*, a habeis manejos de politicos de *cartel*, podemos desde já garantir impiedosa anatomia e incruento combate a evotar novas encruzilhadas.

Querem união?...

Enganam-se. O possibilismo de 1892 igual ao de 1899, quer tenha rotulo *salemista* ou *franciscano* tem de contar com os pontapés da Historia a que consignamos – até agora – superior respeito.

Assim, partidarios da Sociedade Futura, não podemos alicerçal-a na montureira.

Ernesto da Silva



## O MOVIMENTO OPERARIO IV

(A OBRA. LISBOA: N° 207 (1899), 22 DE JANEIRO, P. 2).

Depois de fazer rapida revista ás idéas e instituições creadas durante a primeira phase do socialismo em Portugal, facilmente se pode notar que no curto periodo de 1872 a 1874 o movimento operario, apoz attingir ficticia grandeza, facilmente declinou em quase profunda e absoluta decadencia.

A sociedade portugueza não offerencia então meio proprio á germinação da Idéa: eis o que fica provado.

É pois, ao chamamento do *Conselho de Londres* (director da Internacional), que se resolve a constituição do partido politico em Portugal.

Infelizmente, como de costume, a idéa da organização do partido operario não impressionou a maioria proletaria, e á falta de estimulante educação civica, espirito democratico e correspondente intellectuallidade, o embryonario partido, foi desde logo condemnado a vida difficil e rachitica.

Demais, a inspiração do materialismo historico e economico de Marx, que, permittam-nos o termo: – fez vasa, no espirito operario d'essa epocha; era de molde a desviar o proletariado portuguez da primeira missão em que devia cooperar a dentro das fronteiras. Esquecido do papel a representar, o partido operario foi desde começo, mais obstaculo á evolução do espirito democratico, que, factor apreciavel de orientado progresso, proveitoso ao saneamento do organismo social em que devia actuar.

A applicação rigorosa da *lucta de classes*, levando a excessos por vezes grotescos, cavou profundo abysmo entre socialistas e republicanos, originando-se assim o *processo*, pelo qual ainda hoje se vê o proletariado ser

manequim na mão de *chefes* pouco escrupulosos, consoante o vento da preponderancia insatisfeita e provaveis accordos, obriga a servir *gregos* ou *troyanos*.

Não antecipemos, porém, os acontecimentos...

Em nosos dias, é vulgar ainda, ler-se e ouvir-se, que foi o partido republicano quem *cortou* desde o seu inicio, a marcha ao partido operario.

Por falta de logica ou mediocre conhecimento dos phenomenos historicos – quando não haja peor motivo! – tal asserção infundada e calumniosa, tem corrido mundo, servindo de pasto á ignara voracidade de ingenuos, propensos a facil digestão das mais estranhas theorias.

Cumprimos, pois – segundo julgamos – missão salutar á orientação proletaria, fazendo luz sobre a organização tão repetida e proclamada nos centros operarios.

Argumentemos:

Dado o parallelo desenvolvimento dos partidos republicano e operario, é licito julgar que o espirito popular adherisse mais facilmente ás idéas de absoluta remodelação social que ás necessidades de transformação do regimen politico, já então considerado urgente e indispensavel?

Dado poder o partido operario absorver em suas fileiras todo o espirito democratico, poderia porventura effectuar a queda da monarchia, fazendo de tal reforma o objectivo final do seu programma?

A criação do partido republicano, seguindo linha parallella ao partido operario, não correspondia ao espirito das classes proprietarias que só dentro do programma minimo de democracia burgueza, confiavam o futuro dos seus privilegios sociaes?

É crível, existir n'essa epocha em Portugal, espirito socialista mais que sufficiente, para dispensar a fatalidade da acção intermedia da burguezia democratica na eliminação monarchica, condição *sine qua non* do futuro progresso do povo portuguez?

Ás simples interrogações que deixamos, certamente o espirito desanuveado de paixões, pode dar inteira e cabal resposta.

Reconhecida, pois, a justa existencia do partido republicano, prova-se facilmente não ter sido *cortada* a acção do partido operario como é de uso apregoar, quando convem ao jogo dos interesses equivocos.

O que é licito proclamar ao proletariado militante e orientado, é não ter o *partido* republicano cumprido a sua missão historica, mercê de escandaloso mercantilismo e peor proceder d'alguns dos seus mais proeminentes vultos.

Mas... a provar gerar-se o *mal* no apodrecido seio da sociedade portugueza, contaminada de funda corrupção desde longa data, temos que outros partidos – sem excepção – não podem lançar a primeira pedra contra o criminoso.

Convem accentuar aqui, qual julgamos o melhor traçado que desde começo e sem tergiversações deveria ter adoptado o partido operario, posto em difficil situação entre a monarchia decadente e a lucta revolucionaria do republicanismo.

Consistiria o traçado em o partido operario visar impiedosamente a monarchia – primeiro obstaculo a vencer – acompanhando sem mescla de individuos ou aspirações a progressão democratica, representada na republica. Assim, o partido operario promoveria brilhante esforço na desobstrucção do caminho a seguir, obrigando forçadamente á marcha o republicanismo, caso surgissem hesitações criminosas.

Entretanto, o partido operario, aproveitando os elementos de propaganda e acção, distribuiria a maior somma de idéas entre o proletariado, e já conhecedor da lição dos factos, encontrar-se-ia preparado quando adviesse a Republica, a poder continuar a tarefa encetada, defendendo a sua essencial aspiração – a emancipação proletaria.

Podem objectar-nos: Porque não constituirmos em casos taes um *só* partido, simplesmente disposto a remover o caduco privilegio monarchico?

É facil a resposta; considerando que da incidencia revolucionaria dos dois partidos, não resultaria absorpção das aspirações proletarias, regularmente orientadas para um fim especial; emquanto a absorpção seria um facto, dado que o proletariado esquecido de constituir aggrupamento

proprio, fosse simplesmente aproveitado na implantação do novo regimen, que, sendo indispensavel á conquista da Revolução Social, aproveitava em primeira phase á expansão da burguezia, satisfeita da victoria alcançada.

Tem, acaso, o partido operario, seguido tal linha de conducta, sem contestação possivel, honrada e séria?

Não!

A exceptuar, regista a Historia alguns momentos de honesta intermitencia, observados nos trez periodos em que dividimos o nosso estudo.

Eis o que singelamente buscaremos demonstrar, obedecendo ás intenções e factura d'este trabalho, sem pretensões de rigida historia.

Certo de pouca força, o partido operario, desejando mais preponderar pelos *effeitos artificiosos* que solidificar um ideal, cravando-o na indestructivel consciencia dos mais aptos para a comprehensão e para a lucta, iniciou em 1878, o periodo de *habilidades* que vem infelizmente reproduzir-se mais tarde, sujando 1890 e 1898.

Assim o partido operario, mais á mercê de empregarios que ao serviço de partidarios, sempre pela bocca dos seus chefes de occasião mais teem pregoado – em momentos de ephemero triumpho – a *guerra santa* contra o espirito democratico que proclamado a pura e grande Idéa, destinada a servir os melhores espiritos na porfiada lucta contra a iniquidade economica.

Porquê?

Foi talvez orientação sadia dos *chefes*, nobre aspiração a mais rapido progresso; determinante dos actos condemnaveis?

Não. Estamos certos, pela psychologia dos acontecimentos de 1890 e 1892 dever-se tão sómente á febre de preponderancia individual, a criminosa e estúpida origem dos factos que nos abalançamos a criticar.

Porque, caso singular, o republicanismo só merece o apodo do obstaculo á *Revolução Social*, quando tal ou tal chefe preponderante e absorvente, se julga certo de possuir seguro apoio á conquista de negras particulas de falseada liberdade, que possam garantir no espirito da maioria

pouco affeita a investigações o titulo de *grande homem*, habil entre os mais habeis.

É talvez, devido ao negregado intuito da dominação e preponderancia duradouras que justificação pode encontrar o pensamento d'um chefe que outr'ora ensinou: «a multidão, só pode e deve ser educada symbolica e dogmaticamente».

O tempo, persistindo em teimosa lição, deixa-nos entrever hoje o inteiro alcance da sybilina phrase, certamente nascida em provada experiencia, adquirida na primeira phase que o socialismo portuguez atravessou.

A evitar maiores digressões e comparos d'epochas, fechamos este artigo affirmando que o desenvolvimento parallelo dos partidos republicano e operario em nada podia prejudicar – ao contrario! – a marcha do proletariado portuguez para a Revolução Social.

Em poucas linhas fica registada a nossa opinião, sem temor a que soffra o embate da mais leve critica justa e honesta.

No proximo artigo continuaremos a faina.

Ernesto da Silva



## POLITICA VESGA

(A OBRA. LISBOA: N° 209 (1899), 5 DE FEVEREIRO, P. 1).

«O que não póde, nem por principio algum deve ser, nem tolerar-se, é uma politica vesga de encruzilhada, á mercê dos traiçoeiros ventos da hypocrisia e da falsidade, senão de interesses inconfessaveis.»

*Do Ecco Socialista.*

Em meio do geral descalabro que corroe o movimento operario; echoando fosse como grito de clarim, é consoladora a linguagem dos socialistas portuenses, promptos a pedirem severas contas aos responsaveis das vergonhas que nos ultimos tempos teem manchado o ideal socialista em Portugal.

Sim. É bom, é reanimador, ver que nem todos desejam pelo silencio manter complicitade com baixos ardis e ignobeis mystificações.

A hora das responsabilidades vem chegando á medida que a mascara vae caindo do rosto impudente dos que vivem para a politica e da politica.

Agora, já não se trata só de protesto de meia duzia de illudidos, acordados para a verdade ao cabo de larga analyse. Trata-se de mais alguma cousa, ouve-se a voz dos socialistas de Lisboa e Porto, perguntando a que fins mira o elogio dos chefes progressistas conservadores e clericas.

Até aqui podiam os espiritos ingenuos fechar os olhos á evidencia dos factos [t]e[ ]rosos e nauseantes, julgando que o ardor da refrega se motivava em querellas pessoas; agora já não pode succeder assim, as affirmações são claras e as suspeitas são terriveis.

Mau grado as *habilidades* urdidas a enredar as consciencias, a despeito da machiavelica intriga, apesar dos espectaculosos processos para ludibrio do espirito proletario, faz-se a luz e luctadores honestos proclamam principios.

Sempre tranquilos, sentimo-nos hoje felizes.

Era justo o nosso combate, benefica a nossa attitude?

Ahi esta o indignado e justo protesto dos trabalhadores portuenses, confirmando a inteireza das nossas intenções e a sinceridade do nosso combate desapiedado e sem treguas.

Os socialistas do Porto protestam contra a politica vesga, a mercê da hypocrisia e da falsidade, senão de inconfessaveis interesses?

Tambem nós ha muito vimos protestando, e só agora começamos a encontrar echo que nos encorage e anime.

Desde finaes de 1895<sup>230</sup> que a suspeita se nos cravou no cerebro, e embora sujeitos aos apodos dos ignorantes e illudidos e dos cúmplices conscientes, caminhámos sempre n'um labyrintho de traições infames, luctando ferventemente contra estratagemas e emboscadas.

Por vezes quase desanimámos, devemos confessal-o. *Os processos* de vistosa exteriorisação, illudiam a truha que se arrastava descuidosa e indifferente, atraz de charlatães impudentes; esquecida de principios sem os quaes não póde subsistir uma idéa digna de respeito.

Confiámos porém no tempo e o tempo não faltou á esperança de salutar lição, que, esperavamos elucidasse a maioria ingenua ou atur-

---

<sup>230</sup> Ernesto da Silva data aqui o início da desconfiança em Gneco. Na altura, os operários dos caminhos de ferro estavam em greve, motivo pelo qual a Federação das Associações de Classe organizou um bando precatório destinado a angariar fundos para os socorrer. Entre as sociedades convidadas estavam as filarmónicas, para as que estava previsto a organização de um certamen. Porém, não acudiram à festa, que se realizou a 8 de dezembro no Terreiro do Paço. Desgostado, Ernesto da Silva escreveu um artigo criticando a atitude delas perante os grevistas, apontando a contradição de se manifestarem na festa do 1º de Maio mas depois não auxiliarem companheiros. Será também a primeira vez que Ernesto da Silva questione a eficácia da festa. Vid. Operarios dos caminhos de ferro. *A Federação*. Lisboa: nº 100 (1895), 1 de dezembro, p. 3; Bando precatorio. *A Federação*. Lisboa: nº 101 (1895), 8 de dezembro, p. 2; e SILVA, E. – O bando precatorio e as phylarmonicas. *A Federação*. Lisboa: nº 102 (1895), 15 de dezembro, p. 1-2, reproduzido neste volume.



didada por europeus<sup>231</sup> e lantejoulas de palhaços, mestres em escamoteação.

Assim, já vemos hoje os trabalhadores portuenses reclamaram uma politica operaria progressiva e democratica, sem medo a largas vistas dentro do socialismo.

Consola-nos a reclamação.

Tambem reclamamos politica limpa e sadia – se é que tal pode existir – que não permita genuflexões aos chefes clericais e propague infames principios de defeza a «empreitadas industriaes,» quando convem aos manejos de «chefes» preponderantes:

Acompanhando o proletariado do Porto, tambem queremos não sirva o Ideal socialista para suporte de regimens apodrecidos, degenerando a aspiração democratica e revolucionaria em torpe e nojento *possibilismo*, vegetando merçê da protecção do Estado.

Ao protesto do Porto respondemos, com o nosso applauso e adhesão.

Proclama-se guerra á politica vesga que conduz á manutenção do actual estado de couzas?

Aqui, ou n'outro ponto, estaremos postos á lucta, fechando a linha de combate.

É urgente, indispensavel limpo, que não mais possa permittir-se e auctorisar-se testemunhos como o do sr. Marianno de Carvalho, publicado no *Popular* de 30 de novembro de 1898 em que dizia:

«O movimento operario foi por muito tempo favorecido em Portugal pelos governos, que se empenhavam no enfraquecimento do partido republicano»<sup>232</sup>.

Seria ignobel, profundamente abjecto, vergonhosamente porco, permittir sem protesto – pelo menos! – que o Socialismo pudesse transformar-se em «maromba» propicia a equilibrios inconfessaveis e duvidosos.

---

<sup>231</sup> Europeus.

<sup>232</sup> Ernesto da Silva refere-se ao artigo Questão operaria. *O Popular*. Lisboa: n° 892 (1898), 30 de novembro, p. 1, onde o autor sustem a tese de que o governo quer debilitar os republicanos privando-os do elemento operário. Este, por seu lado, veio a exprimir-se sempre nos jornais republicanos.

A nossa marcha orienta-se para o Futuro, não se detem a conservar o presente que já sabemos expoliador e reaccionario.

Seguindo no Socialismo sem preocupações d'escola – tanto que nos conduzam a suprema liberdade – jámais podíamos acceitar «desvios» perigosos em atalhos erriçados de espinhos e coatados de abysmos.

Queremos ar, luz, liberdade, caminhando sempre para a Sociedade Nova, independentes de compromissos com o passado tyrannico e anachronico.

Sacudidos de intima revolta, ha tempos que já vimos assistindo á calculada passividade do movimento operario em frente do Estado, desde que o «progressismo» ascendeu ao poder. E não venham dizer-nos haver []quietação em epochas superiores.

Salvo a acção preservativa do Estado feita pelo *franciscano-regenerador* desde 1892 que assistimos a permanente combate contra o poder central. Só com o advento do *progressismo* resurgiu a quietação operaria: distrahido o povo da tarefa pela seducção, do cooperativismo de produção enervante e sem futuro, senão peor factor de processos abominaveis, sollicitando favores nos gabinetes dos politicos dictadores e em vaga.

Ha muito ainda a escarpellar e pôr a nú...

Agora, estamos certos, a luz hade fazer-se, custe o que custar, succeda o que succeder.

Que resta pôr em pratica?

Propagar ideas de liberdades, fomentar a livre iniciativa, chamar proletarios intellectuaes e manuaes á lucta, crear consciencia collectiva que hoje não existe, acceitar e seguir os melhores e mais modernos trabalhos dos grandes espiritos e caminhar para a Verdade, cabeça erguida e consciencia serena porque a Victoria ha de fatalmente coroar o esforço dos que persistem em desagrilhoarem-se de falsos dogmas e peores tyrannias.

Assim, a *politiquice* torpe e vesga ha de submergir-se no esterquilinio.

Ernesto da Silva

## O MOVIMENTO OPERARIO V

(A OBRA. LISBOA: N° 215 (1899), 19 DE MARÇO, P. 1-2).

Proseguindo, analysaremos agora as intenções do *possibilismo*, que na *Associação dos trabalhadores* encontrou seguro asylo.

Porém, antes de ser feita a rapida historia da influencia que a *Associação dos trabalhadores* mateve no movimento operario, justo é definir o que seja *possibilismo*.

Hypocritamente definida a theoria, allegam seus defensores ser o *processo* de adquirir politicamente tudo quanto seja *possivel* em beneficio da Revolução Social.

A definição – assim feita – não vae além de armadilha ignobil, adrede forjada a ludibriar ingenuos.

Certamente, ninguem possuidor de mediocre bom senso, poderia exigir que no dominio dos factos se fósse além do *possivel*; portanto o *possibilismo* não se justifica na intenção de cortar o vôo a perigosas phantasias de rapida e não maturada transformação social. Ainda a pretexto de respeito a dispensar á *evolução*, vemos ser inutil a especiosa classificação; demais está provado obedecer a evolução social a determinadas leis e factores que não podem ser obliterados e tanto basta a que o *possibilismo* possa ser dispensado como regulador da marcha evolutiva.

Outra, muito outra, é a reservada intenção acobertada com o *rotulo* que ainda hoje mascara alguns elementos sobreviventes da velha *Associação dos trabalhadores*.

O *possibilismo*, é a garantia dos politicos poderem justificar as suas revoltantes incoherencias, servindo mais as suas paixões ou interesses pes-

soaes que a pureza das idéas affirmadas dia a dia. Dentro do *possibilismo* são possíveis todas as colligações e podem acceitar-se todos os favores, ainda aquelles que parecendo beneficiar, só servem para comprometter e desprestigiar ideaes de franca revolta.

Servindo aos homens, o *possibilismo* é perigoso a Idéa.

Em poucas palavras, fica a nossa opinião.

Vejamos porém, porque na *Associação dos trabalhadores* a theoria possibilista encontrou tão franco apoio.

Até certo ponto, julgamos não ter sido estranha á adopção do singular processo de revolta, a reflexão da attitude mantida em Hespanha pelo politico socialista Pablo Iglezias, inimigo jurado do espirito democratico a pretexto da lucha de classes.

Em Portugal tentou-se imitar a *maneira* do director do jornal hespanhol *El Socialista*, tanto mais que a orientação d'aquelle se adaptava bem á educação vinda do movimento de 1872.

Em identidade de circumstancias, os socialistas portuguezes como os hespanhoes encontravam-se e encontram-se entre dois fogos.

D'um lado o estado monarchico defendendo-se do republicanismo burguez, de outro o partido republicano assentando seguros arraiaes no espirito popular.

Pensando no caso o *possibilismo* tomou facil resolução: acobertou-se com o principio marxista da intransigencia ante todos os partidos burguezes e preparou-se para a lucha.

Aproveitando a tendencia nacional – apta a mostrar quando em quando assomos de virilidade, para em curto praso abater, mercê de fraco esforço ou simples contrariedade, a *Associação dos trabalhadores* conseguiu attin-gir decidida importancia, reunindo em seu seio centenas de operarios.

Encontrava-se então o movimento em segunda phase de desenvolvimento, merecendo a attenção dos politicos monarchicos que começaram de ver n'aquelle aggrupamento um excellent elemento de lucha contra o partido republicano então vigoroso e quase ameaçador de prompta liquidação ás instituições monarchicas.

A provar não merecer duvida o que afirmamos offerecemos á leitura o trecho seguinte, extrahido do *Popular*, de 30 de novembro de 1893:

«O movimento operario foi por muito tempo favorecido em Portugal pelos governos, que se empenhavam no enfraquecimento do partido republicano. Prival-o do movimento operario, reduzindo-o á parte da burguezia e das classes liberaes, foi golpe menos mal calculado e que juntamente com a falta de cabeça organissadora e com rivalidades internas, reduziu o partido republicano a relativa importancia.»

Como veem, o sr. Marianno de Carvalho é auctoridade no assunto.

Assim, a corrupção politica gerada pelo *possibilismo*, attingia o maior grau, provocando o affastamento d'alguns elementos enquanto os chefes preponderantes continuavam seguindo o trilho preferido.

O grosso do proletariado nem de leve se apercebia do estranho caso e seguindo pela fórma do costume, ia caminhando desprevenido e indifferente á *trica*, sem notar que cavava fundo e muito fundo o abysmo em que devia sepultar-se.

Em plena florescencia o *possibilismo* exultava, tanto mais que a protecção do partido regenerador, representado em Lopo Vaz de Sampaio e Mello<sup>233</sup> era segura garantia de quietação para o espirito dos chefes, seguros então de que a troco do desvio das forças operarias do caminho da Revolução, deviam ser promulgadas leis protectoras do proletariado.

Por tal fórma e de tão *limpa* origem nasceram a lei das associações de classe, bolsas de trabalho, lei dos menores, etc.

O *possibilismo* sempre empenhado, não na defeza do ideal socialista, mas, levado pela obrigação contrahida de ataque systematico ao partido republicano, continuava na faina, seguro que o proletariado portuguez quase totalmente ignorante e falto de tradições e tendencias revolucionarias, estava mais satisfeito pelas promessas de reformas adquiridas no esforço possibilista.

Apparentemente a situação promettia.

---

<sup>233</sup> Lopo Vaz de Sampaio e Melo (1848-1892) foi responsável pela reforma do Código Penal Português de 1884, que alterou em profundidade o texto de 1852.

O proletariado sujeito á orientação profundamente utilitarista – como ainda hoje succede exultaria com as protectoras reformas ganhas á causa do progresso social pela incontestavel *habilidade* dos chefes d’então. Ficava assim estabelecido duradouro e forte o predominio do *possibilismo* – pensavam os directores do movimento e satisfeitas as necessidades pessoas do preponderancia dos que dirigindo e actuando no espirito proletario não desejavam ser offuscados ou substituidos por outros directores não menos *habeis*.

Feita assim a aproximação entre os chefes possibilistas e o estado é de crer que os primeiros julgassem ser facil tarefa ludibriar o fallecido Lopo Vaz, adquirindo muitas e salutareas reformas, sem perigo a maior compromisso para a idéa socialista que a *Associação dos trabalhadores* representava.

Infelizmente para o *possibilismo* fallhou a expectativa de absorpção diplomatica do chefe regenerador feita pelos dirigentes socialistas d’essa epocha e posto o pé no plano escorregadio das transigencias e serviços escuros, fatal foi seguir até ás ultimas consequencias da hybrida união do socialismo com o Estado.

Ás armadilhas ignobeis, succederam-se *trucs* inconfessaveis e vergonhosos, e para bem caracterisar a quanto se desceu, não hesitamos em recordar a accusação feita pelo *dissidente* Azedo Gnecco, de ter sido entregue a Lopo Vaz por dois chefes possibilistas, uma carta confidencial que o mesmo *dissidente* entregara aos cuidados do Conselho Federal.

A pôr bem em relevo quanto attingira de infame e vergonhosa a attitude do *possibilismo*, que, em Portugal se acontara na *Associação dos trabalhadores*, devemos tambem lembrar que a mesma carta – segundo affirmação do signatario Azedo Gnecco – dizia respeito a graves e importantissimos assumptos da vida intima do partido republicano, então protegido com dedicado afan pelo sr. Azedo Gnecco.

O povo operario educado em feroz raiva contra o espirito democratico, assistia impassivel á guerra feita pelo Estado contra o partido republicano e quase não reparou até em opportuno momento que, ordenado o encerramento dos clubs republicanos, só ficava em pé, porta aberta a fazer propaganda *revolucionaria* a *Associação dos trabalhadores*.

Ernesto da Silva

## O 1.º DE MAIO. FESTA OU PROTESTO

(A OBRA. LISBOA: Nº 218 (1899), 9 DE ABRIL, P. 1).

Nos bicos d'este dilemma, prende-se uma questão capital: – o 1.º de maio.

É Festa ou Protesto? Pergunta natural o proletariado portuguez mal accordado para a lucta provocada por grandes ideaes.

Eu soffro! diz o pobre; mourejo dia e noite em ardua tarefa, gasto a vida no presidio da officina e da fabrica, trabalho durante muitas horas; da vida só conheço o soffrer sem treguas, encaro á noite vindo da labuta a mulher anemica, os filhos semi-nús e jamais posso, ainda nos dias de Natal, guarnecer a meza de melhor pão.

O misero tem razão, quando analisa e tem odio.

Elle, o esquecido pária, mal visto da caridade de pulseiras e *lorgnon*, nas mesas da *sopa*; pretexto – quando é! – a bazares de caridade, antecamaras a epilogo de paixões estonteantes; tem direito a quedar-se, scismatico e *sem trabalho*, pensando no caso singular da sentença que para sempre o condemnou ao eterno soffer.

E, pensando, esmiuçando a Iniquidade nas intimas fibras de sorte desigual, – permittindo monopolios de ventura e usufructos de miseria – deve ter no olhar scentelhas de fremente colera, mal contida.

Quem sustenta a familia, agora que elle, o homem, já não produz, dispensado de trabalhar e comer?

– A esposa?... A filha?... O filho?...

O lar, á falta de mulher, tornou-se monturo; e quando os pequenos arrancados á escola e á liberdade voltam da fabrica, trazem na face stygma das precoces atrophias ganhas na labuta a troco de dois vintens.

A matutar, mãos nos bolsos, fronte queimada no intimo desgosto, o *sem pão* passa nas ruas, olha os predios de sumptuosa fachada – que outr’ora ajudou a construir – interroga nas *obras* a pedir comprem braços, desalentado afinal á espera da hora redemptora em que tornará a ver mulher e filhos, saindo ao toque do meio dia.

Assim passam dias, semanas, mezes, sem um grito de protesto, de justa revolta de animal espicaçado pelo instinto de conservação.

– A Lei é feroz?!... Transforma protestos em lamentos e faz dos *sem abrigo*, phantasmas perdidos, longe, muito longe...

– Para quê, lutar?!... É melhor, *pedir!*

Ha repulssões, ha despezos; olhares que contudem, respostas que vexam; mas, um por outro tem dó. Depois... algum cobre sempre ampara. Quem dá é pae!

\*  
\*   \*  
\*

Até que um dia surge um symptoma de mal-estar social. Os proletarios cançados de soffrer quedos e mudos nas mansardas e subterraneos, nos pateos e nas *villas*, congregam-se tambem para a affirmação publica do direito *á vida*.

De começo são dezenas, depois fazem-se legiões; a Ordem treme nos fundamentos e os tambem filhos do povo, presidiarios numerados da disciplina, experimentam espingardas e fazem evoluções na *parada* do quartel, esperando ensejo á voz fratricida: *Fogo!*

Então parece que algum caso novo, terrivelmente anormal, vae sacudir a juba e provocar espanto.

A religião reconhece-se impotente a conter a Fome na esperança de *melhor vida*, a Força conta os miseraveis expoliados e franze o sobr’olho balanceando a matança, no tabernaculo a Lei faz *pelle-nova*, engendrando sophismas a liquidar miseraveis.

– Porquê tal receio, tal azafama?



É que os miseros submissos de hontem, julgaram dever erguer-se em todo o mundo, proclamando a Reforma niveladora que d'uma vez extinga entre os homens privilegios que são roubos, classes que são antagonismo.

Em tal momento salva as fronteiras um grito – *Álerta!*

A guerra social affirma-se.

O miseravel vagabundo, falho de esperança, descrente da felicidade, quase inapto á defeza, sente invadir-se de nova força, olha em torno e vê milhares de companheiros de dôr aprestados para a lucta.

Chegara emfim o desejado dia.

Na rua ia affirmar-se ser preciso guarida aos velhos, protecção ás creanças, trabalho aos validos.

Oh! doce illusão!... sonho rapido, aquietante a curtos momentos de agonia interrompida, para voltar mais pesada e insoffrivel.

Que ia fazer-se?

Um protesto!... Grande e superior, feito em todo o mundo, no mesmo dia, obedecendo a um só desejo.

Qual a fórmula de justificar a reacção das victimas contra os algozes?

Affirmando solidariedade, accusando progressos, provando forte organização, traduzindo n'um só grito repassado de febre e n'um só gesto impregnado de justiça que, afinal soara no espaço o signal d'um grande e formidavel duello entre inimigos seculares postos de momento em face.

Sim!... O misero, o farroupilha, o escravo, acordara emfim da lethargia, sacudira a ignorancia, alargara vista ao vedado horisonte da felicidade e aproveitara a digestão demorada do Burguez, construindo reductos inexpugnaveis, fortes posições invenciveis.

– Victoria! podia clamar-se nas fileiras, encorajando mulheres famelicadas de peitos seccos e creanças nuas de olhar mortício.

– O Pae! soubera ser Homem.

Na faina persistente elaborara o Protesto, solidificando-o no Ideal.

\*

\* \*

Depois, desfeita a illusão, viu-se a negra caravana dos precitos, condemnados ao eterno ranger dos dentes, fitar sem esperança o ceu sem estrellas.

Imprevidente, não construiu abrigos; bestial, fôra egoista esquecendo irmãos.

Do alto, o Senhor, recostado em milhões, sorria como outr'ora, descuidoso, fumando n'um charuto o pão de uma familia.

Nas fiações ouve-se o bater forte dos teares, nas *obras* mordem plainas, cahem martellos, nas forjas amollece o ferro, no campo sazonom fructos. E a vida social é a mesma, girando na treva do Confessionario, na pressão da Disciplina, na astucia do Codigo.

A Liberdade, a Vida, a Perfeição, continuam interdictas aos productores famintos.

Então os *ventre-vasios* cançados de multiplicar alheias riquezas, roidos de tuberculose, gastos de degenerescencia, saturados de alcool excitante, engendram nova *revanche* e caminho fóra fazem da Dôr um pretexto e da Inconsciencia um symbolo.

Assim, seguem entre galas, escondem farrapos, affectam falsa energia e na louca febre da illusoria felicidade resolvem ser comparsas á mentira social, indicando ventura que não teem e força que não possuem.

A Ordem, risonha e tranquillã, vela protectora a Romaria.

Libertos d'um dia, á mercê dos senhores, gosam curta alforria.

Perdem-se no espaço luminoso hymnos de ephemero triumpho, reluzem novos symbolos ao sol de maio e fachas sangrentas mascaram submissão e fraqueza, abrindo caminho a carros triumphaes.

Pendidas nos balcões damas patricias olham protectoras os servos em recreio, confirmando na analyse que os pobres ainda teem fato em bom uso.

Por vezes, admiradas da passividade dos romeiros, dizem:

– Parece incrível!... Que ordem!... Vá lá dizer que é tal gente.

– Afinal, não é Protesto?...

Rubros barões da finança, politicos empreiteiros, homens de *companhias*, interveem presurosos:

– Socega, Mimi!... É Festa!... Elles o affirmam nos jornaes que nos aggridem...

– Sim?!

– O Protesto só virá quando elles forem homens e comprehendam a Injustica que os victima. Até lá, a socegal-os, basta a Caridade.

Ernesto da Silva



## O 1.º DE MAIO DE 1899

(A OBRA. LISBOA: Nº 221 (1899), 30 DE ABRIL, P. 1).

«Só ha heresia na resistencia á verdade».

João Huss

HONTEM a burguezia endinheirada, acotovellando-se com a aristocracia «vieille-roche» reuniu-se em piedoso empenho, juncando o «mac-adam» sulcado pelas carruagens, de «confetti», flores, saquinhos de «bonbons» etiquetados a monogrammas encimados de brazões.

Pairava então na atmospherá alguma cousa sinistramente ameaçadora; presagio de revolta, affirmação de iniquidade, documentação de injustiça.

Os «felizes» dando-se «rendez-vous» folgavam em nome da miseria dos bairros pobres, – povoados de esqueleticas figuras, sem direito á existencia, se a *sopa* caridosa, enervante e corruptora, não vier em batalha á anemia dos «sem-pão».

Na ostentação rica das colchas de brocado fino, recobrando «landaus» de Binder, evocava-se um insulto á miseria dos «protegidos», esquecidos no fundo dos miseraveis antros onde a fome e a tísica ensaiam passos de macabro «minuete». E... cada vestido de arrojada e exquisita concepção, obrigara a serões anemizadas costureiras de faces chloroticas gastas no labor de longas horas de «atelier».

Sempre a mentira triumphante, affectando generosidade.

A proteger desgraçados, enxotados do lar e da familia, substituida pela banca zincada da «sopa economica», gastara-se em nome de Jesus na modista, no florista, na «patisserie».

Os miseráveis eram bom pretexto e o humilde nazareno há centos d'annos crucificado no Calvário, já não voltava a empunhar o chicote que fustigára os vendilhões no Templo.

Jogar rosas, violetas, cravos, «flirtar» no conchego tepido de brazonadas carruagens, encanta tanto a vida que bom é haver esfomeados a sollicitar esmola.

Pensavam assim os da festa caridosa, arremessando flores.

Nos lares desconfortados, os «sem-trabalho» continuavam esperando a liquidação da festa que fazia da rua um jardim, entreendo os ocios no mastigar de negras «buchas» também da caridade provindas, quando duras e desprezadas nas mesas das tabernas.

Os «pequenos» saíam de noite á colheita.

As faces rosadas da «mais velha», iluminadas docemente pelo olhar de virgem, conquistavam sempre a compaixão de alguns e a lubricidade de muitos, avidos de carne tenra e desprotegida.

Entre os miseráveis, as lagrimas coriam sempre e em esburacada enxerga no fundo de torvo pardieiro, a mulher sem leite esperava ainda, torcendo-se na fuga á dor, a vinda de mais um miserável, já carinhado de fome no ventre da mãe.

Então os famintos appellavam para o Ceu que ficava mudo, sem uma esperança, surdo, sem ouvir dolorida prece.

Attrahindo á «festa», Deus assestava também o binoculo sobre a Avenida, palitava os dentes e sorria satisfeito vendo folgar as familias *piodosas* e mui «tementes» no cultivo da Caridade.

... Não estava em casa pr'os pobres!

\*

\* \*

Raiou enfim o 1.º de maio. Na Avenida, larga, debuxada de arvores em flor, succede uma «festa» a outra «festa».

Hontem a dos ricos, fazendo Caridade. Hoje a dos pobres, affirmando Revolta.

Os landaus, os vestidos caros, os bonbons, cederam logar a carretas modestas, fatos comidos de uso, laços vermelhos.

Apesar do estranho aspecto, é só de «festa» que se trata.

Os que ali estão, tendo no rosto estampado o stygma dos grandes soffrimentos, naturaes *protegidos* dos foliões da vespera, seus patrões e exploradores, veem só a romaria, não os impulsa ainda o Protesto.

É cedo!...

Basta triumphal passeio da Avenida aos Prazeres, feito o passo marcado em hymno commemorativo.

Depois... guardado o vermelho laço para «festa» do anno proximo, que vale cançar o espirito, pensando em fomentar a força dos expoliados em face da tyrannia dos exploradores?

Para quê canceiras e fadigas?

Em maio seguinte volta-se á «festa» e fica completa a obrigação de protesto.

Uma vez por anno é quanto basta.

Perdidos os symptomias revolucionarios do 1.º de maio, a socegar a consciencia, sufficiente é fazer numero e tornar luzida a parada.

Que importa a agonia das associações de classe, a perda do tribunal de arbitros avindores, o sequestro de liberdade á imprensa, a militarisação do pessoal do arsenal, o desapparecimento dos *centros*, o descalabro da «federação» ferida de notavel impotencia intellectual, a falta de instrucção popular, a desgraça dos operarios da construcção civil, dos gazomistas e do pessoal da viação, tambem ameaçado de proxima miseria?

Nada.

Se fôr preciso protestar, affirmando virilidade, crenças, intuição, roga-se licença de folgar ao patrão benemerito, mettem-se «empenhos» e saccam-se bandeiras na Geographia, restos aproveitaveis de centenarios idos e provavel é chegar a adhesão dos vereadores, cedendo mulas, sotas e galeras

nos intervallos da quotidiana descompostura ejaculada pela inconsciencia proletaria.

Se tanto fôr mister, confia-se do banqueiro Burnay, pedem-se prôas de galeões «antoninos» e mais ainda, tigelinhas de côres berrantes.

Assim, está garantida a festa.

A matar o tempo, pode o proletariado educar-se nos ideaes do progresso, lendo *orgãos operarios* destinados á defeza da intervenção estrangeira, – já hoje condemnada – empreitadas industriaes e valor cooperativista, já provado pela tracção electrica, inutil a modificar a situação dos trabalhadores.

Não faltam pois, elementos a justificar o proletariado portuguez a dar festivo balanço ás energias em disponibilidade.

Sim. Porque transformada a primitiva intenção de immediata revolta que o 1.º de maio symbolisava, estabelecido ficou ser tal data momento azado a sommar os progressos effectuados durante o anno.

É n'este caso opportuno verificar qual o grau de perfeição já attingido.

Analysando de norte a sul, o «fervor da epocha», justo é esperar que á manifestação pomposa, lançada á rua, devam corresponder solida organização e melhores intuitos.

Não sucede assim.

O povo continua inerte, analphabeto, utilitarista, zombando da associação, – onde entra, para sahir dias depois, por não ter conquistado o Paraíso em dois tostões de quotas – mais aproveitado pelos hystriões da politica, que movido de intima convicção a melhorar a dura sorte.

De tal maneira, classes numerosas permanecem estacionarias a braços com o desespero, homens descoroçados retiram á vida patriarchal, enquanto o espirito portuguez, de *cima a baixo*, asphysis inactivo ás mãos da influencia estrangeira sempre crescente e ameaçadora.

Dir-sei-ia caminharmos, não para a Revolução Social que exige homens, mas para a tutella de extranhos a que basta escravos.

Não affirmamos a «patria universal», subindo em poder civilizador; apodrecemos saturados de clericalismo, transformando a terra portugueza em cemiterio silencioso e merencorio.



E como se fôra pouco o estacionamento já provocado por sotainas e palhaços de todos os partidos, especulando a ignorancia nacional, temos ainda preparados na sombra das sachristias e nas antecamaras do Estado terríveis golpes que breve nos hão de ferir em pleno coração, entravando por completo a marcha do povo para além das falsas convenções dos nossos dias.

Ao balancear da pujança revolucionaria em 1899 eis o que se nos offerece a gelar-nos de dorida magua.

No emtanto, resoa forte e imprevidente o grito: – «festa, festa!»

Parece encararmos no convez de condemnado barco, prestes a submergir-se, livida marinhagem disposta a afugentar o terror e bem morrer, esvasiando botijas de genebra.

É enorme o perigo, progressiva a desgraça, assustadora a miseria que nos circumda.

Que fazer o productor?

Construir escolas, formar associações, conhecer a origem do mal?

Não. A satisfazer o espirito atavicamente festeiro e superficial, enganando-se a si mesmo, desenrolam-se pendões, entoam-se hymnos, estra-lejam foguetes, porque tanto é bastante ao proletariado só no 1.º de maio disposto a affirmar-se.

Tremenda desillusão o futuro reserva aos que da *festa* e só para a «festa» vivem.

Desprovidos de pão, faltos de liberdade; resta soffrer paciente e resignadamente, fornecendo na nossa miseria pretexto aos ricos, piedosos protectores do «asylo» e da «sopa», motivo á celebração da «festa» caridosa que por sua vez foi tambem 1.º de maio para os detentores da felicidade e do goso.

Confrontando as duas «festas», investigando da proletaria fraqueza para o ataque e da inconsciencia para a defeza, parece, mau grado nosso, mais podermos confiar na esmola dos exploradores que no Protesto dos explorados.

Convencidos da innegavel verdade, já muitos conscientes luctadores fogem ao folguedo, esperando os dias de lucta.

Até lá, a esses, convém quando intimados a rendição pela burguezia piedosa, responder como Cambronne em Waterloo: – «a guarda morre mas não se rende»<sup>234</sup>.

Por est'arte, á falta de festa será mais significativa a comemoração do 1.º de maio.

Ernesto da Silva

---

<sup>234</sup> A Pierre Jacques Étienne, visconde Cambronne (1770-1842), ferido na batalha de Waterloo, é-lhe atribuída esta frase quando cominado à rendição por um oficial británico.

**AINDA O 1.º DE MAIO. DEPOIS DA FESTA**  
**(A OBRA. LISBOA: Nº 224 (1899), 21 DE MAIO, P. 1).**

EXTINCTOS os ultimos rumores festivos, agora que o proletariado já recolheu ao habitual mutismo, justo é mostrar qual é a orientação por nós mantida durante o periodo da festa ha pouco finda.

Pareceu a alguns, insuflados do fervor da epocha, que os fazia vêr a Revolução Social seguindo ao cortejo vistoso, ser nosso intuito perturbar pelo mero prazer de perturbar.

A desfazer o erro, vimos hoje.

Proclamando a essencia de «protesto» sobrepondo-se á intenção da *festa* tivemos em mira resalvar a pureza da idéa socialista, não apta a viver de artificiosas exhibições; porque se a festa se multiplica no paiz, nada prova em progresso dos ideaes que nos são caros.

A testemunhar nossa asserção, basta recordar o espirito «macaqueiro» da terra portugueza, provado em varias povoações a obrigada visita ao cemiterio, embora faltassem mortos a celebrar.

Chegou a sentir-se falta de mortos com direito a apotheose!

D'ahi que concluir? Á «festa», falta base ideologica; enquanto se fóra «protesto», quando alguma terra se manifestasse, poderia affirmar-se com justiça ter o ideal socialista penetrado mais um nucleo de cidadãos em terra portugueza.

Assim, operar-se-ia apreciavel proveitosa selecção, dando logar á crença em progressos realizados; o que não succede, sabendo nós d'antemão quanto a «festa» treslouca e movimenta o indigena.

A pairar, em nauseante e fedorenta nota sobre a *festa* do 1.º de maio, guindada a revista de forças, temos o triumphal cortejo de Beja, onde as carroças destinadas ao transporte dos excrementos da população, foram suggestivos symbolos do Trabalho... digestivo.

Ainda a comprovar quanto a idéa inicial do 1.º de maio está entre nós deturpada, temos que a folga ao trabalho, considerada pelo congresso de Paris de 1889, base á propaganda do revolucionario principio da greve geral, resta em Portugal como pretexto a simples feriado, com licença dos patrões.

Não seria justo esperar n'esse dia, ver cheias as salas das associações operarias, succederem-se sessões a sessões de propaganda, conferencias e mesmo saraus, em que a arte revolucionaria desempenhasse brilhante papel?

Não succede tal.

Em regra, o operario procede assim: Pede de vespera licença ao patrão para folgar, veste o melhor fato, vae ver o cortejo e depois... a pé, no comboio barato ou no americano, emigra, – caso possua alguns tostões – para retiros habituaes, a fazer retinir malhas nos taboleiros de chinquillo<sup>235</sup>, enquanto se frita o peixe e tempera a salada.

Depois de verem passar o cortejo, julgam-se desobrigados e... até pr'º anno.

Quem tiver olhos de vêr, e não fôr totalmente cego de entendimento, facilmente concluirá que não ha tal affirmacão de forças e só ha motivo para patuscada, justamente originada na propaganda manhosa dos que precisam – a jogo pessoal, – fazer pedestal na insciencia da maioria.

E não venham dizer-nos ser perigosa a exposiçãõ da verdade.

Então a radicar idéas, fomentar progresso social e fazer homens para futuras conquistas, é indispensavel intrujar indecorosamente, affirmando ser nobre o que não passa de objecto?

---

<sup>235</sup> Jogo em que deve ser derrubado um pau ou cilindro colocado a certa distância com a ajuda de um disco ou uma chapa.

Querem alguns afirmar que a titulo de «festa» se faz muita propaganda.

Discordamos. A analyse de 1895, 1896 e 1897, indica que os cortejos effectuados então em Lisboa attingiram grande importancia – certamente ainda não excedida no Porto – e ao cabo da «festa», as associações ficaram despovoadas e não consta que a tiragem de folhetos de propaganda ou de jornaes operarios, subisse por maneira a fazer acreditar na influencia decisiva da propaganda effectuada de anno para anno.

Ao contrario até do que era licito esperar, succedeu a algumas empresas editoras, ficarem a braços com onerosos encargos.

Justamente porque assim succedeu e nos certificámos ser a «festa» mais um mentiroso symptoma de vida, dentro de sociedade decadente, é que resolvemos não mais tomar parte em manifestações menos dignas das idéas que perfilhamos.

Desde então ficámos convencidos da inutilidade do movimentar festeiro a preparar adeptos ao socialismo emancipador, lamentando intimamente a ingenuidade que nos fazia julgar serem as manifestações geradoras de idéas, quando só as idéas assimiladas e respeitadas, podem produzir manifestações conscientes, dignas e respeitaveis.

Assim, mantida a essencia de «protesto», é de esperar a conquista de alguns espiritos mais lucidos, dispostos a combate; não succedendo o mesmo, mantida que seja a orientação festiva que faz do 1.º de maio um dia santo não marcado na folhinha.

E, já que temos fallado em «protesto», preciso é aclarar o nosso proposito, não vá a má fé ou ignorancia, bordar sobre o caso periodos de «laracha» insulsa.

O «protesto», quando não se traduz pela violencia, affirma-se pela consciencia. E quanto nós desejamos na celebração do 1.º de maio, é poder provar de anno para anno, não só ser mais forte a organização das forças proletarias como demonstrar ser maior a cultura moral e intellectual d'aquelles que só no emprego d'essas armas poderão alcançar victoria.

Dado – por absurdo – que as revoluções se decretassem, fixando-se hora e dia, certamente não faltariamos no posto, embora o momento tra-

gico soasse no 1.º de maio. Porém, compreendendo a evolução soffrida pela idéa expressa na data preferida no congresso de Paris, não vae a nossa exigencia a reclamar grêve geral em paizes atrasados e decadentes, nem tão pouco sollicitamos o troar do canhão ennevoadado de fumo branco a planicies ensanguentadas.

A satisfazer-nos, basta poder constatar no annual balanço do «activo» dos trabalhadores, ser maior a crença em melhor futuro, acompanhada de illustração que determine a solidariedade associativa e não permita ver importantes nucleos operarios á mercê de qualquer «banaboia» habil em maniversias e sortilegios, authenticando com a força do numero perigosos tramas em desfavor da liberdade, portanto do Futuro.

Provado que a renovação social intentada pelo proletariado, não pode surgir de pouco «possibilismo», queremos ao menos, constatar no 1.º de maio que associações operarias replectas de publico á hora das sessões, estão dispostas não a fazer «festa», mas aptas a produzir seguro «protesto» contra os mais notaveis factores da decadencia nacional, tão bem expressa no embrutecimento systematico da massa popular.

Parece-nos tal desejo não deshonorar o socialismo, sendo preferivel á decantada união, que de longe tresanda a cumplicidade.

Depois da festa, resta perguntar: – qual é mais perigoso: não ser comparsa durante um dia em romaria inaproveitavel, ou comprometter com viciosa tactica um grande ideal, durante o decorrer d'um ano?

Sim. É justo saber-se, se ha mais coherencia no auxilio a instituições decrepitas que envenenando estão todo o organismo nacional, apoiadas no nefasto progredir do clericalismo; ou no justificado protesto d'aquelles já dispostos á extirpação do cancro que ameaça devorar as ultimas esperanças de possivel salvação.

Ostentar nas ruas carros enfeitados, facas e varios symbolos, tem na Belgica ou n'outro paiz diferente significação da extrahida em Portugal a identico facto.

Na Belgica, representa consciencia, civismo, força, sempre existentes e em continua elaboraçao da obra revolucionaria; em Portugal a romaria

não passa de engano á fraqueza popular favorecida pelo Estado a poder um dia distrair maguas.

O proletariado d'alem-fronteiras antes de se manifestar – quando se manifesta em procissões civicas – cuida das suas aggremações, dos seus abrigos e da sua força; e para descer á rua não precisa pedir licença á folga.

Porque não succede por tal fórma em Portugal?

Simplesmente, porque o proletariado nacional – como as outras camadas sociaes – está saturado de ignorancia que o faz inerte, utilitarista, improprio a reivindicações grandiosas, embora esfomeado e crivado de tributos.

Onde reside a origem do mal?

Ninguem o desconhece.

O reforço do clericalismo, protegendo o direito divino, é bastante a fazer luz.

Está pois demonstrado que o mau socialismo se esconde nas «habilidades» dos protectores do existente, consequentemente protectores do clericalismo obscurantista e reaccionario.

A esses, embora partidarios da «festa», não vae o nosso respeito; ficamos mais tranquillos, continuando a affirmar verdades, denunciar perigos e acordar consciencias para o «protesto».

Os nossos gritos poderão perturbar digestões mas hão de por sua vez encontrar ocho.

Quer queiram, quer não, amigos e adversarios – d'aqui ou d'além.

Ernesto da Silva





**CARTA ABERTA. (AOS CAMARADAS DO NORTE)**  
**(A OBRA. LISBOA: Nº 225 (1899), 28 DE MAIO, P. 1).**

«Se a arte de philosophar é dirigir a opinião; a arte do ambicioso é segui-la».

Camillo Desmoulins

Aqui está por que não seguimos a opinião – porquanto não nos movem intuits de mesquinha conveniencia pessoal.

Repeitemos porém o methodo.

Porquê «uma carta aberta»?

Por que impertinentes, mal-avisados e não pedidos conselhos de mudança de tactica, vieram de camarada que muito respeitamos, surprehender a nossa boa fé; porquanto de ha muito julgavamos ser no Porto o socialismo fundamentalmente revolucionario e de inspiração democratica e nunca podemos julgar n'um á «ultima hora», ver surgir protecção condemnavel a «processos progressistas» que condemnamos, como ha pocos dias o Porto socialista tambem condemnava.

Ponhamos a tranquilisar espiritos em bom pé a questão.

As subitas mudanças só na marcha do tempo encontram explicação.

Demais é sabido, a simples analyse o confirma; não haver em Lisboa «questões pessoaes» a dentro da idéa socialista, e, tão sómente tratar-se na progna que vae ferida, d'um novo episodio de «socialismo de estado», frente a frente posto com a marcha natural da idéa.

E tanto é assim, facto mais que notado; quanto bilhetes postaes – ao que parece, vindos do Porto, salvo «habilidade» possivel – vieram confir-

mar não ser agradável á idéa socialista em Portugal enfeudar-se a qualquer grupo da rotação constitucional.

Mas... a documentar quanto não ha questões pessoas em Lisboa e só questões de principios motivaram a lucta, basta estabelecer ter o jornal *A Obra* mantido lucta intransigente contra falsos principios de socialismo que assentavam base nas «empreitadas industriaes» – destruidoras do programa federal! – intervenção estrangeira, que nos ameaça de absoluta e completa desgraça; indo até á discussão d’um cooperativismo productivo, não só por nós condemnado, porquanto bem boa ajuda e melhor doutrina vem o *Manual do povo*<sup>236</sup> publicado na capital do norte.

Assim, fica assente: Não ha uma «questão pessoal». Ha ao contrario, duas correntes d’idéa socialista.

A 1.<sup>a</sup> faz a apologia da expoliação dos operarios pelo systema da empreitada industrial, defende a intervenção estrangeira que asphyxia *A Lusitana* e propaga cooperativismo «que nos ha de levar ao fundo de um mar de lodo».

A 2.<sup>a</sup> faz a propaganda da associação de classe, defende o cooperativismo, praticavel quando tenha por via da especulação commercial garantias de auxilio á transformação economica das sociedades e sendo em materia politica maximamente partidaria da completa liberdade individual, é essencialmente democratica favorecendo todas as soluções de progresso que se offerecer possam a regular marcha para o Futuro.

---

<sup>236</sup> SILVA, M. J. da – *Pequeno manual do povo*. Porto: Typographia Industrial, 1896. O volume, subtulado «No qual se trata de pôr a ideia geral do socialismo ao alcance de todos», sendo um «Livro dedicado ás associações operarias e socialistas de Portugal», pretendia servir de guia doutrinaria para aqueles que, como o autor, segundo explicava, careciam de qualquer tipo de instrução académica. O texto, construído em vinte e um capítulos, tratava de responder a questões como o capital, o salário, a família, a religião, a caridade, a pátria, a questão social, a revolução ou o partido socialista, cumprindo duas condições que o autor considerava «necessarias» para poder ser lido por todos aqueles que soubessem: era «barato he escrito n’uma linguagem que ninguem terá dificuldade em comprehender». Vid. A quem ler este livro, p. 7-9.

A 1.<sup>a</sup> corrente é puro «possibilismo» de jogo pessoal, sem preocupações de maior, enquanto a 2.<sup>a</sup> é socialismo puro que não se prende com dogmas e só tem por «eschola» a verdade inteira e completa.

Posto isto, são dispensáveis defezas por procuração, maniversias, sortilegios.

Trata-se demais alguma coisa.

Deitar abaixo a mascara e escolher caminho; n'este caso, nem todos os trilhos vão dar a Roma, alguns vão afundar-se no Desprezo. É pois, conveniente pensar antes de encetar a marcha...

Antes de fechar, um caso merece registo.

Diz o camarada portuense M. da Silva: «é preciso dar nas aggremações operarias um exemplo frisante que tenda a limpá-las de muito lixo cujas exhalações ameaçam empestar a atmosphaera do movimento socialista».

Completamente d'accordo; simplesmente notamos nos ultimos tempos a influencia do *Seculo!*... a pedir salutar a benefica varredura – nas fileiras da Revolução Social.

Não estão d'accordo M. da Silva e mais companheiros?

Sim, por que a questão é facil de pôr: quem serve a monarchia, serve os padres e a desgraça nacional que não permite progressos socialistas; quem defende o ideal democratico: consequentemente a remodelação social, serve, sem contestação o Socialismo.

Não será assim?

Dar-nos-ia prazer a honra de resposta.

Fechando o correio, ficamos na expectativa.

Até depois.

Lisboa, 24 de maio de 1899.

Ernesto da Silva



## **A OBRA**

**(A OBRA. LISBOA: N° 227 (1899), 11 DE JUNHO, P. 2).**

Passa hoje o 5.º anniversario d'esta associação; tanto basta affirmar quanto devem ter sido os esforços dispendidos na sua manutenção.

Tambem, pois, affirmando a minha gratidão ao grupo de dedicados luctadores que o administram, venho trazer a mais cordeal saudação no dia da festa aniversaria.

Sendo conhecida como é de todos, a attitude mantida valentemente pela *Obra* nos ultimos tempos, creio não se dever regatear á prestimosa aggremação de instrucção e beneficencia o mais caloroso applauso.

Em lucta porfiada, tem vindo *A Obra* reivindicando a pureza da idéa socialista, luctando sem medo contra as mais infames intrigas forjadas por ignobeis adversarios que do socialismo teem feito manto protector a baixas paixões e pessoas interesses.

Intemerata, sem recuar ante o perigo, *A Obra* mantendo bem alto o pendão vermelho dos ideaes revolucionarios do povo trabalhador, tem sabido combater os *falsos apóstolos*, defensores de torpezas como a administração estrangeira, empreitadas industriaes e tantos outros processos de politica feita em favor do estado progressista.

Não esquecendo os verdadeiros principios socialistas que encontram base na mais completa expressão de liberdade individual e perfeição collectiva, tem mantido *A Obra* decidida campanha em prol da verdade e da justiça, ameaçadas pelo *socialismo d'estado* que para ahi estadeia pustulas de repugnante leprozo.

Seguindo orientação essencialmente democratica, repudiada a obra nefasta d'um regimen corrompido até á medulla, tem este modesto semanario socialista, arcado contra todos os defensores mais ou menos ignobeis do actual estado de couzas.

Assim, tem sido generosa e grande campanha mantida pela *Obra* e estamos certos que no futuro ao fazer-se a historia fria e desapaixonada dos epizodios em que tem sido envolvida a idéa socialista em Portugal, nos ultimos annos, se reconhecer quanto tem sido valiosa a cooperação d'este jornal no seu combate aos *franciscanos* de nova especie que no cooperativismo, nas associações de classe, nos *centros*, em toda a parte, têm escripto vergonhosas paginas em que o impudor é unica manifestação.

É justo pois, saudar *A Obra* no dia do seu anniversario, endereçando ao nucleo de camaradas que a amparam a confirmação do meu respeito e applauso.

Ernesto da Silva

## TUBERCULOSE E ALCOOLISMO

(A OBRA. LISBOA: N° 230 (1899), 2 DE JULHO, P. 1).

«Podéssemos ter o dinheiro preciso para combater a miseria social, que é o ventre materno da miseria-physiologica – a tuberculose é uma doença sobretudo de terreno – e o espectro negro batera logo em prompta retirada. – *Dr. Guilberme Ennes.*

N'UM campear desenfreado, affirma-se de mais em mais, impudica e insolente, a intrugice official, fingindo protecção ás desgraçadas victimas sociaes.

Agora temos o estado-protector, braço dado com gentes de stirpe, zombando da desgraça alheia a titulo de campanha a fazer contra a tuberculose.

Visto o facto, justo é pretendamos conhecer da sinceridade de intenções dos varios «anjos da caridade, promptos ao suavisar das nossas dôres.

Olhando a lista dos adherentes á subscrição, depára-se-nos na turbamulta protectora, a fina flor dos expoliadores do povo; politicos, proprietarios, monopolistas, mais que adextrados na pratica de esfomear a multidão e exploral-a até ao maximo, fomentando monopolios, elevando rendas de insalubres pardieiros e forjando «altas» no preço dos generos mais necessarios á vida.

Em fraterno convivio, no intrujão empenho de ludibrio ao povo que trabalha e não come, encontramos tudo quanto do «estado» faz vida, «humanitariamente» empenhado na salvação das classes pobres dizima-

das pela tuberculose e contrahida no excesso do trabalho e na pobreza da alimentação.

Que sairá d'esta nova campanha que se inicia tão entusiasta?

O costume. Um bazar de caridade, kermesses e touradas, excellentes pretextos á exhibição de vestidos caros – de novo modelo, – além de favoráveis ensejos ao cultivo das paixões fortes e sensuaes, desaçaimadas nos recantos da «obra piedosa»!

Emquanto ao mal, persistirá impiedoso s (sic) tenaz a devorar as costureiras, os sapateiros, os chapelleiros, os typographos, etc., obrigados á habitação em plena morbidez de casas sem ar nem luz e á ingestão diaria de feijões afogados n'um banho de agua da Companhia.

As mulheres continuarão nas fabricas e nos «ateliers» preparando terreno á cultura do microbio, tornando-se excellentes transmissor da morte e degenerescencia ás gerações futuras, enquanto os homens, a estimular forças gastas e não renovadas e na busca de esquecimento á dôr moral, procurarão no alcool ficticio alento a caminhar na vida.

Assim, a tuberculose e alcoolismo perpetuar-se-hão, offerecendo consequente augmento ao quadro da mortalidade, aos manicomios e ás prisões.

Affirmando pela sciencia que a tuberculose determina especiaes condições degenerativas, que vão a fornecer em 20 presos tuberculosos da penitenciaria central de Lisboa, 14 responsaveis de furto e roubo, vemos que alcoolismo e tuberculose procreados pela infame organização das sociedades, são cancros roedores dentro da vida social, de só possível extirpação ou notavel attenuamento em seus effeitos, quando seja mais humana e menos ladra a distribuição das riquezas creadas pelo esforço humano.

O que não fôr isto, é embuste destinado a especular na ignorancia popular o sentido de gratidão, propicio ao conservar da grande iniquidade economica que victima os productores e mantem os parasitas.

Mas, abstrahindo de considerações garantidas na investigação scientifica, consideremos o que se propõem fazer os «benemeritos» salvadores da gente portugueza.



Quando muito, esgrimir quixotesicamente dentro dos sanatorios contra os efeitos, deixando subsistir as causas do mal terrivel.

O monopolista, agricultor, moageiro ou panificador, continuará na louvavel tarefa de roubar no peso do pão encarecendo o genero e augmentando a fome que já tem moradia nas casas pobres.

O ministro, fará leis protectoras para a grande agricultura, industria e mais sanguesugas da vida proletaria, esperançado em recompensas de votos em dias de eleições em sertanejo burgo, sem attenção ao estomago do consumidor.

O vereador continuará a permittir o desrespeito ao codigo de posturas municipaes, deixando que a habitação seja pouco menos cloaca, para não ferir interesses proprios ou de collegas senhorios.

O marchante, continuará conluiado com outros, não deixando a carne ser alimentação do povo.

O bacalhoeiro, teimará – sem incommodo da policia – a marombar nas «altas e baixas de preço», impedindo que o bacalhau seja lenitivo á fome do maior numero.

E... para fechar a lista dos «bemfeitores» accrescentaremos que o commercio em geral procurará, dia a dia, novas formulas de ganhar a vida – sem temor a toques de apito – envenenando a multidão consumidora na falsificação dos generos alimenticios.

Decididamente, depois d'isto, só um bazar de caridade com sorrisos a 4\$500 e olhares maganos a 5\$000 réis, póde debellar o mal, afugentando-o, temeroso das emanações do «patchouly» aristocratico e bemfeitor.

Entretanto, os deputados opposicionistas – á moda e exemplo do sr. Melo e Sousa – irão affirmando, ali no parlamento, a pretexto de laracha desopilante, que o governo se encarregará de povoar os sanatorios – elevando o preço do pão – para ser agradavel a «alguem» de subida cotação no mercado da caridade. E emquanto a intrugice protectora campeia em desordenada facecia, o povo cá está «em baixo», roendo buchas velhas por amor de Deus quando não ha trabalho, e mais, trabalhando de sol a sol, sustentado a sardinha e queijinho saloio!

Emfim, enquanto o povo portuguez não estiver cansado de charlatanismo e não quizer ver – pelo menos! – que a alimentação publica foi enfeudada pelos politicos monarchicos aos grandes monopolistas e trunfos eleitoraes que decretam o «pacto da fome» em troco da conservação das instituições, continuará o pagode das listas de subscriptores dos sanatorios a serem preenchidas pelos obreiros da morte, que hypocritamente fingem lastima pela dôr alheia, quando esperando estão dia e noite descortinar qual o mais habil processo de fazer fortuna com a exploração da miseria.

N'uma terra em que o pão e a carne, até ao phosphoro e viação, tudo caiu em bentas unhas de especuladores, já se não resolvem problemas sociaes com projectos de lei, sanatorios ou limitação de tabernas.

O processo tem de ser outro. É procurar um justo protesto de povo indignado, remedio ao mal que povoa os carceres e manicomios, degenera uma raça e enche até ás bordas as «vallas» dos cemiterios.

Ernesto da Silva

## SÓ!

(RESPOSTA AOS SOCIALISTAS PORTUENSES M. JOSÉ DA SILVA  
E V. DE CAMPOS)

(A OBRA. LISBOA: N.º 230 (1899), 2 DE JULHO, P. 2).

Prometti responder e vou fazel-o.

Pouco direi. Não sendo de molde a impressionar-me em extremo, poucas palavras bastam em resposta á prosa vinda á luz de «braço dado».

Simplemente constato um facto.

Eu, na «carta aberta»<sup>237</sup>, dictada pelo meu espanto ao ver contradictorias affirmações d'absolvição apoz justificado correctivo a falso socialismo, fui correcto, affirmei respeito e tive em linha de conta considerações de sympathia pessoal que desde 1894 intimamente contrahi.

De «braço-dado», em resposta, recebi a troco, grosseiras insinuações, sem luz ser feita a um só dos pontos obscuros que meu pasmo motivaram a dentro da «carta».

Que posso concluir?...

Simplemente que, faltando justiça, se delegou na violencia, replica a precisas interrogações. Tal a conclusão extrahida dos factos.

Estou satisfeito. Conheço o processo; em nome da «liberdade socialista» não é a primeira vez que o topo em meu caminho.

Vamos porém, liquidar por parte a grosseria gerada na «invicta».

---

<sup>237</sup> Vid. SILVA, Ernesto da – Carta aberta. (Aos camaradas do Norte). *A Obra*. Lisboa: n.º 225 (1899), 28 de maio, p. 1, neste mesmo volume.

M. Silva<sup>238</sup>, chama-me tolo!

Ha bem pouco, ainda, se dizia no Porto ser boa e justiceira a orientação da *Obra*.

Assim, que fazer?

Retorquir, chamando asno a M. da Silva?

Abstenho-me. Não iria augmentar a convicção das gentes e... restos de consideração pessoal indicam-me outro caminho.

Prefiro calar-me.

Agora V. de Campos<sup>239</sup>.

Este, sim. Leu a «carta-aberta», esmiuçou, farejou onde lançar amarra á indignação, e intimamente convencido que a phrase – «salvo habilidade possível» – só podia entender-se com o impudente truão que em Lisboa tem ferido de morte o ideal socialista, expectorou forte ataque pedagogico, reclamando palmatoria para açoutes! como podia reclamar cabeça para ter juizo a evitar asneiras.

Depois, pergunta se estranho o grosseiro ataque.

Ao contrario, apoz a franca declaração de V. de Campos, mostrando intenso horror ao estylo, fica tudo nos eixos.

A aversão á fôrma, justifica a rudeza na replica.

Afinal, relanceada a vista ao «braço-dado», parece-me entrever na «prosa a dois», mais, um intimo desforço pessoal com filiação possível em descontentamento vindo do 1.º de maio, que manifestação sincera de quem pretende fazer luz sobre casos que de ha muito devia ter empenho em conhecer de perto.

Sendo assim, permita-me V. de Campos um conselho: – quando julgar conveniente interrogar-me ou verberar em publico a minha orientação ou attitude, faça-o, sem mascarar intenções.

Em materia de principios e critica, estou certo não ser eu quem ando fóra de trilho.

---

<sup>238</sup> Manuel José da Silva.

<sup>239</sup> Francisco Viterbo de Campos.

E... tenho dito, anotando em particular carteira a «patetice» do M. da Silva e a palmatoria dos açoutes de V. de Campos.

O futuro dirá quem tem razão.

Até depois.

Ernesto da Silva



## A REPUBLICA

(A OBRA. LISBOA: N° 233 (1899), 23 DE JULHO, P. 1).

TRATANDO da questão Dreyfus, o *Jornal do Povo*<sup>240</sup>, redigido pelos libertarios francezes, diz o seguinte:

«As conclusões do relatorio, d'ora avante historico, hontem proclamadas diante do Supremo Tribunal vão illuminar este paiz como se fossem um relampago. D'esse *facto* evola-se uma empolgante emoção cujas vibrações por muito tempo se farão sentir!

E pensar que teria sido impossivel, dentro de uma monarchia, manter a espantosa lucta que conduz a taes victorias? Lançae um olhar aos mezes decorridos. Lembrae-vos do tempo em que no seio das familias era preciso batalhar pela palavra e pelo raciocinio contra os amigos a convencer, e, na rua, contra impiedosos adversarios, esse spectaculo de uma nação consentindo em rasgar as proprias entranhas pela Verdade e pela Justiça, esse sublime spectaculo só na Republica é possivel.

Ha pouco, dizia um allemão a alguem: “Na Allemanha asphyxiar-se-hia em 48 horas a questão Dreyfus”.

Ainda mais uma phrase, dirigida em Constantinopla a um francez apresentado em casa de uma familia turca: – “Ah! fez o dono da casa, o senhor é do paiz onde se batem pela Justiça?!...”

---

<sup>240</sup> Trata-se de *Journal du Peuple*, jornal anarquista francés fundado por Henri Rochefort, Arthur Arnould, Louis Noir e Ulric de Fovielle em 1870. Em 1899 voltou novamente à luz no contexto da questão Dreyfus, sendo depois dirigido por Sébastien Faure.

Pois bem, sim, os allemães, os turcos, todos os *povos* do universo teem n'alma os mesmos sentimentos de justiça. Mas, só as Republicas são campos abertos para a batalha possível na defeza da Justiça. Aqui está porque nós, revolucionarios, devemos no *momento opportuno* mostrar indispensavel abnegação, e por um dia calar a voz das nossas esperanças, das nossas reivindicações, defendendo a republica com todas as nossas forças, com os nossos corações, com as nossas penas, com o nosso sangue se tanto fôr preciso. No dia seguinte á batalha retomaremos o nosso ponto. Mas, desde que a republica está em perigo somos nós **verdadeiros republicanos**, que a devemos proteger contra o Cezar-plebiscitario, contra o Cezar-soldado, contra o Cezar-sacerdote, contra quem quer, que debaixo de qualquer pretexto, por qualquer causa que actue, attente contra o pouco de liberdade que já possuímos. Só temos um meio possível de proclamar e fazer vencer os nossos sonhos de hoje, é conservar em primeiro lugar o direito de fallar alto!

E porque a republica madrastra, a republica desviada, prostituida pelos burguezes, a republica impotente a salvar os melhores dos seus filhos, a republica vendida aos seus implacaveis inimigos é ainda e apezar de tudo a republica; – regimen em que é impossivel estrangular em silencio a Justiça e a Verdade – nos gritamos hoje: viva a Republica!

Amanhã, bradaremos: – Viva a Anarchia!”<sup>241</sup>

Pela leitura do que fica transcripto em *A Obra*, se pôde julgar quanto é nobre e pura a intenção dos servidores da idéa socialista em França, posta em confronto com o equivoco proceder dos chefes *socialeiros* cá da terra.

Em Paris, na salvação da Republica ameaçada, congregam-se e auxiliam-se revolucionarios de todos os matizes, empenhados na conservação do regimen que mais garantias offerece á remodelação economica das sociedades.

---

<sup>241</sup> Note-se que a tradução do texto é da responsabilidade de Ernesto da Silva.



A estrutura politica da Republica é indispensavel á reforma social proclamada pelo socialismo; ainda quando o Ideal tem por objectiva finalidade as mais arrojadas conclusões do libertarismo.

E não é só em França que o socialismo se manifesta seguro esteio á democracia; na Belgica como na Italia, os socialistas apressando a evolução, unem-se á burguezia liberal ou republicana a dar batalha ao privilegio monarchico, provado detentor do progresso social.

Talvez, quem sabe, não venha longe o dia em que na Belgica se imponha a criação d'um partido republicano – hoje ainda não definido – composto de liberaes avançados e elementos socialistas de pallido colorido!

Ha muito já que a vida politica belga vem reclamando um nucleo partidario *de governo*, que herdeiro possa ser dos despojos monarchicos, garantindo dentro da Republica a viabilidade das reformas sociaes hoje incompativeis com as instituições viciadas e anachronicas, na sombra protegida pela intolerancia e sectarismo clerical.

Em Portugal, porém, dadas as condições da Belgica e da Italia o socialismo offerece particular aspecto; pretendendo influir na massa trabalhadora, hoje, a exemplo de 1892, em que os *franciscanos* davam leis, finge amar a emancipação proletaria e ignorante, esquecido da lição da Historia e tambem impudente e malevolo ajuda á corrupção nacional, faz manhoso o jogo do estado e a titulo de postiza indignação, systematicamente pretende ferir a idéa democratica procurando extirpar da consciencia do povo a lembrança dos mais audazes e desinteressados servidores da causa republicana.

Diante de tão ignobil aspecto, bom é que o proletariado conheça a bella attitude de Sebastien Faure na França, seguindo-se á marcha politica do socialismo belga e italiano, e depois diga se ha ou não um abysmo entre a idéa socialista no estrangeiro e *essa cousa* que prahi anda, nas encruzilhadas do cooperativismo fraudulento, fazendo affirmações em letra negra, tão audaciosas como impudentes.

Ernesto da Silva



## CONSIDERAÇÕES LIBERTARIAS

(A OBRA. LISBOA: N° 234 (1899), 30 DE JULHO, P. 1).

NESTA facciosa questão Dreyfus, tão cheia irregularmente matizada de varios aspectos, desde as barbas posiças de Paty du Clam<sup>242</sup> até á ascensão ao poder de ministros socialistas; por sua vez appareceu tambem a exacta definição do que é, e deve ser o libertario moderno, despido de exclusivismos doutrinarios, que, por serem campo restricto á acção individual, d'antemão estavam condemnados a desaparecimento no sarcophago de velharias inuteis.

Assim, temos que na primeira fila dos mais ardentes dreyfussistas se contaram e contam os que o ideal libertario tem em França de mais intellectualmente superiores, e, caso singular, motivo a espanto – de orthodoxos espiritos – Kropotkine, Sebastien Faure, Malato, e toda a ala nova do libertarismo, teem sido os melhores defensores da execrada Republica burgueza, feita para gaudio único dos detentores capitalistas, christãos e judeus, de posse das minas, das fabricas, dos estaleiros, da propriedade territorial, emfim, possuidores da riqueza da França.

Porquê a intervenção dos libertarios?...

A questão era entre burguezes. Um d'elles, demais militarista, innocente, estava no presidio, como nos varios presidios francezes estão muitos outros innocentes, filhos do povo, victimas das *leis sceleradas*, sem

---

<sup>242</sup> Armand Auguste Charles Ferdinand Mercier du Paty de Clam (1853-1916), militar e grafólogo, foi encarregado de comparar a escrita de Alfred Dreyfus com a da carta enviada ao agregado militar alemão em Paris, concluindo encontrar pontos em comum que justificavam uma investigação mais aprofundada.

que a burguezia sinta por isso desejos de interromper a pesada digestão de felicidade extorquida aos sem-abrigo.

D'esta maneira, o povo não tinha que intervir na campanha da Verdade e da Justiça.

Em tal corrente seguiram Grave e outros, segundo nosso aviso, por excessivo e errado respeito a pretendidas formulas; enquanto o *politico* Guesde e o especulador orleanista Rochefort seguiam o mesmo rumo.

Faure, Mirbeau, Malato, e mais, julgaram ser a attitude expectante impropria de representantes dos mais elevados principios de Justiça, e, uma vez lançados na lucta, puderam entrever não se tratar tão somente de um *erro judiciario*, mas, melhor, muito melhor, da intima corrupção do estado maior, a que não faltavam *sout neurs* á Esterhazy, pederastas á Paty du Clam, falsarios á Henry, indo a podridão em marcha até á *petite fille* Pays.

Ainda mais: no demorado e acceso combate, fez-se luz intensa e viu-se então a canalha clerical e anti-semita regaçando a batina braço dado com os do sabre e gente investida do *cravo-branco*, açular a multidão contra a Republica, esperançada no regresso do ridiculo Orleans, protector e patrão do patife Rochefort.

Estava pois em perigo a Republica. Não a republica dos burguezes – isso é o capitalismo! – mas a republica-regimen, conquistada pela Revolução ao Passado de direito divino; ameaçavam sossobrar liberdades já garantidas e na treva projectava-se deter a marcha da Humanidade para o ideal da perfeição já visto pelos libertarios.

Urgia actuar, e Faure á frente, seguido de amigos e camaradas, sem discutir se eram burguezes os dreyfusistas que reclamavam Justiça, pode imprimir ao movimento provocado em favor da victima da ilha do Diabo, o character especialmente benefico de demolidor do militarismo, provadamente origem dos mais abominaveis crimes.

Então, discutia-se tudo. Desde a submissão de carneiro imposta ao homem feito soldado, até ás tenebrosas machinações dos agaloados e aos vicios da caserna, tudo foi submettido a rigorosa analyse e a obra

revolucionaria vigorosa e forte ficou então de pé, a desilludir os ingenuos esperançados de defeza em provavel *révanche*, feita por conta dos empenachados mandões da passividade militar.

Traidores, falsarios, pederastas, anatomisados á luz do dia, frente a frente do povo até então illudido e agora descrente, deixaram que a intentada obra de Iniquidade se transformasse na mais util das propagandas contra a Caserna, em que a Burguezia ainda hoje tem um dos mais solidos esteios a garantil-a na impunidade de hediondos attentados.

De mais seguros effeitos foi ainda a obra dos homens de *boa vontade*, ao pensarmos que ficou provado perante o mundo não ser o ideal libertario, aspiração de perigosos loucos tresloucadas feras sedentas de destruição; mas, sim, a doutrina renovadora das sociedades e do Homem, destinada á remoção de todos os erros fetichistas, privilegios de classes e expoliações infames do Capitalismo, para o cemiterio das iniquidades já findas.

Que resaltou pois da intervenção libertaria na questão Dreyfus?

Resaltou que o libertario não sendo o servidor adstricto a qualquer regimen de convenção imposto pela causalidade evolutiva, é, mais que isso, o campeão sempre prompto ao combate, quando em perigo esteja a Liberdade collectiva ou individual. Sem preocupar-se especialmente das fórmãs de governo é no emtanto o primeiro dos defensores dos regimens em que o Individuo possa encontrar mais segura e completa expansão.

Assim, prefere a republica á monarchia, porquanto vendo na segunda a absoluta expressão da Auctoridade provinha da graça divina, acha mais humana e proxima da vida natural a formula republicana, ensinando que o Homem é igual ao Homem.

Certo, o libertario depois de feita analyse ás diversas formas de governo a formar seguro juizo sobre taes artificios, reconhece ser impossivel a Igualdade emquanto subsistirem directores e dirigidos, explorados e exploradores; mas, não podendo sair fóra da realidade imposta pela *vida social* que se determina no atavismo de subordinação moral e intellectual da maioria, procura no emtanto propulsar quanto possivel a evolução

humana, offerecendo-lhe critica orientadora sobre todas ás ficções de poderio e mando que differenciam os homens a dentro das sociedades policiadas em que vivemos.

D'est'arte, ser libertario, não é restringir a acção de propaganda a restricto ponto de evolução politica, esperando o advento da primeira *étape* para seguir propaganda nova e mais progressiva solução. Isso seria acompanhar a *evolução da escada* ou *graduação* que independentemente da vontade dos homens, já está imposta pela fatalidade dos acontecimentos.

É outra a missão: Dizer desde já toda a verdade, demonstrar de seguida quanto para a final libertação humana são empiricas e illusorias as soluções governamentaes e, creando força propria e distincta d'outras forças ou nucleos partidarios, caminhar sempre disposto á lucta, engendrada pelos factores historicos contra a Tyrannia.

N'uma palavra: Accelerar a marcha civilisadora, combater o Erro politico, religioso e universitario, obrigar á marcha os partidos politicos chamados a governar, tal é a missão do libertario, que, sem ser servidor de alheios ideaes, passa na vida servindo os seus.

Eis a definição mais exacta que se pode extrahir da attitude libertaria na questão Dreyfus.

Ernesto da Silva

## A PESTE

(A OBRA. LISBOA: N° 243 (1899), 1 DE OUTUBRO, P. 1).

ENTRE outros males, predestinados a aggravar a situação já de si desgraçada da terra portugueza, surgiu ha tempos no Porto a peste bubonica.

Em si, o facto não é motivo de larga estranheza, se considerarmos ser Porto – a segunda cidade do reino! – um campo favoravel á cultura dos mais arrevasados microbios e á conjura de varias bacterias.

Demais conhecidas as precarias condições de hygiene collectiva pelo Porto usufruidas, facil é de crer, sem necessidade a depoimentos de autoridades medicas que na verdade uma doença de character epidemico com a particular caracteristica da *peste bubonica* grassa no norte, motivando sérias medidas de precaução por parte do resto do paiz ameaçado.

Mas... a nós, socialistas, costumados já de largo tempo a varias *pestes*; vem ha muito não a preocupar-nos a epidemia já constatada por illustres bacteriologistas, mas outros casos irregulares que não logramos perceber.

Assim, parecia-nos que a peste provocando perturbações de ordem economica, só n'esse campo devia ser olhada pelos socialistas, estabelecendo-se facil orientação sobre o caso, que por facil, naturalmente seria aceite.

Porém, caso singular, observamos o seguinte: o órgão lisboeta do socialismo, desesperado, teimoso, victima de particular obsessão, esfrangalhado a dar conselhos de paciente resignação aos operarios portuenses – conselhos jámais pedidos, ao que parece, visto o azedume do órgão do norte, – enquanto o *Ecco Socialista*, tambem por sua vez teimoso e impenitente, se escorrega nas entrelinhas, affirmando que a *bubonica* não passa de *blague* adrede forjada... não sabemos para quê.

Emfim, um mysterio de quase impossivel penetração.

N'esta conjunctura o nosso espirito decididamente reclama luz, dado que a sinceridade não tenha por completo emigrado do paiz que habitamos. E o caso é, que a respeito de luz, estamos ás escuras...

Discutamos com methodo: não seria logico esperar não ser a peste motivo a tanta azafama e preocupação nos *orgãos socialistas* de Lisboa e Porto, e, deixando a marcha regular dos acontecimentos – não modificada pela algaravia dos citados *orgãos* os dirigentes da mentalidade operaria passassem á preocupação de mais grados assumptos?!

Sim. Não seria rasoavel evitar-se em Lisboa uma teimosa propaganda de pacificação que não parecendo sair do programma partidario, mais parece desejo de garantir tranquilidade ao estado progressista – cumplice dos padres! – que qualquer outra coisa?

Assente que o tal conselho central de infeliz memoria, nada influencia na vida operaria do Porto, parece-nos na verdade suja mystificação, passar a vida o orgão federal dizendo coisas inuteis.

Levados da mesma rigorosa critica, tambem por nossa vez estranhamos aquelle amor d'ultima hora, que dão esmolos aos operarios do norte e endereçam officios fementidamente louvaminheiros ao *Ecco Socialista* á espera da resposta paga em moeda de louvor.

E tudo isto a dar-se, no momento em que os arames telegrapham possiveis candidaturas operarias!

Oh! Deus do ceu; a dar-se tal e nós a perguntarmos se o socialismo portuguez já está apto á conquista do poder politico n'esta terra monarchica em que os deputados são feitos pelos ministros.

E não será justa a nossa interrogação?

Julgamos sel-o. Tanto mais que a população portuense, infamemente suggestionada, apedreja medicos e o pessoal da desinfecção, reproduzindo scenas de feição muito primitiva, sem até agora, vermos os mentores do espirito proletario do Porto, protestarem convenientemente contra tal dilate e não menos desafio.



Depois, temos que a Federação portuense faz platonicos protestos de não immisionir-se em questões aproveitaveis a classes burguezas, lançando manifestos a publico, proclamando abstenção passiva e... nos bastidores apparecem virgulas, vibirões, microbios, o diabo.

Por ultimo. Á espera dos acontecimentos, continuaremos de atalaia a ver se a peste que tanto está preoccupando os orgãos socialistas do norte e sul é coisa assim de molde a honrar os principios que conduzem á Revolução Social.

Em nós não ha desconfiança. Ha simplesmente a opinião de que os socialistas só têm uma coisa a dizer ao povo quando os burguezes fechem as postas e o condemnem á fome.

É o que se segue:

– Dentro da actual sociedade não ha salvação possivel. D’ahi a necessidade de preparar o Futuro.

Babeuf



## BOERS E INGLEZES

(A OBRA. LISBOA: N° 244 (1899), 8 DE OUTUBRO, P. 1).

IRROMPE mais uma guerra n'este final de seculo, seculo que finda tão repleto de ameaças quanto promettedor de libertação, e quer ao serviço do Direito quer amparando a Tyrannia, ha de representar a Força um capital papel na lugubre tragedia destinada a estadear-se no desconjunctado palco das sociedades apodrecidas.

Eliminemos, porém, phylosophicas divagações.

Ainda mal extinctos os echos do ultimo conflicto, em que a Hespanha justamente soffreu as consequencias funestissimas do seu trazão politico, intellectual e moral, embrutecida e martyrisada pela febre conservadora de Canovas e ferina brutalidade de Weyler; já de novo vae ribombar o canhão e a infame bala *dum-dum* esmigalhar os ossos dos boers, anciosos de defeza á terra que lhes foi berço.

D'esta vez o saxão vae encontrar-se corpo a corpo com homens livres, costumados á instinctiva rebeldia gerada na vida natural, despida de convenções e sophismas, que enervam o espirito e immobilisam o braço, ainda que chamado á defeza dos mais sagrados direitos, não ratificados pela jurisdicção dos homens, mas, sim, outorgados pela Natureza.

*A força prima o direito:* regouga a bebida Albion, expectorando cou-raçados.

*A liberdade impõe a revolta:* – respondem os boers, empunhando a certa carabina nos desfiladeiros das montanhas transwalianas.

Que a sorte das armas favorecesse Kruger contra Chamberlain seria nosso ardente desejo, se o scepticismo não viesse dizer-nos que a pirata-

ria habil em manejar *ultimatuns* – como gatunos manejam gazuas – tem por si o melhor elemento de victoria n’esta civilisação de torpezas: – o dinheiro. Com ouro, armam-se navios, enviam-se milhões de homens ao matadouro, compram-se munições, e á Inglaterra – á tal patria que phylosophos mal-avisados com o bom senso e a Historia, consideram a arca santa do respeito ás liberdades individuaes – não falta ouro para massacrar impiedosa o povo livre, a raça forte que sabe erguer-se a protestar contra a vilania da desvergonhada rapina.

No emtanto affigura-se-nos que a lueta será terrivel de lado a lado. Recontro de quadrilheiros adextrados com viandantes prevenidos, deve vender-se cara, muito cara, a vida, no momento supremo do combate.

Felizmente, não se trata de portuguezes, faceis de contentar em materia de protesto, caso offereçam á volta das *hortas* a audição do langoroso hymno de Keil<sup>243</sup>; ali, no primeiro botequim de *camareras*, acompanhando a *meios-curtos*.

Agora, tem o pirata inglez de defrontar-se com energias provadas, homens de trabalho, de talhe e envergadura forte, cheios de justiça e força. A gente do Transwaal é desde a adolescencia costumada á lueta das energias, vive do proprio esforço e desconhece o parasitismo da Arcada, vivendo do *emprego* e da intrujice.

Infelizmente, tudo será inutil – segundo julgamos – a conter a onda brutal dos rapinantes saxões.

Faz pena, muita pena.

Um facto já dado ao começo da lueta satisfaz-nos porém inteiramente.

Arteiros, falsos, hypocritas, n’uma palavra – diplomatas; manobravam os da Gran-Bretanha fazendo jogo com dilações, telegrammas e outras malandrices diplomaticas, no piedoso intuito de concentração de forças importantes na fronteira transwaliana, de molde a garantir-se uma incur-são violenta e irresistivel em terra de boers.

---

<sup>243</sup> Alfredo Keil (1850-1907) compôs *A Portuguesa* em 1890 na sequência do Ultimatum inglês, com versos de Henrique Lopes de Mendonça. Tornou-se muito popular e em 1911 foi adotada como hino oficial para substituir o Hino da Carta.

De vista larga, embora singelos, não deram os boers ensejo a maniv-ersia; operando de prompto, aproveitando os elementos de contingente superioridade, abrindo as hostilidades, sem respeito ás formalidades legais para começo de ataque.

Assim, coube ao boer a primeira cartada.

Oxalá n'este exemplo aprendessem os operarios, para quando em grève, confiarem menos da diplomacia de chefes e burguezes e mais se entregarem ao aproveitar do primeiro momento, enquanto o adversario surprehendido não tem tempo a elaborar mystificações.

Quantas vezes d'um primeiro impeto acertado e resoluto depende o exito final de qualquer combate.

O inglez desferrar-se-ha?... Não importa. N'este mundo apparece sempre um Vingador.

Tanto mais, quanto sabemos pela propria imprensa ingleza, ser mobil á guerra que vae ensanguentar a Africa o desejo de salvação a uma poderosa companhia arruinada – a *Chartered*<sup>244</sup> – em que gente de real stirpe se acotovella com panamistas britannicos.

Precisa-se salvar o dinheiro e a honra (?) e d'ahi a falta de hesitações na rapinança ás riquezas dos boers a pretexto de qualquer coisa.

É sempre a mesma causa a produzir eguaes effeitos: Puerto Rico, Moçambique, Madagascar, ou Transvaal postos a saque pela burguezia e seus auxiliares em nome da civilização – e do roubo! – enquanto os miseraveis filhos do povo, marinheiros e soldados, caem exanimos no campo tinto de sangue, sem interromperem a boa digestão da ladroagem impenitente.

Tal é a questão. Até que um dia chegue o momento de total renovação social.

---

<sup>244</sup> Uma «Chartared company» é uma associação formada por investidores dedicada ao comércio, exploração e colonização. Ernesto da Silva alude aqui à British South Africa Company, fundada em 1889, na altura empenhada no controlo da República Transvaal, independente entre 1852 e 1902, quando depois da Segunda Guerra Boer passou definitivamente à posse de Grã-Bretanha. Como é sabido, a Chartered esteve envolvida no conflito pelo controlo das terras africanas que acabou no Ultimatum de 1890.

Por agora, resta-nos gritar:

– Viva a republica transwaliana!

– Viva a Liberdade!

Babeuf

## EMILIO ZOLA

(A OBRA. LISBOA: Nº 245 (1899), 15 DE OUTUBRO, P. 1).

SALDANDO uma divida de gratidão, celebram hoje os operarios do livro em Portugal a festa em homenagem ao illustre escriptor francez, symbolo de energia e tenacidade, que ha muito vem na França pacientemente demolindo os apodrecidos esteios da falsa sociedade burgueza.

Grande e superior espirito, servido de singular intuição, fez da Arte uma catapulta, abrindo larga brecha nos falsos principios que ainda hoje constituem pão espiritual á grande maioria expoliada, illudida ha seculos, desviada da Natureza, entregue á sucção dos encarniçados vampiros, detentores do Poder derivado da Violencia e do Dogma que conduz á Extorsão. E na glorificação hoje a celebrar, estende-se a gratidão dos operarios portuguezes a todos os artistas do Bem, que ainda ha pouco heroicamente proclamavam nas reuniões publicas de Paris o novo Verbo da verdade pura e immaculada.

Porque, se Emilio Zola é o artista e o grande Mestre de reputação universal, se a elle, ao auctor da celebre e já historica carta *J'Accuse!* se deve o rasgar do veu propicio ás torpezas do militarismo, jamais tal semente teria beneficamente germinado em terra franceza se os defensores da Justiça vindos de todos os ideaes e de todos os partidos, não tivessem centos de vezes arriscado a vida na temeraria empreza a que se devotaram.

É radiosa, potente, dominadora, – quem o duvida? – a figura do revolucionario auctor do *Paris*; injusto seria, porém, deixar de illuminar com o nosso respeito a figura generosa de Picquart – o soldado que soube ser homem; Pressensè, o velho democrata; Sebastien Faure, o audacioso

e inteligente libertario; Clémenceau, o inatacavel argumentador, Bernard Lazare, os prestigioso e delicado artista; Jaurés, o chefe politico de progressivo espirito e largas vistas, e, depois d'estas bellas frentes de combatentes impostas ao nosso respeito, como esquecer a *ala nova* dos mais finos e audazes artistas da França moderna e libertaria, que além da fronteira, dia a dia nos ensinam a balbuciar phrases de justa colera contra a falsidade do existente.

Bella, esplendida galeria, em que afflora a grande força do Sentimento que só a França sabe emprestar a seus filhos, os mais audazes soldados da Revolução.

A elles, a nossa saudação em nome dos humildes, dos rotos, dos preceitos, tantas vezes cantados em versos repassados de amargor, e outras postos á luz crua da analyse social nas paginas maravilhosas que o genio francez diariamente espalha no mundo, a confortar as almas e estimular os decadentes incredulos no Futuro; porque, cegos de atavica submissão, não podem rasgar com o myope olhar os vastos horisontes d'um Porvir que já se preadvinha harmonico e doce, n'uma larga communhão espiritual destinada a homens livres, inteiramente livres; lavados finalmente do estygma escravisante que hoje os marca á maneira de passivo rebanho, pertença dos mais audaciosos na conquista das riquezas.

A ser motivo á glorificação Zola impunha-se. N'elle synthetisa-se bem a força enorme posta em lucta pela Verdade contra o Embuste. E em Zola está o Artista, o precursor de novos tempos, o Homem que da Litteratura não fez campos a refinamentos estheticos de pouca dura, para consagrar a existencia e a pujante vida intellectual que d'elle se evola a um hymno de Revolta e a um grito de Protesto Humano.

Ao poderoso escriptor pertencia de direito, primeiro lugar á gratidão universal; symbolisando-se em seu nome tão amado d'uns e odiado d'outros, a fulgurante pleiade de denodados obreiros que da *questão Dreyfus* conseguiram fazer um facho immenso, illuminando a vergastadas de luz forte os intimos recessos onde os traidores á França, arrastando sabres e batinas, tentavam aniquilar nas contorsões da raiz cezarista as



grandes tradições da França de 89, ameaçada de não poder cumprir a obra civilisadora e libertaria que a ella só pertence iniciar.

A canalha, porém, receosa de combate, fugiu para os antros habituaes, e a nós, democratas, revolucionarios, livres-pensadores, cabe-nos o dever de não votar ao esquecimento tão prodigiosa e eloquente lição.

É n'este sentir que saudamos Zola.

Babeuf



## ACCUSO!

(PRÓ-JUSTIÇA. HOMENAGEM PROMOVIDA PELOS OPERARIOS  
DO LIVRO EM PORTUGAL. LISBOA: 1899, P. 4).

Do alto da sua grande *obra*, subido ao pedestal de segura gloria, assim Elle, o Forte demolidor de vontade rijã, gritou á França:

– *Accuso!*...

Elle, o fino analysta de *Germinal*, o sabio do *Lourdes* e o revolucionario do *Paris*, n'um grito acordou a lama humana, entorpecida no lethargico langor que por vezes é motivo á paragem da civilização.

A França da Revolução, ingenua e crente, prestes a succumbir qual virgem attrahida a lubrica emboscada, debatia-se frouxamente, mal fugindo ao contacto do sabre e da roupeta.

Um grito reboou no mundo, penetrante como punhal, rasgando de um só golpe o denso e negro véo protector das grandes iniquidades.

– *Accuso!*...

Apavorada, erguendo-se para a defeza, ainda mal desperta, poude a França e o mundo então vêr a um canto da Historia o grupo ignobil dos lividos espiões agaloados, jogando a dados em torva parceria com frades insexuaes os ultimos farrapos dos *Direitos do homem*. E, lá em baixo, no escalvado penedo queimado do sol de fogo, além, na Guyana, a consciencia universal entreviu a victima innocente, supportando algemas, vendo o mar, emparedado vivo; na tragica agonia d'uma pae que chora ao lembrar-lhe sujo um nome que é legado a filhos.

Mais proximo, a dentro da grande Patria, em Paris; supplicante, uma mulher, grande e superior typo de heroina, soluçava a occultas, escondendo

dendo as lagrimas aos pequeninos, esperançados no regresso do pae que não voltava.

N'essa hora de requintado soffrer e pavorosa torpeza, a Mãe chorava e a matula sorria na Sacristhia e na Caserna.

Em doido *batuque*, rodeando o vivo-morto, hospede na ilha inhospita, tripudiavam sotainas regaçadas e reluziam galões. Traidores á Patria, á Republica, á Civilisação, na infernal choréa, as forças do Passado monarchico e inquisitorial galvanisavam nervos mortos de *almiscarados* residuos da velha nobreza, degenerada em infecundos e hermaphroditas gastos nos *restaurants* da noite.

Um sopro vingador atravessou então o mundo.

Era o halito potente, o brado audaz do colossal artista, esquecido da Gloria, a proclamar Justiça.

Era o grito de angustioso protesto solto pela França, ao vêr enodoadas as brancas vestes de mystica virgem, sujas ao contacto do bestial conluio.

A revolta fez-se.

Echoou no espaço a hora sangrenta das sedições; a França libertaria armou-se; e, a phalange audaciosa dos grandes espiritos seguiu *a Verdade em marcha* para o Infinito de intensa luz que o Futuro aguarda.

Á subita metamorphose, ao grande despertar, bastou uma palavra:

– *Accuso!*...

E a malta do Hyssope e do Sabre ficou marcada a fogo, escondendo a face, aguçando as garras.

Ernesto da Silva  
(graphico)

## OS MONOPOLIOS

(A OBRA. LISBOA: Nº 246 (1899), 22 DE OUTUBRO, P. 1).

UNS apoz outros succedem-se na terra portugueza os monopolios, e, de tal fórma a febre vem alastrando que raro é já encontrar um genero de primeira necessidade ainda isento da descarada roubalheira. O tabaco, os phosphoros, a viação, o bacalhau, o pão, a carne, tudo serve á ganancia dos impenitentes filhos, protegidos já se vê pela ignobil politica cá da terra.

Agora temos em evidencia o monopolio da carne, que, apesar de fracos aspectos de protestos feitos em contrario, só retirou de scena – segundo é a nossa crença – para voltar mais audaz e forte em novo e melhor ensejo.

E o caso é, que á carestia e falsificação dos generos alimenticios corresponde o definhamento do povo operario, minado de profunda anemia e peor tuberculose, para gaudio protector de augustas dedicações.

Assim, emquanto se fundam sanatorios e se criam cofres de assistencia contra a tuberculose; vêem vereadores, financeiros, politicos, monopolistas, – a santa malta especuladora, decretando e estabelecendo o *pacto da fome*.

Porquê tão contradictorio procedimento?

Pela rasão simples que os retumbantes reclames feitos á caridade official, obrigam a fingir phylantropia para bem do povo, quando no intimo das desvergonhadas aspirações dos ricos influentes ha simplesmente o miseravel intuito de esfomear, roubar e envenenar as populações, que se não sabem defender.

Por que a verdade é esta: se o povo cansado de intrigues, farto de expoliações, quizesse ver bem a origem do mal que o flagella, já deveria ter compreendido não poder modificar-se a situação com simples representações destinadas a provocar o riso dos despreocupados e folgasões directores dos negocios nacionaes.

Que os leitores acompanhem o nosso raciocinio.

O estado monarchico em Portugal vive da ignorancia popular e do auxilio prestado pelos influentes politicos. De tal maneira, o estado não tem força para repudiar as tentativas monopolistas dos homens que amparam o regimen, vendo-se forçado a acceder a todos os abusos que sobre o povo miseravel e esfomeado vêem pesar. Pouco a pouco o cidadão vae sendo apertado em rede de estreita malha e, caso o governo queira fingir honestidade protegendo á grande massa contribuinte não póde fazel-o, mercê do poderio adquirido pela clientella feliz. Ministro ou ministerio que sente pôr as cousas da governança, n'um estado um quase nada mais decente, já sabe a sorte que o espera. Vae posto com dono.

A tornar mais singular e suggestiva a lição vinda *de cima*, ha a policia e a guarda municipal, que sendo pagas pelo povo – que paga tudo! – não prendem ou atacam os delapidadores da fazenda e os esfomeadores do paiz. Reservando a sua *benefica acção* para os acutilamentos e prisões em massa dos populares, um pouco mais dispostos a protesto de jeito.

É certo haver quem falle n'estas alturas, aconselhando a conquista do municipio feito ali por elementos de protecção popular.

Isso, porém, é para nós *chapa* velha que nada resolve.

Estabelecido que a camara é simples chancellia do poder central, provado que o municipio não tem autonomia reduzido como está a misero creado de quarto da influencia ministerial, que póde o povo esperar da acção dos vereadores na defeza dos interesses populares? Nada. Eis a desoladora conclusão a que o mais seguro raciocinio conduz.

Amanhã, dado que tenha soado o momento de satisfazer os compadres, o municipio feito carimbo na mão do ministro do reino decretará a ruina

da classe dos cocheiros e conductores como não hesitará em lançar á rua a fórmula legal do monopolio da carne.

Porquê succederá assim.

Porque será inevitavel sentir-se os effeitos emquanto a causa subsistir.

Ao povo resta escolher no apertado dilemma: ou pensar a sério em remover as virgens do mal monarchico ou soffer paciente e resignado nas mansardas nuas o frio que enregela e a fome que estiola.

A tanto conduz a politica nacional feita em exclusivo proveito de avariado regimen.

Babeuf





## ESCOLAS OPERARIAS

(A OBRA. LISBOA: N° 247 (1899), 29 DE OUTUBRO, P. 1).

VAMOS hoje abordar um assumpto da maior importancia para a vida do movimento operario.

Trata-se da instrucção a distribuir aos filhos dos trabalhadores. E a provar quanto o assumpto é palpitante basta attender á tendencia já hoje bastante accentuada da fundação de escolas operarias.

Felizmente, apoz um periodo largo em que pouco se pensou na maneira de fazer proletariado consciente, temos ao presente uma corrente apreciavel de esforços em favor da instrucção popular.

Porém o problema escolar offerece ainda muitas difficuldades a remover, e dado que não haja empenho em permanecer dentro de feroz conservantismo, muito e muito se póde alargar a esphera de acção benefica vinda da escola operaria.

Assim, tomando para base das nossas apreciações a benemerita Sociedade de instrucção e beneficencia *A Voz do Operario*, devemos já indicar que ás commissões escolares impendem graves responsabilidades inherentes ao elevado cargo que bem reclama especial competencia e provada cultura intellectual.

Dirigir a educação das creanças, importa conhecer – ainda que se não seja profissional pedagogo – quaes os melhores methodos de ensino, os mais intuitivos e os que melhor correspondem ao completo desenvolvimento intellectual e moral dos educandos, analysar de muito perto como é cumprida a missão educadora pelos professores assalariados, investigar cuidadosa e limpamente das possiveis injustiças praticadas contra os

alunos ou dirigidas contra os professores, promover quanto possível a venda ao mais baixo preço dos livros e utensílios indispensáveis ao estudo; n'uma palavra, levar a acção da escola ao mais alto grau de perfeição.

Ha pouco ainda um amigo nos lembrou a conveniencia da *Voz* escolher por exame previo, feito por jury especial, d'entre os seus melhores alunos um numero limitado que a titulo de *premio* pela sua applicação lhes fosse conferido direito a frequencia a cursos superiores a expensas da sociedade.

Certamente a *Voz* não abriria fallencia por tal generosidade, podendo dar a esperanza ao proletariado portuguez de amanhã encontrar na fila dos seus defensores bons e illustrados espiritos a quem um dever de gratidão indicaria qual o caminho a seguir na vida ao tratar-se da lucta sempre ferida entre exploradores e explorados.

Mas... o eterno mas das coisas humanas, não parece de molde a satisfazer nossas aspirações.

Emquanto a jesuitada vae pouco a pouco minando o edificio social, lançando malefica e teimosa mão ao ensino no negregado intuito de povoar Portugal com um bando de fanatisados imbecis, improprios á comprehensão do progresso humano, urgia e urge que a *Voz* não ponha a mais leve difficuldade á distribuição do ensino, porque tal proceder será augmentar a importancia das forças reaccionarias. E se entramos em taes apreciações levados por um dever de commum defeza, não vá agora a imbecilidade malevola ver em nosso proposito aggressivos intuitos.

Sim. Muito claro e cathegoricamente affirmamos que muito e muito nos preoccupa a distribuição do ensino aos filhos do povo, para de tão magno assumpto – talvez o unico de provada importancia no movimento operario – fazermos gladio politico.

Tal missão e taes processos deixamos a outros cumprir e usar.

Reatando, porém, as nossas considerações sobre a missão da *Voz* em especial em geral de todas as escolas operarias, devemos notar que até nós, já chegam queixas a que urge prover de remedio.

Por exemplo, sabemos que os filhos dos socios da *Voz* no pleno gose dos direitos conferidos pelo estatuto, têm que esperar largos mezes ainda depois de attingido o limite de idade prescripto, afim de terem ingresso na respectiva escola.

Achando estranho o facto e d'elle tendo conhecimento, certamente é nosso dever proclamar-o para que rapidas medidas sejam tomadas a evitar o desrespeito da lei. Demais, havendo a attender á situação das familias pobres que desejam vêr os filhos em rapidas condições de adiantamento, não nos parece injusto o nosso proceder.

Porém, ainda outros factos têm vindo até nós, destinados pela importancia especial que revestem a merecer cuidadoso reparo.

Exemplifiquemos.

Emquanto a *Voz* póde talvez afoutamente garantir o tratamento e ensino dispensados nas escolas proprias que mantem, porque deve possuir elementos de directa fiscalização; já não póde garantir tão confiadamente o processo usado em algumas escolas subsidiadas – talvez excepções! – com os alumnos a cargo da sociedade. Assim, sabemos de casos em que as creanças, porque são alumnos pobres da *Voz*, são destinados a fazer recados aos professores, perdendo o tempo de ensino na pratica de lacaios.

Na verdade, o facto é revoltante.

Tanto mais se nos lembrarmos que á mais leve sombra de justificada reacção dos paes, as creanças indefeizas ficariam á mercê dos economicos pedagogos, aptos ao exercicio de torpes vinganças. E não vá julgar-se ser phantasia nossa a elaboração de taes vinganças, pois que sabemos, ainda ha poucos dias ter sido expulso do collegio um rapazito, filho de viuva, por a mãe ter dias antes protestado junto da comissão escolar da *Voz* contra o facto indecoroso da creança andar funcionando em moço de fretes, perdendo o aproveitamento que devia esperar como alumno.

E já agora quer a *Voz* saber qual foi o pretexto para a exclusão do alumno? Foi o caso terrivelmente perigoso do pobre orphão de pae não ter botas decentes para a frequencia escolar.

Por hoje ficamos aqui, apontando factos e pedindo á *Voz* não nos dê a triste desillusão de ficarmos julgando que só os alumnos que têm pae encontram natural defensor contra abusos dignos de rapida eliminação.

Babeuf

## **A LUCTA POLITICA**

**(A OBRA. LISBOA: N° 248 (1899), 5 DE NOVEMBRO, P. 1).**

AGORA, que em Portugal tanto barulho se faz em favor da lucta politica a pretexto da conquista do municipio, justo é dizer duas palavras sobre o caso, tanto mais que a lucta politica offerece em Portugal um aspecto diverso dos outros paizes.

Porém, antes de entrar na essencial apreciação dos beneficios a resultar para a idéa socialista da effectividade da lucta politica, preciso é estabelecer a divergencia que separa as duas correntes do socialismo internacional a respeito de tão magno assumpto.

Emquanto o socialismo provindo da theoria de Marx – fundamentalmente auctoritaria – preconisa como principal necessidade do proletariado a conquista do poder politico; o socialismo libertario, saído do federalismo communalista de Bakounine põe em primeiro lugar a lucta economica, acompanhada da immediata necessidade de por todas as fórmas ser levada a effeito a educação moral, revolucionaria e intellectual dos trabalhadores, preparando os espiritos para rigorosa critica do reformismo social, concedido pelo parlamento em dias de transacções politicas.

D'esta fórma, emquanto o socialismo auctoritario se compraz em pôr as eleições á cabeça do programma da social-democracia – transformada pela evolução em simples partido de rotação governamental – esperançada em fazer a reforma social por via parlamentar, o libertarismo vae de mais em mais penetrando a envergadura do mundo burguez pela analyse scientifica demolidora dispensada ás reformas e mais utopias, nascidas no parlamento para engano dos productores expoliados.

Foi assim que os libertarios francezes provaram á saciedade quanto era banal a única conquista até agora effectuada pelos parlamentaristas conseguindo a promulgação da lei preventiva dos desastres no trabalho; lei, desrespeitada pelos patrões que mais veiu agravar a situação dos operarios constructores. E se tanto não bastasse, temos a resolução do conflicto do Creusot<sup>245</sup> em que os proletarios mais uma vez foram burlados e tudo isto a emparelhar com outras burlas de proveniencia parlamentar-governamental.

D'ahi o descredito em que o parlamento veiu a cahir, desilludindo confiados ingenuos que esperavam *lebre sabida de tal moita*.

Afinal sahiu gato!...

Assim, o socialismo internacional hoje bem definido e caracterizado em duas correntes – auctoritaria e libertaria, – manifesta-se auctoritariamente pelo applauso ao parlamentarismo ao mesmo tempo que a repulsa a tal processo é completa dentro das fileiras libertarias.

Na verdade a critica a fazer ao parlamentarismo é por demais facil se considerarmos que tal instituição dirigida por burguezes e só a burguezes aproveitavel, evitará emquanto não fór coagida pela força proletaria beliscar sequer n'um dos mais insignificantes privilegios capitalistas, o parlamento, chancellia da classe burgueza, jámais carimbará a carta alforria ao proletariado porque tão magnanimo proceder seria a immediata ruina e fatal condemnação do mundo capitalista, offerecido em sacrificio á emancipação dos trabalhadores.

Que esperar pois do parlamento?

Nada. Tal é a conclusão encontrada quando analysamos detidamente a tão proclamada necessidade da lueta politica.

Que nos digam os operarios portuguezes, se podem acreditar que a intervenção d'um ou mais politicos no parlamento ou no municipio modi-

---

<sup>245</sup> Ernesto da Silva alude aqui ao conflito gerado na cidade de Le Creusot, na França, que em 1848 enfrentou os operários do aço com a direção da empresa Schneider. O encarregado da negociação foi o engenheiro François Clément Sauvage, que conseguiu restabelecer o ordem na fábrica.

ficaria as condições de vida da burguezia nacional, empenhada em forjar monopólios e outras malandrices similares?

Quem duvida, conhecida como está a vida do regimen monarchico em Portugal que á satisfação dos influentes e mais clientella sacrifica tudo, ainda os mais rudimentares principios de administração e economia; que nunca poderão ter echo no parlamento ou na camara as vozes dos defensores dos bons principios?

Ámanhã representada em qualquer curso legislativo ou administrativo, a classe trabalhadora teria de assistir – como hoje assiste – impotente e desarmada, ao monopólio da carne e ao golpe mortal ferido contra a *Lusitana*, a despeito dos inflammados e platonicos protestos dos seus representantes.

Esta é a verdade, a única verdade; o resto não passa de laracha para engodar animos desprevenidos. Depois, ha a accrescentar não ser possível a lucta politica em Portugal, respeitadas que sejam vulgares condições de decencia partidaria.

Deputados ou vereadores que só do chapeu do ministro do reino podem sair para a camara ou para o parlamento, certamente não offerecem aos proletarios grandes condições *d'almas-limpas*.

O estado tomou todos os pontos estrategicos; promovendo d'esde a derrota da revolta de 31 de janeiro os indispensaveis elementos de segurança ao combatido regimen, processos, que têm ido desde o incondicional auxilio á invasão clerical até á constante e sempre maior satisfação á ganancia dos syndicatos de origem politica. Diante de tão suggestivo quadro não podemos crer de boa fé – salvo os casos de manifesta ignorancia – se possa esperar melhoria de situação ao povo trabalhador pelos processos eleitoraes.

N'este momento em que todos os partidos revolucionarios – a principiar pelo republicano – conhecem estar expulsos da lucta legal, interdictos da sua natural função pelo estado que os condemnou á impotencia ou á revolução, só resta considerar o caso da eliminação monarchica não só como simples mudança de regimen politico; tratando-se a nosso ver d'um

caso da maior importancia social sem o qual não se poderá effectuar o mais leve progresso em terra portugueza.

Em Portugal, terra dos mais hilariantes aspectos, não foi preciso a expansão libertaria para affastar o eleitor da urna, foi o proprio estado que tal determinou.

Por agora, segundo nosso modo de ver, ao proletariado resta tão sómente olhar pelas associações de classe com igual amor ao que dispensa aos cirios civis; desenvolvê-las, preparar as federações de officios, dar importancia ás federações operarias – e só operarias, entenda-se! – regionaes e nacionaes, fomentar por todas as fórmulas a educação proletaria multiplicando as escolas, crear bibliothecas de util propaganda, fundar jornaes e cursos livres, tomar amor á leitura dos bons livros e á medida que for aperfeiçoando a mentalidade, resistir como puder ás continuas extorsões que o ferirem.

Fazer isto, enquanto os acontecimentos não permitem trabalhos de maior vulto, parece-nos ser mais decente, pratico e aproveitavel, que, passar o tempo a vomitar insipidas larachas só proprias a provocar compaixão ou desdem.

Babeuf



## AS ELEIÇÕES

(A OBRA. LISBOA: N° 251 (1899), 26 DE NOVEMBRO,

P. 1).

MAIS uma vez o paiz vae ser victima do regimen monarchico no corrupto processo das eleições.

Do que se passa, lê infere e observa, resulta a mais triste das convicções: – o paiz está podre.

De cima a baixo, n'um doido barafustar de matilha faminta em busca d'osso esquecido, não faltam ao *batuque* eleitoral os influentes politicos. E depois de tantas vezes ter sido constatado que a cada novo periodo eleitoral corresponde parallello descalabro nos costumes, os factos mais que nunca acodem a dar-nos rasão.

É que é ignobil quanto vemos: regeneradores, progressistas, proletarios, n'uma ancia febril de estadear desvergonha, pedem, recebem, accordam, compram, vendem, exhibindo aos raios pallidos do sol de inverno o impudor que é proprio aos povos decadentes e apodrecidos.

Em qualquer paiz o acto eleitoral não vae além de momento politico apto á corrupção, porém em Portugal, a burla, a desvergonha, o ludibrio, attingem proporções de esgoto aberto a referver podridões que breve hão de inquinari todo o corpo social.

Assim, n'uma phrase, fica feita a profissão de fé: sendo o acto eleitoral simples burla, engendrada a pretexto de soberania popular; nós, que pertencemos ao numero dos proletarios, sempre victimas do ludibrio forjado pelo Estado em nome do povo soberano, nós, não votamos.

O fim que alguns pretendem conseguir na urna, procuramos nós alcançá-lo pela educação dos trabalhadores, em mais proficuos processos de propaganda e acção, esclarecendo os espiritos.

Dir-nos-hão: é muito demorado, quase se não vêem resultados apreciáveis.

Responderemos: é demorado mas é seguro; educa e não corrompe.

Syntheticamente posta a opinião que perfilhamos, algumas palavras diremos sobre o aspecto d'este momento eleitoral.

Regeneradores e progressistas partidos da rotação constitucional, lá se entendem e arranjam solidarios como sempre na manutenção do regimen que os alberga ali no terreiro do Paço; republicanos e socialistas, votam os do norte, absteem-se os do sul; e para cumulo da desgraça, não faltam á pagodeira os operarios representados na classe dos soldados de Setubal.

Eis o balanço.

Salvo a attitude de concentração dos socialistas e republicanos portuenses, o mais não vae além de enxurro escorregando nas valetas da miseria nacional. E ainda assim a concentração democratica do Porto, reputamol-a improficua, attendendo a não confiarmos da attitude parlamentar d'um ou outro a resolver melhoria para a terra em que nascemos.

Porém, confrontando a orientação dos socialistas portuenses com a dos soldados de Setubal, não podemos nem devemos esquecer, ser pelo menos digna e honesta a marcha partidaria dos socialistas do norte.

Agora, entrando na apreciação do apoio prestado pelos operarios de Setubal ao banqueiro-jesuita Burnay, quase sentimos vengonha de pertencer ao proletariado portuguez.

São os operarios, representantes de uma classe que gosa de reputação revolucionaria e superior educação, aquelles que se prestam a puxar o carro triumphal d'um dos maiores parasitas financeiros que tem visto Portugal!

É de pasmar!

Chega a gente a interrogar-se se n'esta malfadada terra feita pela ignorancia e corrupção hospedaria suspeita, não anda tudo doido.

Pois é crível ver libertarios – que o não são, provam-n’o agora – servirem de juguete aos porcos interesses da malandragem politica, só por que um magnate da finança vae offerer uns miseraveis livrecos a titulo de fundação de uma bibliotheca?...

Arre! isso não é querer educar o povo, é leval-o ás mais ignobeis e infames transacções em que a vergonha toma a fuga enojada, permittindo que o nome e os ideaes de tantos homens illustres e martyres dedicados, possam ser cuspidos pela malta infame.

Tal é a impressão de tédio e repulsa em nosso animo provocada pelo indecorosso proceder dos soldados setubalenses, que se não pejam de intervir na suja negociata.

Então os proletarios de Setubal já esqueceram o que deviam a si e aos outros, ás suas idéas e ás suas affirmacções, vendendo a honra por um prato de lentilhas?

Então os soldados desconhecem que o jesuita Burnay tem sido uma das mais sinistras figuras da terra portugueza e um dos homens que mais tem ferido o proletariado nacional?

Então em Setubal já esqueceram a grêve do *Jornal de Commercio*, os ataques aos cocheiros e conductores, o centenario de Santo Antonio e ainda peor, a miseria publica que Burnay tem sido um dos mais perigosos fomentadores?

Decididamente a vergonha fugiu de Portugal.

Por motivo algum, ainda que fóra para defender o sustento, deveriam os soldados de Setubal tomar parte na leprosa escaramuça, ferida entre a gente do governo e os parciaes da opposição.

Não quizeram assim.

Esquecidos dos principios, eliminada a dignidade, posta a honra a preço, os operarios não córam deante da torpe transacção que deshonra tudo e a todos.

E tudo isto porque o Burnay offerece uma bibliotheca aos proletarios!

Ainda bem que offereceu tão pouco; se offerece mais, a desvergonha attingiria proporções de completa bancarrota moral. E é assim, n’este

constante augmento da corrupção nacional que a miseria mais e mais nos estrangula; certificado o Estado não ser o cidadão portuguez individuo mais completo que o misero cafe, capaz de vender a filha em troco d'um copo de aguardente.

D'esta maneira, diante de tanta baixeza e impudor, como é possível o operario portuguez merecer consideração ou impor respeito ao Estado e aos patrões?

Triste, ignobilmente triste.

No facto exposto ahi fica justificado o nosso desprezo pela lucta eleitoral. Se não houvera outros motivos, bastava o convencimento de quanto as eleições têm sido e serão sempre fócios de intensa e penetrante corrupção que tudo envenena e emporcalha.

O caso de Setubal excede porém os dominios da previsão e todas as raias do inacreditavel.

É uma vergonha envolta n'uma infamia.

Oh! que se Kropotkine soubesse, não escreveria mais – escarrava!

Ernesto da Silva

**10.º ANNIVERSARIO DA ASSOCIAÇÃO DE CLASSE  
DOS CARPINTEIROS CIVIS. DEZ ANOS DE LUCTA  
(A OBRA. LISBOA: Nº 252 (1899), 3 DE DEZEMBRO, P. 1).**

DEZ annos de lucta!... Um largo periodo de trabalho, dedicação e esforço, ora enflorado das mais ridentes esperanças, ora povoado das mais dolorosas decepções.

Tal é syntheticamente em sua expressão moral a evocação da data de 10 de novembro de 1889, rememorando o anniversario da associação de classe dos carpinteiros civis. E hoje, na modesta celebração do 10.º anniversario, apesar de tanto esforço gasto na lucta em defeza da classe dos carpinteiros civis, ainda é preciso retemperar a alma na pureza dos grandes ideaes, a compensar da indiferença gelida provinda da classe operaria, que mais prefere ser victima, soffrendo sem protesto, que, elevar-se ao cumprimento da grande missão emancipadora que lhe pertence, acordando para a lucta.

Ainda é tempo, porém, de salvar o passado, acudindo agora, n'este presente tão cheio de ameaças, á defeza da associação, que só na força do numero póde encontrar esteio seguro.

Ao lado dos camaradas dedicados, sempre promptos á defeza dos sagrados interesses dos carpinteiros civis, ainda ha largo espaço para acolher as boas vontades, dispostas ao combate contra o inimigo commum.

É na associação e pela associação que o proletariado ha de encontrar os elementos da consoladora victoria que o futuro guarda para integral emancipação dos productores, hoje quase considerados submissos escravos do dominio capitalista.

Agora, mercê da injustiça economica que divide os homens em bandos adversos de senhores e servos, a dôr é companheira inseparavel do expoliado faminto, enquanto a Felicidade tem guarida habitual em casa d'aquelles a quem o acaso do nascimento fez usufructuarios do trabalho alheio.

Ámanhã, porém, quando os trabalhadores conscientes da sua força e da sua valia, procurarem no mutuo auxilio os elementos de natural defeza, o mal social irá progressivamente modificando-se, permittindo ao Homem a sua maior expansão e aperfeiçoamento moral.

Mais não é preciso para authenticar quanto a *associação para a lucta*, preconisada por Benoit Malon, é o melhor abrigo em que o proletario tem de acoutar-se n'estes dias de miseria e iniquidade.

Demais, a provar quanta é generosa e santa a propaganda da associação, basta lançar os olhos além das fronteiras do nosso decadente paiz e ver, como no estrangeiro já o proletariado é forte e bem armado para a guerra social, devido á sempre crescente pujança das suas poderosas aggremações.

Em França, na Belgica, na Italia, na Alemanha, na America ou na Inglaterra, erguem-se já valiosos monumentos comprovativos de quanto pôde a solidariedade operaria.

Associações de classes, theatros do povo, museus, universidades proletarias, cursos livres, estabelecimentos de venda, ahi estão por esse mundo fóra, dando todos os dias novos elementos de vigor á transformação social que se impõe no advento da Sociedade Nova.

Porque não imitamos taes exemplos de vida e orientação, defendendo-nos da exploração capitalista, em Portugal tyrannica, como tyrannica é em todo o mundo civilisado.

A conseguil-o, basta que ao esforço dos que já hoje combatem em favor da maioria indifferente e egoista, venha juntar-se nova seiva, de fórmula a tornar frondosa e fecunda a planta até agora enfesada e rachitica.

Dez annos de lucta já são passados, periodo largo que tão proficuo podia ter sido, se a indifferença operaria em Portugal não soprasse sobre

a associação o vento abraçado do egoísmo que tudo mata e reduz a pó. Se a nossa propaganda tivesse encontrado maior echo, se a esforçada dedicação d'alguns tivesse provocado mais auxiliares, poder-nos-íamos hoje justamente orgulhar ao contemplar a obra realizada.

Não desanimamos porém. A lição teimosa de exemplo ha de vencer por fim a blindagem de indifferentismo que reveste a maioria, e, temos fé, dia virá para os proletarios portugueses comprehenderem em toda a nitidez quanto vale o poder da Associação.

Ha dez annos que os carpinteiros civis fundaram a associação de classe e celebrando hoje a festa anniversaria, continuam affirmando a sua tenacidade contra o mal-estar social que os flagella. Persistentes, afervorados n'uma crença inapagavel, embatendo qual onda sem cessar renovada a rocha da Iniquidade symbolisada na miseria, continuarão seguindo as gloriosas tradicções dos combatentes d'outras eras, jamais enfraquecidos pela desesperação, quando se tratava da defeza d'um ideal sagrado.

E a Verdade surgirá um dia a illuminar as consciencias dos trabalhadores, por agora tão esquecidos da propria sorte.

A luz ha de emfim fazer-se nos espiritos e a hora da liberdade soará sem duvida para os trabalhadores portugueses, por uma vez convencidos de só na Associação poderem forjar a lima destinada a cortar impiedosa os grilhões de escravos, que n'este momento os manietam e opprimem<sup>246</sup>.

Os bandos dos *sem-trabalho*, rotos e desprezados pela sociedade que os condemna á morte ou ao crime negando-lhes o pão, hão de sem duvida comprehender um dia quanto a mendicidade é ignobil e infamante e procurarão nas fileiras associativas a força da orientação e do numero, que, dignificando o productor o não deixa cahir inerme sob os sabres dos guardas assoldados pelo Estado.

---

<sup>246</sup> Esta imagem, tão visual, da lima libertando as algemas dos oprimidos, fecha o conto *Um encontro. (Fantasia)*, do ano 1894. Vid. RUY – Folhetim do jornal A Federação. Um encontro. (Phantasia). *A Federação*. Lisboa: n° 5 (1894), 4 de fevereiro, p. 3, em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo I. *Textos literários. Páginas de crítica teatral e teoria estética (1893-1903)*.

N'esse momento, quando a experiencia da vida tiver levado o convencimento aos animos mais rebeldes, produzindo a contricção do passado erro, a Associação robustecer-se-há, as reclamações terão valia, encontrarão echo nos logares onde hoje são desprezadas e as phalanges dos operarios conscientes tornarão eficaz a lueta dos productores em demanda de melhores dias.

Eis a esperança que nos abandona e nos obriga a erguer a nossa saudação aos carpinteiros civis, que zelosos do bom nome operario, têm sabido atravez as maiores difficuldades manter honrado e luminoso o nome da Associação.

Á lueta!... Continuemos no combate olhos fitos no Futuro que do esforço dos trabalhadores é que hão de surgir Novos Tempos.

Hurrah! pela Associação!

Babeuf



## CONCENTRAÇÃO DEMOCRÁTICA

(*A OBRA*. LISBOA: N° 253 (1899), 10 DE DEZEMBRO, P. 1;  
*BATALHA*. LISBOA: N° 168 (1899), 22 DE DEZEMBRO, P. 1.)

TIVERAM as eleições do Porto o grande merito de pôr em fóco a necessidade urgente d'uma concentração de esforços e boas vontades saidas dos ideaes democraticos e aspirações revolucionarias.

Assim, apesar do muito que já temos proclamado tão instante medida – é justo que tambem hoje venhamos dizer como achamos justa e proficua a concentração.

Em primeiro logar lembraremos os factos ha pouco dados em França durante a questão Dreyfus, em que o mundo viu brotar natural concentração de todas as forças democraticas e revolucionarias, sem mescla de principios nem abdicação de processos proprios de cada grupo. Havia um Inimigo a ferir, urgia salvar a França e a Republica ameaçadas pela reacção do sabre e do hyssope e, a uma voz, republicanos, socialistas, libertarios, na tribuna, na imprensa, na rua, feriram o mais rude combate em defeza da Liberdade.

Para o conseguimento de tão portentosa união, necessario foi apenas um grande desejo de bem servir a natural evolução do povo francez.

Eis o que ha a fazer em Portugal: provado como está, ser o regimen monarchico a causa primordial das nossas desgraças e miserias quotidianas, impende a todos nós ferir o mesmo objectivo, embora mantendo indispensavel independencia nos processos e orientação de cada um nucleo que vem juntar o seu esforço á obra demoliddora, encetada em nome de geral salvação.

Alguns, fieis a antigos processos, amedrontados pela característica indiferença popular ou ainda por desejo de não fazer obra inopportuna, seguirão na faina lutando junto ás urnas, elaborarão recensamentos, elegerão deputados, entregues á esperança da victoria dentro da legalidade; outros, dirigir-se-hão ao povo operario, discutindo na imprensa, doutrinando nas tribunas, entremostrando um futuro longinquo de igualdade economica e paz social. E todos, dispensando pactos, mas cumprindo integralmente o seu dever de lutadores anti-monarchicos executarão o mais bello trabalho de defeza e regeneração á terra portugueza.

Porém, os que descreem de eleições, os que já não vivem de ficções legalitarias, sem lançarem embaraço á marcha da evolução politica nascida da concentração, continuarão tambem educando o povo operario e lembrando ás classes superiores que não basta só affirmar republica no parlamento mas tambem é indispensavel fomentar a educação popular, único meio seguro a salvar o paiz.

Portugal soffre em especial de intensa corrupção que d'uns fez gatunos insolentes e d'outros vicimas indifferentes, assim, sem que gradual reforma se vá operando nos costumes, trabalho, de molde a requerer agitação a esforço, infructiferas serão todas as tentativas a realizar para eliminação da causa do mal que nos atrophia.

Em poucas palavras exprimimos nosso sentir: na lucta anti-monarchica todos os combatentes honestos devem ter logar, mas, não se vá agora, a titulo de progresso e liberdade impor novos dogmas e pontifices, fazendo do sequestro da iniciativa a expansão individual a melhor base em que deve apoiar-se a figura da Liberdade salvadora.

Babeuf

## O CONGRESSO DE PARIS

(A OBRA. LISBOA: N° 254 (1899), 17 DE DEZEMBRO, P. 1).

PARA alguma coisa a desgraça é boa – dizem os francezes. E se á conta da desgraça se devem lançar as escaramuças feridas entre os chefes socialistas Guesde e Jaurés, esquecer não se póde tambem, quanto foi util ao progresso da idéa socialista o ultimo congresso realizado em Paris, a proposito de oficialmente ser passada absolvição ao proceder do socialista Millerand, hoje feito ministro de parceria com Gallifet – o general-assassino dos insurrectos de 1871.

A lucha que veiu agora ferir-se no congresso, ha muito já andava latente entre os grupos partidarios de Guesde e Jaurés; ainda ha pouco, quando no acceso da questão Dreyfus, se lançava Jaurés denodadamente em favor da revisão, Guesde retrahia-se e abstinha-se de combate a pretexto de que a pugna levantada em favor da Justiça e da Verdade offendidas, só importava a burguezes, desejosos de salvação a um dos seus – Dreyfus.

Assim, o egoismo intransigente, o brutal sectarismo e o atrazo mental de Guesde, tiveram o ensejo de irromper em feroz pugna, quando o socialista Millerand se fez ministro no actual ministerio de concentração republicana.

Emquanto Jaurés e seus parciaes, logicos e coherentes – visto que imitam Guesde acceitando a lucha politica – defendiam Millerand guindado a director social, Guesde bravejava, esquecido do logico principio, que, os socialistas podem ser ministros, quando não têm repugnancia no aceitar dos mandatos que os fazem deputados e camaristas.

Repudiar uma pasta por amor aos principios, e, aceitar um mandato a fim de attingir a conquista dos poderes publicos e fazer a expropriação social, lá nos parece para politicos que promettem a revolução social por via parlamentar, illogica consecuencia a berrar com as proprias determinantes.

Quem póde ser deputado, póde e deve ser ministro.

Porque se a revolução social é garantida ao proletariado soffredor pelos politicos socialistas, depois de conseguida a conquista dos poderes publicos no uso do voto e outros processos legaes, não vemos bem porque, deve ser intedicto ao deputado de hoje ser o ministro d'ámanhã.

Se bem julgamos, até vamos em affirmar ser a ascensão d'um militante socialista ao ministerio, garantia melhor que outra, a provar ter já o socialismo penetrado no coração do Estado, que o mesmo é dizer, em plena cidadella burgueza.

O chefe Guesde, porém, não quis sujeitar-se á logica e feriu combate, anathematisando os parciaes d'outros grupos a pretexto de quebra aos immortaes e sagrados principios.

É aqui, segundo nosso criterio, que o Guesde deu raia, tanto mais provada, quanto deixou entrever ser só compativel a ascensão ministerial dos socialistas politicos com a hypothese de poder formar-se um ministerio integralmente marxista ou coisa parecida.

A surgir na Historia tal momento e a idéa do ministerio socialista fica totalmente prejudicada, pois que tal hypothese, implicando a criação d'um periodo revolucionario, jámais poderá determinar o nascimento d'um ministerio, mas, sim, a criação d'uma *administração de coisas* ou *comité revolucionario*, segundo resam os programmas conhecidos do socialismo.

Perante tão logicas deducções nitidamente postas em fôco no congresso, sem duvida a victoria devia caber ao politico Jaurés e á sua facção, que, seja dita a verdade é muito mais progressiva em materia de principios, visto á luz velada das conveniencias partidarias e... parlamentares.

Analysada, porém sem paixão a marcha já encetada pelo socialismo francez – destinada a reflectir-se em todo o mundo civilisado – vemos que o doutrinarismo de Marx e outros dogmas que directo conduzem á predominancia da questão politica sobre os problemas *economicos e sociaes*, vão pouco a pouco perdendo efficacia remodeladora na consciencia proletaria cançada já do ludibrio vomitado pelas urnas em dias de eleições.

Porque a questão é esta: o objectivo essencial dos partidarios da revolução social, firmando-se na aspiração de radical mudança da base proprietaria contemporanea, eliminando assim os vicios de constituição organica das sociedades saídas do privilegio usufruido por castas ou classes, não pôde já agora fiar da simples intervenção dos parlamentos o *desideratum* que se impõe em justa defeza das victimas expoliadas.

É por isso que se justifica a existencia do radicalismo socialista, constituindo vanguarda defensora da idéa inicial da emancipação proletaria. Homens ha, descrentes e enojados das manhas politicas – fataes de crer a julgar pela natural evolução das idéas, continue o engrossar d'este nucleo destinado não só a defeza do ideal puro, mas, tambem disposto a alcançar com demonstração e critica feita aos homens e aos factos a renovação dos costumes ainda agora tão inquinados de estúpido fetichismo e singular espirito de obstinada passividade ás ordenações vindas da vontade alheia.

Foi, pois, util o congresso socialista de Paris.

Na derrota do chefe sectario e intolerante, conseguida com esforço por Jaurés, espirito mais largo e mais habil politico, poderam os proletarios francezes fazer um passo em frente na marcha para o futuro, embora creando nova illusão que aliás está destinada a desaparecer em tempos mais ou menos proximos.

Além d'isso, o congresso acceitou a grève geral – idéa vinda do campo libertario e que não ha muito ainda era acoimada pelos socialistas parlamentares de brutal utopia, propria a servir tão sómente aos interesses da burguezia reaccionaria ávida de fuzilar o povo.

Os politicos reconsideraram agora, e é de esperar que ainda vejamos a grève geral servir de defeza a candidaturas em perigo.

Emfim, ficou provado, e já não é mau, que as idéas da vanguarda libertaria não são para despresar.

Registrando o facto, fechamos o artigo lembrando a phrase de Pelletan: – *Le monde marche.*

Babeuf

## O NATAL

(A OBRA. LISBOA: N° 255 (1899), 24 DE DEZEMBRO, P. 1).

UM anno que passa, um seculo que stertorisa, e ainda uma vez mais o Natal a recordar a festa da familia, symbolisada na tepida quietão do lar, limpo de negruras, impregnado de ventura.

É a evocação da felicidade, gosada assim no amoroso conchego da familia; não logra, mau grado de muitos, dulcificar por instantes as dores continuas que os penetram.

A cidade é alegre: as *vitruines* vistosas attraem o olhar cubiçoso, illuminado da intensa luz nascida no desejo insatifeito; as arvores de Natal levantam brinquedos caros, os joalheiros e as modistas deixam scintillar joias; exhibem abafos, e, nos armazens amalgamam-se sobretudos, varinos, capas: tudo a indicar quanto era possivel alargar a felicidade ao maior numero.

Porém, a contrastar com o rumorejar festivo que a pairar anda no espaço, a physionomia habitual da maioria faminta, insatisfeita, ávida, permanece a mesma na fixidez da livida mascara da miseria.

Os que trabalham, os que soffrem e aspiram, continuam reprobos, roídos de impotencia e inveja, assistindo á festa dos *outros*, os felizes bafejados de boa-sorte, unicos capazes de usufructo ás maravilhas de engenho e bom gosto, engendradas pelo Homem em laboriosa pesquiza.

A humanidade dividida em grupos inimigos, uns victimas, outros tyranos, estes protegidos pela Lei, aquelles contidos pelo Medo.

É assim que se commemora o nascimento do apostolo da egualdade.

Passam trens, rumorejam sedas, tilintam cristaes, esgotam-se taças e negro reverso da medalha fabricada com a liga da iniquidade, d'outro lado ha esmolas, farrapos, miserias, perdição. *Bebés* de dinheirosa origem sobraçam *joujous*<sup>247</sup> de custo, petizes esfarrapados escorregam na alma das valetas pedindo pão; mulheres formosas reclinam-se indolentes no fundo dos camarotes, noivas miseraveis, esqualidas, que ninguem compra, sollicitam migalhas.

Tal o sinistro contraste da festa em honra do Deus-Menino.

A fallencia do Christianismo eis o que fica, defendida por soldados, protegida por phariseus, explorada por padres.

Odios a referver no fundo dos miseraveis abrigos, digestões demoradas nas salas dos palacios, vencedores a sorrir, vencidos a chorar, eis o balanço social a fazer, apoz dezenove seculos de doutrinação christã.

Quer-se do Natal extrahir a Festa e só se consegue mostrar a dolorosa tragedia do Calvario.

O Povo feito Christo soffrendo resignado, emquanto Pilatos lembrando o Codigo lava as mãos e Judas embevecido contempla no cofre os trinta dinheiros da traição.

Assim, vão as sociedades modernas arrastando a torpe existencia; despreziveis, ignobeis, mascarando as pustulas com preceitos de Lei.

A solidariedade um engano, o amor feito mentira, a moral uma mascara.

E porquê o facto estranho?

Porque a Vida é o privilegio de alguns, assentando sobre as desgraças de muitos; porque o antagonismo de classes zomba das maximas doutrinarias e os homens se não julgam irmãos perante a Natureza; porque a Ordem estabelecida impõe ser a igualdade uma ficção.

Quem dera o Povo comprehendesse!

Emquanto o organismo social motivar as razões de existencia e funcionamento, immolando em sangrento sacrificio o Homem que não pode

---

<sup>247</sup> Em francês no original: brinquedos.



ou não soube ser feliz conquistando dinheiro, as festas jámais serão festas á falta de larga communhão das horas de prazer.

A base social eis onde reside o mal.

É ahi, n'esse injusto fundamento que se origina a divisão dos escolhidos e reprobos, escolhidos que se supõem senhores, reprobos que se confessam escravos. Dir-se-hia ter a Natureza carimbado com odiosa distincção os homens, proclamando de indelevel fórma a iniquidade como supremo principio de amor e paz.

Adivinha-se, pois, na simples visão da *festa* que só aos felizes pertence que o Natal ainda não veiu; o Natal, não, dos probrezinhos, mas o novo periodo de equidade em que todos os seres humanos tenham direito á livre expansão das mais bellas e perfeitas qualidades moraes.

Quando será esse dia?

Não o sabemos. Resta-nos a crença, sobeja-nos a justiça; e, quando á crença em melhores dias vem juntar-se a justiça do Protesto, jámais tão grandes forças deixam de vencer.

Assim, ainda hoje ficamos aguardando o advento do Natal que hade trazer a harmonia reconciliando os homens, na festa única d'uma Era Nova.

Babeuf



## A REACÇÃO

(A OBRA. LISBOA: N.º 256 (1899), 31 DE DEZEMBRO, P. 1).

DEMAIS em mais vae sendo perigosa a situação do paiz, entregue á voracidade d'um regimen caduco, agora servido exclusivamente pelas forças vivas do poder reaccionario.

Os collegios, institutos, asylos, congregações e mais collectividades, de origem clerical, estendendo a perniciosa acção desde o individuo ao estado, affirmam-se poderosas. E não é dizer, residir sómente em taes agrupamentos a força clerical; na arte, na politica, nos costumes, a reacção impera, assentando em bons fundamentos de ignorancia popular.

É assim, que emquanto nós vemos os outros povos seguirem na diffusão dos mais alevantados ideaes de libertação collectiva e individual, por intermedio da arte posta ao serviço da idéa, nós, constatamos que em Portugal o estabelecimento de varios processos de censura e interdicção ás obras de arte que surgir possam affirmando progresso, determinando revolução.

Como se não fôra bastante a ignorancia de grande publico a desanimar o artista creador de arrojadas concepções, esse publico, sempre atavico e indisposto contra a innovação, é ainda auxiliado na obra de repudio, pela policia de costumes que ha tempos já vem farejando na obra de arte a feição renovadora, propicia á demolição de velhas mentiras convencionaes e infames privilegios, tarados de torvo espirito medieval.

Basta olhar o theatro nacional.

Peças sobre peças succedem-se, passando sem interesse, melifluas, despidas de verdade, dando sancção a quantos falsos preceitos ainda hoje

são razão á vida social. E não ha meio de fazer melhor. A policia d'arte, reaccionaria e estúpida lá está espreitando o opportuno ensejo de intervir.

No livro a miseria é fundamentalmente identica.

Além do romanceco recheiado de ôcas banalidades e casos sinistros, proprios á evocação de sensações fortes; litteratura vulgarmente conhecida sob a etiqueta de *pau e corda*; nada mais passa das mãos dos auctores á comprehensão do publico.

E assim vamos, observando de momento a momento pallidas phosphorescencias de poetas neo-christãos, encarregados de soluçar quantos desolados fatalismos podem incubar-se, dentro d'uma religião em via de final bancarrota.

Gritos de protesto, aspirações a novas formulas de moral, analyses intensas da vida, descobrindo o mal e apontando as origens, raro apparecem no mercado litterario excitando curiosidade do transeunte que se detem diante das montras dos livreiros. Vale-nos ainda a mitigar a séde de ideal novo, alguma coisa que a França envia.

Nosso, denunciando a procedencia no carimbo d'arte nacional, não ha nada que possa justamente satisfazer o orgulho d'um povo.

E como fazer, se a arte está sujeita á vigilancia policial?

Estamos certos, dado que Emile Zola fosse portuguez, da impossibilidade do grande auctor dar vida á sua *Fecundidade*, immediatamente perseguida em nome dos bons costumes d'uma sociedade hypocrita e crapulosa.

Acompanhando a decadencia artistica; na politica a reacção assentou os melhores arraiaes. É de vêr as leis feitas no parlamento. Difficil é encontrar uma só inspirada de bons desejos de progresso e melhoria da raça.

Leis de excepção, projectos de entrega do ensino popular ás corporações reconhecidamente catholicas, negociatas proprias á criação de monopolios, abraçam-se em fraternal amplexo ao final da tarefa legislativa.

N'uma palavra: o parlamento applicado como sinete no testamento de um povo atacado de anemia moral á falta de liberdade e instrucção.

Aproveita a derrocada a reacção organizada em partido, fundando escolas e asylos, destinados a moldar o espirito das creanças recolhidas, que, mais tarde lançadas á vida continuarão mantendo dentro da sociedade portugueza o cunho especial da influencia e predominio catholicos. E não contente com a conquista effectuada nos dominios do ensino, alarga a reacção a sua força enorme e perturbadora do progresso social, dirigindo-se aos interesses do proletariado miseravel e desprotegido.

N'este empenho surgem sopas economicas, dispensarios, villas, explorando a miseria e a gratidão dos pobres sem recursos, levados forçosamente a beneficiar da caridade official protegida do alto.

Assim, illaqueado o individuo em protectoras instituições, falto de cultura, sem encontrar na vida em commum elementos de renovação social, n'uma permanente asphyxia das qualidades pessoases, guiado exclusivamente pelo utilitarismo resultante das relações economicas, acaba o cidadão portuguez resignado e egoista por garantir a quietação usufruida, aos poderosos exploradores da politica e da economia nacional. D'ahi a impossibilidade absoluta da formação de poderosos nucleos revolucionarios; a falta de grandes aspirações, o refractarismo á comprehensão das melhores verdades sommam-se na pavorosa indiferença que sem descanço vae alastrando sobre a nacionalidade empobrecida de sangue e de idéas.

Reflexivamente aos casos apontados na arte e na politica, succedem-se os aspectos reaccionarios nos costumes, sendo hoje facil de ver-se, quanto a intolerancia sectaria dentro dos partidos e as continuas sollicitações de individuos e corporações ao poder real, são tara denunciante do espirito de submissão ao mais comprovado despotismo.

Resignar e abdicar tal é a disposição espiritual d'um povo que não se dispondo a trabalhar na propria defeza, se entrega calmo e submisso ás tendencias dictatoriaes dos homens e das instituições. Inapto á pratica do livre exame, deixando-se ir á mercê dos acontecimentos; sem cuidar o presente nem olhar o futuro, o povo somnabulo e indolente lá vae caminho da final ruina entregue a suspeitos guias.

Aproveitando o *meio* a Reacção prosegue na obra nefasta, multiplicando os obstaculos á marcha do progresso individual e collectivo, sem temor de receber condigno premio em proximo futuro.

Affirma-se pois, na visão do repellente espectáculo, a existencia de occulto mal que urge extirpar a fim de salvação poder ser tentada aos restos do character nacional que ainda hoje permanecem immunes do contagio de servilismo e indifferença plantados pela reacção clerical.

A essa obra de saneamento social, é dever acudirem todos os bons espiritos, não esquecendo que o regimen monarchico e o poder clerical são irmãos gêmeos que devem ser eliminados de conjuncto.

Se tal medida não fôr tomada, a completa desgraça nacional não se fará esperar muito.

Babeuf

## PROPAGANDA E MYSTIFICAÇÃO

(A OBRA. LISBOA: Nº 266 (1900), 11 DE MARÇO, P. 1).

Tal o aspecto moral oferecido pela *Liga*<sup>248</sup> contra a tuberculose – organização pseudo-pylantropica vinda ahi, não a salvar os doentes miseros, mas intencionada de especar o Existente em manhosos assaltos á gratidão dos ingenuos.

Singular, muito singular, é desde a sua origem a decantada *Liga*, patrocinada, subsidiada e mantida – oh! coherencia – pelos mais funestos representantes do fomento da miseria nacional, factores primeiros do estiolamento da raça submettida á torpe voracidade de especuladores sem escrupulos, aninhados nos recantos dos syndicatos encarecedores e falsificadores da alimentação publica e outros acolhidos nas fileiras burocraticas sanguesugas do imposto.

E por ser assim, porque urge fazer politica e fazer logares a medicos sem clinica e a afilhados a medicos sem emprego, não se hesita na propaganda dos sanatorios, servindo á maravilha a miseria dos desconfortados p'ra *piedosa cruzada* de zombaria á desgraça alheia.

Aqui a verdade.

---

<sup>248</sup> Refere-se aqui Ernesto da Silva à Liga Nacional Contra a Tuberculose, criada por Miguel Bombarda no seio da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, em 1899. Esse mesmo ano a rainha D. Amélia fundava a Assistência Nacional aos Tuberculosos, sendo o seu primeiro secretário-geral o médico D. António de Lencastre. Vid. DORIA, José Luís, DUARTE, João Miguel Couto, e SARAIVA, Paula C. Sousa – Tuberculose: a história e o património. Memórias da doença através da História em exposição no Museu do IHMT. *Anais do IHMT*. Nº 16 (2017), p. 95.

Um *truc*, um verdadeiro *truc* gerado sem duvida em cerebro fino de cabotino sagaz, eis a proclamada assistencia p'ra ahi pregoada em reclamo scientifico quando ha conferencias de vulto com a porta aberta.

A seguir, esgotando-se n'um jogo de palavras a fazer tremer o tablado, succedem-se os homens vindos da sciencia e com pasmo o povo escuta: – o mal provém do contagio, não ha hereditariedade transmissora, a causa do mal não se origina no meio propicio á cultura que a miseria procria.

É o contagio, só o contagio o terrivel factor que urge eliminar!

N'esses momentos o analysta tem direito a entristecer vendo que a corrupção da epocha tambem já fez morada nos dominios da Sciencia. E o povo, a eterna victima sempre ludibrida quando convem aos interesses dos poderosos, lá vae caminho de casa, quase balbuciando canticos de gratidão ás boas almas que depois de o tuberculisarem se arvoram constrictas em protectores desvelados.

A despeito, porém, dos ares scientificos dados a mascarar a propaganda mystificadora, alguns do povo não esquecem as affirmações publicas do dr. Guilherme Ennes<sup>249</sup> assentando a etiologia da tuberculose nas condições de meio, especialmente creado pela miseria, traduzida na alimentação reduzida, habitação sem ar nem luz e estiolamento do individuo esgotado de forças após largas e bestificantes tarefas.

É assim, possuidos d'esta incontestavel verdade – ha dias ainda proclamada por dois lentes da universidade os srs. Lopes Vieira e Rocha Peixoto – que bem alto desafiamos os sabios abalisados ao serviço *do poder* á prova do contrario.

D'antemão sabemos que não ha a temer resposta.

Os cavalheiros-serventes da *Liga*, prudentes a mais não, continuarão prérgando contra os effeitos, esquecidos das causas!

Segundo parece, em tempos que vão correndo é esta a melhor fórmula de honrar a Sciencia.

---

<sup>249</sup> José Guilherme Enes (1850-1920) foi diretor do Posto de Desinfestação Pública de Lisboa, e inventor de um formolizador, um aparelho de desinfecção pelo formol, sob pressão, conservado no Museu da Saúde, em Lisboa.



No contágio eis o mal: – tal foi o santo e senha adrede engendrado antes da saída p'ra rua a *elucidar* as gentes. Assim o tartufismo continuará a marcha triumphal.

Nós, porém, desrespeitadores da consagrada submissão ao principio do *grande homem*, cá estamos acordando o espirito proletario que nada tem a esperar dos salvadores encartados e só no proprio esforço pode confiar.

Eis porque rememoramos alguns pontos fundamentaes das conferencias já feitas, em que o dr. Bombarda<sup>250</sup> affirmou não ser a questão das sub-sistencias caso primeiro a considerar, antes insignificante ponto de vista face a face do contágio; o dr. Vasconcellos se escapou á responsabilidade da these da *prophylaxia social* dizendo haver familias que não sabem comer; o dr. Moraes pretendeu negar a hereditariedade e o dr. Cabral<sup>251</sup> reclamou ao governo medidas de sequestro a applicar aos tuberculosos.

D'est'arte já os proletarios aproveitaram da benemerita e elucidativa campanha o seguinte: podem estalar de miseria e esfalfamento que não ha perigo de invasão tuberculosa, que a hereditariedade affirmada por Buchner<sup>252</sup>, ainda nos casos subtis da transmissão das qualidades psychicas innatas e adquiridas, é uma burla, quando se trata da transmissão de condições fundamentalmente organicas proprias á receptividade do mal tuberculoso, e, mais ficámos sabendo que a Sciencia está disposta a reclamar ao Estado o encarceramento dos doentes.

E após tão larga faina não nos disseram os sabios – problematica como é ainda hoje a curabilidade da tuberculose – se o doente dado por curado

---

<sup>250</sup> Miguel Augusto Bombarda (1851-1910), médico psiquiatra, dirigia o Hospital de Rilhafoles onde fundou o Laboratório de Histologia em 1887. Inicialmente orientou-se junto da facção chefiada por Francisco Ferreira do Amaral (1844-1923) no partido Progressista, mas passou rapidamente para o Partido Republicano, do qual se tornou chefe. A sua morte, a 3 de outubro de 1910, precipitou o golpe de Estado republicano.

<sup>251</sup> José Curry da Câmara Cabral (1844-1920) foi o principal impulsionador de um hospital dedicado ao tratamento da tuberculose e das doenças infecto-contagiosas, em Lisboa. Foi inaugurado em 1906 com o nome de Hospital do Rego, o qual deu origem ao atual Hospital Curry Cabral, assim denominado no ano 1929 em homenagem ao professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.

<sup>252</sup> Refere-se a Eduard Büchner (1860-1917), quimico alemão cujos experimentos em 1897 abriram campo ao estudo da herença, o ADN, e o genoma humano.

depois da estada no sanatorio e voltando ás precarias condições da existencia anterior não tornará a ver aggravado o mal, apenas adormecido.

Seja dito de passagem, bem dispensarmos o esclarecimento, ao lembrar a conferencia do dr. Vasconcellos em que o conferente foi até dizer ser necessario o Estado passar revista ao physico de todos os cidadãos portu-guezes destinados ao trabalho, a fim de lhe escolher profissões adaptaveis á compleição de cada um futuro trabalhador.

Decididamente isto excede os dominios do empirismo e vae em linha recta filiar-se na mystificação.

Mas, de toda a campanha de parola já levada a cabo, mais que qualquer outra nos revolta a aspiração do dr. Cabral em internar forçadamente nos sanatorios as victimas da sociedade.

É o empirismo feito tyrannia, a Sciencia transformada em carcereiro, violentando no transe angustioso o misero moribundo a quem a Sociedade tudo negou antes da eclosão da doença para só cuidar d'elle em nome do maior numero ameaçado, quando os effeitos provindos da causa que tempo não foi eliminada, tornaram improficuas as medidas salvadoras.

É a Violencia levada á sua mais absurda e tyrannica conclusão.

É a Sociedade tendo o direito de tuberculisar os homens, mulheres e creanças victimas da mais desvergonhada expolição feita pelo Estado a titulo de imposto e pelo Patrão a pretexto de salario e ainda não concedendo ao desgraçado tuberculoso a regalia de morrer junto dos seus, dado que estes o não repudiam e suavizam os momentos de final agonia.

Não é propaganda de medico é sonho de inquisidor.

Assim, uma vez mais o povo teve ensejo de conhecer os protectores que o pretendem amparar.

Nem um só grito contra a organização social geradora de legiões de victimas. Conselhos de empiricas soluções e incitamentos á violencia des-respeitadora da vontade individual, eis a obra até agora produzida n'um impulso de propaganda e mystificação só aproveitavel aos poderosos.

Babeuf

## CRÊ OU MORRES!

(A OBRA. LISBOA: N° 270 (1900), 8 DE ABRIL, P. 1).

Ainda – a despeito dos progressos realizados na afirmação e doutrinação dos melhores principios de liberdade humana – o atavismo dominador se afirma como outr’ora sectario e inconsequente com a essencia das proprias idéas que diz defender e ousa proclamar.

A afirmar quanta justeza reside na proposição feita, basta confrontar a evolução feita de dois grandes principios – o christianismo e o socialismo.

Emquanto o primeiro foi traduzido em crença simplista e pura, correspondendo bem ao espirito de revolta do povo escravizado, não deixou de pairar no espaço o sopro revolucionario, e a eclosão da *Bagaudie*<sup>253</sup> sobremaneira o attesta. Porém, o ideal libertario prégando em extasis de felicidade humana, grande de intenções communistas e forte de moral superior, tinha fatalmente de submeter-se á adaptação historica, que, não permite a integral libertação d’uma camada social sem que a evolução determine a metamorphose por lei natural, que, faz sempre condição primeira do factio transformador a perfeição moral e intellectual adquirida pela maioria, apta então a emancipar-se de tutellas e privilegios.

Sucedeu, pois, que ao christianismo redemptor veiu seguir-se o catholicismo repleto de dogmas, torturas e mentiras. Ao principio moral da igualdade succederam-se as hierarchias no Templo; á fraternidade communista dos bens terrenos sobrepoz-se a esmola feita privilegio de castas e á liberdade espiritual seguiu-se a tyrannia do dogma.

---

<sup>253</sup> As revoltas bagaudas desenvolveram-se na Gália e em Hispânia sob o Baixo Império.

Foi assim que ao Calvario succedeu a Inquisição.

É prohibido pensar! gritou o padre: o Christo apodrecido no madeiro não pôde evitar a decomposição da doutrina que tanto proclamara.

E porque tal transformação?

Porque a minoria provida de intellectualidade, obedecendo á immutabilidade das leis evolutivas, devia irremediavelmente abusar do seu poder, creando novas algemas á multidão dos escravos ignaros.

Interpretes dos dogmas, encarnações de Deus na terra, unicos privilegiados em relação com o Divino, só elles, os sacerdotes, podiam dictar a lei perfeita e indiscutivel sem logar a analyse irreverente logo marcada de heresia.

Assim se conseguiu, accendendo o terror e fomentando a ignorancia, poder demorar a marcha ascensional da humanidade para a vida feliz e livre.

A igreja deu mão aos despotas, sanccionou o crime, incendiou as fogueiras e postas barreiras ao *livre exame* fez tremer na suspeita de *heresia* os mais bem dotados espiritos.

Gallileu, João Huss, Giordano Bruno – para quê citar mais! – porque divergiam e encaminhavam o ser humano a melhor verdade, foram victimas prestigiosas alvejadas pela colera sacerdotal.

Que motivava a vindicta?

O atavismo dominador acoutado sob as roupagens luzentes dos directores de consciencias, temerosos da fuga do rebanho ás planicies de intensa luz, onde a verdade não falha e o dogma não impera.

No entanto o Progresso que ri da Conservação e segue sem fadiga a marcha para o Futuro, desfez dogmas, arrombou carceres. Apagou fogueiras e veiu até nós legar o fructo do *livre exame*, traduzido em bellas verdades que ainda agora são o melhor fundamento da sciencia, destruidora do fetichismo, na faina de libertar o homem.

Identica á evolução do christianismo, tem seguido a evolução do socialismo.

De começo, o bello espirito gaulez reclamava em dias da Revolução a integração do individuo na paz e felicidade; depois, pouco a pouco, á

medida que a idéa se adaptou ás necessidades de momento, comprehendidas no reformismo protector conquistado na politica, viu-se o ideal amortecer, quasi extinguir-se e das legiões animadas dos combatentes aureolados de crença ficarem espectros gravitando na orbita estreita das *eleições* miseraveis.

E, porque o nucleo grande das massas proletarias no refractarismo a largas concepções de progresso e liberdade, base solida ao atavismo dominador, chefes politicos se ergueram – sacerdotes de hoje! – impondo a nova lei por sua vez inatacavel e fóra da qual a salvação seria impossivel.

O socialismo fizera-se *social democracia*.

Então surgiu o *crê ou morres* dentro d'um ideal de liberdade suprema, como outr'ora o dogma garantido pela fogueira fizera apparição no seio d'uma religião de paz e amor.

O ideal decompunha-se e a agonia seria certa se a lição do passado não houvera fructificado em animos rebeldes, promptos ao combate contra o novo Papado, em defeza da idéa ameaçada.

A não faltarem pontos de contacto viu luz tambem a marca de *heresia*, apposta nos protestantes indicados á colera das turbas exploradas pela raivosa epileptica dos chefes de partido.

Ao queimadeiro succedeu-se a excommunhão partidaria, á liberdade individual a submissão á vontade collectiva inspirada na traficancia dos mais *habeis*, e ao direito de livre critica oppoz-se o silencio sepulchral indispensavel á vida leprosa da *conveniencia partidaria*.

E o socialismo que se não representara um ideal de suprema liberdade seria indispensavel inutilidade, fez-se doutrina vedada aos irreverentes inquiridores que se permitissem o sagrado direito de reclamar a simplista pureza do revolucionario principio ameaçado de completa bancarrota nos meandros da politica corruptora.

Assim, se ouvida fôra a excommunhão lançada pelos que em nome de *novos ideaes* anathematisam hereticos, teriamos que o proprio socialismo a si proprio se negaria, impedindo a aquisição de novas e mais perfectas

verdades, copiando servilmente o monstruoso atentado que interdictava Gallilleu de afirmar que *por si a terra se movia*.

Em tal proceder, o socialismo feito *partido*, inquisitorialmente obrigava os espiritos a não ultrapassarem os limites das verdades reveladas pelos magnos sacerdotes.

Porém, á acção depressiva da *auctoridade* feita reguladora de consciencias e arbitro da expansão individual, veiu oppôr-se o *libertarismo* clamando ardentemente não poder a philosophia do socialismo assentar em artificiosos principios de auctoritarismo, attentatorios da marcha civilisadora e mais, repellidos pela Natureza.

Que virá de tal embate?

É facil antever o resultado. A grande massa, atavica de subordinação, continuará seguindo os mentores; os mais aptos, espiritos rebeldes á passividade, socialistas promptos ao *livre exame*, ir-se-hão progressivamente libertando da ultima tutela sacerdotal que do alto aos foragidos gritará impotente: – *crê ou morres!*

Em resposta ao livido sacerdote, os mais audaciosos caminheiros retorquirão: – *Sê homem e sê justo!*

Babeuf

## O ATTENTADO

(A OBRA. LISBOA: N° 271 (1900), 15 DE ABRIL, P. 1).

Que outro nome não póde ter o acto ignobil praticado na Africa do sul.

Um attentado authenticico, indiscutivel, ignobil é sem duvida o d'um povo permittir, de bom proposito, a traição destinada a dar aso á chacina de outro povo, engendrada em torpes conciliabulos de chancellaria.

É assim que a essa hora nós, os portuguezes, somos justamente apontados ao desprezo da Europa.

Nós permittimos, nós, os *heroes do mar*, que as nossas terras fossem caminho seguro á marcha do exercito de poderosa nação apostada no anniquilamento d'um povo heroico, grandemente intencionado de defender a terra onde vive contra a ambição da canalha capitalista, ávida de riquezas e sempre prompta ao roubo.

Sim. Portugal, perdida a ultima noção da dignidade collectiva, transforma-se no ladrão vulgar e fraco que não sente pejo em descer á mais repellente baixeza, segurando os braços da escolhida victima, enquanto o companheiro de torpeza, audacioso, forte e sem escrupulos, crava até ao cabo a navalha nas costas do desgraçado caminheiro suprenhendido.

E isto faz-se sem a consciencia nacional ter um grito forte, um protesto levantado, embrutecido e insensivel á força de chafurdar na lama da corrupção e da indifferença.

Que será de nós, amanhã, quando a Inglaterra, forte na impunidade, ávida de satisfacção á ganancia dos especuladores da *Chartered* ou da *South Africa* não hesitar em lançar benta unha aos minguidos mas appeteciveis restos do nosso emporio africano?

Inevitavelmente succederá que o desprezo europeu que ora nos fustiga as faces impudicas, achará corrente a violação do nosso direito historico ao recordar-se que os villões netos do Gama e de Albuquerque, foram cúmplices d'uma das refalsadas e ignobeis traições que a Historia aponta.

Eis o que já conseguimos de effectivo n'este constante apodrecer da consciencia nacional – o desprezo do mundo culto.

E a fazer reparo ao nosso protesto não venha, dizer que a nós proletarios pouco importa cuidar de taes assumptos.

Republicanos, socialistas, libertarios, seja quem fôr de origem portugueza, teem de erguer o seu clamor contra o acto indecoroso que não só avilta e deshonra como é prova perante o mundo da nossa cobardia e fraqueza d'animo.

Assim testemunhada em flagrante delito de traição a aviltante baixesa que corroe as forças moraes, todo o mundo especulador e bolsista que nos espreita d'além fronteiras, póde bem julgar ser facil e quasi necessaria tarefa lançar tutella a um povo indigno que não sabendo defender o corpo, tambem não sabe defender a honra.

E ai de nós, proletarios, se ámanhã tivermos de dobrar a espinha ante a força d'uma intervenção estrangeira.

Como sempre, seremos, nós, trabalhadores, as victimas predestinadas ao maior soffrimento.

Os syndicatos poderosos a coberto da etiqueta estrangeira, seguros da omnipotencia da força e do mando farão então pesar sobre o povo trabalhador as mais duras condições certos de garantida impunidade requerida e adquirida nas antecamaras das chancellarias.

Depois, o aggravamento das condições de existencia aumentará no saque permanente exercido pelos credores sobre as finanças nacionaes. Á falta de recursos, inventar-se-hão novos impostos e ao final os miseros productores pagarão mais que outra qualquer camada social os erros, esbanjamentos e roubos accumulados pela administração monarchica.

É pois – quando não bastasse a consciencia a justificar o protesto – motivo bastante á nossa indignação, ver no attentado praticado contra



os boers por Portugal um poderoso incentivo aos estrangeiros determinando-os a não escrupulizar no lançamento da pesada tutela a um povo envilecido.

D'esta maneira, ninguém deve calar a indignação e bem devem preparar-se todos a poder sair da esfera do protesto platónico, que não comove, para de vez se entrar n'outro caminho que convença e purifique.

Babeuf



## Á QUEIMA-ROUPA!<sup>254</sup>

(A OBRA. LISBOA: N° 272 (1900), 22 DE ABRIL, P. 1).

Assim foram assassinados em Cezimbra tres pescadores, enquanto um outro a esta hora já soffreu a amputação d'uma perna, tornando-se impossibilitado a ganhar a vida.

Eis quanto relata a imprensa periodica.

As victimas caíram á ordem do tenente Francisco José Faria Picão, official sem curso (tarimbeiro), condecorado com as medalhas da expedição a Moçambique em 1895 e a de *valor militar*, ao que parece ganha em Africa n'essa occasião de chacina.

A completar, justo é dizer que o tenente Picão já foi punido com um mez de prisão correcional em 1893, segundo affirmam documentos officiaes.

Até aqui fallámos do executor do morticínio que a Portugal quiz dar mancha de paiz civilisado, renovando Fourmies<sup>255</sup>.

Agora, bom é que digamos ter sido um capitalista de nome Alipio Loureiro o provocador do triste conflicto.

E porque foram os pescadores assassinados?

Tal a pergunta que da consciencia dos homens honestos sobe aos labios.

---

<sup>254</sup> Enquadram início e fim do artigo faixas negras em sinal de luto.

<sup>255</sup> Nesta localidade do norte de França sucedeu uma matança de operários em 1891, quando com motivo da primeira celebração do 1° de Maio as tropas dispararam contra os trabalhadores que se manifestavam pacificamente, morrendo nove deles, dos quais oito menores de 21 anos.

Porque os pescadores não só na justa defeza dos seus mais sagrados interesses – mas, oh! ironia do destino – porque desejavam o cumprimento da lei maritima, entenderam dever oppor á ganancia sem escrupulos do capitalismo e á tara criminal do militarismo de profissão os corpos indefezos.

Eis o crime commettido pelos pescadores, que, na *resistencia passiva* propria a discipulos do *illuminado* Tolstoi, deixaram que mais flagrante ficasse nas paginas da historia do proletariado portuguez essa nodoa vermelha de sangue innocente que jámais se apagará.

Nós ficámos com Cezimbra e 11 de abril como os francezes guardam Fourmies e o 1.º de Maio.

Além as Lebel, aqui as Kropatchek cumpriram a negra missão fraticida. Armas entregues ao povo para fuzilar o mesmo povo!

Que attentados monstruosos a ignorancia permite; irmãos fuzilando irmãos na pavidia inconsciencia do cerebro povoado de tenebrosa noite.

E porque – ainda o repetimos – tal desrespeito á vida humana? Considerada inviolavel pelos moralistas e codigos; desde a infancia ensinada em resumos de doutrina que dizem: *não matarás!*

Pois não será um attentado monstruoso abrir tres sepulchros e no silencio eterno lançar tres homens que só clamavam justa melhoria ao dolorido viver?

Não será feroz martirio e crua impiedade lançar tres familias na maior das desesperações, agora faltas do principal arrimo e desvelado protector?

Quem negará ser um *crime da sociedade* – que póde fugir aos codigos, mas não foge á maldição – roubar ás creanças o pae para depois em requentada phylantropia se offerecer asylo aos orphãos?

Que a consciencia dos responsaveis do attentado – caso possa sentir e de todo não esteja ankylosada pelo espirito de classe – nos responda. Sim. Que esses homens digam se podem voltar a casa com as mãos vermelhas, marcar a dedadas sanguinolentas as faces da esposa e dos filhos em momentos de ternura?

E mais, pensem na triste herança de odio e maldição que as victimas legaram a filhos que amanhã sabedores da morte do pae, inevitavelmente terão de odiar os filhos assassinos.

É assim que a Iniquidade vendo luz divide os homens em adversos bandos a entredevorarem-se.

A quem pertence a culpa?

Aos que *de baixo* só reclamam uma côdea menos minguada e dura a matar a fome da família, offerecendo o corpo – sem protesto! – á tara criminal do primeiro exemplar morbido?

Não!

O sangue derramado vae cahir sobre a *ordem social*, que, justamente proclamando a inviolabilidade da vida humana, parece não contar os trabalhadores no numero dos seres e só concede taes regalias aos parasitas privilegiados.

Mas... porque se não evitou a carnificina?

Porque o delegado marítimo – representante do Estado – encarregado de velar o cumprimento da lei, não ousou arcar com o poder do capitalista ganancioso, permittindo que camponios ignorantes descessem da serra a desempenhar uma missão interdita no texto legal áquelles que comprovar não podessem serem adextrados profissionaes.

Eis o eixo da questão.

Se a lei fôra cumprida, Cezimbra e com ella todo o proletariado portuguez não estariam enlutados, lastimosos e indignados, reclamando Justiça.

Disse reclamar Justiça?

Puro desabafo. A Justiça de hoje não póde ver atravez espessa venda a nossa desesperação creada pela iniquidade social.

Quando muito, delega na Caridade o réclamado encargo de abrir asylos e sanatorios onde acoutar possámos a desventura e o stertor.

Ai d'aquelle que reagir pretende!

A Ordem para não ver perturbada a digestão laboriosa de serpente, não tem hesitações e grita: – *Á queima-roupa!*

Assim continuará até ao dia em que a Justiça deixe de ser uma burla e o Capital um roubo.

Babeuf



## O TENENTE PICÃO

(A *PÁTRIA*. LISBOA: N.º 427 (1900), 5 DE MAIO, P. 1).

Porque ainda não foram esquecidos da opinião publica justamente indignada, os fusilamentos que em Cezimbra provocaram o assassinato de tres operarios pescadores em gréve, justo é venhamos indicar qual o valor moral dos que se arrogam direito de vida e morte sobre o povo espoliado.

É assim que, ao cabo de minuciosa pesquisa podemos encontrar elementos seguros para que o publico, e em especial o operario, possa conhecer com segurança quem são os heroes promptos ao massacre de victimas indefezas.

Em Cezimbra, apoz o assassinato legal de tres pescadores e da inutilização de mais dois grévistas, um condemnado á amputação d'uma perna e outro ameaçado de amputação a um pé, ficaram entre outras pessoas cobertas de luto, uma pobre viuva rodeada de quatro orphãos dos quaes o mais velho tem apenas dez annos.

Que nos digam as consciencias rectas se o odioso attentado, levado a effeito, em Cezimbra, não merece a mais indignada reprovação?

Que nos respondam os operarios portuguezes, desde agora ameaçados de á bala verem suffocados os seus gritos de natural protesto. E porque a justiça não attingirá os criminosos, é dever tornar bem saliente a figura dos responsaveis do massacre.

Para esse effeito damos hoje logar á transcrição da *Ordem do exercito n.º 26*, publicada em 30 de outubro de 1893:

«Conhecendo-se das averiguações a que mandou proceder o general commandante da 3.<sup>a</sup> divisão militar, que o alferes de infantaria, Francisco

José de Faria Picão, durante o tempo que pertenceu ao regimento de infantaria n.º 3, infringiu os deveres militares expressos nos n.ºs 12, 13, 32 e 34 do artigo 1.º do regulamento disciplinar de 15 de dezembro de 1875 e usando da auctorisação que me confere o artigo 34 do mesmo regulamento: Determino que o alferes de infantaria, Francisco José de Faria Picão, soffra a pena de trinta dias de prisão correccional, que cumprirá na praça de S. Julião da Barra.

Secretaria d'estado dos negocios de guerra, em 27 de outubro de 1893.  
– *Luiz Augusto Pimentel Pinto.*»

Devemos dizer, a titulo de esclarecimento, que o alferes Picão, hoje tenente, desceu quatro logares na escala de acesso ao posto immediato, em virtude da sentença transcripta.

Agora vamos elucidar o publico sobre os motivos que determinaram a condemnação imposta, em 1893, ao responsavel dos fusilamentos praticados em Cezimbra.

Como se vê da sentença, foi por infracção aos numeros 12.º, 13.º, 32.º e 34.º do artigo 1.º do regulamento disciplinar de 1875.

Vejamos, pois, o que dizem os n.ºs 12º, 13º, 32.º e 34.º do artigo 1.º do regulamento citado:

«12.º Não contrahir dividas, que não possa pagar regularmente e sem prejuizo da propria dignidade;

13.º Não praticar, no serviço ou fóra d'elle, acções contrarias á moral publica, ao brio e ao decoro militar;

32.º Comportar-se com dignidade dentro e fóra do aquartelamento, procurando tornar-se merecedor da estima e consideração publica;

34.º Não dar maus exemplos, e evitar da sua parte, todas as faltas contrarias aos deveres do cidadão ou do militar, provenientes de negligencia ou intenção.»

Eis expresso em poucas linhas os elementos constitutivos da sentença que já feriu o tenente Picão, d'onde largas considerações podem ser tiradas a estabelecer por maneira incontroversa o bom animo do official tão prompto a fusilar o povo e em especial os operarios em gréve.



Depois da sugestiva sentença e das causas que a motivaram, dispensamos commentarios que bem por certo, serão agora feitos pelo publico devidamente esclarecido.

Finda aqui a nossa missão, e ao pôr fecho em considerações dispensaveis, resta-nos a certeza que o assassinato dos pescadores de Cezimbra foi levado a cabo pelo tenente Picão, com praça em infantaria 11, no bello impulso de... *rehabilitar-se* perante a instituição militar que tão cruamente o manchou internando-o, em 1893, na torre de S. Julião da Barra, a titulo correctivo a actos que por certo a *honra militar* não considerou limpos.

Assim, fica do nosso trabalho um incontestavel beneficio: o povo conhecer a fundo de quanto foi accusado um official que, a julgar pelo affan posto ao serviço da mais feroz disciplina, inculcava ser rigido e immaculado respeitador dos codigos militares.

Babeuf



## CONGRESSO SOCIALISTA I

(A OBRA. LISBOA: N° 282 (1900), 1 DE JULHO, P. 1).

Apoz os desgraçados acontecimentos que desde 1896<sup>256</sup> têm vindo corrompendo e desagregando o movimento socialista em Portugal, surge agora a idéa da realização d'um congresso<sup>257</sup>.

Antes de nos pronunciarmos em favor ou desfavor, justo é, proclamar qual o modo de ver que nos acompanha sobre o palpitante assumpto.

Reune-se o congresso para servir de ponto inicial a nova vida dentro do movimento socialista portuguez?

Effectua-se a magna reunião no intuito de pôr de vez segura barreira aos impulsos ambiciosos e auctoritarios de chefes possiveis, evitando-se de futuro que o grosso das forças proletarias possa ser passivo carimbo de actos criminosos, quando manejas por homens habeis, audaciosos e sem escrupulos?

Vão congregar-se os esforços para definitivamente pôr a limpo as fileiras socialistas – sem distinção d'escola – de elementos que para ahi

---

<sup>256</sup> Refere-se às tensões surgidas adentro do socialismo português derivadas da grêve dos empregados do gás e a celebração do posterior Congresso das Associações de Classe em 1897.

<sup>257</sup> A proposta foi promovida pelos socialistas portuenses, os quais vieram integrar a Junta Geral, que teve a seguinte composição: Efectivos: Francisco Viterbo de Campos, João Fernandes de Oliveira, Manuel José da Silva, José Ribeiro, Inácio de Sousa, Joaquim Francisco Pedrosa e Francisco da Rocha; suplentes: Luís Gonçalves de Oliveira, Tomás Gasparinho da Silva Valente, Vitorino Ribeiro de Miranda e Serafim dos Anjos. Concretizou-se na celebração, em Coimbra, da III Conferência Nacional Socialista, nos dias 13 a 16 de junho de 1901. A Conferência resolveu que a Junta Geral viesse a residir no Porto. NOGUEIRA, César – *Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português (1871-1926)*. Porto: Ed. da Revista Pensamento, s.d., p. 47.

têm deshonrado os mais nobres ideaes em torpes conluios e perigosas aproximações?

Se fôra possível accreditar que sem discrepancia d'um só congressista todas as *boas vontades* iriam reunir-se, movidas das intenções concretizadas nas interrogações feitas, sem duvida o congresso socialista muito viria beneficiar o movimento operario na sua obra de regeneração social.

Porém, a experiencia da vida diz-nos em desoladora replica que as *coisas são o que são e não o que deviam ser*, e, d'ahi, inferirmos sem grande esforço, que, dada a desgraçada pobreza intellectual do proletariado portuguez, os acontecimentos seguirão a já conhecida marcha, acorrentados á preponderancia dos mais audaciosos e menos escrupulosos *conductores de homens* que na conquista da chefia se encarnicem.

O proletariado que em Portugal não lê, nem se insufla de bons principios, á falta de disposição para o estudo – a comproval-o temos a vida difficil da imprensa revolucionaria e o desprezo dispensado á litteratura emancipadora – deixar-se-ha guiar á falta de qualidades de analyse propria pelo retumbante trovejar oratorio do *chefe* que mais felicidade prometta em troco de menor esforço.

Assim se explica a fidelidade da clientella junto de oraculos desacreditados: gente sem cultura, sem ideal, desprovida da mais leve concentração do futuro das sociedades modernas, servindo apenas de degrau a ambiciosos a troco de possiveis favores que reflectir possam os interesses materiaes ou expansão de stultas vaidades.

Tem sido d'esta forma, provocando interesses, creando cumplicidades e fomentando amor proprio em provados imbecis que o movimento socialista – especialmente em Lisboa – tem seguido o vergonhoso trilho de todos conhecido, em proveito exclusivo de chefes habeis, felizmente já liquidados para as consciencias honestas.

E porque este facto representa a mais saliente caracteristica dos ultimos acontecimentos, é de prever encontrar no congresso a reflexão fatal de taes *processos*.

A dar plena evidencia ao mal apontado em Lisboa basta o congresso ter realisação em Lisboa.

Aqui, na capital, onde desde 1896 vimos assistindo aos actos mais indecorosos, mixto de subservencia, ineptia e desvergonha jámais poderá esperar-se efficaz resultado de qualquer trabalho, quer seja destinado a concentração das forças socialistas quer intencionado de definir honradamente qual a orientação politico-economica do socialismo portuguez. Ás sessões não faltaria o tropear dos imbecis alliado á algazarra perturbadora dos maus e ás maniversias dos politicos finos, sempre dispostos á negação de serios compromissos a bem do jogo a fazer com o *socialismo d'estado*.

Depois, para não ser motivo a abstenções o despendio a fazer com viagens largas e mais aproveitar-se um bello local proprio á acção da propaganda, naturalmente está indicada a cidade de Coimbra; local onde se encontra a Universidade repleta de bons espiritos, quem sabe se, dispostos a pensar nas reivindicações proletarias dado que a voz dos trabalhadores os vá acordar para as grandes luctas em prol da emancipação humana.

A Coimbra, cidade do centro do paiz, facilmente podem acudir os delegados vindos do norte ou sul.

Exposta a nossa opinião sobre o local a preferir para a reunião do congresso, preciso é fixar tambem um ponto por nós considerado fundamental: que no congresso devem ter entrada todos os socialistas – sem exclusão de escola – embora sem mandato ou delegação especial, logo que facilmente comprovem, quando mais não seja por testemunho de dois delegados, a sua idoneidade como militantes nas pugnas do movimento operario.

Assentes de tal arte os dois pontos de vista mais essenciaes, relativos á reunião e constituição do congresso, ficamos de, em seguintes artigos, expormos por completo o novo modo de ver sobre a efficacia de tal reunião.

Por hoje, a fechar o artigo que já vae longo, podêmos desde já accentuar ter pelo menos um lado apreciavel a reunião do projectado congresso.

Quando não mais, servirá para definir com precisão e clareza qual a orientação dos diversos grupos em que se divide o socialismo portuguez, dando mesmo ensejo a firmarem-se seguramente os pontos differenciaes de escola ou *processo* que tornam incompativeis individuos impossibilitados de união, sem quebra de dignidade pessoal e desprezo dos principios proclamados.

Determinada nitidamente a selecção dentro dos grupos, buscando cada qual a que fôr chamado por afinidade, assente de fôrma decisiva a marcha das duas correntes dominantes no socialismo, isto é, a orientação a seguir por auctoritarios e libertarios, muito terá ganho o proletariado portuguez com a definição exacta e precisa de homens e aggrupamentos que o congresso deve provocar.

Depois, os trabalhadores portuguezes só terão difficuldade na escolha, tornando-se solidarios pela filiação partidaria com as aggremações e actos a que derem vida e impulso.

Ernesto da Silva, (typographo)

## CONGRESSO SOCIALISTA II

(A OBRA. LISBOA: N° 283 (1900), 8 DE JULHO, P. 2-3).

Affirmámos no anterior artigo expormos por completo o nosso modo de ver sobre a projectada reunião em congresso do socialismo portuguez.

Assim depois de ter dito qual a orientação por nós preferida na constituição e local de reunião, justo é digamos quaes os pontos de discussão que reputamos mais essenciaes á base do trabalho congressista.

São elles:

1.º – Definição exacta e precisa se o socialismo portuguez faz ou não questão da mudança do regimen monarchico como base da sua orientação politica<sup>258</sup>;

2.º – Assentar por fórma clara qual a corrente cooperativista preferida pelo socialismo em Portugal, se o processo capitalista-utilitario modelado na cooperativa Rochdale se a orientação revolucionaria do cooperativismo belga<sup>259</sup>;

3.º – Precisar de nitida maneira a esphera de cada uma escola socialista – isto é, qual o programma e a acção a seguir por auctoritarios-reformistas e libertarios anti-parlamentaristas.

Analysados e discutidos serena e elevadamente os pontos acima, parece-nos que o socialismo portuguez muito ganharia, pondo-se de vez

---

<sup>258</sup> Este aspeto será desenvolvido no artigo Socialismo e republica. *A Patria*. Lisboa: n° 495 (1900), 12 de julho, reproduzido na presente monografia.

<sup>259</sup> Vid. também Cooperativismo socialista. *A Patria*. Lisboa: n° 510 (1900), 27 de julho, reproduzido na presente monografia.

a coberto de odiosas suspeições de protecção ao existente, marcando firmemente qual a orientação cooperativista mais conveniente aos interesses e educação revolucionaria do proletariado e mais, estabelecendo definitivamente os limites divisores das escolas auctoritaria e libertaria, promovendo natural e indispensavel selecção nos aggrupamentos socialistas já existentes ou que venham a crear-se.

De futuro, delimitadas as aspirações e os processos de lucta, as duas correntes socialistas desempenhariam a missão especial que lhes compete: o auctoritarismo lançaria mão da disciplina partidaria, lucta eleitoral e intervenção parlamentar ou municipal do socialismo, enquanto aos libertarios ficava a critica do reformismo politico, o fomentar da instrucção e propaganda revolucionaria e a acção de conjuncto em momentos de combate – acompanhando á modificação das velhas e gastas instituições que deteem a marcha do espirito revolucionario para o futuro.

Postas as coisas de tal arte, pôr-se-ia de vez termo ao periodo de confusão agora atravessado, em que anarchistas ha trabalhando nas eleições e socialistas de tendencia auctoritaria ajudando e mesmo applaudindo – em voz baixa – as iniciativas de feição libertaria.

Só o extirpar de tão singular anormalia, valeria intensamente ao progresso do socialismo portuguez.

As duas escolas ferindo combate contra o capitalismo oppressor e a burocracia corruptora protegidos pelo estado, servindo uma á outra de severos fiscaes aos actos produzidos, quer nos dominios da propaganda quer no criticismo a fazer ás reformas concedidas ou conquistadas, determinariam fatalmente a maior illustração e melhor criterio do proletariado.

Assim, enquanto o socialismo parlamentar e reformista encontraria echo facil nos individuos não propensos a largas concepções – typos que constituem a grande maioria – arregimentando-os e conduzindo-os a combate, o libertarismo composto de francos atiradores, serviria de asylo e reducto aos que por tendencia ou estudo já repugna a tactica especial adscrita ás manhas indispensaveis de usar na vida politica.



Exercendo acção para determinado fim, as duas forças parallelamente caminhando na vida social dariam pujança a instituições já postas de pé e nascimento a novas iniciativas que só pelo concurso de *boas vontades* aggrupadas por afinidade podem ver luz.

Quando o congresso socialista não produzisse mais, bastava satisfazer ao exposto para ser considerado sem favor, extremamente apreciavel e util a sua acção. Determinada com justeza a posição de cada uma escola, as responsabilidades especiaes recairiam precisamente sobre os individuos que as provocassem, facto hoje de impossivel realisação dada a frequencia de heterogeneos conluios.

Exposta rapidamente a opinião que nutrimos sobre o terceiro ponto apresentado n'este artigo para base dos trabalhos do congresso, passamos a tratar dos beneficios provaveis a advir para o socialismo com a discussão orientada e precisa da parte referente ao cooperativismo, sua marcha e intenções.

Sabido é, ao presente, ser a confusão dominante no cooperativismo nacional causa ao mallogro de muitas esperanças e á queda de muitas organizações que se reputavam construidas sobre indestructiveis bases.

A agravar o mal indicado, temos, não ser o cooperativismo convenientemente propagado, dando ensejo pela estreiteza de vistas e falsa concepção formada do que é a suppressão do intermediario, á perpetuação dos vicios e erros provindos da educação filiada na economia burguesia.

É d'essa origem que derivam as aberrações cooperativas, essencialmente creadas em lisonja aos interesses materiaes, provocando-se – com manifesto desprestigio das idéas socialistas – a queda de associações de resistencia, de classe, immediatamente abandonadas e lançadas ao olvido, logo que a febre do lucro e a paixão do ganho põem em rebate os mais grosseiros instinctos.

A comprovar quanto affirmâmos ha provas de sobejo, offerecidas durante os ultimos annos pelas associações cooperativas, postas em confronto com a existencia das associações de classe.

Educado defficientemente, saturado de intuitos especuladores – adquiridos na civilização burgueza – o povo mais vê no cooperativismo um meio de auferir annuaes proventos que qualquer processo seguro de preparar advento da emancipação á tyrannia do salariato e da propriedade individual. E, nem só em tal factio reside o mal cooperativista; afóra as pugnas interesseiras feridas entre proletarios, por igual victimas da mesma organização social, ha a considerar tambem a somma de desanimo especialmente creado pelo denominado cooperativismo de producção – já condemnado, a pesar da sua orientação reformista, por Benoit Malon – quando os proletarios apoz inauditos esforços gastos na presumpção de se libertarem, veem perdido o tempo e inutilizada a energia despendida na lucta, diante das poderosas concentrações de riqueza que tentaram derruir, ao final, mais potentes que nunca, desafiando a provada impotencia proletaria.

Falta de ideal, tendo ido a combate na esperança de libertação não realisada, sem força moral a impulsal-a, a grande massa torna-se descrente de idéas ainda não assimiladas, redundando só em desproveito do socialismo a criação de instituições que, sem ideal e sem futuro, d'antemão estão condemandas a curta e difficil existencia.

Tal é a lição que os acontecimentos da vida pratica e a theoria dos livros nos tem offerecido em suggestivas demonstrações.

Crêmos não ser preciso dizer mais – e muito fica por dizer – para comprovar a instante necessidade de ser definitivamente estabelecida pelas diversas escolas socialistas que formula cooperativista deve ser preferida como elemento emancipador dos trabalhadores portuguezes.

Terminando, por agora, as nossas considerações sobre dois dos pontos já indicados n'este artigo, propositadamente reservâmos a nossa opinião sobre o primeiro ponto, porquanto referindo-se a assumpto em extremo grave, qual o da orientação politica do socialismo a proposito da mudança a operar nas instituições politicas que regem o paiz, julgâmos dever dispensar a tão magna questão analyse que por si só devera constituir materia do proximo artigo.

Ernesto da Silva (typographo)

## SOCIALISMO E REPUBLICA

(A *PATRIA*. LISBOA: N° 495 (1900), 12 DE JULHO, P. 1).

Porque se falla em reunião d'um congresso socialista e tal assumpto é magno; accrescentando-lhe relevo o dever saber-se seguramente em tal reunião – caso se realise – qual a orientação politica do socialismo em Portugal, azado é o momento de o grande publico poder fazer inteiro juizo das diversas correntes que nas fileiras socialistas actuam.

A começar, dispensando larga copia de documentação, facil de encontrar na opinião escripta dos socialistas francezes, allemães, belgas ou italianos, basta a meu intuito, aqui reproduzir a doutrina de Benoit Malon expressa no *Socialismo integral*, felizmente já traduzido em portuguez a fornecer facil elucidação<sup>260</sup>.

Referindo-se á crise cyclica nos seus variados aspectos: no moral, philosophico, politico e social escreveu o illustre pensador:

«*Politica* da mesma sorte é a crise contemporanea. A monarchia, esse ultimo vestigio da servidão politica, é por toda a parte batida em brecha pelos melhores, pelos mais dignos de todas as nações; entre os povos da vanguarda, ella cedeu mesmo já o seu logar á Republica, republica transitoria é certo, muito empirica e pouco differente da fórma politica inferior que veiu a substituir; mas contendo entretanto os elementos da organização politica do futuro, que esperam a sua coordenação racional.»

---

<sup>260</sup> O *socialismo integral*, de Benoît Malon, fora recentemente traduzido por Heliodoro Salgado e publicado pela Tipografia do Instituto Geral das Artes Gráficas em 1899.

A juntar á doutrina de Malon podia ainda apresentar a opinião do anarchista Sebastien Faure, tão bem expressa no *Journal du peuple* por maneira suggestiva e pittoresca: «que entre a bronchite republicana e a lepra monarchica, isto é, entre dois males, o individuo não tinha que hesitar, preferindo o menor.»

Assim justificava Faure – um dos mais ardentes e audaciosos libertarios francezes – seguido pelos melhores espiritos da *élite* revolucionaria da França, a sua intervenção e de seus amigos e camaradas na chamada questão Dreyfus, pondo-se incondicionalmente em campo na defesa da Republica ameaçada. Foi, seguindo esta orientação, que a Europa revolucionaria pôde ver o melhor das fileiras libertarias francezas lançar-se denodadamente na peleja das ruas e da propaganda fallada e escripta, ferindo o combate e levando de vencida os bandos cesaristas, mascarados de anti-semitas a soldo dos *almiscarados* aristocratas, cúmplices na obra do golpe de estado com os agentes e sustentaculos da Igreja e da Caserna.

Procedendo de tal arte, o radicalismo socialista francez proclamava em plena face burgueza, que elles, os libertarios, os inimigos da sociedade, – segundo a definição capitalista e policieira – se consideravam os unicos e verdadeiros republicanos, não só promptos á defeza oportuna da Liberdade em perigo mas dispostos ao acceitar das ultimas consequencias libertarias de que a Republica é inicio e garantia da evolução social.

Certo é que, no mesmo momento ter feito o chefe social-democrata Jules Guesde jogo anti-semita, temeroso de perder a querida candidatura garantida no imbecil *chauvinisme* de eleitores francezes propensos á *revanche*.

Abstendo-me de commentar o caso Guesde, por inoportuno e mesmo pertencer aos dominios da psychologia do politico profissional — typo já bem desenhado e visto por Max Nordau – simplesmente recordarei o entusiasmo de Kropotkine, analysando a lucta travada em França na defesa das instituições republicanas e escrevendo nos *Temps Nouveaux*: «ha vinte annos já, que venho dizendo ser a França o primeiro paiz onde

a Revolução Social ha de ver a luz; e hoje mais que nunca de tal estou convencido.»

Depois de exposta a opinião de Kropotkine, Malon e Faure, julgo-me dispensado de novas citações – visto não ser meu intuito mostrar facil erudição – pois o que fica transcripto é bastante para fundamento das minhas considerações.

Em Portugal, a despeito dos preceitos doutrinaarios do chamado programma socialista portuguez, tem sido evidente a má vontade da *chefia* socialista contra a idéa republicana, permittindo-se uma especie de *socialismo de estado* que, mascarado ou não de *possibilismo*, tem, no fundo, levado as mesmas voltas e produzido as mesmas indecorosas consequencias.

Dos proventos resultantes da *manobra*, levada a effeito em favor exclusivo da monarchia, fallam em tom plangente os serventuarios monarchicos nos seus jornaes, quando consideram os fructos provaveis d'uma larga concentração revolucionaria, seguindo nas linhas geraes o plano que viu luz no Porto.

Ainda ha pouco, o *Popular*, orgão do ex-ministro Marianno de Carvalho – um dos mais finos politicos nacionaes – tocava a rebate quando as eleições do Porto, mostrando ao rei, como uma das mais graves imbecilidades levadas a effeito pelo ministerio progressista, a união de socialistas e republicanos portuenses devida – no dizer de Marianno – á má orientação dada pelo progressismo aos negocios de politica interna.

Mas, voltando ao assumpto, direi ter sido sempre para mim corrente, desde 1892, a opinião de o socialismo ser fundamentalmente republicano, jámais podendo transigir com a hereditariedade monarchica – obsoleto principio, quando não mais, attentatorio da dignidade humana no facto singular d'um homem ser a outros imposto por *graça de Deus*. E, não vá julgar-se ser para mim o facto apontado, causa unica de animadversão. Ha mais. É que a monarchia é a expressão absoluta do privilegio, assente no principio da auctoridade e d'ahi essencialmente incompativel com o progresso social, que tem por final objectivo a integral expansão do individuo,

de vez liberto e emancipado em condições por ora ideais e apetecíveis. Bastava a monarquia caracterizar-se por instintos de suprema dominação, a merecer meu combate em nome da Liberdade.

Depois, em Portugal, apesar do que em contrario pensam varios *socialistas*, a mudança de regimen tornou-se uma questão de vida ou morte para o organismo social.

O regimen, gasto, exausto, anachronico, em permanente conflicto com as necessidades da epocha, tem-se mantido e mantem-se como?... Sustentando voraz clientella burocratica, dando mão ao clericalismo audaz e embrutecedor, amparando-se a secretos tratados de protecção estrangeira. As consequencias são conhecidas: enorme divida e não menor corrupção, reaccionarismo nas leis e fomento da ignorancia popular – interdictando o advento da libertação a falsos dogmas e não melhores principios politicos – e mais ainda, a intervenção sempre crescente do *extrangeirismo* nos assumptos nacionaes.

Postas taes verdades, infelizmente irrefutaveis pela demonstração dos factos, não é possivel julgar de boa fé – salvo os caos de provada imbecillidade! – um partido que dizendo-se revolucionario, não esteja prompto a remover difficuldades á vida social, liquidando instituções já condemnadas pela evolução e ainda hoje subsistentes com grave damno da progressão libertaria, trilho a que não ha fugir quando ao Futuro nos dirigimos.

Por assim julgarem se manifestaram contra a monarchia Malon, Kropotkine e Faure, firmando o seu protesto contra o regimen monarchico, apoiados no applauso dos melhores espiritos de todo o mundo civilisado.

Agora, a pretexto de intransigencia pseudo marxista, não fazer questão de regimen e ter só em vista o materialismo economico, esperançado em leis protectoras, dizendo ancho – *ser tão boa a monarchia como a republica*, é dar prova de fundamental ignorancia, quando não seja outra, e mais indecorosa, a origem da baforada sceptica com pretensões a philosophia.

É n'estas rasões fundado, rasões aliás de molde a imporem-se ao maior numero, que reputo dever ser no congresso, a realizar-se, motivo de espe-

cial e larga discussão qual a orientação política do socialismo portuguez, revelando-se de tal maneira corajosa e francamente a opinião contraria por fórma a não dar logar a duvidas e equívocos. E, tanto mais seria util a definição, quanto já vemos jornaes e agrupamentos que se dizem socialistas manifestarem-se decididamente contra a aproximação do espirito republicano, deixando em paz o *statu quo* monarchico.

Tal situação, confusa e independente de compromissos, póde convir a *chefes* habeis promptos á manobra, consoante o jogo dos interesses que representem, mas não convem e é mesmo pernicioso á marcha e bom nome da idéa socialista que jámais, sem grave traição e desprestigio, poderá confundir a pretextro de coherencia a podridão do Presente com a marcha do Futuro.

Dentro pois do meu modo de ver socialista – proprio a determinada escola – julgo ser benefica a definição exacta que reclamo, estando convencido como estou que tal discussão viria, não só delimitar posições partidarias, mas prevenir de futuro o proletariado contra ignobeis artimanhas e não mais dignos jogos de consciencias pouco illuminadas.

É sobre o caso a minha opinião.

Ernesto da Silva





## CONCENTRAÇÃO DEMOCRÁTICA

(A *PATRIA*. LISBOA: N° 501 (1900), 18 DE JULHO, P. 1).

É ou não é precisa uma concentração democrática, isto é, a agregação de todos os esforços revolucionários em franca orientação de mudança do existente?

Sem hesitação respondem os bons espíritos – sim!

Formulada a resposta, radicada no espírito a necessidade de pôr barreira ao descalabro nacional, vindo da política a invadir a vida pública e a moral social, sem dúvida, urge fazer frente á dissolução originada nos exemplos do regime, dissolução de mais em mais accentuada, quer a encaremos sob o aspecto político, artístico, moral ou familiar.

Desde a arte do sr. Queiroz Ribeiro – por homens educados, protegida e consentida! – até á política do sr. Alpoim com rumo feito na analyse da invasão kleptomaniaca florescente em logares onde o Estado tem cofres, o observador encontra evidentes stygmas de provada degenerescencia social.

A sociedade portugueza apodrece: eis a synthese, sem pretensão a descoberta de vulto.

Porquê?

Porque o combalido regime, advertido do perigo, após o *insucesso* de 31 de janeiro, resolveu defender-se orientando seu trabalho na pratica liberticida. Bem avisado no instinto de conservação a fallar alto, o Estado saiu da quietação sybaritica e lançando vistas largas ao *meio*, que já permitia symptomias alarmantes, tanto mais notaveis, quando se evolavam d'um povo sem tradições ou espirito revolucionario, resolveu, dizia, engrandecer o poder real com manifesto attentado contra a liberdade do cidadão.

Condemnadas á immobildade das cellulas indemnes de corrupção parasitaria, neutralisada a acção reactiva dos bons agentes, proprios a acordarem energias, asphyxiada a liberdade individual e dada expansão forte ao espirito reaccionario, de varias fórmas mascarado, a obra salvadora restava firme, por alguns annos mais, rebocada a fachada do regimen em via de esboroamento.

Assim foi, vendo luz a legislação inquinada de reaccionarismo, que p'ra ahi se ostenta desde a reforma da policia – diploma ultra-reaccionario a que não falta por cruel ironia o nome *socialista* do ex-ministro Fuschini – até á lei scelerada de 13 de fevereiro, cupula indispensavel á obra inquisitorial modelada em structura de instituições do passado.

Amparado ao clericalismo – sempre bom amigo dos poderosos a explorar em proveito da Santa Madre – o regimen foi progressivamente anniquilando os effeitos saidos da instrucção popular patrocinada pelo municipio substituindo-a por cosinhas economicas destinadas á manutenção do embrutecimento e quietismo do povo, mal acordado para assimilação de ideaes emancipadores, facilmente dispensaveis, quando o ventre e o espirito se confortam a baixo preço com abundante sopa e olhares doces de *irmãs* languidas e mysticas promettendo o ceu.

Em parallela acção, politicos e clericas fomentando inercia, crearam pouco a pouco a rede de instituições que ora nos tolhem o movimento, deixando que dispensarios, asylos, sanatorios, etc., podéssem, no alcançar da gratidão pouco esclarecida do povo, acompanhar a tarefa regressiva iniciada na legislação.

Agora, passado tempo, e já apreciados os fructos da compressão levada a effeito, estalou no Porto um facto de superior importancia politica, espontaneamente nascido no desejo de pôr fim ao predominio monarchico-clerical, que não só a liberdade individual mas a integridade nacional põe em perigo nas desastrosas consequencias de avariados *trucs* financeiros.

É pois em frente de tão intenso perigo que a concentração democratica se impõe como necessidade inadiavel.

No exemplo – tantas vezes por mim citado – da concentração revolucionaria operada em França durante a questão Dreyfus, encontrámos, segundo meu parecer, o modelo preferivel.

Ali, solto o grito d’alarme, viu-se formar a concentração ainda hoje existente na defesa da Republica ameaçada, resultando o seu esforço opportuno e proficuo porque a ella accorreram elementos revolucionarios das mais diversas procedencias, proletarios e burguezes, auctoritarios, ou libertarios na santa impulsão de não permittirem a reviviscencia do cazarismo dictatorial e regressivo. De momento, feridos de irmã intenção, no mesmo campo de lucha se encontraram Jaurés, Viviani, Faure, Malato, Mirbeau, Guyot, Pressense aquecidos do mesmo fogo, levados do mesmo empenho, pondo em pratica processos proprios de combate, sem esquecimento a finaes aspirações e a deveres e compromissos inherentes ao ideal perfilhado.

Entre os combatentes não havia um pacto, melhor, muito melhor, existia uma aspiração que a todos amparava e iluminava; d’ahi, cada qual, sem perda d’um atomo sequer da confiança dos seus amigos e parciaes, cumprir o dever revolucionario, salvando a Liberdade e mantendo integralmente o credo professado.

Assim, a concentração nascida em França, sem provocar confusões nem destruir indispensaveis delimitações partidarias, tornou-se mais a publica demonstração de quanto o revolucionarismo francez sabe defender-se da reacção, sem perder de vista o objectivo querido de variadas escolas.

Da mesma maneira a democracia portugueza tem de operar, caso deseje levar honestamente a cabo a especial missão que a Historia lhe impõe. Republicanos e socialistas – auctoritarios ou libertarios – fortes na mesma crença, se só existir salvação na mudança de regimen, têm de reunir esforços e, agrupar boas vontades subordinadas á orientação de ser posto immediato final á situação embaraçosa creada pela monarchia á vida e progresso do povo portuguez.

Provado que a falta de liberdade determina pela anulação dos melhores typos moraes o aniquilamento dos factores reactivos indispensaveis

ao remodelar das instituições, assente que ao povo é systematicamente sequestrada a educação propria a emancipal-o, estabelecido que a existencia do regimen apenas se justifica na manutenção de audaciosa e larga clientella, levando a degeneração ao maximo de gravidade, hesitação não póde haver em considerar agente da actual ordem de coisas quem, embora decorando-se com titulos revolucionarios, não se confesse fundamentalmente republicano e a titulo de hypocritas intransigencias não quizer fazer marcha para novos tempos e costumes derivados de novas instituições.

Independentemente de accordos de politica dura, mas, radicada na consciencia dos luctadores a necessidade da republica como motivo de salvação nacional, eliminando a legislação reaccionaria e abrindo novos horisontes ao espirito e actividade dos cidadãos, a concentração deve caber em todos os programmas partidarios, justificada como inicio de nova era de perfeições e conquistas.

E, porque em meu passado artigo *Socialismo e republica* fallei nas linhas geraes do plano que viu luz no Porto<sup>261</sup>, parece-me ser azado ensejo para affirmar agora não dever repugnar ainda aos mais avançados socialistas a orientação democratica; embora se devam abster, coherentes com seu processo politico, de luctas que mais alvejem além da conquista das bancadas parlamentares.

Que têm a fazer aquelles que da lucta eleitoral não confiam a remover os obstaculos agora postos em frente das suas aspirações?

Muito!

A cumprirem seu dever basta-lhes manter a propaganda em favor da liberdade individual, acordar o espirito de revolta na demonstração fallada e escripta das iniquidades sociaes, trabalhar na proveitosissima obra da educação popular, atacar o erro religioso e a influencia clerical, e, superior a quanto fica dicto, não estorvar em nome da realização de ideaes

---

<sup>261</sup> SILVA, Ernesto da – Socialismo e republica. *A Patria*. Lisboa: nº 495 (1900), 12 de julho, p. 1, reproduzido neste mesmo volume.

absolutos a conquista parcelar dos elementos constitutivos d'esse Futuro tão promettedor e desejado.

Seguindo cada qual seu caminho, derivando para convergente acção demolidora o esforço despendido na proclamação dos ideaes que, são base á aspiração de cada grupo, todos cumprirão o seu dever, não deixando que, á sombra de criticas maximas e dogmatismos ferozes, possa a reacção continuar impavida a semear abrolhos que tanto mais hão de interceptar a marcha aos que demandam nova epocha, quanto maior fôr o periodo de expansão e enraizamento.

Em França, quando a defender as instituições republicanas, ninguém confunde o ministro Dupuy<sup>262</sup>, auctor das leis sceleradas, com a Republica; Dupuy é um burguez a defender interesses de classe emquanto a Republica é a expressão do progresso e da liberdade, já conquistados por um povo culto e pouco disposto a regressões cezaristas.

Aqui, estreito e atrasado *meio*, não vejo motivo sério a contrariar proceder. Se ha dias, no 14 de julho, os socialistas souberam, em Paris, oppôr ao grito revolucionario *Vive la république au mot d'ordre* dos nacionalistas estipendiados pelo Père Du Lac<sup>263</sup> e applaudidos pelo ex-demagogo Rochefort<sup>264</sup>, é que, certamente, a patria da Communa não pretendeu offerecer ao mundo um triste symptoma de imbecilidade e incoherencia. Não. O que a França fez foi ensinar mais uma vez a differença existente entre os dois polos: – Reacção e Liberdade.

Ernesto da Silva

---

<sup>262</sup> Charles Alexandre Dupuy (1851-1923) era o primeiro-ministro de França quando Alfred Dreyfus foi arrestado e condenado.

<sup>263</sup> O padre jesuíta Stanislas du Lac (1835-1909) é considerado o responsável pela introdução do ensino clerical nas escolas militares, e o seu nome está vinculado ao caso Dreyfus.

<sup>264</sup> O jornalista, político e dramaturgo francês Victor Henri Rochefort, marquês de Rochefort-Luçay (1830-1913), pertencia à facção dos legitimistas que reivindicavam a dinastia Borbon caso se restaurasse a monarquia no país, tendo-se colocado do lado dos opostos a Dreyfus.



## COOPERATIVISMO SOCIALISTA

(A *PATRIA*. LISBOA: N° 510 (1900), 27 DE JULHO, P. 1).

A dentro do cooperativismo, assumpto que ao proletariado muito importa conhecer, destacam-se duas correntes de opinião divergentes, melhor, dois processos d'acção: um, destinado a manter o individuo immovel ante o Existente; outro, intencionado de provocar pela cooperação não só a solidariedade entre os homens, mas, tambem preparar e coordenar os elementos progressivos indispensaveis á marcha das sociedades.

Emquanto o cooperativismo previdente traduz na vida economica a maxima individualista – *cada um para si*, o cooperativismo reformista ou socialista proclama o principio sadio da *associação para a lucta*. Aquelle firma-se no utilitarismo, desenvolvendo o egoismo conservador; este, apura as qualidades moraes e impulsa a conquista de melhores instituições adquiridas por esforço revolucionario.

Destrinçar pois, qual deve ser o processo cooperativista preferido pelo proletariado é tarefa util, que, embora não possa ter completa realisação n'um simples artigo de jornal, nem por isso deixa de ser tentativa benefica.

Assim, dado que, em Portugal e nos ultimos tempos, tem encontrado larga expansão o cooperativismo – infelizmente o de produção, ha muito já condemnado por bons auctores socialistas – justo é digamos qual a nossa opinião sobre o caso, sendo tanto mais opportuna a intervenção quanto o cooperativismo constitue um dos pontos a discutir no proximo congresso, caso o mesmo se realise, e, para que se não diga faltar ao nosso dizer auctoridade professoral, facilmente exhibida se quizermos citar os nomes

e opiniões de Cezar de Paepe<sup>265</sup>, Luiz Bertrand, Fougrousse<sup>266</sup>, Ugo Rabbeno<sup>267</sup>, etc. apenas exporemos a opinião de Benoit Malon expressa no *Socialismo integral*.

«A cooperação só é eficaz sob a forma de sociedades de consumo, mas, ainda n'esta caso, só attinge parcialmente o parasitismo commercial, deixando intacto o parasitismo capitalista não menos oppressivo e ainda mais oneroso que o primeiro.

Comprar em grosso para consumir em commum nada tem de particularmente difficil; n'outro caso, dadas as condições da producção moderna, não é bastante associar braços para trabalhar em commum; necessario é tambem possuir fortes capitaes para lutar contra a concentração das forças productoras das grandes empresas individuaes. Como á espada é preciso oppôr a espada, ao capital é preciso oppôr capital. Póde dizer-se não ser este o caso para os membros das sociedades de producção. Lançam-se á faina, ricos sómente de coragem e illusões.»

Assim, já demonstrada a inabilidade do cooperativismo de producção a exercer funcção transformista na sociedade regida por principios economicos de appropriação individual e capitalista, resta-nos considerar e estabelecer as differenciaes predominantes nas duas correntes cooperativistas apontadas no começo d'este artigo.

Sabido que o derivado ethico *struggle for life* (lucta pela vida), extrahido da doutrina darwinista – por philosophos e economistas a soldo do capitalismo – foi simplesmente creado em justificação á iniquidade economica contemporanea, propria á expansão do individualismo burguez, facil é considerar ser tal doutrina absolutamente falsa, quando distrahida do *meio* zoologico a dar ingresso no *meio* social. Basta attentar nas qualida-

---

<sup>265</sup> César de Paepe (1841-1890) foi o organizador do Partido Socialista Belga. Inicialmente apoiou Bakounine aquando a organização da Segunda Internacional, mas evoluiu depois para posições cercanas ao marxismo.

<sup>266</sup> A. Fougrousse, cooperativista francês.

<sup>267</sup> Ugo Raffaele Rabbeno (1863-1897) era um teórico do cooperativismo, defensor do sistema da co-gestão de produção no interesse coletivo dos acionistas, o que o fazia entroncar com a visão dos socialistas neste tema.



des ao homem para ver quanto as suas instituições devem ser instáveis e progressivas sem possível comparo com a fixa e instictiva structurisação dos aggrupamentos, colonias, bandos, mantida pelos typos zoologicos inferiores, em simples determinação de defesa e multiplicação da especie.

D'esta arte, o cooperativismo previdente reflectindo apenas a moral capitalista, denuncia-se no character egoista que o alenta, suggerindo ao individuo o *conserva-te*, preceito economico-moral improgressivo e estreito; em contrario surge o cooperativismo socialista exprimindo o mal-estar social na congregação dos mais fracos em luta contra a violenta extorsão que constitue a base economica da epocha.

A exemplificar, não nos faltam elementos: na Belgica, paiz de larga instrucção e consciente proletariado, onde trabalhadores manuaes e intellectuaes dão as mãos, operando de conjuncto na grande obra de libertação consubstanciada no socialismo, encontram-se já poderosas organizações cooperativas e revolucionarias. O *Vooruit*, do Gand; *Le Progrès*, de Jolimont; a *Maison du Peuple*, de Bruxellas; o *Werkerm* de Anvers; e a *Populaire* de Liège; attestam exuberantemente a força proletaria, quando orientada por crenças fortes e superior educação.

Irradiando da Belgica a outros paizes, o cooperativismo socialista impõe-se hoje, não deixando duvidas no espirito proletario sobre a inanidade do cooperativismo previdente como elemento de transformação social, e mais, pondo em relevo os perigos consequentes á exacerbação do egoismo individual, quando só os interesses materiaes são postos em jogo; collocadas em plano secundario as forças moraes e sentimentaes da alma humana.

Ainda ha bem pouco, em Paris, o congresso cooperativista taxou de obstaculo ao progressivo emancipar proletario o cooperativismo, quando este não tem a anima-lo e rectifica-lo nas suas consequencias utilitarias o fogo d'um grande ideal.

Já Malon assim o julgava, quando tratando da celebre cooperativa previdente de Rochdale, escrevia: «infelizmente, devemos ajuntar que nada ha a considerar no facto, além de uma brilhante operação commercial

collectiva; nunca, que nós o saibamos, os *Sapadores de Rochdale* tomaram parte nas grandes luctas em prol da emancipação humana.»

No emtanto, não deixa a cooperativa de Rochdale de ser modelo apontado constantemente ao operariado portuguez, que, pouco prevenido pelo estudo, facilmente se deixa arrastar por exteriorisações magnificentes, sem cuidar de investigar se as armas escolhidas para combate são aquellas de melhor tempera a preferir.

É assim, devido a intimas causas, que muitos fracassos, desillusões e desanimos têm na terra portugueza coroado periodos de propaganda e acção.

Hoje, já não tem duvidas o criterio socialista internacional na condemnação do cooperativismo de *bonus* ao fim do anno; e, certamente, não seremos nós que, possamos provar – saturados de atrazo mental e rebeldia ao estudo – andar o socialismo d'além fronteiras trilhando errado caminho.

Na Belgica, paiz ultimamente copiado entre nós nas suas aggremações cooperativas o cooperativismo representa um papel altamente revolucionario, cuidando não só do fornecimento dos generos de primeira necessidade mas elevando vistas intelligentes á diffusão instructiva secundada pelo cultivo da arte e da propaganda, preparando de tal maneira os homens do futuro que, certamente devido ao processo praticado, deverão attingir um grau superior de perfeição moral e intellectual.

A *Maison do Peuple* repleta de proletarios frequentadores dos *cursos livres*, conferencias artisticas, museus, leituras populares, recitas e concertos, sem duvida alguma muito differe das cooperativas portuguezas. Na Belgica, afina-se a esthetica, educa-se o espirito, cria-se a solidariedade; em Portugal, a despeito de sophismas e reclamos pomposos, a ignorancia estaciona – se não augmenta! – preparando a corrupção e a imbecilidade, alliados ao egoismo sempre ancioso do annual ensejo de levantar *bonus* minusculos, propriedade de não menos minusculos *capitalistas*.

Em Portugal, ao presente, não se constata a existencia d'uma só cooperativa essencialmente socialista, tendo este facto de filiar-se no apoucado

cultivo mental da classe trabalhadora, quase em absoluto desconhecedora dos grandes meios de libertação usados no estrangeiro.

A febre do lucro, a viciosa educação para ahi evolada do Estado, manhosamente tyranno; a questão do ventre, brutalmente propagada e explorada por suspeitos apóstolos em arrancos de marxismo de contrabando, eis os factores do quase nullo valor moral que entre nós impera, obstruindo caminho ás iniciativas generosas e uteis.

Mas... porque cuidar dos effeitos importa indagar das causas, não me parece ser por demais arrojada – e mesmo julgo opportuna – a reedição da velha phrase – *os povos teem os governos que merecem*.

A legislação nacional, de mais em mais, repassada de reacção, pouca liberdade consente á existencia d'esse tentamen cooperativista entre nós plantado mais por lei de imitação e enxertia exotica que devido a determinação expansiva e quiçá assustadora do espirito de revolta proletario.

Sem garantias, desprotegido do proprio Estado, illaqueado nos privilegios abusivos de syndicatos felizes – vide a *Lusitana* e a *Libertadora* – mal o cooperativismo arrasta em nossa terra vida difficil e rachitica.

A reparar o mal indicado e a poder imitar em toda a plenitude o cooperativismo belga, que urge fazer?

**Compreender a absoluta necessidade de remodelação no regimen politico nacional e proclamar, a exemplo dos proprios socialistas allemães, não ter o socialismo nada a esperar da idéa monarchica.**

Seguindo tal caminho, ainda a imitar a Belgica, o proletario portuguez mostraria ter comprehendido as licções da historia, e conseguindo, devido ao seu esforço de classe, melhoria de situação, provocaria, sem possivel contestação, o advento d'um novo periodo de desenvolvimento ao paiz, periodo que, da escola ao commercio e á industria e d'ahi á legislação e aos costumes, traria indispensavel metamorphose ás condições de vida social, hoje ingratas a seguro esforço, proprio á evolução decorosa e promettedora das aspirações socialistas.

Ernesto da Silva



## A LUCTA DE CLASSES

(A *PATRIA*. LISBOA: N° 517 (1900), 3 DE AGOSTO, P. 1).

Muito a proposito vem fallar da *lucta de classes*, agora que ao poder ascendeu um ministro regenerador<sup>268</sup>.

Parecerá á primeira vista extranho e singular, dar-se qualquer contacto entre o gabinete Hintze e a tão conhecida base do philosophismo de Marx. Porém, logo que á memoria accuda a recordação de quanto o pretendido socialismo portuguez é de intenção monarchica, em baforadas intransigentes de *lucta de classes*, pode-se avaliar da intima ligação que desde tempos do estadista Lopo Vaz vem prendendo o socialismo nacional aos interesses de conservação dynastica – manejo politico por certo ainda hoje de pé no cerebro pouco creador de subalternos successores do fallecido estadista. Sim. Porque não concedemos aos presentes maiores politicos superior manha e concomitantes manejos de instincto conservador; indo mesmo a affirmar ter sido Lopo Vaz o politico mais fertil em estrategias voltas de *saber fazer* na defesa do regimen.

Foi assim, devido á potencia creadora e mystificadora do fallecido Lopo, que afflorou em vez primeira á epiderme do socialismo portuguez a mancha symptomatica do *possibilismo*, mancha hoje existente, embora attenuada pelo descredito dos chefes *franciscanos* – caracteristica alcunha que os poz em fóco – encarregados de fomentar a dissidencia e incompa-

---

<sup>268</sup> O novo governo regenerador de Hintze Ribeiro foi empossado a 25 de junho de 1900 e exonerado a 28 de fevereiro de 1903.

tibilidade entre socialismo e republica por fôrma a resultar defesa salutar das instituições monarchicas.

A dar official cunho de veracidade ás nossas palavras não faltam mesmo publicas declarações de ex-ministros, ao presente, simples jornalistas.

Assim, foi medrando e alastrando o *possibilismo*, rebelando-se n'um ignobil socialismo d'estado esperançada a *troupe* dirigente do proletariado em beneficios de protectora legislação operaria, que mais servindo a pessoas interesses que á multidão proletaria devia para todo o sempre domar com o frei da gratidão os impetos de justa revelia, gerados nos desconfortados albergues da gente humilde.

D'esta maneira, o *genio mau* da regeneração, em machiavelico *truc*, conseguia a sonhada realisação do ambicionado fim: pôr de mal as forças destruidoras do existente, perturbar o parallelismo da acção revolucionaria dos dois grupos, enfraquecer parcellarmente um e outro ideal, que, desacompanhados, ferindo-se, degladiando-se, deviam, á falta de pujança para efficaz resistencia, cahir fatalmente, a breve trecho, na mais deploravel agonia.

Isto se fez e ainda hoje se faz; offerecendo-se já á analyse de experimentado observador effectivos symptomas de novissima intervenção dos citados agentes e mais auxiliares – convertidos ao *processo* durante o periodo, ha pouco findo, de *progressismo* triumphante – promptos á faina ingloria de divisão dos elementos contrarios ás instituições, sob color de honesta e fundada intransigencia.

Porque tal manejo nos repugna e não queiramos ser silenciosos cumplices da ciganaria a soldo, que da *lucta de classes* faz motivo a encher o estomago, aproveitamos o ensejo para desconjunctar o plano torpe, fazendo luz ante a consciencia do proletariado honesto e desprevenido, ameaçado de perigoso ludibrio.

Allegando em orthodoxas proclamações que o proletariado nada tem a ver nas luctas entre burguezes, porquanto o partido socialista é contrario a todos os partidos existentes teem os *possibilistas* invocado a lucta de classes como pretexto á quietação proletaria; levando o desvergonhado

arrojo ao ponto de evocarem Marx como protector escudo a provaveis golpes de justa e indignada critica, não retribuida de poderoso amparo nas antecamaras ministeriaes.

Em abono, pois, da verdade, e porque a chamada *lucta de classes* não pode servir de balcão a sujas trocas de valor, opportuno me parece aqui deixar já transcripta a opinião do proprio Marx, alliada á d'outro não menos superior espirito do socialismo internacional.

Damos a palavra a Marx, quando escreveu o *Manifesto communista*:

«N'uma palavra, os communistas sustentam em toda a parte qualquer movimento revolucionario, contra as condições sociaes e politicas existentes.»

A documentar ainda mais precisamente quanto a *lucta de classes* não deve considerar-se motivo ao retrahimento proletario nas grandes obras de transformação politica e social, não faltou Marx a escrever, tratando da insurreição de Berlim de 1849:

«A classe operaria tomou parte n'esta insurreição como entraria em qualquer outra que promettesse affastar algum obstaculo do seu caminho para o poder politico e para a revolução social ou pelo menos que levasse as classes mais influentes da sociedade, mais as menos corajosas, n'uma via mais resoluta e revolucionaria que a por ellas seguida até então. Tomando armas, a classe operaria comprehendia perfeitamente que essa lucta não era directamente a sua, mas o proletariado seguia a boa tactica, não permittindo a outra classe que subisse sobre os hombros dos trabalhadores a consolidar a sua dominação, sem abrir pelo menos um largo campo ao proletariado onde lhe fosse possivel lutar em prol dos proprios interesses...»

Diante da opinião transcripta, dispensavel se tornaria fazer novas citações se não nos movera o grande empenho de provar até á saciedade quanta justiça assiste ao socialismo de consequencias republicanas e revolucionarias, em frente das maniversias indignas creadas por falsarios e deturpadores de alheias intenções ao serviço da reacção e jogo politico da gente monarchica.

Por isso vamos tambem dar logar á opinião do socialista Fischer, expressa no congresso de Stuttgart em relatorio elaborado para resposta ás medidas repressivas do direito á grève, patrocinadas pelo imperador Guilherme.

«O imperador julga opportuno lançar-nos a luva; pois bem, teremos a coragem de ergue-la. Nós, teremos a coragem em toda a parte e sempre de dizer aos operarios que do governo monarchico nada têm a esperar. Ao contrario, tudo têm a temer e que a condição indispensavel da victoria definitiva do proletariado como a da suppressão da dominação de classes é a lueta victoriosa contra a idéa monarchica.»

Mais, muitas mais e insuspeitas opiniões poderiamos apresentar se quizermos gastar espaço; porém o que fica é bastante a nosso ver, e auctorisa-nos a concluir – dado que ainda hoje a opinião individual tem mais valia quanto mais robustecida no dizer do *grande homem* – ser suspeito de traição ao progresso humano aquelle principio que mais preocupado com absolutas perfeições se entrincheira em negativismo infructifero, esquecendo a mais proxima *étape* da revolução, quando a liberdade e o direito são vorazmente absorvidas nos tentaculos de regimens cazaristas conluiados com a Igreja.

E porque a *lueta de classes* na sua mais extrema conclusão jamais poderia induzir á conservação da monarchia, tornando-a preferivel ao abrir de novo periodo historico, mal irá ao proletariado portuguez se por ignorancia ou consciente cumplicidade deixar que a contrafacção da theoria marxista possa servir de gazua aos apoucados de escrupulos sempre propensos á venda das crenças propias e alheias.

Na lueta porfiada eis onde está o segredo da victoria: sendo assim que nos resta?

Olhar bem onde está o mal, eliminal-o progressivamente no acordar das boas consciencias e quando o grupo pequeno se constituir avalanche, esmagar de vez as velhas iniquidades e as não menos velhas oppressões.

Ernesto da Silva



## LIÇÃO APROVEITAVEL

(*A PATRIA*. LISBOA: N° 529 (1900), 15 DE AGOSTO, P. 1).

Na nossa boa terra, pacata e ignorante teem decorrido os ultimos dias recheados de aproveitavel ensinamento.

É assim que desde a imprensa conservadora, feroz a sollicitar carceres e degredos – adoçando os ocios com manhosas denuncias e baixas indicações de vindicta – ao caso do socialista José de Macedo<sup>269</sup>, seguindo marcha pelas arbitrarias prisões levadas a effeito, o observador muito tem a annotar para pessoal orientação.

O arbitrio, a completa subversão das mais rudimentares garantias de liberdade individual, o desrespeito pelo cidadão estadeando-se no mais completo e pavoroso impudor para ahí estão a dizer quanto este burgo occidental anda a proposito de vida social proximo dos costumes selvagens das tribus cafreas.

Um jornalista impressionavel porque arremessa a publicidade meia duzia de phrases, é preso, posto incommunicavel e vê pairar sobre si a formidanda ameaça de uma deportação mil vezes mais cruel que a morte.

---

<sup>269</sup> José de Macedo (1876-1948) era o diretor do jornal socialista *A Lucta*, nascido em abril de 1900. A 5 de agosto, depois de ter dado à luz noventa e sete números, o jornal foi apreendido e o seu diretor enviado à prisão do Limoeiro acusado de «abuso da liberdade de imprensa». Permaneceu encarcerado durante três meses após os quais o jornal reapareceu sob o nome de *A Federação*. Deixou de se publicar, definitivamente, a 26 de novembro de 1900, por falta de apoio dos operários, na opinião de César Nogueira. Vid. NOGUEIRA, César – *Notas para a história do socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugalia Editora, s.d., p. 248-249; e PERALTA GARCÍA, Beatriz – *A imprensa lisboeta do Partido Socialista Português (1893-1907)*, *Ler História*, no prelo.

Um outro homem, porque é socialista e se permite ter sobre a futura constituição das sociedades opinião e modo de vêr philosophico, não tão orthodoxo que vá a permittir a defesa da monarchia como base á emancipação proletaria, por sua vez é alvo da furia policial, e quando vae recolher a casa é de surpresa assaltado, preso, sequestrado e peor, insultado na classificação de *vadio*, dispensada a pretexto justificativo do estupendo abuso levado a cabo.

E a dar nota segura da furia reaccionaria e conservadora vão mesmo jornaes catholicos a apontar á perseguição ainda os escriptores e artistas independentes que da arte fazem processo á determinação do progresso, allegando que são elles na factura da arte social os principaes motores dos casos tragicos.

A furia reaccionaria attinge o maximo; a imprensa catholica denuncia ignobilmente individuos e associações, sem a mais leve sombra de dignidade profissional, e outra parte da imprensa mercantil, que do papel faz balcão para negocios rendosos e nem sempre limpos, cala-se, deixando na protecção dispensada em *campanha de silencio* consummarem-se os mais violentos e audaciosos attentados ás leis do paiz, no respeitante ás garantias individuaes.

Assim é risco imminente o ter opiniões em Portugal.

Certo é que as leis são claras, estabelecendo e precisando as responsabilidades e indicando quando devem ser punidas as infracções; isso, porém, nada importa: se ao arbitrio de quem manda sorrir a idéa de sequestro propicio a ferir ainda os mais respeitadores do codigo, não ha salvação possivel. Como no inferno de Dante ha que perder toda a esperanza.

Eis o que se vê, constata e consente.

E porque chegámos a tão degradante situação? Porque se torna hoje quase indispensavel, antes de comprar livros ou professar idéas democraticas, consultar a auctoridade a vêr até que ponto é permittido raciocinar sem perigo immediato de degredo e morte aggravada de miseria que vae ferir a familia innocente?

Poder-se-há julgar ser o facto anormal que vimos apontando motivado na força propria do elemento conservador, empenhado em natural defesa contra a corrente da opinião revolucionaria?

Não.

Os abusos da força, os sequestros, as apprehensões de jornaes, as ameaças terriveis, a perda das liberdades e garantias individuaes filiam-se na deploravel fraqueza pelos mesmos partidos avançados fomentada em pugnas fraticidas; deixando á reacção azado ensejo a robustecer-se.

Até aqui, republicanos e socialistas mais interessados em minusculos combates, que na defesa das liberdades já conquistadas, teem sido os melhores defensores da iniquidade feita regimen que para ahi tem alargado acção no poder pessoal.

D'um lado perigosa ignorancia – habilmente explorada e mantida – proclama aos quatro ventos que não quer nada com burguezes e deixa o socialismo transformar-se em elemento conservador do existente; d'outro, hesitações condemnaveis e pruridos de classe cavam abysmos entre os casacos de bom corte e as *blouses* enodoadas.

Agora, os resultados: o regimen em defeza aguça, por intermedio de agentes, arestas de pretensas incompatibilidades, leva a corrupção e a desordem onde deviam existir a solidariedade e a tolerancia, e ao final, emquanto as avançadas da democracia e da liberdade jogam golpes entre si, perdendo forças nas inuteis escaramuças, o inimigo avança cauteloso, sem embargos, infiltra-se na legislação, toma pontos estrategicos, e, quando os desavindos cahem em si, encontram-se de frente com uma situação impropria de ser vivida por homens de mediana illustração.

Aqui o facto na mais crua nitidez.

A reacção triumphante, mercê do desleixo democratico.

Nada mais.

Diante, pois, de tudo isto, só um caminho resta á democracia portugueza.

Sem quebra de aspirações, nem abater de ideaes, nem mescla de finalidades, a todos impende n'este momento oppôr á concentração do

espírito reaccionario, symbolisada na Igreja triumphante, a concentração do espírito novo, que requer mais liberdade, mais instrução, mais pão.

N'este momento que vemos?

Um escriptor socialista preso, um jornal supprimido e depois o sequestro feito na calada da noite a um homem desprevenido quando a recolher a casa é tomado por *vadio!*

Quem clamou contra o arbitrio erigido em código?

O espírito democratico, a imprensa republicana, porque só ella – talvez a resgatar passados erros – teve voz e teve sentimento a fustigar o ataque engendrado pelo reaccionarismo d'uns e pelo servilismo d'outros.

D'esta fórma a *lição de coisas* sae inteira e completa: as forças democraticas se quizerem servir o futuro têm de concentrar-se não em pactos banaes mas forjando insuperaveis barreiras de educação popular ao predominio clerical e cazarista.

E d'uma vez para sempre, diante da formidavel lição agora recebida que o proletariado não esqueça por deploravel incompreensão ou peor opinião preconcebida nunca poder o socialismo ser realidade sem obedecer á fatalidade evolutiva determinada por seguras leis de progresso e perfeição.

Quem falla assim não aconselha abdicções; só tem por mira promover agrupamentos conscientes que no espírito educado e na impulsão dos grandes ideaes saibam fazer de Portugal um paiz que possa não envergonhar-se de figurar na lista das nações civilizadas.

Ernesto da Silva

## A CONTRA-REVOLUÇÃO

(A *PATRIA*. LISBOA: N° 527 (1900), 24 DE AGOSTO, P. 1).

A não julgar-se que só em Portugal o socialismo póde ser motivo á contra-revolução, tão querida do espirito conservador, trazemos hoje a lume echos que da França voam até nós.

É o caso d'aquelle *chefe* – ou o quer que seja de director de homens – conhecido no mundo socialista por Jules Guesde, a dizer coisas em Paris na sessão funebre pretextada na morte do allemão Liebknecht; servindo o cadaver do seguidor de Marx a motivo de jogo politico! – que mais não dá a grandeza de certas almas grandes.

Em tal sessão Guesde, a fazer de revolucionario intransigente – dos que partem mas não vergam – não hesitou em lançar aos quatro ventos, indignado protesto contra a tactica dos socialistas independentes, por Jaurés dirigidos, entremonstrando bem na fereza oratoria quanto menos lhe importava a morte de Liebknecht que a segurança do poiso no seu *fauteuil* no parlamento francez.

Do alto da tribuna, eloquente e asceta! – no dizer inspirado d'um novo correspondente ingenuo – Guesde de novo invectivou os socialistas combatentes na questão Dreyfus; que só interessava aos burguezes, dizia elle, ao que parece convencido de que a Liberdade só deve encontrar paladinos entre a burguezia dominante. Depois, a mais singularisar a extranha opinião, temos que a questão Dreyfus pondo em relevo a contra-revolução urdida nas casernas e coios clericas que ameaçou e ameaça ainda a Republica, definiu bem as attitudes: quem se desinteressa da defesa das

instituições republicanas faz jogo clerical-orleanista, e, servindo o *golpe de estado*, não póde ser pelo progresso social.

Assim, Guesde anathematisando o socialismo consciente que fere batalha contra o *nacionalismo* suspeito, aliado do espirito reaccionario, deshonra-se, embora reбуçando a falsa opinião em pretendida intransigencia revolucionaria aparentemente feroz e intratavel. Basta relembrar o chamado pacto de Bordeus, alliança eleitoral feita entre *guesdistas* e monarchicos tendo como resultado a entrada d'uns e outros na camara municipal com prejuizo dos socialistas independentes e republicanos, impossibilitados de victoria, para se julgar do valor real da apparente intransigencia *guesdista*.

Lembra-me, n'este momento, a sensata opinião d'um amigo que ha pouco me dizia tratando da questão Dreyfus – «aquillo foi uma pedra de toque; quem se não lançou a pelear pela republica ameaçada bem provou não ser portador de largos ideaes».

N'este caso Guesde, investivando os bons espiritos á lucta contra a influencia clerical das congregações.

A agravar já de si triste situação de contra-revolucionario, vae Jules Guesde até pôr-se em aberto conflicto com a decisiva opinião dos socialistas mais eminentes do mundo civilizado, que á consulta internacional promovida por Jaurès, a proposito da intervenção dos socialistas independentes no caso Dreyfus, unanimemente applaudiram tal attitude, estabelecendo ser sempre justa e indispensavel a união do esforço socialista ao das facções ou partidos burguezes democraticos, quando haja a defender liberdades politicas já conquistadas, ou em perigo se pretenda pôr a liberdade representada em instituições progressivas, como sem duvida o são as republicanas.

Dementado, porém, na febre da rivalidade com Jaurès, o chefe do *parti ouvrier* – que de passagem seja dito, não vae além de facção, entre as muitas em que se sub-divide o socialismo francez – treslouca-se, e, sempre do alto da tribuna vem a dizer raivoso, invocando a lucta de classes, nem mesmo da sciencia burgueza ter necessidade o proletariado, repudiando

de tal arte o inestimável concurso intellectual dos sabios e artistas que de Darwin a Zola e de Kropotkine a Spencer têm dado ao socialismo a poderosa envergadura scientifica e artistica, moral e sentimental que já hoje possui e o torna invulneravel.

O repudio á sciencia assim proclamado a titulo de lucta de classes, encarna a mais absoluta expressão sectaria, subindo até á incoherencia de um socialista não ver na somma das conquistas scientificas legadas á humanidade pelas successivas gerações o patrimonio de colectivo usufructo pertença de todos os seres.

Quem pode duvidar serem as maravilhas scientificas e artisticas propriedade collectiva, ainda hoje individualisada, mercê de privilegios estabelecidos por classes dominantes? Ninguem!... A não ser Guesde, clamando dever o proletariado repudiar o fructo da civilização humana representado na accumulção das obras saidas do labor dos individuos que, pela mesma razão do seu valor intellectual, não podem ser considerados miseros proletarios adstrictos ao funcionar das machinas espalhadas nas fabricas exploradas pelo capitalismo.

A que desgraçadas conclusões conduz o sectarismo obcecante, demais quando a auxilia-lo tem a defesa da preponderancia ameaçada!

E não contente com as objurgatorias anti-scientificas, n'um paroxismo contra-revolucionario, Guesde apopletico sentencia: «o proletariado deve ser contra todos os interesses burguezes» – como quem diz: ao proletariado importa para decisiva salvação ser contrario ao desenvolvimento cyclico da evolução politica e economica da burguezia, por quanto d'esse hiato na marcha civilisadora resultará o advento da dictadura revolucionaria do proletariado, única classe capaz de fornecer elementos á collectivisação das riquezas sociaes.

Decididamente isto não é sociologia – são odios accumulados referendo n'um espirito estreitamente sectario.

Que são, n'este momento, os chamados interesses da burguezia?

É o desenvolvimento industrial levado ao extremo, o aperfeiçoamento constante dos mechanisms multiplicadores da producção, o trabalho

intensivo, a criação dos fortes sindicatos que, dia a dia, inutilizam o esforço individual dos pequenos capitalistas, esmagados na engrenagem das potencias financeiras, obrigando-os, de maneira fatal, a darem ingresso nas fileiras das victimas revoltadas, que constituem o grave problema da *questão social*. E mais, é a burguezia a concorrer febrilmente nos mercados, aperfeçoando o producto e illustrando o proletario, por maneira a poder vencer economicamente, embora entregando aos cerebros operarios os elementos scientificos, sem os quaes a revolução social não poderia sahir da nebulosidade mythica dos factos utopicos e, porventura, irrealisaveis.

Sem a transição do periodo historico vindo da Revolução Franceza, a dar fóros de dominio ao terceiro estado, jámais o socialismo poderia ter seguido a marcha scientifica que já hoje o impõe, não a titulo de panacea phylantropica – como é inculcado nos devaneios protectores sahidos do socialismo de Estado –, mas como fatal consecuencia a que as sociedades civilisadas são conduzidas, sem possibilidade de resistencia.

Que concluir?

Que o desenvolvimento da civilização burgueza é condição indispensavel á transformação socialista, importando contra-revolução toda a doutrina destinada a impedir, aos menos lidos, a comprehensão de que o progresso social não brota do exclusivo esforço de uma só camada de cidadãos, mas, sim, é a concretisação dos variados impulsos, antagonismos e interesses d'uma sociedade em jogo.

Assim, para quê olhar o problema social com estreitas vistas e avançar que o proletariado bem dispensa os *immortaes principios* que outros não podem ser além dos consubstanciados na velha formula: Liberdade, Igualdade, Fraternidade?

Onde conduz esse perigoso sectarismo?

Ao desamparo da Republica, á divisão do espirito democratico em favor da reacção, á victoria – embora momentanea – das tendencias regressivas, ainda hoje acoutadas nos animos conservadores.

E lembrar-se a gente que, em 22 de setembro de 1872, escrevia Guesde contra a ferocidade auctoritaria do conselho geral de Londres, dizendo só haver salvação fóra da orthodoxia marxista creada na Internacional!



Porém, no discurso de Guesde, em Paris feito com pretexto na morte do chefe alemão, ha duas faces que o socialismo portuguez deve ficar conhecendo.

Apparentemente, o marxista Guesde fallou em nome da intransigencia revolucionaria, mas, no fundo, penetradas as intenções, facil é deduzir da leitura do *Temps* quanto mais o preocupava a prégação da guerra santa feita a seus subditos, na intenção de preparar forças contra a influencia de Jaurès e dos socialistas independentes que no proximo congresso devem abalar profundamente a preponderancia do chefe da facção do *parti ouvrier*.

A preparar terreno, servindo-se da memoria de Liebknecht, não foi o socialista francez Guesde além de vulgar artimanha politica.

Eis tudo!...

Pena é o sectarismo conduzir á contra-revolução, tão do agrado dos que ainda sonham resuscitar o Passado.

Ernesto da Silva



## DEGENERESCENCIA E REACÇÃO

(A PATRIA. LISBOA: N° 545 (1900), 31 DE AGOSTO, P. 1).

Eis quanto vemos, agora, ao ser posto á luz pela imprensa o monstruoso rosario dos crimes clericales, para ahi levados a effeito sem temor a repressivas leis de excepção – embora os attentados consumados nos conventos devam ser contados entre os mais ignobeis e infectos.

Frades e irmãs em authentica cumplicidade – que já hoje ninguem pode desmentir – raivosos de diabolica concupiscencia, quem sabe se derivando ás creanças na saciedade de fortes impressões commumente gosadas a sollicitar melhor estimulo; transformaram *recolhimentos* em prostibulos da infancia e, quando seria de esperar a justa vindicta da lei inexoravel, vê-se, com pasmo, um attentado succeder a outro attentado no preparo de protectora impunidade, vinda d'alto, com laivos de indiscutivel *crime social*.

Sim. Porque o caso das Trinas, estalando na terra portugueza, inçado de pormenores obscenos a revelar o desfloramento de creanças de nove annos, immoladas á luxuria de gorillas tonsurados, é, sem possivel contestação – embora não ameaçado de deportação e morte em Timor – um *crime social* digno de severa punição.

Mas... o crime gerado na lubricidade fradesca saciada, segundo vemos, de femeas puberes, com ou sem habito; agrava-se e toma fóros de verdadeira bancarrota moral e sentimental, se attendermos aos symptomas degenerativos da raça, vindos a lume no nauseante decorrer da infame e porca questão.

Assim, tendo a opinião direito a esperar o inteiro cumprimento da lei, vê-se não servir em Portugal a lei para castigo de delinquentes com praça

assente nas hostes clericas, embora o acto repellente e criminoso vá da simples pederastia activa até alargar limites ao proxenetismo feminino posto a serviço da fradaria bestial e lubrica.

Quando a quando, dia a dia, não falta a imprensa a desvendar, em suggestivos *sueños*, ora o episodio do padre sodomita – ahi pelos sumidouros a sollicitar machos, qual Napoleão a sollicitar granadeiros – ora os aventureiros adulterios de sertanejos curas d'almas indo o pornographico registo dos casos libidinosos a explodir em nota final, emocionante e putrida, accusando violencias exercidas sobre creanças desprotegidas, chorosas, a proclamarem quanto os asylos se comparam e confundem com casas suspeitas de registo certo na policia de costumes.

E parallelo ao constato simples e quotidiano dos factos apontados, correndo vae a agua lustral da impunidade, garantindo na exteriorisação hypocrita de ademanes beatos chancellia ao ludibrio dos confiados paes, promptos á entrega das filhas aos seraphicos serralhos.

Se por acaso fôra preciso aterrar os defensores da liberdade, ameaçando-lhes a existencia, então sim, a auctoridade não hesitaria em brandir o gladio do arbitrio, encher os carceres, torturar familias, provocar miserias, fomentar desgraças.

Porém, os criminosos certos, indicados pelas creanças victimas, são ao contrario o melhor dos esteios do regimen que paternalmente nos explora e manda, e, não vá julgar-se ser imprudente a auctoridade ao ponto de lançar mão – ella sempre tão benevolente com as infamias protegidas – a degenerados typos de preversão sexual, inquilinos de santos claustros não devassados pelo olhar indiscreto da gente util que trabalha e soffre as contingencias da lucta pela vida.

É certa a existencia de leis prohibitivas das ordens religiosas, mas, não menos certo é, ao que parece, não estar o estado disposto a cumpril-as, permittindo de bom grado a existencia da gente jesuita e varios affins, que a par e passo do mesmo estado que tuberculisa o corpo do cidadão a zargunchadas de imposto vão envenenando a alma nacional com dogmas contrarios á razão e deboches hediondos improprios até de selvagens.

Os costumes pervertem-se, as novenas multiplicam-se; os tuberculosos augmentam e os palliativos succedem-se; braço dado, clericaes e auctoridade amordaçam bôccas protestantes e ao final a degenerescencia social affirma-se em estygmas provados de falha de protesto no povo, inercia criminosa nas camadas superiores e adormecimento da lei.

Depois, é ver como o crime social se completa nas embuscadas de certa imprensa, embaraçando as consciencias com citações de Brouardel<sup>270</sup> e mais medicos-legistas, aventando no auge da impudencia criminosa e culta, possibilidades de suggestão nas victimas quando a denunciarem o frade varatojano auctor dos miseraveis estupros.

E a pôr cupula á degenerescencia não falta a lassidão publica, deixando *correr o marfim* com gestos de vencida, porque no recordar da protecção policial aos attentados clericaes lhe foge estimulo ao protesto que viria benefico sanear o ambiente social, agora inquinado de pavorosos embryões de corrupção e impunidade.

Dado que a monstruosa infamia conventual veiu a lume, natural seria de esperar surgissem por toda a parte indignados protestos, dando força, accumulando energias, por maneira a de vez ser posto cobro ao desrespeito á lei, pontapeada impudicamente pelos mesmos que deviam respeitá-la, cumprindo-a.

Não succede assim!

O povo, quando muito, compra o jornal, lê e relê a escabrosa pormenorisação do attentado e queda-se, sem mais revolta, a esperar melhores dias, apossando d'um vago *sebastianismo*, que o deixa entrever em nebuloso fundo a libertação e o bem estar, sem incommodo de maior, nem esforço de valia.

E porque não ha de succeder assim, quando constatamos a mesma ou peor indifferença por parte da gente intellectual, obrigada na educação a

---

<sup>270</sup> Paul Camille Hippolyte Brouardel (1837-1906) estudou, como médico, a tuberculose e o alcoolismo.

ser a primeira no protesto consciente, destinado a ecoar de norte a sul do paiz?

Se, porventura, o caso das Trinas, com ramificações em Aldegavinha – e sabe lá em quantos mais coios! –, fosse d'aquelles a dar ensejo a exhibições vistosas, então sim, não faltariam a reunir-se conspicias corporações na gestão laboriosa de programmas exuberantes de coretos polychromos e carros triumphaes, com desovamento seguro de rhetorica na sala Portugal<sup>271</sup>, á mistura com feriado na Universidade e na Arcada<sup>272</sup>.

Dado, porém, não se tratar de centenario ou passamento de romanista de vulto, mal se vê ainda organizado um comicio por meia duzia de homens de boa vontade, sem que a espontaneidade das adhesões valiosas seja de feitio a retemperar animos ou encorajar vontades.

Ah! lembrar-se a gente do que foi em França a questão Dreyfus: professores, litteratos, artistas, economistas, operarios, burguezes, jornalistas, tudo a uma voz, a um só impulso, erguido n'um fremito de indignação contra a influencia do roupeta!

Pois não seria este momento asado para, em Portugal, se produzir similar protesto, pondo-se, de vez, inicio á campanha contra a influencia da clericalha?

Onde estão, que os não vemos, os grandes poetas como Guerra Junqueiro, os prossadores como Fialho d'Almeida e os sabios como o dr. Miguel Bombarda?... A estes, a Theophilo Braga e ainda a outros não menos illustres, acolytados de todo o nucleo intellectual portuguez, é que competia dar orientação ao protesto, torna-lo grandioso e efficaz e provar, n'esta questão de alto valor nacional – que não admite especulações partidarias –, não estar de todo morto o espirito de liberdade em Portugal.

Assim, o povo animar-se-hia ao combate, julgar-se-hia forte no apoio dos representantes da intellectualidade portugueza, e, sem duvida, a reac-

---

<sup>271</sup> Na Sociedade de Geografia de Lisboa, que costumava acolher a realização de congressos e conferências.

<sup>272</sup> O café Martinho da Arcada (1782), em Lisboa.

ção clerical receberia, de parceria com o estado, salutar aviso de que a gente portugueza não está de animo disposto a regressar aos tempos da fradaria dominante.

Que eloquente affirmação de civismo e grandeza d'animo não seria a dos homens eminentes vindo por *salvação publica* até ao povo, juntando a sua voz á dos mais humildes cidadãos, fazendo com que Lisboa, Coimbra, Porto e outras terras erguessem o grito de protesto contra a situação que de ha muito vem sendo arditosamente preparada na sombra!

De tal maneira ainda poderia haver confiança no futuro. Se, ao contrario, os crimes conventuaes passarem sem correctivo, vindo provar que ao poder da reacção se equipara a degenerescencia do meio social, tudo soffrendo sem murmurios nem queixumes, entretido a roer as unhas, então só resta uma sahida aos espiritos que aspira, ao progresso e á liberdade.

Emigrar!... Emigrar para a França, para a Belgica, para qualquer lado, buscar, emfim, guarida onde o espirito não seja a toda a hora contundido por ataques á liberdade e á dignidade humana, representados na impunidade dispensada ainda aos mais torpes e abjectos attentados, quando praticados a coberto das sombras claustraes, nas impulsões do cio bestial de parasitas com sandalias e capuz.

Ernesto da Silva





## OS ATTENTADOS

(A OBRA. LISBOA: N° 292 (1900), 9 DE SETEMBRO, P. 1).

Não sei se o proletariado vê bem o presente?...

Os attentados succedem-se.

Uns apoz outros, seguem inalteravel marcha; agora supprimindo *A Patria*<sup>273</sup>, logo interdictando a legal reunião da Federação operaria do Porto.

Respeito á lei não existe: o arbitrio, o simples arbitrio. Vexatorio, irritante, despotico, eis o unico codigo hoje de pé. Porque um jornal no uso de legitima liberdade, garantido no uso das suas funções criticas por leis já de si pouco propensas á benevolencia, se permite pedir justiça contra frades devassos e selvagens, capazes da mais ignobil concupicencia, não tarda que á falta de lei escripta reguladora da vida social surja o arbitrio em seu mais repellente aspecto atacando sagrados direitos e mais... a mesma propriedade individual que a lei se obriga a fazer respeitar e defender de impetos revolucionarios algo niveladores.

Singular paiz, extraordinario povo este que vem de ha muito submisso e desorientado assistindo ao progressivo esphacello das mais rudimentares liberdades sem sentir o sagrado phrenesi nascido das indignações conscientes e uteis.

---

<sup>273</sup> O jornal publicou-se de 1899 a 1900. Ernesto da Silva colaborou nele desde maio até agosto de 1900.

E, porque fallamos em Povo, não vá julgar-se lançarmos culpas ao pobre povo que trabalha e soffre, vegetando em espeluncas, tressuando nas officinas.

Não; não é a esse povo sempre vilipendiado e esquecido que nos dirigimos. É ao conjunto, á somma das energias que se acobertem nos commodos da vida facil, deslisando pachorrenta no socego dos gabinetes de trabalho quer dispendidas nas multiplas fórmias do esforço indispensavel á vida moral e material da sociedade portugueza em que se vegeta tão ignobilmente.

Que vemos?

Hoje mais que nunca a Reacção triumphante zombando da legislação que a não tolera, levando a audacia a forjar novas formulas de direito e violencia destinadas a protejel-a.

A lista dos attentados cresce: attentados dos frades e do Poder, n'uma palavra, da Reacção consubstanciada no conluio monarchico-clerical.

Até aqui era de julgar que a lei se impunha – no dizer das gentes bem pensantes e ventre cheio – como abrigo seguro e inviolavel das miserrimas liberdades, já conquistadas á custa de largos sacrificios e muito sangue derramado em dias de combate na defeza da Liberdade. Agora não ha que duvidar: a violencia é a unica lei, os codigos outros tantos gladios a ferirem os ingenuos ainda confiados nos immortaes principios, tanto apregoados em dias de opposição e fome de mando.

Commettem-se crimes nos conventos? Bem facil é satisfazer a opinião alarmada. Prendem-se homens, sequestram-se jornaes, amordaça-se o cidadão, faz-se a treva protectora e cumplice.

Assim, a raça regenera, bestialisa-se – se mais ha ainda a esperar de estacionamento ou regressão –, as difficuldades augmentam no quotidiano roubo feito aos dinheiros publicos e a crise, a crise tremenda e fatal que ao final de tanta infamia e arbitrio nos espera em inexoravel sorvedouro, retinta-se das côres pesadas e lugubres proprias ao dessorado anniquilamento d'um povo que morre por não ter sabido viver.

Não é o attentado commetido a frio contra *A Patria*, um symptoma inilludível de que o poder está inteiramente disposto a proteger as congregações religiosas pela lei consideradas illegaes e perigosas á vida social?

Porque então o poder se julga forte a ponto de espesinhar a obra a que devia respeito, usando e abusando do arbitrio na ancia protectora de ser util á gente de burel e sandalias que ao paiz está preparando a mais pavorosa das desgraças na manipulação de gerações imbecilisadas, intolerantes e bestas, improprias ao acompanhar do progresso intellectual e fabril que *lá fóra* já entôa os mais grandiosos hymnos de victoria?

Hoje já não ha ouro do Brazil e a vivermos, certamente não bastarão piedosas e repetidas novenas adubadas de caldo na portaria ou contrictas reverencias ante nichos illuminados frouxamente em viellas tortuosas. A epocha é muito outra; requer trabalho, educação sadia e livre, multiplicação de riquezas, vida social e só póde offerecer, a titulo de premio, dado que Portugal crystalise na chata expressão de sociedade devota e inepta, uma mais justa expropriação que a infligida á China ha seculos incrustada em improgressivos preceitos.

Pelo visto, analysada a intimidade dos attentados ultimamente vindo á supuração por conta do Poder a defender o regimen, não se trata n'este momento d'uma questão restricta aos interesses ou ideaes de uma só camada social – trata-se d'uma questão gravissima de *salvação publica* que se a tempo não for provida de remedio trará funestissimas consequencias a todos – burguezes ou proletarios.

E se nós encaramos a questão debaixo d'este aspecto, unico que reputamos verdadeiro, sobeja rasão nos auctoris a lançar em face das classes superiores e intellectuaes as mais justas arguições.

Que o povo – os batalhadores das fabricas e officinas – faça alguma coisa, se revolte, indigne, repudie a ignobil tutella, dizem alguns que no *alto* vivem tranquillos a digerirem gloria quando não a gosarem riquezas.

Tal indicação attinge a infamia: então o povo, a arraia miuda, ahi fuzilada em qualquer lado sob qualquer pretexto é que tem de formar na vanguarda?!

Não pertence tal encargo, mais, dever! á gente de saber profundo, orientação segura e posição social garantida?

Onde estão os sabios litteratos, artistas, jornalistas, medicos, engenheiros que mais immediatamente são interessados no continuo progredir do paiz, que não têm um grito e um gesto de inflamado protesto contra os attentados agora postos a nú n'este momento de apreciação aos mais pavorosos crimes da Reacção?

Se verdadeiro é o amor patrio a todo o momento apregoado pela gente culta, como acredital-o se os pretensos progenitores e representantes de tal sentimento se não importam ver a sociedade em que vivem ir progressivamente afundando-se na mais abjecta miseria moral e intellectual sem condições de trabalho ou entendimento?

Ah! que por ter visto a criminosa inercia é que o Poder já hoje não guarda as mais comesinhas conveniencias, attentando sem temor contra a Justiça e a Liberdade. É por de *cima* se ter aquilatado o criminoso egoismo de *baixo* que os atropellos se succedem ininterruptos; pouco admirando que dos jornaes republicanos ás associações operarias o arbitrio vá impondo a suprema lei da violencia.

Por agora os attentados vão-se ensaiando; mas, não tardará se ao arbitrio responder o lethargo, o momento em que os crimes do Poder só pouparão aquelles dos dispostos a soffrerem resignados as ordenações vindas dos claustros povoados de obreiros das trevas, entregues á faina piedosa da bestificação d'um povo envelecido.

Babeuf

## A LIBERDADE DO TRABALHO

(A OBRA. LISBOA: N° 293 (1900), 16 DE SETEMBRO, P. 1).

O sequestro e mais violencias praticadas pela auctoridade contra o jornal *A Patria*, tiveram ao menos merito de fornecer aproveitavel lição que o proletariado deve meditar.

É aquillo da *liberdade de trabalho*, phrase sonora posta em circulação nos dias de *gréve*: isto é, quando os operarios entendem reagir por maneira pouco usada contra as tropelias expoliadoras do capital.

N'esses dias, o Estado reveste aspecto ordeiro, aguça as arestas dos artigos de velhos codigos, e lá se fica, braço dado com o capitalismo, esperando ensejo de intervir logo que o trabalhador pouco versado em paragraphos da lei venha no auge de santa indignação chocar-se contra o estatuido.

Na faina de papa-moscas o Estado espreita, circumda, mira a predestinada victima, ou victimas, e ai d'ellas se dão logar á intervenção do Poder. Não tarda a apparição do esbirro. As prisões têm começo e a breve trecho os carceres abarrotam de gente insubmissa que não quis permanecer passiva deixando o suor ser unicamente motivo á constituição da riqueza alheia.

Então, os jornalistas a soldo architectam phrases de effeito e não preoccupados da sorte dos miseros revoltados – certos que tal gente não lhes póde alugar as pennas – barafustam e reclamam energia na auctoridade a não permittir ataques ao sagrado preceito da *liberdade do trabalho*, base ideologica do liberalismo economico.

E não ha oppôr resistencia á furia brava dos scribas da Ordem, *doublés* de chefes de repartição com vencimento largo ou lacaios de boa gorgeta ao serviço de companhias exploradoras.

Que o *direito ao trabalho* livremente exercido é a pedra angular da vida social e varias outras sandices á Acacio, voejam dos bicos das pennas ao encontro dos bestuntos graniticos dos leitores burguezes, aterrados com a rebeldia da gente de *baixa condição*, prompta a diminuir o juro ás *acções* honestamente adquiridas sem esforço de maior.

Porém se os proletarios resistem e vão á catechese dos companheiros d'arte ou officio, esperando á porta das fabricas-presidios e na rua, momento azado á sollicitação da solidariedade indispensavel para o burguez ladrava não levar a melhor na contenda, então sobe de ponto a indignação periodista e despejadamente a cambada reclama o immediato encarcerar dos audaciosos dispostos a não permittir que a ignorancia dos companheiros de officio vá dar motivo a cruel derrota. E livre de escrupulos, sorri o Estado prompto a servir amigos, apoiando-se nas urgicas sollicitações da letra redonda feitas de parceria nos escriptorios dos patrões interessados.

Cedendo á *opinião* – no dizer manhoso de estadista velhaco em réplica parlamentar a gente da opposição – o Estado lança os soldados á Rua, e ahi, apoz intimações da ordenança, não tarda que a fuzilaria a provocar sangueira obrigue a gente revoltada á comprehensão de ser crime attentar contra a liberdade do trabalho.

A recordação das victimas de Cezimbra<sup>274</sup> basta a justificar nosso dizer.

Interrogado, o Estado justifica-se: que os operarios pódem por tolerancia ter direito á gréve, mas não pódem ir á coacção dos seus companheiros á não-laboração, interdictando-lhes o profissional funcionar – logo que estes o desejam – embora se sirvam a tal conseguir de simples meios pacificos de convencimento e propaganda.

---

<sup>274</sup> Vid. BABEUF – Á queima-roupa! *A Obra*. Lisboa: n° 272 (1900), 22 de abril, p. 1, reproduzido neste mesmo volume.

Ha cidadãos que desejam trabalhar, portanto, o Estado não pôde consentir, sem desejos de fomentar a desordem, que outros venham por fórmas ruasorias ou violentas afastal-os de tal intento com desrespeito da liberdade individual levada a perigo por suggestão ou temor.

Eis em traços rapidos a feição particular da propaganda lançada á publicidade em folhas *bem pensantes* por gente sem escrupulos e razão garantida.

O mesmo dizer seria de esperar agora, – dado que a correcção de propositos e a justeza de idéas fosse divisa de tal gente – ao ver-se o Estado violentamente atacar a *liberdade do trabalho* nos typographos e mais pessoal do sequestrado jornal *A Patria*, coagidos á inactividade com absoluto desprezo da lei que os devia proteger e garantir no exercicio das suas funções.

Pois assim não succede!

A mesma imprensa apopletica e praxista, repassada de orthodoxo respeito á liberdade do trabalho em dias de gréve operaria, então reclamando carceres e medidas de excepção contra os discolos não respeitadores do legal preceito, é a mesma malta que ao presente se calou ante a violencia governamental que no illegal sequestro imposto ao jornal *A Patria* forçou ao abandono do trabalho dezenas de trabalhadores irresponsaveis dos delictos pelo mesmo jornal porventura commettidos e que mesmo no caso de se terem dado tinham lei especial a castigal-os sem necessidade de interdicção ao trabalho imposta a operarios.

De tal maneira, o proletariado aproveitando a *lição dos factos* pôde d’esta vez concluir seguramente qual seja a dignidade e a coherencia dos scribas a que nos vimos referindo e mais julgar de proceder direito a esperar do Estado por parte dos trabalhadores.

Se amanhã uma *gréve* ferir qualquer jornal da Ordem – ou qualquer outra empreza – e algum grevista fôr surprehendido a alliciar companheiros é o mesmo condemnado aos rigores da lei; se acaso fôr preciso calar a imprensa incommoda e a lei de imprensa não bastar o Estado auctorisa-se com applauso de refeces follicularios a não respeitar a *liberdade do trabalho* ultrajando codigos e expulsando operarios de labor quotidiano.

Pelo visto, o sequestro d'*A Patria* veio fornecer esclarecimentos á gente proletaria, esclarecimentos que não devem ser lançados ao esquecimento e que bem podem concretisar-se em curta syntese: – Á violencia e ao desrespeito á Lei só tem direito o Estado.

Eis o que dizem os factos em crua evidencia.

Babeuf



## PRINCÍPIOS SOCIALISTAS

(O MUNDO. LISBOA: Nº 13 (1900), 28 DE SETEMBRO, P. 1).

Porque n'este momento de lucta contra a invasão reaccionaria – momento excepcional de concentração conservadora triumphante e audaciosa a rasgar leis e sequestrar liberdades – aos que desejam – ou dizem desejar – futuro, impende o dever sagrado de bem conhecer qual o melhor processo a seguir no apressar da evolução historica, consequentemente politica e economica, da terra portugueza, preciso se torna pôr bem de pé principios socialistas acaso de possivel desvio leis de sciencia positiva, mercê de má fé confusão ou deploravel ignorancia.

Hoje, como hontem, socialista, não só por sentimento ferido na ingrata contemplação do mal social derivado da iniquidade economica mas por convicção adquirida nos manuseados livros que affirmam ser a liberdade condição indispensavel ao evoluir humano, sem o qual não ha que esperar melhores dias de perfeição moral e intelectual; jamais esqueci e de mais em mais me affinco á idéa de que, se a *natureza não dá saltos* ao tratar-se de leis biologicas, certamente não deixa lacuna a preencher na sucessiva criação das instituições sociaes, que, após necessario periodo de elaboração, surgem a demonstrar que o grau civillisador já attingido nas sociedades em que vêem luz.

Por isso, aconselhado pela razão, acceitando nas theorias emancipadoras ainda o por que mais simples é mais complexo – permittam o paradoxo – ao tratar-se da constituição dos aggrupamentos humanos, usando d'um eclecticismo que por si mesmo é o uso maximo da liberdade individual, – acceitando e rejeitando proposições consoante meu criterio,

improprio a dogmatismos escolasticos e sectarismos enervantes, ha muito, para melhor dizer, desde 1892, em que tomei filiação no movimento operario, sempre mantive opinião, que o socialismo é doutrina de essencia democrática e d'ahi republicano na expressão pratica das aspirações que proclama e nutre.

A propósito véem estas considerações, defrontado agora na leitura de pretendidos jornaes socialistas opiniões que como symptoma devem ser analysadas, não sob a pressão das paixões partidárias mas antes obrigando o espirito de facção a curvar-se na meditação precisa a bem julgar do momento historico por nós atravessado, alliando tal meditação ao estudo serio embora rapido da sociedade em que vivemos.

Ao presente, por maneira mais ou menos transparente, ardilosa ou desvairada, vê-se não estar o socialismo portuguez tão pouco confiado na sua força que não se permita o arrojo de julgar-se sufficientemente idôneo a poder levar de vencida a corrente reaccionaria, sem necessidade de apoio ou auxilio por banda da democracia republicana. Em conformidade com taes primicias lê-se nas gazetas appello á lucta eleitoral socialista, alardea-se intensa e extensa organização politico proletaria e vae-se mesmo á phenomenal affirmativa de dispensabilidade de conhecimentos e cultura intellectual para frequencia de S. Bento na pesada tarefa defensiva dos interesses do povo trabalhador!

A velha e velha formula de Marx: – *a emancipação dos trabalhadores ha de ser obra dos mesmos trabalhadores*, exhibe-se de momento embora transfigurada no grito: não *abdiquemos, luctemos por nós mesmos!*

Assim se está fazendo, em meu parecer, por mau golpe de vista, ou peor conhecimento das leis fataes a que se subordina a evolução social, obra de reacção, unicamente aproveitavel ao regimen monarchico ainda vigoroso, se attentarmos na poderosa concentração conservadora que p'ra ahi se esteia nas classes parasitarias sugadoras do Estado – burocracia, militarismo e clericalismo.

Por mim, quer o socialismo portuguez queira ou não desfazer-se em objurgatorias e anathemas, não hesitarei em proclamar ser perigoso e con-

trario ainda ao estabelecido pelo doutrinarismo e acção social do socialismo internacional o que se faz e pretende fazer em Portugal.

Se a comprovação do proposto quizer adduzir provas, basta-me, creio, indicar o proceder dos socialistas italianos, belgas e francezes dando victoria ás opiniões de Jean Jaurés.

Depois, e o que é mais de notar, é que o socialismo toma exteriorisação, processos de lucta e expressão idealista conforme o meio gerador, e certo não pôde affirmar-se ser campo de cultura por ahi além, a determinar grandes progressões e arrojadas tácticas, este Portugal mesquinho de instrucção, falta de escolas, povoado de analfabetos, de propriedade em extremo fraccionada, com arremedos de grande industria, factores propicios ao respeito do existente, visto o maior numero não ter sido ainda ferido pela acção espoliadora das grandes concentrações de riqueza, transformadas em força espoliadora da productividade proletária.

E para que se não julgue ser meu proposito fazer theorias sem futuro, indicarei na seguinte transcripção qual o modo de ver do illustre libertário italiano Carlos Malato, expresso no seu livro *Revolução christã e revolução social*<sup>275</sup>:

«É preciso ter em linha de conta a raça, tradições, instituições seculares, preconceitos, habitos, *desenvolvimento economico*, emfim, todos os factores que oppõem ao movimento socialista resistencia mais ou menos grave.

Assim, a evolução varia segundo as raças: moderada nos povos célticos, ardentemente libertaria nos latinos, auctoritaria nos allemães».

Ora o actual regime em Portugal, improgressivo por natureza, vivendo da influencia do caciquismo politico, não permittindo larguezas de instrucção, industria ou commercio, fomentando a corrupção dos costumes e o incivismo, amparando-se na força e no dogma sem garantias á liberdade e ao livre exame, especando-se em secretas allianças que não em finuras diplomaticas próprias a nação respeitada e respeitável, compromettendo

---

<sup>275</sup> *Révolution chrétienne et Révolution social*, do anarquista Carlos Malato (1857-1938), foi publicado em 1891.

mesmo a base do liberalismo economico em que se funda no favorecer de monopólios desrespeitadores da *livre concorrência*, encochando-se, a dentro de nova muralha da China com portal vigiado pelo juiz Veiga<sup>276</sup> e mais acolytos, certo, este regimen não pôde offerecer face a combate regular vindo dos partidos, perfeitamente autonomos nos limites dos seus programmas, mas, sim, requer unidade de esforço de todas as energias a desbravar um presente que, já erriçado de difficuldades, nos vae preparando um futuro de completa ruina económica e anniquilamento moral e intellectual.

E se não bastara ao convencimento do socialismo de boa fé quanto vem dito, creio, não ser demais accrescentar a opinião de Guillaume de Greef, o illustre socialista belga, quando no seu *Transformismo social*<sup>277</sup> diz:

«Por si mesmo o transformismo social é sufficiente a provar que necessariamente os phenomenos de ordem collectiva são por sua vez simultâneos e successivos; o estado presente é sempre determinado pelo estado anterior e determina por sua vez o estado futuro que traz em seu ventre, e do qual as acções e reacções recíprocas e continuas de dentro e de fóra provocam naturalmente o parto em limites mais largos, mas não menos certos que no phenomeno d'onde o homem vem á vida».

Pois assim assente por espiritos de maior grandeza que no nosso caso a Republica é a melhor geradora da phase propria ao desenvolvimento socialista – ainda agora mais sentimental e declamatorio que raciocinado e determinado por motivos economicos ou intellectuaes – porque servirá o socialismo de propulsor a nova ordem de coisas, proclamando embora o credo especial que o anima, proferindo tão segura tactica á dispersão de forças que no campo eleitoral, ou em qualquer outro, só pode trazer vantagens á conservação do mal que a todos afflige?

---

<sup>276</sup> O juiz Francisco Maria da Veiga (1852-1934) distinguiu-se pela sua estreita vigilância de republicanos e operários.

<sup>277</sup> *Le transformisme social, essai sur le progrès et le regrès des sociétés*. Paris: Félix Alcan, 1895, do sociólogo belga Guillaume de Greef (1842-1924).

Eis porque pouco avisado me parece quanto se vem dizendo agora, em apaixonados extasis de revolução social, não viável por fôrma facil em terra tão atrazada como Portugal.

A apreciar, quanto melhor se pôde servir uma idéa, sahindo do abstracto a considerar o concreto poderei de minha lavra accrescentar: a conquista da República, isto é, o apressar da evolução histórica nacional não é coisa que só a burguezia pertença, pois, que ao proletariado consciente, ainda na opinião orthodoxa de Marx, pae da *lucta de classes*, convém actuar no corpo social por fôrma progressiva e revolucionaria.

E a Republica em Portugal, certamente não podendo encontrar vida nos processos hoje adoptados na sustentação monarchica, fatalmente terá de apoiar-se nas forças vivas do paiz, desenvolvendo industrias, creando escolas, remodelando a propriedade, provocando em tal maneira governativa, única a poder sustental-a sem apoios dynasticos no embate constante da vida economica contemporanea, os elementos reactivos precisos ao nascimento d'um socialismo cheio de vigor e crença, apto á execução da tarefa que se propõe levar a cabo.

Parece-me assim justificada a idéa do advento da Republica não ser coisa de solução restricta a burguezes, elevando-se a satisfação de suprema necessidade do progresso nacional; sem a qual, proletarios socialistas ou burguezes republicanos não encontrarão salvação possivel ao triste final que por ora se desenha em traços lugubres.

Tal é a orientação por mim mantida, orientação perfilhada por bons auctores, por certo não mais atrazados que seus collegas portuguezes partidarios de victorias moraes com duzias de votos improficuos, destinados mais á utilidade do *statu quo* monarchico que á procreação de nova epocha de liberdade e melhoria social.

Ernesto da Silva



**NOTAS DA SEMANA. UM CRITICO TARDIO**  
(A OBRA. LISBOA: N° 296 (1900), 7 DE OUTUBRO, P. 2).

«Do povinho não fallo: é uma desprezível besta molle e acephala, com uma aptidão única, produzir força, servir o homem, enriquecer quem no azorraga». – *Fialho de Almeida*.

Ainda a fazer gosto ao dedo, depois de porradear a memoria de Eça de Queiroz – que bem podia enfileirar o detractor nas hostes dos caga-sebos ou especie proxima – virou-se agora ao povo o critico Almeida. E quando era de esperar obra de Artista Maximo, sae-nos prosa do sr. Falho – que o *i* já lá vae em raspões de decadencia.

Agora, sim; Eça de Queiroz vivo e sobejo motivo lhe ficava a confundil-o com o sr. Almeida, estanqueiro bilioso, *habitado*, bola d' aço e dois charutos, indicando na Baixa vão d'escada refugio a *picadilho* e *cortados*.

Pois que teve licença a fustigar o Queiroz Ribeiro – em prosa descosida, raivosa, cortada de raros lampejos – o critico veiu desembestar contra o povo, já esquecido, o paranoico, d'aquella carta ha bons quatro mezes entregue no *Suisso*, por dois do povo, ingenios, ainda confiados na idoneidade d'um tal Fialho d'Almeida para o caso de defeza á Arte ferida no exhibicionismo patusco e degradante d'aquella latrina-pedestal cravada no Campo de Sant'Anna a glorificar Souza Martins, com mascarões e Sciencia desventurada e chlorotica<sup>278</sup>.

---

<sup>278</sup> Ernesto da Silva refere-se à polémica travada entre a opinião pública e a escultura criada por Alexis de Queiroz Ribeiro de Sotomaior de Almeida e Vasconcelos, 1º conde de

Então, o magico fez-se *Lucas*; não estava para contendadas, querellas, que sei eu! – entupido, encolhia-se; não fosse faltar á estima dos collegas medicos da commissão, cumplices do Queiroz Ribeiro na monumental borracheira.

Assim, calou-se: retirado a Cuba, com engorgitamentos de revolta mansa, lá foi quedar-se no preparo da critica serodia destinada a fazer epocha, logo que gente amiga, acagaçada e timida, apavorada reclamasse boia salvadora.

Ora aqui está a raça da requentada indignação, agora posta a nú, mascarando secretos intuitos de justificação ao silencio de ha mezes, quando a questão se punha de pé e mais solicitava esforços a ver por terra o *mostrengo* fronteiro da Escola Medica.

Santo impulso!... Me melem, se ha muito topo colera mais limpa em *comicos* de 5.<sup>a</sup> ordem.

Mas, porque fatal soara a hora da defeza, o critico Almeida desafivelou a indignação, ensabou as phrases de effeito e munido do *baton* theatral das purezas artisticas tracejou o carão de artigote, para vir dizer ás gentes andar abaixo do povo, visto, na falha dos protestantes opportunos se contar o nome d’Elle – com licença do Eça! – então perdido em filiações litterarias de *Arcadias* odontologicas mantidas a uberes de *deita-gatos* em maxilhas apodrecidas, isto, quando o povo suava a camisa aspera nas vinhas de Cuba na ancia de ganhar dinheiro p’ro critico!

D’ahi, o sr. Falho concluir ser «o povo besta molle e achephala, com aptidão única a enriquecer quem no azorraga.»

Depois d’isto, não sei que possa haver mais logico poder deductivo.

Ah! que se os camponios de Cuba percebessem da malta do sôr Falho não cantava d’essas.

---

Santa Eulália (1868-1917), em honra do médico José Tomás de Sousa Martins (1843-1897), erigida em frente à Escola Médico-Cirúrgica, no Campo dos Mártires da Pátria, em Lisboa. O monumento foi substituído por outro, desta vez da autoria de António Augusto da Costa Motta (1862-1930), em 1904. Queiroz Ribeiro não gozava das simpatias de Fialho, quem o tinha atacado noutras ocasiões e tinha dele uma opinião francamente negativa.



O povo trabalha e soffre, rebenta de sol a sol fecundando a terra p'ra alimento de ociosos e vae d'ahi é insultado porque não sabe engendrar protestos demolidores de *mamarrachas* estatuaes; o orientador empina-se nos *trottoirs*, esterilisa-se nas esquinas illustres, falla á sua missão, troca as voltas e vae senão quando, ergue-se juiz, austero e desdenhoso, vomitando insultos nas gazetas de circulação.

E diz elle – o indignado! – não haver leões na arte portugueza?

Julga mal! Que o digam camponios alemtejanos á mercê das *griffes* avarentas de prosadores ferinos sem piedade ao mal alheio.

Ha leões e ha kagados!... Kagados de louça das Caldas e leões empalhados... p'ra estudo!

Por isso o povo que no dizer do critico «não podia pois ter o culto de Sousa Martins no grande melindre preciso, para, reconhecido o monumento uma *pochade* reles, o escavacar na praça á cacetada» ainda ha de ter, provinda do culto da Verdade que é a eterna Belleza, gana precisa a escavacar á gargalhada aprumos de *ensor* feitos de indignação a praso, quando aos amigos convem.

Ernesto da Silva



## A DEFESA DA REPUBLICA

(O MUNDO. LISBOA: N° 29 (1900), 14 DE OUTUBRO, P. 1).

Quando um paiz attinge o maximo grau da perversão, deixando voar as liberdades publicas, que são condição essencial da civilização moderna, no acertado dizer de Enrico Ferri<sup>279</sup>; quando um povo permite o sequestro da liberdade individual, deixando o cidadão desarmado entregue á furia reaccionaria; a defesa da Republica torna-se dever de honra que ninguem, por mais subtil que seja o pretexto invocado, pôde esquecer ou lançar a secundario plano.

E a fallar assim, auctorisame o raciocínio, sem necessidade a documentação pesquisada na obra dos grandes espiritos, revolucionarios e progressivos.

Pois não será evidente, hoje mais que nunca, ao encontrarmos-nos em reinado de franco arbitrio, que o paiz estagnado e inerte ameaça subverter-se, falhando inteiramente á missão que lhe pertence no concerto civilizador?

Obtida facil resposta affirmativa, adquirida na convicção de Portugal ser presa dos reaccionarios, que não dos conservadores, desempenhando natural função de statica social frente a frente de dynamismo revolucionario; tambem facilmente pôde conjecturar-se estar o paiz illaqueado de perigos, a que só a mudança de regimen politico pôde determinar afastamento salvador.

---

<sup>279</sup> Enrico Ferri Cuenca (1856-1929) era o diretor do jornal socialista *Avanti!*, órgão do Partido Socialista Italiano.

Conjurar o perigo pondo embargos á reacção feita governo, é, pois obra de salvação que a todos os revolucionarios pertence, quer se acolham ás simples aspirações republicanas, quer alcem o espirito ás mais perfectas formulas de organização social.

N'este momento, não é um partido em perigo de desaggregação e tomado de impotencia a reclamar auxilio; mais, muito mais valioso é o que o ameaça perder-se: é um povo, isto é, um paiz já atrazado e improgressivo, incapaz de esforços uteis ao beneficio da humanidade, vegetando miseravelmente, ignorante e corrupto, dando só abrigo ás corrosões da degenerescencia vindas de povos mais civilizados.

Pois que, caso singular em Portugal vêem só plantar-se as torpes germinações lá fora engendradas pela civilização em antagonismo com as instituições sociaes. É ver, da politica á familia, e dizer-se a nossa terra, possuindo todas as podridões modernas inherentes aos grandes progressos artisticos, industriaes e scientificos dos grandes centros, possui por sua vez a justificar taes degenerescencias, e taes degenerados a pujança intellectual, fabril ou commercial da França, Inglaterra, Allemanha ou Belgica.

A explicar o caso, certo, não podemos dar-lhe filiação sem encontrarmos no regimen a origem do mal.

Uma oligarchia burocrática, vivendo da ignorancia popular, sustentando instituições caducas, mantendo-se pelo favor da influencia local, encorajada na protecção recebida do clericalismo audaz e embrutecedor, faz hora a hora novos impostos, emprestimos, negocios, monopolios, n'uma palavra, esgota imprudente os mais íntimos recursos indispensaveis á vida social.

De tal arte, difficultadas as condições de existencia, procreados novos factores da fraqueza physica e moral do povo, vemos subir aterrador o numero das prostitutas, criminaes tuberculosos, miseros improductivos á falta da fecundidade ou pior, agentes transmissores dos mais agudos males sociaes. Depois, medroso, febrilmente tyranno á força de pavor, temeroso da troca de impressões entre individuos, o Estado completa a obra dissolvente perseguindo o espirito de associação; indo em progressão

de demencia onerar as associações populares por maneira a estiola-las ou interdita-las, preferindo que o proletariado vá gastar os ocios nas tabernas e nas tavolagens, adquirindo na ingestão alcoolica a predisposição criminal propria a atulhar os carceres ou contrahir nas excitações do jogo, o preparo psychico que o conduzirá á perda do senso moral.

E quando dos alcoolicos não faz criminosos o Estado consegue ao menos, dotar a sociedade com futuros degenerados, agentes dos mais perigosos desequilibrios.

O Estado porém ri-se ao chegar até elle o terrivel aviso que os homens de sciencia soltam quando a quando.

*Quem vier atraz que feche a porta*, monologam os politicos sugadores, bem pouco afflictos com o augmento da miseria e da podridão social. Não faltam recursos á manutenção da orgia que o dizer dos anthropologistas, economistas, phislosophos não é motivo a perder o somno, concluem os dirigentes.

A desgraça alastra-se, o povo esbulhado da instrucção e saturado de corrupção vinda do *alto*, é massa inerte incapaz de defesa ao proprio estomago, e assim vão correndo os tempos sem energias ou protestos, – suffocados, mal germinam – enquanto o paiz, imitando a visinha e atrasada Hespanha, vae creando albergue á fradaria e espiões, encarregada aquella de embrutecer os espíritos e estes de vigiarem consciencias.

Que se pode esperar do futuro, dado que persista o meio social hoje offerecido á existencia do cidadão portuguez?

A perda completa dos recursos financeiros, acaso ainda existentes; d'ahi, a completa fallencia arrastando-nos ao opprobio internacional e á tutela dos povos mais aptos nossos creadores a salvarem capitaes; encontrando nós então a impossibilidade de restauração economica á falta de operarios e industriaes sufficientemente educados; subindo a desgraça nacional a ponto de não termos pão sem extranho auxilio, emquanto largos tractos de terreno restam incultos e infecundos.

Não haverá oiro e peor, não se encontrarão elementos productores de riquezas, de momento promptos ao restabelecer o perdido equilibrio.

Agora, que succede, mercê das conveniencias do regimen?

Sacrificam-se industrias genuinamente nacionaes como a industria corticeira, no intuito proteccionista aos interesses de *gros bonets* da viticultura, caciques influentes representando larga copia de votos monarchicos em dias de aperto eleitoral!

Este é um exemplo, tirado d'entre muitos do senso governativo, honestidade de processos e intenções de protecção operaria, ostentados pelos mandatarios monarchicos.

Assim provado que sem mudança de regimen politico jamais o povo portuguez encontrará em via propria ao desenvolvimento economico e intellectual que urge adquirir, é crime de lesa socialismo permittir a perpetuação de um estado de coisas contrario ás condições essenciaes da civilização moderna, da qual o socialismo é a cúpula, quando entrevisto atravez de doutrinas de máxima liberdade individual, só comparaveis com uma altissima perfeição moral, impossivel de adquirir sem que successivas adaptações provem aos individuos na bruteza dos factos realizados, só poder existir integra a felicidade na terra, quando removidas tenham sido ainda as mais pequenas convenções que hoje afastam o homem da eterna harmonia ensinada pela Natureza.

Por isso, defender a Republica não é em Portugal defender um partido; é defender um povo, uma nacionalidade cheia de serviços – que são epopêa! – ao protesto internacional; é preparar entre nós o inicio da ultima reforma politica vinda da burguezia e consequentemente estabelecer em caboucos sólidos a victoria de doutrinas que, tendo por alvo proximo a emancipação do proletariado manual e intellectual, têm por fim supremo a integração da humanidade num estado social que não possa recordar as sociedades guerreiras e industrias dos nossos dias.

Sim! Nós, os homens de aspirações, os democratras, aquelles que accreditamos possivel o *reinado do povo*, devemos defesa á Republica, sem reparos a homens ou classes, porque acima d'esses nadas pairam superiores os destinos humanos.

E não haja dúvidas!... A Democracia – *governo do povo pelo povo*, que a Republica estabelece, embora empiricamente, é o prólogo fatal á grande obra da evolução que se destina de estancia em estancia a completar-se na mágica apotheose do Individuo livre dando largas ás mais finas virtuosidades de sentimento educado.

Hoje, o *governo do povo pelo povo*; amanhã ao cabo do esforço de muitas gerações, a Liberdade perfeita, completa, sem restricções no equilíbrio copiado da Natureza, que sem tutorias se mantem potente, harmonica, aggregada.

Ernesto da Silva





## IMPULSOS SECTARIOS

(O MUNDO. LISBOA: N° 37 (1900), 22 DE OUTUBRO, P. 1).

Não conheço, na verdade, nada mais esteril, odiento e impulsivamente feroz que o sectarismo: de si mesmo estreito, brutal, asphyxiante, conduzindo á negação dos proprios ideaes proclamados em hora de proseytismo, é sempre a exteriorização flagrante da curteza espiritual, quando peor não é, rebuço a intenções geradas em não melhor meio moral.

E vendo agora á denuncia do facto, porque não me apraz restar silencioso cúmplice do desprestigio das idéas que me são caras, idéas improprias ao motivar de factos reveladores de manifesta chateza intellectual.

Não venho, pois, febril e desvairado ao ataque dos homens; convicto e calmo, da pena fazendo espada, venho á brecha na defesa a idéas.

É contra impulsos sectarios, derivação alarmante de mórbida pathologia espiritual, com origem certa na *lucta de classes*, que, mais desconfortado e triste, que raivoso ou indignado, associo idéas e construo periodos.

É por não confundir Loyola e Jesus, Ravachol e Kropotkine, Danton e o Simão sapateiro; é por crer que a História se faz no desejo de Perfeição e não se elabora na alchimia do Odio; é por estar convicto que a pureza das doutrinas não se garante com a estreiteza das formulas grilhõas; é por saber que o progresso social não é obra d'uma só classe de individuos, mas é consequencia da integração de todas as forças individuaes, sommadas n'um mesmo fim – subsistir; é por isso tudo que abomino o sectarismo, inimigo da Verdade e da Justiça.

E maior é a minha execração á furia sectária quando a vejo enkystada na alma d'uma idéa que se diz negação do Dogma e vem á lucta espe-

rançada n'um sonho de Justiça para dar pão aos esfomeados e liberdade aos espiritos.

Que se não pode soffrer a animo frio, ver um povo pequeno e illetrado, tyrannisado e faminto, andar a ser pélla nas mãos, ora inconscientes ora criminosas de mentores analphabetos á esta nação das idéas que á propulsão dos princípios emancipadores!

Leva-me o protesto o que se passa em Portugal.

N'um momento grave da historia nacional, cerceadas as liberdades collectivas e individuaes, restaurado o poder real em moldes medievos, abertos os carceres á espera dos portadores de crenças, triumphante o clericalismo – não os curas d'aldeia, poeticos e desinteressados typos de mansidão e doutrina, mas a politica de Roma – eis o momento azado, preferido, psychologico – permittam! – para o socialismo portuguez declarar *urbi et orbe* – a proposito de eleições – a não possibilidade de companhia á democracia republicana trilhar da vereda do reformismo e luta democratica.

Decididamente – sem querer appellar para o hyperbolico *vento da insânia* – o meu espirito suspeita ir a loucura collectiva, tão caracteristica em terra portugueza, tomar proporções de paludoso charco de só possível dessecamento á força de acontecimentos tão inevitaveis quanto inesperados.

Pois é justo que um socialismo, vivendo sem motivos economicos de maior, incapaz de róta certa á falta de predisposição e cultura de massa proletaria, eivado do deprimente incivismo que já hoje é estygma do cidadão portuguez sem discrepancia da opinião ou filiação partidaria, pois é justo, dizia que esse socialismo assim se negue á collaboração na obra purificadora de luta democratica em possiveis condições de victoria?

Pois não será essa negação um positivo auxilio á obra da tyrannia e reacção, permittindo a existencia da primeira causa do mal que ora inquina e envenena a sociedade portugueza com seus preceitos liberticidas e ordenações tyrannicas trasladadas de seculos idos á hora presente?

Em Portugal, mais que em outro paiz devia o socialismo ter vistas largas, idealisações sentimentaes e sair fora da estreiteza dogmática para

se amparar na solidariedade revolucionaria porquanto difficilmente se encontrará mais vexado e falta de liberdade.

Dia a dia, assistimos ao mais evidente, progressivo e desembaraçado triumpho da reacção e quando seria de esperar ver oppôr força á força, concentração a concentração defrontamos o socialismo firmado em vesgas considerações de *bairrismo* partidario officiar de pontifical, doutrinando scisões na democracia a titulo da mais variada victoria e desbarato nas fileiras reaccionarias e conservadoras.

E isto ha de fazer-se, este crime ha de perpetrar-se sem um protesto echoar na defesa das idéas compromettidas e adulteradas?

Não!

Hoje, mais que nunca, ha que clamar – o socialismo servindo de esteio á monarchia e de inimigo á Republica é a mais descarada burla reaccionaria que se pode offerecer ao proletariado inconsciente e explorado.

É servir o Passado fugindo serviços ao Futuro, é ludibriar os cérebros a grande obra de defesa aos opprimidos tornando-os presa effectiva de odiosos e anachronicos privilégios que caminhar não deixam para a mais humana distribuição das riquezas e para a eliminação successiva das instituições que o Socialismo tem fatalmente de derribar no cumprimento da grande missão de equidade e paz social que se impôz.

Assim o julgamos, assim o proclamou o Congresso Socialista Internacional<sup>280</sup> ha pouco reunido em Paris, affirmando o dever de solidariedade revolucionaria entre burguezes e proletarios sempre que em perigo estejam a Liberdade e as conquistas democráticas alvejadas pelo odio reaccionario e secular dos que vivem parasitando na ignorancia dos seres escravizados.

Pois é agora, quando o socialismo internacional, tão brilhante e scientificamente faz pedaços velhas formulas escolasticas, que o socialismo

---

<sup>280</sup> Refere-se ao Congresso Socialista Internacional de Paris, celebrado entre os dias 23 a 27 de setembro de 1900.

em Portugal, reunido em magna sessão, discreteia e resolve libertar os trabalhadores gerando o sectário pregão que aqui transcrevo:

«A presente assembléa, começando por sentir que, pelo menos como protesto aos cerceamentos de liberdade de que temos sido victimas, não possa, no actual momento, caminhar ao lado da democracia republicana, vota, como boa orientação de trabalho as conclusões do Conselho Central».

Isto não dá vontade de morrer, dá vontade de fugir; vê-se afflorar aos lábios a espuma sectária, entrevê-se a ineptia feita directoria, o olhar esgazeadado, as mãos crispadas de Pedro, o Eremita, arrastando a turba apaixonada á embriaguez da guerra santa e ao stertor pestifero em terra de infieis.

É phantastico á força de inconcebível vêr o socialismo enfraquecido e nascente, enfezado e embryonario, gritar assim pelas ruturas da mordação que a monarchia lhe cellou aos labios, a impossibilidade de caminhar ao lado da democracia republicana. Faz dó e provoca cólera vêr a imbecilidade prostituir uma idéa e ficar-se na inopia do entendimento ancha e convencida de ter melhor que nunca guindado os bons principios á devida altura.

E isto faz-se, porquê?

Porque a ignorancia atrevida e inconsequente, impossibilitada de discriminação onde começa o bem e finda o mal, se ergue directora e conselheiral, impulsivamente sectaria a mostrar-se, a fazer barulho, a dar que fallar de si.

No entretanto, aproveitando o ensejo almejado, afiando as garras, preparando o salto na sombra, lá está a reacção rindo estridulamente, do intimo agradecendo ao sectarismo cego o amigo auxilio dispensado em tão boa hora.

Quando será de esperar que surgisse a orientação pratica, scientifica, racional, já vinda do estrangeiro em reconfortantes lufadas de emancipação a revigorar o apoucado engenho nacional, affirmando que n'esta hora de tyrannia o socialismo é incompativel com o espirito republicano.

Que mais dizer?!... Nada!... Registrar a ignomínia e fazer votos para que a reacção escarmente bem os seus inconscientes auxiliares na esperança de um dia chegar em que a lição dos factos os traga a bom caminho com mais idéas e menos impulsos sectarios.

Ernesto da Silva



## DISCIPLINA E AUTONOMIA

(O MUNDO. LISBOA: N° 44 (1900), 29 DE OUTUBRO, P. 1).

É um pleno estralejar da pirotecnicia partidaria, guindando-se ao azul em tropos vehementes e affirmações sonoras, para não dizer polychromas e estrelladas que por segunda vez venho tratar, devido a pura incidencia de opiniões e largo desejo de orientação collectiva, de assumpto que na verdade não é d'aquelles a mais emocionar-me o espirito, talvez um quasi nada sceptico – confesso-o! – pela analyse dos factos e dos homens.

Se acaso em passado artigo vim ao protesto contra affirmações pseudo-socialistas, creiam-n'ò, foi mais por desprazer causado na deturpação a bons princípios, que motivado na crença absoluta da efficacia do processo eleitoral no caso grave de salvação a um povo analphabeto e escravo.

Hão de convir: a regeneração social tem mais a esperar da educação popular que do emprego do voto; mas, porque esse, como outros processos de salvação geral, representam em nossa terra absolutos revolucionários por agora inapplicaveis, á falta de pureza moral e força intellectual, eis o motivo da imposição do *relativo*, sob forma de eleições, que leva ao amordaçar de mais largos desejos.

Feita a prévia justificação das causas que me impulsam, entro a considerar as divergencias positivas feridas entre o sectarismo fomentador da disciplina irracional e a autonomia espiritual geradora do *livre exame*.

A propósito vem citar Malon, por sua vez um indisciplinado, hoje tão do conhecimento e frequencia dos socialistas portuguezes, agora prompts a cita-lo á primeira volta de controversia doutrinal.

Dizia elle: «Superiormente a tudo o partido, deve fluctuar indisciplinada, irreducível, viva, activa, progressiva, a flammejante *livre inquirição*, em busca de mais intensas luzes e de mais largas justiças».

O que fica, bastar-me-hia à consolo – caso d'elle precisasse! – ao ver cair em redor excommunhões e anathemas, forjados, sem duvida, por animos susceptíveis e quiçá disciplinados, porem, improprios na obcecação sectária á comprehensão de quanto um sorriso é bom arma a defesa ao tratar-se de comicas e improprias maldicções.

Integralmente livre de pressões partidárias ou de escola, simplesmente usando de meu autonomo sentir, conclui a proposito de parallelismo republicano socialista em face do regimen monarchico, que era dever ás duas forças fazer causa commum, n'um grande empenho emancipador e revolucionario.

Eu conclui assim, certo e bem certo que só reunidas n'um mesmo grito de desforço podiam os dois princípios dar batalha profícua ao inimigo comum; proletarios famintos, burguezes descontentes, impellidos na mesma via pelos factos historicos accidentalmente constituiriam a synergia requerida, á efficaz resultado de transformação política e social.

E a pensa-lo auctorisava-me aquelle dizer do falecido Liebknech: «em politica não se fazem coisas inuteis; é preferivel não fazer nada».

Ao contrario, a disciplina partidaria e peor o atavico sectarismo concluia ser o socialismo portuguez, coisa já de possivel e effectiva expressão, e d'ahi a natural consequente que devia mostrar-se e *dar de si*, affirmando-se por fórmula directa e evidente.

D'aqui o antagonismo das conclusões entre disciplina e autonomia, *um e muitos*, dando lugar ás mais desencontradas relações entre factos e principios.

Não me parece, porem, muito ter errado, ao affirmar não possuir o socialismo portuguez ainda bastas condições vitaes a poder garantir-se autonomo, no combate a intentar contra o existente. E, se ha erro de minha banda, tanto é mais justificavel quanto ainda agora conheço de Jaurés a seguinte synthese creada por analyse á sociedade francesa: «A



burguezia franceza, mesmo a instruida e que lê, manifesta-se, a respeito do socialismo, d'uma ignorancia extraordinária; e no povo esta doutrina existe apenas no estado de aspiração vaga ou de fórmula ôcca».

Isto em França; por cá é melhor não fallar em tal...

Certo, pois, que a minha tendencia doutrinal trasladada a socialistas votantes, fatalmente conduzia ao engrossar das forças democráticas expressas em bolletins de voto, tinhamos no presente – dado a eleição ser a melhor fórmula de protesto compativel com o estado de limpeza moral e revolucionaria cá da terra – que republica e socialismo completando-se obrigariam a maior cordura e menor tyrannia os elementos reaccionarios agora postos em plena liberdade.

Assim não julgou a disciplina partidaria e bem esquecida de não possuir de momento idoneo representante a provir em côrtes a superioridade e justiça do ideal socialista – salvo o caso de lançar mão aos raros de valor que as paixões e o meio já corromperam até á medula – barafustou e em alta grita veio crear obstaculos insuperaveis em vez de apparelhar caminho a victoria segura.

Por tal procissão, emquanto a minha autonomia indicava uma consequência util á causa democratica, surgiu em contraposição um auxilio á tyrannia por banda dos que, não se reputando vandalos iconoclastas de boa tactica, se quedaram em franco amparo ao throno e ao altar.

A aquilatar bem da sem-razão partidaria no caso sujeito, de apoio á Republica ou á Monarchia, vindo do Socialismo, recorreremos á parábola:

Em cada momento, surprehendidos pela furia da tempestade que aos dois viandantes fustigava e impedia a marcha, um d'elles, engenheiro, virou-se ao companheiro lenhador e disse:

– É preciso construir abrigo.

– Sem duvida.

– Mãos á obra, pois; fraco dos braços, dou a intelligencia, tu dás os musculos á commum defesa... Hesitas?!

– Hesito!... Que amanhã vae dizer-se na Historia que foste o creador da obra e eu fico esquecido, ignorado, sem relevo a meu esforço.

– N’esse caso morremos!... A allucinação do teu brutal egoismo é sentença inexorável, percebes?

– Percebo!... Mais vale, porém, morrer, do que viver para os outros.

E os dois viandantes, feridos do mesmo raio, cobertos da mesma neve, sepultos ficaram á espera do degelo, enquanto as alcatêas dos lobos famintos farejavam no espaço um banquete de despojos apodrecidos.

O mesmo se dá agora no liquidar da questão partidaria que vem servindo de thema ás minhas considerações.

Proclama-se no alto das columnas dos jornais e no vozear clubista, que aos socialistas sómente a Republica sorri como meio conductor a final libertação e por fim, a destruir com factos a essencia das doutrinas, opera-se por fórma inutil, forjando uma candidatura de protesto, que não podendo aproveitar ao prisioneiro posto em foco, só vae utilizar aos carcereiros que o deteem. E a rebuçar o impulso sectário em machiavelicos dizeres vem a affirmar-se pertencer á Republica a *responsabilidade historica* da deplorável desaggregação.

Só poderão acredita-lo, apaixonados espiritos que mais preferem um desvio eleitoral propicio ao equilibrio reaccionario, á obrigação esclarecida e orientada de reconhecerem que, quando uma idéa é falha de representantes a bem poder mostrar-se, deve discreta e revolucionaria mais propender ao auxilio da que mais proximo fica, que patrocinar – seja a titulo que for! – exactamente aquella que mais impiedosa e fera lhe torturisa os mais decididos e honestos defensores.

Porque o dilemma é este: ou servir a Monarchia com pretexto de defesa a um prisioneiro impossibilitado de alcançar justiça em tal manobra, ou servir a Revolução contrariando o regimen no envio ao parlamento de homens que não lhe são affeiçoados.

Depois, estabelecido o accordo na democracia, que de melhor podia fazer o socialismo, se não impôr tambem por sua vez o preceito de só dispensar o seu voto a figuras proeminentes que por virtudes civicas e pujança intellectual fossem solida garantia de efficaz combate?

A essa fiscalização, transformada em dever revolucionário, faltou o socialismo obstinado e imprudente, deixando que os lobos da parábola a esta hora já entrechoquem as mandíbulas no antegosto da voracidade certa de repasto.

Mas, porque as coisas são o que são, o que bem evidente fica é ter a autonomia espiritual conduzindo á boa doutrina e o sectarismo dogmático levado a erros deploráveis.

Eis quanto está provado e, digamo-lo com tristeza, já não é pouco em proveito da tyrannia e do privilegio, que tanto urgia combater.

Ernesto da Silva



## ASPECTOS REPUBLICANOS

(O MUNDO. LISBOA: N° 51 (1900), 5 DE NOVEMBRO, P. 1).

Porque á hora presente a discussão vae larga e proveitosa, dando mesmo ensejo á exposiçãõ do saber sociologico de monarchicos graduados, da força do Sr. Antonio Ennes<sup>281</sup> justo é confrontar os aspectos politicos da nossa terra com os da França. E mais vem a propósito tal cotejo se pensarmos na vulgaridade dos manhoços ataques, sempre dispensados por banda da gente monarchica, ao espirito democratico e revolucionario no indispor dos ânimos populares com a Republica franceza.

E certo é ter a propaganda calado no espírito proletario, por maneira a permittir a intervenção de suspeitos oraculos, logo promptos á indicação dos erros da Republica e sua impossibilidade de solução ao *problema social* porém voluntariamente esquecidos e d'ahi protectores dos crimes nados em terras de monarchia por sua vez impotente a resolver a *questão da miseria*.

Assim, logo que a *gendarmerie*, em dias torvos de revolta de greve, ha por bem na defesa capitalista esfuracar o corpo de proletarios anonymos e lança-los ao montão das victimas a toda a hora feitas pela iniquidade economica, não tarda a Horas sollicitamente conservadoras a vir pregoar ao orbe o facto sanguinolento, um breve posto nos jornaes reaccionarios com larga pormenorisaçãõ a fim que o proletário desattento veja bem não

---

<sup>281</sup> António José da Orta Enes (1848-1901) foi deputado, bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional em 1886 e ministro da Marinha e Ultramar em 1890-1891, no governo de João Crisóstomo.

ser o caso da *conquista do pão* menos revestido de dores e infâmias dentro das republicas para que estas possam merecer preferencias idealistas aos que trabalham por conta alheia nas fabricas, nos campos e nas minas.

E na impulsão do raciocinio rijo, n'um bello impudor imbecil proprio a bacharel foragido da *porta férrea* a golfar sandices parlamentares, lá os temos, na camara os paladinos monarchicos a affirmavam em hora de pugna *que da monarchia á Republica vae apenas a differença da corda ao chapeu alto*.

Completa-se assim a affirmação do odio á Republica na expressão da crassa ignorância exhibida para vergonha do paiz e mais, fundo desgosto dos pobres paes roubados no emprego dos cobros ganhos no mourejar dos campos, emquanto os filhos, já de si atávicos mais se imbecilizaram do que aproveitaram estudos.

Em consequencia do que fica, temos, que a monarchia á espreita constante dos pruridos da conservadora legislação com carimbo francez, avida da justificação á tyrannia estúpida e aggravada cá de casa, lança o critério publico, fortificando-se no exemplo, a suspeita de ser o regimen da França e os seus homens coisa dispensável a transplantar para melhoria do que p'ra ahi está.

Da chata theoria parlamentar já registada – capaz de envergonhar um burro, dado que fallasse – vem por infiltração de classes o desleixo civico feito cumplicidade dos attentados do poder ainda mesmo quando se atavam com nauseante indecoro. E os servidores do regimen no gaudio da impunidade, conseguindo o fim na quietação das massas populares muito scepticas por muito estupidas, não têm olhos de ver e penna de escrever quando a vez toca a Cezimbra e no areal ficam estiraçados dois ou mais pescadores porque – oh! caso suggestivo – não reagem de fórma viva e estrangeira, mais se quedavam sonhadores e *tolstoianos* esperançados de justiça na resistencia passiva que não acorda almas e engendra assassinatos.

A juntar – que não a completar – á falta de reparo do jornalismo enfermeiro das agruras monarchicas ha ainda fusilamentos em massa por ordem

dynastica sobre povos esfaimados que não conseguem penetrar a córnea emotividade de noticiaristas a soldo.

Então ha silencio; só, quando a França mexe, afflora a epidermes das gazetas o eczema das indignações rebuscadas para ludibrio ás gentes e guerra ao espirito de revolta.

O que não admira; quando da Communa a malta fez o mesmo.

Vêem a pello estas considerações primeiras porque, fallando Ennes – p'ra desconcerto da burra de Balaão; agora excedida – e sendo o diplomata em *retraite* um dos vultos grandes da insciente politiquice nacional, elle vem dizer com assomos de cathedra, ser dispensavel ao proletariado a evolução politica em parallella melhoria da situação economica.

Mas, pois que os aspectos monarchicos só nos offerecem á critica, symbolisados nas fallas arditosas d'um liberal posto do avesso, intencionado de equilibrio ao *tandem* do regimen, bom é tambem dar luz portugueza pretendidamente orientadora da opinião publica.

Em resposta a Ennes, não vá julgar-se ser preciso recorrer á propaganda subscripta por demolidores da actual ordem economica e social. Não! Não é preciso tanto, basta transcrever o mais insuspeito dos discursos, proferido por um dos mais illustrados e ordeiros politicos francezes, M. Deschanel<sup>282</sup>, levado a esquecer por instantes, devido á força das circumstancias o alto papel de presidente da Camara dos Deputados de França.

O caso foi que M. Deschanel, no banquete das sociedades mutualistas realisado em Bordeus, não poude conter-se e disse:

«O salariato, tal qual hoje existe, assim como a machina de vapor e a ordem industrial que d'ahi resultou, não é mais do que um phenomeno transitorio. Ella, ha de transformar-se para dar logar a um estado superior, aquelle em que os productores não mais estarão em relações de dependencia mas de associação, e, onde o homem não mais será um instrumento nas mãos de outro homem.

---

<sup>282</sup> Paul Eugène Louis Deschanel (1855-1922) foi o presidente da Câmara dos Deputados francesa de 1896 a 1901.

Outr'ora, quando não se conhecia outro instrumento de produção, além da ferramenta, o operario era proprietario. Deixou de o ser logo que a machina substituiu a ferramenta. Assim, nós queremos que o operario no futuro volte a ser, por meio da associação livre, co-proprietario dos seus instrumentos de trabalho.

As diversas associações que têm desenvolvido, mercê das leis sociaes da terceira Republica, as associações de classe, cooperativas de produção, consumo e credito, as ligas de associações de soccorros mutuos devem pouco a pouco a tender para a unidade ligando-se, a fim de constituirem um novo systema economico».

Aqui tem o sr. Ennes um aspecto republicano, que, por certo, o irá perturbar nas penosas lucubrações sociologicas a que parece se entrega.

Um burguez, um politico, um quase presidente de conselho, á espera de arada vaga fallando a linguagem demagogica d'aquelles a quem o sr. Ennes taxa de primaciaes origens de revolta nos espiritos e provaveis progenitores de crimes sociaes.

D'onde ha de concluir ter de elevar-se a lista já formada pelo ex-pleni-potenciario em horas de ocio, quando o vírus conservador refluindo aos grandes vasos, dá syntomas hydrophobos e temeroso obriga o sr. Ennes a reclamar prisão preventiva, e, quem sabe! se obriga fuzilamento provisorio aos que não vão ajoelhar perante a sociologia orthodoxa e avariada do fecundo pensador do *Dia*.

Do facto estampado ha, porem, uma coclusão a tirar: emquanto a França republicana tem por directores espirituaes de provado mérito, nós, em Portugal, não passamos da audição de manhosos logares communs ejaculados na tribuna ou no jornal quando não assistimos ás mais repellentes apostasias, quer esquecendo o Bergeret<sup>283</sup> do drama em substituição á Virgem Maria dos relatorios, quer olvidando-se o evolucionismo anar-

---

<sup>283</sup> Ernesto da Silva refere-se aqui ao protagonista de *Histoire contemporaine*, a tetralogia de Anatole France publicada entre 1897 e 1901. Os títulos são os seguintes: *L'Orme du mail* (1897), *Le Mannequin d'oisier* (1897), *L'Anneau d'améthyste* (1899) e *Monsieur Bergeret à Paris* (1901).



chista das conferencias em troca dos votos inconscientes dos camponios com moradia no circulo da Feira.

Em França, uma pleiade de bons e ilustrados cerebros, desde Bourgeois a Millerand aqui a depravação impudica de banaboias gosmando, por vezes, charras banalidades com pretensões a *syntheses philosophicas*.

Na verdade, por mais que tal modo de vêr possa pesar ao sr. Ennes, não ha convencer-me da superioridade de um regimen, tão sómente protector de aspectos ignóbeis, quando o ponho em confronto com a França intelligente e revolucionaria, ainda mesmo por bocca dos seus ministros burguezes affirmando-se poderosamente intellectual e progressiva em bellos aspectos da educação democrática e republicana.

Ernesto da Silva



**1887-1900. (11 DE NOVEMBRO)**

**(A OBRA. LISBOA: N° 301 (1900), 11 DE NOVEMBRO, P. 1).**

É dever lembrar uma data que de si é o symbolo d'uma da (sic) injustiça<sup>284</sup>.

Ha treze annos que em Chicago foram assassinados quatro homens e a pretexto de delicto de opinião não se hesitou em fazer cadaveres, quatro dos melhores paladinos que o proletariado americano tinha então a servil-o.

Abriam-se quatro covas e a marcar bem a iniquidade, veiu annos depois á luz a certeza dos quatro reus, condemnados á morte, não serem mais que outros tantos innocentes do crime imputado pela ferocidade capitalista a brancas consciencias replectas de amor aos fracos e compaixão ás victimas da brutalidade e cupidez humanas.

Por isso, a commemoração do enforcamento dos martyres de Chicago é mais um protesto contra a allucinação dos togados fiscaes do codigo que grito de propaganda destinado a acordar almas.

A memoria das victimas evoca-se em nosso espirito mais trajando crepes que espadanando sangue. É uma cruz na Historia não é um patibulo.

Do cimo das forcas vem luz, amor, redempção; das viciadas folhas do processo resurgem odios, mentiras, aleivosias.

É o Tumulo a mostrar o Homem, a Lei a apontar a Fera.

---

<sup>284</sup> Ernesto da Silva recorda o aniversário do ajustiçamento dos mártires de Chicago, a 11 de novembro de 1887.

D'um lado, oito almas puras reclamando equidade, pregoando justiça, apostolisando idéas; d'outro, a sociedade odienta, feroz, raivosa, fazendo gelar o sorriso nos labios, callar para sempre a palavra redemptora e justa, aniquilando affectos n'um Calvario brutal d'onde não ha mais voltar á vida sentida, gosada, fruida no convivio d'almas gemeas.

Á injustiça humana oppõe-se porém não sei quê de subtil e mysterioso, prompto a corrigir a iniquidade.

Na memoria dos homens esvae-se o nome dos carrascos e fica o das victimas mortas ou encarceradas.

Assim, n'esta commemoração acodem á nossa penna os nomes de Schwab, Fielden, Neche, Fischer, Engel, Parsons, Spies e Lingg<sup>285</sup>.

Lingg! – quanto não traduz este nome proletario n'um aureolado poema de bella energia mascula?

Elle, o captivo, condemnado á força, escapulindo-se á ferocidade dos algozes na voluntaria fuga do suicidio, estilhaçando o craneo.

N'um gesto de suprema emancipação, forte de sua justiça, victima que não quer dobrar-se á preversidade dos algozes entregando a innocente cabeça, liberta-se, voa do carcere e o prisioneiro feito cadaver ingressa mais livre e tranquilo que nunca no seio da Terra d'onde []era, sorrira, amara, correra em dias de infancia.

E na vanguarda dos mortos lá vae a esperar no cemiterio os companheiros que não tardam, emquanto os restantes veem orientar o pallido olhar para os presidios distantes.

Porque tudo isto? Porquê o odio transformando o coração n'um bloco de gelo e o sentimento n'uma mentira?

---

<sup>285</sup> Michael Schwab, alemão de trinta e três anos, tipógrafo, e Samuel Fielden, inglês, trinta anos, operário têxtil, foram condenados à cadeia perpétua, enquanto que Oscar Neebe, americano, trinta e seis anos, vendedor, teve condena de quinze anos de trabalho forçado. O alemão Adolph Fischer, jornalista do *Arbeiter Zeitung*, de trinta anos, George Engel, tipógrafo alemão de cinquenta anos, e August Vincent Theodore Spies, alemão, de trinta e um anos, jornalista, foram condenados à morte por enforcamento. Embora não fosse provada a presença de Albert Parsons, americano de trinta e nove anos, jornalista, foi enforcado depois de se juntar aos companheiros presos. Louis Lingg, carpinteiro alemão de vinte e dois anos, suicidou-se na cadeia antes de vir a de ser ajustiçado.

Porque os martyres de Chicago affirmavam alto não ser justa a existencia de colossaes fortunas amassadas com as lagrimas, a dor, a pavorosa miseria de milhões de famintos, desherdados por falsos privilegios e peores convenções, que a avidez justifica a par do erro, mas que a Sciencia condemna mostrando-lhe a criminosa elaboração.

Eis o crime, ahi o mal, em tal arrojo o desacato.

Não! que os felizes embotados de prazer, amaldiçoam aquelles que ao festim da vida veem lembrar a fatidica propheta do banquete de Baltazar<sup>286</sup> e não podem, de animo sereno, seguir instinctivamente com o olhar apavorado de remorso a mão prophetica que lhes aponta sobre a lama das ruas todo o cortejo das victimas lançadas á agonia, á fome, ao carcere, ao prostíbulo.

Querem digerir, fazer plethora, encher o ventre com a crystallisação das lagrimas alheias mas não lhes sorri ver o mundo negro dos precitos, em baixo, clamando piedade, sollicitando amor, exigindo amparo.

Assim, a afastar o torvo pezadello evocado no clamar forte e são dos bons do espirito, fugindo á danza macabra dos espectros accusadores, os felizes longe do collo perfumado das amantes caras, isolados na analyse de si mesmos, surprehendidos e estarrecidos como assassinos perturbados de visões sombrias, só retemperam mandando amortalhar a Verdade e sepultar a Justiça.

Eis a origem do mal, a causa única da ferocidade que não respeita o Innocente e faz a guerra entre os homens.

Quando serão a paz, a perfeição moral, a liberdade integra caboucos de nova civilisação?

---

<sup>286</sup> Chama-se «Festim de Baltasar» qualquer banquete suntuoso. Ernesto da Silva recupera aqui uma imagem recorrente no movimento operário que aparece, por exemplo, em *Os jesuítas*, de Manuel Luiz de Figueiredo, peça teatral que, sem dúvida, o autor conhecia. Vid. FIGUEIREDO, Manuel Luiz – *Os jesuítas. Drama original portuguez, em 3 actos*. Lisboa: Agencia Theatral, 1883, Acto I, Scena II, p. 13.

Interroga-se o futuro e quase o desanimo nos invadiria se dentro em nós não existira a crença forte que jamais se dobra nas curvas do desanimo.

E como desanimar?!

Acaso os martyres de Chicago e com elles todos os que soffrem, burguezes ou proletarios, não estão a dizernos que ainda agora a tarefa vae em seu inicio e muito é preciso trilhar na Vida para alcançar o supremo Bem?

Sim. Então, não esqueçamos o appello; sejamos fortes no espirito de justiça, alcemos a vista aos ideaes mais puros, inspiremo-nos n'um grande desejo de felicidade, não para uma só classe, mas que a todos os seres possa minorar as dôres da Vida e bem teremos commemorado a ída dos mortos queridos e illustres que já na Historia se erguem quaes pharoes de intensa luz a indicarem-nos o roteiro que conduz á desejada Promissão.

Babeuf

## VICTIMAS PROLETARIAS

(O MUNDO. LISBOA: N° 58 (1900), 12 DE NOVEMBRO, P. 1).

Tragicamente emocionante, estupendamente brutal e criminoso é o facto que hoje obriga o meu espírito revoltado á construção d'estas linhas.

É que se não trata d'um simples aspecto politico, d'um golpe mais ou menos habilidoso de tactica partidaria a applaudir ou a verberar.

Não, não é d'um pallido *faits divers* do noticiário indígena que tento occupar-me: é d'um crime tão ignóbil e revoltante quanto suggestivo e revelador da falta d'alma, d'aquelles que o commetteram a frio, seguros de uma impunidade que é a mais ignóbil chancellá da nossa vida social.

É o caso, evidente, claro, preciso da accusação lançada pela *Folha do Povo*<sup>287</sup> contra o dr. Antonio Centeno e um cumplice infame conhecido nos esgotos politicos pela alcunha de o *Zé da Escada*.

Do publico é já conhecida a tragica historia posta em desassombrado relevo nas colunas da *Folha*.

O jornal accusa o dr. Antonio Centeno e o seu cumplice, empenhados de comprometter o conhecido engenheiro Favette aos olhos do *comité* estrangeiro de que era delegado, accusa-os, de terem criminosamente provocado a explosão da cisterna de alcatrão enaugurando assim o descredito do incommodo delegado, disposto a não consentir na continuação da serie de irregularidades financeiras até então feitas a salvo.

---

<sup>287</sup> *A Folha do Povo*, de J. P. Tavares Trigueiros, saiu em Lisboa de 1881 a 1906.

Isto, dil-o a *Folha* em negro normando, clamando a plenos pulmões por justiça, afirmando possuir provas esmagadoras e concludentes e concitando o juiz do 3º districto criminal ao cumprimento do seu dever.

Portanto, parece bem não haver motivo a hesitações por nossa parte a entrarmos tambem na lucta, reclamando justiça que punir va os auctores do miseravel attentado.

Pois que é uma infamia monstruosa provocar a morte de sete proletarios, cobrir de luto mulheres e creanças que pr'a ahi ficaram estorcendo-se na miséria, enquanto os paes esphacellados e negros foram ao cemitério occultar para sempre os míseros despojos, trucidados em favor de inconfessáveis interesses e pavorosa estratégia.

É que a alma se nos insufla de raiva, gerada na mais intensa indignação, ao recordarmos aquella manhã de neblina, fria e humida em que seguimos apoz as carretas fúnebres, vendo, todo o caminho, seguro ao caixão do pae um dos filhos das victimas; pé descalço, cabeça nua, remendado, tinha o garoto o olhar parado, seguindo no automatismo da dôr mal defluida o cadáver de quem lhe dera o ser. E a rir d'essa desgraça, a zombar d'esta miséria, á architectar phantasticos benefícios ganhos com a morte d'elles, dos que ali iam, para não mais voltar, não faltava o dr. Centeno, a gosar o exito do attentado na hypocrita condolencia official dos patrões que offereciam coroas á memoria das victimas.

Miseraveis! Sim, miseráveis assassinos burguezes que é preciso marcar a fogo nas faces impudicas, burguezes assassinos, homem de confiança do regimen, potentados da finança para quem não ha juiz Veiga, tribunal e Timor.

Assassinos brutaes e cobardes escondendo a mão criminosa, é dever espô-los ante a consciencia publica, obrigando a imprensa livre a pedir justiça em nome dos assassinados e dos que na vida ficaram entregues á miseria, á falta de arrimo e protecção.

É um dever de honra soltar um grito de protesto, vingando a memoria dos desgraçados feitos pedaços em satisfação á sórdida ganancia de algozes sem escrupulos.



Que a imprensa do norte do paiz secundando a de Lisboa faça d'esta questão magna um dever de solidariedade social, chamando os magistrados ao cumprimento de um dever sagrado, – vingar as victimas!

Que *A Vanguarda*, *O Norte*, *A Voz Publica*<sup>288</sup> venham em reforço á causa santa, porque bem é de esperar a impunidade dos criminosos dado que o sr. Centeno é parceiro na directoria da Companhia do Gaz – hoje como no dia do assassinato – do actual ministro dos estrangeiros, sr. Arroyo, e do não menos poderoso politico Marianno de Carvalho, faltando já o fallecido Barjona de Freitas a emparceirar-se com o homem sobre quem pesam as mais tremendas accusações. E por que não podemos esperar que os collegas do sr. Centeno saibam ser superiores ao jogo de interesses que representam, exigindo luz, muita luz, sobre o nefando attentado, muito mais ignóbil que similares de possível encontro na historia do crime, bem preciso é, pelo menos, que o povo fique sabendo ao certo, ser possível a existencia na nossa terra de garantidos assassinos, aptos á execução dos mais espantosos attentados sociaes sem haver leis de excepção a alcança-los nem sequer a letra escripta do código mais rudimentar.

E não só á imprensa mas a magistratura e em especial ao juiz do 3º districto, tambem nos dirigimos pedindo a averiguação inteira de quanto a *Folha* tem affirmado e se comprometteu a provar.

Se a *Folha* mentiu, que a justiça cumpra o seu dever, escarmentando o calumniador; se não é assim, se, como, suppomos o assassinato dos operarios gazistas foi premeditado e executado no intimo da salvação a directores compromettidos, que nem um só momento haja de demora no cumprimento da lei que prevê a possibilidade de castigo ainda aos mais repugnantes crimes.

Depois, n'esta questão tambem deve ficar empenhada a honra dos individuos, que fazendo parte dos corpos gerentes da companhia do gaz e occupando ao mesmo tempo os mais elevados cargos sociaes, indivíduos onde se contam alguns deputados e tambem figura o sr. Costa Goodolphim

---

<sup>288</sup> Jornais republicanos, os dois últimos, no Porto.

que tão amigo se tem affirmado do proletariado portuguez, devem n'este momento desejar e trabalhar para que a terrivel accusação da *Folha* seja posta a limpo por maneira bem evidente, provando assim que não são nem querem ser tidos como cúmplices do espantoso crime agora apontado na imprensa diaria.

Assim, congregadas muitas vontades, somadas muitas energias e reunidos largos esforços, ha que impôr á justiça a justa punição dos criminosos para que não fique de pé a terrivel certeza que a impunidade dos assassinos burguezes é prova bastante de só ser ferida a emotividade dos altos representantes sociaes, quando as victimas dos crimes contra as pessoas não são miseros proletarios desprotegidos.

Ernesto da Silva

## A GRANDE CHOLDRA

(O MUNDO. LISBOA: N° 79 (1900), 3 DE DEZEMBRO, P. 1).

Retomo o meu posto. E em boa hora venho, julgo, p'ra constatação symptomatologica dos casos reveladores da miséria nacional, expressando-se em notas certas de grande choldra desavergonhada e impudica.

Agonizam os ultimos echos eleitoraes, começam de apodrecer nos telhados cannas de patrioticos foguetes, – commemorativo estralejar da morte do Vasconcellos – e o cidadão nas ruas a patinhar lama e a pensar na Camara, associa idéas, coteja factos, induz e deduz, concluindo assim: *Isto* não pode seguir em desbragado pagode com enxertia de impudor e auctorisação da Indifferença.

Não.

*Isto*, tem de levar volta. Uns após outros então em seguido rosario de poucas vergonhas encadeadas, vêem ao espírito os ultimos acontecimentos e vemos: assassinos impunes, ladrões triumphantes, malandros protegidos.

Eis o *Haver* – permittam a gíria commercial.

Ha oito dias, nas egrejas!... padres ajudavam ao roubo de consciências, votavam fraudulentamente sem respeito dos mortos – talvez no cemite-rio admirados da delegação em taes farçantes – e isto feito alli, em face do Christo, amarelento e empoeirado, infeliz crucificado, preso ao fatal madeiro sem geito de velar a face, aborrecido e nauseado.

De parceria: *feitos* – vá lá o calão próprio dos casos obscenos – padres e galopins, n'um grande empenho de permanencia na Alfândega e na Sacristia, desentranhavam-se em amor ao regimen na ancia de cúmplices

entendidos, dilatando quanto possível a hora do ajuste de contas com a multidão burlada.

E o cidadão eleitor via isto mais: o policia obrigado ao roubo, á desonestidade á fraude por ordem superior executada; o representante da auctoridade ageitando-se á criminosa manobra – pobre d'elle! – não fosse perder os 450 diarios por vingança do *alto* – que só permite o roubo quando d'elle usufrue proventos – comprometendo estupidamente a mulher anemica e os filhos analphabetos e descalços em casos de conciencia mal acordada p'ro protesto.

Que no final estes dois symthomas ignóbeis valem bem aquelle outro de mais intensa desvergonha, do homem novo, intelligente, independente, sem mór necessidade de acurvar-se á gamella; esquecido das tradições de familia, de si mesmo, da propria illustração, e o que mais, do nome enlameado que fica a descendentes, esperando da imbecilidade campeзина de Feira o emporcalhado diploma a laia de placa de quinhentos garante ingresso á frequencia de logares suspeitos onde a virtude não mora.

Pois que aqui não ha lugar a dúvidas.

O theorico libertario dr. Martins de Carvalho<sup>289</sup> é bem mais um responsavel ante consciencias rectas que são o padre, o galopim, o policia, levados a extremos de impudor elaborados em impulsos de estúpida submissão vinda do atavismo do estomago.

A gente a ver o deputado da Feira e a lembrar-se d'este periodo pelo mesmo escripto em hora de dissertação sociologiaca:

«E a Historia é precisamente a hereditariedade psychica».

Não ha que ver, o sacripanta mentiu; que elle é neto de homem honrado, incapaz de dar á Historia um aspecto de psychologia avariada a pulha.

Assim, não é só o Estado corrupto e depravado; é o cidadão por sua vez, rotulizando-se de qualquer distico vermelho p'ra melhor ganho da

---

<sup>289</sup> Fernando Martins de Carvalho (1872-1947) começou por ser socialista-anarquista mas aderiu ao franquismo, sendo nomeado Ministro da Fazenda por João Franco de 2 de maio de 1907 a 4 de fevereiro de 1908.

vida, ser mais desvergonhado e perigoso que as pobres noctivagas das ruas frequentadas, alçando as saias e calcurriando lama p'ra conquista do pão e mais dinheiro, destinado a decimas e multas, extorquidas a bem da Moral e da Ordem.

E a provar evidente a desagregação moral nos costumes cá da terra, agora chegada ao auge da perversão cynica e bruta – vide eleição do Porto e jogo governamental – muito mais ha a citar, que, não pertencendo ao domínio eleitoral, irrompe quotidianamente em afirmações não de tyrannia procreadora de revolta, mas de protecção descarada, fomentadora de singular estado de degenerescência em que nos atascamos.

É ver aquillo da Camara e do Restello, mais os 100 contos de Beneficencia e os Americanos; os primeiros fustigados em plena face continuando a rir, a zombar, a vencer, sem a mais leve e decente intervenção de quem possa pôr as coisas nos eixos.

As ruas cheias de lama, os varredores feitos guarda de palacio, os syndicatos locupletando-se, as viúvas pobres soccorridas a cinco tostões, e os amigos e amigas a mordicar com dente agudo nos gordos subsidios, desviados da cara dos desgraçados authenticos.

Todos cúmplices, aconchegando-se na atmospheria morna da impunidade certa, affins no bom proposito de saque ás urnas e ao mais, preocupação unica do Terreiro do Paço ao Pelourinho.

É olhar ainda o jornal da tarde a indicar o assassinato de cinco operarios, immolados pelo dr. Centeno e seu accolyto que, lá foram dormir para sempre no sepulcro, sem encontrarem justiça que os vingue, magistrados que nos farrapos das viúvas e dos orphãos para ahi deixados ao abandono, se inspirem no cumprimento do dever, dando lição severa a quem pratica attentados contra gente indefensa e desprevenida, cujo crime unico é passar a vida a trabalhar para os outros.

E isto, este lamaçal, este monturo a exhalar podridão já se tornou cousa normal, possivel, natural!... Disse natural?!

Tão natural, que os indigitados criminosos são celebrados em biographias de jornaes de luxo e os accusadores, gritando a existencia de

provas, são perseguidos, expulsos de casa, sequestrada a propriedade e tudo praticado pela mesma auctoridade que só costumada á detenção de *descontentes* ou de gatunos e meretrizes de baixo estofo, parece ter horror a lançar mão á gola dos *pardessus* de bom corte, envergados por delinquentes de stirpe.

Como não ha de succeder assim, se o assassino Moreira – o tal d’Alhos Vedros, a quem Silva Pinto não perdoa – continua á solta e ainda ha noites nós encontrávamos nos ensaios e primeiras recitas o *escroc* Almada agora relegado á companhia do Segismundo no Limoeiro, representando a auctoridade, a mesmissima auctoridade que o sabia *escroc* e o mandava á representação de si mesma, outorgando-lhe poderes de censor em passagens litterarias de possivel desrespeito ás santas instituições que felizmente nos amparam e encaminham sabe Deus para onde.

E por mais extranho que o caso pareça, nem por isso deixa de ser pungentemente verdadeiro.

O *escroc* que amanhã tem de rapar o bigode e enfiar o *capuchon* penitenciário, trocando o nome sujo por um numero limpo apposto na camisola regulamentar é o mesmo typo que ainda hontem podia nos theatros e nas repartições encarnar o principio da Auctoridade austera e incorruptivel!!

Isto, não dá vontade de morrer; chega a emprestar-nos coragem p’ra rir.

D’esta maneira, insuflada a gente portugueza de baixesa moral que *sythematica* tem vindo do *alto* a escorrer viscosa, attrahindo ao crime e á burla falta de punição, não ha muito a admirar quando a analyse dá a certeza que só uma grande reforma nos costumes porá termo bemfeitor á grande choldra nacional.

É preciso acordar consciencias, provocar energias, dar fé ás almas, estimular as boas vontades, n’uma palavra, extirpar de vez e d’um só golpe as causas efficientes da derrocada moral cada vez mais alastrada em sinistro esboroamento.

Que é preciso fazer?

O periodo eleitoral findo a alguns já ensinou o que mais urge: educar o povo a ler e pensar; remoçal-o, dar-lhe nova consciencia onde possam albergar-se sentimentos de revolta e moral nova, se assim não for feito, jamais se poderá ver um homem em cada cidadão.

Em caso contrario, dado que subsistam – seja onde fôr! – os processos de vida social e individual ainda agora triumphantes, não será extranheza que Portugal passe á Historia não sob o velho dizer – aqui foi Tróia! mas tenha de esconder-se sob a justiceira anotação: – aqui foi Pantano!

Ernesto da Silva





## CAUSAS E EFEITOS

(O MUNDO. LISBOA: N° 93 (1900), 17 DE DEZEMBRO, P. 1).

Porque no *baixo imperio* da vida portuguesa estalam, como lá fóra, em mais corruptos meios, tambem tragédias, evocando o *Regabofe*<sup>290</sup>, de Zola, á barra veem pretensos philosophos, duplicados de jornalistas, expôr a gente curiosa e boquiaberta as causas certas, originarias das scenas tragicas proprias a termo no carcere e no sepulchro. E vê-se; uns, filiando o drama sangrento na ausencia de religião – como se o dogma pudesse ser páraiaos (sic) a predisposições herdadas ou adquiridas; – outros, dividindo-se na attribuição das responsabilidades, já lançando-as á arte em voga no theatro e no livro, ou endossando-as á quebra da velha e rígida moral portugueza, agora pulverisada, moral de briche e *agua vae*, decrepita e rheumatica, cedendo passo á invasão de varios agentes do progresso, que, do estrangeiro importadores, fatalmente deviam modificar os aspectos da vida social, dando nova exteriorisação ao jogo das paixões humanas.

E bem crentes, pelo visto, proclamam taes philosophos ser de vez removido o mal, satisfeitas que sejam suas indicações, vindas á lettra redonda em hora de diagnostico e receituario.

Em meu ver, não foi attingido o morbo em sua intimidade, e porque d'entre a multidão dos effeitos alguns foram tomados por causas, resultou não ir além de prosa anodyna e bem intencionada tudo quanto vi escripto,

---

<sup>290</sup> *La Curée*, (1877), de Zola, foi rápidamente traduzida logo nesse ano por Pedro de Reys e publicada sob o título *O Regabofe*, na Tipografia das Horas Románticas.

apenas servindo de satisfação momentanea de leitores concordes com as affinidades intellectivas de taes leitores com escriptores preferidos. Nada mais. E porque assim é, vou-me á demonstração.

Tragedias taes não pode filiar-se em falta de religião. Facil é prova-lo. Basta considerar que sendo os personagens da tragedia pessoas da *boa roda*, gente catholica respeitadora do Throno e do Altar, não deviam conhecer que a Igreja indulgente e santa, não costuma faltar com absolvições e bullas aos pecadores tresmalhados da boa doutrina.

Assim, ainda a dentro da maxima religião, não pode haver receio em peccar; um bom arrependimento, feito a tempo – quando a paixão esfria – é mais que a garantia sufficiente a pôr limpo e são sentimento gafado por contactos gerador nas impulsões irresistiveis.

Pois é crível não ser do conhecimento – pelo menos! – das pessoas de quem fallamos o caso de Affonso VI trahido por D. Pedro II caso não considerado de menos religioso e ainda abençoado pela Santa Madre?

Aqui tem o *Correio Nacional* assumpto para meditações. E ha tantos outros...

D'esta maneira, provado não ser a religião mais que *freio* a applicar ao povo não vá *elle* penetrar a origem do mal que o afflige; estabelecido ainda não residir na ardencia da fé preservativo bastante aos *Serões conventuaes* de que Aldegavinha foi um bom fasciculo ilustrado, resta abandonar – como hypothese falha de senso – a irreligiosidade feita causa de desequilibrio moral.

Seguindo em meu intento deparo agora a indicação do *Dia*, apontando – com melhor intelligencia, seja dito de passagem – a arte de theatro e mais exotica litteratura em livro, no numero dos factores da gafaria moral p'ra ahi triumphante nas funestas consequencias da suggestão lançada em bom campo de cultura.

Esqueceu porém notar ao bom philosopho agora em disponibilidade de embaixador – que a litteratura falsa e perigosa á sanidade moral não é uma causa, é um efeito. Em epoca em que tudo é p'ra vender e p'ra comprar certo não pode esperar-se o encontro de litteratos – dos taes dispostos ao

ganho da vida – promptos ao flagício das más educações; pelo contrario só é consequencia esperar sucesos em toda a linha á iniquidade da adultera no *Intimo*, de Schwalbach, e no desvendar perigoso do vicio *chic*, estonteante, atrahente, bordado de rendas na camisa *rose* e calçado de meias pretas e lantejoulas provocantes. E temos que a arte desandada da *Lagaritixa* dá proventos e faz epoca emquanto a *Casa de Boneca*, em epocas passadas, mal conseguiu juntar á *élite* duas noites por semana, viveu do curto periodo<sup>291</sup>.

Ha pois a concluir: – a litteratura é producto d’uma epoca e porque em momentos historicos depravados, não é de esperar dominio e victoria senão áquelles predispostos á lisonja, e talvez applauso, das fallas moraes da maioria poderosa, ficamos que se os auctores fazem mau publico – aliás, cousa muito discutivel – mais provado está ser o mau publico quem procria os auctores dissolventes.

Não será assim?

A responder dou por mim Max Nordau, auctor da *Degenerescencia*<sup>292</sup>.

«o artista é filho do seu tempo; a concepção reinante na maioria será também a sua e a despeito da tendencia ou atavismo, os seus meios d’expressão são entretanto os fornecidos pela cultura contemporanea».

É de ver da doutrina citada a decidida e incontestavel influencia do meio sobre o individuo.

Portanto, temos ainda, não serem os *motivos* anteriores aos casos em discussão, consequencias de má litteratura ou visão peccaminosa triumphante na ribalta.

As causas devem ser outras: feita a devida analyse, reconstruidos os antecedentes, alargado o caso individual á investigação do sentir colectivo, reconhece-se na questão em voga um factor vulgar, comprovativo não só dos maus costumes portuguezes mas indicador da cosmopolita descomposição moral de mais em mais accentuada nos paises civilizados.

---

<sup>291</sup> *O Intimo. Comédia-drama em 3 actos*, de Eduardo Schwalbach (1860-1946), *Lagaritixa*, de Georges Feydeau (1862-1921), e *Casa da Boneca. Drama em 3 actos*, de Henrik Ibsen (1828-1906), representavam-se na altura em Lisboa.

<sup>292</sup> *Entartung* (1892), do médico austríaco Max Nordau, teve edição em francês em 1894.

Pois que a chamada civilização burgueza, poz de parte a legião enorme dos trabalhadores, d'elles fez simples escravos adstrictos á criação das riquezas, sem concessão ao mais leve goso, por sua vez creou uma classe parasitaria, ociosa, aborrecida de si mesma, queimada da nevrose do prazer, sonhando de olhos abertos, apta á recordação das sensações maximas que a Historia registou sempre quando uma classe dominante fugida á vida natural e util se quedou entorpecida e nostalgica de sentir a Vida. De taes refinamentos, saem os maus progenitores, o meio apodrecido e empapado das mais potentes e pentetrantes aberrações, acompanhando o desenvolvimento dos embryões humanos – ámanhã, homens ou mulheres – e, d'ahi, vem a materia prima das tragedias sangrentas ou peor, do *ménage a trois*, isto quando Sodoma não tem que ruborizar-se contemplando os progressos da nossa epoca.

Engendram-se volupias novas, architectam-se phantasias eroticas, originam-se taras hereditarias; o espirito requer o extravagante e a decadencia, ferindo de morte a classe manchada de gangrena, não pode ser detida com replantações de preceitos christãos ou prohibição irritavel da Arte, que só o espelho da sociedade que a justifica e a compra com prazer. E isto ha de dar-se, quer o *Dia* queira, quer não queira; a moral do *fundo* será posta em cheque no reclamo theatral á obra dissolvente e não raro se verá o *moralismo* applaudir, a rebentar luvas, o Normal ou o D. Amelia, nos intervalos de olhares furibundos ao *Inimigo do Povo*, alli do Principe Real.

Depois, é preciso não esquecer, ha filhos e filhas, que no lar encontram ensejo ás mais perigosas e torpes indagações, ha mulheres que de mães só têm o nome, manequins de *vitrine* copiados nos salões de moda, femeas que não aleitam as crianças a evitar desconcertos nos *corsages* nem beijam creanças a evitar desmancho na pintura dos labios, mães que após o parto lançam ao collo das amas alugadas o empecilho de nove mezes, emfim, libertas p'ro *flirt* saraus, recitas, praias, aguas.

O sentimento não se afina, a solidariedade no lar é uma ficção, as impulsões degeneradas reclamam a sua presa; homens ou mulheres embo-

tados, despertam p'ro desejo e o galanteio de hontem, tornado acção de hoje, irrompe de vez diabolico na consummação das scenas deploraveis. Tal é o género dos lances sanguinolentos.

É a sociedade burgueza, utilitaria, depravada, egoista, seguindo no pendor da decomposição historica a suicidar-se, falha de renovação em si mesma, porque fiada a sua missão progressiva nos dominios da arte, da sciencia, da litteratura, começou a sua declinação fallando na Vida, querendo transforma-la em motivo unico de Prazer.

Que apercebemos na constatação dos factos, senão ter chegado o momento de indispensavel rejuvenescimento moral que não pode compadecer-se com o espartilho de falsas convenções agora adaptado ao corpo social?

E por ser esta certeza verdade incontroversa, porque não ha logar a duvidas de que os males sociaes, ao presente dominantes, só podem encontrar cura na criação de um novo periodo civilizador mais humano, mais justo e mais moral, por mais natural, só nos resta convencer que o adulterio e outros syntomas determinados por tantissimos factores sociaes, só encontrará possivel eliminação no nascimento de novas forças sentimentaes, precisas ao retemperar dos espiritos postos em decadencia.

E caso singular: viu-se a toda a luz de ultimos conflictos, que á gente educada não é precisa a theoria do *amor livre*, para ser menos leal e menos digna.

Tem isto de bom estes tragicos acontecimentos provar que a indignação da gente bem pensante, alvejando theorias moraes e revolucionarias, não passa de mascara protectora a secretos desejos promptos a explodir.

Fechando aqui as considerações que julguei opportuno fazer, resta-me a convicção de não encontrar diques a corrupção da epocha, emquanto existir uma classe privilegiada que, vivendo sem trabalhar, na sucção constante do esforço dos trabalhadores uteis, fatalmente ha de empregar os ocios a corromper-se e a fornecer exemplos de pavorosa degenerescencia.

Ernesto da Silva



## O DIREITO Á DEFEZA

(O MUNDO. LISBOA: Nº 129 (1901), 23 DE JANEIRO, P. 1).

Na França, na sempre grande e generosa França, fere-se n'este momento o mais portentoso dos combates: a lei sobre as congregações põe em frente Democracia e Reação e d'esse encontro formidavel não devemos nos arredar vista; o choque das forças adversas interessa á Humanidade, aproveita á civilização, prepara a Nova Era.

É a Republica defendendo-se e defendendo o mundo da manha da igreja de Roma; é o despertar do espirito republicano e socialista sinceramente apostado no conseguimento de maior liberdade e mais larga justiça definitivamente plantadas na vida da sociedade civil.

E foi a benefica questão Dreyfus – ainda não liquidada, assim o creio – que a lume vem pôr a conspirata dos parasitas do sabre e do hyssope urdida com o agitar da sotaina e do kepi, paga á malta sediciosa e ignorante com francos saidos dos cofres *assumpcionista*s.

Então viu-se claro: a Republica servida por officiaes vindos da educação reaccionaria de Saint Cyr, prestes a cahir aos golpes traiçoeiros e sectarios do congreganismo; a França ameaçada de ser causa ás maiores desgraças que pairar pudessem sobre a raça latina, deixando livre passagem á onda reaccionaria; a civilização humana, detida, embaraçada, sem poder dirigir-se, ao final da grande obra de paz á progresso já annunciada na arte dos grandes espiritos e na faculdade dos cerebros creadores dos prodigios scientificos.

Não temos intuito de ennegrecer o quadro: todos o sabem, a reconciliação da Fé com a Sciencia não passa de escandalosa burla bem patente na

ignobil feira dos *milagres* de que Lourdes é precioso documento, alliando-se a guerra á Arte sã e redemptora em hilariantes investidas contra Zola e ainda Tolstoi o christão revoltado, doce espirito, s[ ]h[ ]ndo mal.

Assim, bem assente que a Igreja é a secular inimiga da liberdade, provado que é o cesarismo convém á existencia da mentira religiosa, bem definido que a doutrina expectorada pela gente do Altar é a negação da solidariedade, pois não é crível a existencia de Amor onde a ambição da hierarquia dá a lei imprensa; demonstrada a bancarrota chistã que na caridade tem expressa a justificação da desigualdade social admittindo que uns possam ser algoses e outros sejam victimas; posta bem a nú ser a resignação não uma virtude, mas um açamo posto á razão para evitar indagações á origem do mal, levando ao aniquilamento do individuo; visto em último que a pregoada humildade não vai além de anesthesico aplicado ao Homem: evitar impulsos de iniciativa individual moldada em nobres paixões de engrandecimento e perfeição, não ha, não póde haver hesitações em dar á França na hora em que de frente começa a dar prologo de liquidação á mais abominavel das mentiras e ao maior obstaculo ao progresso da civilisação.

Por agora é uma escaramuça, disse o socialista Viviani<sup>293</sup> no parlamento francez, mas bom pressagio traz a lei das congregações provocada em salutar direito á defesa. E caso singular, os frades auctores dos mais sinistros *complots* contra a Liberdade, provaveis – e muito provaveis! – progenitores dos mais vis attentados, ámanhã, quando raivosos no claustro quizerem dar fuga ao odio que os perturba são as mesmas melifluas creaturas por bocca dos seus porta vozes agora clamando ser negação da Liberdade ataca-los aos covis onde passam rumiando os mais perversos ataques á Republica! E a provarem claramente serem as congregações simples postos avançados de Roma, quartel-general da Reacção, gritam, barafustam, acenam, e já detraz do Leão XIII, o *papa negro* ameaça sobr’olho

---

<sup>293</sup> René Viviani (1862-1925) foi Primeiro Ministro da Franca nos inícios da Primeira Guerra Mundial.



carregado, testa franzida a patria da Revolução. Parecendo nada, aquelle projecto da lei é muito; denuncia que a Igreja é um bloco, quer animando-se ao Varatejo quer morando em S. Vicente.

O papa ameaça a França; aquella França berço de Danton, a terra que é ainda agora a morada de Zola como foi o berço de Hugo e de Pasteur! Faz vertigens, pensa-lo. Mas, é assim!...

Ha na França, á hora presente, 160:000 mulheres no convento e 37:000 homens que as acompanham na clausura, sejam 197:000 individuos ligados por votos criminosos, – a maior parte arrancados á misera tara hereditaria, repleta de degenerada fraqueza e vãos mysticos vindos da inferioridade mental de resignados, acussados por duas provações na vida – d'isto se faz um exercito; povoam-se as escolas com taes mestres, distribuem-se em hospitaes, organisam-se asyls, orphelinatos, recolhimentos e para ser completa a invasão não falta o apparecimento da lepra religiosa nos cursos superiores preparando as futuras glorias da França em deterministas crentes em Deus e peor, em soldados no mar e na terra menos propensos á obra progressiva d'outras eras em entidades metaphysicas que a razão hoje repelle illuminada como vae no fulgor interno do methodo experimental.

O que fica apontado, esse exercito da Treva, dominando alli, parvar-teando acolá; oppondo á torre Eiffel a cruz do Sacré Coeur, enredando a burguezia embotada no *ménage á trois* em conferencias anesthesiantes, vomitadas nos pulpitos das igrejas de moda; avassalando a escola primaria por incursões permittidas, mercê da politica torpe; não visa só a pôr debaixo do pé da gente burgueza – classe que lá fóra, já vae gasta e decadente – mas por sua vez se destina a enterrar o proletariado na marcha ascensional até agora seguida no fito de alcançar a direcção dos proprios destinos.

Não, que o proletariado não se conforma com simples tretas anodinas da *Rerum novarum* ou pasteis semelhantes de possivel apparição, e bem preciso é enfrea-lo, pensam elles, com fórmulas mais positivas de certa dominação.

E é tudo este mundo negro representante dos mais authenticos attentados sociaes, ingrato á protecção até agora dispensada pela Republica, que bem erradamente tem tolerado o progressivo desenvolvimento das hostes da roupeta, inspirando-se mesmo na factura legislativa em manejos evidentemente reaccionarios; é este bando de abutres agora fingindo de mansas pombas que levanta brados para que a Liberdade não seja ferida na fiscalisação imposta pelo Estado ás ordens religiosas.

Pois seja dita toda a verdade. Mais, e muito mais, cumpria executar á França sufficientemente auctorizada em bom direito á confiscação dos valiosos recursos da horda clerical, alargando acção até ao completo destroço da conspiração negra, embora tivesse de forjar uma lei de excepção.

Ainda assim, os frades e seus defensores não teriam direito a apontar inconsequencia ao facto realizado.

Não são elles criminosos perturbadores da ordem social, agentes perpetuos da contra-revolução, parasitando dentro da sociedade á qual não offerecem o mais leve beneficio, fugindo no cumprimento dos deveres de cidadão prestadio, util a si e aos outros?

Acaso, ha duvidas que na lista dos crimes sociaes, é o maior, deter o passo á civilisação incutindo nos cerebros jovens ou enfermos falsas idéas que só teem alvo na entrega d'esses mesmo espiritos ás praticas mais absurdas e aos manejos mais perniciosos á obra civilisadora e progressiva?

Não estará visto que sempre a clericalha applaudiu, inspirou e executou por intermedio dos seus agentes as mais crueis leis da repressão excepcional, não tendo pejo de sacrificar cantos de innocentes para attingir um ou outro criminoso que só o mal estar social produz em desvairada exteriorisação e que esperar de tudo a lei commum é bastante a reprimir?

E vem agora fallar em Liberdade a malta liberticida, escondendo as garras e preparando o salvo para quando a victima confiada menos prevenida estiver para a defesa.

Corromper espiritos, atrazar a marcha da humanidade, fomentar guerras, inspirar morticinios, armar assassinatos tem sido a sua obra secular e admira-se o batalhão das toupeiras de lhe ser posto agora assedio aos

antros onde elabora golpes d'estado destinados ao completo triumpho da Reacção no coração da Europa.

Pois para que cesse o effeito é indispensavel extirpar a causa, a confiscação dos bens e a completa extincção imposta ás congregações seria a mais salutar das medidas que a França poderia produzir no começo do seculo XX, fazendo beneficiar immensamente a raça latina ainda hoje tão empestada do virus catholico.

Depois, esses bens de grades agora postos ao serviço reaccionario, entregar-se-hiam ás camaras municipaes e uma grande obra não de caridade, mas melhor, de reparação social poder-se-ia erguer constituindo um fundo de protecção destinado aos orphãos e aos trabalhadores invalidos das diversas communas.

Mais humana que a caridade, agora feita com negregados intuitos, veria luz o culto da solidariedade entre os homens, derivando d'uma expropriação que o mais natural direito á defesa tinha imposto a bem de salvação commum.

Eis porque reputo grandemente promettedor o conflicto ferido no parlamento francez: da victoria da sociedade civil sobre a horda clerical hão de forçoso nascer novas energias no ensino laico e consequentemente a esperança segura de em breves annos a França poder liquidar com mais segurança do que ao presente o problema já hoje iniciado em incontestavel direito á defesa que o instincto da conservação aconselha á Republica.

E n'esta esperança fico, bem certo que apoz as primeiras escaramuças ha de chegar o dia da batalha decisiva entre a Reacção e a Democracia dando ensejo a que a Historia registre nova pagina brilhante em todo igual ás herdadas da Revolução Franceza.

Ernesto da Silva



**1871-1901. 18 DE MARÇO. PRÓ LIBERDADE!**  
**(A OBRA. LISBOA: Nº 319 (1901), 17 DE MARÇO, P. 1).**

«A liberdade humana é a definição summaria do progresso social». –  
*Oliveira Martins.*

Trinta annos vão passados: aos clarões do incendio, acceso pelos agentes de Versailles, viu-se, em 18 de março de 1871, **A Communa** surgir em formidavel grito de protesto, jámais reproduzido em dias de revolta pelo proletariado universal.

Ergueram-se barricadas, desmoronaram edificios, tombou a columna Vendôme – symbolo de guerra e força bruta – correu sangue a jorros, não faltando nas avançadas a dedicação das mulheres heroicas e o gargalhar despreoccupado dos garotos, filhos da rua, postados no coração da lucta sem temor ás balas assassinas, vindas das fileiras versalhescas ás ordens de Thiers.

E que foi **A Communa**: – um brado reivindicador de liberdade, solto em paroxismos de raiva e esperança por um povo martyrisado; brado que ficou a echoar no tempo, guardado pela Historia, eterno sacrario das grandes hecatombes e epopêas da Liberdade.

Em 1871 juntaram-se todos: soldados, artistas, estudantes, operarios, patrões o que de mais generoso e nobre podia reunir-se em Paris para affirmar heroicamente a alma francêsa.

E o brado sonoro **Viva a Communa!** transpôs as fronteiras, retumbou nos arraiaes da gente conservadora e aterrorisada que julgou vêr na

Revolução o bíblico Dia de Juízo, destinado ao terrível ajuste de contas, orquestrado com o *choro e ranger de dentes* de que falla o sagrado texto.

Levadas, quaes folhas sêccas nos redemoinhos do vendaval furioso, desapareceram classes; ficaram só franceses fortes de crença, dominados pela aspiração grandiosa de salvação á patria que lhes fôra berço e ás tradições herdadas da Grande Revolução.

A decadencia invadira a França e Napoleão produzira Sédan.

Era preciso resgatar erros, dar novo brilho á patria de Danton e Voltaire, redimir debaixo do fogo dos canhões prussianos *Os direitos do homem*, então conspurcados por um regimen de corrupção e baixeza moral prompto a conduzir a França á ultima vergonha.

Mais: era preciso salvar a Liberdade.

E d'esta comprehensão saiu a união dos homens, dispensando accordos, para se traduzir no grito immortal – **Viva a Communa!** – que as deportações para a Caledonia e a *valla dos federados*, atulhada de victimas, não puderam calar.

É que a obra da Liberdade não se detem com forçados e cadaveres mas sim revigora com a tyrannia dos regimens gastos e apodrecidos.

O Passado não se restaura e o Futuro não se evita – affirmou-o um dos mais luminosos espiritos da França contemporanea.

Não o esqueçamos nós, surprehendidos pela *questão religiosa* em 1901 ao commemorarmos o 18 de março. O Passado reaccionario e inquisitorial não pode erguer-se mais, dominando á maneira d'outras eras. A Sciencia feriu-o certa e impiedosa deixando-o a escumar no Vaticano as ultimas mentiras religiosas transformadas em encyclicas.

Não haja duvidas – o Christianismo abriu fallencia e a bancarrota da Igreja ha muito seria um facto, se d'ellas ainda não precisassem os velhos regimens periclitantes que buscam defender-se da progressiva democratização dos costumes aptos á dispensa do Throno e do Altar.

No dia em que a Evolução impuzer pela Revolução a reforma moral e proprietaria das sociedades contemporaneas, certo, terá soado a hora da definitiva agonia do catholicismo.

Porque, camaradas, na palpitante questão que ora nos agita não ha padres bons e padres maus: – ha só a defrontar representantes do catholicismo; doutrina falsa, deturpação da moral christã, meio unico de poderio usado por sacerdotes que, não podendo ser apóstolos de Christo, fizeram da cruz um gladio e da evangelisação uma burla.

Assim, o que é o *jesuitismo* senão a vanguarda do catholicismo feito religião dos estados á qual não devem fugir os subditos?

O padre é um parasita, encarregado de enfrear a multidão com metaphysicas promessas de bema venturança eterna, theologicamente garantida, para uso dos ingenuos, desrespeitando a verdade scientifica. Querer pois conciliar os dois termos antagonicos, bom e mau, na creação do *padre liberal*, é crear mais um sophisma destinado a enervar a agitação de momento, p'ra ahi levantada a proposito de guerra ao jesuita.

E que o Christianismo falliu, como doutrina, prova-o exuberantemente o proceder dos *directores sociaes*, homens intelligentes, a quem já não sorri como premio a paz d'além-tumulo com morada certa da alma na côrte celeste.

Perguntem-n'ò aos reis, ministros, legisladores, magistrados, generaes, auctoridades, bispos, cardeaes e ainda o proprio vigario de Christo que em Roma habita.

Dispensem perguntar-lh'ò; olhem-nos e aprendam na lição dos factos: vida facil, gosada no meio dos mais finos requintes do bom goso e da felicidade; baixellas sumptuosas, copiosos banquetes, esplendidas amantes, bailes faustuosos e nos portaes a *arraia miuda* comendo os punhos e bebendo as lagrimas, expulsa da Vida e lançada á Miseria com pontapés de desprezo.

A religião é um freio, elles o affirmam; não vá tambem o grande numero dos infelizes querer reconfortar-se, e breve falem os escravos que submissos nas fabricas e nos campos, hoje cavam a vinha que embriaga os felizes e tecem os europeis que os vestem.

Eis a questão: para confirmar quanto escripto fica, ouçam Max Nordau, o sabio allemão, que não pode ser accusado de demolidor perigoso:

«Através a atmospherá pura e transparente da concepção científica do mundo a Humanidade entrevê o seu ideal de desenvolvimento de uma maneira mais clara e brilhante que se o visse através das nuvens espessas da superstição. Eis o que é preciso responder aos crentes sinceros que julgam não poder existir moral nem idealismo sem religião, e que julgam sem estado despotico, propriedade egoista e casamento inimigo do amor, não poder existir civilização».

A Sciéncia fala assim e quando a Verdade irrompe tão forte e suggestiva, a final victoria da Liberdade é um facto garantido n'um futuro mais ou menos affastado.

Em Portugal que resta fazer de momento aos homens de boa vontade?

Redimir a patria, tornal-a grande de civilização, juntarem-se todos n'um mesmo impulso e gritando **Viva a Liberdade!** como a França de 1871 gritava **Viva a Communa!** proceder á remoção de todos os obstaculos, politicos ou religiosos, que na hora presente impedem a marcha para o Futuro.

Babeuf



## O PADRE LIBERAL!

(O MUNDO. LISBOA: N.º 190 (1901), 26 DE MARÇO, P. 1).

Na verdade, que não sei de mais flagrante burla.

Agora creada em epilogo á *caça ao jesuita*, justamente intentada entre nós, surge a pacificar o espirito christão alarmado a derivação propicia ao esfriar de momentaneas energias expressas na criação do novo typo religioso – o *padre liberal*.

Especie nova, hybridismo perigoso destinado á burla das consciencias pouco prevenidas de resistencia scientifica, o *padre liberal* apparece-nos de momento clamoroso e hostile contra seus irmãos e, Christo, prégando sonoro a verdadeira doutrina da Igreja.

De qual Igreja? Da de Roma? D'essa não, que é amiga desvelada dos Jesuitas, Dominicanos, Assumpcionistas, Dorotheás, Reparadoras e não sei que mais aspectos humanos da magna caterva clerical.

E se o *padre liberal* não vem falar a linguagem do Vaticano, propagando á gente simples a humildade e a obediência ás ordenações do Todo-Poderoso, na Terra representado por imperadores, reis, presidentes e não vem aconselhar o povo a fiar da Bemaventurança o premio conferido á resignação praticada na Vida para garantia dos privilegios deshumanos usufruidos pela minoria social em detrimento do grande numero espoliado e victima, que vem então dizer?

Affirmar ser a Religião compativel com a Sciencia, demonstrar ser grosseira e infundada crença admittir a existencia do Inferno feito logar de damnção aos peccadores e o Ceu morada risonha e eterna dos justos?

Não, o *padre liberal* não vem a destruir quantas abusões o catholicismo engendrou para dominação dos espiritos ignorantes ou tarados de mystica morbidez.

Ser padre e propagandista da Verdade são termos incompatíveis; um a outro destroem-se, anniquilam-se, esfrangalham-se. D'um lado está Lourdes, fabrica de milagres, banho de crentes pustulosos roídos de gafaria, erecto á sombra da allucinada Bernadette com applauso de Roma e d'outro fica a Sciencia servida por Charcet, Bruchner, Darwin, a Philosophia firmada em Voltaire, Comte e Kropotkine, a Arte thuribulada por Zola, Ibsen e Lazare.

As duas hypotheses excluem-se; o *padre liberal* vindo agora á evidencia em medio do fragor da lucta religiosa levada de norte a sul do paiz, reduz-se ás proporções simples de novo microbio de virulenta aparentemente attenuada, prompto a segregar na communitade de bacterias as toxinas d'um novo modo de ser propicio á permanencia do dominio clerical sobre as consciencias incapazes por atavico refractarismo ao Progresso, de repulção á doutrina christã hoje mordida de provada decadencia.

Que o *padre liberal* é um novo *travesti* do Proteo clerical affirmam-no bem alto auctoridades de sacerdotes como Senna Freitas<sup>294</sup> que n'este momento transcrevo:

«o catholicismo é alternativamente immutavel e mutavel; immutavel no seu dogma e moral, **mutavel na sua disciplina e norma da sua acção social**»<sup>295</sup>.

Assim escrevia o conhecido padre no jornal *A Tribuna*, de 17 de setembro de 1899.

Quer dizer a moral e o dogma catholico derivados do christianismo primitivo são immutaveis sempre os mesmos; tyrannicos, mentirosos, contrarios á libertação da Humanidade, detida na sua marcha pelo enervamento

---

<sup>294</sup> José Joaquim de Sena Freitas (1840-1913) foi um relevante teórico do catholicismo.

<sup>295</sup> São as palavras com as quais se inicia o artigo do padre Sena Freitas. Vid. PADRE SENNA FREITAS – O Americanismo. *A Tribuna*. Lisboa: n° 36 (1899), 17 de setembro, p. 2-3.

dos espiritos levados ao cultivo da abstracção, graças á deformação das verdades fundamentaes e ao exaltado visionismo mystico dos momentos contemplativos.

O catholicismo deixando ao abandono a ethica cristã, não procedeu com desejos de perfeição ao codigo moral prégado por Paulo de Tarso, fel-o movido de intuitos preponderantes não para mais approximar o ser humano do seu Creador – segundo elles! – mas intencionado de conquistar almas faceis de arrebanhar que pudessem transformar-se em solidos caboucos da igreja de Roma.

E por que esta é a Verdade e os jesuitas e congregações são os mais genuinos representantes do catholicismo, mantido e defendido no Vaticano para ser imposto aos Estados em ordens cancelladas pelo Vigario de Christo na Terra, não será risivel, imbecil e tresloucado acreditar na existencia do *padre liberal*, servo de Roma, disposto a conclamar junto dos homens livres a necessidade de pôr fim ás grosseiras superstições emanadas do Dogma a embrutecer os povos, reclamando com vehemente intransigencia a eliminação dos jesuitas progenitores da Treva?

O que é mutavel no catholicismo, diz o padre Senna Freitas, são *a sua disciplina e norma de acção social*.

Em vulgar: o catholicismo adapta-se a qualquer regimen e veste saias, casaca, roupeta ou habito, consoante as necessidades de disciplina impostas para maior esplendor da igreja catholica.

Que mais será preciso á demonstração irrefutavel de não passar de escandalosa mystificação o apparecimento do *padre liberal*?

Para o socialismo não ha padres bons ou maus – ha padres; classe parasitaria, vivendo do trabalho alheio, typos de charlatães, apóstolos da Mentira, já devidamente classificados pelo abbade Meslier no seu livro *Bom sens*<sup>296</sup>, com a seguinte definição:

---

<sup>296</sup> O padre e filosofo Jean Meslier (1664-1729) escreveu em 1792 *Le bon sens puisé dans la nature, ou idées naturelles opposées aux idées naturelles*, a obra a que Ernesto da Silva faz referência. Os escritos de Meslier são considerados os textos fundacionais do ateísmo e do anticlericalismo na França.

«Os sacerdotes assemelham-se aos alchimistas, que, proclamando atrevidamente possuírem o segredo de fazer oiro, entretanto, não possuem mais que um fato para combatirem a nudez».

E precisamente porque o catholicismo intelligente e astuto sabe bem aproveitar os instinctos de conservação innatos na massa popular, se faz maleavel e proteiforme, canalizando em beneficio proprio os sentimentos de resistencia aninhados no animo da maioria, que, por falta de personalidade intellectual repudia radicalismos extirpadores de antigos erros, dando assim razão ao dizer de Herbert Spencer, quando affirma nos seus *Principios de sociologia*<sup>297</sup>:

«O homem primitivo é no mais alto grau conservador. Se compararmos as raças superiores e ainda as classes de uma mesma sociedade, observaremos serem as menos desenvolvidas as que maior aversão têm ás mudanças».

E ainda na prova de quanto o *padre liberal*, como manifestação opportunistica de garantia ao espirito christão, agora alvoroçado, – não vá ficar sem os *padres bons* – extractamos para aqui a opinião de Max Nordau, o erudito medico e escriptor alemão, expressa no seu livro *Mensonges conventionnels*<sup>298</sup>:

«O oportunismo, hoje tão espalhado, repudia as soluções radicaes, quer reter na mentira a Humanidade avida de verdade, e na lucta entre as antigas fórmias e as idéas novas, defende aquellas sem dar razão a estas. O oportunismo é, por sua vez, o mais cruel inimigo da raça humana e da moral».

---

<sup>297</sup> *Principies of Sociology* é o quarto volume do sistema de filosofia sintética enunciado por Herbert Spencer (1820-1903), entre 1877 e 1896.

<sup>298</sup> *Die konventionellen Lügen der Kulturmenscheit* (1883), de Max Nordau (1849-1923), foi traduzida ao francês e ao português ao menos desde 1887 sob o título *As mentiras convencionaes da nossa civilização. O Protesto Operário*, de Lisboa, publicara a obra, sem indicação de autor, desde outubro de 1892 até março de 1894, mas terá ficado interrompida por desaparecimento do jornal nos fins de abril desse ano. Vid. Folhetim do Protesto Operario. Mentiras convencionaes da nossa civilização. *O Protesto Operário*. Lisboa: n° 525 (1892), 2 de outubro, p. 3, a n° 591 (1894), 4 de março.

O *padre liberal* é, pois, mais um *truc* da igreja catholica, disposta a ludibriar os ingenuos e confiados, inaptos por inercia intellectual e pavor das definitivas soluções á integra comprehensão das grandes e redemptoras verdades. E não só a Sciencia vem á affirmação da impossibilidade de coexistencia do Dogma e da Liberdade; tambem a Arte o proclama, sempre precursora dos mais generosos sonhos de liberdade humana. É ler *Lourdes, Roma, Paris*, a grandiosa trilogia ainda ha pouco sahida do portentoso cerebro de Zola; ver o abbade Froment, perturbada a consciencia de lancinantes suspeitas de bancarrota do ideal christão que representa, anatomisar o milagre em Lourdes, frequentar a Roma dos cardeaes e ao final observar, olhos abertos a toda a luz, a caridade official ruidosa e mundana em Paris, vestindo sedas, anemisando sob os clarões de luz electrica das igrejas da moda e bazares caridosos, em que o pobre, o triste expoliado, a desgraçada victima, é simples pretexto ao *flirt* das burguezas degeneradas avidas de novas sensações capazes de galvanisarem nervos depauperados.

Então, o abbade Froment, medindo a toda a altura o abysmo onde se afundou o espirito christão, adivinhando a vinda de novos tempos com nova moral mais humana e mais limpa, não se faz *padre liberal* a contrapôr á devasidão mystica e á burla religiosa a orthodoxia do christianismo tomado de stertor; rasgando de vez a sotaina, encarando a Mulher, entoando um hymno de gloria á Vida e á Liberdade, defendida pela Sciencia e embellecidas pela Arte, vae-se do pulpito e do voto ao laboratorio e á familia, abraçando no irmão o sabio libertario portador dos mais largos ideaes de perfeição moral e bellas utopias de expansão individual.

Froment comprehende-se; é o Homem desligado do Erro, reparando no culto do Trabalho e da Justiça o tempo gasto na pratica de apparatus symbolismos lyurgicos, creados com ardilosa encenação destinada á confundir os animos fracos, promptos a verem o proprio Deus na allucinação doentia provocada pela astucia dos sotainas que não crêem, mas prevertem.

Que differença não vae, pois, d'um a outro typo?

Enquanto Froment é o symbolo do rejuvenescimento, o *padre liberal* não vae além de habilidoso golpe de mão clerical creando *novos* esteios á desconjunctada igreja romana, que só morrerá no dia em que fôr batida na sua ultima trincheira pela invasão triumphante do Progresso, disposto a fazer do Vaticano um museu de arte retrospectiva e religiões comparadas.

Ernesto da Silva

## **FRADES E ASSOCIAÇÕES**

**(O MUNDO. LISBOA: N.º 209 (1901), 15 DE ABRIL, P. 1).**

É amanhã que se reúnem na Associação dos Lojistas os delegados do socorro mutuo, devidamente acreditados com os mandatos das direcções que representem, pois a ganhar tempo foi dispensada a inutil praxe da reunião das assembléas geraes, visto tratar-se de um caso meramente directivo. Pela imprensa já o publico tem conhecimento dos intuitos da reunião, a que não deve, por honra e interesse proprio, faltar nenhuma associação mutualista d'esse nome.

Trata-se de reclamar do Estado o cumprimento do disposto no decreto de 2 de outubro de 1896, artigo 45.<sup>o</sup><sup>299</sup>, que diz:

«O Estado cederá gratuitamente em cada um dos bairros da cidade de Lisboa e Porto um edificio, se o possuir, para séde das associações de socorros mutuos que ahi queiram installar-se. Nas outras localidades poderá o governo ceder a cada uma das respectivas associações o local de que poder dispôr para esse fim, em algum edificio publico».

Como se vê, a doutrina é clara, concludente, incontrovertida.

Dado que o Estado possua edificios proprios, desoccupados, cedel-os-há ás associações mutualistas para alli estabelecerem suas sédes.

Pois bem, chegou o momento da justa reclamação: o governo apregoa, por via das tubas canoras da imprensa officiosa, que bem disposto está a

---

<sup>299</sup> Trata-se de um decreto aprovado pela Direcção Geral da Estatistica Geral e Commercio. Repartição do Commercio, que revisa um outro de 28 de fevereiro de 1891, o qual regulava pela primeira vez em Portugal a organização e o funcionamento das associações de socorros mútuos. Disponível em <http://legislacaoegia.parlamento.pt/V/1/77/122/p981>.

cumprir a lei, que outra não pode ser senão aquella estabelecida nos diplomas de Aguiar, Pombal e Braamcamp, e é, pois, momento azado para as associações virem a terreiro exigir o cumprimento das disposições legais.

Sim. Porque o dilemma é facil de estabelecer n'este momento: ou o Estado cumpre as leis de repressão aos frades e por sua vez dá satisfação á letra do decreto de 1896, auxiliando instituições das mais benemeritas que o paiz conta, ou o governo quer dar ás promessas offerecidas á commissão do Porto fóros de ironia intoleravel ressaibada de ultra-mau gosto.

E, d'esta feita, não tem o governo, fugindo ao cumprimento da lei de 1896, recantos propicios de desculpa na manutenção da ordem publica, tem, ao contrario, de mostrar respeito á lei, provando com factos na entrega dos coios jesuiticos e congreganistas ás associações, não ser a legislação do paiz simples coisa de só possivel cumprimento, quando assim convem aos interesses de altas classes preponderantes, fortes de *caciquismo* triumphante.

É a questão que ora se ventila por demais simples: de um lado a protecção aos frades conspiradores e reaccionarios; do outro o auxilio official a prestimosos nucleos de cidadãos que, na iniciativa individual e previdencia collectiva, desoneram o Estado de pessadissimos encargos inherentes á saude publica.

A reunião de amanhã vae ser a pedra de toque onde o povo aquilatará seguramente a sinceridade do governo.

Nas espheras governativas não pode haver hesitações em assumpto de tal importancia. Demais, agora que no paiz se ergueu a já celebre campanha contra a tuberculose, não será caso de extranheza o auxilio ás corporações mutualistas, que tão exhaustivamente andam de recursos, inçadas de uma população cada vez mais anemizada, exahusta e predisposta victima da insufficiente alimentação e excesso de trabalho.

É ver, á falta d'outros elementos estatisticos e indicadores, o receituário habitual archivado nas associações, é consultar os medicos que no socorro mutuo encontram a sua clinica.

Não ennegreço o quadro; ainda mesmo o pinto com descoloridas tintas.



N'elle se encontra em flagrante prova de quanto a *fome nacional* p'ra ahi anda mal rebuçada nos trapinhos de ver a Deus, offerecendo basta fregueza aos tónicos mais vulgares quando não sobe de gravidade e dá ensejo ao abrir das cavernas pulmonares que põem á prova os cofres associativos; de natureza demorada a desenvolução da tuberculose, exigindo therapeutica cara, as associações veem-se roidas de cancro voraz, sem esperança ao menos de ver coroados de exito seus beneficentes esforços, visto que o epilogo provavel da invasão do morbo dá a morte ao associado sem que ao nucleo mutualista fique sequer a esperança de reaver os capitaes dispendidos ou ver de futuro diminuido o mal saído de origens puramente economicas e sociaes, porquanto as condições de saude publica tendem só a agravar-se, fomentados de má administração governativa e desvelada protecção dispensada aos monopolistas sem escrupulos que do pão ao bacalhau e á carne, com escala por outros generos de primeira necessidade, estendem a rêde infame do *pacto da fome*.

Dada esta situação, – não creada pelas associações mutualistas, antes contrariada por centenas d'aquelles seus associados no uso de incontestaveis direitos de cidadãos, não será indeclinavel dever do Estado offerter ao soccorro mutuo séde gratuita nos estabelecimentos publicos, agora desoccupados – no dizer oficial do governo – da malta congreganista, aninhada em Portugal na intenção perversa de deformação dos espiritos por maneira a attingir a Igreja o fastigio da dominação que o mesmo é dizer determinar a agonia da sociedade civil enredada na bestificação dogmatica, perdendo progressivamente parcellas de liberdade collectiva e iniciativa individual até se transformar n'um automato de facil manejo offerecido ao Vaticano as dobras do mais degenerado e feroz beatismo.

O governo tem agora ensejo de apparentar e querer fazer alguma coisa de justiceiro e salubre e o povo por seu turno vae encontrar occasião de apreciar com justeza o que tem a esperar de real nas promessas feitas.

*That is the question* – como se diz no Hamlet.

Frades ou associações; uma das duas forças tem de ser attendida, dispensando-se sophismas ao texto legal que ao presente já não conseguem

convencer e applacar gente escarmentada na illusoria visão de promessas não cumpridas, salvo se o Estado representado por leitores da critica negativa e ultra-socialista quer offerecer ao povo a segurissima demonstração de não ser a lei mais que fetiche destinado a recolher a adoração de um povo falsamente educado por seus directores no culto idolatra de genuino *manipanso* gentilico.

Que fará o governo? Não o sabemos. Aguardamos os acontecimentos, e na defesa das associações benemeritas entramos na cruzada, dispostos, consoante a posição de momento tomada oficialmente, a reclamar a execução do decreto de 2 de outubro de 1896, agora de facil cumprimento visto que além da propriedade particular, ninho das *Reparadoras*, já a esta hora ha novos coros em despejo das tenias sociaes de escapulario e sandalias, até aqui albergados pela tolerancia official nos estabelecimentos publicos, transformados em outros tantos fócios de conspiração retrogada contra a Liberdade.

Isto, se acaso o governo não tem por dever, em obediencia á sua alta missão, accedendo a graciosas solicitações, o transformar Portugal de norte a sul, com tradições e tudo, n'uma nova e grande basilica do *Sacré-Coeur*, feita no modelo da que em Montmartre insulta Paris e a civilização, alargando a vesania religiosa até arriar Camões do pedestal, substituindo-o pelo fr. Manuel Chagas, de cordão e burel, dominando ascetico e macho um grupo de Dorotheás e Trinas<sup>300</sup>.

Frades ou associações! – tal vae ser o dilemma posto á solução do governo na reunião d'ámanhã nas salas da benemerita Associação dos Lojistas.

Ernesto do Silva

---

<sup>300</sup> O autor refere-se a duas congregações religiosas: a Congregação das Irmãs de Santa Doroteia (1834) e a Ordem da Santíssima Trindade (1198), respetivamente.

**1º DE MAIO – NOVA AURORA<sup>301</sup>**

**(A OBRA. LISBOA: Nº 430 (1903), 1 DE MAIO, P. 1;  
O MUNDO. LISBOA: Nº 942 (1903), 1 DE MAIO, P. 1).**

Trabalhadores!

De pé desgraçados!... E erguer victimas!...

Vinde, vinde todos, mulheres, homens, crianças olhar o sol de maio: os campos já vão fertes apoz o inverno, as chamas fumegam altas, as machinas respiram forte, a luz fecunda a terra e a Vida surge benéfica, generosa, opulenta.

E vós que todas as noites mergulhaes no somno, levando ao misero albergue o corpo quebrado de fadiga, vós, para quem a folga é sempre prenuncio triste de miseria envolta na falta do trabalho; vós que na Fabrica e no Campo edificaes solictos a felicidade de poderosos sob o jugo da Iniquidade, fugi um dia á eterna pena, evadivos ao tressuar quotidiano junto á Machina que silva e morde os corpos torturados e correi lestos, crentes e animosos á saudação aos Novos Tempos entoando hymnos de Revolta.

---

<sup>301</sup> Com motivo do 1º de maio de 1901, *A Obra* publicou um número especial comemorativo – que a Biblioteca Nacional de Lisboa não conserva – onde aparecia este artigo de Ernesto da Silva. Um ano antes, o autor tinha levado ao palco do Teatro do Príncipe Real, e posteriormente publicado nas páginas de *A Obra*, um drama intitulado como o texto em comemoração do 1º de maio, *Nova Aurora*. Este artigo foi de novo publicado em *A Obra* num número dedicado a Ernesto da Silva após o seu falecimento a 25 de abril de 1903, nas comemorações do 1º de maio desse ano, e também apareceu em *O Mundo*, no número comemorativo do 1º de maio de 1903. Com excepção da nota final, a qual adverte da publicação em 1901, ambos os textos não diferem.

Hoje é pacífica a afirmação: amanhã, quando a Sciencia e a Arte armando a Revolução escreverem nova pagina na historia da humanidade então a lueta será a lei suprema, o gladio será arbitro e a força o arado cortante que abrirá fundos sulcos na planicie rasa entregando-vos em loura colheita a Felicidade agora pertença de privilegiados seres.

De protesto é o dia...

Como outr'ora os martyres cristãos no amphiteatro, erguendo ao ceu doloridos olhares no mudo protesto eloquente perante o Nero despota e os patricios corruptos, ainda agora os proletarios lançados a arena do Trabalho apenas podem em platonico descartar revolucionario firmar o grande Protesto das consciencias mal acordadas e marcar a victoria final da Justiça nas estrophes repassadas de esperanças em Nova Era, sepulchro certo de Iniquidade.

Nero Capital ostenta ainda a criminosa imprudencia e disfarçando a ferina insensibilidade nos dourados repregos das vestes auriluzentes, olha poderoso do imperial camarote a sangueira que purpuriza a arena e a malta burgueza a rir, cynica e degenerada nas bancadas do circo, não dá sinal de perdão e manda os escravos se retorçam na cruciante agonia da *lueta pela vida* desconfortados, sem pão e sem abrigo.

Acceitemos pois a lei fatal do destino que não ha fugir. A evolução historica é demorada nos processos mas é infallivel nas consequências emancipadoras.

Não desanimeis irmãos; confiae e esperae na mysteriosa alchimia do Tempo, – o grande demolidor! – que na impenetravel retorta da Evolução vae um a um depurando os elementos constitutivos do formidavel momento revolucionario.

Confiae e esperae, interrogando hoje com prescrutador olhar o grande livro da natureza aberto para vosso ensino e esperança.

Ha poucos mezes era a Terra inundada, rasgada pelas aguas revoltas e a furia da tempestade mal deixava o Homem sair alegre aos caminhos; passaram tempos ao calor amigo e fecundo do sol cravado no ceu, os

campos são largos mantos verdes desdobrados a perder de vista, aqui, ali, salpicados de espontaneas papoulas e recortados malmequeres.

E d'aqui a pouco, finda a germinação no seio obscuro da Terra, vereis amarellecida a ceara curvar-se ao peso das espigas replectas de grão; canções de segadores subirão no espaço e os celleiros respirando abundancia e indicando vida affirmarão que a Natureza é mãe desvelada e amiga.

Assim a Idéa aquecendo o coração dos homens de *boa vontade* ha de multiplicar ao infinito as sementes do Futuro, encelleirando risonha os milhões de consciencias despertadas para a Verdade que outros tantos embryões hão de ser da Humanidade Nova alfim liberta do Erro que embrutece e da Tyrania que escravisa.

Então e só então terá soado no tempo e no espaço a hora definitiva da saudação ao **1º de Maio** que hoje não é mais que o pallido alvor, pre-nuncio da intensa e nova aurora destinada a illuminar um dia o Mundo transformado pela solidariedade e amor entre os homens emancipados na Cidade Moderna já entrevista e annunciada em visões de paz universal por phylosophos altruistas. Até lá, trabalhadores, resta confiar e preparar a colheita.

Ernesto da Silva

Da *Obra* do 1.º de maio de 1901.



## TEIXEIRA BASTOS<sup>302</sup>

(A OBRA. LISBOA: N° 330 (1901), 2 DE JUNHO, P. 1).

Um sopro mau de morte e aniquilamento paira sobre a terra portuguesa. Dir-se-ia que um Genio na sombra occulto, todo destruição e mal, vem cavando mais e mais o fatal abysmo em que parece a Historia se empenha de sepulthar a terra onde nascemos.

Enche-nos o espirito de pavor, talvez pueril e doentio, vendo um a um, unirem-se no tumulto os cidadãos mais prestantes, os espiritos mais lucidos, os caracteres mais integros, ficando ao de cima, a boiar no grande mar de vasa, em que a crise moral transformou o paiz, a horda dos corruptos, especuladores, charlatães fauna miseravel e sordida á espreita de ensejo para *ganbar a vida* sem uma particula de ideal, um grito, um acto sequer capaz de denuncia-la pelo menos susceptivel de regeneração.

Por cada um morto honesto surge á vista do observador a polluição infecta dos sabios de pacotilha ou sem character, dos *cabotinos* da arte, dos bandidos desvergonhados e politicos mostrando ás dezenas n'um rictus feroz as mandibulas vorazes, emquanto mãos na pança esguicham supplicas, mentiras, bajulações anceados de conforto ao vasio estomago.

Eis por que a alma se nos enluta e o espirito se adensa em negro desanimo ao ver cair a Morte qualquer dos raros que na vida sempre objectivámos honesto, trabalhador, erudito e fraternal.

---

<sup>302</sup> Enquadram o artigo traços pretos em sinal de luto. Francisco José Teixeira Bastos (1857-1901) foi um dos introdutores do positivismo de Comte em Portugal. Foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, tendo sido eleito a 5 de novembro de 1891.

E Teixeira Bastos soube numa amorosa synthese reunir as virtuosidades d'um Bom, emmoldurando-as num luminoso circulo de honestidade e saber.

Não foi um audacioso; homem de combate talhado p'ras pugnas bravas da paixão partidaria não podia sel-o; fugindo á evidencia quase sempre dolorosa dos que se fazem nas refregas asperas, de si calmo e amavel, investigador adorando a quietação, o temperamento lançava-o impulsivamente na paz do gabinete de trabalho onde feria tambem rudes combates, penetrando a Verdade na anatomisação das sociedades apodrecidas. E ao final conseguia extrahir da Sciencia a prova documental, pouco a pouco posta ao nosso alcance na systematica seriação dos seus trabalhos que são segura documentação de quanto o militarismo, a ficção religiosa e a organização proprietaria contemporanea são outros tantos factores de improgessismo, desrespeitando o bom Direito expresso pela Natureza na obra da Creação, estrangulando iniciativas, impedindo a rapida evolução do Homem no caminho da maxima perfeição moral e fechando a curva conservadora na escravisação das maiorias productoras e proletarias ao parasitismo das minorias privilegiadas, ociosas, já corroidas do cancer destructor ganho na vida de goso ininterrupto e negação ao trabalho fecundo.

Avido de luz, como Göethe, apaixonado da eterna Verdade que é a suprema belleza fixando-se atravez dos seculos intangivel e explendente a illuminar as gerações nas veredas do Bem e da Justiça, desmentiu Teixeira Bastos a sua fraca envergadura physica, sendo um forte e infatigavel obreiro da civilisação; honesto soldado da democracia foi por sua vez um cabouqueiro da Nova Era, apostolo vidente de um Futuro mais bello, mais humano, já hoje esperado por todas as almas boas e annunciado na *obra* dos melhores espiritos, desenhando os mais evidentes contornos d'esse mundo de sonho e de paz destinado á morada da Humanidade, quando no tempo e no espaço resoar a hora da reconciliação entre os homens criadores da nova *idade de ouro*.

Não foi Teixeira Bastos o revolucionario militante, o revoltado, o typo de homem d'acção prompto a surgir nas avançadas erecto e audacioso em



postura athletica de gladiador forte e invencivel queimando-se ao fogo d'um grande ideal, quando a quando abrindo brecha nos contrarios a golpes de potente clava; não, não foi assim mas tambem não foi o *homem de partido*, typo singular de anão espiritual, não pensando, não agindo, sempre á mercê do chefe conductor mental n'uma pavorosa subservencia de espirito, que só por si denuncia a impotencia do raciocinio a impossibilidade de emancipação.

Homem de Sciencia e só n'ella acreditando, logo que o facto surgia demonstrado e palpaveis em respeito ao dogmatismo das idéas preconcebidas ou das *conveniencias partidarias*, Teixeira Bastos deixava voar o espirito aos mais rasgados ideaes, insensivelmente, sem poder deter-se, levado no caminho pela analyse, adversaria eterna das formulas *a priori* engendradas para sustento bastante dos typos de varia imbecilidade possuidores de estreito criterio.

Observa-se o facto na sua *obra*: bastaria destacar dos volumes publicados os *Ensaios sobre a evolução da humanidade*<sup>303</sup> para se conhecer a caracteristica de methodo positivo e experimental de que toda ella está impregnada, respirando saude espiritual, segurança de critica, orientação certa, visão segura, technica sobria e erudição vasta e assim se poder concluir sem temor de exagero que Teixeira Bastos era, embora escondido na sua modestia, um dos rarissimos homens filhos de Portugal conhecedores das modernas correntes de idéas, destinadas á inteira transformação do actual modo de ser das sociedades, excedendo mesmo Theophilo Braga

---

<sup>303</sup> Ernesto da Silva comentara os *Ensaios sobre a evolução da Humanidade*. Porto: Livraria Universal, 1881, numa série de conferências que sob o título «Leituras populares» se desenvolveram nos meses de julho a setembro de 1899 na Liga das Artes Gráficas de Lisboa, num programa para a instrução e educação dos operários. Vid. Leituras populares. *A Obra*. Lisboa: n° 233 (1899), 23 de julho, p. 4; Leituras populares. *Vanguarda*. Lisboa: n° 969 (2915) (1899), 21 de julho, p. 2; Leituras populares. *Vanguarda*. Lisboa: n° 1018 (2964) (1899), 8 de setembro, p. 3; Leituras populares. *Vanguarda*. Lisboa: n° 1031, (2977) (1899), 21 de setembro, p. 1; Leituras populares. *A Obra*. Lisboa: n° 245 (1899), 15 de outubro, p. 2, textos reproduzidos em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo III. *Escritos políticos, conferências e discursos (1893-1903)*.

no especial conhecimento dos phenomenos sociaes que o Mestre abarbado com outros trabalhos ainda não conseguiu abordar.

É pois motivo de luto para nós proletarios a prematura morte d'esse espirito que tão brilhantes obras ainda podia executar, honrando-se e orientando aquelles que na Democracia vão seguindo passo a passo em busca de melhores dias de quietação e justiça.

Assim o pensamos e proclamamos, pagando neste modesto e descolorido preito de homenagem sincera á memoria do illustre extincto, o muito que o grande morto Teixeira Bastos fez de bom, dando orientação e ensinamento aos espiritos estudiosos que em Portugal tão pouco encontram onde mitigar a sede do saber.

Ernesto da Silva

**A TRAÇO NEGRO... (TYPOS E FACTOS).**  
**DESINFECÇÃO**  
**(O MUNDO. LISBOA: Nº 278 (1901), 23 DE JUNHO, P. 2).**

Ha que fazer desinfecção geral: instituições, cenaculos, politica, theatros, livros, munuculos, cafés e *consagrados*, n'uma palavra, o miolo fraudulento e infeccioso d'esta Sociedade de hypocrita compostura tem de impiedosamente ser varrido desde a Academia ao Parlamento e d'ahi ao *Suisso*<sup>304</sup> com passagem pela Sé.

Arre! que isto de igrejas e dogmas, versos, reclamos, ministros e syndicatos, redacções e *bandalhos* não póde subsistir no tranquillo evoluar do fedor intimo sem grave risco da decencia collectiva – não a dos collarinhos, a das almas! – posta á prova na segregação das toxinas varias de desvergonhados *intrujas* e suas obras, esparsas nas *vitruines* e nos palcos a fermentarem ao sol da publicidade p'ra gaudio do mosquedo esverdeado e porco avido do retouço na bosta immunda.

Que vemos nós desde a *Severa*<sup>305</sup> ao *Salon*, seguindo passo a dar fim no *Correio Nacional* com roteiro possivel por S. Bento e Assistencia aos tuberculosos? O symbolismo da Preversão e da Mentira trazido á luz no lombo pintalgado de authenticas osgas chapadas em muros velhos do Ignobil no vomito continuado da prosa pornographica e dythirambica só

---

<sup>304</sup> O Café Suisso fundado pelo suiso João Lieg em 1845 vigorou até 1950, quando o prédio onde estava instalado na Praça Dom João da Câmara (antigo Largo de Camões) foi demolido.

<sup>305</sup> *A Severa*, de Júlio Dantas, é uma obra dramática estreitada no Teatro D. Amélia a 25 de janeiro, em Lisboa. Vid. Theatros. *O Mundo*. Lisboa: nº 131 (1901), 25 de janeiro, p. 2.

traduzível no desejo voraz de empanturrção às panças largas de clérigos sem escrupulos.

E a choldra ha de passar devergonhada e risonha sem correctivo de montra?

Não; a esta hora – não direi alta porque o Paiz ainda está roncando p'ra enganar a fome – provada do desarmar da *feira burgueza*, no mundo civilizado, seria garantir a silenciosa cumplicidade protectora á pullulação da especie ladra dos parasitas minazes que da Caridade á Arte e do Parlamento ao Livro e ao Theatro fizeram couto pondo a pestillencia dos bestuntos e o recurvo das garras em guisa de especamento ás instituições entendidas em fôrmas de *Mazzantinis*<sup>306</sup> com enxertia mystica de *meias horas* reparadoras e digestivas do *foie-gras* de preço.

E não vá pensar-se que a malta se confina aos limites estreitos dos grupos recémvindos; esses já foram attraídos por outros, *consagrados*, fazedores de larachas repassadas de nativa impudencia á porta do *Suisso* e da *Monaco*<sup>307</sup> que deram e são exemplo á corruptela, depois dos indispensaveis arrotos revolucionarios da juventude, agora postos de banda á conta de *sarampo demagogico*.

É assim, n'esta criminosa solidariedade de politicos e *litteras* que se teem envenenado duas ou tres gerações de intellectuaes e homens bons do Povo, incapazes de mergulho no charco, se o perigoso exemplo não viesse carimbado de *mundo superior*, com etiquetas de pessimismo *chic*.

De um lado, á esquina dos cafés, n'um symbolisante *décor* de gallegos inactivos, os fadistas das lettras mettendo pés ao leitor n'uma evacuação de casos litterarios – deve ser isso! – povoados de pathologia do padre Napoleão, fazem horas aos apertados *flirts* de marujos apessoados – não vá perder-se em Arte – a nota documentada – avidos de morder o pó da *Rotunda* em noites calmas, gosando a Vida na inversão spasmodica de

---

<sup>306</sup> Ernesto da Silva alude a Luis Mazzantini Eguía (1856-1926), um célebre matador de touros espanhol.

<sup>307</sup> A Tabacaria Monaco, ainda hoje na Praça Dom Pedro IV, 21, de Lisboa.

quem vê a Lua com um olho só. E lá se ficam, na crapula quotidiana, mais baratos de espirito que de corpo, a *Papa leguas*, chafurdando na intriga em fraterna communhão de ésquimos do Mar Negro, emquanto não soa a hora da recolha ás argolas das estalagens litterarias, valhacoutos ainda não explorados pela policia de costumes.

D'outra banda, o grupo suspeito dos *políticos* de raça; *bate sornas*<sup>308</sup> que á imagem de seus irmãos em giria, espreitando dorminhocos nos jardins publicos, espreitam com myopia de *bandalhos* e typo melifluo, de corpo enfezado e consciencia de borracha, o ensejo de saque aos empregos de vulto e leis que deixam *massa*.

Uma verdadeira caravana de bandidos a que não falta, por vezes, a corcova de dromedarios da Santa Sé, vindos do *Correio Nacional*, com stygmata de vicios adquiridos – cambada! – na *meditação* de Aldegavinha, feita em exercicios espirituales nos corpos immaculados de educandas impuberes.

Já agora, p'ra choldra não ficar manca, até surgem pintores *de genero* – não é de genio, soceguem! – symbolisando no *Salon* a mascarada da Assistencia aos tuberculosos na pessoa da rainha, travestida de *anjo da caridade* – ou o que é – rodeada de creanças de altos braços erguidos, não, solicitando a emulsão Scott, mas reclamando os cobres das decimas que o fisco extorquiu aos pobres paes, deixando-as de estomago leve, por motivo prophylatico com rubrica do dr. Bombarda.

Valha-nos, ao menos, o saber de boa fonte que a irreverencia pictural do sr. Condeixa<sup>309</sup> – um *consagrado!* – só conseguiu merecer olhares de espirituosa compaixão á retratada que vingativa affirmou alto ser aquillo – um bom *pastel*.

---

<sup>308</sup> É este o título de um conto do autor que sob o pseudónimo de Ruy foi publicado n' *A Federação* em 1894. Vid. RUY – Folhetim do jornal *A Federação*. O Bate-Sorna. *A Federação*. Lisboa: n° 14 (1894), 8 de abril, p. 2-3, texto reproduzido em PERALTA GARCIA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo I. *Textos literários. Páginas de crítica teatral e teoria estética (1893-1903)*.

<sup>309</sup> Ernesto Ferreira Condeixa (1858-1933), retratista.

E a fronda cresce faranduleira, a corrupção sobe, a Arte já não exhibe ideaes, arrojos, gritos d'alma; açaimada pela Policia, olhos postos na gamella da munificencia, esvasia-se em flatulencias de saida á flôr do rosto e soltura de varios gazes pestilenciaes com habitação em bandulhos descompassados.

Ha que a gente nova, de alma limpa e crença pura, tem muito a fazer.

Religião, Politica, Arte, Caridade, typos e factos, tudo ha que levar á estufa desinfectadora á laia de farrapagem indigna, acolá apanhada em flagrante putrefacção, quando a *Feira da Ladra* mostra o intestino grosso e mais adjacencias ao transeunte de poucos cobres.

É pesada a tarefa? Que importa! Aos *cabotinos*, acaso consagrados, diremos que um tosco sabre feito de Obstinação e Verdade vale bem um florete envilecido e aos *cafés* affirmaremos que quando a guarda se não rende tem a palavra Cambronne – ...!

Coragem, oh gente nova! sigamos na autopsia: não ha de ser o fetido das *carcassas* gafadas e apodrecidas, motivo a empecer a analyse.

Leva arriba, caracteres!... Que antes de envergar a farpella larga da deinfecção teremos o prazer de lembrar que Portugal é terra de sol e moscas, foguetes e touros – eh, real! – e feita a *casa da guarda* de forquilhas enristadas podemos lançar o barrete verde do Desafio a provocar marradas negras de Vingança.

Ernesto da Silva

## A TRAÇO NEGRO... (TYPOS E FACTOS)

### A VINGANÇA...

(O MUNDO. LISBOA: Nº 286 (1901), 1 DE JULIO, P. 2).

... e sem querer, irresistivelmente, n'uma teima que é quase obsessão vôa o meu espirito, até á Maior Victima: – que a outra já lá está na quietação de apodrecer, eternamente feliz, effectivamente tranquilla na grande paz do Inconsciente.

E vejo-a: pallida, macerada, roida da idéa pertinaz, fundos sulcos no rosto olheirento, de momento illuminado em relampagos de nevrose que no fundo do ser tem bruscos repellões de despertar.

Pobre d'ella!... O outro lá se foi caminho do sepulchro, levando no caixão o motivo que punha em *détraquement* os nervos doentios da esposa enferma que se ficou a recorda-lo – quem sabe! – olhando das grades do Aljube<sup>310</sup> o balouçar dos barcos nas aguas esverdeadas do rio que corre longe, na distância insuperavel que vae da Prisão á Liberdade.

Tudo finda: o cadaver dá banquete aos vermes gulosos e a sensibilidade vôa para não mais voltar.

E digam-me, quantas vezes não reclamamos nós a Morte p'ra liberdade da Vida?

É que o *au delà* torvo tendo por boceta o esquife é muitas vezes a única aurora redemptora que pode luzir aos espiritos em derrota.

---

<sup>310</sup> Prisão feminina, em Lisboa.

Depois; fugir á vida é tão compreensível quanto é exacto ella ser ainda agora, mercê da estupidez humana, mais fonte de dousos males que logar de ventura eterna.

E vou assim a colorir de negro o fundo dos pensamentos que traduzo escrevendo, fitando sempre a silhueta mortificada d'essa criminosa figura de mulher a um tempo Criminosa e Victima e ainda mais a personificação sinistra do Doente.

Que admira sel-o! Não é ella a Artista dotada de vibratilidade extrema, possuida do desgraçado *quid* que o felicita e dá glória, provoca a Inveja e dá motivo ao Dó; não é ella um caso pathologico dos muitos com logar certo no Triumpho quando se não despenham na Desgraça?

Visto assim o factio que fica?

– «A vingança!» responde um echo funebre annunciando a genese do crime progressivamente elaborado na exacerbação constante do mal que a Sociedade não curou, não podia curar e agora se propõe vingar em nome da lei que é cega e porque é cega não vê.

Fica-se triste ao ver a demencia reflectiva sobrepujar a insanias individual.

Agora mesmo a matilha arreganha o dente, – récua de imbecis, horda de bestas, montanha de cavalgadas, symbolizando a Estupidez diz:

– Que raça de mulher?... Hein!... Safa!...

Elles dizem isto e um homem tem de ouvi-los. Até faz nervos!

Vão lá affirmar-lhes que a desgraçada Greno é a Maior Victima; dizer ser o Vivo quem mais soffre e não o Morto e ao contrario ser a Criminosa quem na solidão do carcere fica olhando na barata oleographia do *Christo no Calvario* o *simile* da vida que a aguarda, espreitando-a com esgares de volupia inquisitorial.

Vamos, arrisquem phrases, digam a maioria não haver delinquentes senão os tarados de morbida origem e os saidos da ordem social que os procria para se dar ares de indispensavel a asphyxia em nome de privilegios e verão o rictus grotesco da raça dos alarves improgressivos que andam no mundo, não, por verem os outros, mas tão sómente porque



um macho e sua fêmea entenderam ser lógico e instintivo perpetrar a espécie.

Arrisquem dizer e ve-los-hão entreolharem-se, sacudirem as orelhas em ar de entendimento e de fecho concluírem:

– Não não vou com *endrominas*...

Que raça de esterco humano! eis a réplica.

Peço aos de coragem e estômago experimentem: além está um monte dos taes, agarrem um pelo casaco, – equivale agarrar todos! – digam-lhe com paciência que a impulsão do crime Greno podia bem ser a soma de phenomenos doentios agravados e irritados na obsessão de um fito – matar!

– P’ra quê? rosnará o bruto?

– Obediência, obediência pura á lei fatal do desequilíbrio organico...

E verão o simiano fazer tregeitos de incredulo – elle, o misero passivo sem individualidade, prompto á obediência mais completa a um reles cabo-geral – fincar o pé e tomar *pose* – não vão julgar ser elle – parvoicando d’estas:

– Já estou careca!... Fosse eu jurado!...

A essa hora recorda a besta a matrona desposada, tomada de trespasse quando o patrão morreu e elle ficou com tudo: mulher e loja.

Que se a *moda* pegasse a Gertrudes tinha direito a fuzila-lo á conta de creadas postas na rua com fome e ventre alto p’ra goso do hyppopotamo.

E já vae agora não digo *aos de boa vontade* levem a analyse ao acume: é sobrehumano!

Porque se vão affirmar ser indispensavel treva o futuro reservado á pintora Greno, para sempre lançada em horas de tetrico recordar, ladeada de phantasmas, visões, avantesmas ou peor á falta de conciencia jámais recuperará a emotividade, então a resposta leva-los-há a descrever da propria Humanidade:

O typo *normal* cofiará os matacões ralos e dirá ancho a confundir opiniões:

– O juiz lh’o dirá.

Na curta phrase vae um libello. É a sociedade estupidamente inexoravel a clamar vingança, arrotando Sentimento, ella que não tem Vergonha, reclamando cabeças á falta de ter juizo.

E entre a Vingança louca, impulsiva, irreprimivel que conduz a *detracção* ao Aljube e o attentado social a frio, p'ra satisfazer o publico, p'ra dar exemplo – não vá haver mais doentes á falta de Leis, idiotas! – fica um homem a interrogar-se qual é mais perverso, mais brutal, mais deshumano.

– A criminosa ou a Sociedade?

Uma opéra porque não pôde deter-se, outra assassina e encarcera para occultar a impotencia de eliminar o Crime.

O caso é tragico e faz choro, o outro é iniquo e faz raiva.

Ernesto da Silva

## A TRAÇO NEGRO... (TYPOS E FACTOS)

### OS BARBAROS

(O MUNDO. LISBOA: N° 293 (1901), 8 DE JULHO, P. 2).

Já começou o *batuque* anunciado. É vê-los... Á beira das cubatas – ha quem lhes chame – alargando ramificações por quantas paragens ha de possivel albergue a selvagens de collarinhos, a horda cresce pirueteando esgares hottentoticos em fula raiva de quem quer cabeças.

– É responsavel! é responsavel! brada a malta enfurecida, afilando dente contra a pintora Greno.

... E depois cae-se de pasmo ao vêr a raça dos juizes inexoraveis.

É o Navarro<sup>311</sup>, e são outros mais profissionaes do banditismo politico, adextrados no Crime, no verdadeiro e authentico Crime, aquelle que não abre só uma cova ao morto, mas lança um Paiz no lameiro, os juizes que veem gritar Justiça!

Justiça?!... Soceguem, se não fosse uma palavra vã, util apenas á decoraçãõ litteraria, ha muito que o Candieiro seria instituiçãõ nacional para liquidaçãõ de contas com perigosos bandidos e desvergonhados farçantes.

– Que ella não está doida!... É cousa de *padrinhos!* Expectora a malta aconchegando a tanga.

Também vocês o não estão – oh recua! – e ha historias de *chantage* com viuvas reaes, defecções nauseantes, portarias surdas, negocios de

---

<sup>311</sup> Emídio Navarro (1844-1905), membro do Partido Progressista, fundou os jornais *Novidades* (1885), primeiro jornal católico publicado em Portugal, do qual foi o seu director até 1891, e *Correio da Noite* (1899).

lama e verdadeiros saques ao Thesouro, dando em resultado a desgraça de um povo e a vergonha de uma raça, pobre victima dos bandoleiros, que p'ra ahi se estorce na Miseria e na Tuberculose, sem Pão e sem Trabalho.

Sim, cambada!

Que a somma dos vossos crimes impunes tem aberto centenas de sepulchros e lançado á Valla outras centenas de desgraçados sem defeza.

E vós – oh cafres! – não sois responsaveis?...

Pois provocar a morte de uma Patria por não ser previsto no Codigo é cousa leve, de pouca monta?

Augmentar a miseria publica, lançar a mãos plenas a corrupção na vida social, na esperança porca de comer á tripa-forra, isso é somenos caso?

Raça de justiça, tão vesga como a consciencia da bilterria, que não sendo kleptomanica, é simplesmente ladra.

E o melhor do facto é vêr a pullulação imbecil dos *sem-opinião* a afervorar-se também na crença da protecção á pintora – por ser ella da *alta* – gosmando sandices imprudentes com contracções faciaes de quadrumanos entendidos em mysterios psychiatriccos.

Pobre d'ella, da infeliz Doente, attingindo o cimo do Calvario, ladeada da pharisaica cohorte; agora a turba requer Victima, p'ra dar exemplo, e quando ao balcão rouba nos metros de chita á gente pobre e no *prego* dá o pataco da usura ao ultimo lençol da viuva banhada em lagrimas, não tem no esgoto da consciencia um rebate annunciador da Justiça – da verdadeira Justiça redemptora – que lhe mostre ao longe, no fundo da Historia a hora do *ajuste de contas*.

Isso sim! callejada no Egoismo, com impulsões de tigre, entrincheira-se na *loja* e ao pôr dos taipaes é que é ve-la á faina, falsificando a manteiga e o pão, o vinagre e o azeite.

A essa hora não falla em Justiça nem lê as *Novidades*: – imita o Navarro!

A reclamação da Vingança é p'ra depois, – ao luzir do dia, quando Vida exige hypocrisia a evitar denuncia dos crimes nocturnos.

Desaçaimado, posto á vontade e sem pudor, esquece-se o bando negro, de riso alvar, dos crimes proprios que deseja impunes, enver-

gando a toga do pretor austero para disfarce da alma bandoleira e então é ouvi-lo.

– Que isto não pode ser!... Fez o mal, ha de paga-lo!... D'aqui a pouco as prisões estão vasias!

E enquanto a matilha rosna d'estas para desviar atenções dos attentados seus, entremostrando a dentuça do lobo á conta da Sociedade que necessita defeza, a Maior Victima lá vae, pés ensanguentados no aspero trilho que só tem clareira pacifica na Morte.

Então o analysta vendo o Reu e os Juizes sente tedio da Humanidade e pensa em comprar um apito defensor das algibeiras e das creanças.

Ernesto da Silva



**INSTRUÇÃO**  
**(VANGUARDA. LISBOA: N° 1682 (3629) (1901),**  
**12 DE JULHO, P. 1).**

Estão, segundo consta, a poucos dias de demora uma nova reforma de ensino primario, o estabelecimento d'um lyceu para o sexo feminino, e o começo de execução do § 2.º do art. 193.º do Regulamento Geral de Ensino Secundario<sup>312</sup>.

Occupa actualmente o logar de director geral de Instrucção publica o sr. dr. Abel d'Andrade<sup>313</sup>, e é sobre o seu nome que irão cair as responsabilidades do que vier – se algum habito ou gran-cruz não acudir a commeter indiscreção de vulto.

Não seremos nós quem regateie ao illustre funcionario qualidades, diremos preciosas. Para o bom desempenho da rude tarefa que lhe metteram entre mãos, fazem n'elle boa companhia a intelligencia e a erudição – que é vasta, – alliada a um temperamento especial de trabalhador. Devemos-lhe a justiça de esta affirmacção para bem nos reservarmos o direito de exigir, ao depois, de sua parte, uma consequencia logica do merito reconhecido.

---

<sup>312</sup> O § 2.º do art. 193.º do Regulamento Geral de Ensino Secundario garantia que o ensino secundário devia ser da responsabilidade de docentes que tivessem aprovado os cursos de estudos superiores «que o governo organizará como habilitação para o referido ensino». Vid. Regulamento geral do ensino secundario, de 14 de agosto de 1895, disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/81/123/p689>

<sup>313</sup> Abel de Andrade (1866-1958) foi deputado pelo partido Regenerador de 1900 a 1910.

A reforma annunciada responde incontestavelmente a uma necessidade imperiosa, dia a dia clamada pelos que no ensino veem sentindo as consequencias do existente. Reforma não só primaria, mas secundaria e superior, um completo renovar de todo o systema vigente, que envergonha pelo atrazo e chega a feder pela estagnação.

Em nosso entender, do problema educativo pendem todos os outros cuja resolução de ha muito se penetra sobre as cabeças descuidosas dos politicos. Olha-se de resto a mocidade, e para a entreter se lhe vão dando leis e portarias, decretos e regulamentos, umas e outros levando-nos á triste conclusão de sabermos que os nossos filhos nem conseguem saber ler, após uma esticada duzia dos seis melhores annos, passada na escola-prisão. Bebemos-lhe, nós, os paes, o vigor e a robustez, na ancia de lhe darmos, em troca, um poucocinho de saber e a vontade de mais saber. E sentimo-nos, ao fim, cúmplices das boas intenções de estadistas, e conjunctamente réus de uma feia acção, indigna d'um pae. É verdade que nos resta a consciencia de havermos contribuido para que não se perdesse ignorado o talento duvidoso de tal ou qual bacharel, filho ou afillhado de tal ou qual regedor...

É sina de politicos verem todas as questões atravez o vidro sujo da politica. Não tem sido possivel destrinçar. Entraram já de roldão, aos pontapés, pelas arcarias dos ministerios, presas pela mesma grillheta, a instrucção e a magistratura. Por lá teem andado, aos encontrões dos caprichos, solicitadas aqui pelas amidades, arrastadas além pelos odios, continuamente soffrendo o embate das paixões.

Está-se a ver o resultado funesto. Uma legião de bachareis e pretendidos homens de sciencia, enfatuados e maus, pedantes e charlatães; a aterradora imagem dos oitenta e tantos por cento de analphabetos; a prostituição, publica ou envergonhada, da mulher a quem a sorte não deu uma herança ou um marido e a quem o Estado recusou os meios de honestamente supprir as necessidades da vida; arrepiante paisagem esta que qualquer diria fructo de formidavel cyclone abatido em primavera.



Será o remedio efficaz o que vem annunciador. Será esta a primeira dose do antidoto que se reclama?

Gente de mal dizer vem já tentando a preadivinção de resultados desoladores. Habitados, como estamos, a ver em toda a parte a véra effigie, amarellada, dos cinco dedos de dextra politqueira, sem querer, nos vamos inclinando a atoardas alarmantes.

Acima attribuímos ao actual director geral da instrucção qualidades que impõem obrigações. Pode inutilisal-as a intervenção das paixões ou interesses politicos; o exemplo recente d'uma portaria exquisita é prova do asserto.

É util e necessario que não succeda assim, que a instrucção não continue a ser cajado evolucionando em mãos de cegos.

N'essa expectativa nos ficamos por agora, não sem lembrarmos ao funcionario em questão a necessidade de nos dar alguma coisa de bom e util ao paiz, comquanto inutil para os amigos e partidarios.

Ruy



**A TRAÇO NEGRO... (TYPOS E FACTOS) OS DOIS!  
(O MUNDO. LISBOA: N° 307 (1901), 22 DE JULHO, P. 2).**

Foi ha dias, ao trepar da aspera ladeira dos Paulistas, que eu vi os *dois!*  
Vinham lá do Camões a passo certo com estygma de caserna.

Ella, tinha o typo vulgar, quasi inexpressivo da creatura arrancada ao seu *meio* e que se fica estuporada na Vida sem fremitos nem paixões, sem gritos nem esperanças.

Uma de tantas...

A não ser o *tic* de estranheza que a denunciava hostil á gente curiosa que a mirava á passagem, mal se descobria indício de maior a poder estabelecer-se a psychologia d'aquella mulher que a furto tinha um sinistro relampejar de olhos quando erguia vistas ao companheiro que a falava aspero com ares de juiz e rictus triumphante de forte, seguro de não deixar fugir a preza entregue pelo acaso ás instinctivas ancias de dominação, despertas e acalentadas no calor da Ordem.

E os *dois*, seguindo calçada abaixo obrigavam a desvio *varinos* que se precipitavam na descida gritando jornaes e punham notas de curiosidade no rosto amarelento das costureiras que passavam ouvindo graças de caixeiros mal dormidos agora na faina de exposição das chitas e *foulards*.

E no caminho, interrogando-me, olhava para dentro de mim, perguntando: que seria aquillo?

Aquelle policia assim severo, de longos bigodes armados em gancho sobre commissuras dos beiços grossos, fronte estreita e maxillas fortes de orango, accusando nas mãos pelludas o braço rijo do trabalhador desviado

da surribe e da poda que dão força á vinha e vigor á terra, surgia no meu espirito como inconsciente factor do Mal, ancho de poder, esquecido das *esfolhadas*, do *serão*, da fonte, já sem cantigas ao desafio quando o luar alveja nos degraus do adro da igreja velha.

Sim. Aquelle não era já o Homem, era o 1:004, alguma cousa de brutal, engrenagem que despedaça impiedosa sem sentir a dôr alheia.

A Lei que o pervertera e o vestira de negro com o revolver á cinta, trouxera-o primeiro em marcha na Caserna quando era novo e ainda tinha, ás vezes, recordações da *terra* com evocações de raparigas de pernas grossas e seios largos por sua vez tambem chamadas á Cidade a despejar bacios a ser motivo ás primeiras volupias de garotos endinheirados á hora do resonar paterno.

E os pensamentos acudiam-me em chusma ao cerebro ao recordar os *dois*.

Aquella rapariga de chale em ponta, sapatos tortos e lenço amarrado em moldura á cara larga, roubara qualquer cousa, desattendera os patrões, matara um filho; longe da Mãe, sem conselhos, sem gente amiga a vigial-a, analphabeta e inconsciente, dizia bem em par com aquelle outro que a acompanhava.

Eram vencidos da Sociedade que iam caminho do Veiga mostrar-se taes quaes eram: um bruto e inquisidor o outro irresponsavel e estúpido.

Não era aquelle grupo a imagem da Vida; aquella era a sombra do Aniquilamento.

Se a gente os vira, pensava eu, á beira da estrada rindo á vontade, simples e tranquillos, com raios de paixão a illuminarem o rosto barbeado do macho especado no cajado e ella entre arisca e confusa a fazer dobras na saia de chita alegre, então sim, a alma abrir-se-nos-hia n'uma grande esperança de amoravel fecundação, elevando-nos á crença do mundo ser a natural habitação do homem feliz.

Mas, assim não era...

Os que deviam ser amigos, solidarios, companheiros de vida e amor, transformavam-se em inimigos odientos, raivosos de lucta pela vida na

saturação d'um egoismo feroz que pervertia o Ser lançando-o abaixo do animal.

E tudo isto por serem falsas as leis dos homens!

Os *dois* podiam aconchegar-se á noite no amor dos filhos quando á volta da ceifa a lenha crepita incendiada e o fumo foge das chaminés a perder-se no espaço: e assim, porque a Sociedade não era Mãe nem tinha Alma, lá desciam a ladeira aquelles *dois*, cheios de prevenção e odio mutuo, n'um arreganhar de dentes que dava frio ao analysta.

... e ao cabo de pensar nos *dois*, eu vi n'um grande desconforto espi-ritual a Humanidade deshonrada.

Ernesto da Silva



**A TRAÇO NEGRO... (TYPOS E FACTOS)**

**INFANTICIDA!**

**(O MUNDO. LISBOA: N° 314 (1901), 29 DE JULHO, PP. 2-3).**

Joaquina Rosa, será conduzida, ao sair do hospital, para o juízo de instrução criminal, a fim de ser remetida á Boa Hora para responder pelo *attentado* que praticou contra os filhos. (*Jornaes de Lisboa*)<sup>314</sup>

Ah, que ainda tenho a retinir aos ouvidos o apello do meu camarada João Frollo requerendo energias p'ra defeza da Victima e d'alma não me sae aquelle grito de hora tragica, fingindo tranquillidade p'ra dar ensejo á Morte.

– Filho, ainda não viste o mar?...

E n'um recorte negro vejo riscar o espaço um vulto de mulher desfrenhada descendo a amortalhar-se no lençol verde das aguas e a creança n'uma pasmo de incompreensão sumir-se tambem, a sorrir, sem saber...

Pobre Mulher!

---

<sup>314</sup> Trata-se de um caso não consumado de infanticídio. Com motivo do início do julgamento da ré *O Mundo* publicou uma síntese dos factos na qual afirmava que a vítima conjugava dois elementos castigados pela sociedade: ser mulher, considerada unicamente um objeto de prazer; e ser pobre, o que na opinião do periódico implicava a negação de qualquer direito. Nesta situação, abandonada e com filhos na sua responsabilidade, passando fome, resolveu suicidar-se matando primeiro os filhos. Vid. Um crime da sociedade. O julgamento de hoje – O caso Joaquina Rosa. *O Mundo*. Lisboa: n° 402 (1901), 25 de outubro, p. 1. O pormenorizado relato do julgamento e a absolvição da vítima podem ser lidos em O julgamento de hontem. Joaquina Rosa na Boa Hora – Incidentes da audiencia – a attitude do juiz – Absolvição da victima. *O Mundo*. Lisboa: n° 403 (1901), 26 de outubro, p. 1-2.

Alma em farrapos, cerebro em fogo, nervos em furia e apesar d'isso, onde ha manchas de angustiada loucura, como a Victima, é grande e a Mãe é amiga!

Havia que morrer; d'um golpe só cortar o fio á quotidiana tortura desperta com a aurora para só findar á vinda do Domno amigo, urgia encontrar remedio certo ao Mal e a prece tornada inutil – Deus é surdo aos desgraçados! – forte no designio e grande no sacrificio quis a Mãe morrer duas vezes: – que a morte dos filhos é bem a maior das mortes.

Que sangrento Calvario não foi aquelle das Picoas ao Tejo!

Á hora da Vida começar a povoar as ruas; ainda quando os infelizes rebolam o corpo nos colchões macios, amadornados no conchego dos quartos luxuosos, já a Mãe seguia no caminho do sepulchro sobraçando o filho, avida de fuga ao mundo, recordando apavorada a agonia dos outros dois, lá em casa tombados no soalho lividos e mortos ao fogareiro assassino.

Que era infame o acto, dizia horas passadas a Sociedade feliz e repleta arrotando criticas de *mãe desnaturada*, *doida perigosa* e isto com informes cobardes dos filhos serem de varios paes.

Que fosse assim!... Não eram todos da mesma Mãe?...

E forte n'esse direito conferido pela Natureza a obscura Joaquina Rosa, seguia, seguia sempre na convicção inabalavel de ter direito a matar quem ia morrer.

Ella, podia fazel-o. O instincto materno illuminava-a de intuição e a desventurada bem ser cobardia suprema marchar p'ra quietação ficando só os pequeninos sem amparo nem defeza, entregues – a quem? – á Sociedade que faz codigos mas não defende homens, procria leis e não protege mulheres, tem prisões e não salva creanças.

Que tinha pois Ella de demorar-se a considerar esse symbolo da Ordem que jámais lhe penetrara no desconfortado albergue a encoraja-la, dando-lhe pão, auxilio, solidariedade? D'essa abstracção alcunhada de Sociedade que recebera até então? a calumnia tresloucando-a, o abandono enfurecendo-a, a exploração violentando-a. Na vespera ainda um ultimo



representante d'essa Sociedade lhe negara os miseros tostões que pobre ganhara costurando p'r'os filhos.

E a Mãe que tudo isto sabia havia de mergulhar o corpo no Aniquilamento, deixando a Alma a vender cautellas e flores nas ruas onde ha preversão, fome e pontapés?

Nãõ! Esse é que seria o mais completo dos attentados.

Passados dias, quando a *carcassa* roida e escalavrada viesse dar á costa, destinada á exhibição nas montras da *morgue*, já os orphãos andariam soffrendo puchões de orelhas á Caridade.

E a Victoria que fôra sempre Amor, a *desnaturada* que vivera sempre do sorriso dos filhos, chalreantes e felizes no aceado ninho do fatinho velho, foi-se á sinistra faina serena e calma, n'aquelle deliberado proposito do dever a cumprir. Se os deixasse orphãos não tardariam os juizes d'Ella, que hoje a indicam Infanticida, a empurra-los enfadados á volta das ruas p'ra não ouvirem o pedido lamuriento e importuno á esmola que não queriam dar.

Então que fez a Victima?

Ingressando na Morte por horror á Vida, defendia-se e defendia-os, a elles, aos pequeninos, não deixando que mais tarde viesse a Sociedade bate-los e conspurca-los.

Ah, como o acto da Joaquina Rosa luminosamente contrasta com o desamor negro d'essas femeas de espirito culto – oh porca ironia – incapazes de offerecer as mamás aos filhos, não vá desarranjar-se o *corsage* ou o leite pôr manchas na camisa que o amante á espera em qualquer *cama do cego*, quer limpa e perfumada p'ra requintes de volupia. Como eu vejo a obscura martyr a dar grandiosa lição de sentimento terno e perfeição moral, e sinto raiva ao Codigo<sup>315</sup>, que é cego e tyrannisa, é bruto e encarcera.

---

<sup>315</sup> O *Código Penal Português* tipificava o infanticídio dentro dos crimes por homicídio, punindo-o com pena de prisão maior celular e degredo. *Código Penal Portuguez, Tomo I. Relatorio da Commissão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861, p. 57-74 e 114-123; *Código Penal Portuguez, Tomo I. Relatorio da Commissão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, p. 70-71. Já

Ha em mim fremitos de revolta e á mistura um grande desprezo, um grande nojo de vêr a Humanidade tão besta e a Lei tão descaravel.

Raça de phariseus hypocritas a legislar, não quer prevenir, amparar, redimir; enverga a toga do infallivel pretor e salpica de lama os affectos mais nobres, os sentimentos mais puros, unicos a guardarem a creatura á mais sublime expressão de Amor.

Ás cegas, semelhando bois á nora, andando á roda da Lei, sem saber porquê, farejam a existencia de uma alma e vão logo como vampiros a suga-la. Conhecem uma agonia e correm a exacerba-la, apontam-lhe um tragico Calvario onde não morre um Christo – redimindo os homens, mas fallece uma Mãe libertando os filhos, e correm logo inquisidores e bestas levando aos labios da desventura o fel da prisão.

Miseraveis, grandes miseraveis, agora vos pergunto quem auctorisa a vossa maldade de tigres, á espera de victimas?

Riem?... Zombam?... É que vocês bem sabem auctorisar-lhes a existencia e o privilegio, a ignorancia do grande numero por vocês explorado e ainda depois torturado.

Em que direito vos firmaes, oh carcereiros e scribas! para assim apóz a volta á vida da Mãe que foi nobre e da Mulher que foi justa, irdes alli ao Hospital dizer-lhe estar á porta esperando-a o Policia – ladrão da liberdade alheia – não a titulo de conforto e carinhoso auxilio mandado pela Sociedade mas enviado a prende-la, apontando-lhe o Aljube por ser má p'r'os filhos.

Sim! em que impulso de sentimento generoso se filia o acto inqualificavel de roubar a Mãe aos pequenos – internando-a no carcere; onde está a Lei – e que Lei é essa! – humana e amavel que permite lançar a *infanticida* – já lapidada de injurias pela malta ignobil da imprensa torpe que lhe discutiu o Ventre e a Alcova, – nos cacifos do infame *carro*

---

o *Código Civil*, por seu lado, não contemplava a responsabilidade dos homens perante os filhos. *Código Civil Portuguez. Approvado por carta de lei de 1 de julho de 1867.* Lisboa: Imprensa Nacional, Segunda edição official, 1868.

*cellular* onde todos os dias a Sociedade vomita o que de mais crapuloso objecto procria?

E eu já estou vendo a Joaquina Rosa sahir o portão, vexada e soluçante, sob o olhar dos agentes de mau aspecto, subir a custo ao estribo da *carroça* immunda e lá ir de levada com gatunos a rolar pelas calçadas ao trote das mulas da Ordem.

Ella, sequestrada dos filhos por quem sacrificou tudo, ouvirá perguntas de Boa Hora e ao dar pela primeira vez entrada na prisão das mulheres sentirá o coração despedaçado e n'uma crise de supremo desespero e odio á Vida mais que nunca desejará a morte amaldiçoando a gente salvadora que a foi buscar ao limiar do tumulo.

Pobre Victima!... Infeliz Mulher!...

Quizeste no ultimo esforço, defender os pequeninos, poupando-os á vilania social e o teu sacrificio resultou incomprehendido diante da lei cega e surda, que hypocrita vem agora, em nome dos teus proprios filhos! pôr-te na frente radiosa de Mãe o ferrete de Infanticida.

Oh, como tu és grande e humana e a Lei é iniqua e porca!

Ernesto da Silva



**INSTRUÇÃO**  
**(VANGUARDA. LISBOA: N° 1704 (3651) (1901),**  
**3 DE AGOSTO, P. 1).**

Vem chegando, infelizmente, a desillusão. Noticias de periodicos bem informados veem dia a dia demonstrando o que sairá de toda a balburdia reformadora com que as chancelarias governativas ameaçam preencher este final do primeiro anno d'um seculo novo.

Já se fala em mais germanismo, como se as primorosas consequencias do actual regime de instrucção secundaria não bastassem a attestar, com publica e solemne testemunha, a necessidade de nos valermos da prata da casa, que se vae geralmente reconhecendo de qualidades muito estimaveis.

Hão de permittir-me porém os senhores reformadores que eu vá caturando em julgal-os tolos e maus, para não lhes fazer a injuria de os suppôr uma ou outra coisa sómente. E tambem me vou a mim mesmo congratulando por n'estas columnas haver já affirmado uma vez a intelligencia e finura indiscutíveis do actual director geral da instrucção publica. S. ex. não quer tomar sobre si as responsabilidades do aceio em que vae mostrar-se-nos a nova reforma do ensino primario. Se boa, não quer, e com razão, usurpar o direito que se impõe á gratidão dos povos o elegante sr. Queiroz Velloso<sup>316</sup>; se má, não queira Velloso amigo deitar fóra do seu

---

<sup>316</sup> José Maria de Queirós Veloso (1860-1952) distinguiu-se no âmbito da educação. Neste ano de 1901, quando Ernesto da Silva escreve esta coluna, integrava o corpo docente da Escola de Habilitação para o Magistério Secundário e havia sido eleito deputado às Cortes pelo Partido Regenerador, exercendo ainda vários cargos de chefia na administração educativa. Vid. biografia em VELOSO, José Maria de Queirós (1860-1952). MÓNICA, Maria Filo-

capote a dóse de agua que lhe compete. E assim é já sabido que o sr. dr. Abel d'Andrade apenas arriscou a insignificancia de umas pinceladas e talvez uma emborcaçãozinha de precioso verniz. Em boa politica, as declarações officiosas que já viu dar a lume significam a denuncia d'um mau trabalho imposto como bom pela influencia da mediocridade guindada pelas orelhas ao nivel do genio.

Mais uma tentativa que virá a fracassar. É sina d'este povo, já o disse; a politica subtilizou-se de tal modo que substituiu nas meninges de todo o funcionalismo o sangue em circulação.

E senão, que nos digam os que unissimos ventos bebem onde está a capacidade pedagogica demonstrada pelo sr. Queiroz Velloso, qual a pratica de ensino que auctorisou o governo a impor-nol-o como legislador em materia de instrucção.

Mas derivará este acto de uma governação do facto de não haver n'este pequeno paiz um nucleo de pedagogistas ou ao menos um pedagogo capaz da incumbencia? É publico e notorio que não. Na esphera politica sabe-se muito bem que ha na Academia Real das Sciencias, á espera do premio D. Luiz, um trabalho valioso sobre a materia; sabe-se muito bem que o dr. Teophilo Braga se recusa a deixar esquecer o relatorio que lhe foi incumbido. Mas o auctor não foi nem será deputado da maioria, não foi nem será influente politico, potentando eleitoral, nem, consequentemente, governador civil de qualquer districto um tanto avesso á instrucção.

Não ha pedagogistas? Ha; mas é preciso que se vão procurar ás escolas onde elles dia a dia encontram, na pratica do ensino, elementos novos para um trabalho são e positivo. Ha, sim, pedagogistas; mas não são, os verdadeiros, por diletantismo ou por vaidade por luxo ou por ambição.

Na Russia, na Allemanha, na Inglaterra, em todos os paizes em que a sério se cura do problema educativo, nomeiam-se commissões de professores do ramo de instrucção que ha de ser attingido por qualquer reforma

---

mena – *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2006, p. 1037 e ss.

em projecto. Esses são os que pódem conhecer ao assumpto, ou que ao menos teem obrigação de conhecel-o. No nosso paiz, para que se possa legislar em materia de instrucção, basta o attestado de frequencia da arcada e das repartições, e conjunctamente, em modernissimos tempos, a factura de um livreiro a certificar a compra de um frasco de sciencia germanica condensada. Chegamos a ponto de estarmos arriscados a succeder que o primeiro farroupilha, vindo de qualquer baiúca em fraternidade com marujos Hamburgo, ao primeiro grito roufenho, denunciador de affeição pela Germania, seja agarrado pela gola da japona e obrigado espremer uma reforma de instrucção.

Não tenho, é claro, intuitos de offender quem bem se vae aproveitando d'este derramamento vergonhoso. Mas é preciso que com energia se defendam direitos postergados e se imponha a obrigação de respeito ao trabalho que usa ser, quando honestamente feito, miseravelmente pago. Essa necessidade hei de eu satisfazel-a, com permissão dos fados meus e s. ex.º o sr. director geral.

Ruy





**A TRAÇO NEGRO... (TYPOS E FACTOS) OPINIÕES  
(O MUNDO. LISBOA: N° 321 (1901), 5 DE AGOSTO, P. 2).**

Pelo visto o *Theatro do Infante* é cousa destinada a provocar controversia entre nós, os que n' *O Mundo* collaboramos consoante pessoas e meritos, tendencias, educação, etc.

Pró e contra vieram já a terreiro D. Anna de Castro Osorio e Costa Carneiro, que, perdoem a franqueza os meus illustres camaradas de combate: nenhum ainda feriu a *nota* requerida pelo espirito quando se pretende fazer defesa de crianças a proposito de attentados criminaes.

Um foi ferozmente particularista, o outro deixou-se por demais enlevar em doce optimismo.

A meu vêr, Costa Carneiro peccou por dar ao ataque feição restricta e exclusiva, não alargando vôo á generalisação do *caso* infantil; ao contrario afincou-se a um aspecto único – e não dos mais dolorosos, seja dito – da hedionda iniquidade conhecida a titulo de preversão e exploração da infancia.

Bastava olhar um convento, tinha lá peor!...

Por sua vez errou D. Anna Osorio, a escriptora superiormente dotada de alta valia intellectual, ligeiramente correndo a defender o que não podendo jámais ser escola d'Arte tem fatalmente de transformar-se em motivo de exploração feita a creanças pobres e desprotegidas.

Creia ex<sup>ma</sup> sr.<sup>a</sup> eu que sou pae só com a mais profunda magua poderia vêr qualquer dos meus dois filhos pisar o tablado do *Infante* ou d'outra baiuca congenere. E por estar convicto de v. ex.<sup>a</sup> acompanhar no intimo

o meu dizer, desperta para a Verdade em santos impulsos maternas, é que me auctorizo a descer á liça intencionado de pôr a questão.

A preversão dos sentimentos infantis e a exploração brutal das crianças não tem morada única no theatreco da Avenida.

Bom era isso!

São obra d'esta Sociedade de selvagens sem tangas onde por desgraça vivemos e albergam-se na fabrica, na officina, na loja, no *atelier*, na rua, em toda a parte; monstruosidade social das muitas que conhecemos apprehendidas pelos nossos olhos e apontadas pelo nosso gesto a evocá-la, basta fazermos desfilar na imaginação revoltada a livida procissão dos pequenos cauteleiros, criadas, marçanos, aprendizes, mendigos, floristas, – que sei eu! – a longa fila interminavel dos carimbados de Soffrimento desde o berço, a cada passo surprehendidos desde os balcões das tendas e recantos de officina até ás esquinas das ruas e cozinhas de gente temente a Deus, – não disposta a gastar muito.

Em todos elles o stygma da desgraça que logo aos primeiros annos vem pôr n'alma borrões de impudor e raiva, se denuncia nas faces pallidas, cabelleira descuidada, olhar a medo não venha rapido surprehende-los o pontapé do mais forte provocando lagrimas que á falta de ser choradas teem de ser bebidas.

Ahi está porque o *grande mal* não se occulta apenas no *Infante*, tem morada mais larga e sumptuosa; na Sociedade é que reside a origem do cancer e emquanto esta não fôr reedificada após benemerida desinfecção levando volta dos fundamentos á cupula as causas do martyrio infantil subsistirão sem que valha de beneficio maior aos pequenos reprobos a eliminação d'um ou outro aspecto da violencia legal e consentida.

Acaso não esbarramos ahi a cada passo com a *Gata assanhada*, a *Osga*, o *Lareco*, o *Rei da fome*, ladrões e meretrizes de 10 a 13 annos passeando impavidos ares de criminosos feitos e gestos obscenos de prostitutas impuberes trescalando a poder?

Quem os fez?

Sem duvida a Sociedade, essa marafona de pustulas cobertas a *velou-ine* costumada a erguer nas ruas fraldas sujas debruadas de rendas caras.

É ella e ella só a causa de todo o mal.

E não vão julgar os meus illustres camaradas de peleja contra a iniquidade social ser-me grata a cumplicidade do silencio deixando medrar sem protesto o *Infante* ou outra arte exploradora e prevertedora da infancia; – menos isso, lá por ser crente da felicidade geral não se fazer facto sem reforma da Sociedade no que tem de mais intimo, desde o coração ao intestino grosso, não vae meu scepticismo a negar apreço ao bom combate alvejando amputação immediata de qualquer modo de ser da infamia collectiva.

Verdade seja que postas trancas no *Infante* as victimas apenas mudavam de profissão: transformavam-se em vagabundos parceiros do *Lareco* e da *Osga*. E a affirmação é justificada em meu espirito, por conhecer de certo dois dos actores minimos e já ter visto findo o ensaio, sair p'ra rua a companhia; lembra-me até ter vindo Avenida abaixo a julgar do futuro dos desgraçaditos immolados á exploração da empreza e á distracção dos *bébés* oriundos de papás dinheirosos á altura de compra dos esgares d'outras crianças para gaudio das *suas*.

E aqui é que a questão tem de ser posta; não vá criar foros de cousa certa ser o *Infante* escola d'arte.

Ali, na Avenida, não ha grupo de crianças folgando em commum, vivendo num só sorriso e abraçadas n'um igual sentir solidario e fraterno capaz de educa-las no amor do proximo e no respeito á figura humana julgada reflexo de nós mesmos.

Finda a festa é certo os espectadores irem para casa relembrar a *bicharada* n'uma algaravia hesitante cheia de luz e encanto – como fez o filho de D. Anna Osorio – mas, oh negrura, não levarão no espirito a dolorosa comprehensão de serem desgraçadas victimas sociaes sem conforto nem amparo, alegria ou amor aquelles actores alugados durante horas que os fizeram rir ali junto ás mães.

Que lá por serem *rapazes da rua* nem por isso teem menos direito á felicidade!

E no cair do panno, postos os abafos, os da platéa sairão sem terem visto na *Carochinha*, no *João Ratão* e mais figuras esqualidos productos da miseria que os força a ganhar pão com gestos e piadas de origem schwalbachiana lançados á farça logo ao alvorecer p'ra gaudio dos *outros*.

Bastava isto: as crianças regressarem ás familias certas da sua supremacia – a do dinheiro dos paes! – sobre os actores *forçados* á pandega que as distribuiu p'ra d'um golpe ser vista a somma da iniquidade albergada na boceta dourada do *Infante*.

É por estas e outras que julgo d'esta vez illudida na analyse D. Anna Osorio.

Que aquella cousa da *Carochinha* com musica facil não é a ronda da pequena buliçosa e alacre acceite na boa communhão do campo livre ou do parque pleno de sol e verdura, impregnado de franca igualdade triumphante nas gargalhadas felizes, claras, sadias. É a prematura exploração dos que teem fome e vendem trabalho a quem tem dinheiro e compra prazer.

Eis a differença illustre escritora.

A graça d'elles, dos da rua, pode divertir crianças, mas deve dar pranto aos que sejam paes ou mães.

Eu se levar lá um filho será para dizer-lhe: aquelles serão dos desgraçados; á falta de carinho quase não conhecem paes, agora vestem sedas logo teem farrapos e coitaditos d'elles, quando tu fôres homem a caminhar seguro na vida has de ve-lo – se os reconheceres! – femeas e machos a chafurdar na lama, perdidos por tabernas e *bortas* a fazerem monologos obscenos com rictus de alcoolicos, crapulosos, cheios de infamia e sarna social ganha precocemente em promiscuidades torpes do *Infante* que fez dos rapazes uns pulhas e das pequenas... nem eu sei o quê.

Se lá fôr é p'ra educar os pequenos, apontando-lhes a desgraça e a miseria na sua exteriorisação mais flagrante e commovedora.

Indicar-lhes-hei a iniquidade – quem sabe! – talvez a não esqueçam.

Depois, o *Infante* nunca pode ser escola d'arte: preparar espiritos á comprehensão de subteis filagranas sentimentaes, tornar o ente emotivo e perfeito rendido á eterna beleza não se consegue amarrando crianças a maneiras automaticas com *rubricas* á guarda do *ponto*, não saia asneira: é ao contrario preciso integra-las na mais ampla liberdade, dar-lhes completa e livre expansão ás energias proprias e tendencias innatas transformando-as em embryões de esthesia segundo o determinismo individual até se completarem modalisando-se autonomas e livres em *virtuosidades* indiscutíveis.

E não é outra a lição offerecida por Zola nos orpheons do *Travail* que só por sacrilegio podem ser confundidos com os *couplets* da Avenida arranjados por Schwalbach.

Vista assim a intervenção de Costa Carneiro e D. Anna Osorio, no caso do *Infante*, que fica?

A certeza do primeiro não ter conseguido, apesar de boa vontade, ferir o alvo, encarniçando-se talvez demasiado no ataque a um *quasi nada* do muito que ha a pôr em fóco sobre exploração de crianças dando ensejo a poder a matilha dos interessados rosnar ser questão pessoal, o que na verdade é um bello grito d'alma indignado e protector.

P'ra cumulo porem do desprazer D. Anna Osorio veiu optimista e auctorizada – por ter já ido ao teatrelho – dizer-nos:

«Aquillo sim, aquillo é que as crianças devem ter para divertimento de actores como de espectadores, que em poucos momentos ficam uma só familia».

Deve ser isso: uns na rua a tiritar, sapatos rotos e barriga leve, outros sonhando com a *bicharada*, tendo nos labios um sorriso alegre.

E o peor é que passada a folia da *Carochinha* já as familias não querem contactos dos *bébés* com os *actores* – que aquillo sempre é gente criada a *matroca*.

Não será isto?...

Deixemos pois em paz os desgraçados que não podemos libertar definitivamente, e visto a nossa defesa ser de pouca valia não agravemos forjando encomios á exploração que tortura os *outros*.

Ernesto da Silva

**A TRAÇO NEGRO... (TYPOS E FACTOS) A MAIORIA  
(O MUNDO. LISBOA: N° 328 (1901), 12 DE AGOSTO, P. 2).**

Palavra que não sei e cousa mais brutal nos propositos e estúpida no pensar – se é que pensa! – do que esse monstro de mil e uma cabeças alcunhada de *maioria*. E é ver desde a mais infima assembléa á expressão mais completa do querer do maior numero; sempre, sempre por ser, a *maioria* amarrada ao trambolho das idéas gastas e das phrases feitas vem forte de certeza a esmagar o rebelde, o individuo, o typo asphyxiando-lhe a vontade, pondo algemas ao espirito, espancando a razão clara que vê longe e rejeita enojada o *biberon* das formulas consagradas d'onde se aleita a grande malta dos improgressivos.

Em todos os tempos, durante toda a historia da evolução humana, quer o drama seja no Calvario e mate Christo, quer se estadeie em pleno *boulevard* e grite Zola ao Sena!... Zola ao Sena!... é a maioria, a estúpida maioria, quem dá a lei. É ella, sempre ella, estupporada e vesga, de entendimento curto e habitos velhos, erguendo-se na defesa ao que está a olhar – quer os resultados sejam o queimadeiro de Joanna d'Arc, ou a apostasia de Galileu.

E o *por si se move* não pode ser gritado, tem de escapar-se a medo por entre labios descorados, symbolizando a verdade receosa de mostra ante a estupidez humana enfurecida, por que a foram arrancar á inercia que permite crimes.

E o facto repete-se, multiplica-se, perpetua-se, e haja vista agora a casos de ha dois dias: quando da pintora Greno logo n'uma gazeta veiu a maioria dar advogado á luz gritando paladino, com traços incoherentes.

«– Se a sr.<sup>a</sup> Greno é louca, por ser cynica, – e eu creio que tal cynismo é uma *anormalidade* tambem os outros cynicos são loucos».

Dito isto, o grupo dos imbecis postos em chinelas mais que nunca se convenceu de ter cabeça e applaudiu concluindo:

«– Pudera, se ella matou o *homem!*»

E o *amadeu* especie de lombricoide da litteratice parva, enroscado no goso do triumpho ganho na phrase decisiva, foi mais que nunca convencido ao clamor da recua de ter batido certo.

Besta!...

Nem se lembrou que o reconhecimento da *anormalidade* na pintora Greno o levava a ser piedoso e justo obrigando-o a ter character bastante para evitar ferir cobardemente quem por já estar prostrado pela desgraça se impunha o maior perdão ainda que fosse o mais provado criminoso.

Mas que querem se o amadeu verne intestinal alojado nas *miudezas* da sociedade se enraivava com aquella cousa feroz da pintora ser hespanhola.

Diabo! que o *amadeu* é patriota bastante e para o pôr azedo basta a idéa de concorrência aos meritos feita por gallegos... Nada de hespanhoes, pr'os fretes cá estou eu! E assim fez figura nas tendas e moradas onde o Accacio dá a lei.

Poucos dias passados estourou o caso das Picôas: viu-se uma mãe angustiada e perdida buscar a morte immolando os filhos e vae que não tardou em apparição outro defensor do instituido a gosmar n'outra gazeta;

«Uma coisa que desapprovo completamente e que julgo altamente perigosa e prejudicial á educação das classes menos illustradas é essa moderna tendencia a declarar irresponsaveis aquelles que se deixam arrebatat por qualquer paixão violenta e n'um estado de excitação ou inconsciencia commettem crimes que a sociedade *não pode deixar de punir e punir severamente*».

Que tal?! Façam d'isto, do *amadeu* e mais da escola, um jury e digam-me depois que enxurrada d'almas e cerebros vai alli por a Boa Hora. É p'ra fugir.



Vingança! Vingança! havia de ecoar ali em baixo na hospedaria da justiça e levas de *criminosos* marcharem cabisbaixos e feridos para todo o sempre caminho de carceres offerecidos á desgraça pela bruteza da *maioria* satisfeita.

Que elles, os da crença que a sentença feroz dá exemplo e põe freio ao determinismo individual do delinquente, berram essas cousas por inercia intellectual e manifesto desconhecimento do que vae por este mundo de Christo; ouviram dizer ao barbeiro ou á mulher das couves que sem exemplo e castigo a *cousa* não vae e, zás, n'um prompto se armaram de ponto em branco p'ra pratica do mal contra victimas inermes.

E teem echo: veem á rua, ensaiam gesto, assanham-se e em dois golpes a fundo a ferir os *modernismos* catechisam a maioria que está d'accordo, – por ser estupidez – e se barreiras não forem postas a verdade e a justiça não resistem aos pontapés enfurecidos dos que desejam... ordem e lei.

Ah, que é bem custoso abrir brecha em craneos rijos. Quer affirmar-se uma idéa nobre, fazer anatomia social, precisar justamente a origem das desgraças que nos magoam o espirito e tanto faz ser n'um simples grupo de homens quer no coração da sociedade não falta a apparição da maioria barafustando e chafurdando impenitente nos logares communs bebidos com o leite.

Valha-nos ao menos a crença da evolucion da humanidade menos se fazer por instigação do maior numero que por determinação originada nos espiritos mais justos e humanos apodados de *doidos* é certo, mas fugidos á lei da imitação regressiva que conduz os de *bom senso* á figuração contemporanea do avô macaco posto na Avenida de frack e chapéu alto.

Que se fiquem depois os *amadeus* a justificar as origens da especie symbolisando a maioria emquanto nós vamos seguindo a clamar que a sociedade é injusta e mentirosa e os *amadeus* são estupidos e maus.

Ernesto da Silva



**A TRAÇO NEGRO... (TYPOS E FACTOS) A FERRA!**  
**(O MUNDO. LISBOA: N° 335 (1901), 19 DE AGOSTO, P. 2).**

... e que teve por *caridade* o metterem-no em calabouço, marcarem-lhe a cabecita loura com uma substancia pegajosa, que me pareceu alcatrão, para numerarem as vezes que tinha sido preso e depois de lhe darem algum comer o mandaram embora. (Da *Vanguarda*)

Ao ler-se esta infamia dá horror ter filhos.

Pois é crível que ás crianças vagabundas seja apposto o *ferro* da Miseria a traços d'alcatrão nas cabeças mal cuidadas?

Não será sonho este pavoroso requinte de preversidade social feito em pleno pateo ou peor antro do Governo Civil sobre as pequenas victimas embaçadas de pasmo emquanto das prisões vem o cantar desbragado das *moças* e a grita da matulagem presa das calçadas e viellas?

É forçoso acreditar que a vilania da Sociedade salva os diques da infamia habitual e nos recantos lugubres transborda perpetrando a frio a *ferra* dos desgraçados que não teem mãe, pae, amor carinho?

Será isto assim?

Interrogo-me e por instincto respondo á minha colera desperta – que sim! que é possível! que a verdade é aquella que vem espicaçar-me a alma e dar raiva ao espirito na certeza da impotencia que me agrilhoa detendo-me á beira da monstruosidade sem a poder eliminar.

E é tão grandemente triste reconhecer paralyzados os braços, inutil a indignação!

Analyso o facto, evoco-o, tento penetra-lo e ao passo que reconheço quanto é largo e podre o tremedal que nós andamos aqui a pôr á luz do sol, sinto vergonha de pertencer a uma Sociedade tão singularmente má e tão definitivamente pulha.

Pois é certo: ha crianças sem abrigo, minusculos vagabundos sem albergue, pequenos *rotos* faltos de pão e ensino e á supplica responde-se com o ferrete da vagabundagem que vae ser chave da enxovia e passaporte da Africa em tempos proximos e isto faz-se sem um estremecimento na consciencia, serenamente, cobardemente, lançando ao monturo a carne humana que sobeja por não ter logar á mesa da Vida!

E na malta dos inquisidores ha de haver sem duvida, chalaça grossa á hora da *ferra*, apartando os *novilhos*; debruçados sobre os craneos ainda por fazer olhos, patibulares estudarão o cadastro dos pequenos esfomeados e farão graçolas ignobeis contando por dedos as pinceladas de alcatrão que põem aquelles gafados de doze annos fóra do mundo.

Se não fora a crença segura da selecção eliminar justiceira os imperfeitos e improgressivos não se podia apoz isto acreditar na regeneração da humanidade.

Porque a *ferra* dos pequenos miseraveis lançados pela Sociedade á prisão e ao crime não se envolve de fereza, mas é peor, reveste-se de insensibilidade; d'um tigre ainda ha a esperar o estender das garras que sendo um gesto importa vida, mas d'uma estatua não ha de esperar sorrisos que sendo luz negam a morte. E o facto denunciado é bem a morte moral das victimas e dos inquisidores.

Que não podem ser homens os algozes de crianças!

Acaso é de acreditar que haja luz naquelles cerebros e amor naquellas almas? Não. Os filhos que teem em casa não lhes acordaram o sentir, são simples consequencia dos instinctos postos á vontade em opportuna hora; nada mais! Os algozes fundamente tarados de preversão criminal, encontraram femeas – talvez as dos calabouços! – procriaram iguaes a lobos e foram-se vida fora á busca de profissão já farejada pela instinctiva lucidez de fera avida de carnificina. Ao cabo de encontra-la deram largas

á preversidade innata e a coberto da lei fizeram-se monstros sem alma e homens sem amor; aggrupados em bando constituíram alcátea e certos da impunidade fundiram-se em inquisidores.

Eis um traço negro a evolução odiosa d'essas psychologias do crime auctorizado e satisfeito.

Que venha agora a Sociedade pela bôca desdentada de velhos scribas – bôca quantas vezes suja em *poses* viciosas! – clamar que a Joaquina Rosa é criminal desnaturada por não ter querido deixar os filhos p'ra *ferra* dos vagabundos elaborada por instigações da Ordem, que quer dormir, gosar, digerir, ter *chalet* em Cintra e frequentar Vichy sem ouvir no mundo ruidos que não sejam arrotos accusadores de digestões garantidas.

Que importam os miseros *pés-descalços*?! Nada. Não são elles a infima canalha incapaz de dirigir um *cotillon* ou jogar o *tennis*?... Se são maiores abre-se-lhe o Limoeiro ou o Aljube, se são crianças – crianças, ouçam-no bem! – dão-se á *ferra* ignobil que faz d'um entre um novilho sem garantias de ao menos poder dar cornadas nos malfeitores de instinctos baixos que depois de o conspurcarem o lançam de novo á rua – até chegar á contra – com dois pontapés nos esfarrapados fundilhos.

E ter-mos (sic) nós a certeza da iniquidade continuar, rindo das creanças que choram; como isto asphyxia, perturba e revolta. Por mim o julgo: – mais e muito mais eu queria ver meus filhos mortos que sabe-los nas mãos da Sociedade a contas com traços de alcatrão. Se quando á noite os vejo tranquillos e conchegados no leito eu adivinhara um futuro assim..., palavras que pouparia trabalho aos caminhos de sabre que andam ahi a divertir-se nas lezirias da Lei.

Infamia!... tenebrosa infamia é esta de amortalhar em farrapos consciencias mal nascidas e ao de cima estampar-lhe o novo carimbo dos reprobos, a elles! que já tinham a denuncia-los o olhar angustiado dos famintos e a immundice torpe dos vadios.

Ah, que a Sociedade tem largas contas com a Justiça!

Exterioriza-se com sedas e occulta a farraparia, rescende a verbena e mascara as pustulas, mostra pedras caras e rebuça a podridão. Eis a faina

social. Que o sol não denuncie a lepra, que a podridão se não veja, que a infecção se não alastre e a iniquidade se não presinta. É preciso silencio, treva, mutismo, p'r'o Codigo ser sacrario e a Ordem ser altar? Pois bem, *ferram-se* os futuros criminaes, não se lhes dá pão, trabalho, escola; não, isso dá massada e a malta não vale tanto, espera-se a vez fatidica do ultimo ingresso no calabouço da esquadra e lançam-se em recua, aos baldões, nas enxovias immundas com piolhos e bandidos.

Arre, que a falar em nome de deveres e *bem-social* não ha megera mais hypocrita que a Sociedade.

E vem ainda por vezes mãos nas ancas falar em Justiça em grandes ares de pudor fingindo-se á altura de dar ensino ao Individuo.

Safa, grande porca!.. quem leva crianças á *ferra* não tem alma nem vergonha e no desrespeito ao typo humano mostra bem ser uma Ladra capaz de prostituir as femeas e preverter os machos.

\*

E admirou-se a corja de tentar defesa a Joaquina Rosa!... Matula!

Ernesto da Silva

**A TRAÇO NEGRO... (TYPOS E FACTOS) OS FILHOS  
(O MUNDO. LISBOA: N° 342 (1901), 26 DE AGOSTO, P. 2).**

«Mas, nós, ensinemos aos proletarios que, se é um crime matar os filhos, evital-os é indispensavel e justo».

.....

«O erro inicial de Joaquina Rosa, a causa da tragedia toda, foi a sua imprevidencia...»

(*Chronica de NENO VASCO*)<sup>317</sup>

É bem que n'esta hora, hora de expectação p'ra victima em breve posta á face dos juizes, e de combate para nós que a defendemos, é bem que neste logar aberto á expressão dos sentimentos, ainda os peor orientados, se choquem as opiniões, embatam os principios e na controversia util se esclareçam as intenções, depurando-as de pontos obscuros.

Discutindo o caso tragico da mãe violentada pela sociedade egoista á eliminação dos filhos, é opportuno, creio-o, fazer incidir a analyse no caso da Joaquina Rosa sobre o que nelle ha de maior para as responsabilidades da lei – a violencia contra os filhos.

Assim a Sociedade arma-se do codigo e vae provar á desventurada que os filhos não são propriedade dos paes, mas, sim, pertencem-lhe a ella que os não educa, sustenta, ampara ou beneficia e se reserva simplesmente

---

<sup>317</sup> Ernesto da Silva faz eco do artigo de VASCO, Neno – Apontamentos. Os filhos de Joaquina Rosa. *O Mundo*. Lisboa: n° 340 (1901), 24 de agosto, p. 2, datado no Porto a 20 de agosto de 1901, por sua vez comentando um outro artigo de Maximo Brou.

pr'a exploração d'elles quando chegar o momento esperado de possível aproveitamento.

Na verdade que se em minha consciencia não póde haver reconhecimento do direito da vida e morte attribuido aos paes sobre os filhos, porque o individuo desde que viu a luz só a si se deve e pertence e aos paes só é licito fazer do fructo dos seus amores espiritos rectos e consciencias fortes, por minha vez eu julgo ser hypocrita e abusivo o pretendido direito que a Sociedade se outorga de considerar sua pertença os seres que não protege ou garante na existencia.

Se os filhos não são, não podem ser, propriedade dos progenitores, menos, muito menos, se podem transformar em motivo de accusação contra os paes á conta do refalsado direito de defesa posto em jogo pela mesma Sociedade que os esquece, repudia e victima.

As violencias dos paes – como no caso da Joaquina Rosa – são desculpaveis, acordam sympathias e quase obrigam ao applauso porque traduzem sentimento, ternura, amor levado á exacerbação geradora da violencia.

E quem provoca essas erupções de dôr, assumindo perante a razão a tremenda responsabilidade dos factos pungentes e luctuosos?

A mesma Sociedade, que por mal constituida, depois de procrear o criminoso e provocar a existencia do *meio* proprio á evolução criminal enverga a toga das horas de falsa justiça e se põe a rabiscar sentenças contra os desgraçados na ancia de quem no ruido exterior procura açai-mar rebates de consciencia apavorada que no fundo teima em erguer-se e clamar: – tu, tu só és a culpada!

No ranger sinistro dos ferrolhos, no tilintar ameaçador das chaves em mãos de carcereiros, no empilhar das victimas sociaes no fundo dos porões, no envergar dos *capuchons* em frentes de criminaes a Sociedade não prova que tem razão – simplesmente mostra ter força; a força derivada da ignorancia quase geral que a si mesmo se fere inconsequente e bruta. Lavram-se sentenças, abrem-se carceres, partem navios e o mal sempre o mesmo quando se não agrava e multiplica provocando estremeções de



horror. Porque? Porque a Sociedade não quer, não sabe, não póde fazer justiça. Quando condemna, vingá-se, nada mais. O crime opposto a outro crime, eis a bestial phylosophia decorrente do acto de julgar. Nem uma só alma redimida, um doente assistido, um desgraçado protegido. Cinzas e só cinzas como no seo dos caiados sepulchros biblicos.

Em frente pois a Sociedade, a Joaquina Rosa, absolvida ou condemnada ha de ser sempre a dolorida martir que na perdição d'um momneto de angustia julgando serem os filhos sua propriedade, mais humana se mostrou que a mesma Sociedade agora prestes a justiça-la, porque foi violenta, sem recordar-se d'ella o ter sido mais, abandonando-a a exemplo de tantas outras que na vida andam sem ter resposta a dar ás lagrimas dos pequenos que debalde requerem pão e abrigo.

\*

E vem de longe um novo luctador dizer que se é crime matar os filhos evita-los é indispensavel e justo, e só á sua imprevidencia em ter accedido o ser mãe deve a infeliz costureira das Picôas a causa da tragedia que a detem agora n'uma salla do Aljube.

Que estranha e tresloucada theoria é essa que vem pôr embargos á Vida, negar a Natureza e eliminar o Futuro?

Para que então viver?

Ha de aceitar-se a iniquidade social ainda no seus aspectos mais brutaes e ferozes, deixando que a Familia se elimine e a alma se afunde no desconforto do isolamento anniquilante porque a pobreza não consigna á mulher o direito de ser mãe e ao homem a felicidade de ser pae?

Não, mil vezes não, seria a mais vergonhosa das abdicções, a mais flagrante das cobardias, a mais torpe das subserviencias; importaria reconhecer á injustiça humana direito a impôr a infecundidade do ventre materno sacrificado em holocausto a miseria negra pactuando com a theoria abominavel e scelerada de Malthus, que só aos ricos concedia direito á vida.

Não, não pode ser humana e progressiva tão extranha lei!

Se acaso a interdicção do desdobramento humano fosse de applicação para aquelles que reconhecendo-se feridos de qualquer morbo não quisessem – por livre resolução – dar a vida novos typos degenerados e enfermos, d’antemão condemnados ao eterno suffer, o nosso espirito podia aceitar a cruel determinação em nome do bem commum e da felicidade individual, mas, propagar a generalização de uma doutrina que faz do lar um deserto e da alcova quase um bordel, no intuito de não dar ensejo á sociedade de ser perversa com os recémchegados á vida, é reconhecer-lhe a titulo de falso preceito revolucionario o direito de ser iniqua, mantendo-se no detestavel equilibrio hoje conseguido á força de violencias immoladoras do Individuo pelo cerceamento dos seus mais sagrados direitos á plena e integral expansão.

O macho e a femea nasceram para o trabalho, para a alegria, para a saude do corpo e da alma, e se a Sociedade é tão falsa em seus fundamentos economicos e moraes que põe o ser humano fóra da Natureza é contra ella e só contra ella que as nossas coleras se devem voltar na obra santa de apressarmos a remodelação requerida p’ra salvação geral.

Como eu vejo agora quanto Zola foi grande e generoso, artista e vidente, demolidor e profeta na sua *Fecundidade* esse bello poema da vida que tão bem se emparelha com esse outro hymno ao labor que se chama *Trabalho*.

Bem sabia elle que não procrear é fugir á Natureza, entrar no artificial, seccar o coração e tornal-o alheio ás impulsões do amor condemnando a especie ás mais deploraveis derrotas do sentimento e do progresso humanos.

Que não vinga, não póde vingar aquelle outro argumento carimbado de axioma economico, do burguez ser tanto mais feliz na obra infernal da exploração capitalista quanto maior é no mercado de trabalho a offerta dos braços desoccupados; se a *questão social* é hoje mais que nunca inquietante para o privilegio capitalista mercê de se terem gasto umas apoz outras todas as soluções empiricas tendentes a conservar o *statu quo* da burguezia triumphante dando satisfação á onda de reclamações justas

vinda da gente expoliada, quem pode negar existir no augmento do proletariado o melhor motivo e mais authentica força a apressar a queda do que já é hoje considerado iniquo e expoliador?

Ah, quanto é perigoso cuidar dos problemas por uma só face!...

A Joaquina Rosa quis ser mãe, deixar o ventre fecundo dar novos seres á obra de trabalho e amor que a vida social devia ser e porque o fez obedecendo ás impulsões organicas bemditas pela Natureza não póde, não deve ser lapidada por ter fruido um direito e cumprido um dever.

Da alcova á vida social a desventurada das Picôas foi sempre humana e digna; só a Sociedade é que foi barbara e violenta condemmnando-a á morte e aos filhos.

Ernesto da Silva



**A TRAÇO NEGRO... (TYPOS E FACTOS) OS GRAÇAS  
(O MUNDO. LISBOA: Nº 356 (1901), 9 DE SETEMBRO, P. 2).**

Depois d'isto, os presos recolheram ás suas cellas, onde, durante oito dias, *segundo é da praxe*, se conservarão na mais absoluta incommunicabilidade, sem mesmo terem a distracção do trabalho para espraçar o espirito revoltado, em que os episodios de hontem tanta sensação devem ter produzido.

*(Jornaes de Lisboa)*

Vejo nos jornaes o fim da tragedia em que foi victima o *Fandango*, o proprietario opulento que, no dizer do povo, não era um bom homem. E vejo tambem o triste desenlace do *complot* dos Graças e cumplices começar o *fim* no rapar dos bigodes e cortar os cabellos.

Agora, sim: após a leitura dos jornaes a Sociedade deve estar satisfeita – fez-se justiça! – e as consciencias podem adormecer de novo, na calma serenidade do dever cumprido.

A Lei fallou e fallou alto; alto e bem – como sempre.

Eis o que disse: cinco homens provocaram a morte d'um? Pois bem, eu vou matar, endoidecer, aniquilar os cinco homens, depois de previamente torturados na quinta essencia do soffrer.

E em synthese ficou escripto: a uma cobardia responder-se-há com a mesma cobardia quintuplicada. É a Lei!...

Que o burguez tranquilise; não vou desejar medalha benemerita ao peito dos condemnados nem sollicitar impunidade ao crime, fiado na

acção purificadora do remorso que traspassa a alma, poder dar insomnias e visões tetricas aos assassinos em liberdade.

Os Graças – e n'esta designação, por mais suggestiva, incluo todos os cúmplices – sendo, como são, authenticos *productos sociaes*, não podem, não sabem sentir remorso; sentem agora afflicção porque se vêem perdidos para todo o sempre, esfarrapado o sonho bom da vida, longe da familia, da sociedade, de si mesmos, pois já não são mais que phantasmas dos homens alegres dos tempos idos.

E, no entanto, quem os ensinou a julgar o mundo um vasto campo de combate, onde a *lucta da vida* impera e dá a suprema lei? quem lhes forneceu a audacia criminal, a elles, simples criminosos de occasião, feitos no exemplo de muitos crimes impunes que teem sido origem de riqueza e consequentemente de prestigio a muitos bandidos provados? quem lhes insuflou a desmesurada febre das riquezas, allucinante e obsessora, capaz de guiar por ínvios trilhos da paixão ao assassinato? quem lhes inoculou no cerebro a moral da vida que diz ao homem d'hoje, vencer, isto é, gosar á tripa forra é o mais alto fim da existencia?

Foi a Sociedade, ella só, que tambem tem remorsos e não se fica por matar um homem, mas faz victimas aos milhões.

Pois será contestavel residir no moral social da nossa epoca saturada de egoismo brutal e ancia de goso, despida de compaixão ao estorcer e ás lagrimas da *grande maioria* o germen dos crimes mais abominaveis.

Acaso não é a Sociedade infinitamente desrespeitadora da vida humana? Perguntem-no á grande legião dos fracos e expoliados.

E é d'esse colectivo incitar, comtanto que se gose, aproveite, beneficie, que veem geradas as adaptações individuaes ao crime pela mesma Sociedade repudiadas com gesto hypocrita de meretriz devassa fingindo mulher austera.

Mas, oh, iniquidade maxima; torpeza inconcebivel é isso de torturar os desgraçados a titulo de Justiça!

Pois não foi bastante, perverte-los e arrasta-los na esperanza de salvação por dinheiro, ao crime que devia destruir-lhes o lar, roubar-lhes a familia e afunda-los na prisão?

A que veem agora esses pavorosos requintes de crueldade? eu forcejo por aquilatar e sinto não poder comprehender todo o alcance inquisitorial dos oito dias primeiros de cella entregue o condemnado a si mesmo na mais absoluta incommunicabilidade sem mesmo ter o trabalho a servir de consola ao espirito revoltado; olho p'ro fundo de mim mesmo e reconheço a impotencia de poder evocar o que seja essa pavida agonia do *debute* cellular sobejamente procreadora de immediatos loucos.

Alcanço então o espirito e indo a comparar como eu reconheço ainda na pena de morte superiormente humanos e intellectuaes a França e outros paizes. E andam, aqui na terra uns *bisborrias* a clamar quando a quando que p'ra provar a superior sentimentalidade da raça basta apontar-se e não permittirmos a pena ultima.

Raça de hypocritas bestas!...

Acaso não temos nós alli no topo da Avenida essa infamia chamada Penitenciaria, logar de loucura e morte, não a morte subita da guilhotina mas a morte aos poucos, sinistra e dolorosa na perversa acuidade de alfinete gradualmente embebido nas carnes doloridas?

Foi ahi que os Graças ingressaram a fazer companhia a outros tantos tão culpados como elles; foi n'esse inferno, vergonha da civilização, onde ha o eterno choro e ranger de dentes do Evangelho que os cumplices da morte do *Fandango* se abysmaram p'ra talvez não voltarem á superficie da vida.

Reparam-se os bigodes, cortaram-se os cabellos, envergou-se o *capuchon* sinistro que dá effeitos de caveira nos tres buracos vasios, logar dos olhos e da bocca e a Lei porque o fez julga-se a coberto da nossa injuria e do nosso despreso ao affirmar que p'r'os Graças não houve excepções e ella foi a *dura lex* ferindo impiedosa ricos ou maltrapilhos. Menos isso. A colera que nos transborda e alma não acorda agora por môr dos Graças, homens de meias tintas de educação lançados na feroz Bastilha que temos fé ainda um dia ha de ter fim destruida a pontapés civilisadores, não o mixto de amargura e raiva que nos conturba o espirito n'esta hora desperto no saber que a todos os condemnados é imposta apoz o discurso

do director – que mais se dirá zombaria ao criminal á conta da Sociedade que lhe foi molde – a tortura dos oito dias de espera para se afazer á casa.

Isso é que é conjuntamente com o resto do processo penitenciario a causa da impotente revolta que nos põe fremitos de indignado protesto nos labios e no coração um grande desejo de ver aniquilada a infamissima fabrica de idiotas e cadaveres.

Que é p'ra regenerar dizem elles!... Mentira!...

Os criminaes resistentes ao meio quando regressados á claridade da vida livre voltam a ingressar no ventre do monstro. É isto o que a imprensa affirma em noticias vulgares de informação.

A Penitenciaria não regenera; vinga!

É o Odio feito Bastilha, a Vingança feita Altar.

Mas que a Vingança vá sobre a maxima d'um homem erigir o mais monstruoso monumento de tortura, gosando barbara e felina o revolutear dos corpos nos circulos da maior dôr cantados pelo Dante, isso é que é ignobil, cobarde, estúpido e perverso. Isso não é Lei é ferro em braza apposto aos corpos palpitantes.

Ah! como eu n'este ponto desejaria poder crer que aquelle grande Christo espalmado na cruz que da capella domina os amphitheatros era na verdade um Deus omnipotente e justo e n'um arranco de santa rebel-dia iria despregar as mãos do lenho e com braços herculeos fazer em pó aquella sinistra morada da Perversão e da Tortura.

Mas não o fará porque não é Deus e os Graças, todos os Graças que lá estão, nomes trocados em numeros, continuarão curvados a soffrer pensando e pensando bem que a Lei tem menos alma que o Assassino.

Ernesto da Silva



**A TRAÇO NEGRO... (TYPOS E FACTOS)**  
**LIÇÃO DE COUSAS**  
**(O MUNDO. LISBOA: N° 370 (1901), 23 DE SETEMBRO,**  
**PP. 1-2).**

Eu não sei se o leitor já experimentou a desagradavel impressão de sentir no braço a mão larga e pesada d'um typo que nos diz brutalmente:  
– *Está preso!*...

Se acaso ainda não soffereu o vexame e d'elle não pode fazer juizo proprio, assevero-lhe, por experiencia adquirida ha poucos dias, ser das cousas mais intoleraveis que a um homem é dado soffrer; não porque seja terrifico, mas porque é ignobil, isto d'um cidadão em nada devedor á Sociedade ver junto a si a face estúpida d'um camponio feito policia abrir-se num rictus brutal de auctoridade grosseira a mandar-nos, elle!, que nós rejeitaríamos p'ra criado de quarto, acompanhando o tom imperioso da ordem com o gesto *gauche* do ocioso não costumado a dar trabalho aos braços, salvo, nos espancamentos reclamados p'ra lustre e gloria da Instituição representada pelo orango que alli vemos armado de revolver e espada.

Sim. É profundamente vexatorio o sentirmo-nos da dependencia d'esse animal de fôrma humana, que d'ahi a pouco, ao entrar na esquadra, se ha de consignar em nome da Lei e da Ordem o direito de nos fazer cocegas, apalpando-nos o thorax, levando o attentado a pôr mãos sacrilegas nas algibeiras, que noutra conjunctura nós saberíamos defender convenientemente á conta de serem nossa Propriedade e a Propriedade ser Arca Santa no dizer dos codigos feitos p'ra ensino das gentes.

Depois, o horror sobe á medida que pouco a pouco somos despojados do relógio, da bolsa, das chaves, da bengala e vemos dedos grossos com unhas sujas a devassarem os bolsos da carteira, onde guardamos cousas intimas que nos são caras e só a nós pertencem. E toda esta tortura é o preludio, o simples preludio, de mais revoltantes abusos: dada a filiação, morada, emprego, idade, logo que a custo o cabo pouco afeito á escrita consegue traduzir em gordo bastardo as indicações fornecidas, os policia subalternos teem nos beiços um sorriso de grossa satisfação, illumina-lhes o olhar alguma cousa de felino que lembra o gato satisfeito de ter arranhado o inimigo e o tinir das chaves pesadas e grandes resôa annunciando o ingresso no calabouço fetido, escuro, humido. Entramos. Agora, de novo fechada a porta de oculos gradeados que nos põe fóra da Liberdade e nos dá geitos de exemplares de *ménagerie* no passeio febril e raivoso de extremo a extremo do antro, interdictos até de satisfação ás mais inilludiveis necessidades organicas em nimias condições de limpeza requerida por habitos de educação, só resta uma cousa. Esperar!

Esperar que os amigos e a familia – se a temos! – vão sujeitar-se por sua vez e nosso amor a novos enxovalhos promanados d’outros policia, acaso mais graduados mas não mais educados, conservando como *tic* da especie o estygma da altaneria insolente ganho na pratica quotidiana da violencia impune.

Do facto suggestivo resalta então em plena evidencia na consciencia do Cidadão a certeza do Policia não ter sido inventado em Portugal p’ra proteger o Individuo.

Foi feito p’ra vexa-lo. E basta.

Tanto, que quando aportam a este paiz estrangeiros e aos agentes é dada ordem de aparentarem cortezia, p’ra inculcarem de civilizado o torrão que os nutre, transforma-se o Policia, á falta de habitos correctos, n’um *badaud* de luvas de algodão, incapaz de representar a Auctoridade sem palermice logo que lhe é defeso a insolencia e o murro; que afinal, os miseros serventuarios não são maiores culpados do mal; elles são, como nós, cidadãos portuguezes, e já bem vulgar é saber-se não ser o cidadão

portuguez exemplar muito illustre da humanidade a que pertence, especialmente em questões de Liberdade, ao que parece só reconhecida do indigena em dias de phrase retumbante nos comicios ou por sua vez nos artigos demolidores nascidos em folhas jacobinas.

D'ahi, da falta de educação civica, do desrespeito por nós mesmos, é que tem vindo originando-se plena a choldra em que ora nos debatemos sem esperanças de proficuidade no protesto platonico – porque o outro o que irrompe espontaneo e colectivo, afirmando aspirações nobres, incapazes de florescencia em campos estreitos e mal adubados, esse, estou crente, não surgirá em Portugal senão tarde e a más horas... O cidadão está muito burro! Costumou-se á chafurdeia da empenhoca, identificou-se com a situação de lacaio esperançado em gorgeta creada pelo Poder, fez-se passivo engraxador da corja minima dos audaciosos triumphadores, e já agora – afóra rarissimas excepções, se não levarmos em conta os fadistas e os desordeiros profissionaes – poucos homens portuguezes, a não ser nos campos onde a Natureza ensina a amar a Liberdade, estão dispostos a reivindicar a socco a dignidade pessoal. E a defeza da Liberdade é certamente nos casos de violencia injustificada um dever que jámais deveria ser esquecido.

Pois meu caro leitor, eu que lhe fallo, escrevendo, sou um d'esses exemplares vencido pelo *meio*.

Que fiz a merecer a insolente infamia que lançou em tres calabouços no espaço de dez horas e me obrigou – para dispensar favores de quem me vexara prendendo-me – ao transporte em carro cellullar da Estrella á Boa Hora? Interrogo-me e a razão responde-me nada ter feito de indecoroso ou perturbador da publica ou particular quietação; tomei parte, e muito me honro de o ter feito n'um banquete commemorativo do 1.º anniversario de *O Mundo*, e que ao mesmo tempo servia de prova de estima e applauso a um amigo.

Eis o meu crime, leitor.

Das consequencias não lhe fallo; já de sobejo as conhece. Foi aquillo mais acima apontado, afóra o que virá em dia de processo.

E eu estou a vêr o leitor entre admirado e incredulo monologar refletindo:

– Não é possível, só isso?!... Ha de haver mais ou menos... A não ser causa de vingança porca!

Pois é isso mesmo o que ha a *mais*. Sabido que após a factura do jornal, redactores, colaboradores e mais pessoal ia reunir-se n'um festim – realizado sem ser preciso extorquir maior collecta ao contribuinte – e mais que esse pessoal é gente nova, sem pretensões a parasitar dentro do Regimen, facil seria engendrar a emboscada ignobil dando tintas de verdade á arguição infame, por calumniosa, com que no dia seguinte o Burguez havia de estarrecer, sabendo os demagogos de *O Mundo* em ferros, á conta de perigosa concorrência ao Champagne que o anima á laboriosa digestão habitual.

Ora aqui, é que a Infamia toma proporções de monumento e de... instituição.

Mandar á policia, esperasse á sahida e nos batesse, visto não ter entrado na sala do banquete, seria tornar-nos interessantes, sympathicos, victimas, um tudo nada martyres, acto capaz de levantar protestos – embora mansos! e acordar indignações que, apesar de limitadas ao ambito estreito da Corte Constitucional, são sempre incomodas.

Assim, foi Javeit substituido por Loyolla.

Não, que a Policia sabe bem que a terra portugueza, pateo de soalheiro reles onde não podem medrar grandes ideaes, acouta sufficientemente recua de imbecis e maus prompts sempre a terem por boa qualquer noticia que vexa ou infame aquelles poucos ainda dispostos a conclamarem meia duzia de verdades rijas.

Se o leitor duvida repare n'aquillo do lojista dos pianos já a gritar escusadamente no *Noticias* que não foi elle o preso Carneiro da nossa ingrata aventura onde só foram presos homens... que não dão gente por si.

Pois estas e outras é que o Regimen sabe ser o melhor meio de ferir adversarios não o bater-lhes ou encarcera-los mas veza-los, adulando a hypocrisia collectiva bebida com a educação jesuitica de seculos que põe

mãos horrorisadas sobre os olhos ao fallar de jogo, mulheres ou vinho e no entanto... nem bom é fallar n'isso se mettermos escalpello p'ra *cima* e p'ra *baixo*.

Mas singular coincidência que pelo confronto se nos impõe d'alta valia é aquella da grande coberta de pesado luto pôr em liberdade os mais activos e desvairados propagandistas de actos criminosos e inuteis talvez á hora mesma em que nós ingressavamos na Prisão.

Lá, a Lei inflexivel não esquecia a letra dos seus paragraphos p'ra satisfazer ferinos rancores e respeitando-se offerencia garantias ao cidadão integrando-o na Liberdade até á hora de possivel crime. Era a Lei nimbando-se de generosidade.

Aqui, não; era o Fagulha, mais o Thomé, mais o 135 e não sei quantos outros a espreitarem a digestão de commensaes pacificos, o carro celluar, os 15 tostões da Boa Hora, o processo, tudo isto a sommar-se na falta das bengalas a que nos prendem recordações queridas. Nem parecia uma cidade, dir-se-hia um pinhal.

E aqui tem o leitor a minha lição de cousas aprendida na prisão por *embriaguez* diagnosticada alli pelo 135 da rua do Loureiro.

Que da America a Portugal vae a differença que distancía um palacio com gentis-homens d'uma cocheira com lacaios... Cheira a esterco!

Ernesto da Silva



**A TRAÇO NEGRO... (TYPOS E FACTOS)**  
**NÃO GANHAS NADA COM ISSO!**  
**(O MUNDO. LISBOA: N° 377 (1901), 30 DE SETEMBRO,**  
**P. 1).**

Ora aqui está uma phrase tão poderosamente reveladora e intrinsecamente portugueza que ninguem dirá, nem o proprio sr. Candido de Figueiredo<sup>318</sup>, não ser talhada em feitio justo a bem significar e dar idéa do que acaso é a psychologia da multidão cá na terra.

Á primeira vista dir-se-há estar dentro d'ella o *refrain* d'uma cançoneta imitada das dos *cabarets* de Montmartre, e afinal, está mais, muito mais; encontra-se a alma d'um povo.

A provar, diga-me em consciencia o leitor se já viu raça onde a estupidéz melhor corresse parelhas com o *utilitarismo* na sua mais chata expressão?... Depois, se se tratasse d'um utilitarismo intelligente, proprio de raça forte a seguir vereda na civilização, repleto de crimes e virtudes, vá lá, podia ainda aturar-se e comprehender-se, visto ser lei fatal imposta ás sociedades o não attingirem a mais alta perfeição moral sem primeiro calcurriarem as varias gradações que são caminho direito aos progressos definitivos. Mas, em Portugal não se trata d'isso; o que vem á suppuração não é aquelle sublimado egoismo que faz os outros povos uteis e poderosas forças na conjugação das energias humanas; é um utilitarismo reles de

---

<sup>318</sup> Cândido de Figueiredo (1846-1925), filólogo, defendia uma reforma ortográfica de caráter etimológico, de tipo espanhol, apoiando os postulados de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana em entrevistas publicadas no jornal republicano *O Mundo* nos fins de 1902. O assunto era de debate nos círculos intelectuais na época.

lapuz grosseiro em sapatos d'ourela, que nem mesmo sobe a commodismo á falta de educação orientada e gosto aprimorado, capazes de denuncia-lo intelligente e sybarita atascado em voluptia.

Não é um *gourmet* depennicando *foie gras* n'um restaurante parisiense, é um conselheiro pançudo descalçando as botas na casa de jantar.

Aqui tem o leitor o que julgo ser o utilitarismo em Portugal.

O diabo porém é que a raça – que raça! – enkystou dentro da phrase e agora a vereis: não ha meio d'um homem ser Consciencia – por cinco minutos! – no meio da choldra geral sem que aos ouvidos não venha logo bater-lhe a *scie* da defecção convidando-o á abdicação dos ideaes, ao açai-mar da vontade, á renuncia das esperanças.

«– Não ganhas nada com isso!...»

E não ha meio de fugir á suggestão vinda do commodismo descarado e labrego se não ha a oppôr á sollicitação estúpida e torpe uma alma forrada de crenças rijas como aço.

Do lar dos amigos e dos amigos ao trabalho é toda uma via dolorosa:

«– Vê lá fulano!... Esse sim, é que deu certo. Ahi tens sicrano; pulou e pulou bem. Já é chefe!»

E o mal agrava-se, a provocar senão derrotas pelo menos falhas na resistencia moral do Individuo que ás duas por tres se vê reduzido a viver pouco menos de isolado se teima em não ouvir o commodismo perversor.

É a mãe, a esposa, o irmão, o pae e ainda mesmo o primeiro typo banal encontrado na tabacaria onde acaso lhe estendemos a mão, que arvoram em guias e protectores affirmando ser mau caminho aquelle que levamos.

Eis aqui uma e das mais funestas consequencias do commodismo besta elevado a principio moral; as consciencias nobres succumbem, os espiritos pervertem-se e quando não resolvem ir de parceria com malandros averiguados dar pinchos em pleno exito de panças satisfeitas, recolhem-se ao *in pace* da quietação propria, e a sociedade que devia incita-los e d'elles esperar a propulsão do progresso collectivo, fica-se muito ufana de os ter conseguido petrificar, immobilizando-os na mais desoladora descrença.



A outra consequencia é de tal jeito evidente que quase se torna inutil indica-la: cifra-se no triumpho de mais em mais positivo da malta que ahi anda na Rua a suja-la, lançando mão p'ra viver seja dos cobres de *souteneur* da Arte ou dos proventos de lançarote na Policia. É vê-la: grimpendo aos ministerios, assaltando redacções ou fazendo – quando é do mais baixo estofo – escovinhas no *macadam* a seguir-nos por conta da Policia, que quer saber o vinho que preferimos, os amigos a quem fallamos e as mulheres que cortejamos.

Ah, que n'essas horas de estudo o observador chega a convencer-se da raça forte de Aljubarrota ter seguido curso em Falperra com acto grande no Limoeiro.

Tal é o diluvio de sycophantas!

E a invasão deu-se, dá-se e ha de dar-se, porquê?

Porque os videirinhos, *agenciadores* no dizer da gente velha, gado vindo logo á nascença com marca no jarrete, encontraram o campo livre p'ra pilhagem e as instituições dispepticas e arthriticas do constitucionalismo entenderam ser bom protege-los á troca de outros serviços prestados ao Regimen.

Assim, foi facil a tarefa. Os meliantes lançaram-se desaforados á obra e tendo aprendido na escola que o coração é um musculo, alargaram o principio e da vergonha fizeram um osso.

O mais sabe-se: uns chamaram outros, disseram ser tolice rematada quebrar lanças por idéas, ter crenças, dignidade, altivez, n'uma palavra, affirmar individualidade, e vae d'ahi os recembindos á cathechese em dois traços formaram-se cathedratricos na desvergonha e passaram a ter um alvo unido – *governarem-se!* Doesse a quem doesse.

Depois, em vez de repudio tiveram applauso, e emquanto a gente limpa era vexada, perseguida, encarcerada, interdicta mesmo de ganhar a vida, os videirinhos foram felicitados, applaudidos, admirados, acabando por dar nota brilhante com a andaina de bom côrte e as botas de verniz no proprio meio onde poucos dias antes vegetavam a custo. Triumphavam?!... Era bastante a justificá-los aos olhos da restante sociedade sorna encolhida na concha de kagado do commodismo a digerir asneiras.

Que diabo! seria tambem de mau gosto, pensava a maioria, não estender a mão a qualquer sem lhe vêr a folha corrida, o que aliás era inutil; ha cousas que não vão parar aos archivos da Boa Hora e já por isso não deixam de ser pavorosos e authenticos crimes.

Foi assim, auctorizado na passividade dos que só tinham phrases de censura ás consequencias fortes, capazes de lucta e as illaqueavam de difficuldades, prestando inconsciente auxilio ao mesmo Regimen que diziam odiar, por ser origem de graves males sociales, que se plantou o primeiro grão vivo d'essa chata corrupção hoje imperante sob varias modalidades e carimbos aqui omittidos p'ra não dar interminavel lista de classificação especifica.

E o de mais graça é que o mesmo cidadão burro e commodista p'ra ahi dizendo cousas nos cafés, tabacarias e outros locaes, incluindo o lar, é o mesmo que anda a queixar-se do roubo das liberdades e do augmento dos impostos, das eleições que são burlas e dos jornaes que, afinal, não dizem cousas rijas aos maraus triumphantes.

Pois como ha de haver jornalistas vigorosos e audazes, consciencias inflammadas de bom protesto civico; deputados mais limpos de mãos e mais providos de talento do que os *habitués* permittidos de S. Bento, como ha de enfim, existir esperança em melhores dias se os que se levantam indignados só conseguem vêr em redor uma sociedade aconselhando abdicação, porque na verdade em Portugal os defensores de idéas não ganham nada com isso?

Ora, meu caro leitor. Quando um povo tem de guia-lo na vida a idéa de só dever fazer aquillo d'onde se pode esperar regalo e proventos certo não ha irreverencia em affirmar ser esse povo indigno de nacionalidade e que melhor lhe vae transformar o paiz n'uma grande *casa de prego* que lhe garanta o parasitismo a 48 p. c. ao anno.

Pelo mesmo ganha alguns cobres e não engana a gente d'além-fronteiras que *d'isto* possa fazer idéa falsa.

Ernesto da Silva

## A CAÇA AO NEGRO

(O MUNDO. LISBOA: N° 447 (1901), 9 DE DEZEMBRO, P. 1).

Que funda decepção foi aquella por mim soffrida ha dias assistindo como congressista, delegado da *Voz do Operario*, ás sessões do congresso colonial<sup>319</sup>.

Ah, como tive ensejo de verificar quanto a cupidez, a desvairada febre das riquezas deforma e enegrece a consciencia humana!

Porque aquillo não foi um congresso civilizador e benemerito; arrastando-se na orbita estreita da avidéz e do jogo dos interesses capitalistas não se elevou, não se podia elevar, á proclamação serena e justa de idéas largas, humanitarias, direi mesmo – patrioticas.

É certo que se fallava quando a quando em Patria, mas, a palavra não saía além da visão do lucro pessoal; sem fulguração, despida de ideal, não visando sequer ao progresso da terra portugueza, a idéa de Patria symbolisava quando muito interesses de viticultores do norte, avidos da exportação ao *stock* das aguardantes metropolitanas, postos em conflicto com os capitaes lançados na Africa á distillação da cana saccharina que não queriam obstinada e ferozmente largar de mão o rendoso commercio de brutificar o negro explorando-lhe o delirio alcoolico recolhendo em premio preciosas romanas.

---

<sup>319</sup> O Congresso Nacional Colonial celebrou-se na Sociedade de Geografia de Lisboa de 2 a 4 de dezembro de 1901. Ernesto da Silva assistiu como delegado da Sociedade de Instrução e Beneficência *Voz do Operário* junto a Pedro José de Carvalho e Augusto Tiago Ferreira. *Congresso Colonial Nacional. Actas das sessões*. Lisboa: A Liberal – Officina Typographica, 1902, p. 12.

E a accrescer á disputa febricitante entre capitalistas intencionados não de civilisar o negro mas de embrutecê-lo e explorar a primaria rudeza do gentio caíam sobre a mesa da presidencia theses – que pena foi não serem discutidas! – propondo regimen de trabalho, a applicar ao negro, que começando por expropriar da terra o indigena africano, seguiam caminho considerando-o vadio á falta de propriedade até o internarem em depositos penaes á ordem do Estado, mercê da captura feita por um grande corpo de policia rural e urbana, encarregado de dar caça á vadiagem que o mesmo Estado deveria pôr a disposição dos arrendatarios ao *prorata* do numero de hectares cultivados pelos brancos exploradores da raça negra.

E todo este horror de regimen expoliador, assente na mais iniqua violencia, se completava na ameaça ao preto de castigo prisional de trabalhos publicos com grilheta quando nostalgico de liberdade quizesse fugir á condição miseravel de escravo e de ver libertar-se dos horrores de tal existencia.

Eu sei, á primeira vista ha de parecer exaggerada no espirito da gente portugueza humana e boa a denuncia que venho de fazer, mas lá estão as theses dos srs. Francisco Mantero<sup>320</sup> e conde de Villa Verde<sup>321</sup> a provarem exuberantemente na sua frieza de papel impresso quanto é ainda pallida a breve exposição feita n'este artigo de jornal.

E na minha cadeira de congressista, vendo e ouvindo os meus companheiros de acaso, eu formava a convicção inabalavel de que se não preten-

---

<sup>320</sup> Francisco Mantero y Velarde (1853-1928), fundador da Companhia da Ilha do Príncipe e da Sociedade Agrícola Colonial, em São Tomé e Príncipe. Participou no Congresso na 2.<sup>a</sup> Sessão com a tese «Regimen da propriedade indigena nas colonias», de que era relator junto ao juiz Manuel Moreira Feio; e na 3.<sup>a</sup> com a tese «Regimen do trabalho indigena em S. Tomé e em Angola». É a esta conferência que se refere Ernesto da Silva. Resumos publicados em *Congresso Colonial Nacional. Actas das sessões*. Lisboa: A Liberal – Officina Typographica, 1902, p. 37-38, e p. 60-61, respetivamente.

<sup>321</sup> D. Pedro de Almeida e Noronha Portugal Camões Albuquerque Moniz e Sousa (1865-1908), filho do 8.<sup>o</sup> marquês de Angeja e 3.<sup>o</sup> conde de Peniche. Participou no Congresso na 3.<sup>a</sup> Sessão com a tese «Regimen do trabalho na Zambezia». Ernesto da Silva assistiu a esta conferência. Resumo em *Congresso Colonial Nacional. Actas das sessões*. Lisboa: A Liberal – Officina Typographica, 1902, p. 62-63.

dia, não se pretende civilisar a Africa: esgota-la, exhauri-la, devasta-la, isso sim; dizem-se populações, incendeiem-se palhotas, despovoem-se regiões pelo terror, organize-se a *caça ao negro* com a aquiescencia do Estado, responsavel dos actos nacionaes perante o mundo civilisado, fomite-se a escravatura, que todas as atrocidades se conjuguem em malefica synergia, dando azo á multiplicação rapida e segura dos capitaes, eis quanto basta, eis quanto é preciso para gloria e honra das nossas tenebrosas tradições de negreiros reincidentes.

Eis os pensamentos que me cruzavam o cerebro rapidos e perturbadores, quando na sala *Portugal* assisti ao congresso dos brancos contra os negros.

N'aquella assembléa magna, fartamente provida de gente rica fumando caro, commerciantes, industriaes, altos funcionarios, todos typos grados, a quem sobejava a riqueza e felicidade, a piedade desfazia-se palavra vã desprovida de sentido, incapaz de valorisar-se, visto ser impossivel convertê-la em libras.

Alli, no vasto salão brilhante, onde só excepcionalmente restavam alguns espiritos não cegos de avidez, promptos ao protesto em nome da personalidade humana offendida, imperava apenas impiedosa e forte a idéa não de civilisar Africa, isto é, preparar o preto para o baptismo redemptor do progresso, conquistando-o ás impulsões da annualidade bravia, mas sim explorar a terra ultramarina massacrando, expoliando, victimando com ancia feroz de *civilisados* avidos de queima ás palhotas p'ra ensinamento terrificante do gentio rebelde á furia capitalista.

A idéa dominante era ganhar: ganhar muito e rapidamente impunha-se como satisfação de um appetite voraz servido de bons dentes, prompto a mastigar ouro e sempre ouro.

Nenhum escrupulo, sequer um grito d'alma, ao menos um fraco rebate de consciencias offendidas, a pairar na sala, casando-se com o arquejar brutal e monotono da machina illuminadora, apenas a epilepsia do ganho gritando querer dinheiro obrigando á evocação de scenas horriveis lidas em chronicas de escravatura com fundos negros de grupos de escravos

e supplices reclamando piedade a negreiros impassíveis de chicote em punho no primeiro plano.

E não havia que duvidar: aquella assembléa reunida a titulo civilizador onde homens gordos atrigueirados vestiam galas e tinham brilhantes nos peitilhos alvos, pretendia falar em nome da civilização humana e decorava-se com o alto prestígio dispensado á gente effectivamente civilizada e humana capaz de sentir a dôr alheia, socorrer desditas, poupar desgraças, evitar iniquidades e que, por isso mesmo, é inimigo da violencia e do terror.

Engano, forte engano aquelle das pessoas de boa fé que julgaram da benemerencia do congresso colonial através as noticias das gazetas ou simples e rapido volver d'olhos na sala *Portugal* em noites de congresso.

Não foi uma reunião de pretos foi um *batuque* de brancos esperançados de boa presa minutos antes do combate.

Ali, não fallou o Gungunhana ou o Mataka, mas ouviu-se clara e estridente a voz da cubiça pedindo expropriação e grilheta. O selvagem não se pronunciou, ficou-se emplumado e bebedo a dormir no sertão; desperto e cubiçoso só falou o branco proclamando a violencia como suprema lei social fiado na cumplicidade militarista e na catechese bestificante e catholica dos representantes de Christo que lá estavam applaudindo a enorme monstruosidade a troco de poderia p'ra seita.

E o templo não tremeu nos seus fundamentos!...

Lá, vimos nós os bons missionarios da religião de paz e amor dispensando sorrisos de complacente incentivo aos representantes da theoria civilizadora da *caça ao negro* apresentando-se sem duvida p'ra digestão do bocado de carne negra que lhes havia de caber na hora da partilha.

Que miseria de civilização, que chateza de intuitos que cobardia de processos!

Envilecer o negro tarando-o deprimentemente a gulões de aguardente, arrasta-lo do fetichismo p'ro culto d'outro manipanso catholico, exproprial-lo da sua terra – tão d'elle como a da metropole é dos burguezes proprietarios – força-lo á escravidão, eis os elementos deixados pelo ultimo con-

gresso colonial á analyse do mundo civilisado que queira vir interrogar nos documentos a orientação colonisadora dos portuguezes no seculo XX.

Hão de convir, isto não é honrar, é desprestigiar um paiz e, peor, envilecer uma raça.

Quando nós, os operarios – eu e o meu companheiro delegado, – na sala da geographia lemos nas theses a apologia da expropriação e da violencia, entreolhamo-nos sorrindo e a um tempo feridos do mesmo pensamento mutuamente nos perguntámos: porque a burguezia fallando assim contra fracos, ella que é forte, não admite e taxa de criminoso identico fallar na bocca dos espoliados contra os exploradores?

A responder á nossa interrogação immediata acudiu a razão apontando-nos a *caça ao negro* feita com soldados alugados e padres cúmplices, motivo para alarde civilisador, cohonestando na historia instinctos de baixa rapina emquanto a grita enfurecida desencadeada no bravejar proletario se traduz no fallar egoista da epocha em attentado á Ordem esteio indispensavel á tyrannia triumphante.

E aqui tem o povo portuguez, aquelle que em quase totalidade não foi ao congresso colonial, o que na Sociedade de Geographia se apresentou e discutiu em favor do progresso e do negro.

Expropriar, embebedar, prender, bestificar, taes foram os eixos das magnas controversias vindas á flôr dos instinctos capitalistas em horas de discussão.

Não se appellou para a creação de um regimen gerador de livres iniciativas, fazendo fructificar a terra negra na progressiva elaboração de populações civilisadas, menos isso, affirmou-se bom o processo colonisador até agora seguido e do qual já vejo os pretos nossos subditos só se libertarão no dia em que outro paiz mais sadio d'alma e forte de sciencia arrie em Africa o pendão dos Gamas e Albuquerque, a justo pretexto que Portugal incapaz de dirigir-se na metropole, não tem direito a pôr entaves á civilisação geral, explorando com requintes de ferocidade innata, que os seculos não modificam, as terras do ultramar.

Ernesto da Silva





## CHRONICA NEGRA

(*SEculo XX. SEMANARIO SOCIALISTA. LISBOA: N° 9 (1901),  
15 DE DEZEMBRO, P. 1).*)

A iniquidade:

«Vienna, 9, ás 9,25 m. – Em Praga augmentam as desordens por falta de trabalho.

Milhares de operarios percorrem as ruas pedindo pão.

As padarias estão guardadas militarmente».

(*Dos jornaes*)

Que a Sociedade estremece nos fundamentos não ha duvidas: pois que é este falar de todos os dias lançado pela imprensa á circulação no mundo das idéas senão a prova da Iniquidade ter posto fel nas almas e armas nos punhos, aguçando imprudentemente a raiva dos opprimidos?

Pelo mundo fóra, qual planicie tapetada de cadaveres após sangrenta carnificina, olhamos e não vemos senão alastrar-se em negros documentos de miseria e dor o pavoroso testemunho do conflicto feroz que põe as classes em lucta brava, ferindo-se, mordendo-se, ululando a canção bravia de lobos esfaimados.

Soldados, carceres, magistrados, carrascos postos em funcção, todos os agentes de destruição e morte se congregam na obra de oppressão e violencia.

Miseria, suprema miseria humana!

D'um lado a grande maioria soffredora e proletaria arrancada ao lar, á familia, á pacificação espiritual, lançada nas torpezas da prostituição, no

embrutecimento alcoolico, no odio que reclama morte, vingança, assassinio; d'outro, a minoria nevrotica e burgueza, gasta de prazer, tarada de preversão moral e sentimental, saturada de scepticismo desolador que põe manchas azuladas de gangrena na vida familiar e social.

E porque tão grande mal, tão pavido horror?

Porque a Iniquidade negando a vida nos seus mais fundamentaes esteios, quebrou todos os laços da solidariedade humana e nas dobras d'uma civilisação aparentemente requintada deixou medrar e robustecer-se o mais absorvente individualismo.

E vemos então os *sem-trabalho* andrajosos e lividos seguirem em columna ameaçadora e tetrica nas ruas da Cidade, bordadas de armazens luxuosos, que incitam os *pés-descalços* á rapina criminosa, ao saque violento, á devastação bestial. Elles, os expulsos da officina, frementes de colera, impotentes á dominação dos instinctos, famintos, entreolham-se, entendem-se n'um gesto e o vozear feroz da hora das invasões ergue-se no espaço dominando o tilintar agudo das vitrines tentadoras voando em estilhaços.

E a linguagem da Fome rugindo em revoltadas apostrophes, o côro das victimas, o anathema da Miseria saindo de labios ressequidos da febre que desvaira.

E o jornal vem dizer-nos glacial e ameaçador:

«As padarias estão guardadas militarmente».

Ah, que não é possivel encontrar mais laconico e iniquo documento.

Quer dizer a gazeta na frieza do telegramma de Havas que aos gritos de justa colera dos famintos reclamando *pão* e *trabalho*, isto é, direito á vida e á justiça, se vae responder á bala, prostrando os mais audaciosos que o mesmo é dizer os mais esfomeados.

Porca civilisação, torpe vilania, iniqua violencia eis o fructo do individualismo burguez egoista e fero, barricando-se impiedoso na propriedade individual.

Isto é meu! grita o burguez e a rosnar ameaças proprietarias acorda os soldados p'ra matança da multidão maltrapilha e esfomeada que quer comer e não pode, quer trabalho e não o tem.

E surgem então na Historia as manhãs sangrentas em que as brancas burguezas de Turim assomam aos balcões acenando applausos aos soldados assassinos, ao tempo que dos labios rosados d'essas mulheres enfiadas similhando pantheras feridas saem incitamentos de morte.

«Apontae bem, apontae bem!»

Alastram-se charcos de sangue, putrefazem-se no esquecimento das valetas cadaveres anonymos, empilham-se mortos nas valas ignobeis; a desolação impera, o odio põe fermentos de raiva no coração dos foragidos á matança e um rio de lagrimas vae correndo o soalho immundo dos albergues envoltos no silencio tenebroso dos bairros miseraveis.

E não ha um grito de piedade, de justiça, de amor?!

Não. Que a Iniquidade tem pousada segura nas almas e no conchegado abrigo das consciencias embotadas para a percepção da dor alheia se confina egoista, cuidando de si, só de si, de mais ninguem.

O que soffrer e se estorça na angustia suprema não solte um murmuro, não balbucie um protesto, não esboce um grito, resigne-se! quando não queira esperar novo ensejo de ser preciso na Fabrica a ganhar pr'os outros e a encher os armazens que fatalmente de novo o hão de lançar á rua como besta inutil que seria loucura sustentar quando não produza, recolha o animo que ainda reste intacto da lueta da vida e vá nas aguas do rio, na corda ou no carvão buscar o descanço eterno:

– Não faz falta, ainda ficam muitos.

Homens, mulheres, creanças proletarias desilludi-vos: a Sociedade não vos reconhece direito á vida ou á felicidade.

Quando não ha pão e o trabalho falta a Iniquidade só tem uma phrase a offerecer-vos.

– «As padarias estão guardadas militarmente».

A esta Torpeza chama-se Civilização e Ordem!

Ernesto da Silva



## ANGELINA VIDAL

(*SEculo XX. SEMANARIO SOCIALISTA. LISBOA: N° 9 (1901),  
15 DE DEZEMBRO, P. 2).*

Que consoladora foi a ultima reunião da *Voz do Operario!* Ha muito já que o povo trabalhador não dava assim uma nota de franca solidariedade e entusiastico auxilio affirmando-se consciente e dando exemplo a seguir<sup>322</sup>.

Porque o subsidio mensal de 24\$ votado a titulo de *Tributo de reconhecimento*, não foi só a levantada proclamação da consciencia do povo operario illuminada em fulgurações intensas de nobres ideaes comprehendidos e praticados; a protecção, o auxilio dispensado a Angelina Vidal foi mais que um preito de santa e nobre solidariedade, porque se alteou a pagina gloriosa do movimento operario portuguez.

De hoje em diante já o proletariado pode erguer altivamente a fronte ao responder ás classes superiores que o accusam de boçal e falho de finos sentimentos moraes. E mais nobremente que as classes dominantes procedeu o proletariado: elle, ao menos, soccorrendo effectivamente pela primeira vez um dos seus mais illustres servidores, fel-o á conta das suas migalhas reunidas em poderoso cofre, sem que o peso da sua gratidão fosse

---

<sup>322</sup> Sobre esta questão vid. também Angelina Vidal. Reunião dos socios d'A Voz do Operario, 12 de janeiro de 1902, para tratar da situação de D. Angelina Vidal. *A Obra*. Lisboa: n° 363 (1902), 18 de janeiro, p. 3; Angelina Vidal. *Vanguarda*. Lisboa: n° 1863 (3816) (1902), 13 de janeiro, p. 2; Angelina Vidal. *Seculo XX. Semanario socialista*. Lisboa: n° 14 (1902), 19 de janeiro, p. 2. Todos estes textos reproduzido em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo». Tomo III. Escritos políticos, conferências e discursos (1893-1903).*

onerar alheios contribuintes que não devessem ou não quizessem colaborar n'essa obra de grata reparação. Não; o povo operario não seguiu o exemplo do Estado que todos os dias impõe á gratidão nacional, isto é, forçada gratidão de todos os que trabalham e contribuem para o thesouro publico, nomes quantas vezes odiados, de individuos que na vida só tiveram o trabalho de gosar-a, inteiramente esquecidos do bem geral dos seus concidadãos violentados ainda, depois de derrubado o idolo pela morte, á subvenção da prole que ficou desarrimada á conta da imprevidencia paterna.

Os trabalhadores inspiraram-se em melhor intuito: pensando que aos proletarios e a elles mais que a ninguem pertence liquidar as dividas de eterna gratidão contrahidas com os seus paladinos mais devotados, uniram-se n'um só empenho, fundiram-se n'um só esforço, aggruparam-se n'um intuito unico e ao cabo viu surgir em simples votação, coroada por enthusiastica e ruidosa salva de palmas a indestructivel affirmação da grandeza moral do proletariado portuguez, alliada á prova definitiva de quanto é poderosa a força dos trabalhadores quando reunidos em numerosa phalange.

Que consolador não é o saber-se d'ora ávante a coberto das mais instantes necessidades aquella escriptora illustre e inspirada poetiza que a vida de constante batalhar tem offerecido prodigamente á proclamação das mais puras e luminosas verdades.

Honra pois á classe dos manipuladores de tabacos que tão bizarra e galhardamente soube honrar-se, honrando com imperecivel gloria as tradições do movimento proletario em Portugal.

Com o dispensar dos phantasmas tenebrosos que ha muito se encarniçavam em redor da desventurada escriptora erigiu a *Voz do Operario* o mais perduravel monumento symbolisando o reconhecimento do proletariado aos seus mais strenuos defensores.

Agora já se não pôde dizer em assomos de justa indignação: é loucura gastar e comprometter a existencia na porfiada lucta dos expoliados contra os expoliadores, o povo é ingrato, abandona aquelles que por elle cairam victimas infelicitadas nas mais angustiosas vicissitudes.

Não, para honra de nós todos, a alma popular já fallou e fallou alto; e tanto mais alto e eloquentemente manifestou a magnanimidade de que é dourado sacrario quanto a exiguidade da quota individual – dez reis por anno! – veiu provar a humilde procedencia da brilhante manifestação de solidariedade destinada a reflectir-se honrosa e brilhantemente sobre toda a democracia portugueza.

Não foram os ricos, os poderosos, aquelles a quem não faz falta centenas de libras, os que, de vez, puzeram ponto n'uma vida de permanente angustia enflorando-a de novo com ridentes esperanças de futuro tranquillo e independente vivido na aquietadora paz do lar de novo revestido de felicidade; foram os que trabalham e soffrem, os que por dura experiencia conhecem na intimidade a engrenagem torturante da Miseria os que saíram fraternalmente a terreiro na ancia de porem em debandada o inimigo cruel e inexoravel que ameaçava rasgar nas garras assassinas o coração d'uma nobre combatente que muito auxilio merece porque muito tem luctado.

E a victoria foi completa: mão na mão na votação d'uma assembleia feito sagrado juramento de effectivo auxilio a Angelina Vidal os trabalhadores portuguezes ergueram-se superiormente ante os bons espiritos que n'este momento em todas as camadas sociaes os olham, applaudem e elogiam.

Que o solidario exemplo fructifique, e a alma proletaria vá de mais em mais afinando-se, nos requintes dos mais delicados sentimentos, eis os votos que aqui deixo expressos fiado que o generoso exemplo da *Voz do Operario*, uma das mais poderosas instituições proletarias do paiz, ha de encontrar rapida germinação no espirito d'aquelles que sendo victimas da Sociedade se incorporam no grande exercito dos que reclamam melhores dias assentes n'um futuro pleno de paz social abençoada pela Justiça.

Ernesto da Silva





## QUE FAZER

(*A OBRA*. LISBOA: N° 372 (1902), 22 DE MARÇO, P. 1).

É esta a phrase, que hoje mais que nunca, vem bater-nos aos ouvidos logo que frequentamos qualquer grupo d'homens de boa vontade acaso acordado para a reivindicação.

E o desalento é tão grande, a impotencia é tão provada, o meio é tão avesso, que até faz pena saber d'almas em permanente conflicto, feridas de iniquidade que veem triumphar.

Mas, por que o desalento é perigoso e a existencia de idéas implica a necessidade da crença, alguma cousa ha a fazer dando emprego ás actividades conscientes que reclamam trabalho proprio á redempção de todos.

Assim orientado o meu espirito, depois de analyse feita á especial situação em que se encontram em Portugal as idéas de liberdade e o seu pessoal, violentados permanentemente n'um torniquete de oppresão e arbitrio, facilmente permittido por um povo, incapaz á força de ignorancia, da justa comprehensão dos seus direitos e deveres, lembra-me haver ainda nos dominios da acção proletaria muito a fazer de util; certo que a tarefa a proseguir não verá immediatos fructos, dando proxima eclosão de processos justiceiros, mas, dará ensejo á germinação d'esses mesmos reivindicadores, que desejaríamos para já, e que só virão após inevitavel evolução preparadora.

Está, pois, indicado o caminho: educar e organizar são assim elementos postos em eixo inevitavel de toda a acção social que á democracia con-

vem desempenhar face a face da reacção sacerdotal, burocrática e politica que vem sendo no paiz a causa primeira das mais deploraveis desgraças.

Ao *que fazer?* vindo do animo desalentado, respondamos: ao proletario continuemos provando a utilidade da associação de classe para a defeza dos interesses economicos e juntamente affirmemos-lhe o dever de auxiliar, quanto em suas forças caiba, a criação de instituições que, do jornal á revista, e da escola ao theatro, offereçam aos trabalhadores motivos de afinamento moral e intellectual que os preparem para a hora da lucta definitiva.

Quanto maior fôr a pujança intellectual do proletario tanto mais proximo estará o advento da capitulação do burguez. A illustração, a nitida consciencia da sua força e do seu dever será para o trabalhador a suprema garantia da victoria, na lucta iniciada contra a dominação burgueza. E esta é uma das mais incontestaveis e flagrantes verdades.

Olhae para Paris, Bruxellas ou Barcelona.

Se n'esses pontos o proletariado já se ergue activo sendo uma grande força, capaz de fazer vingar as mais justas reivindicações, mais deriva o facto da consciencia esclarecida que o orienta que resulta da força do numero ou da violencia dos processos; ignorantes feitos revoltosos eliminan-se dando-se-lhes uma codea e dois tiros e o mesmo já não succede quando a dez ou vinte proletarios mortos ou encarcerados succedem outros tantos, ou mais, igualmente esclarecidos e por isso mesmo dispostos á lucta porfiada e sem tregua.

Ali, n'essas terras já indicadas para o inicio liquidador da velha civilização, ha crença e ha força, porque não faltam instituições poderosas tão promptas á organização da grêve geral como aptas á constante obra da educação popular.

E nós, que temos? Nada, quase nada; tudo está por fazer.

Aproveitemos, pois, todas as forças: do cooperativismo de consumo façamos collecter de recursos e dando emprego honesto e consciente ás sommas adquiridas, constituindo nucleos educadores por simples affinidade de tendencias, aproveitando desde a revista illustrada ao folheto,

e d'ahi á conferencia e ao theatro, prosigamos perseverantes, embora vagarosamente, para que tambem um dia a Historia possa registrar nas suas paginas o advento do proletariado portuguez ao grau de civilisação já attingido pelos seus camaradas d'além fronteiras.

Ernesto da Silva



## A EVOLUÇÃO D'UMA IDÉA

(A OBRA. LISBOA: N° 377 (1902), 26 DE ABRIL, P. 1).

Para nós, sem excepção, tão falhos de persistente crença, para nós, sempre promptos á commoda quietação d'um fakirismo que já vae sendo stygma de raça é sempre util metter frente aos olhos alguma cousa resultante da tenacidade e da fé postas ao serviço d'uma idéa ou d'uma causa.

Pois que a vida não pode ser apenas a desillusoria somma de esperanças mal desabrochadas e logo fenecidas, porque a maioridade d'uma idéa importa em qualquer caso – e assim tem sido em todos os tempos – o periodo indispensavel embryonario do facto, até que este por completo se integre em conveniente synergia vindo á historia dos phenomenos por fórma irrecusavel, por isso é que se torna de utilissima propaganda provar um exemplo alheio á actividade consciente das *gentes de pouca fé* quanto ha a ganhar em preparar o Futuro a dentro do Presente.

Suggere-me estas descoloridas considerações a evolução da hoje vulgar idéa da *gréve geral*.

Jámais o proletariado universal esteve de posse d'uma arma de mais rijá tempera e facil manejo: n'este momento já ninguém desconhece, desde o apavorado burguez ao mais ardente libertario – com escala pelo espirito adoptador do chamado socialista-auctoritario, isto se os dois termos se não excluem — residirem em intima coordenação, sem fallencia d'um só, os elementos constitutivos da forte orchestração requerida pela transformação moral, economica e intellectual a que se convencionou chamar *liquidação social*.

A garantir minhas palavras estão factos de pé; erectos, inapagaveis e decisivos já ficam na historia de hoje avigorando iniciativas nos clarões do triumpho compensador.

É ver a França, a Hespanha, a Belgica; é a evolução accusando-se, é o progresso denunciando-se na marcha ascencional que tem por final estancia a maxima justiça na maxima bondade. E no entanto, basta lembrarmo-nos das imprecações trovejadas em congressos legalistas contra os audaciosos da *primeira hora*, que saiam avergados de baixas calumnias, – só por que tinham feito génese d'uma idéa que os seus auctoritarios detractores mais tarde haviam de reivindicar a altos brados – para nos convercermos á saciedade de que no chamado *mundo das idéas* só se commette um grande crime – segundo o geral criterio – quando temos o arrojo de, n'um rasgo de pura autonomia individual produzir qualquer cousa de muito simplista e certa e resolvemos affrontar os atavismos das idéas preconcebidas, herdadas d'envolta com a tendencia á inercia figurada em insticto de conservação.

Pois não vemos hoje mais que ninguem a turba dos directores politicos do proletariado manejar a *gréve geral*, proclamando-a, incitando-a, defendendo-a? E apesar d'isso ainda não vae muito afundada no Passado a epocha das apostrophes violentas arremessadas impiedosamente á face dos que em premio á generosa boa-fé recolhiam aleivosos doestos gravitando na conhecida orbita que vae do *vendido ao traidor* e d'ahi ou *espião*.

Tempo passou. E porque superior aos homens paira superior e intangivel a lei rigorosa dos factos destinados a eclosão em dado momento economico, politico, religioso ou artistico, a idéa seguiu na constante germinação das obras salutaes á espera do opportuno momento em que devia mostrar o fructo.

E assim foi. A Barcelona industrial e operaria sentia-se mal; trabalhadores reclamavam justiça, pediam pão, esmolavam emprego ao braço e as officinas atulhadas de gente a baixo preço cerrando portaes á legião dos *sem-trabalho* eram ao mesmo tempo sentença e logar de morte para os famintos, impedidos de frequenta-las alugando o corpo, ao passo que

por seu turno se transformavam em causas de tortura para os que, trabalhando, se viam pungidos á pesada causa dos longos dias de trabalho saidos da mais bruta e desapiadada deshumanidade; aos primeiros gritos de protesto responderam pequenas *gréves*, a logo após, toda a serie obrigada das reclamações parciais; impenitente e obcecada na febre de contar com a força para a escravização da justiça o capitalismo audaz, impavido e embora queimando orgulho no altar das *pesetas*, ria de começo ao olhar a justa colera dos seus melhores e unicos progenitores, a perda do equilibrio era fatal. Despertas as coleras maximas, lembrada a propaganda de trinta annos, evocados nomes de martyres e amigos, o choque tinha que dar-se fatal, violento e tresloucado dando pasto aos sepulchros e orphãos á mendicidade; as ruas juncaram-se de mortos, feridos foram acoutar sem saber aonde, maridos e mulheres, paes e filhos movidos d'um só impulso ergueram-se firmes nas descarnadas tibias e n'um gesto de desespero feroz pedido á allucinação foram fortes, herculeos e preferiram morrer de vez na sagração do acto de sangrenta lyturgia que a raiva impulsava e a iniquidade provocava<sup>323</sup>.

D'ahi a poucos dias, ainda mal fechadas as campas sobre os mortos e já bem encarcerados alguns vivos, a *Gaceta* – órgão official do governo – declarava alto nas suas columnas de repositorio do sentir da Ordem que o dia normal de oito horas ia ser decretado alem de adjacentes promessas de inquerito e beneficio á classe trabalhadora.

Ah, que n'este momento o proletariado hespanhol bem convicto – por sancção official – de quanto a força derivada da greve generalizada é a melhor das armas para a lucta social tem bem o direito de perguntar ao Capitalismo, ao Padre e ao Militarismo, condensados no Estado, para que é justo leval-o á violencia se não lhe podem negar justiça.

---

<sup>323</sup> Ernesto da Silva alude aqui à greve geral de 17 a 24 de fevereiro de 1902, em Barcelona, da responsabilidade dos anarquistas. Os socialistas declararam-se contra, pela violência mas também devido à influência de Guesde, segundo explica o professor ROMERO MAURA, Joaquín – *La rosa de fuego. El obrerismo barcelonés de 1899 a 1909*. Madrid: Alianza Editorial, 1989, p. 214, texto que continúa a ser de obrigada leitura para o estudo da ação do anarquismo em Barcelona.

O mesmo vae na Belgica: o exemplo dado na França em resumida tentativa á hora da grande exposição pelos terraplenadores foi suggestivo, impregnou as almas de nova fé, mostrou-lhe mais largo o horisonte e á Belgica foi cair como na Hespanha em larga sementeira, emprestando força e retemperando as energias acaso entibiadas por largos periodos de quase improficua acção parlamentar.

Assim, os belgas, olhando Barcelona e julgando-se com mais que justificado motivo a não dever deixar mostrar ao mundo haver fracção do proletariado universal que mais possa merecer no apreço devido ás grandes fainas de emancipação humana insurgiram-se; de uma questão politica fizeram um pendão de revolta e voltando uma vez mais a ensopar as ruas com o proprio sangue, affirmaram-se grandes, altivos, heroicos, seguros e bem seguros de não tardar o momento em que a igualdade politica lhes será conferida na revisão constitucional que deve ter por necessaria cupula a immediata eliminação do poder clerical sem possivel interferencia na marcha da sociedade civil<sup>324</sup>.

E aqui está como se demonstra a benefica evolução d'uma idéa: de começo conspurcada, quase relegada ao enxurro onde vivem as cousas ignobeis; depois, progressivamente, subindo e subindo sempre, valorizando-se, aperfeiçoando-se, ascende até transformar-se em ultima phase num dos mais indispensaveis propulsores do progresso humano.

Ernesto da Silva

---

<sup>324</sup> O anarquismo espanhol tentou sincronizar esta grève com outras em Espanha, e até vincular o protesto de Barcelona com movimentos semelhantes em outros países mas não existiu, de facto, uma conspiração internacional. Vid. ROMERO MAURA, Joaquín – *La rosa de fuego...*, cit., p. 215.



## PARA QUE SER REI?

(A OBRA. LISBOA: Nº 381 (1902), 24 DE MAIO, P. 1).

Bailava ha dias no meu espirito a interrogação que ahi fica posta em epigraphe ao findar a leitura d'uma d'essas gazetas torpes de grande informação.

Sim. Para que ser rei? não será a inquerição que fatalmente deva acudir aos cerebros do homens de raciocinio e sentimento quando vejam cuspidas sobre uma creança a maxima zombaria que pode ser lançada á figura humana?

Sem duvida! porque chega á torpeza quanto vemos p'ra ahi relatado em columnas de prosa quotidiana a proposito de quanto é capaz o artificialismo ignobil da exteriorisação cortezã.

Os meus amigos hão de ter lido, como eu li, o relato das festas realengas agora dadas em Hespanha, ao fazerem rei – como quem diz chancellas a sordidos interesses de classes dominantes – um imberbe, ainda pelo proprio codigo não reconhecido a governar bens propios e no emtanto já diplomado para ficticia ou deliberadamente dispor de milhares de homens, podendo mesmo quando lhe aprouver não respeitar fazenda ou vida de seus subditos.

Pois foi tudo isso das festas que me fez locubrar n'um mixto de nojo e magua? enojado por ver Sagasta – que bem podia ser avô do amo – de espinha curva, beijo estendido, attitude servil a ludibriar o ingenuo moço, agora chamado á reinação, dizendo-lhe assucarado com maniganças subtis de mystificador affeito a ludibriar o povo, terem em exercito e marinha produzido a melhor impressão as allocuções pela magestade

feitas. E o rei mancebo a saber, como o Sagasta fallava, terem sido taes documentos obra do velho punho do politico profissional ali posto em curvatura de corteção!

Na verdade que dizer em boa consciencia ante esta farçada que põe em cumplicidade de mentira e embuste um velho e uma creança?...

Pois não é d'um homem sentir vergonha de pertencer a uma epocha que ainda permite tão baixa comedia?...

E logo em seguida á impressão de tédio succede-se a magua ao ver o rapaz, que mais feliz fôra se lhe tivessem deixado a vida livre e descuidosa, já servir de motivo a nojentos simulacros de attentados onde a malta dos espões que os urdem vão buscar pasto á torpe voracidade que os impulsa em fremitos de baixo sybaritismo insatisfeito.

Na praça publica ha um misero doido, espicaçado na febre de grandezas que o avasalla, a ser surzido pela multidão ferida no justo sentimento de querer ver respeitadas e felizes as creanças; na *fonda* mais proxima ha um grupo ascoroso de bandidos miseraveis esvasiando copos a sorrir de satisfeitos, enquanto não chega a hora de recolherem nos bolsos o premio do *bom serviço* justificador das leis de reacção internacional. Eis o fundo do quadro onde no primeiro plano se debuxa a coroação de Affonso XIII.

Um chefe de ministros que se faz modelo de respeito e honra mystificando uma creança, um grupo de canalhas recrutados no que ha de mais abjecto antegosando prazeres baratos á conta d'um desgraçado louco arrancado ao morbido sonhar a empuxões e pontapés.

E não falta a coroar o luzido espectaculo das realengas festas essa outra nota ainda mais suggestiva e cruel do moço rei – sem duvida instigado por manhosos politicos – servindo solicito ao atavismo besta da população brutal as *garrochas de fogo* n'um 5.º boi de corrida que saiu manso e era preciso tornar feroz á força de soffrimento inquisitorial.

Certo, n'essa hora riu-se da graça a Hespanha dos Torquemadas e dos conventos.

Aqui está para que serve ser rei, pensava eu no final da leitura; arranca-se um homem á Verdade, encarceram-n'õ desde a infancia n'um labyrin-

tho de convenções, deturpam-lhe o sentimento, emprestam-lhe uma idéa falsa da Vida e da Natureza e ao cabo, quando na historia d'um povo sôa a hora tremenda de se pedirem responsabilidades, a mesma malta dominante que do rei fez chancella aos mais iniquos privilegios, desampara-o, deixa-o só, e vae de seguida acoutar-se em logar propicio a digestão tranquilla.

Cambada!...

E só para isto a raça dos detentores das riquezas e garantias sociaes quer rei; se a plebe obscura dos trabalhadores for ignorante, e d'ahi *comedida*, rouba-se, saqueia-se, violenta-se, assassina-se até, em nome da mulher ou homem que está no cimo da hierarchia social, se acaso for illustrada e souber pedir contas aos verdugos em hora de revolução, foge-se, emigra-se, abandona-se o rei á sua sorte e aponta-se mesmo á multidão residir n'elle a origem de todo o mal.

Eis para que serve ser rei: garantir tranquillidade á cobardia se salafra-rios promptos a explorarem-lhe o nome e o possivel prestigio.

Como se não bastasse a desventura – que deve ser suprema para quem pensar – de marchar da infancia ao tumulo sem nunca bem ter a certeza de topar na existencia uma immaculada amizade refulgindo dedicação, como se fôra pouco nem mesmo ter o direito de ser pae seguindo impulso proprio no constituir da familia, ainda a misera profissão de rei é aggravada de inquietação constante provocada pela quadrilha dos thuriferarios que só o desejam e amparam emquanto esse alto symbolo de dominação humana lhes convem para patrocínio ás mais odiosas violencias pela malta praticadas.

Diante d'este cortejo de miserias humanas, mal rebuçadas nas mais authenticas das burlas, quedou-se afinal convencido o meu espirito da existencia dos reis apenas ser util á satisfação dos inqualificaveis interesses de minorias dominantes entrincheiradas n'essa abominação que se chama Estado, e não vae alem de forja onde se ageitam sob color de leis as mais tortas e violentas falsidades. A esses, e só a esses, dispostos á vida facil da parasitagem do esforço alheio é que pôde convir a estabilidade de regimens sociaes onde a farça e a mentira dando-se o braço sejam a negação da vida no que ella tem de mais humano e verdadeiro.

Ora aqui está para que serve ser rei: para existir de começo a fim n'um mundo de enganos, ser suggestionado quantas vezes á pratica dos mais odiosos crimes e por fim recolher sobre a memoria deixada á analyse da posteridade os mais dolorosos anathemas.

E palavra, ao fazer este balanço á profissão de rei, não pude conter um impulso de piedade por esse moço agora conhecido por Affonso XIII. Pobre rapaz! se fôra um obscuro ninguem pretenderia mystical-o á cata de bons interesses, poderia amar francamente a femea naturalmente preferida e jámais as suas dores ou alegrias dariam azo a explorações de lacaios interesseiros, capazes de tudo.

Na verdade visto assim o problema, vale bem mais ser um vulgar plebeu de saude rijá, trabalho certo e consciencia branca que ter por officio ser maioral de cortezãos falsos como Judas e viver como forçado, adstricto quantas vezes a homens e factos que a consciencia repulsa em reacções justiceiras.

Afinal é esta em grande numero de casos a vida dos reis, o que decerto não é de appetecer para um homem consciente aspirando a ser livre.

É verdade que para rei parece bastar.

Ernesto da Silva

## INSTRUÇÃO SECUNDARIA

(*VANGUARDA*. LISBOA: N° 2011 (3964) (1902), 12 DE JUNHO, P. 1).

Consta que vão terminar no proxima dia 20 as aulas do lyceu. Dá fundamento a isto a circumstancia de começarem no dia immediato os exames do periodo transitorio e não haver no edificio do largo do Carmo accomodações para todos os serviços.

O que se passa na instrucção secundaria está pedindo toda a attenção da parte dos interessados (e n'esse numero nos contamos) e reclamando dos poderes publicos uma intervenção immediata que substitua radicalmente os processos *arte nova* que no lyceu central de Lisboa<sup>325</sup> se veem usando para estragação da mocidade.

Abrem as aulas a 17 de outubro; concedem-se férias de 15 dias pelo Natal, d'outros tantos pela Paschoa; semeiam-se feriados a esmo pelo anno dito lectivo, põem-se de parte os mais rudimentares preceitos pedagogicos, atropelam-se regulamentos em vigor, e tudo isto com manifesto desprezo pelo aproveitamento dos alumnos, que se entregaram nos braços do ensino official, attrahidos pelas mirificas invenções que certos tira-dentes fizeram luzir aos olhos de paes incautos e na maior parte excessivamente agarrados ao seu rico dinheiro.

Que ha desprezo pelo aproveitamento dos alumnos, dil-o claramente o regulamento geral de ensino secundario de 14 de agosto de 1895, quando

---

<sup>325</sup> Liceu Nacional de Lisboa, Liceu Nacional Central, e desde 1911 Liceu Passos Manuel. Alguns dados em Lyceu Passos Manuel. *Serões*. Lisboa: n° 68 (1911), fevereiro, p. 139-140.

prohibe por nocivos e altamente prejudiciaes ao ensino secundario quasquer outros feriados não especificados por sua inilludivel determinação.

Que ha menosprezo de preceitos pedagogicos proval-o-hemos em artigos que sucessivamente daremos a lume para edificação de muitos ingenuos e desconsolo de certos mal intencionados.

Por agora limitamo-nos a reclamar do sr. ministro do reino o cumprimento da lei que determina o encerramento do anno lectivo em 30 de junho, certos de que já não serão curtas umas férias de tres mezes (nem menos!), que darão á mocidade escolar tempo de sobra para um absoluto despegar de conhecimentos grudados a saliva durante alguns dias que houve de estudo, em oito mezes de completo divertimento.

Nós sabemos muitissimo bem d'onde provêm o mal. É da não intervenção dos interessados em face de tão importante assumpto como este da instrucção official. Ordinariamente solicitada pelas inadiaveis necessidades da politica, a imprensa tem-se descuidado de lançar suas vistas misericordiosas pelo ensino lyceal; e esse descuido tem produzido seus naturaes effeitos, incitando a manifesto desleixo as auctoridades superiores academicas, com desastrosas consquencias que hão de fatalmente sentir-se nos primeiros annos dos cursos superiores.

Somos de parecer que as leis, boas ou más, se promulgaram para serem integralmente cumpridas emquanto outras as não revogarem. É o cumprimento da lei reguladora do ensino secundario que nós havemos de exigir nos seus mais pequenos pormenores, que todos são indispensaveis para ella produzir seus naturaes effeitos. Para nos vermos forçados a reclamar o seu cumprimento, preciso é que demonstremos como ella até agora tem valido muito menos que a vonttade d'alguns, ao que parece, interessados pela sua não execução.

É a tal obra a que vamos metter mão.

Ruy

## INSTRUÇÃO SECUNDARIA

(VANGUARDA. LISBOA: N° 2020 (3973) (1902), 21 DE JUNHO, P. 1).

Vae começar a desenrolar-se o famoso sudario em que se tem vindo embrulhando o serviço escolar do Lyceu Central de Lisboa. Dignem-se os paes de familia limpar da poeira o crystal das lunetas e seguir com preciosa attenção os argumentos com que vou provar-lhes a necessidade da sua immediata intervenção no que elles suppõem ser o ensino dos filhos, parentes ou tutelados, mas que não é mais, como já disse, de que a completa estragação d'uma mocidade que a lei tentou investir d'uma toga de sapiencia, ora transformada em pavorosa camisa de onze mil varas.

Consultando o regulamento geral d'ensino secundario, de 14 de agosto de 1895, encontro as seguintes curiosas indicações:

«Art. 10.º – O anno escolar principia no 1.º de outubro e finda no dia 31 de julho. O anno lectivo começa no dia 1.º de outubro e termina no dia 30 de junho».

.....  
«Art. 17.º – O ensino nos lyceus cessa desde o 1.º de julho até o 1.º de outubro; nos domingos e dias santos de guardar; nos oito dias immediatos á vespera do Natal; na segunda e terça feira depois do domingo da quinquagesima; na quarta feira de Cinza; nos oito dias que decorrem logo depois da segunda feira da semana santa, e bem assim nos dias de grande gala e de luto nacional».

«Art. 18.º – Quaesquer feriados, fóra dos que se acharem estabelecidos por disposição legal, são **incompatíveis** com a organização do plano dos

lyceus, **prejudicialísimos** á instrucção dos alumnos, e portanto **expressamente prohibido**».

O art. 18.º do regulamento auctorisa-me a afirmar que os alumnos do lyceu estão sendo altamente prejudicados na sua instrucção e que a orientação por que elles teem sido guiados é incompativel com as disposições leaes, desde que eu prove que teem sido concedidos feriados fóra dos que se acham estabelecidos pelo artigo 17.º do mesmo regulamento.

A prova é infelizmente do dominio de todos, a começar nos proprios alumnos, que já se habituaram a considerar letra morta a da lei que as rege. Tanto pode o exemplo e não ha que censurar.

As aulas, isto é, o tempo lectivo, começaram a 17 de outubro; e durante o minimo periodo de dez dias todo o serviço correu sem organização, sem plano, com horarios provisorios que se faziam agora para logo se alterarem, n'uma descompostura vergonhosa, impropria do primeiro estabelecimento secundario do paiz.

Pelo Natal foram concedidas férias desde 21 de dezembro até 7 de janeiro, ou sejam, 17 dias em vez de 8 que determina o regulamento. Pelo Carnaval e pela Paschoa egual desrespeito houve pelas disposições leaes. Pelo anno fóra bastantes vezes se decretaram feriados que a lei expressamente prohibe. Isto o que é do dominio de toda a gente. Mas ha muito mais, que eu, como pae de familia sei e todos os outros tambem conhecem.

Nos primeiros dias de cada mez reúnem os professores das turmas para darem execução ao disposto na alinea b) do n.º 1 do art. 126.º do citado regulamento. É então um nunca terminar de feriados n'esta ou n'aquella disciplina, por motivo de o respectivo professor ter á hora da sua lição o conselho exigido para tal ou tal turma.

E depois de um anno lectivo passado n'esta constante semente de feriados, surge inopinadamente a noticia de fecharem a 20 do mez corrente as aulas do lyceu, com prejuizo de mais dez dias de trabalho escolar.

Para afirmar, em vista do exposto e do já citado art. 18.º do regulamento, que o ensino lyceal foi este anno, como o anterior, altamente



prejudicado, e em completa desharmonia com a organização do plano dos lyceus.

É provavel que aos estudantes não haja desagradado toda esta desordem que lhes proporcionou um anno lectivo inteiro de completo divertimento; mas o que é muito provavel tambem é que não hão de decorrer muitos annos sem que os mesmos se queixem, nos cursos superiores, do estado de ignorancia em que os deixaram passar até lá.

Resta provar se outras causas existem provocadoras do mau exito desde muito prognosticado á lei de 1895. Mas é esse o meu proposito, que seguirei, inalteravelmente, com a serenidade propria de quem, não sendo acerrimo adversario do espirito que presidiu a elaboração da reforma, tem, por isso mesmo, vigiado attentamente, durante sete longos annos, a execução das duas disposições regulamentares. É tarefa que pouco me tem custado em relação com o material d'ensinamento que me tem fornecido.

A reforma d'ensino secundario não poderia, a meu ver, ter sido posta em execução sem que previamente se organisasse uma escola normal preparatoria dos que haviam de ser chamados a ensinar pelo novo systema. Teria sido longa a evolução; mas é facto sabido que em materia d'instrucção não ha progresso que possa notavelmente fazer-se sentir antes d'um largo periodo, que muitos auctores, e distinctissimos, computam em meio seculo.

A discussão do assunto, considerado sob tal aspecto, não teria n'este momento utilidade pratica. E eu careço cingir-me a esta necessidade, encarando a frio o que existe e não o que deve existir. N'esta ordem de ideias continuarei.

Ruy

P. S. – Vejo nos jornaes do Porto a noticia de terem sido encerradas no dia 14 as aulas do lyceu d'aquella cidade, *Ad majorem legis gloriam.*



## A ORIGEM DO MAL

(A OBRA. LISBOA: N° 385 (1902), 21 DE JUNHO, P. 1).

É vel-os na vida, a esses organismos perturbados de morbidez que põe nos seres específicos stygmata a marcar-os para sempre: fundos de exaustão pathogenica dão côr, relevo, destaque forte aos individuos; e, quer seja na tuberculose quer se encontre na alienação ou outro morbo o motivo da constatada derrota physica, reflexamente accusada por caracteristico psychismo proprio a cada modalidade morbida, o que resalta inevitavel e flagrante como prova indestructivel da existencia d'uma ancestralidade corruptora de Vida é o proprio individuo deixando de ser *causa* para ser *effeito* da desgraçada origem que lhe conturba as fontes do viver. E se acceitarmos com os homens da sciencia que «as descobertas anthropologicas e psychiatricas mostraram como o homem é despoticamente regido pela sua organização e pelo meio social<sup>326</sup>» e ainda que «as sociedades teem o maior interesse, para serem maximamente perfeitas, de levarem ao mais alto grau a expansão das mais superiores virtualidades do individuo<sup>327</sup>» para facilmente vermos como boa a doutrina determinista que leva a julgar do *meio* como primeiro – e quantas vezes o único! – gerador da degenerescencia individual que na vida social se manifesta por actos de suprema baixaza, indicador seguro para o sociologo poder aferir do calor moral e intellectual da sociedade productora de tão especificas taras.

---

<sup>326</sup> «Consciencia e livre arbitrio, Dr. M. Bombarda. (Nota do Autor)».

<sup>327</sup> «Autarchia (conferencia), Dr. José de Magalhães. (Nota do Autor)».

Acode-me aos bicos da penna este preambulo, com geitos *simile*, levemente tocado de preciosismo scientifico, a fim de provar não dever ser motivo a larga estranheza – como eu vejo ahi pregoada em alguns gritos de raro honestos alarmados – o ser cada vez mais caudalosa a impudica torrente de miseria moral que ahi vae, á conta de interesses miseraveis e paixões não menos podres, quase não respeitando já a portada do albergue onde se comprazem de viver foragidos alguns refractarios, desejosos de escaparem á maré de lama que vae em preamar.

Porque a verdade é esta: a desvergonha corroendo o character e prometendo impunidade a delictos de consciencia, quando não a attentados de bolso, vae tão prometedora de felicidade, tão impregnada de seductoras miragens de ambições e ancias de prazer satisfeitas, sem protesto de ninguém, que chega por vezes a honestidade a parecer um fardo incommodo que não deixa ganhar a vida.

E é tão difficil resistir ás seducções côr de rosa!

Eis porque julgo ser difficil, senão impossivel, a existencia d'uma sociedade apodrecida por um regimen politico, economico ou social, dando á luz em parto natural de todos os dias individuos sãos de espirito, capazes de vida nobre e bom exemplo.

Pois não é assim?!

Negal-o, seria affirmar as ulceras não serem no corpo de leproso naturaes atavios.

Pois que ha a esperar n'uma terra onde a Liberdade não medra e a ignorancia viceja, onde o Homem – na sua rigorosa expressão moral – vae sendo quase, pelo motivo da raridade, exotismo digno de guarda em manicomio; que ha a esperar senão a baixeza, a corrupção, a subserviencia dando-se foros de directoras dos espiritos no gargalhar impudente e utilitario com que atroam os ares e provocam fuga á gente limpa.

Esperar outro aspecto, será, eu o confesso e applaudo por ver no facto affirmação de consciencia nobre e singela, lindo sonho optimista de quem sabendo-se bom por tempera refractaria á influencia do *meio* não quer

crer na existencia de miseros *vencidos*<sup>328</sup> mais dignos de dó que merecedores talvez de castigo.

Porque afinal o castigo está n'elles: os homens rectos não os estimam que o mesmo é desprezal-os!

Após a leitura d'estas linhas muitos ainda presos á fossil orientação *de que é preciso vingar no homem o delicto do mesmo homem*, chamarão ser justiceiro apontar á geral repulsão os prevaricadores, os esquecidos de si mesmos, os agentes perigosos da dissolução geral que ameaçam preverter com mau exemplo e peor lição todo o corpo social; fallarão de responsabilidade individual, acharão immoral mesmo a doutrina scientifica, que não leva ao perdão do delicto mas leva á analyse justa das determinantes, e concluirão n'um gesto de colera impiedosa ser indispensavel erguer para o castigo o infamme pelourinho das solemnes e vingadoras liquidações.

Permitto-me discordar: a melhor vingança residirá em sabermo-nos defender da acção malefica dos exemplares perigosos e jámais os perder de vista na Vida a fim de contrariarmos conscientemente a influencia d'elles derivada, sempre que vejamos d'ahi sair perigo á maioria incauta e ainda não pervertida; porque quando exerçam funcções proprias em meios onde lhes caiba bem a adaptação, melhor é deixal-os – justifica-se a theoria da nucleação por afinidade e não ha perigo, attento ter sido o caso previsto no velho aphorismo: *os lobos não se devoram*.

Para a defeza porém é indispensavel conhecer os typos d'eses *productos do meio*, pelo menos, nas suas mais flagrantes modalidades.

Exemplifiquemos sem pretensão a propheta: hontem, foi acaso aquelle homem *de partido* que da ignorancia e boa fé alheia fez garantia de impunidade ás mais baixas especulações, ratejando a alma pela infamia emquanto rouquejava affirmações de ideaes puros, cuspindo-os de

---

<sup>328</sup> Uma sua peça de teatro com este título fora encenada no teatro do Ginásio meses antes, a 9 de janeiro de 1902. Vid. SILVA, Ernesto da – *Vencidos*. Drama em 4 actos, representado no theatro do Gymnasio em 9 de janeiro de 1902, reproduzido em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo I. *Textos literários. Páginas de crítica teatral e teoria estética (1893-1903)*.

seguida no monturo dos mais abjectos intuitos habilmente mascarados de perfeição; hoje, será talvez *nota do dia* a tresloucada subserviencia d'outro, que podia ser independente d'alma e rijo d'espírito, levado por vaidosa febre de notaria fama – elle, que bem sabe valer pouco – depois de ter feito entrada na vida social a martelar prosa vermelha a bem dos proletarios – pobres d'elles tão intrujados são! – findar a *faina redemptora* estimulando brios a litteratos do Paço, espremendo-se apopletico a rebentar o cerebro em desageitados paradoxos, ancioso não de fazer justiça mas sim requerimento a possivel entrada em salão de luxo onde pela casaca se confundem facil lacaios e convidados; amanhã ainda poderá ser qualquer typo franzino de advogado anarchista renegando o nome liberal d'avós respeitaveis para se atrelar pulha á cadeia dos interesses de qualquer politico disposto a alugar-lhe o talento e mesmo depois talvez ainda venha a proposito a indicação d'aquelles burocratas, jornalistas, tendeiros de varias raças e matizes vestidos de revolucionarias roupas nas praças publicas a estontear o povo ingenuo, quando nos fraternos e escondidos agapes com adversarios que proclamem desejar ver feitos em pó se põem melifluos, condescendentes, cúmplices em geitos de cambada preversa e sabedora do ganho da vida.

E n'um rapido esboço ahi teremos os mais salientes exemplares d'essa fauna, conhecida entre analyistas por *productos do meio*.

Que fazer? perguntarão acaso homens de boa fé desejosos de ver posto termo á corrosão dos caracteres que hoje mais que nunca se véem enfraquecidos e dispostos ás mais deploraveis transigencias.

Prompta e facil é a resposta: emquanto a terra portugueza continuar vivendo a cancerosa vida d'hoje, ignorante e enfeutada á agonia d'um regimen politico que só póde subsistir negando condições de existencia á troca das mais nobres ideas, atrophando nos espiritos as energias reivindicadoras do bem e provocando a desgraça collectiva na compra ou perseguição dos seus melhores individuos, evidente é não poder existir esperança de salvação nacional por propria determinação da raça portugueza.

D'esta maneira, lutar contra o regimen politico é procurar dar fim á origem do mal que para ahi vae fomentando e vivendo da terrivel crise moral assustadora e reaccionaria que ora nos põe em misera fallencia de dignidade collectiva.

E porque seja natural não bastar á completa resurreição do espirito da raça a restricta campanha de modificação do regimen politico, compete-nos, a nós, sonhadores de perfeições, talvez inatingiveis para o ser humano, trabalharmos persistente e devotadamente consoante intimas aptidões e tendencias, para que ainda um dia possa constituir-se uma formula de vida social incapaz de offerecer meio á desenvolução das falhas de character hoje registadas por uns com odio e por outros com piedade a que não falta a repulsão sempre inspirada pela visão das coisas nauseantes.

Ernesto da Silva





## A ASSOCIAÇÃO VOLUNTARIA

(A OBRA. LISBOA: N° 390 (1902), 26 DE JULHO, P. 1).

Quando no campo das idéas se pretende, insciente ou malevolamente, ferir em plena base o grupo de conclusões ideologicas, já agora conhecidas por *ideal libertario* a dentro da generalisação socialista contemporanea, vulgar é vêr-se sair a primeira linha de argumento demolidor a accusação de que, sendo a anarchia a desordem e firmando-se aquella na *associação voluntaria* dos individuos, jámais poder tal fórmula de aggregação social ser considerada a serio para motivo reorganizador das sociedades contemporaneas.

É pois sobre a negação da *associação voluntaria*, apenas obedecendo ás leis derivadas da Natureza, que mais se encarniçam os adversarios do libertarismo, affirmando em estylo grandiloquo ser anti-social a nucleação por afinidade visto que – e n'esta altura os novos prophetas tomam geitos de inspirados – se prova na marcha da Historia, jámais ter sido possível á humanidade dispensar a acção coerciva e orientadora do Estado nos seus mais *apreciaveis* aspectos de regulador e coordenador da vida social.

Isto dizem elles: os que, sendo pessoas versadas em profundas sentenças sociologicas, não pôdem ver nos apóstolos da liberdade integral além de candidatos a loucos furiosos, pois que já são visonarios tocados de authentica vesania quando não attingem na morbidez do sonho degenerado o typo instinctivamente preverso do criminoso avido de expansão entre pavidas e fumegantes ruínas de sociedades subvertidas e civilisações desfeitas.

Este é o fundo apocalypatico, sempre pintado em horas de controversia pelo engenho dos videntes anti-libertarios; enfurecidamente postos em frente á multidão para a explorarem no misoneismo que a trabalha por fatal consequencia de secular atavismo, os *salvadores* tressuam tropos inflammados e julgando-se originaes e propheticos, concluem, proclamando exhaustos de eloquencia e quiçá dessorados de poder creador, ser hoje, mais que nunca preciso, pôr barreira invencivel á horda dos *selvagens contemporaneos* abrigados nas dobras protectoras da vida moderna.

E, quando ao termo das indigestas parlendas recolhem ebrios de amor proprio satisfeito em justo preito ao merito pelas turbas electrizadas, os demosthenicos pensadores vão-se contentes da sua obra a gosar no remanso da celebridade justamente feita o premio do afanoso lidar.

É de justiça, concordemos.

Elles, e a multidão que foram ensinar, ficaram-se em equilibrio; iguaes, entenderam-se, comprehenderam-se e amaram-se, irmanando-se solidarios discipulos e Mestres.

Mas, como quer que seja necessario no babylonico festim da vida dos genios triumphantes, lançar quando a quando o fatidico *Mane, Thecel, Phares*<sup>329</sup> biblico, perturbador das pesadas digestões<sup>330</sup> dos *balthazares* adormecidos para a Verdade, apraz-me deixar aqui na *Obra*, transcripta, a opinião insuspeita d'um homem que, embora desviado da comprehensão da suprema verdade pelo influxo d'uma educação cimentada no Passado, nem por isso deixa de ser o mais alto dos pensadores, n'esta terra em que é de *bom gosto* mostrar desprezo por esse nada de ter idéas; assim ficará esse valioso monumento critico-historico a attestar para todos verem – os

---

<sup>329</sup> Contado, pesado, dividido. Segundo o *Livro de Daniel*, cap. V, Baltasar era o filho do rei de Babilónia. Enquanto Ciro, o rei dos persas, cercava a cidade, ele celebrava banquetes confiado na fortaleza das muralhas da cidade. Na celebração de uma orgia, estas palavras apareceram escritas nas paredes da sala por uma mão invisível. O profeta Daniel foi chamado para decifrar o que elas significavam: «Esta é a interpretação daquilo: Mene: Contou Deus o teu reino, e o acabou. Tequel: Pesado foste na balança, e foste achado em falta. Peres: Dividido foi o teu reino, e dado aos medos e aos persas». *Daniel*, 5:26-28.

<sup>330</sup> Chama-se «Festim de Baltasar» a qualquer banquete suntuoso. A 1 de junho de 1892 Gervásio Lobato estreiou *O festim de Baltasar*, uma farsa em um ato.

que teem olhos e n'elles luz! – ser a base do *ideal libertario*, reivindicando na civilisação moderna por tantos e tão brilhantes espiritos, a mais provada das verdades como formula de reconstrucção social servindo de *meio* e attingindo como *fim*, a mais radiosa e clara aspiração de perfeição humana, sommada no viver collectivo das raças e da especie illuminadas d'uma nova moral, toda indicada pela lição colhida no equilibrio da Natureza, até agora conseguindo com dispensabilidade de legistas fazedores de tyrannias e homens d'Estado creadores de iniquidades.

Ahi fica a transcripção:

«As sociedades mais perfectas, para as quaes o Estado se elevou á comprehensão clara do seu destino, foram aquellas em que o individuo se fortaleceu na *associação voluntaria*, taes como as phraetrias, as irmandades, as ghilds, e em que as familias se ligaram na *associação local*, nos Municipios. As sociedades que descobriram este meio de subordinação á vontade nacional expressa na fórma da Federação, deveram esta superioridade de organização ás condições sociologicas do seu territorio, aos accidentes historicos da sua vida collectiva<sup>331</sup>.

A decadencia das diversas Civilisações do occidente da Europa, como a phenicia, a hellenica, a italica, a hispano-lusa, provém do simples facto da suppressão das *associações locaes*, desde que se quebrou o laço federativo pela associação militar que impoz a violenta unificação material, realisada nas tremendas experiencias de Alexandre, de Cesar, de um Carlos Magno, Carlos V, e ainda Napoleão<sup>332</sup>. *A consideração das condições mesologicas da Europa está indicando que o seu destino é desenvolver uma civilisação baseada no accordo da liberdade individual, realisada na associação voluntaria, com a auctoridade do Estado, resultante do accordo na federação das associações locaes*<sup>333</sup>.

---

<sup>331</sup> Ernesto da Silva está a transcrever o *Sistema de sociologia*, de Teófilo Braga, porém não de forma literal, mas livre. Vid. BRAGA, Teófilo – *Systema de sociologia*. Lisboa: Typographia Castro e Irmão, 1884, p. 202.

<sup>332</sup> Idem, p. 202.

<sup>333</sup> Idem p. 202. Itálicos de Ernesto da Silva.

Eis a razão científica do principio associativo, desde o simples familismo até ao cantonalismo; desde a unificação das classes até á constituição das nacionalidades. – THEOPHILO BRAGA.»

Fica demonstrado: desenvolver uma civilização baseada no accordo da liberdade individual, realisada na *associação voluntaria* é a única obra de bem que importa impulsionar e applaudir, por que é tambem a única forma de preparo ao advento d'uma epocha nova, onde o individuo tenha a effectiva consciencia de não ser a sociedade mais que a somma das vontades perfeitamente *humanisadas* obedecendo a uma mais limpida compreensão da vida e por isso incapaz de impedir a qualquer dos seus elementos o sagrado direito de complexa expansão ás suas virtualidades n'uma solidaria orientação de bem commum.

É provavel, ainda d'esta vez, não ficarem convencidos os recalcitrantes pontifices estatistas, da possibilidade de existencia da futura *associação voluntaria* alargada á humanidade como base da verdadeira civilização futura, aproveitando o dizer restricto de T. Braga quando este falla da auctoridade do Estado como resultante do accordo na federação das associações locaes.

Nós sabemol-os dialecticos e capazes de tudo...

Por isso responderemos, não a elles, mas aos que desejam ver claro: T. Braga fallando do Estado fallou como sabe e visiona do progresso humano condensado ainda em velhas expressões; já Victor Hugo o grande artista cantando as mais sublimes esperanças de liberdade e amor entre os homens, não podia, a despeito do portentoso genio que o enchia, sair fóra da epocha que o embalara e lhe formara o espirito, obrigando-o a symbolisar na Republica, a bella e generosa republica ideal, a grande hora de completa libertação das almas e dos corpos escravizados.

Assim succede a T. Braga, um grande cerebro condensando na pequena visão do Estado a realisação dos mais rasgados sonhos de liberdade individual: para T. Braga, como para Hugo foi a Republica, Estado, é a crystallisação das vontades harmonicas na *associação voluntaria* procreadora do bello e da felicidade humana.

Ora a Republica já nós vimos o que é: *étape* indispensavel na nova marcha para o futuro, mas nada mais; e Estado, todos o sabemos: é desde o seu inicio um carimbo de privilegios a minorias – que, embora util até agora á *dynamica social*, visto a bruteza dos instinctos das maiorias moralmente imperfeitas tem fatalmente de desaparecer da historia logo que o Homem d'hoje possa apparecer transformado no Individuo d'âmanhã.

Por isso Theophilo Braga, querendo dizer *supremo accordo* gerado na *associação voluntaria*, escreveu Estado, esquecido sem duvida que, n'um tempo de *homens bons*, serão logicamente dispensados os *melhores* da subordinação das paixões e dos instinctos individuaes hoje ferozes e egoistas.

O Individuo a si mesmo bastará, e assim o Estado não será mais que a propria *associação voluntaria*, despida de ferocidades repressoras e só inspirada de estimulos redemptores e libertarios.

Ernesto da Silva



## INIMIGOS DA SOCIEDADE

(O MUNDO. LISBOA: N° 697 (1902), 25 DE AGOSTO, P. 1).

É que nunca os vi mais authenticos e acelerados, ladrões e assassinos; semeadores da morte, obreiros do aniquilamento, elles para ahi estão, á laia de bacillo monstro, devastando a vida physica d'um povo na segregação de toxina de kaolino e serra dura lançadas ao pão de que se nutrem os bairros pobres e operarios quando á noite aos lares recolhem em rebanho os trabalhadores escalavrados no labutar do dia.

Porque ninguém ousará negar residir n'esse grande nucleo de população alcunhada de proletaria o melhor do numero das victimas destinadas á degenerescencia, á anemia, á tuberculose e a tantos outros morbos, amorosamente cultivados pelo Capitalismo na sua obra meritoria de ennobrecer a civilização com cycio de progresso, egoismo e roubo que vez a vez afflora n'um caso de sensação á epiderme social, pondo á vista alar-mada das gentes o intimo estofo da moral de bandoleiros cobardes que aos simples se impõem clamando em agapes de classe serem as *forças vivas* do paiz, o esteio solido da Ordem e da Justiça.

As *forças vivas!*... E é que a cambada quase tem razão: as *forças mortas* somos nós os que trabalhamos para comer e ao final só ganhamos para nos envenenar, apenas colhendo lucro na fuga rapida á Vida, que assim, erriçada de canalhas e leis protectoras é peor que um tumulo. Tem vermes e não tem paz.

Se fôra possivel confiar na Lei?!... Mas qual, a Deusa não pode alçar vistas ao que vem de *cima*, senão a escapar-se-lhe os miseros gatunos

de lenços e os tostões das multas extorquidas á livida prostituição acaso esquecida as visitas sanitarias.

É como se vê a vida moderna muito intensa, não pode haver tempo de pensar em tudo.

Assim, só ha um recurso serio seguro, para dar combate á horda dos unicos *inimigos da sociedade* que julgo dignos de classificação: é o povo contar comsigo mesmo e, de vez, pôr-se disposto a intervir evitando que o envenenem quando consumidor, já que de momento não é possível evitar que roubem como productor.

Veem a pêlo estas considerações provocadas n'um bello grito que o semanario portuense *O Despertador*<sup>334</sup> lançou ás legiões obreiras, incitando-as a que não sejam cúmplices na obra negra da propria destruição.

Cheio de justiça, clamoroso de indignação santa, illuminado de verdade intensa, *O Despertador* gritou no norte: operarios, é indigno de trabalhadores honestos e é improprio de homens d'alma pura colaborar na manufactura de productos destinados a enriquecerem traficantes sem escrupulos deixando que montões de victimas se vão abysmar na morte para gaudio de cobardes salteadores desprovidos sequer da coragem vulgar de virem aos caminhos expor a pelle quando lançados ao ganho da vida.

Certo, ha que concordar não poder encontrar-se mais nobre vereda a seguir nem ser facil deparar com arma de melhor tempera.

Já em Paris, n'um congresso libertario, apresentou o dr. Nettleau um relatorio sobre a *responsabilidade dos trabalhadores relativamente á obra que produzam* e não me parece illogico poder deduzir com *O Despertador* estar na grêve geral dos operarios chamados á falsificação dos productos a mais nobre e eloquente das respostas que o mundo proletario pôde

---

<sup>334</sup> Com o nome *O Despertador Tipográfico*, Vitor de Sá, Maria Filomena Mónica e Luís Salgado Matos documentam um jornal do Porto aparecido em 1860, sem indicar duração. Vid. SÁ, Victor – *Roteiro da imprensa operária e sindical 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991, p. 64; e MÓNICA, Maria Filomena, e MATOS, Luís Salgado – Inventario da imprensa operária portuguesa (1834-1934). *Análise Social*. N.ºs 67-68-69 (1981), p. 1034.



offertar á manha dos directores sociaes, inaptos para a punição de grados delinquentes amigos.

Se a Lei é impotente e se fica petrificada entre a villania, apenas tendo glaudio justiceiro capaz d'atingir os desgraçados, se a impunidade social é garantida de toda a fôrma á alcatea dos especuladores industriaes e commerciaes, que ha de fazer de banda do povo senão negar-se á collaboração na traficancia?

Por tal processo os operarios defendem-se e defendem todos.

E n'essa hora, creia o povo, quando a grêve generalizada a todos os ramos das industrias da alimentação se impuzer n'uma desforra capaz de pôr medo nas almas dos ladrões, até agora impunes, não haverá ninguem capaz de mover bayonetas contra os que no uso d'um direito sagrado – o de não trabalhar! – saberão gritar aos soldados! o nosso proceder justifica-se no dever que nos cabe de não quereremos ser cúmplices no vosso assassinato.

Ha de ser assim, respondendo com a violencia gerada na comprehensão da propria dignidade, que ao trabalhador ha de pôr termo á violencia da infamia até agora levada a cabo sem condigno correctivo.

Porque não basta, não pode bastar, um meliante ou um troço d'elles ter direito de vida e morte sobre todo um povo e este quedar-se acarneirado e bronco acceitando pacifico e burro que o envenenem, depois de o explorarem no mais brutal e impiedoso tressuar de longos dias de trabalho, consumidos em produzir o mesmo veneno que ha de encher as familias de luto quando se forem os chefes caminho do cemiterio com os pulmões cheios de cavernas e os estomagos derrancados para a gloria de envenenadores consentidos a troco d'amparo a instituições afflictas.

Vamos, que já é tempo de os trabalhadores verem que só de proprio querer lhes ha de advir qualquer particula de felicidade.

A *grêve geral*, n'este caso, seria a verdadeira e unica *Assistencia aos tuberculosos* digna de ser creada e applaudida pelo povo, pois que as outras não passam de simples mystificações se as considerarmos elementos d'extirpação ao pavoroso mal que tanto parece assustar as gentes piedo-

sas, por sua vez nas horas vagas entretidas em exacerbal-o na mistura de agentes destruidores da vida nos productos responsaveis á alimentação popular.

Pois não será infinitamente besta que um operario na fabrica passe a vida trabalhando afincadamente na falsificação de productos que forçoso ha de ser ingerir e não tenha um protesto collectivo e salutar que o salve aos seus irmãos d'outras industrias?

Pois não seria essa *grève geral* um grande acto de authentica moralidade social ao tempo um grande ensinamento aos *inimigos da sociedade*?

Acaso essa grande parada d'operarios desocupados, por não quere-rem ser cúmplices dos crimes do Capitalismo, não seria o mais formoso e significativo cortejo do Iº de maio, talvez menos symbolista mas muito mais redemptor?

Que o povo pense pois na defeza, porque embora pacifica, apenas usado o direito *de não trabalhar*, estou certo e bem certo que abriria olhos de vêr á raça politica e directora do povo que certo não iria envergar a esburacada tunica da Justiça nem empunhar o velho e embotado gladio symbolico para vir ensinar ao povo que o Codigo é uma cousa que não vae alem de manto protector aos crimes dos unicos que com verdade podem ser julgados *inimigos da sociedade*.

Ernesto da Silva

### HEROES!<sup>335</sup>

(*O MUNDO*. LISBOA: N° 707 (1902), 4 DE SETEMBRO, P. 3;  
*A OBRA*. LISBOA: N° 396 (1902), 6 DE SETEMBRO, P. 1).

«Corre a jorros o sangue dos indigenas nos sertões africanos; as cabeças dos regulos e cabecilhas são espetadas em paus pelos caminhos, como cá na metropole se faz aos sapos. D'A *Epoca*».

É que não pode o espirito deixar de alarmar-se em frente de taes façanhas.

Ali o burguez reprovador do crime, o amigo magistrado de consciencia branca, o manso sacerdote, exemplo vivo de amor e paz, podem – fazem-n'ò com certeza! – erguer arcos triumphaes em sertanejos aquarteamentos, exaltar o valor dos heroes em apologeticos discursos de fecho epico, tal como: – *estas são as obras dos peitos valorosos* e, levar ainda o entusiasmo junto ao Divino solicitando em fervorosos *te-deums* o Eterno proteja sempre a sorte das nossas armas, a exemplo d'aquellas não menos características preces de salteadores endurecidos d'alma prosternados piedosamente ante a *madona* para que os não desacompanhe no exito das sinistras e noturnas aventuras.

Sim. Por que aos chamados directores da vida moral d'um povo nunca lhes vae mal ser incoherentes, hypocritas e refalsados, mostrando bem

---

<sup>335</sup> Contra este artigo manifestou-se o jornal *O Revolucionário*, de Lisboa, no artigo *Distingamos!* N° 1 (1902), 14 de setembro, p. 2.

serem logicamente derivados d'uma pretensa civilização que além não vae de descarada burla igual á do pão de trigo.

Reparem na indignação ahi da imprensa e das gentes bem pensantes contra a cynica, a desnaturada, a fera que por ser ignorante e criada de servir, costumada na terra a ver porcos devorarem filhos de mulheres que adstrictas á ceifa não podem ser mães, se julgou no direito de descartar-se de qualquer filho, que não encontra pae, ás vezes no patrão, esquarterando-o para o dar ao esgoto.

Então sim, a criminosa pode contar com a inflexibilidade da Lei inexoravel a essa hora apopletica de indignação; não vá ficar impune o crime hediondo que para ser maximamente brutal até não foi feito por processo de *desembaraço* usado pela gente grada cliente de parteiras habeis.

Horror!... Attentar contra a vida humana, lançar á pia, d'embrulho com dejectos repugnantes, um ser condemnando-o á morte, ha lá preversão mais evidente, mais digna de severo castigo?<sup>336</sup>

É ver n'essas alturas o Acacio!...

Toma *poses* de pensador – elle, o burro! – em visita á Pulcheria amiga tem tropos inflammados de horror ao sangue e promette ao chá, se acaso for jurado, de escarmental-a; a tal, a do filho na pia. Isso escapa ella!... É lá p'ra consentir-se?!... Custe o que custar, p'ra honra da nossa civilização ha que mostrar ao povo, em pavoroso exemplo, que a vida humana é inviolavel e não deve estar á mercê dos impulsões grosseiros e das taras criminaes.

---

<sup>336</sup> O aborto e o infanticídio são temas constantes na obra de Ernesto da Silva, especialmente nos contos e peças de teatro como O aborto. *A Federação*. Lisboa: n° 8 (1894), 25 de fevereiro; em O Intruso. *Revista Nova*. Lisboa: n° 3 (1901), 20 de maio, p. 78-82; e finalmente em *Em Ruínas. Peça em 3 actos*. Lisboa: Bibliotheca D'Educação Nova – Editora, 61, I.º, Calçada de Sant'Anna, 1903; já o infanticídio foi abordado pelo autor em RUY – A criminosa. *A Federação*. Lisboa: n° 83 (1895), 4 de agosto, p. 2-4, que relata justamente este episódio narrado no artigo. Sobre o aborto e o infanticídio na obra e no pensamento de Ernesto da Silva, vid. PERALTA GARCÍA, Beatriz – Os socialistas perante o infanticídio e o aborto. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. N° 19 (2019), p. 297-316; os textos literários de Ernesto da Silva em PERALTA GARCÍA, Beatriz – *Obras de Ernesto da Silva, «O apóstolo do socialismo»*. Tomo I. *Textos literários. Páginas de crítica teatral e teoria estética (1893-1903)*.

Assim fala, com applauso da Igreja, o Acacio, burguez, conselheiro ou magistrado ao tratar-se d'um caso individual, que, se fôra a esmieuçar, resultaria apenas em documentação de singular morbidez reclamando manicomio, ou o que é de mais vulgar, em prova irrefragavel de irresponsabilidade moral dado á creatura que sem freio de sentimento educado, se fez bravia e no instinto da defeza julgou poder ser egoista como os outros.

Mas, o *mas sempre* difficil, n'estes casos de *civilisação* em Africa com fogo posto ás cubatas, mulheres violadas e creanças escorchadas, servindo de fundo a um quadro de chacina executada sobre velhos tropegos que são primeiras victimas na impossibilidade de fuga, ahi, meus caros, muda o caso de figura; a inviolabilidade da vida humana toma fóros de leria sentimental de impossivel applauso a evitar não comece de esmorecer a raça dos *heroes* de animo feito a bordar as orlas dos caminhos africanos com bastas cabeças de negros espetadas em paus á maneira do que se fez aos sapos na metropole.

Decididamente, diante da infamissima *propaganda pelo facto*, o Acacio, de quem o pae já fez fortuna em tempos idos negociando em pretos, só tem um caminho a seguir: enganar o *club* da terra que tem a dita de contal-o entre os mais conspicuos cidadãos, encommendar estrondosas e epicas girandolas á pyrothecnia do burgo, propor na Camara que a Rua da Levada se chrisme em Avenida de Herodes Bruto e ao final correr ao prior e á phylarmonica para que a *coisa* desde a espera na gare ao 29 até ao *Te-Deum* seja obra de aceada e patriotica.

E se eu o digo aqui, elle melhor o faz, que o Acacio não é sujeito de deixar creditos em mãos alheias.

Coitado, a Historia tem de fazer-se, e elle não ha de querer, lá por ser descarado e bruto, que o burgo onde vejeta, desde que a mãe parindo-o desacreditou a especie, possa ficar no olvido, ao rememorem-se colossaes pilhagens e infames carnificinas, sem ao menos Cabujães de Cima poder tambem, sendo berço do Acacio, resaltar em forte relevo historico, como fecundo coio parideiro de *heroes* capazes de alentarem uma patria combalida.

Emquanto aos pretos, á noitinha, na botica, explicará elle, triumphante, ao alveitar.

– Isso nem é gente!... Quer você ver uma orelha?!... É la cousa de comparar ás do capitão Herodes?!... Fala-me d'esse, esse é que é cá dos nossos.

Pois, meus senhores, embora vá custar aos *heroes* e mais aos Acacios, eu fico-me n'esta:

Pedir aos legisladores não esqueçam fazer uma lei de excepção moldada na do 13 de fevereiro, a fim de premiar os *peitos valorosos* á volta d'Africa. E não digo isto para vingar os negros. É só para o povo não aprender na logica implacavel dos factos, ser afinal a tão decantada moral burgueza e capitalista, um genero falsificado – capaz de correr parelhas com a farinha de trigo feita de serradura e kaolino por pilhos Moraes & Patriotas.

Ernesto da Silva

## NOTAS D'HOJE. OS DEVISSOS

(O MUNDO. LISBOA: N° 719 (1902), 16 DE SETEMBRO, P. 3).

«Felizmente, não raras vezes a selecção natural lhes limita a progressão perniciosa, negando-lhes a prole».

Ferraz de Macedo

Mais uma vez o meu amigo dr. Ferraz de Macedo<sup>337</sup> quis penhorar-me, com aquella tão sua captivante gentileza que o torna característico, dando á minha modesta estante um mais livro que julgo ser d'alto valor scientifico e, para mim, tem o supremo merito de mostrar-se escripto com a mais intensa boa fé.

D'esta fórma, o novo livro do dr. Ferraz de Macedo, trabalhador infatigavel, sempre disposto á tarefa util, merece-me o mais franco applauso que jámais regatejo ás obras que vejo inspiradas n'um grande aneio de perfeição humana e bem estar social, e no grupo d'esses trabalhos eu conto já *Os Devassos*. É um breve opusculo, oitenta paginas que vão d'um folego, e onde ha muito a recolher de precioso e suggestivo.

Trata o dr. Ferraz de Macedo, anthropologista hoje ao serviço do Juizo de Instrucção Criminal, nos *Devassos*, de esboçar em rapido desenho o movimento morbido dos *lascivos*, dos *sodomitas*, dos *concupiscentes aterrados* e d'estes em *uso solitario*. O quadro, triste como são todos aquelles que a sciencia desenha, pondo a nú o fundo miseravel da natureza

---

<sup>337</sup> Francisco Ferraz de Macedo (1845-1907), médico e farmacéutico.

humana, é acabrunhador, ficando, é certo, a pairar no espirito do leitor esta pergunta cruel:

– Que culpa tem um ente de se originar em paes de tal quilate?

Assim, a caminho na leitura vemos passar em forte colorido os typos maculados, emprestando-nos um sentimento de piedade muito superior ao movimento de repulsa, facil de explodir nos animos estreitamente egoisticos, incapazes d'um dia, sequer, desviarem olhos da vida propria e fitarem a dôr alheia, sempre flagrante sob varios aspectos. E nos *Devassos*, com que aperto d'alma se não vêem os miseros aberrados carregados de estygmas, arrastando-se na vida tarados e imperfeitos!

Ao dr. Ferraz de Macedo, porém, naturalmente preocupado pelo habitual criterio do medico, ao tratar d'assumptos de referencia social, domina-o em todo o livro, mais que outro, o impulso de sanear a vida em commum, dando relevo á miseria pathologica dos *maculados* – que bem vistos são *consequencias* e não *causas* – e apontando, embora rapidamente, os elementos prophylaticos de que a sociedade deve lançar mão para completa extirpação da pavorosa degenerescencia que tão justamente alarma o distincto anthropologista e indefenso trabalhador que é o dr. Ferraz de Macedo.

Verdade seja que, nos *Devassos*, já vemos a sciencia tocada d'essa grande piedade que a analyse da tormentosa e allucinada vida contemporanea empresta ao observador consciente e justo. O dr. Ferraz de Macedo já falla em reclusões especiaes – que não sejam positivamente carceres! – destinados á recolha d'aquelles que evidentemente se denunciem na vida em commum perigosa á moral e á vida.

É um manifesto progresso de bondade a humanisar a orientação criminalista, quasi sempre cruel e violenta, que injusto seria deixar no olvido.

Mas, deixemos que o sr. Ferraz de Macedo falle das causas mais ave-riguadamente geradoras da degenerescencia concupiscente, pelo mesmo sr. considerada tanto ou mais perigosa que o alcoolismo para o individuo e para a sociedade.

«Quanto aos sodomitas activos, são fornecidos especialmente da classe militar, do commercio e dos artistas... Nos artistas e commerciantes a causa



que mais os sustenta e desenvolve é, sem duvida alguma, 1.º o horror á syphilis, 2.º o dispendio monetario por causa das esportulas mais ou menos avultadas, exigidas pelas prostitutas...»

Vejamos ainda a opinião do dr. Ferraz de Macedo a proposito de collegios e internatos:

«Os internatos, salvo honrosas excepções, são verdadeiros focos de onanistas, de sodomitas activos e passivos. Este vicio pernicioso é provocado, não pela indole dos collegiaes, mas grandemente pela prisão a que obrigam os rapazes de idade pubere; pois que são impossibilitados de transpôr os estatutos regulamentares dos collegios que lhes prohibem a saida, entregam-se ao onanismo, ou prevertem os collegas subalternos, e mesmo menores, a fim de praticarem actos taes. Não poucos são tambem os professores de costumes depravados que, abusando da sua auctoridade, instigam os alunos ao commettimento da infame sodomia».

Por ser tambem considerada *causa* o analphabetismo extractemos ainda as seguintes linhas:

«A matilha que por ahi vemos infestar a caravana dos humanos honestos é pela maior parte oriunda da classe dos analphabetos, dos desprezados em sua criação ás leis da natureza, e muitos veem do numero dos vadios: raro se encontra entre a chusma do peccado nefando um homem illustrado e de esmerada educação».

E para a remoção d'um mal que se enraiza em *causas sociaes* tão fortes e poderosas, o dr. Ferraz de Macedo n'um bello arranço de boa fé, proprio a quem espera ser ouvido, reclama:

«É palpitante a necessidade da intervenção da policia, seja por que modo fôr, para limitar a progressão constante d'esta chamma devoradora, que vae dominando occulta e intensivamente uma boa parte do coração da sociedade!»

Decididamente a candidez scientifica é infinita!

Pois é lá crível que a acção policial, ainda quando illustrada e consciente, possa dar fim á sodomia, onde encontram filiação as mais degeneradas taras individuaes, firmando-se aquella no analphabetismo, no militarismo, no internato anti-natural e mesmo em motivos economicos?

Não o creio.

Saneamento de vulto tal reclama pelo menos uma reforma de *cima a baixo* a todo o corpo social, e isso, não se realiza assim n'um momento dádo, quando um homem ou uma corporação o quer: é necessaria uma larguissima evolução moral que cyclo a cyclo vá formando limpos caracteres e almas novas, affirmando-se progressivamente n'um renascimento continuo da vida psychica e physica, até poder fazer eclosão na historia da humanidade apoz largas e demoradas adptações dos individuos aos novos *meios*.

E francamente: não sabemos de corporação mais impropria a tal renovação que a mesma policia reclamada pelo dr. Ferraz de Macedo.

Essa corporação, especialmente no nosso degenerado paiz, onde escriptores de tara pornographica são guindados a auctoridades e desempenham funcções directoras de povos, acompanhando parallelamente a nomeação de sodomitas provados para professores de lyceus, sempre que ha interesse politico em fazel-o, essa corporação, repetimos, em Portugal, melhor que n'outro paiz posta ao serviço de reaccionarios intuitos, que certo não visam o progresso moral e physico da raça, deverá ser, mercê da propria natureza, aquella das instituições mais propicia ao alentar da corrupção corrosora dos individuos.

Em Portugal a policia não é uma garantia de ordem e equilibrio, é apenas um corpo de segurança ás ordens d'um regimen politico cachetico e um nucleo de espionagem encarregado de devassar a intimidade das consciencias acaso portadoras de nobres ideaes.

D'esta fórma, reclamar da policia a extirpação d'um mal que só na pessima organização social encontra maior motivo de existencia é acreditar que a policia – perigosa e prevorsora como a do nosso paiz – está disposta a eliminar-se.

A fechar, porque longas já vão estas considerações, transcremos ainda dos *Devassos* um periodo cheio de *actualidade* e Vichy:

«Que conselhos poderão diffundir todos ou qualquer d'estes miseros mentaes e somaticos – os sodomitas – quando lhes dê na cabeça para

serem escriptores populares, para serem jornalistas, para serem perceptores da mocidade isenta de taras?...»

É preciso sequestrar-os do convívio da gente limpa, conclue o dr. Ferraz de Macedo, levando mesmo a prophylaxia até impedir-lhes o casamento a evitar a degeneradora prole.

Coherente, com o proposito preventivo que naturalmente o anima, o dr. Ferraz de Macedo assenta fundadas esperanças na solução repressora da sodomia, pelo sequestro dos miseros anormaes que o sejam por fôrma authentica.

Por mim, permitto-me divergir – não sem reconhecer a utilidade do sequestro dos doentes provados, tanto n'este como n'outros casos – mas já agora, louvando-me nas proprias palavras do dr. Ferraz de Macedo, a quem d'este logar envio o meu agradecimento e applauso, fico-me convencido que a Natureza, mais harmonica nas suas obras que os homens em seus pensamentos, ha de pela selecção natural ajudada da boa lucha dos que amam a humanidade, provocando novos estadios sociaes, ser a única eliminadora não só da aberração tratada nos *Devassos*, como de muitas outras que encontram originario cadinho na nevrose da vida moderna, procreadora de fundas anormalidades, inherentes a vicios de constituição economica das actuaes sociedades.

Ernesto da Silva



## EMILIO ZOLA

(A OBRA. LISBOA: N° 400 (1902), 4 DE OUTUBRO, P. 1-2).

A obra do escriptor deve ser uma obra de bondade, isto é d'amor: amor pela especie, amor pela raça, amor por si mesmo. E palavra, ao debruçar-me sobre o feretro glorioso que recolhe o mais robusto proletario do seculo eu vejo nitidamente esculpidas na obra por elle deixada á Historia, a franqueza, a bondade e a simplicidade do povo no que o povo tem de mais grandemente instinctivo e impetuoso.

De Zola pode bem dizer-se que cheira a povo.

É por isso que os proletarios, mais que outra classe, teem direito a reivindicar-o, gritando – *esse homem pertence-nos!*

E a revindicação é tanto mais justa e sagrada quanto Zola não *viveu o povo* segundo a formula de impressão trivial consignada a outros, que, parecendo momentaneamente ser de baixo, não vão além de simples e pallidos observadores mal disfarçados na *blouse*, afervorados de desejo de encontrarem a nota nova que ha de fazer da sua arte alguma cousa de original e inesperado embora de continuo os punhos de renda atraíçõem em mostras importunas mas inevitaveis o equilibrio da forma que se queria dar sonora e grandiosa, lembrando rajãs caídas das montanhas a varrerem os campos.

Zola não foi, não podia ser, um aristocrata travestido de camponio ou operario; demais impulsivo para caber em limites dados precisava alargar-se ao infinito da audacia, refazer-se da Natureza, entregar-se á faina dolorosa sem acicate de motivos philosophicos nem preocupação requintada

de augmentar a perfeição moral do seu typo: luctou porque tinha força e luctar era Trabalho.

Ah, como a obra de Zola nos dá segura a evocação d'aquella ancia do rachador afincado á faina, isolado e sem cuidar do mundo! É preciso lenha? Pois vae deitar-se abaixo. E deitava, desprendido e de hombros largos, sem temor que os troncos feridos na base se quizessem vingar esmagando-o.

Aqui está porque julgo Zola, lendo-lhe a obra cheia de suor e força, a encarnação litteraria mais authentica que o Povo até agora forneceu á historia das litteraturas.

Por que Zola, o artista motejador dos requintes, o canteiro faceador dos grandes blocos, o scenographo visionista dos largos effeitos poderosos que não se ageitam á leveza e ao estreito das aguarellas de salão, sendo uma individualidade, jámais pôde ser, e a sua obra o accusa, um caso pessoal d'arte, para ser melhor, despido de artimanhas e lavado de exotismos a rigorosa personificação da esthetica do povo que requer o grande e o sonoro; brutal nas coleras, forte nas audacias, grande no sonhar, ora fera enraivada, ora criança a confiar n'um grande spasma de fé consoladora, Zola foi sempre um rude peoneiro, um aspero batalhador, um obstinado ferreiro incapaz de largar a obra, sem ir para a sésta guardando a certeza de ter á força de malho vigoroso torcido e contorcido em curvas precisas e uteis o rijo ferro de que fazia o arcahouço da sua arte intensamente demolidora.

Inconfundivel, absolutamente inconfundivel, o grande artista agora pranteado pelo sentimento de tantos milhares d'almas, podia dar a impressão do rachador, do cabouqueiro, do mineiro o que não offerecia á penetração do analysta era a linha subtil mas resistente geralmente encontrada no artista que febril de perfeição ancia por fugir á tortura do viver commum e embora vindo do povo requer mais côr e perfume na vida, depurada de contactos vulgares. E este traço, tão flagrantemente caracteristico, este estygma, podemos dizel-o, tão revelador dos instinctos e da alma era a melhor força do illustre escriptor. Não era do povo por dilettantismo, era do povo por nascença.

Se não fôra isso, se a Zola nascido artista como a sorte lhe deu ensejo de provar, tivesse faltado esse fundo de intransigencia quase feroz que vem do povo no seu modo de ser moral, certo, teria como tantos outros ou caído sem ser ouvido em qualquer forma banal da labuta da vida ou gasto como o Claudio de *L'oeuvre* teria posto final a uma existencia de insatisfeito e de desesperançado. Não o fez por que era forte e era forte por que era obstinadamente crente e audacioso como o povo o não deixa de ser nunca.

É ver a denuncia d'elle mesmo nos seus gritos de esperançado vidente, gritando pela reforma naturalista no seu *Naturalisme au théâtre*: «a transformação ha de dar-se, a revolução ha de fazer-se e ha de vir das mansardas, só nas mansardas creio».

É elle, e bem elle, o do povo, fustigando audacioso, cheio de impeto e crença a rotina, a mentira, a convenção no que teem de empecilho á renovação constante da vida que se quer livre e natural, desafogada e respiravel, albergue amigo e saudavel onde possam caber todos.

Colorista de traço largo e suggestivo, apaixonado das fórmulas grandiosas e opulentas, Zola foi artista como foi homem; originado no povo sentia ampliando a visão, creado o bloco e apenas cuidando da minucia por motivo de indispensavel orchestração do conjuncto. É que o povo é assim: a *nuance* deixa-o quase indifferente, passa como um sopro que nem de leve o toca, a elle, desde a infancia tão affeito ás grandes rajadas tempestuosas, que prefere palpar a *sentir* na impressão o acto, a paixão, o motivo que o ha de commover provocando-lhe as lagrimas ou ha de abrir-lhe as maxilhas n'um gargalhar sonoro e reconfortante.

Assim, a filiação esthetica da maneira de Zola originando-se na impetuozidade popular e na força esmagadora da multidão quando posta em movimento, fatalmente havia de dar quer no livro quer no theatro as grandes paixões e os grandes aspectos n'uma construcção vigorosa evocadora da fabrica d'uma cidadela.

Nenhuma outra classe pois com direito maior pode reclamar Zola que os proletarios, de quem elle foi o mais util defensor, cedendo não só aos

generosos *impulsos* do caracter nobre mas parecendo mais que por intima raiva de ver espoliados e famintos, embrutecidos e aviltados os que d'alma julgava seus irmãos de soffrimento e lucta.

Ah, que se fôra possivel fazer-me ouvir d'um a outro canto do mundo operario eu neste momento salvando distancias e galvanizando almas gritaria: – *Camaradas, morreu um dos nossos!*

\*  
\*   \*  
\*

Fallar de Zola, d'esse morto glorioso que hoje vae ficar no cemiterio de Montmartre, é recordar-lhe a obra e do *Germinal* ao *Paris* e d'ahi ao *Trabalho* eu não sei de litteratura mais reivindicadora e intensa de verdade. A tocar-lhe apenas diviso o espirito revolucionariamente christão de Tolstoi e a profundeza enorme d'esse outro genio que é o Ibsen.

Mas, enquanto no russo domina o impulso mystico e no norueguez a synthese philosophica impera, dando ás doutrinas difficuldades de assimilação pelo povo, a obra de Zola liberta de velados subjectivismos e montada solidamente em factos transforma-se de livro em camartelo e fica-se manejada por punho forte a esboroar ininterruptamente tudo quanto é falso, iniquo, anachronico e violador do equilibrio natural que Zola deseja ver de pé, vivendo de si e para si; depois, Zola completando a curva maxima da sua orientação espiritual, agora que já não tinha de terçar armas dia a dia para ganhar pão e esphacellar adversarios, hydrophobos por temor á concorrência, entregara-se á mais consoladora das fainas tentando reconstruir sonhando. E assim deixou os tres evangelhos, *Fecundidade*, *Trabalho* e *Verdade*, obra interrompida na palavra que servindo de titulo ao seu ultimo é a expressão exacta do afervorado culto que o dominou na vida e o fez um grande artista e um caracter nobilissimo.

Pena foi que não puzesse a cupula e fosse descansar no tumulo antes de mais uma vez espantar o mundo fallando da *Justiça!*



Certo, que a justiça dos homens viciosa e falsificada havia de tremer nos fundamentos e a Iniquidade, n'uns dos seus aspectos mais seguramente obscenos, receberia uma d'aquellas epicas e potentes machadadas de que Zola tinha o segredo no rijo pulso de forte demolidor, com que fazia tremer o edificio avelhado e carcomido das convenções sociaes.

Se no *Trabalho* como na *Fecundidade* Zola foi ainda, e sel-o-ia sempre, o combatente de peito d'aço, a verdade é que uma nova e tambem ampliada qualidade veiu dar ao livro mais um motivo de humanidade tornando-o de libello terrivelmente accusador em poema de amor e paz escripto n'uma grande atmosphaera de bondade. E ainda n'isto Zola se accusava genuinamente do povo, levando a bondade ao acume do sacrificio sem a descolorir em pequenas gradações, incapazes de provocarem a explosão dos reconhecimentos que ficam para sempre.

A sua intervenção opportuna e gloriosissima no processo do desgraçado Dreyfus é a prova documentada e indestructivel de quanto Zola só podia animar-se, quando na vida ou na arte encontrava ensejo de levar as paixões ao mais alto grau de ampliação; nada de meias tintas, nada de subtilezas, dois traços e quatro manchas soberanamente evocadoras do que é necessario reviver e o quadro sahirá cheio de luz e côr a empolgar os espiritos, pisando-os, contundindo-os se tanto for preciso, mas não deixando que um só homem se vá rir do trabalho onde todos os defeitos se podem juntar mas onde nem um só momento a frouxidão denuncie o cansaço do cerebro, a fraqueza do pulso.

Zola podia ser injusto, esquecer mesmo uma personagem deixando-a desamparada á impressão do leitor como o fez esse pobre Salvat do *Paris*, quem pretendendo ser a resurreição do dynamitista Vaillant mal se ficou um marnequim apenas servindo, ahi então magistralmente, como mancha na factura do quadro monumental conhecido pela *caça ao homem*, mas o que Zola nunca perpetrou foi o crime de deixar um livro vir a publico sem trazer nos flancos um d'esses *momentos* de genio que emprestam á obra d'arte o poder de se ficar perduravelmente no espirito do leitor amigo ou adversario. Na obra de grande romancista ha sempre, seja em que volume

for, a hora da febre, e quer a impressão venha d'um typo ou d'um facto o certo é que a nota pessoal e creadora se alastra tão pujantemente d'um a outro extremo da acção que a impregna de vida e verdade ainda nos pontos mais ocultos e distantes salvando num *momento* todo o conjuncto.

Egual a Zola na maneira poderosa e na intenção renovadora hoje só conheço um artista que pena é não seja um romancista, e, vivendo para o theatro, se veja forçado na convenção do *meio* onde opera a diluir as tintas fortes, nuanceando-as em combinações habéis despidas de verdade aggressiva e flagrante; refiro-me a Brieux: um outro francez de pulso e genio, predestinado a dar ao theatro do seu paiz o rejuvenescimento do sangue agora dessorado em comedias aphrodisiacas e *vaudevilles* desconchavados.

Zola no romance e Brieux no theatro seriam bastantes a limpar a França e a humanidade das immundicies que a emporcalham.

Proletario d'alma e coração, luctando pelo povo e para o povo, Zola entra na immortalidade legando-lhe como um velho guerreiro ao fim de cem combates os ricos despojos das luctas em que foi heroe e esses despojos, essas recordações das horas de conflictio, ahi ficam valiosos e uteis ensinando a ver onde o mal se encontra e gera para escorrer depois em largos cordões de pús sobre a humanidade a esta hora ainda pouco apta a defender-se com segurança e fé no futuro.

\*

\*     \*

Se não bastara quanto fica a documentar que Emilio Zola é primeiro que outra cousa a alma do povo intelligentemente revoltada, denunciando-se nas tendencias e affirmando-se nos instinctos, bastaria o seu ideal de suprema justiça e bem, para o collocar brilhantemente na fila dos homens devorados até ao sacrificio em favor das victimas da sociedade.

Entre os dois russos Kropotkine e Tolstoi fica bem esse grandioso espirito que foi Emilio Zola, completando n'esta hora de luto a trilogia d'almas

cheias de amor e de fé revigorante em novos tempos de paz fecunda e compensadora.

Zola, o escriptor frances determinista e scientifico prestando culto á Sciencia, Tolstoi, o russo simplista impregnado de christianismo puro, requintando os homens na depuração do grosseiro e do material, Kropotkine o outro russo, modelando os lineamentos da Cidade Nova com as inquirições rigorosamente extrahidas da Natureza e da Sciencia. E assim teem os povos n'este grupo de luctadores d'alta craveira a rutila constellação d'onde é mister não despregar os olhos para que um dia possa surgir na historia das sociedades a esperada aurora de felicidade alargada a todos os seres que povoam a Terra.

Morreu Zola, affirma-o o telegrapho, escreve-o o jornal, proclama-o a dor dos povos civilisados; pois bem, descubramo-nos, nós, os proletarios e sigamos em espirito até junto do athaude do morto glorioso para reverentes depormos sobre a tampa da urna funeraria a corôa de bronze do nosso reconhecimento ao amigo e ao camarada.

Ernesto da Silva



## PENA DE MORTE!

(O MUNDO. LISBOA: N° 929 (1903), 18 DE ABRIL, P. 1).

Eis o que em massa foi mandado aplicar, pelo arbitrio feito lei, á desvairada inconsciencia de 115 victimas que hão de soffrel-a mascarada de deportação militar. Foi isso, uma barbaria infamemente igual ao *silo* e a *crapaudine* do exercito francez, o que sem processo, nem praxes, foi opposto á vida dos miseros deportados que lá se foram mar em fóra, sem sequer saberem bem o porquê da desgraça que os carimba de *mortos que não voltam*.

E é isso que não podemos ver sem revolta é essa premeditação no crime que enluta mães, esposas, irmãos e namoradas, é esse requinte na vilolencia e na impiedade que nos sacode brutalmente e obriga a interromper a immobilidade fakirica da existencia passiva do cidadão portuguez, concitando-nos a gritar ás almas nobres estejam onde estiver (sic): não queremos, não consentimos em nome da nossa raça e do sentimento humano que tal se faça sem protesto.

Ah, que seria a mais baixa das cobardias, por um commodismo vilão, deixarmos sem o conforto da irmanação na dôr e na raiva essa centena de familias de soldados, agora chorando ahi no canto do paiz descrentes da justiça dos homens e da do Ceu – se é que n'ella ainda acreditavam.

É por isso que vimos, que tambem reivindicamos um lugar na lucta do bem opposta á do mal, clamando contra o attentado social que vemos, incubado na iniqua sentença originada em legislação refalsadamente hypocrita, acaso permissora da pena de morte, imposta a desgraçados que em minha consciencia vão certos a morrer, queimando o sangue no paludismo

da Guiné – afóra os de Timor! – aggravado de notas *perigosas*, escriptas por mão assassina em especiaes documentos que ordens de morticinio.

Grita-se ser preciso dar exemplo! Mas, isso, essa infamia de assassinar a frio, é um exemplo preversor, ressumando impiedade e violencia e d'essa fôrma não se disciplinam espiritos, brutalizam-se consciencias e petrificam-se almas. O governo fazendo-se carrasco em hora de pavor esqueceu que os deportados teem paes, irmãos, amigos e camaradas em quem a estas horas o sangue referve em ondas de odio, o odio perigosamente comprimido de momento, mas sinistramente promettedor de tragicas e futuras revolucções.

Que o Poder não esqueça, a violencia gera revoltas, só a Liberdade e a Justiça cimentam a Paz.

E é de Paz e Justiça que o nosso povo como o resto da humanidade necessita para as grandes obras de progresso que o espirito do seculo é chamado a realisar; de Paz e de Justiça e não de violencia e iniquidade se tem de construir o Futuro e o Futuro exigindo elevação moral que possa attingil-o nos seus mais generosos aspectos, certo, não poderá ter por gloriosa a obra de morte, agora perpretada a coberto de manhosa educação catholica que finge brandura e assassina a occultas, amordaçando com o tempo e a distancia os gritos inuteis das victimas condemnadas.

Ámanhã, gasta a effervescencia do momento, as aldeias e cidades de Portugal terão esquecido os seus filhos e os seus soldados, e os 115 desgraçados que n'uma hora de tresloucada matança puderam servir de exemplo aos camaradas *em exercicio* na paria da Junqueira ter-se-hão findo da demorada agonia do paludismo africano, inoculado por mosquitos e aggravado pelo *carimbo*. A essa hora tudo será findo e a quietação estará comnosco!

Pois bem, é contra esse processo catholico de paizes requintadamente cobardes, atacados no atavismo dos queimadeiros erguidas *ad majorem dei gloriam* que concito as almas limpas e generosas, capazes de verem nos 115 homens deportados outras tantas victimas que se insurgiram por serem duplamente roubados, como cidadãos e como soldados; servidos de

rancho immundo, sem cama, quase sem abrigo os soldados teem á face da justiça e da razão absoluto direito de protesto contra os que fazem do poder a voragem de 7:000 contos orçamentaes, destinados com pesado sacrificio do povo que paga e trabalha ao sustento do exercito. Aqui, o facto em toda a sua nitida simplicidade: roubados, tratados como bestas em palheiro immundo, ninguém póde negar motivo a insubordinação dos 18 e porque protestaram, mostrando consciencia da situação ultrajante em que os vexavam, esses soldados foram condemnados sophistica e arbitrariamente á *pena ultima*, executada na Guiné e em Timor, não fosse a metropole indignar-se d'um fuzilamento á altura de garantir tranquillidade a homens e instituições.

O governo porém esqueceu-se que offendeu o sentimento nacional e eu tenho ainda fé de vêr n'um grande movimento de generoso sentimento, Porto á frente, todo o paiz erguer-se n'um clamoroso grito de nobre repercussão em todas as classes sociaes, pedindo, seja a quem fôr, a revogação d'uma sentença que não saiu dos tribunaes e só veio provar que aos primeiros factores da insubordinação no Porto lhes foi dado, após o crime, offuscal-o com crime ainda maior.

Que o paiz não ha de consentil-o, espero-o; seria permittir o rebaixamento moral d'um povo, a commodo titulo de quietação que se não quer interrompida, e affirmar perante toda a civilisação moderna a absoluta decadencia de Portugal inteiramente desprovido de energias para lutar e de qualidades effectivas para sentir; e assim, não ha povos na historia das gentes, ha quando muito nucleos de cafres insensiveis ou recuas de bestas imperturbaveis.

Ernesto da Silva





## BIBLIOGRAFIA

### 1. Arquivos e Bibliotecas

Arquivo de História Social (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa)  
Arquivo Municipal de Lisboa. Bairro da Liberdade (Lisboa)  
Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa)  
Biblioteca da Faculdade de Direito (Universidade de Lisboa, Lisboa)  
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Coimbra)  
Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)  
Cemitério dos Prazeres (Lisboa)  
Fundação Mário Soares (Lisboa)  
Imprensa Nacional Casa da Moeda (Lisboa)

### 2. Guias para fontes, dicionários e obras de referência

BIVAR, Artur – *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa*. Porto: Edições Ouro, 1952.  
CASTRO, Francisco Lyon de – *História da literatura Portuguesa*. Lisboa: Publicações Alfa, 2003.  
*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001.  
*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, s.d.  
LAPA, Albino – *Dicionário de calão*. Lisboa: s.ed., 1959.  
LEMOS, Maximiano (Dir.) – *Encyclopédia Portuguesa Illustrada. Dicionario Universal*. Porto: Lemos & C.<sup>a</sup>, Sucessor, s.d.  
NOBRE, Eduardo – *Dicionário de calão*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1985.  
SÁ, Victor – *Roteiro da imprensa operária e sindical 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991.  
SILVA, António de Moraes – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. S.l.: Ed. Confluência, 10<sup>a</sup> ed. revista, corrigida, muito aumentada e actualizada, 1951.  
SIMÕES, Guilherme Augusto – *Dicionário de expressões populares portuguesas. Arcaísmos, regionalismos, calão e gíria, ditos, frases feitas, lugares-comuns, aportunamentos,*

*estrangeirismos e curiosidades da linguagem*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2ª ed. 2000.

SOUSA BASTOS – *Dicionário do teatro português*, edição facsimilada. Coimbra: Minerva, 1994.

### 3. Fontes

ARQUESOC. Arquivo Histórico na Área Económico-Social do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Ministério das Obras Públicas, Comércio E Indústria. Repartição Do Comércio – *Documentos relativos à aprovação dos Estatutos. Liga das Artes Graphicas*, Lisboa. Disponível na Internet <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/projecto1/index.htm>

ARQUIVO DE HISTÓRIA SOCIAL (Espólio Pinto Quartim) – «Biografia de Severino Augusto Fernandes de Carvalho». Código de referência PT-AHS-ICS-PQ-CP-043-2. (Acedido a 11 de maio de 2021). Disponível na Internet <http://www.ahsocial.ics.ulisboa.pt/atom/>

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT) – *Acta da sessão da Federação das Associações de Classe em 8 de abril de 1895*.

C. M. L. Cemitério dos Prazeres – *Registo Geral de Enterramentos*, Livro nº 22, 23 de maio de 1908 a 12 de novembro de 1911.

C.M.L. Cemitério dos Prazeres – *Registo Geral de Enterramentos. 20 de fevereiro de 1903 a 16 de dezembro de 1904*, 20. 2º vol..

C.M.L. Cemitério dos Prazeres – *Registo Geral de Enterramentos. 23 de maio de 1908 a 12 de novembro de 1911*. João Raul da Silva.

*Código Penal Portuguez. Nova publicação oficial ordenada por Decreto de 16 de setembro de 1886*.

*Comissão administrativa do município de Lisboa*. 30.ª Sessão. Sessão de 17 de julho de 1913, p. 466, e 37.ª Sessão. Sessão de 4 de setembro de 1913, p. 596.

DECRETO de 24 de outubro de 1901. D. G. Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Lisboa: 242 (26 de outubro de 1901), 816-824.

DECRETO nº 176. D. G. Ministério do Reino. 11 de agosto de 1898.

FREIRE, João, *Dicionário histórico de militantes sociais, grupos libertários e sindicatos operários*, 2012. (Acedido a 11 de maio de 2021). Disponível na Internet [http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33&Itemid=30](http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_content&view=article&id=33&Itemid=30)

IMPRESA NACIONAL DE LISBOA – *Livro da Matrícula do pessoal existente em 1 de julho de 1901 e do admitido d'esta data em deante*, nº de refs. 1-241, folha nº 248.

IMPRESA NACIONAL DE LISBOA – *Regulamento Geral dos Serviços da Imprensa Nacional e da Caixa de Reformas e Socorro na Doença*, 1901.

IMPRESA NACIONAL DE LISBOA – *Relação nominal dos empregados, artistas e operários da Imprensa Nacional de Lisboa em referência ao dia 1.º de janeiro de 1898*.

PORTARIA de 25 de outubro de 1901. D. G. Ministério dos Negócios do Reino, Direção Geral de Instrução Pública, 3.ª Repartição. Lisboa: 242 (26 de outubro de 1901), 873.

SILVA, Joaquim Palminha – *Pequeno dicionário do movimento socialista português*, Lisboa, Fundação José Fontana, 1989.

#### 4. Publicações periódicas (entre parênteses local da edição, periodicidade e anos consultados)

- A Federação. Órgão das associações federadas e do povo operário em geral* (Lisboa, semanário, 1893-1900).
- A Obra. Hebdomadario. Órgão dos carpinteiros civis associados* (Lisboa, semanário, 1891-1903).
- A Vanguarda* (Lisboa, diário, 1891-1903).
- Bemfica Socialista. Órgão e propriedade do Núcleo Socialista de Bemfica* (Lisboa, mensário, 1924).
- El Socialista. Órgano del Partido Obrero* (Madrid, diário, 1895-1903).
- La Petite République Socialiste* (Paris, diário, 1903).
- O Echo Metallurgico. Órgão da Confederação das Associações de Classe Metallurgicas de Lisboa e do povo operario em geral* (Lisboa, semanário, 1895-1897).
- O Mundo* (Lisboa, diário, 1900-1903).
- O Paiz* (Lisboa, diário, 1895-1898).
- O Proletario. Bi-semanario defensor do operariado em geral* (Lisboa, Bi-semanário, 1898).
- O Protesto Operario. Órgão do Partido Operario Socialista* (Lisboa, semanário, 1883-1894).
- O Protesto. Periodico Socialista* (Lisboa, semanário, 1876-1892).
- Pensamento. Revista Internacional de divulgação social e scientifica* (Porto, mensário, 1930-1932).
- República Social* (Porto, bi-semanário e semanário, 1919-1933)
- Revista Nova* (Lisboa, sem periodicidade definida, 1901-1902)
- Revista Política. Publicação mensal de propaganda e critica* (Lisboa, mensário, 1901)
- Seculo XX. Semanario socialista* (Lisboa, semanário, 1901-1902).

#### 5. Estudos

- AVILLEZ, Maria – João Soares: *democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- AVILLEZ, Maria João – Soares: *ditadura e revolução*. Lisboa: Público, 1995.
- BATALHA, Ladislau, e SILVA, Ernesto da – *O que é ser socialista? O dia normal*. Lisboa: Typ. do Instituto Geral das Artes Graphics, s.d.
- BRITO, Carlos – *Álvaro Cunhal, sete fôlegos de combatente. Memórias*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2010.
- CASCÃO, Rui – A crise económica e social dos finais do século XIX. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Tomo XXVII (1992), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de História Económica e Social, p. 165-187.
- CASTANHEIRA, J. P. – *Jorge Sampaio, uma biografia*. Lisboa: Edições Nelson e Porto Editora, 2012.
- CASTAÑO, David – *Mário Soares e a revolução*. Lisboa: D. Quixote, 2013.
- CRUZEIRO, Maria Manuela – *Um republicano chamado José Fontana*. Lisboa: Fonte da Palavra e Associação Cedro, 2011.

- CRUZEIRO, Maria Manuela – *Vida e acção de José Fontana*. Lisboa: Fundação José Fontana, 1990.
- FARINHA, Luís – *Ramada Curto. Republicano, socialista, laico*. Lisboa: Assembleia da República, 2014.
- FRANCO, Alberto – *A Voz do Operário. Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário. 135 anos*. Lisboa: Althum.com, 2018.
- G. A. – O camarada Augusto. *Portugal Socialista*, nº 81 (1976), 4 de fevereiro.
- GARÇÃO, Mayer – *Os esquecidos*. Lisboa: Empresa Editora e de Publicidade A Peninsular L.da, 1924.
- Homenagem a José Fontana*. Lisboa: Typ. do Reporter, 1892.
- LATOEIRO, Pedro, e DOMINGUES, Filipe – *O mundo não tem de ser assim*. Alfragide: Casa das Letras, 2021.
- LOPES, Óscar – *Antero de Quental. Vida e legado de uma utopia*. Lisboa: Caminho, 1983.
- López Espinosa, José Antonio – Notas para la historia de la homeopatía. *Revista Cubana de Medicina Gen Integr.* 15(5) (1999).
- MADUREIRA, Joaquim – *Impressões de teatro. (Cartas a um provinciano & Notas sobre o Joelho). 1903-1904*. Lisboa: Ferreira & Oliveira, L.<sup>da</sup>, Editores, 1905.
- MÓNICA, Maria Filomena – As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910. *Análise Social*. Vol. XXXI (139), 1996 (5°).
- MÓNICA, Maria Filomena, e Matias, Maria Goretti – Manuel Luís de Figueiredo, um socialista ignorado. *Estudos e Documentos (ICS), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: ed. do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1986), p. 5-21.
- NOGUEIRA, César – A-propósito do aniversário do P.S.P. *Pensamento*. Porto: ed. do Grupo Pensamento, nºs 22-23 (1932), janeiro-fevereiro.
- NOGUEIRA, César – *Antero de Quental. Esboço para a sua biografia político-social*. Porto: Imprensa Social, 1950.
- NOGUEIRA, César – *Esboço biográfico de Azedo Gneco*. Lisboa: António Francisco Pereira, 1934.
- NOGUEIRA, César – *José Fontana. A sua vida e a sua obra*. Lisboa: Seara Nova, 1953.
- NOGUEIRA, César – *Notas para a história do socialismo em Portugal. Vol. I. (1871-1910)*. Lisboa: Portugalíia Editora, 1964.
- NOGUEIRA, César – *Notas para a história do socialismo em Portugal. Vol. II. (1895-1925)*. Lisboa: Portugalíia Editora, 1966.
- NOGUEIRA, César – *Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português (1871-1926)*. Porto: Edição da Revista Pensamento, 1932.
- PAIS, José Machado – «De Espanha nem bom vento nem bom casamento»: sobre o enigma sociológico de um provérbio português. *Análise Social*. Vol. XXI (86) (1985)-2°.
- PAIS, José Machado – *A prostituição e a Lisboa boémia: do século XIX a inícios do século. Do século XIX a inícios do século XX*. Porto: Ambar, 2008.
- PASCOAL, Sara Cerqueira – Carmens e Lolás: representações da mulher espanhola na literatura de viagens portuguesa da segunda metade do séc. XIX. *E-Revista de Estudos Interculturais do CEI – ISCAP*, nº 5 (2017), maio.
- PERALTA GARCÍA, Beatriz – *A Cultura Operária em Portugal. Teatro e Socialismo durante a Primeira Republica, 1910-1926*. Cascais: ed. Patrimonia Historica, 2002.

- PERALTA GARCÍA, Beatriz – A representação do trabalho fabril na literatura socialista portuguesa. Da fundação do Partido Socialista Português à República (1875-1910). PINHEIRO, Magda de Avelar (Coord.) – *Cadernos do Arquivo Municipal. Indústria e operários nos séculos XIX e XX*. Série II, nº 13, janeiro-junho (2020). Lisboa: p. 85-95.
- PERALTA GARCÍA, Beatriz – El Partido Socialista Portugués y la literatura de combate. La obra literaria de Ernesto da Silva. *Revista Historia Autónoma*. Nº 11 (2017).
- PERALTA GARCÍA, Beatriz – *La cultura obrera en Portugal. Teatro y Socialismo durante la Primera República (1910-1926)*. Mérida: Junta de Extremadura, 2009.
- PERALTA GARCÍA, Beatriz – Literatura alegórico-fantasta socialista. *Revista de Estudos Literários*. Nº 9 (2019), p. 183-198.
- PERALTA GARCÍA, Beatriz – Los orígenes del teatro socialista en Portugal: *O Capital* (1895), de Ernesto da Silva. *Revista da Faculdade de Letras. História*, IV Série, Vol. 7, nº 2 (2017), p. 216-236.
- PERALTA GARCÍA, Beatriz – Os pioneiros do artigo de opinião em Portugal. As colunas jornalísticas de Ernesto da Silva (1892-1903). *Revista Portuguesa de História*. T. LI (2020).
- PEREIRA, José Pacheco – *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, 4 vols.: *Daniel, o jovem revolucionário (1913-1941)*, *Duarte, o dirigente clandestino (1941-1949)*, *O prisioneiro (1949-1960)* e *O secretário-geral (1960-1968)*. Lisboa: Temas e Debates, 1999-2015.
- PIMENTEL, Maria do Rosário – Espaços com história na Ilha dos séculos XVIII e XIX. *Ricognizioni. Revista di lingue, letterature e culture moderne*. 1º 2014 (1), p. 253-261.
- PINTO, Renato Fernando Marques – As indústrias militares e as armas de fogo portáteis no exército português. *Revista Militar*. Nº 2495 (2009), dezembro. Disponível na Internet <https://www.revistamilitar.pt/artigo/528>.
- PIQUERAS HABA, Juan – La filoxera en España y su difusión espacial: 1878-1926. *Cuadernos de Geografía*. Valencia: 77 (2005), p. 101-136.
- REBELLO, Luiz Francisco – *O essencial sobre D. João da Câmara*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.
- RICHEPIN, Jean – Um fait divers. *Le pavé*. Paris: Maurice Dreyfus, Éditeur, 1886, p. 135-139.
- RODRIGUES, Edgar – *O despertar operário em Portugal 1834-1911*. Lisboa: Editora Sementeira, 1980.
- ROMERO FERRER, Alberto – *El género chico. Introducción al estudio del teatro corto fin de siglo (de su incidencia gaditana)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones Universidad de Cádiz, 1993.
- SÁ, Victor de – *Roteiro da imprensa operária e sindical 1836-1986*. Lisboa: Ed. Caminho, 1991. PERALTA GARCÍA, Beatriz – A imprensa lisboeta do Partido Socialista Português (1893-1907). *Ler História*, no prelo.
- SÁNCHEZ LIÉVANO, Claudia Viviana – *Breve mirada al desarrollo de la historia de la homeopatía en el mundo durante los dos últimos siglos*. Bogotá: D. C. Colombia, Universidad de Colombia, Facultad de Medicina, Maestría en Medicina Alternativa, 2013.
- SANTA RITA, Guilherme Augusto de – *O bezerro de ouro. Drama original em cinco actos*. Lisboa: Typ. da Gazeta de Portugal, 1890.
- SANTARENO, José Martins – O Capital, de Ernesto da Silva. *República Social*. Porto: nº 38 (1919), 15 de novembro.

- SANTOS, Fernando Piteira – José Fontana, militante do movimento operário português. *Diário de Notícias*. Lisboa: 22 (1983), setembro.
- SEQUEIRA, Matos – *História do Teatro Nacional D. Maria II*, Volume I. Lisboa: Publicação comemorativa do Centenário 1846-1946, 1954.
- SILVA, Ernesto da – *Em ruínas. Peça em 3 actos*. Lisboa: Bibliotheca D'Educação Nova – Editora, 61, I.º, Calçada de Sant'Anna, 1903.
- SILVA, Ernesto da – *O capital. Drama em 4 actos, original de Ernesto da Silva. Representado pela primeira vez no teatro do Príncipe Real, de Lisboa, na noite de 8 de novembro de 1895*. Lisboa: Typo. do Instituto G. das Artes Graphicsas, 1896.
- SOTTO MAIOR JUDICE, A. H. – Ernesto da Silva. *A Federação*. Lisboa: Número especial. Homenagem, p. 1.
- SOUSA BASTOS – *Carteira do Artista. Apontamentos para a Historia do Theatro Portuguez e Brasileiro*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1898.
- VENTURA, António – «Ernesto da Silva e o socialismo». LEAL, Ernesto Castro (Coord.) – *Republicanismo, socialismo, democracia*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, p. 169-182.
- VENTURA, António – *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal. As conveções possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- VIEIRA, Alexandre – *Figuras gradas do movimento social português*. Lisboa: Edição do Autor, 1959.

## ÍNDICE REMISSIVO

- 1.º de maio – 71, 73, 74, 75, 76, 86, 91, 132, 133, 134, 135, 158, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 199, 352, 353, 354
- A Communa – 340
- A Federação* – 16, 18, 20, 23, 25, 27, 29, 31, 34, 41, 50, 52, 54, 56, 59, 61, 74, 77, 85, 113, 132, 133, 134, 135, 145, 229, 281, 359, 442
- A Lusitana* – 134, 191
- A Luzitana* – 160
- A Marselbeza* – 104
- A nossa attitude* – 123
- A Obra* – 74, 104, 112, 115, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 126, 128, 130, 131, 132, 135, 136, 138, 139, 142, 147, 151, 155, 157, 161, 165, 169, 173, 177, 181, 186, 190, 193, 195, 198, 200, 201, 203, 206, 209, 212, 216, 218, 221, 224, 227, 230, 232, 235, 238, 241, 245, 248, 250, 256, 259, 293, 296, 297, 303, 322, 340, 352, 355, 357, 414, 416, 420, 429, 433, 441, 448
- A Patria* – 56, 263, 267, 269, 272, 277, 281, 285, 289, 293, 294, 296, 297, 298
- A rir e a serio* – 109
- A Tribuna* – 344
- A União* – 41, 42
- A Vanguarda* – 64, 67, 71, 74, 78, 82, 85, 89, 93, 97, 100, 106, 326
- Abel d'Andrade – 366, 374
- Acacio – 296, 442, 443
- Accacio – 383
- Affonso Gayo – 100
- Affonso VI – 333
- Affonso XIII – 421, 422
- Aguiar – 348
- Alberto Bramão – 109
- Albuquerque – 54, 248, 405
- Alexandre – 28, 41, 270, 435
- Alexandre Herculano – 28
- Alipio Loureiro – 250
- Alpoim – 267
- Angelina Vidal – 411, 412
- Anna de Castro Osorio – 377, 379, 380
- Anthero de Quental – 44
- Antonio Centeno – 325
- Antonio Ennes – 318
- Armstrongs – 65
- Arroyo – 326
- Associação dos trabalhadores* – 119, 149, 160, 173, 174, 175, 176
- Azedo Gnecco – 113, 132, 133, 134, 135, 138, 176, 362, 363, 364, 382, 383
- Azevedo e Silva – 155, 156
- Babeuf – 12, 14, 15, 34, 60, 62, 116, 118, 146, 208, 211, 213, 217, 220, 223, 229, 231, 234, 237, 240, 244, 247, 249, 252, 255, 295, 297, 298, 324, 342
- Bakounine – 149, 150, 152, 221, 272
- Balthazar – 323
- Barjona de Freitas – 326
- Benoit Malon – 12, 34, 35, 139, 140, 141, 228, 261, 263, 272
- Bergeret – 321
- Bernadette – 343
- Bertrand Lazare – 144
- Bismarck – 36, 148

Bombarda – 241, 242, 291, 360, 429

Bordallo Pinheiro – 28

Boudha – 73

Bourgeois – 321

Braamcamp – 348

Brieux – 452

Brouardel – 290

Bruchner – 343

Buchner – 243

Burnay – 112, 113, 183, 225, 226

Cabral – 242, 243

*Caixa Economica Operaria* – 157, 158

Cambronne – 185, 360

Camillo Desmoulins – 190

Camões – 17, 350, 358, 368, 405

Candido de Figueiredo – 400

Canovas – 209

Carlos Magno – 435

Carlos V – 435

Carneiro – 398

*Cartilha Maternal* – 118

*Casa de Boneca* – 333

Centeno – 326, 330

Centro Socialista – 112, 118

Cesar – 28, 129, 435

Cesar Cantú – 28

Cezar de Paepe – 272

Chamberlain – 209

Changarnier – 40

Charcet – 343

Chiesa – 145, 154, 158

Chiesi – 145, 154, 158

Christina – 53

Christo – 25, 53, 69, 72, 236, 245, 328,  
341, 342, 343, 344, 362, 372, 382, 383,  
394, 406

Clémenceau – 212

Comte – 343, 355

conde de Villa Verde – 405

Condeixa – 360

*Conquista do Pão* – 139

*Correio Clerical* – 83

*Correio Nacional* – 79, 333, 358, 359

Costa Carneiro – 377, 380

Costa Goodolphim – 128, 130, 327

D. Amelia – 334

D. Carlos – 155

D. Miguel – 20

D. Pedro II – 333

Dante – 282, 394

Danton – 310, 337, 340

Darwin – 286, 343

*Degenerescencia* – 289, 333

Delescluze – 62

*Dia* – 29, 30, 31, 33, 311, 320, 333, 334,  
340

*Diario de Noticias* – 78, 79

Diogo Alves – 163

*Discussindo* – 123, 388

Dreyfus – 53, 143, 200, 203, 204, 205, 213,  
230, 232, 263, 268, 270, 285, 286, 291,  
336, 451

Dupuy – 270

E. – 37, 40, 41, 46, 49, 51, 122, 141, 144,  
181, 196, 199

E. da Silva – 122

E. Silva – 37, 40, 46, 49, 51

Eça – 303, 304

Eça de Queiroz – 303

*Ecco Socialista* – 169, 206, 207

Edison – 72

Emilio Zola – 144, 212, 448, 452

Engels – 45, 322

Ennes – 112, 195, 242, 319, 320, 321

Enrico Ferri – 306

Ernesto da Silva – 12, 13, 16, 22, 23, 24,  
25, 26, 28, 31, 32, 34, 41, 53, 55, 58,  
63, 64, 66, 69, 71, 73, 74, 77, 81, 84,  
85, 88, 91, 92, 96, 99, 103, 104, 108,  
109, 110, 112, 114, 118, 126, 128, 130,  
131, 132, 135, 137, 138, 139, 145, 150,  
154, 156, 160, 164, 168, 171, 172, 176,  
180, 185, 189, 192, 194, 197, 199, 201,  
202, 205, 210, 215, 221, 226, 229, 241,



258, 262, 266, 270, 275, 280, 283, 288,  
 292, 302, 303, 304, 309, 313, 317, 321,  
 327, 331, 335, 339, 345, 346, 352, 353,  
 356, 357, 358, 359, 360, 363, 365, 369,  
 373, 380, 384, 387, 388, 391, 395, 399,  
 403, 407, 410, 413, 415, 418, 419, 422,  
 432, 436, 439, 442, 443, 447, 453, 456  
 Ernesto Silva – 17, 25, 32, 42  
 Esterhazy – 203  
 Faure – 53, 145, 200, 202, 203, 204, 212,  
 263, 264, 265, 268  
 Favette – 325  
 Favres – 61  
*Fecundidade* – 239, 390, 450, 451  
 Federação das Associações de Classe –  
 145, 149  
 Ferraz de Macedo – 444, 445, 446, 447  
 Fialho d'Almeida – 291, 303  
 Fielden – 322  
 Fischer – 279, 322  
 Flourens – 62  
*Folha* – 11, 13, 14, 79, 325, 327  
 Fontana – 16, 44, 151  
 Fougerousse – 272  
 França Borges – 142, 143  
 Francisco José Faria Picão – 250  
 Francisco Mantero – 405  
*Fraternidade Operaria* – 44, 59, 147, 149,  
 150, 151, 152, 153, 154  
 Fuschini – 82, 267  
 Gallifet – 232  
 Gallileu – 246, 247, 382  
 Gama – 248  
*Germinal* – 214, 450  
 Giordano Bruno – 246  
 Gnecco – 132, 133, 134, 176  
 Goethe – 356  
 Goodolphim – 128, 130, 131  
 Grave – 145, 203  
 Gualdim Paes – 34  
 Guerra Junqueiro – 291  
 Guesde – 35, 203, 232, 233, 264, 285, 286,  
 287, 288, 418  
 Guilherme – 53, 66, 195, 242  
 Guillaume de Greef – 301  
 Gungunhana – 54, 55, 56, 57, 406  
 Guyot – 268  
 Hamlet – 350  
 Henry – 204  
 Hugo – 337, 435, 436  
 Ibsen – 343, 450  
 Imperador Guilherme – 36, 279  
*Industria Social* – 154  
*Infante* – 377, 378, 379, 380  
*Inimigo do Povo* – 334  
 Jaurés – 35, 212, 232, 233, 234, 268, 285,  
 286, 288, 300, 315  
 Javeit – 398  
 Jean Grave – 144, 145  
 Jehovah – 73  
 Jesus – 13, 25, 106, 181, 310  
 Joanna d'Arc – 382  
 João Chagas – 133, 142, 156  
 João de Deus – 20, 54  
 João Franco – 20, 33, 83, 329  
 João Huss – 181, 246  
 Joaquim de Madureira – 155  
 Joaquina Rosa – 370, 371, 372, 373, 386,  
 387, 388, 389, 391  
*Jornal de Commercio* – 226  
*Jornal do Povo* – 200  
 José de Macedo – 281  
*Journal du peuple* – 263  
 Judas – 13, 163, 236, 422  
 Jules Vallés – 140  
 Keil – 210  
 Kropotkine – 139, 140, 203, 226, 264, 265,  
 286, 310, 343, 452  
 Kruger – 209  
 Krupp – 53, 65  
*L'oeuvre* – 449  
 Lafargue – 45, 152  
*Lanterna* – 142, 145  
 Lazare – 145, 212, 343

Lazaro – 72  
*Le Progrès* – 273  
 Leão XIII – 36, 66, 104, 337  
 Lebel – 53, 250  
 Lemos de Castro – 136  
 Liebknech – 285, 288, 315  
 Lingg – 322  
 Lopes Vieira – 242  
 Lopo Vaz – 175, 176, 277  
 Lourenzo – 44  
 Loyola – 310  
 Loyolla – 398  
*Luiz Augusto Pimentel Pinto* – 253  
 Luiz Bertrand – 272  
*Lusitana* – 222, 275  
 M. da Silva – 191, 198, 199  
 M. Deschanel – 320  
 M. José da Silva – 198  
 M. Silva – 198  
 madame Sorgue – 145, 154, 157, 158  
 Madureira – 155, 156  
 Magalhães de Lima – 134, 145  
*Maison du Peuple* – 273  
 Malato – 203, 268, 301  
 Malon – 35, 36, 44, 101, 102, 139, 140,  
 141, 154, 263, 264, 265, 274, 314  
 Malthus – 390  
*Manipulador* – 23, 24  
 Manuel Chagas – 351  
 Manuel d'Arriaga – 156  
 Marianno de Carvalho – 171, 174, 264,  
 326  
 Martins de Carvalho – 329  
 Marx – 36, 44, 85, 102, 110, 131, 149, 150,  
 152, 165, 221, 233, 277, 278, 285, 300,  
 302  
 Max Nordau – 264, 333, 342, 345  
*Mensonges conventionnels* – 345  
 Meslier – 345  
 Michelet – 28  
 Millerand – 232, 321  
 Mirbeau – 145, 203, 268  
 Moloch – 73  
 Mora – 44  
 Moraes – 242, 443  
 Morago – 44  
 Moreira – 330  
 Napoleão – 289, 340, 359, 435  
*Naturalisme au théâtre* – 449  
 Navarro – 364, 365  
 Neche – 322  
 NENO VASCO – 388  
 Nero – 352, 353  
 Nettlau – 438  
 Nobre França – 151, 152  
 Noé – 71  
 Normal – 334  
*Noticias* – 80, 374, 398  
*Novidades* – 364, 365  
*O Capital* – 57, 109, 110, 145  
*O Despertador* – 438  
*O Mundo* – 299, 306, 310, 314, 318, 325,  
 328, 332, 336, 343, 348, 352, 358, 361,  
 364, 368, 370, 377, 382, 385, 388, 392,  
 396, 398, 400, 404, 437, 441, 444, 454  
*O Norte* – 326  
*O Operario de Coimbra* – 32, 35, 38, 44,  
 47  
*O Paiz* – 74, 91, 109, 112, 118, 142, 145  
*O Trabalhador* – 119, 120, 121, 122, 123,  
 124, 125, 126  
*Obra internacional* – 144  
 Octave Mirbeau – 144  
 Oliveira Martins – 28, 340  
 Orleans – 204  
 Owen – 130, 131  
 Pablo Iglesias – 174  
 Pacini – 22  
*Paris* – 34, 61, 62, 63, 88, 120, 140, 144,  
 186, 188, 201, 203, 212, 214, 232, 234,  
 270, 274, 285, 288, 301, 312, 321, 340,  
 346, 350, 415, 438, 450, 451  
 Parsons – 322

Partido Republicano – 107, 112, 115, 116, 118, 134, 135, 155, 165, 166, 171, 174, 175, 176, 201  
 Partido Socialista Portuguez – 117  
 Pasteur – 72, 337  
 Paty du Clam – 203, 204  
 Paul Lafargue – 37  
 Paulo de Tarso – 344  
 Père Du Lac – 270  
 Picão – 250, 253, 254  
 Picquart – 212  
 Pilatos – 236  
 Pombal – 348  
*Populaire* – 273  
*Popular* – 27, 171, 174, 264  
 Pressense – 212, 268  
 Príncipe Real – 109, 334  
*Princípios de sociologia* – 345  
*Pró-Justiça. Homenagem promovida pelos operários do livro em Portugal* – 214  
 Proudhon – 149  
 Pyat – 62  
 Queiroz Ribeiro – 267, 303  
 Queiroz Velloso – 374  
 Ramiro – 128  
 Ravachol – 310  
*Regabofe* – 332  
*Repórter* – 41  
*Rerum novarum* – 66, 79, 101, 338  
*Revolução cristã e revolução social* – 301  
*Revolucionário. Folha socialista* – 11, 13, 14  
*Revue Socialiste* – 34  
 Roberto Owen – 130  
 Rocha Peixoto – 242  
 Rochefort – 200, 203, 204, 270  
 Ruy – 22, 31, 56, 85, 129, 130, 229, 359, 367, 375, 425, 428, 442  
 Sagasta – 420  
 Satanaz – 106  
 Schwab – 322, 333, 380  
*Século* – 27, 29, 30, 31, 112, 113, 191, 408, 411  
 Senna Freitas – 344  
*Severa* – 358  
 Séverine – 140, 144  
 Silva Graça – 113  
 Silva Pinto – 330  
*Socialismo integral* – 44, 139, 263, 272  
*Socialismo na Europa* – 12, 151, 152  
 Socrates da Costa – 135  
 Sousa Brandão – 16, 154, 155  
 Souza Martins – 303  
 Spencer – 286, 345  
 Spies – 322  
*Tarde* – 109, 110  
 Teixeira Bastos – 355, 356, 357  
*Theatro do Infante* – 377  
 Theodoro Ribeiro – 104, 113, 134  
 Theophilo Braga – 291, 357, 375, 435, 436  
 Thiers – 61, 63, 340  
 Tolstoi – 250, 336, 450, 452  
 Torquemada – 110  
*Trabalho* – 11, 14, 71, 79, 119, 186, 346, 352, 364, 390, 448, 450, 451  
 Ugo Rabbeno – 272  
 V. de Campos – 198, 199  
*Vanguarda* – 357, 366, 374, 385, 424, 426  
 Vasconcellos – 242, 243, 328  
 Veiga – 301, 326, 369  
 Virgem Maria – 321  
 Viviani – 268, 337  
 Voltaire – 340, 343  
*Vooruit* – 158, 273  
*Voz do Operário* – 147, 149, 150, 154, 157, 158, 159, 160, 218, 219, 220, 326, 404, 411, 412  
*Werkerm* – 273  
 Weyler – 209  
 Zola – 140, 145, 213, 239, 286, 332, 336, 337, 343, 346, 380, 382, 390, 448, 449, 450, 451, 452, 453

